

org.

Janine Gomes da Silva

Jair Zandoná

Alessandra Soares Brandão

Vera Fátima Gasparetto

FALAS, PERCURSOS, PRÁTICAS E MODOS DE (R)EX(S)ISTIR



org.

Janine Gomes da Silva

Jair Zandoná

Alessandra Soares Brandão

Vera Fátima Gasparetto

FALAS, PERCURSOS, PRÁTICAS E MODOS DE (R)EX(S)ISTIR



2023
São Paulo



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F177

Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir /
Organizadores Janine Gomes da Silva, Jair Zandoná, Alessandra
Soares Brandão, et al. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Outra organizadora: Vera Fátima Gasparetto

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-637-5

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96375

1. Identidade de gênero. 2. Cinema. 3. Maternidade.
4. Publicidade. I. Silva, Janine Gomes da (Organizadora).
II. Zandoná, Jair (Organizador). III. Brandão, Alessandra Soares
(Organizadora). IV. Título.

CDD 306.766

Índice para catálogo sistemático:

I. Identidade de gênero

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Marketing digital	Lucas Andrius de Oliveira
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Peter Valmorbidia Potira Manoela de Moraes
Imagens da capa	Pikisuperstar - Freepik.com, Logo Fazendo Gênero 12
Tipografias	Swiss 721, Gravtrac, Acumin Variable Concept
Revisão	Landressa Rita Schiefelbein
Organizadores	Janine Gomes da Silva Jair Zandoná Alessandra Soares Brandão Vera Fátima Gasparetto

PIMENTA CULTURAL

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil



Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fábrica Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jônata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México



Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow
da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Sumário

Lugares de fala:

direitos, diversidades, afetos..... 18

Places of speech: rights, diversity and affects

Lugares de habla: derechos, diversidades, afectos

Janine Gomes da Silva

Jair Zandoná

Alessandra Soares Brandão

Vera Fátima Gasparetto

Parte 1

Falas, trajetórias, afetos: percursos

Capítulo 1

**Nilcéa Freire: política para as mulheres,
compromisso de todos os dias 30**

Nilcéa Freire: Policy for women,
everyday commitment

Nilcéa Freire, Política para las mujeres,
compromiso cotidiano

Sônia Malheiros Miguel

Capítulo 2

Homenagem à Nilcéa Freire (1953-2019):

Ministra da Secretaria Especial
de Política para as Mulheres..... 57

Tribute to Nilcéa Freire (1953-2019):

Minister of the Special Secretariat for Women's Policy

Homenaje a Nilcéa Freire (1953-2019):

Ministra de la Secretaría Especial de Política para las Mujeres

Lourdes Maria Bandeira



Capítulo 3

Re-Visões e Re-significações da História:

Adriana Varejão e Paula Rego

em “encontro colonial” 76

Re-Visions and Re-significations of History:
Adriana Varejão and Paula Rego in
a “colonial encounter”

Re-visiones y Re-significaciones de la Historia:
Adriana Varejão y Paula Rego
en “encuentro colonial”

Ana Gabriela Macedo

Capítulo 4

30 anos da Revista Estudos Feministas:

entre emergências e continuidades 93

30 years of Estudos Feministas review:
between emergencies and continuities

30 años de la Revista Estudos Feministas:
entre emergencias y continuidades

Ana Maria Veiga

Capítulo 5

A “Voz” de mulheres

afrodescendentes e africanas:

empoderamento e renovação 119

The Voices of Afro-descendant and African Women:
Empowerment and renewal

La ‘Voz’ de mujeres afrodescendientes y africanas:
empoderamiento y renovación

Joana Passos



Capítulo 6

Cinema, mulheres e memória cultural:

o Estado Novo nos documentários

Natal 71 e Natureza Morta 141

Cinema, Women and Cultural Memory:
the Estado Novo in the documentaries
Natal 71 and Natureza Morta

Cine, mujeres y memoria cultural:
el Estado Novo en los documentales
Natal 71 y Natureza Morta

Margarida Esteves Pereira

Capítulo 7

Feminismo matricêntrico:

um feminismo para e sobre as mães..... 164

Matricentric feminism:
a feminism for mothers

Feminismo matricêntrico:
un feminismo para y sobre las madres

Andrea O'Reilly

Capítulo 8

Maternidade e maternagem no século XXI:

mídias, artes e direitos 182

Motherhood and Mothering in the 21st Century:
Media, Arts and Rights

Maternidad y Maternaje in el siglo XXI:
Medios, Artes y Derechos

Maria Collier de Mendonça

Maicyra Teles Leão e Silva

Paula Pinhal de Carlos



Capítulo 9

**Mídia, jornalismo, gênero e feminismos:
desafios e possibilidades 208**

Media, journalism, gender and feminisms:
challenges and possibilities

Medios, periodismo, género y feminismos:
desafíos y posibilidades

Melina de la Barrera Ayres

Raquel de Barros Pinto Miguel

Capítulo 10

**Feminismo de mercado
e publicidade no cenário brasileiro 231**

Commodity Feminism and Advertising
in the Brazilian Scenario

Feminismo de mercado y publicidad
en el escenario brasileño

Soraya Barreto Januário

Capítulo 11

Mulheres brasileiras numa Itália em pandemia..... 255

Brazilian women in a pandemic Italy

Mujeres brasileñas en una Italia en pandemia

Maria Catarina Chitolina Zanini

Capítulo 12

**Trabalho e gênero em TI na atualidade:
algumas questões para investigação 281**

Work and gender in IT nowadays:
some questions for investigation

Trabajo y género en la tecnología
de la información hoy algunas
preguntas para investigación

Maria Rosa Lombardi



Parte 2

Direitos, lutas, reivindicações

Capítulo 13

Mortes evitáveis: os desafios no enfrentamento
ao feminicídio no Brasil e em Santa Catarina..... **305**

Preventable death: the challenges in fighting
femicide in Brazil and Santa Catarina

Muertes prevenibles: los desafíos en la lucha contra
el feminicidio en Brasil y Santa Catarina

Anne Teive Auras

Capítulo 14

Mulheres de luta, nas ruas e na imprensa:
ditadura e resistência feminista
nos anos 1970 e 80 no Brasil **323**

Women in struggle, in the streets and in the press:
dictatorship and feminist resistance
in the 1970s and 80s in Brazil

Mujeres en lucha, en las calles y en la prensa:
dictadura y resistencia feminista
en las décadas de 1970 y 1980 en Brasil

Karina Janz Woitowicz

Capítulo 15

Agenda antiaborto
na América Latina e no Brasil:
uma ofensiva transnacional **352**

Anti-abortion agenda in Latin America and Brazil:
a transnational offensive

Agenda antiaborto en América Latina y Brasil:
una ofensiva transnacional

Camila Feix Vidal

Pâmela de Amorim Martins



Capítulo 16

Entre direitos e precariedades:

cidadania de pessoas trans no Brasil,
no Uruguai e Argentina..... 394

Between rights and precariousness:
citizenship of trans people in Brazil,
Uruguay and Argentina

Entre derechos y precariedad:
ciudadanía de personas trans en Brasil,
Uruguay y Argentina

Keo Silva

Capítulo 17

A geografia do prazer lesbiano..... 418

The geography of lesbian pleasure

La geografía del placer lesbiano

Patrícia Lessa

Capítulo 18

**Ausência e sobrevivência: o outro lado
do arquivo na obra de Rosângela Rennó 434**

Absence and survival: the other side of the archive
in the work of Rosângela Rennó

Ausencia y supervivencia: la otra cara del archivo
en la obra de Rosângela Rennó

Márcia Oliveira

Capítulo 19

**Super-homem: como entender o masculino
através de um olhar psicanalítico 451**

Superman: how to understand the masculine
through a psychoanalytic perspective

Super hombre: cómo entender lo masculino
desde una perspectiva psicoanalítica

Sabrina Arini



Capítulo 20

Más culinidades 473

Bruna Tupiniquim Marques

Capítulo 21

Arte e resistência: relações entre obras
de Lyz Parayzo e categorias de Michel Foucault..... 479

Art and resistance: relations between works
by Lyz Parayzo and categories by Michel Foucault

Arte y resistencia: relaciones entre obras
de Lyz Parayzo y categorías de Michel Foucault

Tainan Silva do Amaral

Parte 3

**Outras possibilidades, práticas,
modos de (r)ex(s)istir**

Capítulo 22

Díaspóra..... 505

Diaspora

Diáspora

Daiana Moura

Capítulo 23

La producción de la subjetividad en el arte 524

A produção de subjetividade na arte

The production of subjectivity in art

Rosa Maria Blanca Cedillo



Capítulo 24

Gigantes na Luta, do carnaval de rua às passeatas:

o encontro da arte com a política no corpo
das mulheres em pernas de pau 553

Giants in the Fight, from street carnival to marches:
the encounter between art and politics
in the body of women on stilts

Gigantes en la Lucha, del carnaval callejero a las marchas:
el encuentro entre arte y política
en el cuerpo de mujeres sobre zancos

Paula Batista da Silva

Capítulo 25

Trabalho de Campo e Questões de Gênero:

diálogos entre o Norte e o Sul Global 578

Ethnographic fieldwork and gender issues:
dialogues between the Global North and Global South

Trabajo de Campo y Cuestiones de Género.
Diálogos entre el Norte y el Sur Globales

Arianna Sala

Caroline Soares de Almeida

Cristhian Fernando Cajé Rodríguez

Lucas Martinelli

Malika Ouacha

Capítulo 26

Uma década na trama do tempo:

fazendo gênero no teatro 601

A decade in the fabric of time:
doing gender in the theater

Una década en la trama del tiempo:
hacer género en teatro

Maria Brígida de Miranda

Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra

Lúcia Regina Vieira Romano

Daiana Roberta Silva Gomes

Daiane Dordete Steckert Jacobs



Capítulo 27

**Os 20 anos das Mostras Audiovisual
e Fotográfica do Seminário Internacional**

Fazendo Gênero 12 624

The 20th anniversary of the Audiovisual
and Photographic Exhibitions of the Seminário
Internacional Fazendo Gênero

El aniversario 20 de las Muestras Audiovisuales
y Fotográficas del Seminario Internacional
Fazendo Gênero 12

Carmen Rial

Carla Pires Vieira da Rocha

Caroline Soares de Almeida

Cristhian Fernando Cajé Rodriguez

Gabriel Kouke de Souza Sabanay

Nicolly Mendonça da Silva

Natalia Pérez Torres

Capítulo 28

**Imaginação criativa, gênero,
performance e diversidade:**

desafios e encantamentos

da participação de Crianças

e Adolescentes no Fazendo Gênero 12 645

Imaginación Creativa, género, performance,
y diversidad: desafíos y nuevos caminos
en la participación de niños, niñas,
y adolescentes en Fazendo Gênero 12

Creative Imagination, gender, performance,
and diversity: Children's and adolescent's
participation in Fazendo Gênero 12

Rita de Cácia Oenning da Silva

Regina Ingrid Bragagnolo

Kurt Shaw



Capítulo 29

A construção dos direitos a partir dos afetos:

a práxis da Comissão de Movimentos

Sociais do Fazendo Gênero 12 670

La construcción de derechos
desde los afectos: la praxis de la Comisión
de Movimientos Sociales de Fazendo Gênero 12

The construction of rights from
affections: the praxis of the Commission
of Social Movements of Fazendo Gênero 12

Vera Fátima Gasparetto

Luciana Rodrigues Gransotto

Francine Costa

Débora Speck

Pâmela de Amorim Martins

Posfácio

Breve epílogo, ou sigamos

com a força que move as mulheres 700

Short epilogue, or let's continue
with the force that moves women

Breve epílogo, o sigamos con la fuerza
que mueve a las mujeres

Marlene de Fáveri

Sobre os autores e as autoras 704

Índice Remissivo 717



Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos...

Places of speech: rights, diversity and affects
Lugares de habla: derechos, diversidades, afectos

Janine Gomes da Silva
Jair Zandoná
Alessandra Soares Brandão
Vera Fátima Gasparetto

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96375.1

Considerar a contribuição e os desdobramentos que a série de eventos do *Seminário Internacional Fazendo Gênero* repercutem nos diferentes contextos e campos dedicados aos feminismos e estudos de gênero desde sua primeira edição – ocorrida ainda no século passado – vão ao encontro de seu compromisso em mobilizar debates em torno desses temas. Sediado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o *Fazendo Gênero* tem sido pensado e organizado pelas pesquisadoras, parceiras e colaboradoras vinculadas ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e, desde sua criação, é marcado pela insígnia do esforço coletivo em promover um espaço de interlocução. Ao congregarem muitas pessoas, vindas de diferentes áreas do conhecimento, de departamentos e instituições para planejar e atuar no projeto desde o lançamento da chamada de Simpósios Temáticos, às inscrições de trabalhos, de participação e até a finalização da programação geral, são muitas comissões, etapas e reuniões envolvidas.

Além da realização periódica do evento, o *Fazendo Gêneros* se dedica à produção de material bibliográfico que possa circular em espaços acadêmicos e não acadêmicos. Fazem parte desse propósito a publicação dos anais eletrônicos¹ e, dessa edição resultou

1 Disponível em <http://fazendogenero.ufsc.br/12>

SUMÁRIO

uma Seção Temática intitulada *Fazendo Gênero em tempos de pandemia* (Janine da SILVA; Jair ZANDONÁ, 2022) na Revista Estudos Feministas², periódico também produzido por integrantes do IEG e que completou recentemente 30 anos, e também este livro que congrega textos acadêmicos, artistas, contribuições artísticas e relatos de experiência pensados a partir das discussões realizadas durante o 12º *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, ocorrido de forma virtual em 2021 – e como, desde sua concepção, não pensado para ocorrer dessa maneira, foi necessário realizar um estudo mais complexo de como viabilizar as atividades já previstas.

O Fazendo Gênero acontece na UFSC desde 1994. Para a sua 12ª edição, vínhamos construindo, desde 2018, por meio de discussões animadas em seus “Almoventos”³, pautas para a programação, de maneira a garantir a articulação entre as atividades acadêmicas, artísticas e movimentos sociais. O tema geral do evento “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos” convoca para essa chave de (atu)ação: não são apenas os discursos acadêmicos que importam, os ativistas e artistas também, de maneira que a concepção do Seminário considera a tríade academia-ativismo-cultura para a construção de espaços de discussão e de articulação de práticas e de saberes.

Em retrospectiva, quando iniciamos os preparativos para a realização do Fazendo Gênero 12, não imaginávamos o que viveríamos a partir de 2020, pois até então o Seminário aconteceria na UFSC, presencialmente, assim como havia ocorrido nas edições anteriores. Nos eventos presenciais, o ponto de encontro sempre foi o Centro de Cultura e Eventos, onde se realiza(va)m o credenciamento e acon-

2 Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/3287>

3 Os Almoventos são reuniões mensais, realizadas durante o horário do almoço, as quais são pensadas como um espaço interdisciplinar, voltadas para as diferentes fases de planejamento, de organização, de realização e de avaliação coletiva do Fazendo Gênero. Os encontros contam com a participação e presença de professoras/es, aluna/os, pós-doutoranda/os de diferentes áreas, além de artistas, ativistas e integrantes de movimentos sociais diversos, todas/os reunidas/os com o propósito de construir o evento coletivamente.

SUMÁRIO

teciam as cerimônias de abertura, de encerramento, conferências e outras atividades que integravam a programação geral, sem contar as tendas e outras estruturas montadas nas proximidades para acolher as participantes. Desse local é que partiam – e partem – para os diferentes Centros de Ensino, diariamente, as dezenas de pessoas que atua(va)m na monitoria. Vestidas com camisetas coloridas, servem como pontos de referência às muitas salas de Simpósios Temáticos, oficinas, minicursos e tantas outras atividades que integram a programação, alocadas nos diferentes Centros de Ensino da Instituição. O Fazendo Gênero ocupa os prédios, corredores e salas da universidade.

Já na edição de 2021, atravessada pela pandemia de Covid-19, foi realizada on-line, entre salas, transmissões, chats, mensagens, foram apresentados mais de dois mil trabalhos, distribuídos nos 160 Simpósios Temáticos, nas 24 sessões de Pôsteres, nas 33 Oficinas, nos 8 Minicursos, além das 35 Mesas-redondas e das Conferências que fizeram parte da programação geral. Essa edição contou com uma vasta programação cultural, iniciada com a Mostra Audiovisual e a Mostra Fotográfica, ocorridas ainda no mês de março de 2021 e reexibidas em julho, durante a realização das demais atividades programadas. Nos canais do Fazendo Gênero no YouTube foram transmitidos os trabalhos de acadêmicas, artistas e artistas. Além disso, a *III Exposição Arte e Gênero* foi realizada virtualmente de 26 de julho a 29 de outubro de 2021 através da Plataforma Digital do Espaço Cultural Armazém – Coletivo Elza. Integraram a programação também as atividades do Projeto Crianças no Fazendo Gênero e a Tenda Mundos de Mulheres, que concentrou uma extensa programação a(r)tivista. A programação que contou com transmissão ao vivo pode ser acessada pelos respectivos links no site do evento, disponível em <http://fazendogenero.ufsc.br/12>, onde também estão disponíveis os anais eletrônicos dos pôsteres e trabalhos completos oriundos das comunicações orais apresentadas durante o Seminário.


SUMÁRIO

Ainda por conta da alteração de formato dessa 12ª edição é importante mencionar o trabalho da comissão de acessibilidade, a qual tem atuado desde o Fazendo Gênero 10 com o propósito de oportunizar um encontro mais acessível. Seja na concepção do site, no mapeamento e recursos dos espaços físicos, legendagem, intérpretes de Libras, muitas situações eram consideradas para a chegada das participantes do evento realizado na UFSC. Ao ser realizado remotamente, os recursos até então disponíveis nas salas virtuais, assim como outros desafios técnicos/tecnológicos, exigiram que o desenho da programação geral e a forma como as atividades fossem conduzidas, passassem por adaptação. Toda essa reorganização exigiu a dedicação de muitas pessoas, vinculadas seja à comissão de acessibilidade, à de webtransmissão – a grande novidade dessa edição – e também à da monitoria e à da secretaria.

Além de contarmos com as pessoas envolvidas diretamente na organização do Fazendo Gênero 12 – e que foram primordiais no sucesso das duas semanas de evento, no que diz respeito à acessibilidade, por meio de intérpretes de Libras e traduções simultâneas, o Seminário contou com o apoio da CAPES, por intermédio da Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPG) da UFSC, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) através de sua Bancada Feminina, e da Fundação Friedrich Ebert (FES).

A diversidade e pluralidade de vozes que circularam – e se fizeram presença – nos dias de evento é materializada nas contribuições que integram o volume, o qual está organizado em três seções: *Falas, trajetórias, afetos: percursos...*, *Direitos, lutas, reivindicações* e *Outras possibilidades, práticas, modos de (r)ex(s)istir*. Essas partes permitem estabelecer articulações imprescindíveis entre vozes acadêmicas, ativistas e de artistas do Brasil e do exterior. Entre pesquisas, práticas e experimentações, reflexões, proposições, tensionamentos e trajetórias são delineadas, materializadas.

SUMÁRIO




Na seção *Falas, trajetórias, afetos: percursos...*, apresentamos os trabalhos que, entre outros temas, discutem política, lutas das mulheres, imprensa e mídia. Iniciamos com uma homenagem a Nilcéa Freire, escrita por Sônia Malheiros Miguel, intitulada *Nilcéa Freire: política para as mulheres, compromisso de todos os dias*, que lembra o quanto ela foi uma aguerrida da democracia e figura importante no trabalho que desenvolveu à frente da Secretaria de Política para as Mulheres.

O texto seguinte, de Lourdes Maria Bandeira, *Homenagem a Nilcéa Freire (1953-2019): Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres* dedica-se à trajetória da ex-Ministra da SPM e sua importante atuação e articulação de políticas públicas. A publicação desse texto materializa a participação de Lourdes no evento e marca não apenas sua presença constante nas edições do Fazendo Gênero, como também uma das últimas atuações em evento antes de seu falecimento, em setembro de 2021, poucas semanas após o término do Seminário.

No capítulo seguinte, *Re-Visões e Re-significações da História: Adriana Varejão e Paula Regos em “encontro colonial”*, Ana Gabriela Macedo estabelece um diálogo entre poéticas visuais dessas artistas à luz do “encontro colonial”. Ana Maria Veiga, com o capítulo *30 anos da Revista Estudos Feministas: entre emergências e continuidades*, apresenta uma visão panorâmica do histórico da revista, articulando sua atuação no campo feminista e o consequente reconhecimento da REF como um dos principais veículos de divulgação desses saberes, não apenas no Brasil como também em âmbito internacional.

Em *A “Voz” de mulheres afrodescendentes e africanas: empoderamento e renovação*, Joana Passos convoca vozes ensaísticas e literárias de várias mulheres que escrevem dedicadas, em seus projetos, a resistir ao racismo e sexismo presentes nas sociedades atuais. Nesse encontro de vozes, reúnem-se afrodescendentes e africanas, numa exploração de afinidades transnacionais que aproximam várias comunidades numa mesma luta.

SUMÁRIO



Cinema, mulheres e memória cultural: o Estado Novo nos documentários Natal 71 e Natureza Morta é o tema de Margarida Esteves Pereira ao discutir como o cinema documental contemporâneo feito por mulheres tem possibilitado resgatar a memória do período do Estado Novo em Portugal. Já Andrea O'Reilly, ao posicionar a maternagem como verbo – maternar –, em *Feminismo matricêntrico: um feminismo para e sobre as mães*, proporciona uma compreensão neutra em termos de gênero sobre o trabalho materno. A partir disso, aprofunda o entendimento de como o trabalho materno está imbricado à noção de gênero, o que pode ser transformado por meio da maternagem empoderada. Ainda sobre esta temática, em *Maternidade e maternagem no século XXI: mídias, artes e direitos*, Maria Collier de Mendonça, Maicyra Teles Leão e Silva e Paula Pinhal de Carlos exploram diferentes perspectivas sobre experiências de maternagem, identidades e subjetividades maternas, a partir de imagens e discursos maternos propagados nas mídias, assim como ideologias, políticas e práticas ativistas em defesa dos direitos maternos.

Em *Mídia, jornalismo, gênero e feminismos: desafios e possibilidades*, Melina de la Barrera Ayres e Raquel de Barros Pinto Miguel tecem reflexões a respeito de possíveis diálogos entre a prática midiática e jornalistas e as questões de gênero, feminismos e diversidades. Ainda no campo do estudo das mídias, Soraya Barreto Januário, em *Feminismo de mercado e publicidade no cenário brasileiro*, propõe uma reflexão sobre o processo de mercantilização das bandeiras feministas pela publicidade e pelo mercado no Brasil.

Mulheres brasileiras numa Itália em pandemia é o tema de Maria Catarina Chitolina Zanini ao discutir a experiência de mulheres brasileiras na Itália durante a pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021. E, para finalizar esta seção, apresentamos a contribuição de Maria Rosa Lombardi, intitulado *Trabalho e gênero em TI na atualidade: algumas questões para investigação*, que apresenta um balanço da atual

SUMÁRIO

posição das mulheres no mercado de trabalho da área de Tecnologia da Informação analisando estatísticas de emprego de 2015 a 2019.

Na segunda seção, intitulada *Direitos, lutas, reivindicações*, reunimos os trabalhos que discutem sobre o enfrentamento às violências, questões ligadas ao aborto, sexualidades, entre outros temas. Em *Mortes evitáveis: os desafios no enfrentamento ao feminicídio no Brasil e em Santa Catarina*, Anne Teive Auras busca demonstrar que o feminicídio é uma morte evitável, uma vez que reflete a persistência de uma brutal desigualdade de poder entre homens e mulheres, além de enfatizar a fragilidade das políticas públicas voltadas tanto à promoção da equidade de gênero quanto à ampliação e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, bem como ao combate ou repressão a quaisquer atos de violência.

Karina Janz Woitowicz, em *Mulheres de luta, nas ruas e na imprensa: ditadura e resistência feminista nos anos 1970 e 80 no Brasil*, discute a presença e o papel da imprensa alternativa nas lutas promovidas pelo movimento feminista entre os anos 1970 e 80, em meio à ditadura militar no Brasil. Ao identificar características próprias dos jornais que circularam no período, a partir de pesquisa documental junto a acervos de jornais e de bibliografia sobre o tema, são apresentadas algumas experiências que evidenciam não apenas a importância, mas também os desafios de produzir um discurso próprio por meio da imprensa, com os propósitos de organizar, mobilizar e difundir as causas das mulheres, deixando um legado para os feminismos após o processo de abertura política.

Camila Feix Vidal e Pâmela de Amorim Martins tratam da ofensiva contra o aborto no capítulo *Agenda antiaborto na América Latina e no Brasil: uma ofensiva transnacional. Entre direitos e precariedades: cidadania de pessoas trans no Brasil, no Uruguai e Argentina* é a contribuição de Keo Silva na qual, a partir de uma abordagem interdisciplinar entre os campos da educação, estudos de gênero e antropologia – e permeado por outras áreas do campo do conhecimento científico –,

SUMÁRIO

busca realizar um comparativo entre as legislações do Brasil e do Uruguai no que diz respeito às políticas para pessoas trans.


A geografia do prazer lesbiano é o tema de Patrícia Lessa que, ao dialogar com Monique Wittig, Luce Irigaray, Audre Lorde e Tânia Navarro Swain, apresenta questões para pensar a multiplicidade inscrita nos corpos lesbianos. Márcia Oliveira, em *Ausência e sobrevivência: o outro lado do arquivo na obra de Rosângela Rennó*, reflete acerca da dicotomia ausência/sobrevivência na construção do arquivo e a forma como contribui seja para a nossa compreensão do passado, seja para a vivência do presente, ou para a construção do futuro.

Sabrina Arini, em *Super-homem: como entender o masculino através de um olhar psicanalítico*, discute masculinidades, violência de gênero e masculinidade tóxica. Bruna Tupiniquim Marques, em *Másculindades*, nos oferece imagens em torno das masculinidades a partir de materiais e superfícies diversas, entre colagens, desenhos, pinturas... E as artes, articuladas às resistências e aos ativismos também é o tema de Tainan Silva do Amaral em *Arte e resistência: relações entre obras de Lyz Parayzo e categorias de Michel Foucault*.

A última seção é dedicada a outras e diversas possibilidades de análise, bem como aos modos de (r)ex(s)istir. Daia Moura discute em *Diáspora* o solo que foi criado para a edição *Territórios do Projeto ExperimentaSom*, que promovia encontros criativos e parcerias entre artistas da cidade de Sorocaba, São Paulo. O solo é um diálogo multimídia, que explora o conceito de diáspora em convergência com o corpo em dança. O trabalho concebido em 2019, antes da pandemia de Covid-19, tem duração de quinze minutos e foi criado a partir dos trânsitos e vivências em danças de matriz afro-brasileira (capoeira, samba de roda, tambor de crioula, jongo, batuque).

Em *La producción de la subjetividad en el arte*, Rosa Maria Blanca Cedillo analisa a proposta curatorial da III Mostra de Arte e Gênero.

SUMÁRIO




Gigantes na luta, do carnaval de rua às passeatas: o encontro da arte com a política no corpo das mulheres em perna de pau é o tema de pesquisa de Paula Batista da Silva. *Trabalho de campo e questões de gênero: diálogos entre o norte e o sul global*, de autoria de Arianna Sala, Caroline Soares de Almeida, Cristhian Cajé Rodriguez, Lucas Martinelli e Malika Ouacha, apresenta as principais questões discutidas no âmbito do Fazendo Gênero durante a mesa-redonda com o mesmo título.

O fortalecimento do campo de estudos sobre práticas cênicas feministas e representações de identidades de gênero na área das artes cênicas nas universidades brasileiras é o tema de Maria Brígida de Miranda, Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra, Lúcia Regina Vieira Romano, Dayana Roberta Silva Gomes e Daiane Dordete Steckert Jacobs, em *Uma década na trama do tempo: fazendo gênero no teatro*. A importância das mostras audiovisual e fotográfica no centro de nosso evento é o tema abordado por Carmen Rial, Carla Pires Vieira da Rocha, Caroline Soares de Almeida, Cristhian Fernando Cajé Rodriguez, Gabriel Sabanay, Nicolly Mendonça da Silva e Natalia Pérez Torres, em *Os 20 anos das Mostras Audiovisual e Fotográfica do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*. Escuta de crianças, imaginação criativa e protagonismo infantil é o tema abordado por Rita de Cássia Oenning da Silva, Regina Ingrid Bragagnolo e Kurt Shaw, em *Imaginação criativa, gênero, performance e diversidade: desafios e encantamentos da participação de crianças e adolescentes no Fazendo Gênero 12*. E, fechando a seção sobre as diversas possibilidades, apresentamos um belo relato da Comissão de Movimentos Sociais do Fazendo Gênero escrito por Vera Gasparetto, Luciana Rodrigues Gransotto, Francine Costa, Débora Speck e Pâmela de Amorim Martins com o título *A construção dos direitos a partir dos afetos: a práxis da Comissão de Movimentos Sociais do Fazendo Gênero 12*.

Para encerrar o volume, contamos com a contribuição da colega Marlene de Fáveri, que coorganizou a 12ª edição do Fazendo Gênero

SUMÁRIO



como representante da UDESC, com o texto *Breve epílogo, ou sigamos com a força que move as mulheres*. E essa força tomou outro fôlego especialmente com a aproximação do Fazendo Gênero com o *Congresso Mundos de Mulheres*, em 2014, quando fomos para a Universidade de Hyderabad, na Índia, com o propósito de trazer pela primeira vez para a América do Sul esse congresso itinerante que teve sua origem em 1981 na Universidade de Haifa, em Israel. Em 2017 aconteceu na UFSC, em Florianópolis, junto com o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*. Do Brasil, o congresso rumou para Moçambique, onde foi realizado em 2022 na Universidade Eduardo Mondlane, sediado em Maputo e que contou com a participação de muitas mulheres envolvidas no planejamento destas últimas edições e vinculadas ao Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, de maneira a conectar ações e pesquisas no campo dos estudos de gênero e de uma *práxis* feminista, mesmo que distantes continentalmente, mas muito próximas às pautas e às lutas. Essa edição do Congresso teve como tema “Feminismos Africanos – Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um *corredor de saberes* que cuida e resiste”⁴.

Com a publicação desse volume queremos celebrar nossas realizações, retomando um trecho de autoria da escritora moçambicana Paulina Chiziane – e que, em 2021, foi a primeira escritora de seu país a ser agraciada vencedora do prestigiado Prêmio Camões (PAULINA, 2021)⁵ – presente em seu romance *Niketche*:

Celebro o amor e a vida. Danço sobre a vida e a morte. Danço sobre a tristeza e a solidão. Piso para o fundo da terra todos os males que me torturaram. A dança liberta a mente das preocupações do momento. A dança é uma prece. Na dança celebro a vida enquanto aguardo a morte. Dançar. Dançar a derrota do meu adversário. Dançar na festa do meu aniversário. Dançar

4 A expressão “corredor de saberes” é baseada na tese de Vera Gasparetto (2019).

5 O Prêmio Camões foi instituído em 1988 com o “objetivo de consagrar um autor de língua portuguesa que, pelo conjunto de sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural de nossa língua comum”. De Moçambique, antes de Paulina, receberam o prêmio José Craveirinha (1991) e Mia Couto (2013). Disponível em: <https://www.gov.br/brn/pt-br/assuntos/noticias/premio-camoes-de-literatura-2022>

SUMÁRIO

sobre a coragem do inimigo. Dançar no funeral do ente querido. Dançar à volta da fogueira na véspera do grande combate. Dançar é orar. Eu também quero dançar. A vida é uma grande dança (Paulina CHIZIANE, 2004, p. 16).

É com essa dança que finalizamos essa breve reflexão. Percebemos nesta edição do Fazendo Gênero uma maior presença de uma epistemologia feminista desde o Sul Global. Os “lugares de fala” também foram atravessados pelas teorias de diferentes territórios e, nesse sentido, concordamos com Catarina Oliveira (2016, p. 135) quando infere que “[...] o Sul Global tem produzido, por décadas, conteúdos de peso sobre a investigação feminista [...]”. Assim, os vários modos de (r)ex(s)istir estiveram presentes nos textos de acadêmicas, de artistas e artistas em redes de pesquisas, lutas e afetos.

REFERÊNCIAS

CHIZIANE, Paulina. **Niketche**: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARETTO, Vera. **Corredor de saberes**: *vavasati vatinhonha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. 2019. 462 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193918>. Acesso em: 03 set. 2020.

PAULINA Chiziane, do Moçambique, vence Prêmio Camões 2021. **Rascunho**, 20/10/2021. Disponível em: <https://rascunho.com.br/noticias/paulina-chiziane-do-mocambique-vence-premio-camoes-2021/>. Acesso em: 30 out. 2021.

SILVA, Janine Gomes da; ZANDONÁ, Jair. Fazendo Gênero em tempos de pandemia: debates (im)pertinentes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e88176, 2022.

OLIVEIRA, Catarina Nascimento. Epistemologia feminista sob a ótica do Sul Global. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero e violências**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016, p. 121-141.



1

**FALAS,
TRAJETÓRIAS,
AFETOS:
PERCURSOS...**



1

Sônia Malheiros Miguel

Nilcéa Freire:

política para as mulheres,
compromisso de todos os dias

Nilcéa Freire:

Policy for women,
everyday commitment

Nilcéa Freire,

Política para las mujeres,
compromiso cotidiano

SUMÁRIO

Em primeiro lugar, um salve à 12ª edição do *Seminário Internacional Fazendo Gênero – Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos*. Nesses tempos difíceis, de perdas de direitos, a sua realização é também resistência.⁶

Quero, mais uma vez, agradecer o convite de Miriam Grossi para integrar esta mesa. Muito me honra a parceria e a amizade que construímos. É também uma enorme alegria dividir este espaço com Lourdes Bandeira, com quem tive o prazer de compartilhar, durante bons anos, o trabalho na SPM⁷.

Por fim, quero parabenizar e agradecer a todas as pessoas envolvidas na produção de mais este Fazendo Gênero, realizado a distância, mas tão presente. Tenho o privilégio de ter participado de todas as edições. Na última, em 2017, abri minha fala com um #ForaTemer, pois já vivíamos as consequências do golpe de 2016 que tirou do poder a primeira mulher presidenta do Brasil. Nesta edição, em 2021, abro minha fala com um #ForaBolsonaro e todo seu governo.

De lá para cá vivemos a consolidação e o aprofundamento do golpe, com o impedimento da candidatura de Lula e a eleição da chapa Bolsonaro/Mourão em 2018. E, desde então, estamos sofrendo na pele a desastrosa e genocida gestão deste governo. Talvez por isso, ao pensar o período de Nilcéa Freire à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres um sentimento de tristeza me invade.

De um lado, por ela não estar mais entre nós. Com sua energia, sua alegria de viver, sua intensidade, sua determinação, força e seu

6 Esse texto tem como base a fala na Mesa-redonda: Homenagem à ministra Nilcéa Freire, que contou também com a participação de Lourdes Bandeira (UnB – Universidade de Brasília) e foi coordenada por Miriam Grossi (UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina), realizada em 28 de julho de 2021, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 – Lugares de fala: direitos, diversidades e afetos.

7 Dedico esse texto também a Lourdes Bandeira, que nos deixou pouco tempo depois de termos participado juntas dessa homenagem à Nilcéa. Sua contribuição para os estudos de gênero e para as políticas para as mulheres fica como um importante legado.

SUMÁRIO

grande coração. De outro, por ver todo o trabalho feito naqueles anos (e nos seguintes), sendo desestruturado, interrompido, desmontado. Mas vamos lá. Quero aqui destacar alguns aspectos de sua personalidade, do trabalho que desenvolveu à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da compreensão que tinha do “fazer política”.

UM CONTEXTO DE ESPERANÇA

É importante lembrarmos o contexto que vivíamos no Brasil quando Nilcéa Freire assumiu a SPM. Era o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006). A força dos movimentos sociais e populares que o apoiaram e os compromissos de redução da pobreza e das desigualdades que o elegeram, ainda estavam muito vivas.

Cumprindo o prometido em articulações com organizações de mulheres e feministas e com a Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, no primeiro dia do seu mandato Lula cria a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, para “assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres” (BRASIL, 2003).

Em janeiro de 2004, convidada pelo presidente Lula, Nilcéa Freire assume a Secretaria, substituindo Emília Fernandes, que foi a primeira Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, ficando um ano na sua direção. Emília saiu após declarações de que o controle da natalidade seria incluído como parte das contrapartidas exigidas das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família (Iuri DANTAS, 2004).

Seu posicionamento gerou muita resistência dentro do governo, por parte de integrantes de sua própria equipe, de organizações de mulheres e feministas e, inclusive, da coordenadora do Programa,

SUMÁRIO

Ana Fonseca (luri DANTAS, 2004a). Com sua recusa em voltar atrás na defesa dessa condicionante houve enorme pressão para que fosse substituída, o que ocorreu com o convite para que Nilcéa Freire assumisse o cargo.

A indicação de Nilcéa para a direção da SPM foi recebida com certa desconfiança pelos movimentos de mulheres e feministas, por não ter uma trajetória ligada a esse campo. Sabia-se que era uma mulher de esquerda, médica e que tinha implantado o sistema de cotas na sua gestão como a primeira mulher Reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Mas essa desconfiança inicial logo se desfez e se tornou admiração. Pela sua sensibilidade na escuta, pelo seu apreço ao trabalho coletivo, pela sua determinação em estudar os temas que estavam sob a responsabilidade da SPM e pela habilidade que tinha de se cercar de pessoas capazes de contribuir para a consolidação da Secretaria e das políticas para as mulheres e das políticas de igualdade de gênero no Governo.

Nilcéa assume a direção da Secretaria tendo, logo de cara, de tomar uma importante decisão. Realizar ou não a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que tinha sido convocada por Decreto pelo Presidente Lula, em dezembro de 2003 (BRASIL, 2003a). Já ali afirmou ao que veio, honrando o compromisso assumido e enfrentando o desafio de corpo e alma. Na apresentação do Documento Base – *Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais* (BRASIL, 2004), demonstra a consciência do momento que vivíamos:

A Convocação desta Conferência se dá em um momento em que o Brasil tem a sua frente o desafio de realizar profundas transformações na estrutura da sociedade brasileira, exigidas pela população quando elegeu, em 2002, um governo democrático e popular. Não tínhamos a ilusão de que essas transformações iriam ocorrer de forma instantânea e milagrosa, de um momento para o outro. Acreditamos em uma mudança

SUMÁRIO

concertada coletivamente, por isso a proposta de realização desta I Conferência Nacional (BRASIL, 2004, p. 7).

Vale lembrar que nos governos do PT as conferências nacionais, com todos os seus limites, se tornaram a mais importante e abrangente política participativa do Brasil. Nos dois mandatos do presidente Lula quase 50 conferências nacionais foram realizadas, duas delas de políticas para as mulheres: uma em 2004 e outra em 2007 (Leonardo AVRITZER, 2012).

O processo de Conferências continuou nos dois mandatos da presidenta Dilma Rousseff. Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres foram mais duas. A terceira, convocada pelo Decreto de 15 de março de 2011; e a quarta pelo Decreto de 30 de março de 2015 (e pelo Decreto de 3 de fevereiro de 2016, que alterou a data), realizada em maio de 2016, durante a farsa do julgamento do processo de *impeachment*.

Em contraponto, dando a dimensão do que estamos vivendo, para marcar os 100 dias de governo o presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto n.º 9.759/2019, que diminuiu de 700 para menos de 50 o número de conselhos, extinguindo também a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social (Decreto n.º 8.243, de 23 de maio de 2014), ambos criados pelo governo Dilma Rousseff.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES, PENSADAS EM CONJUNTO

Uma das riquezas do período de Nilcéa à frente da SPM foi a compreensão – que defendeu bravamente – de que seria impossível avançarmos na implementação de políticas de igualdade somente

SUMÁRIO

com a SPM. Que este era um desafio e uma tarefa do Governo como um todo e não de um órgão específico. E mais, que o objetivo final eram políticas de Estado e não de governos.

Nilcéa teve o tino político de reconhecer que a SPM se fortalecia, ao fortalecer as iniciativas de diferentes ministérios e órgãos governamentais para incluírem a perspectiva de gênero nas suas políticas, estimulando a criação de assessorias, diretorias de políticas para as mulheres ou comitês de gênero nas suas estruturas.

A criação da SPM trouxe impactos importantes também em relação ao Plano Plurianual com uma forte evolução da perspectiva de gênero no PPA. Provocado permanentemente pela SPM, o governo afirmou a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero na formulação conceitual do PPA. Na apresentação da publicação *Com todas as mulheres, por todos os seus direitos*, Nilcéa afirma:

Sem dúvida, as conquistas dos últimos anos foram várias e podemos afirmar que uma das mais importantes, no plano da ação governamental, foi o destaque dado à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia no Plano Plurianual 2008-2011, através do enunciado do seu quarto objetivo estratégico: 'Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos' (BRASIL, 2010, p. 7)

Nilcéa compreendeu também a necessidade de organismos estaduais e municipais responsáveis por implementar políticas de igualdade de gênero, estimulando a criação e estabelecendo fortes parcerias com organismos de políticas para as mulheres de estados e municípios, o que resultou na criação do *Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres*. Em 2003, eram menos de 20. Em 2014, segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, os OPM estavam presentes em 11,8% do total de municípios brasileiros, num total de 680 OPMs, sendo 24 estaduais e 656 municipais (BRASIL, 2015, p. 40).

SUMÁRIO

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultado da *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, foi a cunha e a linha mestra utilizada por Nilcéa para mergulhar na construção de políticas para as mulheres e de igualdade de gênero.

A I CNPM foi precedida de plenárias municipais e/ou regionais, e das Conferências Estaduais. A estratégia permitiu a participação de mais de 120 mil mulheres de todo o país, dando consistência às propostas, garantindo representatividade e a expressão da diversidade da população. E a ministra Nilcéa rodou o Brasil nessa construção.

Entre 15 e 17 de julho de 2004, Brasília recebeu 1.787 delegadas e cerca de 700 convidadas e observadoras que discutiram, e as delegadas aprovaram, os pressupostos, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, que orientaram a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A ministra Nilcéa participou intensamente de todo o processo.

A elaboração do PNPM, propriamente dito, foi iniciada com o Decreto Presidencial de 15 de julho de 2004, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por representantes de sete Ministérios – Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Planejamento, Orçamento e Gestão; da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR); do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM; e das Secretarias da Mulher do Estado do Acre e do Município de Campinas/SP, sob a Coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Em paralelo às reuniões do GTI, as representantes do Ministério do Planejamento, do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – e da SPM, consultaram diferentes ministérios para montagem dos Planos de Ação. Além das prioridades que emergiram dos

SUMÁRIO

trabalhos da I CNPM, também foram incluídas no PNPM as prioridades já definidas pelo Governo Federal.

O PNPM foi pactuado pessoalmente pela Ministra Nilcéa Freire com os Ministros das pastas diretamente envolvidas nas ações propostas, antes de sua avaliação e aprovação pelo Presidente da República. Na Apresentação do *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, Nilcéa destaca o papel da SPM no interior do Governo:

A atuação da Secretaria estimula e provoca as diferentes áreas do governo a pensarem o impacto de suas políticas sobre a vida das mulheres e homens. Entendendo que esse impacto se dá diferentemente na vida das mulheres, das mulheres negras, de homens negros, brancos, de mulheres índias e que as políticas para serem universalistas, para atingirem todas as pessoas, tem necessariamente que considerar as diferentes origens, orientações sexuais, gerações e condições física e mental. Há que se afirmar as diferenças em direção à promoção da igualdade (BRASIL, 2004a, p. 14).

Para que o Plano tivesse um monitoramento compartilhado, em 2005 instalou o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Decreto n.º 5.390, de 8 de março de 2005), composto por 12 Ministérios e três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Outros quatro decretos incluíram 21 novos membros, ampliando a capacidade de articulação e de monitoramento do PNPM. Assim, o Comitê passou a ter como membros efetivos 32 órgãos governamentais, além das três representações de organizações da sociedade civil integrantes do CNDM, garantindo a transversalidade em todas as fases do Plano.

Um segundo ponto que gostaria de destacar na atuação da Nilcéa é a capacidade e disposição que sempre teve para escutar as demandas dos movimentos de mulheres e feministas e, a partir daí, construir coletivamente as ações e políticas da SPM. Capacidade esta que demonstrou em todo o processo de construção da primeira

SUMÁRIO

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, como já pudemos destacar.

A elaboração da Lei Maria da Penha (Lei n.º 1.1340, de 7 de agosto de 2006) é outro bom exemplo dessa relação de confiança construída com os movimentos. A proposta base elaborada por um consórcio de organizações feministas foi entregue a Nilcéa, que constituiu um grupo de trabalho interministerial, incluindo representantes do consórcio, que resultou na apresentação de proposta ao Congresso e, finalmente, na aprovação da Lei, em 2006.

Essa postura de parceria com os movimentos se expressa também na relação estabelecida com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que, em 2003, foi integrado à estrutura da SPM. Na sua gestão, o Conselho passou a ter representantes de diferentes ministérios e representantes de organizações do movimento social de mulheres, não mais indicadas, mas escolhidas de forma democrática pelo próprio movimento.

Pensar a trajetória de Nilcéa Freire é necessariamente pensar o coração da Secretaria de Políticas para as Mulheres. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, linha mestra das políticas para as mulheres no período governado pelo Partido dos Trabalhadores, foi gestado sob sua batuta.

No texto *Mulheres e Poder. Uma relação delicada?* publicado no livro *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*, ao avaliar sua gestão à frente da SPM, Nilcéa ressalta que a caminhada não foi fácil:

O cotidiano da administração pública no Brasil é complexo e o poder no seu interior disputado centímetro a centímetro. Como os recursos são em geral limitados, ao menos no campo social, a solidariedade e colaboração internas, que deveriam ser a base de políticas sociais, integradas e integrais, são produtos escassos nas prateleiras de governos em todos os níveis. Para gestoras dos organismos de Políticas para as Mulheres a disputa é

ainda mais dura, posto que a sua própria presença e autoridade são frequentemente questionadas (Nilcéa FREIRE, 2011, p. 138).

Essa consciência das dificuldades e da importância da inserção das políticas para as mulheres em todas as frentes Nilcéa teve durante sua gestão, bem como o entendimento de que eram as parcerias com diferentes ministérios e órgãos governamentais, mas também com as organizações de mulheres e feministas que dariam a base para que essas políticas fossem pensadas e implementadas. E isso podemos observar nas diferentes áreas que impulsionou nos anos em que esteve à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

PESQUISA E EDUCAÇÃO, UMA PREOCUPAÇÃO PERMANENTE

Foram muitas as políticas implementadas em diferentes áreas. A preocupação com a educação e a pesquisa foi uma importante marca da gestão de Nilcéa. Em articulação com o Ministério da Educação e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, via CNPq, lançou o Programa *Mulher e Ciência* para o fortalecimento das pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos (Portaria Interministerial MCT/SPM n.º 437, de 31 de agosto de 2004).

Implementado a partir de 2005, o Programa tinha dois grandes objetivos: estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país; e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Foi desenvolvido com base em três grandes ações: um edital bianual para a concessão de apoio (recursos financeiros e bolsas) na temática: “mulheres, relações de gênero e feminismos”; um prêmio anual denominado “Construindo a Igualdade de Gênero” para estudantes

SUMÁRIO

do Ensino Médio, Ensino Superior, Pós-graduação e Escolas do Ensino Médio (que premiava projetos desenvolvidos nas escolas); e um encontro trienal de núcleos de pesquisa sobre mulheres, relações de gênero e feminismos para discutir tanto a produção na área quanto as relações de gênero no campo científico.

O Programa teve continuidade, outra grande preocupação que Nilcéa tinha em relação às ações que a SPM desenvolvia. De 2005 a 2015, foram lançadas dez edições do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* com quase trinta mil inscrições em todas as categorias. Também neste período, foram realizadas quatro chamadas do Edital, com a implementação total de cerca de vinte e um milhões de Reais (R\$ 21.200.000,00) e dois Encontros *Pensando Gênero e Ciência*.

Artigo apresentado no *XI Congresso Ibero-americano Ciência, Tecnologia e Gênero* (2016), destaca o Programa *Mulher e Ciência* como “a única iniciativa governamental, no âmbito nacional, com o foco em incrementar a participação feminina em C&T” (Maria Conceição da COSTA; Betina STEFANELO; Maria LOPES, 2016).

Mas as iniciativas nesse campo não se resumiram no Programa *Mulher e Ciência*. Na gestão de Nilcéa a SPM estabeleceu parceria com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para a concessão de bolsas de mestrado sobre a temática do enfrentamento a violência contra as mulheres. Com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) criou o Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, elaborou o suplemento sobre vitimização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/IBGE e o módulo sobre organismos de políticas para mulheres, inserido na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, em 2009.

Criado pela Portaria Interministerial n.º 60, de 19 de setembro de 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo tinha por objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero

SUMÁRIO

na produção e análise das estatísticas oficiais do país. Era integrado por representantes da SPM, do IPEA e do IBGE. Como convidadas permanentes participavam representantes da ONU Mulheres e da OIT.

Como se pode verificar, a produção de dados, pesquisas e informações sobre as mulheres brasileiras foi uma característica da gestão de Nilcéa, como forma de embasar as decisões e políticas implementadas. Em 2009, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher lança o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, com a função disseminar informações gerais sobre as desigualdades de gênero e os direitos das mulheres.

Seu interesse nesse campo está evidente na quantidade de publicações da própria SPM ou apoiadas pela SPM, no período em que Nilcéa dirigiu a Secretaria. E no seu apoio a inúmeros encontros regionais, nacionais e internacionais no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, dos quais os Fazendo Gênero são o melhor exemplo.

UM OLHAR INTERSECCIONAL, QUE ASSOCIA O ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA

Outro tema que sempre mobilizou Nilcéa Freire foi o enfrentamento ao racismo. Responsável pela implantação da política de cotas na UERJ, fortaleceu esse olhar na SPM. Foi na sua gestão, a partir deste entendimento e da mobilização organizada pelos movimentos de mulheres negras e lésbicas, que a *II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres* aprovou, em sua plenária final, a inclusão de um eixo específico para o “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia” no *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, instituindo Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do II

SUMÁRIO

PNPM, com a finalidade de elaborar propostas para a sua implementação (Portaria n.º 16, de 18 de março de 2009).

Na Apresentação do Relatório final do GT, “Pensar o Brasil para o Enfrentamento do Racismo, do Sexismo e da Lesbofobia” (publicado em 2010 e reeditado em 2011), Nilcéa aponta a necessidade de reconhecermos a dimensão ideológica do racismo associado ao sexismo, como pressuposto para que se desenvolvam ações de impacto na vida da maioria das mulheres:

Frente ao grave quadro de desigualdades e exclusões, fica evidente que a luta das mulheres por direitos – especialmente das negras –, ainda não se traduziu em uma questão para toda a sociedade, não tendo a visibilidade que demandam a magnitude dos fenômenos da discriminação e do preconceito. Neste contexto, o mito da democracia racial segue propalando a negação do racismo no país. Esta negação torna-se, muitas vezes, prática institucionalmente reproduzida na esfera pública, o que se constitui como um obstáculo à adoção de estratégias para o enfrentamento às discriminações raciais (BRASIL, 2010a, p. 12).

Como registro, a primeira publicação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no campo do enfrentamento a violência, *Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero – Construindo Políticas Públicas*, ainda sob a gestão da então Secretária Especial Emília Therezinha Xavier Fernandes, já indicava a preocupação com o enfrentamento ao racismo.

Sueli Carneiro assina um dos textos que apresentam o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional, e destaca a necessidade de que o tema incorpore a questão racial. Para ela, “a ausência do recorte racial nesse tema tem postergado a análise e melhor compreensão das particularidades que o fenômeno pode adquirir quando relacionado especificamente ao grupo negro” (Sueli CARNEIRO, 2003, p. 11). Heleieth Saffioti, assina outro, *Violência Estrutural e de Gênero – Mulher*

gosta de apanhar?, destacando a necessidade de olharmos para o entrecruzamento do patriarcado, racismo e capitalismo ao tratarmos do tema (Heleieth SAFFIOTI, 2003).


Algumas palavras definem Nilcéa Freire – determinação, resistência, companheirismo, trabalho coletivo, coragem e alegria. Se avaliarmos os 13 anos de existência da Secretaria de Políticas para as Mulheres vamos observar que Nilcéa esteve envolvida em todas as grandes políticas públicas implementadas no período. Sejam as executadas diretamente pela SPM, sejam as executadas por outros ministérios ou órgãos do governo federal. Tinha como preocupação a forma como elaborar as políticas, em diálogo permanente com os movimentos feministas e de mulheres, e com as mulheres beneficiárias diretas dessas políticas.

MAS NEM TUDO FORAM FLORES E NILCÉA SE MANTEVE FIRME NA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Todo o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com diferentes ministérios e órgãos governamentais, foi gestando uma maior compreensão do significado e impacto das políticas de igualdade de gênero, mas também foi gestando maiores resistências.

Vale lembrar que a existência da Secretaria nunca foi uma unanimidade dentro do governo. Não é coincidência que durante toda sua existência, cada vez que se falava em reforma ministerial a SPM era lembrada – seja na lista de “extintos” seja na lista dos “subsumidos” em algum outro órgão ou ministério.

SUMÁRIO



O que acabou acontecendo no final de 2015, por ironia, no governo da primeira mulher eleita presidenta do país quando, em mais uma tentativa de “se manter no poder”, Dilma Rousseff cede às pressões de setores conservadores e fundamentalistas que compunham a sua base de apoio e funde as Secretaria de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos (incorporando também a Secretaria Nacional da Juventude) no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Atualmente, no governo Bolsonaro, depois de inúmeras outras mudanças, temos o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019). Para ninguém ter dúvida, é ministério da mulher e não das mulheres; e da família, não das famílias.

As forças políticas que foram derrotadas com a eleição de Lula não levaram muito tempo para se rearticular. O mesmo aconteceu com as forças políticas que compunham o governo por conveniências diversas, que não incluíam nos seus projetos a redução das desigualdades, a ampliação de direitos, a distribuição de renda, a justiça social. Rapidamente se reorganizam e passam a exercer uma maior pressão sobre o governo. Fatos esses que se aprofundam nos mandatos de Dilma Rousseff, até a ocorrência do golpe, em 2016.

Com o tempo essas forças foram se reacomodando – neste lugar no poder que parte nunca deixou de ocupar – e voltam a defender com afinco seus próprios interesses. O conhecido Centrão segue até hoje aí, e não nos deixa mentir.

Essa rearticulação conservadora vai crescendo aos poucos e podemos observar diferença de posturas dentro do governo do primeiro para o segundo mandato do presidente Lula, com reflexos nas ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

SUMÁRIO

Alguns temas que tiveram impulsos importantes no primeiro mandato, passaram a sofrer maior resistência internamente no governo. O tema dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, em especial o direito ao aborto gratuito, legal e seguro é um bom exemplo. Durante o primeiro mandato, mesmo com resistências, foi possível aprovar na Conferência e incluir no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, como prioridade, a revisão da legislação punitiva sobre o aborto.

O terceiro capítulo do I PNPM, *Saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos*, tinha como prioridade 3.6: “Revisar a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez” (BRASIL, 2004a, p. 66). Vale destacar o cuidado que ainda se teve em não utilizar a palavra “aborto” no texto, o que fala muito das tensões e negociações para a inclusão desse compromisso no Plano.

Esta prioridade tinha uma única ação: “Constituir comissão tripartite, com representantes do poder executivo, poder legislativo e sociedade civil para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez”. (BRASIL, 2004a, p. 71). Por sinal, essa foi uma recomendação da Plataforma de Ação de Beijing, aprovada em 1995: “considerar a possibilidade de reformar as leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que tenham sido submetidas a abortos” (ONU, Conferência Mundial sobre a Mulher, 1995, p. 84).

Nilcéa, cumprindo o compromisso assumido no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, instala, em abril de 2005, a Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (CT). Criada pela Portaria n.º 4 de 6 de abril, era composta por seis representantes do Executivo, seis do Legislativo e seis da Sociedade Civil e coordenada pela SPM, com participação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

SUMÁRIO

Desde o seu início, a instalação da Comissão Tripartite sofreu resistências, em especial por parte de segmentos religiosos, que pressionaram o Governo Federal e o CNDM. A CT finalizou seu trabalho em agosto de 2005, pressionada também por parcela do próprio governo, para que a proposta não fosse entregue ao Congresso.

Anna Lúcia Santos da Cunha, em sua dissertação *Pessoa e Direito, Corpo e Ciência: negociando significados e preceitos cosmológicos em torno da legalização do aborto*, detalha com riqueza o debate que perpassou a Comissão Tripartite, revelando a delicadeza com que o tema precisou ser tratado, destacando que “a relativa dificuldade em se aprovar projetos favoráveis à descriminalização e à legalização da prática do aborto no Congresso fez com que a Comissão tivesse de contrabalançar constantemente seus posicionamentos com estratégias políticas” (Anna Lúcia Santos da CUNHA, 2007, p. 48).

Foram necessárias a determinação da ministra da SPM e pressões políticas dos movimentos de mulheres e feministas – reunidos nas *Jornadas Pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro* – para que a entrega ocorresse pelas mãos da ministra Nilcéa Freire à deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), à época relatora do PL 1135/1991. A proposta, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT/SP) e Sandra Starling (PT/MG), suprimia o art. n.º 124 do Código Penal Brasileiro, suprimindo, portanto o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. O texto do substitutivo apresentado pela deputada Jandira Feghali encampou sugestões da Tripartite (ABORTO..., 2005).

O anteprojeto resultante da Comissão Tripartite descriminalizava o aborto até a 12ª semana de gestação, ampliava o prazo da interrupção da gravidez para 20 semanas em casos de estupro e não determinava limite de tempo para o aborto em casos de grave risco à saúde da mulher e de má-formação do feto. A intenção inicial era que o próprio Governo encaminhasse a proposta ao Congresso, mas as resistências internas fizeram com que a saída acordada para que os resultados do trabalho

SUMÁRIO

da Comissão Tripartite não fossem “engavetados” fosse a entrega do anteprojeto à Câmara, o que Nilcéa fez questão de fazer pessoalmente.

O professor Thomaz R. Gallop, da Universidade de São Paulo (USP), em trabalho apresentado em reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) destaca o mérito indiscutível da iniciativa da SPM, pois “pela primeira vez na história do Brasil um órgão ligado ao poder executivo manifestava claramente disposição para colocar a questão do aborto em discussão e promover um debate reunindo representantes dos poderes executivo, legislativo e representantes da sociedade civil” (Thomaz GALLOP, 2006).

No II PNPM, resultante da *II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, também realizada na gestão de Nilcéa, o tema do aborto foi tratado de forma mais discreta. Incluído na prioridade “3.4. Promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a morbimortalidade materna” (BRASIL, 2008, p. 81). O trabalho foi centrado na articulação com o Ministério da Saúde para a elaboração de normas e portarias que contribuissem para a humanização do atendimento ao aborto legal no SUS.

Para termos uma noção de como as pressões internas foram crescendo, na elaboração do terceiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres houve resistência inclusive ao uso do termo direitos sexuais e direitos reprodutivos, como parte do título do capítulo sobre saúde das mulheres, para não chamar a atenção para o tema.

Maria Isabel Baltar da Rocha, em texto que faz uma síntese da discussão política sobre o aborto no Brasil, aponta que no Parlamento, a tensão entre tendências opostas tem paralisado decisões que envolvam mudanças legais e destaca os caminhos possíveis para se tratar do tema em nossa história recente:

De fato, com a redemocratização do país, houve mudanças a respeito da questão do aborto, mas mudanças, sobretudo, na

SUMÁRIO

visibilidade do tema, na participação de atores políticos e sociais e na ampliação do debate. Não houve modificações significativas na legislação, no entanto conseguiu-se estabelecer normas técnicas e criar serviços que procuram garantir o acesso ao aborto previsto em lei e o atendimento das mulheres em situação de abortamento, no âmbito do Poder Executivo (Maria Isabel Baltar da ROCHA, 2006, p. 373-374).

O que se constata é que de lá para cá tudo piorou. Uma das prioridades do governo Bolsonaro e de sua base no Congresso Nacional é o desmonte das políticas e direitos conquistados no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, em especial o direito ao aborto. Exemplos disso são os inúmeros decretos e portarias revogando normas até então em vigor no Ministério da Saúde, que asseguravam um atendimento humanizado e o acesso ao aborto legal ou impondo novas regras que dificultam o acesso a esse direito.

São exemplos recentes, as Portarias do Ministério da Saúde, n.º 2.282, de 27 de agosto de 2020 e n.º 2.561, de 23 de setembro de 2020, que impõem entraves à realização da interrupção de gravidez em caso de estupro, constringendo médicos e profissionais de saúde; o caso criado com a Nota Técnica n.º 16/2020 que chamava a atenção para a necessidade de se assegurar o “acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva no contexto da pandemia da COVID-19”, que levou à demissão de parte da equipe do ministério da Saúde, responsável por sua elaboração; e a apresentação, no final de 2021, pelo Presidente da República Jair Bolsonaro e a pela Ministra Damares, de projeto de lei propondo a criação do Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto (PL 2611/2021).

Nilcéa teve um papel fundamental na revitalização de espaços internacionais de debates sobre os direitos das mulheres e da igualdade de gênero. A dinâmica que sua presença instituiu na REM – *Reunião Especializada da Mulher do Mercosul*, nas reuniões da mesa diretiva da *Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe* (realizadas a cada 3 anos no âmbito da Cepal), e o novo impulso para

SUMÁRIO

as ações e atividades da Comissão Interamericana de Mulheres, que presidiu entre os anos 2004-2006, são reconhecidos por todas.

Nesses espaços, também teve papel fundamental na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e na defesa da inclusão desses termos e temas nos documentos acordados. O que estamos vendo nos dias de hoje é o oposto disso. O Brasil tem se associado ao grupo de países ultraconservadores que sugerem barrar qualquer referência à saúde sexual e reprodutiva e à igualdade de gênero em textos internacionais. É defendido também que sejam retirados desses documentos, qualquer referência sobre “educação sexual”.

Em fevereiro de 2021, na 46ª reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), ao encerrar seu pronunciamento, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou que o Brasil continuava firme na defesa da democracia, da liberdade, da família e da vida a partir da concepção, afirmando também que a proposta de inclusão do “direito à vida desde a concepção” na legislação e na própria Constituição Federal era uma bandeira do governo.

Não vivíamos em um “mar de rosas” nos governos Lula e Dilma – as disputas internas eram permanentes e intensas, mas havia uma disputa. Hoje em dia, os que tomaram o poder de forma antidemocrática com o golpe de 2016, que se consolida com a eleição de Jair Bolsonaro, impõem sua visão elitista, privatista, conservadora e fundamentalista.

UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

O golpe de 31 de agosto de 2016 que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder, trouxe como consequência imediata grandes retrocessos. A quebra da regra democrática das eleições definiram quem nos governa foi o primeiro deles. A partir daí estamos vivendo uma

SUMÁRIO

avalanche de medidas que desmantelam diferentes políticas públicas que vinham sendo executadas com o objetivo de diminuir as desigualdades e ampliar direitos.

E as políticas para as mulheres não ficam fora desse desmonte, inclusive e em especial aquelas concertadas durante o período que Nilcéa esteve à frente da SPM. Grande parte das políticas e programas aqui relatados foram descontinuados.

Seriam muitos os exemplos, mas essa é uma mesa de homenagem. E a trajetória de Nilcéa Freire não deixa dúvidas sobre o compromisso de sua vida em defesa da democracia e da igualdade. A sua passagem pela Secretaria de Políticas para as Mulheres demonstrou de maneira inequívoca essas características também na defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.

A compreensão que tinha do papel do Estado como indutor e promotor de políticas e a consciência de que estas políticas deveriam ser definidas e elaboradas de forma coletiva, em diálogo permanente com as populações diretamente interessadas, representadas em toda a sua diversidade, foi parte de sua trajetória.

Essa compreensão, que ela associou na construção e realização da primeira *Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, em julho de 2004, foi fundamental também para a elaboração do *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* como um Plano de Governo e não da SPM. Um Plano coordenado pela SPM, mas pactuado e executado por diferentes ministérios e órgãos governamentais.

A Política Nacional para as Mulheres, aprovada na Conferência, orientava-se pelos princípios:

- da igualdade e respeito à diversidade;
- da equidade;

SUMÁRIO

- da autonomia das mulheres;
- da laicidade do Estado;
- da universalidade das políticas;
- da justiça social;
- da transparência dos atos públicos; e
- da participação e controle social.

O princípio da “Autonomia das mulheres”, afirmava às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos. O princípio da “Laicidade do Estado”, que as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos.

Chama a atenção o quanto estamos longe disso hoje em dia, com um governo que tem como lema “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. E uma ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que afirma que “Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja”. (NÃO É A POLÍTICA..., 2018).

Mas a vida dá voltas, e não tenho dúvidas de que a melhor homenagem que podemos fazer à Nilcéa é a realização deste Fazendo Gênero. É resistirmos no dia a dia contra essa avalanche de atrasos, conservadorismos e fundamentalismos que assolam o Brasil. Tenho certeza de que se estivesse viva estaria aqui, junto conosco, gritando #ForaBolsonaro e todo seu governo!

E nada melhor do que encerrar com a sua lucidez, ao avaliar a experiência à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres, na apresentação de *Com todas as mulheres, por todos os seus direitos*:

Muitas vezes tivemos a sensação de estarmos tentando mover um “paquiderme”. E estávamos. Implementar políticas que se chocam, cotidianamente, com a cultura dominante não é tarefa

SUMÁRIO

fácil e muito menos para ser enfrentada de maneira exclusiva por qualquer das esferas governamentais e de poder. É necessária participação articulada e permanente de todos os atores sociais envolvidos. Aqui devemos assinalar que nunca nos faltou a contribuição, solidariedade e a crítica respeitosa dos movimentos feministas e de mulheres. A todas, agradecemos indistintamente (BRASIL, 2010, p. 7).

REFERÊNCIAS

ABORTO em pauta. **Centro feminista de estudos e assessoria** [online]. Brasília, 2005, n. 148. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1171:aborto-em-pauta&catid=132:numero-148-outubronovembrodezembro-de-2005&Itemid=129. Acesso em: 21 fev. 2022.

AVRITZER, Leonardo. **1739 Texto para Discussão**. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de Participação social no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. ISSN 1415-4765. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. Artigo 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque. *In*: Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1940.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.135 de 28 de maio de 1991**. Suprime o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; (liberalização do aborto); altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.611 de 2 de agosto de 2021**. Institui o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, a ser comemorado, anualmente, em 8 de outubro. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.390 de 8 de março de 2005. Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPMM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto de 15 de março de 2011. Convoca a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2011.

SUMÁRIO

BRASIL. Decreto de 3 de fevereiro de 2016. Altera o Decreto de 30 de março de 2015, que Convoca a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, para dispor sobre novo período de realização. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2016.

BRASIL. Decreto de 30 de março de 2015. Convoca a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto de 15 de julho de 2004. Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2014.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2019.

BRASIL. Portaria nº 2.282, de 27 de agosto de 2020. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

SUMÁRIO



BRASIL. Portaria nº 2.561, de 23 de setembro de 2020. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Portaria Interministerial MCT/SPM nº 437, de 31 de agosto de 2004. Constituir Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para realizar estudos e elaborar propostas de estruturação e definição de temáticas com vistas a realização do Seminário Nacional com núcleos e grupos de pesquisa sobre a questão de gênero das Universidades Federais. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia e Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 19 de setembro de 2008. Institui Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo. **Diário Oficial da União**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.

BRASIL. Portaria nº 16, de 18 de março de 2009. Institui Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PNPM, com a finalidade de elaborar propostas para a sua implementação. **Diário Oficial da União**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

BRASIL. Portaria nº 4, de 6 de abril de 2005. Institui Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. **Diário Oficial da União**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. ISSN 2318-5619. Disponível em: https://assets-institucional-ippg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2015/04/Raseam_completo_2014.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Com todas as mulheres, por todos os seus direitos**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/ComTodasMulheresPorTodosSeusDireitos.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pensar o Brasil para o Enfrentamento do Racismo, do Sexismo e da Lesbofobia**: Relatório Final do Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Ações de Enfrentamento do Racismo, do Sexismo e da Lesbofobia no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM/PR, 2010a. Disponível em: https://adab1e55-a3b4-419d-bca3-9eaa713ba1e5.filesusr.com/ugd/a00390_529a74bfec924628a69d383d7365507c.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

SUMÁRIO

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais. **Documento Base: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres/texto_base_1_conferencia_politicas_para_mulheres.pdf. Acesso em 21/02/2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a. Disponível em: <https://www.eletronuclear.gov.br/Sociedade-e-Meio-Ambiente/Documents/plano1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Senado Federal, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.089 de 18 de dezembro de 2003. Convoca a I a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. **Diário Oficial da União**. Brasília: Presidência da República, 2003a.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras, violência e pobreza. *In*: BRASIL. **Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero** – Construindo Políticas Públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. p. 11-19.

COSTA, Maria Conceição da; STEFANELLO, Betina; LOPES, Maria. Programa Mulher e Ciência: breve análise sobre a política de equidade de gênero nas ciências, no Brasil. *In*: Congresso Iberoamericano Ciência, Tecnologia y Género, XI, 2016, San José, Costa Rica, Instituto de Investigación em Educação (INIE) da Universidade da Costa Rica (UCR). **Anais...** [on-line]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306963956_Programa_Mulher_e_Ciencia_breve_analise_sobre_a_politica_de_equidade_de_genero_nas_ciencias_no_Brasil. Acesso em: 21 fev. 2022.

CUNHA, Anna Lúcia Santos da. **Pessoa e Direito, Corpo e Ciência**: negociando significados e preceitos cosmológicos em torno da legalização do aborto. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SUMÁRIO

DANTAS, Iuri. Governo pode exigir planejamento familiar. **Folha de S. Paulo** [on-line]. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/c0601200418.htm>. Acesso em: 21 fev. 2022.

DANTAS, Iuri. Coordenadora rejeita planejamento familiar. **Folha de S. Paulo** [on-line]. Brasília, 2004a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u57024.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FREIRE, Nilcéa. Mulheres e Poder. Uma relação delicada? *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 137-139. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

GOLLOP, Thomaz. Direitos Sexuais e Reprodutivos – A Questão do Aborto. *In*: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 58, SBPC. **Anais...** [on-line]. Florianópolis, 2006. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/atividades/TEXTOS/texto_748.html. Acesso em: 21 fev. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Nota Técnica nº 16/2020 – CGSB/DESF/SAPS/MS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

“NÃO É A POLÍTICA que vai mudar esta nação, é a igreja”, diz Damares Alves”. **Correio Braziliense**. Política. [on-line]. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/07/interna_politica,723913/nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damares-alves.shtml. Acesso em: 21 fev. 2022.

ONU. **Conferência Mundial sobre a Mulher, IV, 1995**, Beijing/China. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. Notas de Pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200011>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência Estrutural e de Gênero – Mulher gosta de apanhar? *In*: BRASIL. **Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero – Construindo Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. p. 27-38.



2

Lourdes Maria Bandeira


Homenagem à Nilcéa Freire (1953-2019):

Ministra da Secretaria
Especial de Política para as Mulheres

Tribute to Nilcéa Freire (1953-2019):
Minister of the Special Secretariat
for Women's Policy

Homenaje a Nilcéa Freire (1953-2019):
Ministra de la Secretaría Especial
de Política para las Mujeres

SUMÁRIO



Inicialmente, expresso minha gratidão e agradecimento especiais ao convite que me foi feito pela amiga e colega Miriam Grossi, pois me sinto muito honrada em homenagear a ministra Nilcéa Freire, pela qual sempre tive muito respeito, alegria e admiração. Muita honra de estar nesta mesa com Sonia Malheiros com quem trabalhamos juntas na SPM. Além da colega Ana Veiga, e das pessoas de apoio – Amanda, Larissa e Igor.⁸

Tenho a certeza de que estes sentimentos são compartilhados por todas aquelas pessoas que conheceram a ministra Nilcéa, e sobretudo, por aquelas/es que tiveram o privilégio de conviver com ela, em algum momento de suas vidas.

QUEM FOI NILCÉA FREIRE?

Nilcéa Freire nasceu em 14 de setembro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro. Filha de Moacyr Freire e de Yolanda da Silva Freire. Foi casada com Eduardo Faerstein. Teve dois filhos – Marcos e Pedro – e três netas.

Iniciou seus estudos em 1959 na Escola Municipal Cuba, onde concluiu o antigo curso primário, em 1964. Fez o ginásial e o colegial no Colégio Municipal Prefeito Mendes de Moraes de 1965 a 1971. Ingressou no curso de medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCM-UERJ), em 1972. Nesse mesmo ano, vinculou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que já se encontrava na ilegalidade, e nele permaneceu como militante até 1989.

Ameaçada pelos órgãos de repressão em virtude de sua atuação contra a ditadura militar, exilou-se no México, onde viveu de 1975

⁸ A versão publicada do texto respeita a enviada pela autora para a realização da mesa, antes de seu falecimento intempestivo, em agosto de 2021, salvo eventuais revisões nas referências.

SUMÁRIO

a 1977. De volta ao Brasil, participou dos movimentos pela redemocratização do país, retomando seus estudos na UERJ. Graduiu-se em medicina, em 1978. Fez residência médica nos dois anos seguintes.

Contratada como professora do Departamento de Microbiologia da FCM/UERJ, em 1980, lecionou e coordenou pesquisas, uma delas sobre esquistossomose no município de Sumidouro (RJ), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Em 1984 fez estágio de pesquisa no Museu Nacional de História Natural de Paris e, no ano seguinte, iniciou o curso de mestrado em zoologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1987, foi aprovada na defesa da tese sobre “Manutenção do vínculo de transmissão entre roedores e humanos do parasito *Schistosoma mansoni*”.

Em 1999 venceu as eleições para a reitoria da UERJ, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora no ano 2000, em uma universidade pública no estado do Rio de Janeiro. Durante sua gestão, até dezembro de 2003, implantou o projeto pioneiro de cotas para estudantes de escolas públicas e afrodescendentes, consolidando o compromisso que sempre se empenhou, uma vez que quis assegurar a inclusão da diversidade de jovens brasileiros/as na educação superior. Com a política de cotas, inaugurou um processo de reconhecimento do racismo institucional instalado no ambiente universitário. Tal iniciativa acabou causando intensa repercussão em todo o país sobre a política de Ações Afirmativas. Acabou servindo de “inspiração” a outras universidades brasileiras.

Como é de conhecimento geral, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) foi criada em janeiro de 2003, por Luís Inácio Lula da Silva ao assumir a presidência da República, no Brasil. A SPM foi criada com *status* de ministério e orçamento próprio, cuja incidência do movimento feminista e de mulheres foi determinante para sua criação. A ascendência de demandas feministas ao então poder de um governo de esquerda, eleito democraticamente, aberto e comprometido com

SUMÁRIO

a participação dos movimentos sociais, ensejou não apenas a criação da SPM, mas de outras secretarias como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria dos Direitos Humanos (SDH), todas voltadas a grupos e segmentos sociais vulneráveis aos processos de inclusão social. Foi nesse contexto sociopolítico, que a trajetória da ministra Nilcéa se fez presente durante sua permanência na SPM de (24/01/2004 a 31/12/2010). A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), na oportunidade acabou por incorporar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), até então subordinado ao Ministério da Justiça (FGV, c2009; DE UNIVERSA, 2019).

É importante lembrar que as políticas públicas para as mulheres brasileiras precederam aquela conjuntura, pois antes da Constituição Cidadã de 1988, foram criados os primeiros Conselhos da Mulher, em São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, no ano de 1983; as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) foram criadas em São Paulo e Recife, em 1985, constituindo-se em uma experiência pioneira em termos de política pública neste campo. Seguindo parâmetros indicados pelo movimento social, as equipes alocadas nas delegacias passaram por oficinas de capacitação e sensibilização sobre a condição de vida e situação de violência e opressão das mulheres⁹.

Ademais, o ativismo e mobilização das feministas brasileiras durante a *IV Conferência Mundial das Mulheres*, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Beijing (1995), impactou o Brasil à formulação de políticas públicas específicas destinadas às mulheres, cuja reivindicação acabou se concretizando com a criação da SPM (FÊMEA, set. 1995).

9 Posteriormente as DEAMs foram incorporadas à Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação da Violência contra a Mulher. Em 2006 o Governo Federal lançou a Norma Técnica de Padronização das DEAMs, que foi revisada em 2010 para adequação à nova política criminal imposta pela Lei Maria da Penha. Fonte: https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=1_as_deams_sp_pe. Com mais de cinco mil municípios o País conta com menos de 400 DEAMs, e destas 45% estão concentradas em São Paulo e Minas Gerais. Acesso em: 09 set. 2021.

NILCEA FREIRE: A MINISTRA DAS MULHERES E A GESTÃO FRENTE À SPM¹⁰


Antecedida pela ex-senadora gaúcha (mandato de 1995-2003) Emília Teresinha Xavier Fernandes, foi indicada pelo presidente Lula, em janeiro de 2003 para ser a titular da pasta. Eleita para o Senado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), gaúcha e pedagoga de formação, não tinha uma trajetória expressiva no movimento feminista ou de mulheres. Nomeada para o cargo, ficou nele por um ano. A forte presença de feministas no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) e na SPM, expressou-se em algumas dificuldades para a Ministra Emília na condução da política da Secretaria e isto provocou sua substituição pela professora e ex-Reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – Nilcéa Freire – empossada em 24 de janeiro de 2004. Habilidade no trato político com estudantes e docentes, teve o cuidado de abrir um canal de diálogo forte inicialmente com o movimento feminista e de mulheres no Rio de Janeiro. A partir de então teve o diálogo como fio condutor da construção das ações e políticas públicas ao longo de sua gestão. Como discutiremos na sequência.

Com todas as mulheres, por todos os seus direitos

Frase posta na entrada do seu gabinete, oriunda de um pôster do Instituto Nacional de las Mujeres do Uruguai. Tratava-se de “um alerta para que não desviemos de nossa missão institucional e para que não nos esqueçamos da amplitude do nosso desafio”, declarou a ministra (FREIRE, 2010, p. 7); o que já identificava sua personalidade enérgica e

10 Todas as informações desta parte foram elaboradas a partir dos respectivos – Relatórios de Gestão e Memórias da SPM, referentes ao período 2003 a 2011 (no momento, 05/07/2021, não se encontram disponibilizadas via internet).

SUMÁRIO



desinibida, porém, cativante. Ademais, conhecida por sua sensibilidade às reivindicações e lutas democráticas dos movimentos sociais, com posições políticas claras, porém, não radicais, envolveu-se plenamente como a “missão” da SPM. Sempre foi aberta ao diálogo com os movimentos, cativava o respeito de todas pela capacidade que teve de exercitar a escuta e o diálogo com parceiras/os diversas/os e agentes públicos dos ministérios e outros integrantes do poder público.

Inicia sua gestão abrindo um debate nacional sobre a necessidade de efetivar políticas públicas voltadas às mulheres, com o objetivo de formular um plano de ação. Portanto, como ministra da SPM instalou um processo de Conferências, mobilizando milhares de mulheres em todo o Brasil, garantindo a construção coletiva dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, cujo objetivo era de reforçar fortemente os valores culturais específicos da diversidade de mulheres que deveriam ser mantidos, contrapondo-se ao lugar de inferioridade que lhes era atribuído.

O processo foi iniciado com a realização de conferências nas três instâncias federativas de todas as regiões do país: municipal, estadual e federal, e contou com a participação de 120 mil mulheres, durante a *I Conferência Nacional* realizada em Brasília, em julho de 2004. Lá, estiveram diretamente presentes *muitas vozes*: com 1.787 delegadas e mais de 700 observadoras e convidadas, oriundas dos movimentos de mulheres e feministas – negras, lésbicas, indígenas, sindicalistas, acadêmicas, trabalhadoras rurais e urbanas, militantes da área de saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos, grupos da educação, entre outras.

Os resultados da conferência produziram relatórios que fundamentaram a formulação, após três meses de trabalho, articulada com uma comissão interministerial da elaboração do *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (PNPM 2004-2007), lançado oficialmente em dezembro de 2004, configurava-se como: *Uma política a muitas vozes, um plano a muitas mãos*, no sentido de tornar-se um poderoso instrumento

SUMÁRIO

no processo de incorporação da agenda de gênero no âmbito das políticas públicas do governo federal. Contou com 4 capítulos/eixos, a saber:

- i) Autonomia e Igualdade no mundo do trabalho;
- ii) Educação Inclusiva e não-sexista;
- iii) Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e,
- iv) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Estabeleceu objetivos, metas e prioridades no âmbito de cada um dos eixos de ação.

O I PNPM (2004-2007) foi apresentado à sociedade brasileira como Guia Estratégico, o qual estabelecia 199 ações, isoladas ou em parceria com outros órgãos federais.

Também foi responsável pela realização da *II Conferência Nacional das Mulheres*, ocorrida em Brasília, em agosto de 2007, com a participação de quase 200 mil brasileiras, em todo o País, oriundas das Conferências Municipais e Estaduais, que elegeram 2.700 delegados/as, entre homens e mulheres. Desta originou-se a elaboração do II PNPM (2008-2011), expressando a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade social e de gênero predominante. Baseado nos princípios da *Igualdade e Respeito à Diversidade, Equidade, Autonomia das Mulheres, Laicidade do Estado, Universalidade das Políticas Públicas, A justiça Social, Transparência dos Atos Públicos*, e, *Participação Social*, ampliou os eixos temáticos de atuação o II PNPM, envolveu um maior número de ministérios, agências públicas, assim como contemplou a maior diversidade de demandas e reivindicações das mulheres. Foram acrescentados os seguintes eixo-temas:

- i) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e de Decisão;

SUMÁRIO

- ii) Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, Cidade e Floresta, com garantia de Justiça Ambiental, Soberania, e Segurança Alimentar;
- iii) Direito à Terra, Moradia Digna e Infraestrutura Social nos Meios Rural e Urbano, considerando as Comunidades Tradicionais;
- iv) Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não Discriminatórias;
- v) Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia;
- vi) Enfrentamento das Desigualdades Geracionais que atingem as Mulheres, com Especial Atenção às Jovens e Idosas;
- vii) Gestão e Monitoramento do PNPM.

Na oportunidade foi criado pela ministra, o Comitê de Monitoramento do PNPM com vistas a acompanhar sua efetividade ao nível horizontal, isto é, nas articulações com os demais ministérios e instituições implicadas (MS, ME, MAS, IPEA, entre outros). Para tanto contava com a presença de representantes também do CNDM, composto em sua grande maioria por organizações da sociedade civil. O Comitê foi se consolidando como fórum de controle social das políticas públicas para as mulheres. Na dimensão vertical envolvia todos as instituições e organismos estaduais e municipais: secretarias, conselhos, coordenações e demais Organismos de Política para as Mulheres (OPMs), contemplando ações articulações com os CRAS e os CREAS do Ministério de Desenvolvimento Social.

As políticas públicas a partir do que foi estabelecido no(s) Plano(s) Nacional(is) de Política(s) para a(s) Mulher(es) eram destinadas a uma multiplicidade de mulheres que convivem com materialidades e realidades distintas (engajamentos feministas diversos, estilos de vida e de territórios, compreensões diversificadas sobre o mundo, entre outras).

SUMÁRIO

Enfrentar tais complexidades, constituiu-se em um dos principais desafios frente à necessidade de articular os movimentos (feminista e de mulheres) com a atuação [muitas vezes resistente] frente aos agentes do governo/Estado.

Como eram articuladas estas múltiplas diferenças? A intenção era tanto de valorizar as identidades específicas como a noção de desigualdades, o que foi possibilitado pela própria abrangência da estratégia da categoria de gênero, envolvendo um conjunto complexo de relações sociais e de processos sociais e históricos mutantes.

Portanto, compreendeu a condição de gênero, em ações específicas dadas as situações históricas e singulares de certos segmentos de mulheres, como foi o caso, por exemplo, das mulheres que serviam ou trabalhavam na Marinha do Brasil ou Marinha Mercante e que viviam abarcadas em alto mar, assim como as trabalhadoras das plataformas petrolíferas instaladas no mar; também as mulheres que eram pilotos de jatos da aviação, entre outras categorias específicas, todas estas categorias profissionais demandavam ações próprias (Lourdes BANDEIRA, 2017).

Ademais, a gestão da ministra Nilcéa coerente com as resoluções da *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres* e com as Plataformas do Cairo e de Beijing, das quais o Brasil é signatário, instalou a Comissão Tripartite (governo, sociedade civil e legislativo) com o objetivo de revisar a legislação punitiva sobre aborto prevista no Código Penal Brasileiro, vindo a propor sua descriminalização. Em julho de 2005, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), e às comissões de Direitos Humanos e de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, o Relatório da Comissão Tripartite propondo flexibilização da lei. Em setembro, a deputada federal Jandira Feghali, em parceria com a SPM, protocolou projeto que permitia a interrupção da gravidez até o terceiro mês de gestação. O fato desencadeou discussões acaloradas e campanhas contrárias protagonizadas, sobretudo, pela *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), pela bancada

SUMÁRIO


parlamentar federal evangélica. Na ocasião, Nilcéa Freire opôs-se à proposta de realização de plebiscito nacional sobre o assunto, considerando que a sociedade brasileira necessitava de mais tempo para trocas de informações, reflexão e debates.

Vale lembrar o episódio mobilizador estampado na manchete: *Justiça manda polícia interrogar 10 mil mulheres sobre aborto em MS*. Trata-se do fato de que, em abril de 2008, na Vara do Tribunal do Júri do Mato Grosso do Sul, seriam interrogadas quase 10 dez mil mulheres acusadas pela prática de abortos criminosos realizados na Clínica de Planejamento Familiar, situada no Centro de Campo Grande, ocorridos entre 1º de agosto de 1999 e 2001. O assunto estagnou e assim permanece até o momento.

Em 2006, uma das principais metas do II PNPM foi alcançada, com a aprovação, em 7 de agosto, 2006 – da Lei n.º 11.340, nominada, na oportunidade pelo Presidente Lula, como Lei Maria da Penha. Baseada na formulação posta pela Convenção de Belém do Pará (1994), que ampliou a abrangência conceitual da violência doméstica: de acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, “violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial”. Ainda a violência doméstica é um fenômeno que não distingue classe social, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade e grau de escolaridade.

O objetivo é enfrentar de maneira integral a violência contra a mulher, coibindo e prevenindo, sobretudo, a violência doméstica. Foi seguida pela formulação e execução do *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher*. A partir daí as mulheres brasileiras passaram a dispor de uma Central de Atendimento, o “Disque 180”, e de equipamentos articulados em redes, assim como da presença de varas especiais das mulheres para a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha.

SUMÁRIO



Vale lembrar que, além disso, desde 2012, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Lei Maria da Penha foi considerada passível de ser aplicada mesmo sem queixa da vítima, o que significa que qualquer pessoa pode fazer a denúncia contra o agressor, inclusive de forma anônima. Pois, quando a violência existe em uma relação, ninguém pode se calar.

Outras iniciativas foram desenvolvidas com destaque para os Programas, como *Gênero e Diversidade na Escola* e *Pró-Equidade de Gênero*, que foram exemplos inovadores da professora e dirigente universitária. Além disso, Nilcéa conduziu, ao longo dos sete anos em que esteve à frente da SPM, uma forte articulação internacional sobre as políticas para as mulheres, tornando o Brasil uma liderança na área. Exemplo foi a participação da SPM, como representante do Brasil nos comitês da Organização das Nações Unidas (ONU), “Sobre a Situação da Mulher” (CSW) e “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (Cedaw). Presidiu também a Comissão Interamericana de Mulheres, da Organização dos Estados Americanos (OEA), de outubro de 2004 a dezembro de 2006. O Brasil destacou-se como uma liderança na área. Vale lembrar que Nilcéa Freire foi uma das mulheres homenageadas pela ONU Mulheres na campanha #OTempoÉAgora, em março de 2018, pela sua atuação em favor dos direitos das mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2019).

Em agosto de 2009, ingressou no STF com pedido de ação declaratória de constitucionalidade da Lei Maria da Penha, que continuava sendo desrespeitada em algumas áreas do Brasil. Três anos depois (fev. 2012) a medida viria a ser acatada pelo STF, por unanimidade. Por fim, a LMP fazia-se existir plenamente, irradiando para o mundo o seu potencial destrutivo do patriarcado.

ALGUMAS REALIZAÇÕES A DESTACAR

Um feito de enorme importância remete à criação do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, lançado em 8 de março de 2009, foi uma iniciativa da SPM, em parceria com outras instituições públicas, organismos internacionais e organizações da sociedade civil que tinha como objetivo visibilizar e fortalecer as ações do Estado Brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres (BRASIL, 2013). Seus propósitos eram: (i) promover o acesso à informação e produzir conteúdo sobre igualdade de gênero e políticas para as mulheres com o objetivo de fortalecer a participação social; (ii) garantir o diálogo nacional e internacional para o intercâmbio e disseminação de informações, dados e estatísticas. Caracterizado como uma ferramenta para estimular as esferas federal, estadual e municipal na produção de informações, a iniciativa, em acordo com o *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, teve como objetivo também expandir o diálogo regional e internacional. Uma das grandes finalidades do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero foi também dar o suporte as políticas públicas do Poder Executivo.

Enquanto atuação, Nilcéa esteve ao lado das trabalhadoras domésticas, rurais, ribeirinhas, indígenas e tantas outras. Contribuiu ainda para que mulheres responsáveis por suas famílias tivessem prioridade no acesso aos programas de redução da pobreza, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Criou o “Selo Equidade de Gênero”, implantado nas empresas públicas, para que fosse despertado um olhar diferenciado para as necessidades da mulher no mundo do trabalho, garantindo seus direitos (FGV, c2009).

No âmbito internacional, na condição de ministra da SPM, Nilcéa colaborou para as políticas das mulheres na América Latina e Caribe, por meio das Conferências Regionais da Mulher, da Reunião de Ministras e Altas Autoridades do Mercosul (RMMAM). Conduziu intercâmbio

SUMÁRIO

nas áreas de prevenção e eliminação da violência contra as mulheres, liderança e participação política, autonomia econômica das mulheres, condições de gênero e uso do tempo, além do apoio à sociedade civil na conquista de direitos, como já dito às trabalhadoras domésticas.

Ela destacou ainda a importância da necessidade de representação feminina na política partidária e na presença feminina no Congresso Nacional. Para tanto, afirmou que: “O amadurecimento da democracia no Brasil, portanto, passa, obrigatoriamente, pela proporcional representação de homens e mulheres; para que os 51% da população brasileira constituída de mulheres possam contribuir com sua participação no cenário político-institucional brasileiro” (DE UNIVERSA, 2019, on-line).

Inovou ao assegurar a centralidade em novos sujeitos sociais: isto é, subjetividades localizadas às margens, que passam a adentrar as estruturas e instituições públicas; a prioridade na questão de gênero como paradigma conceitual e de como esta perspectiva de gênero é capaz de, por um lado, perpassar (isto é, transversalizar) as mais diversas áreas das relações e dos processos sociais, levando em consideração as posições distintas dos sujeitos segundo sua “condição” de gênero, e inter-relacionado com raça, etnia, classe social e geração; por outro, do entendimento de se constituir como interdisciplinar, e possibilitar uma formulação-abordagem no domínio das políticas públicas, no sentido de que o feminino não seja visto como inferior, mas diferente do masculino (MACHADO, 2014).

Ademais, caracterizou a dimensão inovadora de sua gestão ao instituir a perspectiva de gênero, a SPM passa a admitir uma proliferação de formas de existir e de se constituir, isto é, de pensar também pela questão da sexualidade, das opções ou das orientações sexuais ao permitir que a noção de gênero abarque uma proliferação de gêneros, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e várias outras categorias (MACHADO, 2014).

SUMÁRIO

Por fim, inaugurou outro paradigma ao propor uma relação intersetorial e interministerial com áreas do governo, pois ao propor sensibilizá-las pela perspectiva de gênero e feminista reordenava e reorganizava as lógicas, relações e dinâmicas sociais na formulação de políticas públicas, entendendo-se que é possível fortalecer as pautas que ainda não estavam sensibilizadas pela construção da autonomia e fortalecimento do sujeito de direito – mulher (PAPA, 2014; MACHADO, 2014; BANDEIRA, 2014).

NILCÉA DEIXAVA A SPM

Apesar de muitas expectativas de que a ministra Nilcéa permanecesse na SPM, na gestão da Presidenta Dilma, ela acabou não sendo reconduzida deixando a SPM, em 31 de dezembro de 2010. Foi indicada para o cargo a então deputada federal do Partido dos Trabalhadores (PT) – Iriny Lopes, eleita pelo estado do Espírito Santo, que assumiu a SPM, em 1 de janeiro de 2011. Permaneceu na SPM, até 10 de fevereiro de 2012, deixando-a logo após a realização problemática da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Mulher (dez. 2011). Teve uma gestão curta, mas polêmica, quando começou um relativo processo de “partidarização” da SPM com as diferentes tendências do PT. No início de fevereiro de 2012, foi indicada Eleonora Menicucci de Oliveira como a nova ministra da SPM, empossada pela Presidenta Dilma Rousseff. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde sua fundação (1980), mineira de Lavras, com formação em Ciências Sociais, na época pró-reitora de Extensão da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e professora livre docência em Saúde Coletiva.

A então ex-ministra Nicéa Freire, no início de 2011, assumiu a representação da Fundação Ford no escritório do Rio de Janeiro, respondendo pela supervisão geral de atividades da fundação no Brasil;

SUMÁRIO

em específico para aquelas voltadas para o fortalecimento de direitos das populações sub-representadas, bem como para expansão de oportunidades de acesso à educação superior e à justiça racial.

Desde 1989, tinha sido filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT); desfilou-se em início de 2016 e, no mesmo ano, ingressou nos quadros do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pelo qual foi candidata a vereadora nas eleições municipais daquele ano. Na ocasião, recebeu pouco mais de cinco mil votos e a terceira suplência do Partido.

Nilcéa teve morte precoce partindo tão cedo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 2019, vítima de um câncer no sistema nervoso, aos 67 anos. Nilcéa foi uma carioca da gema, gostava do samba e do carnaval, mas sempre fez parte das fileiras daquelas/es que não se acomodam com as injustiças do mundo. Inclusive, um dos últimos cargos ocupados por ela foi a direção executiva do Museu do Samba, antigo Centro Cultural Carioca, situado aos pés do Morro da Mangueira (LAZARO *et al.*, 2020, p. 20).

Ao ser reitora da UERJ e Ministra das Mulheres, foi uma ativista permanente, sempre atuante em prol das causas feministas. Chamava atenção por sua inteligência, sua enorme capacidade de realização e inovação. Tinha um senso de humor afinado e capacidade de cativar quem com ela partilhasse do convívio. Se hoje Nilcéa Freire recebe tantas homenagens é porque ocupa definitivamente um lugar de honra, construído num processo de interação com as organizações e movimentos feministas e de mulheres. A trajetória de Nilcéa Freire não deixa dúvidas sobre o compromisso de sua vida em defesa da democracia e da igualdade. A sua passagem pela Secretaria de Políticas para as Mulheres demonstrou, de maneira inequívoca, essas características também na defesa da igualdade de gênero e de raça, e a compreensão que tinha do papel do Estado como indutor e promotor de políticas nesse campo. Por fim, registro, nesta oportunidade, a importância do período virtuoso que vivemos no tempo em que esteve à frente da

SUMÁRIO

SPM, e o quanto estamos vivendo momentos sombrios nesse triste momento de nossa história.


Em nota da ONU Mulheres Brasil sobre o falecimento da ex-ministra Nilcéa Freire (29 de dezembro de 2019), Anastasia Divinskaya – Representante da ONU Mulheres Brasil, declarou:

Foi uma mulher decisiva em uma série de agendas pelos direitos das mulheres brasileiras em colaboração com as mulheres do mundo. Exemplar no exercício de funções públicas, deixa legado honroso. É uma inspiração para muitas mulheres e meninas no Brasil e no mundo (ONU Mulheres Brasil, 2019).

Por fim, faço um rápido registro pessoal que denominei de – Minha inserção na SPM: SENTIR-ME e FAZER-ME existir na convivência com essa experiência, certamente, razão pela qual fui convidada a prestar esta homenagem a Ministra Nilcéa Freire.

Convidada, inicialmente pela então ministra Nilcéa Freire, que na época não me conhecia pessoalmente, porém tinha notícias sobre minha militância feminista e acadêmica. Meu engajamento feminista remonta a meados dos anos 1970 e acompanhou-me ao longo de todas estas décadas. Nosso encontro e convite para participar de sua gestão foi um momento significativo e manifestou-se numa empatia e respeito recíproco; a ela já dedicava minha admiração pelo trabalho que realizava, e, sobretudo, com a aprovação da Lei Maria da Penha, um processo do qual participei algumas vezes representando o Núcleo de Estudos e de Pesquisas da Mulher (NEPEM/UnB), que na oportunidade era coordenadora. Registro minha homenagem a esta grande mulher que tanto no trato pessoal comigo, foi sempre cercado de delicadeza quando demandava minha presença na SPM.

SUMÁRIO



Assim, depois do primeiro convite realizado em agosto de 2007, recusado em função das várias obrigações institucionais – era diretora eleita do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB) –, e não podia interromper o mandato. Afirmou que aguardaria minha “vaga” até dezembro, quando em janeiro já pudesse assumir. Assim foi feito, embora desde setembro de 2007 participava – não sistematicamente em reuniões sobre o Planejamento Estratégico da SPM, previsto para implementação do PNPM, no ano seguinte.

Assim, em janeiro de 2008, ingressei de fato no espaço institucional da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM – no então chamado “feminismo de governo”, assumindo a coordenação da Secretaria de Planejamento da SPM, onde lá permaneci em períodos e gestões diversas, perfazendo quase dois terços de sua existência. Não vou descrever meu itinerário realizado na gestão da ministra Nilcéa, destaco apenas, que durante o percurso institucional senti-me integrada na SPM, isto é, o fato de “fazer-me existir publicamente” me apropriando aqui da expressão cunhada por Rago (2013, p. 32).

Meu percurso foi atípico, uma vez que nunca tive filiação político-partidária, e uma das “condições” para aceitar o convite para assumir a Secretaria de Planejamento da SPM, foi de manter-me independente, embora, responderia, enquanto secretária aos interesses públicos.

Por fim, registro que devo muita gratidão à ministra Nilcéa; pessoalmente, evoco a imensa experiência objetiva e subjetiva adquirida durante os anos que com ela trabalhei ao participar de muitos acontecimentos, conflitos, disputas e desafios (porém, não são objeto deste relato).

Tudo valeu demais, estar ao lado desta figura humana privilegiada, foi uma sorte que tive o prazer de compartilhar de sua competência e generosidade.

Ela se foi, mas já nos faz muita falta!

Nesta merecida e simbólica homenagem – Viva Nilcéa Freire.
Eterna Pioneira que estará sempre presente!

Obrigada por esta oportunidade.

Brasília, 28 de julho de 2021

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Um itinerário feminista**: reflexão sobre a experiência subjetiva de trabalhar na Secretaria de Política para as Mulheres / SPM. Participação na mesa: Políticas públicas, gênero e trajetórias. Seminário Olhares cruzados: políticas públicas, gênero e territorialidades. Promoção e Realização da UFMG (FAFICH), em 18 e 19 de abril de 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Por que criar Mecanismos de Gênero nos órgãos Governamentais? In: **Capacitação para os Mecanismos de Gênero no Governo Federal**. SPM, Brasília, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRASIL. Portal Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Observatório Brasil de Igualdade de Gênero**. Publicado em 03 dez 2013 às 15h58 e atualizado em 30 nov. 2019 às 14h26. disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/secretaria-executiva/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero>. Acesso em: 02 dez 2022.

CAMARGO, Cristina. Morre Nilcea Freire, ex-ministra e líder feminista. **Folha de S.Paulo**. 29 dez. 2019 às 2h18 e atualizado em 29 dez. 2019 às 9h02. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/morre-nilcea-freire-ex-ministra-e-lider-feminista.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CAMARGO, Cristina. Morre Nilcea Freire, ex-ministra e líder feminista. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 29 dez. 2019. Nilcea Freire (1953 – 2019).

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Fêmea**, ano 3, n. 32, set. 1995. Disponível em <https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea032.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2021.

FGV. FREIRE, Nilcea. **CPDOC**, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/freire-nilcea>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FREIRE, Nilcéa. Apresentação. *In*: BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Com todas as mulheres, por todos os seus direitos**. Brasília: SPM, 2010, p. 7. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/ComTodasMulheresPorTodosSeusDireitos.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em 04 jul. 2021.

LAZARO, André *et al.* **Nilcea Freire, mulher em movimento**. Primeiro movimento: UERJ. Rio de Janeiro: LPP/ UERJ, 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. Políticas sociais como interdisciplinaridade e paradigma. *In*: **Capacitação para os Mecanismos de Gênero no Governo Federal**. Brasília: SPM, 2014.

MORRE A EX-MINISTRA Nilcéa Freire. Fantástico, **Globoplay**. Acesso em: 13 jul. 2021.

O GLOBO. Morre ex-ministra Nilcéa Freire, aos 67 anos. **Exame**. [S.l.], 29 dez. 2019 às 10:18 e atualizado em 29/12/2019 às 16:10. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/morre-ex-ministra-nilcea-freire-aos-67-anos/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, Guacira Cesar de; BARROS, Ivônio; SOUZA, Maria Helena. **Trilhas Feministas na Gestão Pública**. Brasília: CFEMEA, 2010.

ONU Mulheres Brasil. Nota da ONU Mulheres Brasil sobre o falecimento da ex-ministra Nilcéa Freire. **ONU Mulheres Brasil**, 29 dez. 2019. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-da-onu-mulheres-brasil-sobre-o-falecimento-de-nilcea-freire/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PAPA, Fernanda de Carvalho. Igualdade de Governo na prática do Governo Federal – um olhar a partir do estudo sobre a transversalidade. *In*: **Capacitação para os Mecanismos de Gênero no Governo Federal**. Brasília: SPM, 2014.

QUEM FOI NILCÉA Freire, ex-ministra que lutou pelos direitos das mulheres... **De Universa UOL**, 29/12/2019 às 16h23. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/29/quem-foi-nilcea-freire-ex-ministra-que-lutou-pelos-direitos-das-mulheres.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 jul. 2021

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. Femininos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

3

Ana Gabriela Macedo

Re-Visões e Re-significações da História:

Adriana Varejão e Paula Rego
em “encontro colonial”

Re-Visions and Re-significations of History:

Adriana Varejão and Paula Rego
in a “colonial encounter”

Re-visiones y Re-significaciones de la Historia:

Adriana Varejão y Paula Rego
en “encuentro colonial”

SUMÁRIO

A minha narrativa não pertence a um tempo ou lugar específico, é caracterizada pela descontinuidade. É **um entrelaçar de histórias**. Histórias de corpos, de arquitectura, do Brasil, de tatuagens, de cerâmicas, de velhos azulejos portugueses, ou modernos e vulgares azulejos, de mapas, livros, pinturas [...] (A. Varejão, entrevista com Hélène Kelmachter, 2005, p. 81, grifo meu)¹¹.

É assim que eu sempre trabalho – com base na minha vida, sonhos e emoções [...].

Entrelaçar é como fazer tricôt (P. Rego, entrevista com John McEwen, 1997, p. 125, grifo meu).

Neste trabalho proponho-me traçar os padrões de diálogo estabelecidos entre a obra da artista brasileira Adriana Varejão (Rio de Janeiro, 1964-) e a de Paula Rego (Lisboa, 1935- 2022). O impacto e influência desta última são abertamente reconhecidos por Varejão e é o tema de uma exposição realizada no Rio de Janeiro (2 de setembro – 4 de novembro 2017), na Galeria Carpintaria (Jardim Botânico), a qual apresenta um diálogo entre a poética visual de ambas as artistas. Proponho-me a investigar como, apesar da distância geracional e geográfica, atravessando continentes e culturas distintas, um diálogo material entre o trabalho de ambas as mulheres artistas é tão audível. Os parâmetros desta comparação incluem os seguintes pontos:

(1) um idêntico fascínio por mitos e narrativas (embora Varejão privilegie as narrativas antropológicas e históricas sobre as narrativas literárias de Rego); (2) um interesse comum pela tradição barroca e a diluição das fronteiras entre arte de elite e arte popular (exemplo, os azulejos portugueses do século XVIII e a arte do popular ceramista Bordallo Pinheiro); (3) a exposição e representação da violência, seja em questões de gênero, seja o trauma colonial, e o confronto direto de uma realidade misógina; (4) o apelo do grotesco e da teatralização, e a escolha da paródia como estratégia para desvelar o secretismo

11 Sempre que não referido em contrário, as traduções das citações deste texto são da minha autoria.

SUMÁRIO

ideológico. Como veremos, cada uma das artistas expõe, a seu modo, o peso da tradição e o legado da História sobre as mulheres, cada uma entretecendo e *re-significando* os fios das suas narrativas subliminares numa voz distinta, mas através de discursos convergentes.

A EXPOSIÇÃO NA “CARPINTARIA”, RIO DE JANEIRO (SETEMBRO 2017)

Paula Rego, internacionalmente celebrada como uma das mais importantes artistas contemporâneas, no Brasil apenas se tornou conhecida do grande público após a exposição retrospectiva da sua obra na Pinacoteca de São Paulo, em 2011. Foi aí que a artista brasileira Adriana Varejão, também considerada como uma das principais artistas da sua geração e com crescente notoriedade internacional, encontrou pela primeira vez verdadeiramente a obra de Rego, como ela própria reconhece. Igualmente fascinada pelo trabalho de Rego, Márcia Fortes, a galerista de Varejão, planeou desde então organizar uma exposição que reunisse as duas artistas perante o público brasileiro.

Essa intenção materializou-se em setembro de 2017 na exposição realizada na Galeria Carpintaria, Rio de Janeiro, uma ocasião rara para ver no Brasil, como declara Fortes, “duas artistas lado a lado, e com histórias tão distintas [...]”. A seleção das obras foi quase natural, enfatizando a mais recente produção da artista luso-inglesa” (citando a partir do folheto da exposição, sem página)¹². O primeiro encontro das duas artistas acontecera em outubro de 2016, em Londres. “Eu me coloco totalmente como aprendiz. Acho a Paula uma mestra”, declara Varejão no mesmo texto introdutório da exposição. “É muito difícil responder à obra de uma pessoa que você admira tanto”, continua ela. A galerista Márcia

12 Folheto da exposição *Paula Rego e Adriana Varejão*, Galeria Carpintaria (Fortes D’Aloia & Gabriel), Rio de Janeiro, 2017 (não publicado).

SUMÁRIO

Fortes, no folheto atrás referido (RJ, 2017), faz a seguinte declaração sobre a exposição: “É um diálogo corporificado, explosivo. Em vários momentos as duas parecem duelar com o mundo”. As obras selecionadas visavam mostrar “os pontos de contacto entre os trabalhos, como a curiosidade, o fascínio por vezes perverso sobre o papel da mulher no jogo íntimo ou social, ou a forte característica ornamental e a exploração de contrastes, típicas da tradição barroca, tão cara às duas artistas”. E o texto referido conclui com uma observação da galerista sobre o papel esperado do público ao confirmar a natureza deste explosivo “diálogo corporificado”: “É um estudo em aberto e é bacana que o público possa complementar essa leitura”, afirma, buscando por si mesmo os pontos de contacto e distanciamento entre ambas artistas.

IMAGENS DA EXPOSIÇÃO

A exposição referida era composta por doze imagens no total e um vídeo, apresentando uma visão geral da mesma.

Quatro pastéis de Paula Rego, da sua obra *Primo Basílio* (2015), (Figura 1, *Visions* e Figura 2, *Blackmail*), baseada no romance homónimo de Eça de Queiroz (1878) e *O Rapaz que amava o mar e outras Histórias* (2016), inspirado na novela de Hélia Correia, *Bastardia* (2005), *Sereias* (2016), e um mobile de papel com o mesmo motivo, *Sereias*, criado em 2017 (exposto na Galeria Jerwood, Hastings, outubro 2017).

Por sua vez, Varejão expôs sete obras suas: um conjunto de pratos em fibra de vidro e resina montados na parede, inspirados no ceramista português Rafael Bordallo Pinheiro (Lisboa, 1846-1905), *Nascimento de Ondina*, *Pérola Imperfeita* (ambos de 2009), figuras 3 e 4. *Prato com Mariscos* (2011); três telas em forma de folha (óleo e gesso sobre tela), inspiradas em miniaturas de pinturas chinesas (Dinastia

SUMÁRIO

Song), *Alegoria da América*, e *Jardim das Delícias* (2015), *Via Láctea* (2017); e *Olho d'Água* (2010), figura 5, prato de parede oval, em óleo sobre tela e poliuretano sobre alumínio e madeira¹³.

Figura 1 – *Visions*

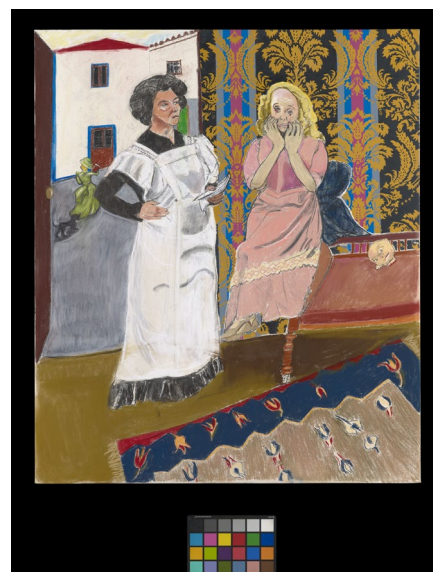


Fonte: Paula Rego, 2015 © da artista.

- 13 Agradeço a cortesia do envio e permissão de inclusão das imagens de Paula Rego à artista e família, em *copyright* da própria. De igual modo, agradeço a Adriana Varejão a gentileza do envio e permissão de inclusão das suas imagens que constam neste texto, em *copyright* da própria.

SUMÁRIO

Figura 2 – *Blackmail*



Fonte: Paula Rego, 2015 © da artista.

Figura 3 – *Nascimento de Ondina*



Fonte: Adriana Varejão, 2009 © da artista.

SUMÁRIO



Figura 4 – *Pérola Imperfeita*



Fonte: Adriana Varejão, 2009 © da artista.

Figura 5 – *Olho d'água*



Fonte: Adriana Varejão, 2010 © da artista.

ENTREVISTA COM VAREJÃO

Quando comecei a fazer pesquisa sobre o trabalho de Varejão, depois de ter acesso a esta exposição, decidi entrevistá-la, como tinha feito quase duas décadas antes com Paula Rego. Sendo eu portuguesa, fiquei extremamente curiosa quanto à natureza deste diálogo artístico entre Paula Rego, uma artista cuja obra é tão influente e significativa em Portugal, não só no panorama artístico, mas também politicamente e em termos de gênero. Recordo a sua série de denúncia do Aborto clandestino, de 1998, criada na época em que a descriminalização do aborto estava a ser discutida no Parlamento português e que teve um impacto decisivo na opinião pública. Também em uma artista brasileira trinta anos mais jovem, cujo trabalho evidencia claramente o apreço pelo legado histórico de formas da arte tradicional portuguesa (como os azulejos azul-cobalto e brancos do século XVIII), assim como uma reverência por uma arte mais popular como a de Rafael Bordallo Pinheiro (1846-1905), o ceramista, desenhador, jornalista e caricaturista político português que fundou uma famosa fábrica de cerâmica nas Caldas da Rainha em 1885. Foi assim a visível tensão intrínseca neste “encontro colonial”, a qual expõe um face-a-face de duas culturas simultaneamente próximas e alheias, repensando-se e questionando-se mutuamente através das suas visualidades próprias, que me fascinou desde o início e me incentivou a esta pesquisa. Pude desde logo antecipar a confluência de um discurso estético inquisitivo de ambas as mulheres sobre a violência política e de gênero e os jogos do poder institucional, um diálogo cuja natureza multiforme e plurivocal importava trazer à tona. Tal como a obra de Rego, a obra de Varejão é fortemente conceptual e teoricamente ancorada. Contudo, Paula tem um interesse particular por narrativas literárias, mas lança também o seu olhar acutilante sobre as questões sociais e políticas, particularmente no que diz respeito à história portuguesa recente do século XX, ou seja,

SUMÁRIO

a ditadura, a censura política, o papel desempenhado pelo catolicismo, a guerra colonial na África, e a opressão de classe e gênero.

A artista brasileira, por sua vez, privilegia o quadro antropológico e histórico, a re-visão e re-significação do passado colonial e as hierarquias de sexo, classe e raça que aquele engendrou e alimentou firmemente, como a sua estratégia de criação de uma arte engajada num diálogo material com o mundo, nomeadamente desconstruindo a narrativa colonial através de um complexo processo que combina a tensão entre uma criatividade ousada e as indagações de uma estratégia decolonial (MIGNOLO, 2018).

Uma resenha da exposição em análise, publicada na edição de fevereiro de 2018 da revista norte-americana *ArtForum*, sublinha que a junção das duas artistas “realçou as diferenças das artistas, ao mesmo tempo que se apresenta como uma prova do modo como ambas questionam as dinâmicas do poder e do patriarcado na formação das culturas” (BELCHIOR, 2018, p. 207). Subscrevo totalmente esta visão sobre a confluência entre “poder e patriarcado” como figuras tutelares no trabalho de ambas as artistas, separadas por oceanos, continentes, gerações, mas identificadas pelo compromisso estético e o esforço crítico face a uma cultura algo partilhada, cada uma delas desconstruindo-a segundo o seu modo e visão peculiares.

Depois de ter frequentemente entrevistado, nas últimas duas décadas, Paula Rego, e mesmo que eu seja (até certo ponto!) uma barthesiana que acredita na “morte do autor” como condição da liberdade do texto e do leitor, acredito que a narrativa em primeira pessoa de uma artista ou escritora sobre a sua obra é extremamente valiosa e esclarecedora. Todas as autobiografias são algo ficcionais (Gertrude Stein foi uma mestra a este respeito e ilustrou brilhantemente este dilema na sua *Autobiografia de Alice B. Toklas* (1933), relato da sua própria biografia, como se vista através dos olhos de outrem). Elaborei assim cinco perguntas na esperança de que Adriana tivesse a gentileza de

SUMÁRIO

me dar algum do seu tempo¹⁴. E as respostas dela iluminaram de fato o meu entendimento da sua obra e desta colaboração luso-brasileira.

Fiz-lhe primeiro algumas perguntas pragmáticas, tais como:

Como surgiu a ideia desta exposição em diálogo com Paula Rego, de que modo tinha ela respondido à proposta e que afinidades encontrou entre a sua obra e a da artista portuguesa. No meu segundo conjunto de perguntas concentrei-me na categoria narrativa da arte de Rego e se Adriana pensava que o seu trabalho também promovia essa narratividade. E ainda, de que modo é que a História se articula com as “histórias” no seu trabalho (de Varejão), tal como em Rego isso é privilegiado. Considerando o engajamento político na obra de Rego, como via Varejão o entrelaçamento da estética e da política no seu próprio trabalho, nomeadamente a representação do passado colonial brasileiro, presença tão marcante na sua obra. Com um enfoque direto na questão do gênero, citei Paula dizendo que “a arte tem gênero”, e que “não existe arte neutra” (ROBERTS, 1997, p. 85). Será que Adriana, apoiaria ou contestaria esta visão de uma estética de gênero? E, finalmente, pedi-lhe que comentasse o seu fascínio pela tradição dos azulejos portugueses, tanto através da estética do barroco como das populares “histórias pintadas em cerâmica” (Bordallo), que abundam no universo mítico português, e que ela reproduz com uma tensão paródica na sua própria obra, exibindo esse fascínio ao mesmo tempo que o refigura criticamente situando-o no contexto colonial brasileiro.

Adriana falou primeiro da sua profunda admiração pela obra de Paula, chamando-lhe “gênia”; explicando que se tinha aproximado mais da pintura de Rego depois de ter visto uma grande retrospectiva da sua obra na Pinacoteca de São Paulo e como aceitou imediatamente

14 Entrevista gravada telefonicamente, realizada em fevereiro de 2018, não publicada. Quero deixar aqui expresso o meu agradecimento a Adriana Varejão pela sua generosidade em aceder ao meu convite, bem assim como a Heloísa Buarque de Hollanda, preciosa ajuda neste processo.

SUMÁRIO

o desafio da sua galerista de ter uma exposição dupla que propunha ao público um diálogo entre ambas. Sublinhou o fato de o imaginário português ser uma presença tão forte na obra de Rego, apesar de todos os anos vividos no Reino Unido, privilegiando a presença esmagadora dos azulejos [veja-se por exemplo o majestoso tríptico *Jardim de Crivelli* (1990-91) de Rego], a veia satírica e caricatural evocando Bordallo Pinheiro, tudo isto ela acredita que partilha com Paula. Quanto à presença da História no seu trabalho, comentou:

“Cada presente tem o seu próprio passado. Tento apresentar diferentes versões e visões da História, para ‘desmantelar’ a noção de uma História oficial monolítica. Costumo dizer que no meu trabalho tento descolonizar subjetividades” (informação verbal). E prosseguiu:

A História oficial é frequentemente manipulada de forma a moldar um determinado pensamento, uma determinada cultura. Qualquer esforço para provar que a História oficial não é a narrativa que está verdadeiramente envolvida com o presente e com questões reais, é um compromisso político. Eu tento **re-significar** a História e devolvê-la sob uma forma diferente. É por isso que gosto tanto da paródia, que é uma apreciação crítica dessas questões herdadas do nosso passado colonial (informação verbal, grifo meu).

Relativamente à questão de gênero no seu trabalho, afirmou que esta não era uma questão simples (mas uma questão “capciosa”, em expressão sua):

Vejo-me mais como uma humanista do que como uma feminista. Mas também sinto que parte do meu trabalho é, sem dúvida, obra de uma mulher artista. A questão do jogo de poder sobre os mais fracos, os indígenas, os negros africanos no Brasil é crucial para mim, mas também os mecanismos de poder sobre a mulher e o seu corpo. Estou muito preocupada com a questão de uma narrativa altamente eurocentrada, uma narrativa colonial que nega a existência de histórias periféricas, escritas nas margens. [E continua] Em alguns dos meus trabalhos, como a série dos ‘Pratos’ e as ‘Folhas’ (que expus na Carpintaria, Rio

SUMÁRIO

de Janeiro, na exposição com Paula, inspirada em Bordallo), que foram realizadas após o nascimento da minha primeira filha, estas exibem uma narrativa (feminina e maternal) muito forte. São uma espécie de pequenos relicários, cheios de narrativas femininas (informação verbal).


Quanto à presença feminina e à questão do gênero na obra de Rego, Varejão faz o seguinte comentário: “As mulheres de Paula não são estereotipadas – a bondade da mulher, sempre amorosa e compassiva”; em vez disso, afirma, “há loucura nas protagonistas femininas de Paula, seja em relação ao corpo, à maternidade ou à vida em geral” (informação verbal). Não é, portanto de uma “fêmea maternal” que se trata, acrescenta, mas algo distinto, com que se identifica muito na obra de Paula Rego.

Importa dizer que as referidas composições de A. Varejão são obras híbridas, onde ela recria as dezenove estampas originais do aguarelista francês Jean Baptiste Debret, que, juntamente com outro artista francês, Nicolas Antoine Taunay, chegou ao Brasil em 1816, ainda sob o domínio português do rei D. João, e produziu uma obra etnográfica e memorialista daqueles tempos coloniais, inspirando-se nestas primeiras representações europeias de *O Novo Mundo*. As recriações de Varejão são encenadas como “espaços de ressonâncias” várias (“câmara de ecos” na expressão do escritor cubano Severo Sarduy, que a própria artista refere como grandemente influente na sua obra¹⁵), tendo por base o jogo da intertextualidade e do descentramento dos poderes, tal como referido por Silviano Santiago (2009, p. 78)¹⁶, encenando a promiscuidade entre o político, o religioso e a escravidão da população nativa. “A encenação de Adriana é uma arte da centrifugação”, reitera Santiago neste seu ensaio fundamental na exegese da obra da artista.

15 Neste contexto ver A. Varejão em entrevista citada com Hélène Kelmachter, *Chambres d'échos*, Paris, 2005, p. 80.

16 “O eixo do princípio de composição é, paradoxalmente, o descentramento – tanto da noção de propriedade artística quanto do peso e valor da originalidade – movimentado pelo potencial previsivelmente imprevisível do jogo intertextual. A encenação de Adriana é uma arte da centrifugação, acrescente-se” (SANTIAGO, 2009, p. 78).

SUMÁRIO



Como Lilia Moritz Schwarcz comenta no seu excelente estudo da obra da artista, *Pérola Imperfeita* (2014): Varejão “traduz, assimila e revê” Debret, nomeadamente as narrativas e imagens do seu livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (publicado na França em 1834)¹⁷. Veja-se por exemplo os seus quadros, *Um jantar brasileiro* (1827) e *Castigo imposto aos nativos negros* (1816-31). Outra fonte importante das narrativas visuais de Varejão é a obra de Theodore de Bry (1590-1634), *América*, um livro de viagens onde o artista, um gravurista profissional, descreve sem nunca ter posto os pés na América do Sul, cenas vívidas de canibalismo e outras fantasias sobre o suposto primitivismo do *Novo Mundo*. Varejão “revê” de Bry, acrescentando à sua descrição a ironia crítica, o distanciamento paródico e o diálogo entre culturas: “em Varejão a prática canibalística é travestida enquanto experiência mística e religiosa”, afirma Schwarcz (2014, p. 108-112).

NOTAS FINAIS SOBRE O DIÁLOGO “CORPORIFICADO E EXPLOSIVO” DE REGO E VAREJÃO

Colonizar é **clonizar**, é transpor uma determinada cultura para um lugar de cultura-diferente e impor, num regime de cópia (imposta, escolhida, trocada ...), os hábitos, os modos de estar, viver e pensar da comunidade que detém o poder quase sempre pela força: reproduzir o ‘mesmo’ para proteger do ‘diferente’. **Descolonizar** é, **visto desta perspectiva, desclonizar** (CARLOS, 1998, p. 14, grifo meu)¹⁸.

17 Veja-se a arguta discussão de Lilia Moritz Schwarcz, *Pérola Imperfeita* (2014), particularmente no capítulo 2, p. 155; 160-166.

18 Veja-se o excelente ensaio de Isabel Carlos, *Adriana Varejão. Imagens de Troca/Trading Images*, aquando da exposição de Adriana Varejão em Portugal no então chamado Instituto de Arte Contemporânea, IAC, Museu da Cidade de Lisboa, em 2005, cujo catálogo integra, para além do texto referido de I. Carlos, um extenso estudo de Paulo Herkenhoff intitulado, *Pintura/Sutura*.

SUMÁRIO

Quando questionada sobre a diversidade de influências que permeiam a sua obra, Varejão admitiu, afirmando:

Sim, múltiplas: um bar na Lapa, uma pequena área em Macau, uma piscina em Budapeste, ruínas em Chacahua, uma parede em Lisboa, um claustro em Salvador, um hammam subterrâneo no 18º bairro em Paris, um delicado vaso Song, uma frase num livro, um mercado em Taxco, uma pele tatuada, um anjo negro em Minas, um estilhaço de Barcelona, um desenho em tinta da China de Guilin, um talho em Copacabana, um crisântemo na Cachoeira, uma notícia num jornal, um espelho em Tlacolula, banheiros públicos numa rodoviária, uma ave chinesa em Sa-bará, o som de uma guitarra, um azulejo em Queluz, uma peça de carne seca no mercado de Caruarú, uma frase do passado, uma pintura em Nova Iorque, ex-votos em Maceió, um vermelho de Madrid, um sento em Quioto, e mais, mais e mais [...] (KELMACHTER, 2005, p. 99).


Por sua vez, Rego numa entrevista com o poeta português Alberto de Lacerda, afirmou, num tom semelhante:

A minha pintura é como uma história interior [...] é a minha maneira de encarar, de destruir a realidade [...] não me vejo como pertencendo a nenhum movimento artístico em particular. A razão para isso é possivelmente o facto de para o meu trabalho me basear em coisas que não têm a ver com pintura: caricatura, notícias de jornal, eventos de rua, provérbios, rimas infantis, jogos infantis, pesadelos, desejos, medos” (LACERDA, 1965, p. 3-4).

Comentando sobre o seu processo de recriação do azulejo, Varejão diz:

A ideia é recriar fisicamente o azulejo. Para o fazer, utilizo uma mistura à base de gesso para revestir a tela com uma camada pictórica espessa que se racha quando seca. Aplico então a tinta nesta superfície, em tons de branco, azul e terracota. Introduzi estas fissuras, ou craquelé, no meu trabalho em 1990, em referência à cerâmica chinesa Song. O craquelé cria texturas diferentes, dependendo da forma como se racha. Parecem escamas (KELMACHTER, 2005, p. 89).

SUMÁRIO



Esta exposição e *mise-en-scène* ou presentificação do simulacro, onde as diferentes camadas da História se tornam quase tácteis, é uma estratégia essencial da obra de Adriana Varejão¹⁹. Mais uma vez, não podemos deixar de evocar as palavras de Paula Rego para descrever a sua estratégia de “ruminação” e “caçadora furtiva”, enquanto artista residente na *National Gallery* de Londres, em 1990, para criar uma obra que refletisse sobre a dos Grandes Mestres, tal como lhe tinha sido encomendado, ato que ela ironicamente condensou nas seguintes palavras:

Fiquei um pouco assustada e hesitante! Mas para encontrarmos o nosso caminho para onde quer que seja, temos sempre de encontrar a nossa própria porta de entrada, tal qual a ‘Alice no País das Maravilhas’. Bebemos demasiado de um produto e crescemos demais, depois bebemos demasiado de outro e tornamo-nos demasiado pequenas. Precisamos de achar o nosso próprio caminho ... e eu descobri que o único modo de conseguir a entrada certa nas coisas, é pela cave... que é precisamente o local onde o meu estúdio se encontra! Assim posso subir sorratamente aos andares de cima, agarrar as coisas que me interessam, trazendo-as para a minha cave, onde posso tranquilamente ficar a ruminá-las ... **Aqui sou assim uma espécie de caçador furtivo!** (WIGGINS, 1991, p. 21, grifo meu).

Se, como sustenta Paulo Herkenoff (1998, p. 33), a pintura de Varejão, “misturando representação, mimese e presença matéria excessiva, é um ponto de fusão do tempo social, condensando uma atualizada história do oprimido”, certamente a artista brasileira encontrou em Paula Rego o par perfeito para um corporificado e explosivo “diálogo colonial”.

19 Veja-se o texto atrás citado de Silvano Santiago (2009, p. 76-77): “[...] no caso de Adriana, o processo de encenação torna de tal modo excessivo o peso **simultâneo** da imagem composta, que leva esta a deslegitimar a exigência propriamente **discursiva** das encenações conduzidas pela **sucessão temporal** de imagens. Há **narrativa** nas telas de Adriana, embora nelas não haja propriamente **discurso**, no sentido linguístico do termo” (grifo do original).

REFERÊNCIAS

BELCHIOR, Camila. Paula Rego and Adriana Varejão. **ArtForum**, fev. 2018. p. 207.

CARLOS, Isabel. **Adriana Varejão**. Imagens de Troca/Trading Images. Lisboa: Instituto de Arte Contemporânea IAC, Museu da Cidade de Lisboa, 1998. p. 10-17.

FORTES, Márcia. **Paula Rego e Adriana Varejão**, Galeria Carpintaria (Fortes D'Aloia & Gabriel), Rio de Janeiro, 2017.

HERKENOFF, Paulo. Pintura/Sutura. *In: Adriana Varejão*. Imagens de Troca/Trading Images. Lisboa: Instituto de Arte Contemporânea IAC, Museu da Cidade de Lisboa. 1998. p. 19-43.

HERKENOFF, Paulo. Gloire! Le Grand Bouillonnement/ Glory! The Great Surge. *In: Adriana Varejão*. Chambres d'échos. Fondation Cartier pour l'art contemporain. Paris, 2005. p. 68-71.

KELMACHER, Hélène. Chambres d'échos. *In: Adriana Varejão*. Chambres d'échos. Fondation Cartier pour l'art contemporain. Paris, 2005. p. 79-89.

LACERDA, Alberto de. Paula Rego nas Belas Artes, **Diário de Notícias**, 25 de dezembro 1965, p. 3-4.

MCEWEN, John. **Paula Rego**. London: Phaidon, 1997 [1992].

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine D. **On Decoloniality**: Concepts, Analytics, Praxis. Durham and London: Duke University Press, 2018.

ROBERTS, Melanie. Eight British Artists. Cross Generational Talk. *In: LLOYD, Fran* (ed.). **From the Interior**. Female Perspectives on Figuration. Londres: Kingston UP, 1997.

SANTIAGO, Silvano. A ficção contemporânea e visionária de Adriana Varejão. *In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; SANTIAGO, Silvano* (ed.). **Adriana Varejão**. Entre Carnes e Mares. Rio de Janeiro: Cobogó, 2009. p. 73-83.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; VAREJÃO, Adriana. **Pérola Imperfeita**. A História e as Histórias na Obra de Adriana Varejão. Rio de Janeiro: Cobogó, Companhia das Letras, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Ladrilhar, azulejar, varejar. *In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; SANTIAGO, Silvano* (ed.). **Adriana Varejão**. Entre Carnes e Mares. Rio de Janeiro: Cobogó, 2009. p. 129-141.

WIGGINS, Collin (ed.). **Tales from the National Gallery**. Londres: National Gallery, 1991.

SUMÁRIO

CATÁLOGOS

Adriana Varejão. Louise Neri (ed.). (textos de Louise Neri e Paulo Herkenhoff), Takano. São Paulo: Editora Gráfica, 2001.

Adriana Varejão. Chambres d'échos. Fondation Cartier pour l'art contemporain. Paris: Actes Sud, 2005.

Adriana Varejão. Polvo. Londres: Victoria Miro Gallery, 2013.

Adriana Varejão. Histórias às margens. Curadoria Adriano Pedrosa, São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2013.

Adriana Varejão. Pele do Tempo. Prefácio de Luísa Duarte. Fortaleza: Fundação Edson Queiroz, 2015.

ENTREVISTAS

VAREJÃO, Adriana. Entrevista telefônica [fev. 2018]. Entrevistadora: A. G. Macedo.

4

Ana Maria Veiga

30 anos da *Revista Estudos Feministas*

entre emergências
e continuidades

30 years of *Estudos Feministas* review:
between emergencies
and continuities

30 años de la *Revista Estudos Feministas*:
entre emergencias
y continuidades

A HISTÓRIA DA REF: UMA BREVE PERIODIZAÇÃO

A *Revista Estudos Feministas*, conhecida nacional e internacionalmente pelo acrônimo REF, vem sendo publicada há trinta anos por um grupo acadêmico interdisciplinar que tem como foco de interesses e pesquisas os estudos feministas e de gênero, em perspectiva interseccional, a história das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ (ver Ana VEIGA, 2019a). A publicação da *REF* vem sendo, ao longo do tempo, um trabalho voluntário de ativismo acadêmico e de união, desde que o periódico começou a ser publicado, em 1992, atendendo à demanda de expansão e da divulgação do campo no Brasil²⁰. Segundo Miriam Grossi (2004, p. 211), naquele momento já havia no Brasil uma sólida tradição de pesquisas sobre “mulher” e gênero. A atual conselheira editorial relembra que no mesmo ano foi lançado outro periódico de grande relevância para o campo – o *Cadernos Pagu*, publicado pelo núcleo de estudos de mesmo nome, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Outros periódicos vieram se somar aos dois citados, na ampliação do debate, como a revista *Gênero*, publicada na Universidade Federal Fluminense (UFF), e *Espaço Feminino*, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O campo brasileiro dos estudos feministas e de gênero só iria se expandir a partir desses anos.

20 A metodologia utilizada na escrita deste artigo teve como base a pesquisa temática (qualitativa) e quantitativa em números publicados até o final do ano de 2019, considerando a leitura de mais de 70 editoriais e dos dossiês e seções temáticas pertinentes a esta pesquisa. Como resultado, torna-se possível o acesso a um panorama descritivo e analítico da atuação e da relevância desse periódico científico nas mais diversas áreas de conhecimento.

Embora a *REF* tenha sido pensada inicialmente como periódico de abrangência nacional, o apoio financeiro da Fundação Ford²¹ acabou introduzindo a revista nos incipientes caminhos de uma internacionalização, que viria a se consolidar com o passar dos primeiros anos. Este tema será retomado mais adiante.

A *REF* NO RIO DE JANEIRO E OS PRIMEIROS EDITORIAIS

O Rio de Janeiro foi a sede editorial da revista até 1998. No número 0, de 1992, o primeiro editorial da *REF* foi assinado pela coordenadora Lena Lavinas, falando sobre a *Estudos Feministas* como a concretização de um antigo desejo da comunidade acadêmica ligada aos estudos de gênero e das “relações entre os sexos” no Brasil. A própria terminologia dá historicidade ao debate, sendo que o termo “relações sociais de sexo” aponta para uma influência francesa nos anos 1990, com base em uma resistência ao conceito de gênero, que chega até os dias atuais, sendo essa noção – gênero – entendida por muitas feministas francesas como estrangeirismo americano, algo que não as representa. No editorial 0, de duas páginas, Lena Lavinas argumentava que as mulheres renovaram o conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais desde os primeiros anos da década de 1970, a partir da reflexão histórica sobre seu lugar subordinado na sociedade.

21 A Ford Foundation abriu seu escritório no Brasil em 1962, durante o período histórico conhecido como Guerra Fria, quando os Estados Unidos investiam esforços no domínio sobre o seu “quintal” latino-americano, com destaque para as relações com o Brasil. A partir daqueles anos, porém com maior evidência a partir dos anos 1990 para o meio acadêmico das Ciências Humanas, foram oferecidos financiamentos em diversas áreas, como produção agrícola, saúde reprodutiva, administração pública, formação de professores e análises sociais. Os estudos de gênero passaram a ter destaque nesses financiamentos a partir das demandas feministas acadêmicas. A Ford Brasil permanece em atividade. Lembrando que junto com a verba vem a agenda, as pautas e a ideologia, considerando o que pode ser ou não financiado. Para mais informações, ver https://www.fordfoundation.org/media/1719/2002-os_40_anos_da_fundacao_ford_no_brasil.pdf.

SUMÁRIO

Esse primeiro texto já traçava um panorama do que seria a perspectiva do periódico, com a escolha de temas e debates que aproximavam academia e ativismo. Fazer parte de uma vanguarda da discussão acadêmica sobre gênero também era objetivo da publicação, que por vezes se aproximava das pautas e da agenda internacional dos *gender studies*. De todo modo, em leitura atualizada, podemos dizer que o foco ainda estava em um feminismo branco, de camada média urbana.

Bila Sorj e Maria Luiza Heilborn assinaram outros editoriais e se revezaram na coordenação da *REF*, que começava a trazer debates ainda silenciados no Brasil, como a pauta das mulheres negras (*Estudos Feministas*, 1995, v. 3, n. 2) em periódicos acadêmicos. As editoras se referiam à necessidade de articular gênero e raça, admitindo que essa era uma lacuna na ainda curta trajetória da *REF*. Elas viam no movimento de mulheres negras “a face mais ativa e dinâmica da organização das mulheres brasileiras” (Maria Luiza HEILBORN, 1995, v. 3, n. 2). A autocrítica era uma característica dos editoriais.

Ana Arruda Calado assumiu em 1996, ao lado de Lena Lavinas e depois de Leila Linhares Barsted, com quem editou os dois últimos números publicados no Rio de Janeiro em 1998 (v. 6, números 1 e 2). Nos últimos editoriais assinados pelo grupo carioca ficava evidente a preocupação com a continuidade do periódico, diante de várias dificuldades. Foi então que a transição para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aconteceu, com o número duplo de 1999, dando início a um novo e duradouro ciclo.

A REF EM SANTA CATARINA

O lançamento dos números 1 e 2 de 1999 (no volume 7), desafiava a comemoração dos 500 anos do “descobrimento”, por meio do dossiê *Mulheres Indígenas*, que trouxe uma discussão que apenas

SUMÁRIO

recentemente começa a ser aprofundada nos periódicos científicos, e que marcou o primeiro editorial da *REF* assinado pelo grupo da UFSC. A sede da *Estudos Feministas* foi instalada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) dessa universidade, onde ainda mantém suas atividades.

Com a mudança, os textos dos editoriais sofreram modificações, tendo sido ampliados para cinco páginas; um pouco mais adiante, chegariam a oito, abrindo espaço conceitual e político para debates e posicionamentos, trazendo discussões emergentes nos estudos feministas e de gênero – como faziam as editoras cariocas –, passando a discutir o conteúdo dos textos publicados em cada número. As editoras dialogavam com as leitoras e os leitores, explicando o funcionamento do trabalho de edição e as decisões tomadas internamente.

O primeiro editorial da nova etapa foi assinado por Miriam Grossi e Claudia de Lima Costa. Elas mencionavam inclusive as estratégias de distribuição da revista, que passou a ser vendida por meio de núcleos de pesquisa, Organizações Não Governamentais e nos encontros de mulheres e feministas. Pela primeira vez, se falava na possibilidade futura de a *Estudos Feministas* ir migrando para o formato digital, porém, ainda sem abrir mão da publicação impressa. Outra questão que se tornava central era a das novas normas editoriais, cada vez mais adequadas às exigências dos indexadores de periódicos científicos. A *REF* chegava na UFSC com olhos no futuro e nos meios de sobreviver às crises de financiamento da ciência no Brasil, que certamente viriam e de fato chegaram.

Foi no número 2 de 2001 que Luzinete Simões Minella assumiu como coordenadora. O editorial do número 1 do ano seguinte, assinado por Claudia Lima Costa e Luzinete, comemorava os dez anos da *REF*. A efeméride ajudou a fazer um balanço geral do que tinha sido o periódico até aquele momento. O número 0 foi associado ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello, à dissolução do bloco soviético e ao fim do *apartheid* sul-africano. A caneta de Luzinete

SUMÁRIO

Simões, cientista social, se fez notar na contextualização e na análise da conjuntura política em torno da revista.

Com a chegada dessa editora, que assumiria sozinha a coordenação da publicação de alguns números, as responsabilidades sobre a *REF* passaram a ser divididas entre editorias específicas, que hoje contam com mais de 30 editoras e editores. A *Revista Estudos Feministas* passou a ser publicada também no formato *online*, tendo entrado no indexador *Scientific Libraby Online* (SciELO) a partir de 2002. De acordo com as novas exigências, a partir de 2004 passaram a ser publicados três números por ano, com a ampliação do conteúdo e o aprofundamento dos temas.

Alguns assuntos permanentes foram sendo tratados nos editoriais. Entre eles, os diversos tipos de violências de gênero, aborto, sexualidade, raça, classe, preconceito, trabalho, entre outras reflexões sobre desigualdades, emergências e permanências. As emergências se deram por conta da teoria *queer*, das interseccionalidades e outras demandas de capacitismo, feminismos negros, indígenas, rurais, transfeminismos, putafeminismos, entre outros. Os próprios editoriais estimulavam o envio de artigos sobre determinados temas, que as editoras entendiam como lacunas nos estudos feministas e de gênero.

Joana Maria Pedro e Susana Bornéo Funck assumiram a coordenação em 2004, quando a revista lançou o Número Especial *Publicações feministas*, em diálogo com outras publicações, como *CADERNOS Págu* e *Ártemis*, respectivamente da Unicamp e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A partir de 2006, Cristina Scheibe Wolff, Sônia Weidner Maluf e Simone Pereira Schmidt começaram a editar, em trio ou em dupla, alguns números da *REF*. Na continuidade do trabalho, Mara Coelho de Souza Lago assumiu a coordenação editorial, sempre em duplas, desde o último número de 2008, permanecendo nessa função até o

SUMÁRIO

momento da escrita destas páginas (2022). Tânia Regina Oliveira Ramos está entre as “editoras-chefas” desde 2012. A partir do primeiro número de 2019, devido ao grande volume de trabalho, voluntário, a formação da coordenação editorial passou a ser um quarteto, composto por Mara Lago, Luzinete Minella, Cristina Wolff e Tânia Ramos.

No editorial do terceiro número de 2019, as coordenadoras reiteraram a finalidade desta parte do periódico, escrita de forma crítica e consciente dos desafios e lutas cotidianas, dentro e fora da academia. Para elas, os editoriais falam dos objetivos e compromissos da revista, apresentando o conteúdo de cada número publicado e traçando um panorama histórico-analítico das circunstâncias pelas quais passa o país, em análises das políticas que afetam as vidas não só das mulheres e das populações LGBTQIA+, mas de toda a população brasileira, no exercício (ou privação) de seus direitos, em suas lutas contra as desigualdades sociais e por respeito às diferenças.

Entendo os editoriais da *REF* como guias que vão elaborando leituras feministas do país e do mundo, pautando temas urgentes e emergentes; os que se repetem e permanecem, e aqueles que alimentam novas pesquisas, que mais tarde resultam ainda em outras.

O editorial publicado no número 2 de 2021 traz a leitura das editoras sobre o enorme desafio das publicações feministas na atualidade: a continuidade da produção dos periódicos acadêmicos enquanto minguam as fontes de financiamento, no desmonte da educação, da ciência e da tecnologia (Cristina WOLFF; Luzinete MINELLA; Mara LAGO; Tânia RAMOS, 2021, p. 1-6). Assim, podemos pensar que ter uma situação consolidada entre os periódicos científicos de estrato “A” na avaliação Qualis-Capes não significa uma possibilidade de acomodação, ao contrário, é mais trabalho garantido, já que os esforços para manter a qualidade editorial se deparam com obstáculos, que podem se tornar restritivos. No entanto, contamos com um elemento surpresa e de renovação, que está no empenho, na força de trabalho,

na competência, criatividade e coragem de cada pessoa envolvida nessa rede de produção de conhecimento que consegue romper as barreiras e o silenciamento da própria academia.

Veremos a seguir alguns dos principais temas e problemas enfrentados pela revista, em sua trajetória e na atualidade.

ATIVISMOS E PIONEIRISMOS NO CAMPO ACADÊMICO FEMINISTA

A *Revista Estudos Feministas* cresceu em importância junto com debates situados ao mesmo tempo no campo acadêmico feminista e no interior dos movimentos sociais e ativismos políticos (VEIGA, 2019b). Com relação ao conteúdo, a *REF* sempre buscou seguir critérios que fizeram dela uma referência para os estudos feministas e de gênero, além de contemplar a ampla arena das Ciências Humanas. Um efeito disso é a manutenção de sua posição entre os mais altos extratos avaliativos em parâmetros nacionais e internacionais, além de um grande fluxo contínuo de submissão de material acadêmico – artigos, resenhas, entrevistas, dossiês – para publicação em diferentes idiomas.

Mesmo enfrentando as atuais restrições de apoio financeiro, como boa parte dos periódicos brasileiros e das pesquisas científicas, a *REF* segue adiante, mantendo sua qualidade editorial, contando também com o comprometimento político de suas editoras, que trabalham de maneira coletiva. O ativismo acadêmico, e sua função social, sempre esteve presente ao longo da história da *REF*. Uma das expressões disso é a publicação dos dossiês. Entenda-se que os dossiês são justamente o espaço privilegiado do debate amplo, conduzido pelo ativismo extra-campo, acompanhado atentamente pelas editoras e conselheiras.

SUMÁRIO

De acordo com Sônia Weidner Maluf (2004), “[...] os dossiês constituem uma seção da *REF* e se dedicam à abertura de um espaço de diálogo entre a produção acadêmica e intelectual e a militância, o ativismo e as políticas feministas”. Desde o primeiro número da revista, em 1992, as relações com as demandas e desafios do presente já estavam colocadas – o primeiro dossiê surgiu em consonância com *1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, denominada Eco 92, que aconteceu naquele ano no Rio de Janeiro –, trazendo a temática “Mulher e meio-ambiente”. Lembrando que ainda não tínhamos no Brasil uma discussão em torno do ecofeminismo, levantada apenas no final dos anos 1990 por algumas pioneiras como Regina Di Ciommo (1999; 2003). Este exemplo sinaliza a atualidade e a pertinência dos dossiês, que lançam alguns debates ainda no calor das primeiras reflexões sobre temáticas distintas que afetam diretamente a sociedade, as mulheres e pessoas LGBTQIA+

Em evidência nesse primeiro dossiê (número 0) estava um sujeito político historicamente localizado: o sujeito Mulher. Sendo que, sobre os sujeitos do feminismo, Joana Maria Pedro (2005) e Cláudia de Lima Costa (2009) oferecem uma boa contextualização teórica. Dois outros dossiês da *REF*, em sequência, reafirmam esse sujeito em diálogo com temáticas centrais: *Mulher e violência* (número 1 de 1993), *Mulher e direitos reprodutivos* (número 2 de 1993).

Apenas para citar alguns temas abordados de 1992 a 1999, considerando a primeira etapa da publicação, ainda no Rio de Janeiro, podemos lembrar de dossiês marcantes, como o *Mulheres negras* (número 2 de 1995), trazendo organizadoras e autoras feministas negras com o intuito de discutir gênero, raça e classe, os marcadores básicos para se pensar em termos de interseccionalidade. Segundo Sônia Maluf (2004), esse foi o primeiro dossiê da *REF* publicado com mais de 80 páginas, inaugurando uma nova fase, de ampliação dos debates propostos na seção temática. Na sequência, foi organizado

SUMÁRIO

um dossiê sobre ações afirmativas, tratando a questão das cotas e da discriminação racial (número 1 de 1996).

Os dossiês *Gênero e velhice* (número 1 de 1997), *Aborto* (número 2 de 1997) e *Masculinidade* (número 2 de 1998) sinalizaram a potencialidade reflexiva e de escuta da *REF* e sua flexibilidade ao publicar trabalhos relativos a referenciais teóricos e temas mais amplos, que ganhariam especificidade nas décadas seguintes.

A nova fase da *Revista Estudos Feministas*, em sua chegada à equipe editorial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi inaugurada com dois números conjuntos – 1 e 2 de 1999. Nesse momento, o dossiê *Mulheres indígenas* trazia a perspectiva de antropólogas etnólogas, ainda não das próprias pesquisadoras de origem indígena, que adentrariam a universidade uma década depois, ocupando espaços e assumindo seus lugares de fala (trazendo esta narrativa para perto de um debate atual).

Apenas no número 2 de 2001 o termo “gênero” foi utilizado em um dossiê, sob organização de Guacira Lopes Louro e Dagmar Estermann Meyer, intitulado *Gênero e Educação*. O sujeito Mulher não mais retornaria aos títulos dos dossiês, enquanto sua pluralidade ainda voltaria à cena, com o dossiê *Mulheres agricultoras no sul do Brasil*, organizado por Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo (número 1 de 2004).

Quinze anos se passaram desde o citado balanço sobre os dossiês da *REF*. De 2004 para cá, algumas demandas permaneceram nos eixos temáticos abordados por essa seção, enquanto outras foram sendo colocadas e afirmadas durante esse último período.

A partir de 2005, já no crivo do indexador SciELO, a *REF* passou a publicar três números regulares por ano/volume, mantendo a assiduidade dos dossiês em pelo menos um deles. Nesse momento surgiu a necessidade de ampliar as discussões também em âmbito acadêmico,

SUMÁRIO


com a proposta da organização de Seções Temáticas, publicadas em alternância com os dossiês e com os conjuntos de artigos temáticos. Respondendo às demandas colocadas por pesquisas em temas sociais, essas seções passaram a promover debates sobre as principais preocupações sociais e políticas, trazidas para o campo acadêmico.

Mantenho aqui o foco na atualização dos dossiês. Em 2005 (volume 13, número 2), o tema foi Gênero e religião; o número 2 de 2006 tratou de Relações homoafetivas; o dossiê de 2007 saiu igualmente no número 2 e foi organizado sobre o tema Mulheres rurais. 2008 foi o momento de se discutir os 120 anos da abolição da escravidão, sob olhares críticos e posicionados; esse dossiê acabou tendo sequência em 2009 com um outro, intitulado *Retratos das desigualdades de gênero e raça*. A década fechou com o retorno de uma temática abordada lá nos primórdios – Gênero e meio ambiente – e que, curiosamente, poderia ser retomada com grande fôlego nos dias atuais.

O dossiê do volume 19, número 1 de 2011 aborda uma das questões mais debatidas nos últimos anos, ao tratar Gênero e sexualidade no espaço escolar – tema que se tornou recente tabu, com as reações ao debate principalmente de cunho religioso com base na moral, em torno da chamada “ideologia de gênero”, e não em dados empíricos ou na realidade das salas de aula, onde sujeitos dos mais diversos insistem sempre em existir. Em 2012 (volume 20, número 2) foi a vez da discussão incontornável sobre transidentidades, que ainda mantém sua atualidade.

No ano de 2013 a *REF* não trouxe dossiês, e sim uma Seção Especial sobre os 20 anos da revista. Mas esse espaço seria retomado nos anos seguintes. Em 2014 (volume 22, número 2), Karina Bidaseca organizou um deles, intitulado *Cartografías descoloniales de los feminismos del Sur*, apontando para a relevância da *REF* na arena latino-americana de debates.

SUMÁRIO



Em 2015 foram publicados dois números com dossiês: um sobre Artes visuais (volume 23, número 1); outro com um Balanço da Lei Maria da Penha (volume 23, número 2), que completava 10 anos. O mesmo aconteceu em 2016, com os dossiês *Economia, direitos humanos e igualdade de gênero* (volume 24, número 2) e *Dinâmicas de gênero e feminismos em contextos africanos* (volume 24, número 3). Este último conjunto já demarcava o privilégio das relações entre o Brasil e alguns países africanos na linha que se expressaria com mais força de lá para cá, com a editoria internacional, que tem como uma de suas editoras a professora Simone Pereira Schmidt, sempre em contato com pesquisadoras africanas de língua portuguesa, de localizações diversificadas.

O presente dossiê inaugura uma série de três dossiês que abrem caminho para o *14º Mundos de Mulheres em Moçambique*. A circulação de feminismos africanos na *Revista Estudos Feministas* é uma iniciativa pioneira no Brasil, que junta três dossiês seguidos sobre a temática. Abre-se uma porta para trocas de saberes que dificilmente poderá ser fechada.

Sobre os dossiês da *REF*, é possível perceber alguns temas recorrentes, como sexualidade e gênero em suas intersecções. Por outro lado, outras questões sociais foram sendo ampliadas, como é o caso da luta antirracista e da notoriedade de temas relacionados a mulheres negras, principalmente, em sua positivação como sujeitos múltiplos, já que elas são acadêmicas, intelectuais, ativistas, blogueiras, e o que mais quiserem ser.

A abertura desse espaço é uma ação de mão dupla, pois, enquanto a *Estudos Feministas* se oferece como lugar qualificado para esses debates, também necessita ser apropriada como instrumento científico das reivindicações sociais, do mesmo modo pelo qual já é tomada como espaço privilegiado de divulgação do conhecimento acadêmico em seus sentidos mais amplos – o social e o político.


GÊNERO E VIOLÊNCIA – A MAIOR DAS PERMANÊNCIAS

Os periódicos feministas, desde que existem, tiveram que debater os temas centrais relacionados às reivindicações das mulheres. Em se tratando de publicações científicas, como a *Revista Estudos Feministas* e a *Cadernos Pagu*, podemos observar que, já nas primeiras edições, começaram a lidar com questões relacionadas à violência contra a “mulher”, depois contra as “mulheres” (de acordo com as mudanças nos sujeitos do/s feminismo/s) e, por fim, com a temática “gênero e violências” (VEIGA, 2019c).

De modo incontornável, o ativismo contra a violência de gênero, em todos os campos, ainda se faz necessário. Ele passou a agregar outros sujeitos, amparados sob o guarda-chuva teórico e político dos feminismos. Não é à toa que hoje se fala em feminismo negro, feminismo indígena, feminismo lésbico, transfeminismo, anarcofeminismo, ecofeminismo, cyberfeminismo, e assim por diante. Em todas essas modalidades, se há um tema comum, é o da violência de gênero, atingindo também a população LGBTQIA+.

A permanência da temática é apresentada como um sintoma social. Tão arraigada como o racismo que estrutura as sociedades – sejam elas brasileira, latino-americana, africana, asiática, europeia, estadunidense –, a violência de gênero, que tanto perdura, denuncia a reiteração de um poder que é bruto, embora às vezes sutil, e que busca “ensinar” às mulheres um lugar de submissão social e cultural. E é por isso que o gênero incomoda tanto, mesmo em termos acadêmicos, quando não se quer reconhecer a relevância do campo para as Ciências Sociais, mas não apenas para elas, já que o debate está colocado na atualidade em todas as áreas do conhecimento científico.

SUMÁRIO



Um exemplo extremo dessa permanência é a história da Lei Maria da Penha no Brasil, com mais de 17 anos. Essa lei é resultado de uma história de violência e perseguição deliberadamente ignorada pelas instituições. Não bastou Maria da Penha Fernandes denunciar, buscar proteção, avisar sobre ações e ameaças de morte e as tentativas de homicídio (no mínimo duas) por parte do marido, que a deixou paraplégica com um tiro de arma de fogo em 1983 (Isadora MACHADO, 2016). Maria da Penha teve que recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para que o caso fosse considerado e que tivesse início uma discussão séria sobre o problema da violência doméstica e do feminicídio no Brasil. Um dossiê intitulado *Balanço sobre a Lei Maria da Penha* (Cecília SARDENBERG; Miriam GROSSI, 2015) foi organizado pela *Revista Estudos Feministas* no número 2 de 2015 (volume 23) – momento em que a Lei completava dez anos. Mais do que pensar em marcos temporais, interessava às editoras mapear a permanência da violência de gênero comprovada por pesquisas científicas.

Podemos refletir sobre um dualismo temático nas páginas do periódico, divididas entre a positivação de sujeitos diversos em estudos que valorizam o protagonismo social, como contraponto a temas que as editoras da *REF* gostariam de não mais precisar abordar no conteúdo da publicação, como a violência contra as mulheres, o racismo e a LGBTfobia.

TEMÁTICAS ANTIRRACISTAS EM DEBATE

Os feminismos negros e indígenas vêm, cada vez mais, se apropriando da escrita acadêmica, que divulga o conhecimento científico pautado em demandas sociais (VEIGA, 2019d). Se parte da academia ainda resiste em adotar em seus planos de ensino e ementas,

SUMÁRIO

por exemplo, autoras mulheres nas listas de referências bibliográficas, o que dizer então sobre autoras negras ou indígenas?

Apenas recentemente nos deparamos com a riqueza de trabalhos como o artigo de Cláudia Pons Cardoso (2014), *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*, em que a autora valoriza a representatividade dessa ativista e acadêmica negra para os feminismos; o livro de Nilma Lino Gomes (2017), *O movimento negro educador*, que sinaliza os tipos de aprendizado proporcionado por ações da luta antirracista do movimento negro, além de agregar a perspectiva de gênero; o livro de Giovana Xavier (2019), *Você pode substituir Mulheres Negras como objeto de estudo por mulheres negras contando as suas próprias histórias*, que acaba dando o tom do discurso de uma acadêmica, que também é blogueira, provocadora e ativista; e o trabalho de Djamila Ribeiro (2017) *O que é lugar de fala?*, que vem mobilizando importantes discussões. Apenas para citar algumas acadêmicas que ditam pautas nos debates, que não perdem de vista a luta antirracista, além de outros temas de interesse específico, como a violência contra a população negra, a demarcação de terras indígenas, a saúde das mulheres indígenas, educação, história, tecnologia.

Assim como as mulheres negras, as jovens indígenas começam também a falar a partir da perspectiva acadêmica, fazendo formação em áreas diversas, na busca de assumir esse espaço decisivo, de resistir aos subterfúgios de uma “colonialidade do saber” – como afirmaria Aníbal Quijano (2000) e outros intelectuais que participam desse diálogo.

Essas mulheres indígenas assumem seu protagonismo, como no caso de Samantha Ro'otsitsina Juruna²² (2013), que escreveu a dissertação intitulada *Sabedoria Ancestral e Movimento: perspectivas para a sustentabilidade*, defendida na Universidade de Brasília, e de Joziléia

22 Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Indígenas (2013) pela Universidade de Brasília.

Jagso Kaingang²³ (2016), que assume o compromisso acadêmico de escrever sobre a situação das mulheres do seu povo.

A visibilidade desse campo intelectual e político ainda é pouca, embora transborde relevância e potência. Mais do que apenas encampar a luta antirracista, a *Estudos Feministas* busca trazer todos os debates possíveis sobre ela, ampliando seu espectro de publicações, sem deixar de fora quaisquer modalidades de competências.

Entendemos o combate ao racismo como o grande desafio acadêmico do momento, ao lado da pauta LGBTQIA+. Privilegiando compor com esses/as sujeitos/as, a *REF* reitera e renova, em seus editoriais e publicações, o sentido social dos periódicos científicos, percebendo as teorias em sua função plena na relação com demandas sociais. Talvez seja esse um dos motivos da sua centralidade: o espaço aberto para a diversidade, tanto conceitual como de existência e resistência acadêmica, em diálogo com a realidade social.

IDENTIDADES QUEER NA ÓTICA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Das temáticas que vêm abrindo espaços de visibilidade nas últimas décadas nos periódicos científicos, podemos destacar algumas relacionadas a questões identitárias. Elas marcam presença constante nas páginas da *Revista Estudos Feministas*. Algumas das problemáticas abordadas estão no campo dos estudos LGBTQIA+, e são apresentadas em artigos que discutem pautas do feminismo lésbico, do ativismo trans, pesquisas sobre homossexualidades, sejam elas normativas ou dissidentes, ou aspectos singulares da teoria *queer*, sempre instigante e provocadora de debates sociais e acadêmicos (VEIGA, 2019e).

23 Atualmente doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

A busca da *REF* como um lugar para divulgação do conhecimento científico diz respeito ao reconhecimento dos estudos feministas e de gênero – atravessados por raça, classe, localização – como um amplo leque que inter-relaciona competências acadêmicas interdisciplinares e ativismo político.

O volume 27, número 3 da revista traz artigos sobre a temática LGBTQIA+. São eles: *La práctica artística como lugar de visibilización de las mujeres transgénero de Pereira, Colombia*, da pesquisadora Sandra Johana Cañaveral, que discute um protagonismo inédito no campo artístico; como resultado, a inserção social das mulheres trans artistas. *Corpo infectado/corpus infectado: AIDS, narrativa e metáforas oportunistas*, de Anselmo Peres Alós, da Universidade Federal de Santa Maria, que mostra como as narrativas sobre HIV foram se transformando ao longo do tempo; e *Making place, making home: lesbian queer world-making in Cape Town*, de Susan Holland-Muter, da University of Cape Town, África do Sul, que faz parte da Seção Temática desse número, cujo foco de atenção está nas distintas localidades africanas.

A *Revista Estudos Feministas* vem ocupando seu espaço, conquistado com muito trabalho e na perspectiva de um ativismo acadêmico consciente de sua relevância e da resistência que oferece ao senso comum. A publicação e a circulação gratuita de textos e ideias são os motores dessa empreitada acadêmica editorial, que entendemos como necessária ao acolhimento dessa diversidade e ao protagonismo de sujeitos sociais.

OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

De alguns anos para cá, a *Revista Estudos Feministas* tem realizado um esforço interno coletivo de adaptação às demandas dos indexadores, como o SciELO, que possibilitam a qualificação da *REF*

SUMÁRIO

como um periódico que é referência científica no campo das Ciências Humanas, como foi dito até aqui. Uma dessas demandas atendidas é o processo de internacionalização, que vem sendo discutido nos últimos anos, inclusive nos encontros do próprio SciELO (VEIGA, 2019f)²⁴.

Não é de maneira irrefletida que esse esforço acontece no interior da *REF*, já que as editoras mais antigas evocam a memória de uma perspectiva transnacional, que sempre esteve presente nos interesses e nas práticas do grupo editorial. Desde as páginas em azul, que traziam aos leitores e leitoras traduções, lá nos primeiros anos 1990, até os contatos e redes alimentados com frequência por meio do *Seminário Internacional Fazendo Gênero* – que alcançou em 2021 sua 12ª edição, sendo organizado pela mesma equipe editorial, de forma ampliada, cujas edições sempre resultaram em novas publicações e na visibilidade de temáticas emergentes.

A *REF*, ao longo do tempo, foi se consolidando como espaço privilegiado dos debates feministas e de gênero na América Latina, na África de língua portuguesa, nos países de idioma português e espanhol, de acordo com Susana Bornéo Funck, uma das responsáveis pela editoria internacional (VEIGA, 2019f). Além disso, foi conquistando aos poucos leitoras/es e autoras/es também de língua inglesa. E é isso que entendemos como internacionalização.

O desafio do presente para os periódicos científicos da área de Humanas é fazer com que boa parte dos textos seja publicada em inglês, como se apenas isso garantisse a leitura de autoras e autores brasileiras/os e latino-americanas/os nos países de língua inglesa. Para Susana Funck, o que falta é que se crie no exterior um interesse pelo que publicam autores e autoras do Brasil e de outros países da América Latina.

24 No ano de 2021, a *REF* teve picos entre 180.000 e 190.000 acessos. Ver: <https://analytics.scielo.org/?journal=0104-026X&collection=scl>.

SUMÁRIO

Mara Coelho de Souza Lago, uma das coordenadoras editoriais da *REF*, também contribui com uma visão crítica sobre o tema. Em artigo publicado em inglês na *Special Section* (v. 26, n. 3), Mara Lago (2018, p. 3, tradução nossa) argumenta:

Internacionalização que se dá fundada inicialmente na adaptação de nossas diferentes falas/línguas nacionais – à incorporação hegemônica do inglês como segunda língua. Se isso tem muitos aspectos positivos, em termos de nossas formações em diferentes níveis, das trocas culturais possibilitadas, do domínio de novos idiomas e, com eles, novos conhecimentos e experiências multiculturais, não podemos esquecer de algumas questões, como a imposição de valores/costumes/culturas/tradições que apequenam nossas origens e nossos continentes nesse mundo globalizado (tradições que são também parte de nós, constituídos que fomos como povos nacionais em processos de colonizações europeias imperialistas).

Mara Lago informa que houve um grande investimento na aproximação com pesquisadoras do Cone Sul na última década e meia por meio da revista, principalmente devido aos contatos travados no *Fazendo Gênero*, e que, atualmente, no mínimo 20% dos textos da *REF* têm sido escritos e publicados em língua espanhola. Ao mesmo tempo que isso fortalece essa coalizão regional importante para os feminismos acadêmicos, não é considerado nos termos dos indexadores dos periódicos científicos. Enquanto os temas e abordagens decoloniais e de gênero (Maria LUGONES, 2014) demarcam debates geopoliticamente localizados e necessários, as demandas dos indexadores impõem outro ritmo e outro olhar.

Seguimos ainda com a provocação de Mara Lago (2018, p. 5, tradução nossa):

Em contraposição aos rumos da internacionalização ditada pelos principais indexadores das publicações brasileiras e pelas instituições que definem as políticas educacionais do país, têm sido cada vez mais presentes na *REF* os temas da descolonização, dos feminismos decoloniais, que enfatizam a valorização

SUMÁRIO

das produções culturais dos colonizados, numa guinada das viagens de teorias, artes, tradições – que se faziam tradicionalmente do norte para o sul – e que agora valorizam novas direções, do sul ao sul.

Ainda assim, é possível observar que a seção de entrevistas publicadas na *Revista Estudos Feministas* privilegia amplamente intelectuais situadas no Norte global.


Talvez o maior desafio colocado pelas exigências mais recentes dos indexadores seja justamente o de conciliar essa visão editorial da *REF*, que é ao mesmo tempo politizada, localizada, inclusiva, mas também voltada para a sobrevivência dentro do escopo editorial científico, cujos ônus gerados se referem ao cumprimento de uma agenda ou de uma pauta internacionalizada, que trata os mais diversos ramos científicos de modo similar, aproximando os seres humanos (e as ciências que a eles se referem) às máquinas, aos *chips* ou aos cálculos. Assim, as possíveis apostas teóricas dos estudos feministas e de gênero reatualizam o ciborgue proposto por Donna Haraway (2009), tornando autoras e autores partes dessa engrenagem, que desmonta e fragmenta, ao mesmo tempo que impulsiona e seduz.

30 ANOS – O PRESENTE E O FUTURO EM REDE DA *REF*

No ano de 2022 são comemorados 30 anos da *REF*, ampliada para 34 editorias, partilhadas entre professoras da UFSC e da UDESC, basicamente, mas contando com a contribuição de profissionais de outras universidades, em outros estados.

As redes feministas sempre foram, ao mesmo tempo, uma meta e a metodologia da *REF* (VEIGA, 2019g). E essas formações em rede se

SUMÁRIO



multiplicam, partindo de um grupo de coordenação editorial, passando por outras editoras colaboradoras, chegando a outros periódicos que publicam gênero e feminismos no Brasil, na América Latina e em outras partes do mundo, abrindo espaço e compartilhando conhecimento científico com autoras/es, leitoras/es e pareceristas. Se pensarmos que cada ponto-pessoa dessa rede mantém e amplia suas próprias redes e suas microrrelações, e que todo esse contato se multiplica infinita e imprevisivelmente nas redes sociais, podemos começar a ter noção da dimensão do trabalho que está sendo feito e da ampliação do campo.

Principalmente a partir dos anos 2000, percebemos um movimento rumo à consolidação de uma rede entre as publicações feministas, sendo que a *REF* chegou a organizar encontros, como o *I Encontro Internacional* e *II Encontro Nacional de Publicações Feministas* em 2003, tendo como meta a ampliação da rede e a criação de um Portal de Publicações Feministas. Embora esta última meta não tenha sido atingida, as estratégias utilizadas renderam a ampliação e consolidação dessas redes. Uma das ações adotadas foi garantir a participação de representantes das publicações nos mais importantes encontros acadêmicos ocorridos no Brasil nas mais diversas áreas. Com apoio financeiro da Fundação Ford e da saudosa Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o vínculo entre os periódicos foi fortalecido na prática de ações e objetivos conjuntos. Os contatos profissionais, pessoais e as parcerias também saíram consolidados.

Houve uma continuidade no investimento no caráter multidisciplinar e no equilíbrio entre as áreas, o que propiciou a atuação em rede com pesquisadoras/es e outras publicações do campo. Estandes de venda conjunta estiveram presentes em diversos congressos. O Projeto para o Desenvolvimento e Implementação da *Revista Estudos Feministas* on-line estimulou parcerias e resultou em mais visibilidade para a *REF* nos âmbitos nacional e internacional. Além disso, e principalmente, a *REF* se expandiu por meio de dez indexadores,

SUMÁRIO

tendo agregado a *Scientific Library Online* (SciELO) e a *International Bibliography of the Social Sciences/IBSS* (London School of Economics).


Em função dos esforços coletivos e do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a *REF* obteve uma alta classificação – Internacional A em diversas áreas – nos programas Qualis CAPES, segundo as coordenadoras editoriais de 2004 (Luzinete MINELLA; Joana PEDRO, 2004, p. 11). Porém, essa posição e a manutenção das redes requerem um trabalho constante. Em 2012, na comemoração dos 20 anos da *REF*, foi realizado na UFSC o *Colóquio Militância e Academia nas Publicações Feministas: 20 anos da Revista Estudos Feministas*. De acordo com as editoras naquele momento, foi mais uma oportunidade de diálogo e intercâmbio entre as publicações, possibilitando trocas e experiências no campo dos estudos de gênero e reforçando antigas e novas redes.

O elemento surpresa dessa história está no empenho, na força de trabalho, competência, criatividade e coragem de cada pessoa envolvida nessa rede de produção acadêmica, que consegue romper as barreiras e o silenciamento da própria academia.

Pensar em futuro é recriar cotidianamente estratégias que possibilitem a manutenção da qualidade da *Revista Estudos Feministas* e a efetividade de sua publicação mesmo em momentos desfavoráveis, é pensar na relevância dos debates propostos e seguir com passos confiantes uma trajetória de trabalho pela democratização do conhecimento, tendo consciência de um lugar científico e social conquistado com competência e determinação.

Como futuro, desejamos vida longa à *REF* e a todos os periódicos feministas brasileiros. E que os resultados de pesquisas publicados nesses periódicos possam continuar a servir como bases científicas para a transformação social.

SUMÁRIO



Como pensar na descolonização e nos descentramentos desses índices e dessas métricas? Esta é uma nova questão, já que esses mesmos indexadores e fatores de impacto se tornam um centro magnético que reitera geopolíticas científicas e constrói o *mainstream* das publicações feministas, ao qual não se quer um vínculo absoluto, mas que, por outro lado, não se pode desperdiçar ou ignorar, no intuito de promover a circulação de todos esses debates publicados e estimulados pela revista. Talvez este seja o maior paradoxo da *REF* na atualidade.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2019.

COSTA, Claudia de Lima. Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 207-213, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qsDcc7r9WTPdv4tkYzD9g8H/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Ecofeminismo e educação ambiental**. São Paulo: UNIUBE/Cone Sul, 1999.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 423-443, jul.-dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m6Z8D5rG3sk5BYbpJhsFVxJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GROSSI, Miriam. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, N.E.: p. 211-221, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rrbSFGPBqPmy9nwR4WGtmYr/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2022.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU,

SUMÁRIO

Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HEILBORN, Maria L. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 301-302, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16442/15023>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JURUNA, Samantha Ro'otsitsina. **Sabedoria Ancestral e Movimento: perspectivas para a sustentabilidade**. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

KAINGANG, Joziléia Daniza. As kaingang, lutas, redes: do doméstico para o público. In: SILVA, Márcia Alves (org.). **Gênero e diversidade**: debatendo identidades. São Paulo: Perse, 2016.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Vicissitudes of Internationalization: Academic articles in Brazilian journals. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/z8rtjx4T744CXXTrn6HvFSP/?lang=en>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznzb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MACHADO, Isabella Vier. Lei Maria da Penha: conquistas e desafios. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero e violências**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque, 2016, p. 8-26.

MALUF, Sônia Weidner. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 235-243, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pTykcSGD8MXwFKxFgYXPsdm/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MINELLA, Luzinete Simões; PEDRO, Joana Maria. Editorial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 7-12, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/8622/7940>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4tr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20/07/2019.

SUMÁRIO

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, Riverside/California, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 20 ago. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; GROSSI, Miriam Pilar. Balanço sobre a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 497-500, 2015. Disponível em: <http://ref.scielo.org/t99n2f>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VEIGA, Ana Maria. Revista Estudos Feministas: trajetória da REF e programação para a Semana Especial do Blog SciELO em Perspectiva – Humanas. **SciELO em Perspectiva – Humanas**. São Paulo, 28 out. 2019a. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/10/28/revista-estudos-feministas-trajetoria-da-ref-e-programacao-para-a-semana-especial-do-blog-scielo-em-perspectiva-humanas/#.YgmKDt_MJPY. Acesso em: 13 fev. 2022.

VEIGA, Ana Maria. Debates, ativismos e pioneirismo no campo acadêmico feminista. **SciELO em Perspectiva – Humanas**. São Paulo, 29 out. 2019b. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/10/29/debates-ativismos-e-pioneirismo-no-campo-academico-feminista/#.YgmF49_MJPY. Acesso em: 13 fev. 2022.

VEIGA, Ana Maria. Gênero e violência: um tema estruturante na história das mulheres e nos estudos feministas. **SciELO em Perspectiva – Humanas**. São Paulo, 29 out. 2019c. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/10/28/genero-e-violencia-um-tema-estruturante-na-historia-das-mulheres-e-nos-estudos-feministas/#.Ygp2xt_MJPY. Acesso em: 13 fev. 2022.

VEIGA, Ana Maria. Temáticas antirracistas: debates das mulheres negras, indígenas e de todas nós. **SciELO em Perspectiva – Humanas**. São Paulo, 29 out. 2019d. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/10/29/tematicas-antirracistas-debates-das-mulheres-negras-indigenas-e-de-todas-nos/#.YgmFXN_MJPY. Acesso em: 13 fev. 2022.

VEIGA, Ana Maria. Identidades queer pela ótica da pesquisa científica. **SciELO em Perspectiva – Humanas**. São Paulo, 31 out. 2019e. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/10/31/identidades-queer-pela-otica-da-pesquisa-cientifica/#.YgmHcd_MJPY. Acesso em: 12 fev. 2022.

VEIGA, Ana Maria. Quais os desafios da internacionalização para os periódicos na área de Humanas?. **SciELO em Perspectiva – Humanas**. São Paulo, 30 out. 2019f. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo>.

SUMÁRIO

org/blog/2019/10/30/quais-os-desafios-da-internacionalizacao-para-os-periodicos-na-area-de-humanas/#.YgmGq9_MJPY. Acesso em: 13 fev. 2022.

VEIGA, Ana Maria. O presente e o futuro em rede da Revista Estudos Feministas. **Scielo em Perspectiva – Humanas**. São Paulo, 01 nov. 2019g. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/11/01/o-presente-e-o-futuro-em-rede-da-revista-estudos-feministas/#.YhOGKujMJPY>. Acesso em: 13 fev. 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; MINELLA, Luzinete Simões; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Publicação científica como resistência feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 5-6, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82939/47478>. Acesso em: 18 jan. 2022.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir Mulheres Negras como objeto de estudo por mulheres negras contando as suas próprias histórias**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.



5

Joana Passos

A “Voz” de mulheres afrodescendentes e africanas:

empoderamento e renovação

The Voices of Afro-descendant

and African Women:


Empowerment and renewal

La ‘Voz’ de mujeres afrodescendientes

y africanas:

empoderamiento y renovación

SUMÁRIO



O ponto de partida para pensar este capítulo foi verificar que diferentes textos escritos por mulheres negras²⁵ repetidamente valorizavam o poder da escrita como forma de afirmação do sujeito, e também como meio de intervenção social. Ao mesmo tempo, também relacionavam o racismo da sociedade contemporânea com o passado colonial, na medida em que a história de um passado de violência e agressão aos povos africanos parece ser interpretada por pessoas racistas como uma justificação para continuar a desrespeitar certas minorias que vivem dentro de uma determinada nação, como é por exemplo o caso dos afro-americanos e dos afro-brasileiros.

De fato, várias autoras (bell hooks, Toni Morrison, Grada Kilomba) representavam o ato de escrever como uma forma de empoderamento, pois publicar um texto ou expor uma obra de arte é um momento em que se assume uma voz pública, e conseqüentemente, uma posição como sujeito interventivo. Em consonância com esta visão, neste capítulo, encaro a atividade da escrita por parte de um conjunto de autoras selecionadas como uma atividade estratégica, de autoafirmação, em alguns casos abertamente reivindicativa, em alguns outros, do foro mais literário, sutil e indireta.

Um autor tem uma voz que se pode propagar indefinidamente por diversos públicos, que pode atingir sujeitos distantes, e que constitui um legado que fica registado num dado momento histórico. Ouvir/ler estas vozes tem, portanto, interesse para se refletir sobre o passado colonial e sua herança de racismo, mas também é igualmente importante para se entender as possibilidades estratégicas do presente e definir agendas sociais e políticas para o futuro. Em qualquer dos casos, “ouvir” o que estas vozes têm para dizer sobre marginalização

25 Uso aqui o termo “negra” ou “negras” tal como foi apropriado e transformado pela comunidade afro-americana. Se inicialmente este termo era um insulto na boca de racistas brancos, desde o movimento da *Harlem Renaissance*, nas décadas de 1920 e 1930 nos EUA, o termo começou a ter conotações políticas reivindicativas, reclamando a pertença a uma comunidade que era, e é, parte integrante da nação-estado, para a vida da qual contribuiu, e da qual pode exigir direitos legais, apoios e proteção, tal como qualquer outro cidadão.

SUMÁRIO

e memória histórica parece-me urgente. Daí o meu compromisso em investigar, ensinar e publicar artigos sobre autoras africanas, ou de ascendência africana.

A segunda questão que me empurrou na decisão de escrever este capítulo é que apesar das legítimas críticas ao feminismo branco e de classe média que se encontram nos ensaios das afro-americanas Toni Morrison e bell hooks, ou da britânica Lola Young (citadas no desenrolar deste capítulo), estas críticas não significam que investigadoras brancas, como é o meu caso, investigadora integrada na academia portuguesa, não tenham o dever de participar neste debate. Pelo contrário. Enquanto crítica e académica sou, de certa forma, curadora de bens culturais e consequentemente, promotora (ou não) de certos debates sociais. Acredito que quando somos confrontados com formas de opressão/diferenciação, como o sexismo e o racismo, somos obrigados a considerar a importância e de ouvir/ler as vozes de autoras que o denunciam ou confrontam, como é o caso daquelas que abaixo se discutem. Ser branca não me impede de participar na gestão da minha sociedade, e de desejar reformas sociais para a tornar mais inclusiva, tal como os avanços no sentido da igualdade de género não se conseguiram sem a colaboração e apoio de alguns homens.

Por fim, gostaria de referir uma perplexidade que também motivou escolhas metodológicas para a construção deste trabalho. Quando procurei artigos sobre racismo e/ou sexismo a partir do ponto de vista de mulheres negras apareceram-me sobretudo artigos de autoras afrodescendentes, cidadãs que se posicionam numa comunidade minoritária em relação a uma comunidade maioritária, a tal comunidade branca, de classe média. Por contraste, as autoras africanas de países independentes não escrevem a partir deste constrangimento face a uma maioria nacional branca. Podem, isso sim, escrever sobre tensões com outras comunidades vizinhas, e podem sentir-se exploradas pela sua condição de mulheres por comparação com os homens da sua


SUMÁRIO

sociedade. Mas com certeza que as autoras africanas também pensam sobre racismo nas sociedades atuais e sobre formas de ir além da traumática herança de memórias coloniais. O que se revelaria ao pôr autoras afrodescendentes e autoras africanas em diálogo?

Todas as autoras que vou citar escreveram ou escrevem literatura. Algumas também produziram ensaios teóricos. Grada Kilomba é também uma artista visual, com obra diversificada. Cada qual tem a sua forma de expressão. Naturalmente, a visão das autoras afro-americanas que escolhi citar não coincidirá totalmente com o ponto de vista de autoras afro-europeias, ou africanas. Isto porque cada uma está inserida numa sociedade particular, envolta em circunstâncias específicas, que as fazem ver as dinâmicas do sexismo e do racismo de formas particulares. Mas de certeza que também existem afinidades várias, e por isso faz sentido ler umas paralelamente às outras, sem homogeneizar a riqueza da diversidade, nem esperar conclusões universais. Cada sujeito tem a sua voz e as suas prioridades.

Também queria explicitar que não vou abordar aqui autoras afro-brasileiras, e deixo o convite aberto às colegas do Brasil para explorarem essa vertente do argumento que aqui se constrói. A par de duas autoras afro-americanas de referência, Toni Morrison e bell hooks, vou invocar palavras de Grada Kilomba, que é uma voz portuguesa, embora escreva a partir da Alemanha. Também cito um artigo de Lola Young (autora por acaso citada por Kilomba, mas a propósito de um outro tema) sobre o chamado *black feminism* (que traduzo para português como “feminismo negro”) no contexto do Reino Unido. Falar-se do Reino Unido ao considerar as agendas das comunidades afro-europeias em termos de gênero e em termos de racismo parece-me relevante, dado que este é o país europeu que recebe o mais elevado índice de emigração, já há muito tempo, tendo-se aí fixado diversas comunidades

SUMÁRIO



em diáspora (EUROSTAT, 2015)²⁶. A propósito, sublinhe-se que no caso da União Europeia como um todo, segundo estatísticas oficiais²⁷, os emigrantes ilegais de origem africana representam mais de um terço do número total, para dados de 2019/2020, num total de 39,8% (e creio que se encontraram mais alguns entre a misteriosa percentagem de 23,6% que são designadas por “outros”). Ou seja, a ligação a países africanos, por relações familiares, continua a ser renovada, à medida que chegam novos migrantes. Por isso mesmo, pelo menos deste lado do Atlântico, não faz sentido separar autoras africanas dos debates de outras comunidades afrodescendentes.

Sendo assim, a par das autoras acima citadas, também vou abordar textos de duas autoras africanas de língua portuguesa, nomeadamente, uma novela de Lília Mompilé (Moçambique) e um conto de Orlanda Amarílis (Cabo Verde). A característica que une estes dois textos literários é que nos propõem formas de autoafirmação coletiva, positiva, procurando caminhos que vão para além do trauma que significa o confronto com discursos racistas do presente e também com a pesada memória da história colonial. As autoras africanas escolhidas falam a partir de uma posição de autonomia e independência conquistada, e, pela sua intervenção, afirmam a possibilidade de mudanças que subvertem a associação entre “voz de mulheres negras” e posições minoritárias ou marginalizadas, mesmo quando essas vozes são assertivas. Como alternativa construtiva, penso que acompanhar-se o processo de independência e reconstrução de nações africanas é um exemplo de autoafirmação que pode constituir uma base de orgulho e confiança para se pensar com mais respeito o lugar das comunidades afrodescendentes inseridas em nações estado que ainda se veem como sociedades “brancas”, sem reconhecer a sua real diversidade racial, que aliás não é recente.

26 A seguir ao Reino Unido, que recebeu 591.000 imigrantes num ano, os países europeus que recebem mais emigrantes são a Espanha, 465.200, a Itália, 404.900, e em quarto lugar, a Alemanha, 404.100. Estes dados são do ano de 2010.

27 Idem.

TEORIZAR A “VOZ”

Vou seguir, ao longo deste capítulo, um coro de vozes críticas e literárias de mulheres negras, tentando dialogar criticamente com cada uma delas. Como considero que as vozes de autoras de língua portuguesa não estão isoladas, vejo como um caminho produtivo estabelecer paralelismos para além de barreiras linguísticas. Vou começar por citar algumas autoras de língua inglesa, num registo mais ensaístico do que literário. Interessam-me algumas das ideias que levantam para se pensar formas de confrontar o racismo a partir do pensamento das mulheres que escrevem.

Quer na América, quer no Reino Unido, as autoras que refletem sobre racismo fazem-no a partir de um discurso comunitário, identificado com minorias que vivem dentro da nação-estado. No caso inglês, a mobilidade dos cidadãos e a constante chegada de novos imigrantes fazem com que frequentemente se fale de racismo em articulação com questões de emigração.

Segundo Lola Young (2000) o fato de se ser um sujeito afrodescendente nas ruas de Londres levanta sempre questões de pertença e identificação, ou, pelo contrário, de sentimentos de exclusão e revolta. No caso das mulheres, esta questão tem outras implicações específicas, pois a integração na sociedade hospedeira pode implicar conflito com a sociedade de origem, visto que as mulheres são tidas como as guardiãs de certas tradições, e é delas que se espera que assumam determinados papéis e comportamentos sociais, no âmbito da família tradicional, heterossexual, preservando a identidade da comunidade no espaço doméstico e familiar.

Por outro lado, Lola Young (2000) argumenta que se pensarmos em questões de gênero em articulação com práticas racistas, é de sublinhar que uma noção como “feminismo negro” (*Black Feminism*) ainda

SUMÁRIO

implica que são as mulheres negras que têm de se demarcar. Quando se diz “feminismo” pensa-se em termos universais. No entanto, nunca se ouve “feminismo branco”. Ou seja, uma pensadora branca não necessita de se demarcar, sente-se abrangida pelo universal. É a autora afro-britânica ou afro-americana que tem de se demarcar (2000, p. 50).

Black British Feminism é um debate que começou pelo final dos anos 90, no Reino Unido, e embora se debruçasse especificamente sobre o caso britânico, tem interesse para a nossa presente reflexão porque cruza a questão da emigração (ou da diáspora) com os problemas de racismo que existem dentro da Europa.

Curiosamente, há mais de 20 anos, Lola Young criticava os estudos pós-coloniais como sendo historicamente neutros, e pouco úteis para um discurso interventivo em termos políticos. Creio que Young não equacionou a diferença entre estudos pós-coloniais, pós-modernistas e pós-estruturalistas (que é a comparação que a autora faz). E a diferença entre o primeiro termo (pós-coloniais) e os outros dois é precisamente o fato de os estudos pós-coloniais terem uma agenda política concreta, materializada na desconstrução crítica de uma visão eurocêntrica do mundo, na revisão da história colonial que nos foi transmitida até recentemente, e (aqui em paralelo com o pós-modernismo) na perda de credibilidade das hegemonias que a ideologia colonial promovia e consolidava. Mesmo que estes debates estejam a acontecer agora, já se tinham afirmado na altura.

Do pensamento de Lola Young retiro um enquadramento que ecoa em outras autoras afrodescendentes, o qual implica sempre o confronto como uma sociedade maioritária, branca, neste caso, em articulação com as dinâmicas de emigração. Ora esta mobilidade entre dois mundos – a sociedade de origem e a sociedade hospedeira – cria na identidade do sujeito migrante uma divisão interna, que, erradamente, pode confundir-se com a legitimação da ideia de que se é, indefinidamente, estrangeiro à sociedade onde se reside. O que há a fazer,


SUMÁRIO

diz Young, é sublinhar essa ideia de pertença, e contrariar a associação entre um visual africano e “ser-se de outro sítio”.

Na sequência de rotas migratórias de longa duração, às quais correspondem números significativos de imigrantes residentes, forma-se uma comunidade em diáspora, isto é, consolidada e visível, como por exemplo os caribenhos no Reino Unido, ou os cabo-verdianos em Portugal. No caso das comunidades em diáspora, diferentes gerações destas comunidades já nascem no país para onde os avós emigraram. Nestes casos, a antiguidade da comunidade em diáspora torna-se uma base de integração no país de chegada. O problema, acrescentaria eu, é se a identificação com a comunidade remete os sujeitos para “o bairro” ou “*ghetto*”, esse espaço isolado onde não se tem acesso a uma plena cidadania.

A par de Young, considero que ter acesso a formação e a oportunidades de escrita (ou outras formas de discurso criativo) é uma maneira de subverter expectativas limitadas ou restritivas, em relação às possibilidades que estão abertas a sujeitos oriundos dessas comunidades. O sucesso das vozes de alguns dá confiança ao resto da comunidade, e representa um reconhecimento que deita por terra imagens racistas como “o marginal”, ou “o desempregado”. Mudar estes estereótipos é fundamental para se projetar uma ideia positiva do contributo que uma dada comunidade traz ao todo. Por exemplo, no esporte e na música, creio que já se reconhece como um “bem” a nação ser representada pelo talento de cidadãos afro-europeus. Em Portugal, a par de tantos problemas racistas, vejo como uma nota positiva a premiada carreira da jornalista Conceição Queiroz, que representa uma mudança na imagem branca da televisão portuguesa. Também a publicidade que passa na mídia deixou de normalizar o “público-alvo” como a comunidade branca. Aparecerem diversas etnias nos anúncios publicitários que normalizam uma ideia de sociedade plural e diversificada, e representam-se as comunidades em diáspora como parte integrante do cotidiano da nação. O caminho do futuro tem de ir por aí.

SUMÁRIO



Num texto impactante, *Memórias da plantação* (2019) (traduzido para várias línguas, incluindo o português), Grada Kilomba analisa aquilo a que chama “episódios de racismo cotidiano”. Kilomba apresenta como um importante passo estratégico para as mulheres negras o “fazer-se ouvir”, assumindo para tal uma posição de sujeito, e reclamando uma assertiva consciência de si.

Kilomba fala muito da invisibilidade dos cidadãos não-brancos em sociedades racistas, ou das expectativas que determinam quem pertence a certos espaços e funções. Por exemplo, numa biblioteca alemã, onde era a única aluna negra, Kilomba era vista com surpresa, como se a sua presença ali fosse estranha, como se o seu corpo estivesse “fora do lugar”.

Mas, a serem vistos, estes corpos têm de ser interpretados nos seus próprios termos, a partir do seu ponto de vista, e não através das projeções e preconceitos que lhes são atribuídos, ou que neles são projetados pela sociedade majoritária, hegemônica, branca. Como diz Grada Kilomba, a subalterna *pode falar* e representar-se, desde que a sua voz seja ouvida. Esta afirmação de Grada Kilomba invoca uma outra, anterior, de Gayatri Spivak, a qual escreveu o famoso artigo *Can the Subaltern Speak?* (SPIVAK, 1988). Nesse texto anterior, Spivak concluía que o sujeito que está numa posição subalterna, periférica, não tem direito a representar-se nos seus próprios termos, porque o seu discurso/fala/escrita não chega aos canais de divulgação que lhe permitiram ter impacto, nem tem o reconhecimento que lhe permitiria participar na construção do que se considera a verdade e o saber num dado momento histórico. Grada Kilomba retoma as palavras de Gayatri Spivak, interpretando-as desta forma:

Gayatri Spivak (1995) formula a seguinte pergunta: ‘Pode a subalterna falar?’ À qual responde imediatamente: ‘Não!’ É impossível à Subalterna falar ou recuperar a voz, pois mesmo que ela se esforçasse com toda a sua força e violência, ainda assim a sua voz não seria ouvida ou entendida por quem detém o poder.

SUMÁRIO

Nesse sentido, a subalterna não pode realmente falar; ela está sempre confinada à posição de marginalidade silêncio prescrita pelo pós-colonialismo. [...]

A posição de Spivak quanto à subalterna silenciosa é, contudo, problemática se for tida como afirmação absoluta das relações coloniais, porque sustenta a ideia de que o *sujeito negro* não está apto a pôr em causa e a contrariar os discursos coloniais (Grada KILOMBA, 2019, p. 47-48).

Todas as autoras citadas neste capítulo provam que as mulheres – e mais especificamente, as mulheres negras – não são silenciosas. Podem, de fato, ter muito impacto, e podem pôr em causa e contrariar os discursos coloniais/racistas. Aliás, existe toda uma genealogia de vozes de mulheres negras que serviram de exemplo na conquista deste espaço de fala, e a prestar homenagem a algumas delas, tomarei como referência duas autoras afro-americanas, Toni Morrison e bell hooks, que teorizaram com clareza a importância de se ter voz pública, isto é, de escrever, ser publicado, ser lido. Em língua portuguesa, uma das suas sucessoras parece ser Grada Kilomba, que tão claramente teoriza a importância de se ser ouvida/lida.

Não penso que o conceito de emigração ou diáspora se aplique, pelo menos da mesma forma que o fazemos no contexto europeu, às comunidades afro-americana e afro-brasileira. Em termos sociológicos, o caso afro-brasileiro e afro-americano parece-me diferente do europeu: não podem nunca ser vistos como “estrangeiros” temporariamente presentes, a população afrodescendente não está dividida em comunidades associadas a variados países de origem, nem se tem por significativa a chegada de novos indivíduos. Nestes casos, falamos de uma comunidade antiga, parte integrante da nação, mas marginalizada em termos de classe social e do correspondente acesso a oportunidades. Obviamente, não creio que o conceito de diáspora ou de emigração sejam operativos nestes dois casos. Será mais útil pensarmos em “minorias”, não necessariamente no sentido restrito de

SUMÁRIO

números demográficos²⁸, mas no sentido da intersecção de raça com pobreza e outros eixos de marginalização social.

Tomemos então duas pensadoras afro-americanas, Toni Morrison e bell hooks, como guia para se demonstrar a importância de se ler/ouvir autoras negras, num pensamento que também parte de dentro da nação, mas das suas margens ou periferias sociais.

Num artigo intitulado *Talking Back* (1987), bell hooks fala de “responder” como se estivéssemos a falar de igual para igual com uma figura de autoridade. “*Talk back*” também pode ser traduzido como “contra-argumentar”, “discutir”, ou responder de forma “desabrida, desafiante”. Em termos de gênero, “talk back” tem ainda uma conotação específica, de comportamento desviante, pois, segundo hooks, representa o oposto do silêncio, e o silêncio é considerado, de um ponto de vista misógino, “o correto discurso da feminilidade – o signo da submissão feminina à autoridade patriarcal” (hooks, 1987, p. 125, tradução minha²⁹). Crescendo nesse meio patriarcal, que encorajava a mulher ao silêncio em termos de discurso público, a autora afirma que teve de lutar contra si própria e as suas inseguranças no sentido de conquistar uma voz, e apesar de enfrentar muitas críticas, nunca abdicou do seu “direito a falar”. Até porque compreendia que as formas de silenciamento que as mulheres enfrentam são várias, e multidimensionais. Frequentemente, para as mulheres afro-americanas, o racismo intersecciona-se com sexismo e barreiras de classe social numa articulada e eficaz série de barreiras que acaba por remeter as mulheres ao silêncio. Por isso, quando se vai a uma livraria (a autora refere-se ao contexto americano, mas creio que podemos generalizar as suas palavras

28 No caso de Brasil, a comunidade afrodescendente representa atualmente mais de metade da população, e nos EUA, representa 12,4%, o que corresponde a 41 milhões de pessoas, mais 5,8 milhões que representavam famílias que combinavam afro-americanos com outras etnias.

29 Do original: “*right speech of womanhood – the sign of woman’s submission to patriarchal authority*”.

SUMÁRIO


a outros contextos), os livros de autoras de ascendência africana ou de outras minorias são desproporcionadamente poucos. Mas as que estão lá representam uma vitória contra “probabilidades injustas” (expressão usada por hooks).

Em concordância com as palavras de hooks, considero que é muito importante ler e escrever sobre autoras africanas e afrodescendentes, pois lhes dar visibilidade é encorajar outras mulheres a não se remeterem ao silêncio. Por outro lado, do ponto de vista estético e de refinamento formal e intelectual, as autoras aqui abordadas constituem, pela sua qualidade, prova evidente de “um assalto” ao cânone, o qual, pelo menos na Europa, se tem vindo a transformar desde os anos noventa, de forma a incluir mais mulheres, mais autores da diáspora, e mais diálogos críticos com escritores da África e da Ásia, todo um conjunto de vozes dissonantes face ao “homem branco”, e que se impuseram junto do público, nas listas de prêmios e nas teses da academia. Esta transformação no universo dos debates críticos, em parte, reflete o impacto social dos estudos feministas, dos debates pós-coloniais e também do pós-modernismo (o qual promoveu o interesse por registos mais populares, por formas híbridas em articulação com pastiche e citação paródia, bem como pela desconstrução).

Criar uma tradição literária internacional, um cânone transnacional se quisermos, escrito por mulheres afrodescendentes e africanas é motivo de autoafirmação e de orgulho para várias comunidades, numa manifestação cuja respeitabilidade é reconhecida e cujo poder de interpelar públicos é aberta e renovável. Por isso, acho fundamental reunir neste capítulo todas estas vozes e convocar para este debate não só autoras afrodescendentes, mas também as ideias de autoras africanas.

Acrescentaria ao argumento que venho desenvolvendo, uma reflexão inspiradora de Toni Morrison sobre a importância de se escrever e publicar. A linguagem com a qual nos representamos, os termos em que vemos o mundo, as ideologias e os valores que nos guiam,

SUMÁRIO



não podem partir de um único ponto de vista. O poder hegemônico, maioritário, nada oferece ao todo da nação em termos de diversidade ou integração da diferença. Se as narrativas que circulam nos currículos educativos, nas vitrines das livrarias e na mídia são majoritariamente narrativas brancas, o que oferecem aos sujeitos negros? Uma alienação de si, a sensação de não coincidirem com os sujeitos a quem se dirigem todos estes discursos: apenas lhes resta sentirem-se desajustados. Por essa razão, diz Morrison: “[...] *Oppressive language does more than represent violence; it is violence; does more than represent the limits of knowledge; it limits knowledge*” (MORRISON, 1993³⁰). Também por esta razão penso que é necessário fazer circular narrativas alternativas, promovendo a disponibilidade de textos escritos por sujeitos negros. É como diz Chinua Achebe³¹, uma questão de criar um equilíbrio nas histórias disponíveis. Consequentemente, escrever – tomar a responsabilidade por ter uma voz –, é uma questão de suma importância estratégica para as mulheres negras lutarem contra o racismo em todo o mundo. É um modo de afirmarem a sua verdade, e imaginarem a silenciada história de resiliência e de superação que é a da sua comunidade.

Para além das vozes mais ensaísticas que até aqui explorei, queria agora voltar-me para uma análise de dois exemplos de discurso literário, considerando que as duas autoras africanas de língua portuguesa que abaixo se abordam estão num *continuum* com as ideias das autoras acima referidas, numa coletiva genealogia de pensamento no feminino que se articula com questões de racismo, pertença e autoafirmação.

No caso das duas autoras africanas consideradas, as suas referências mais próximas numa genealogia de mulheres dentro dos

30 Tradução minha: “[...] A linguagem opressiva faz mais do que representar violência; torna-se uma violência; faz mais do que representar limites de conhecimento; limita o conhecimento”. Toni Morrison – Conferência da atribuição do Prêmio Nobel em 1993. Morrison foi a primeira mulher afro-americana, e a primeira mulher de ascendência africana, a ganhar este prêmio.

31 Ver Chinua Achebe, *Home and Exile* (2003).

SUMÁRIO


respetivos cânones nacionais são, para Lília Momplé (1935-), a poeta Noémia de Sousa (1926-2002), que foi a única mulher moçambicana a publicar textos antes de Lília Momplé. Para Orlanda Amarílis (1924-2014), primeira mulher de renome nas letras de Cabo Verde, serão talvez as senhoras que publicavam um ou outro poema nos almanaques luso-brasileiros que circulavam no século XIX.

ORLANDA AMARÍLIS E AS
MEMÓRIAS DO IMPÉRIO

Vou começar por abordar um conto de Orlanda Amarílis (1924-2014), escritora cabo-verdiana que viveu grande parte da sua vida em Portugal, visto que casou com o professor Manuel Ferreira, português, e um dos pioneiros na divulgação das literaturas africanas dentro da academia portuguesa. Assim, a sua própria experiência de vida tornou-a uma autora particularmente atenta às vicissitudes enfrentadas pelos imigrantes cabo-verdianos em Portugal (que foram aliás, nos anos 1980, a principal comunidade emigrante que aí residia), mas também abordou com acutilância questões de gênero, e cultivou uma visão crítica, frequentemente irônica, em relação ao regime colonial e ao Estado Novo.

No seu conto *A Casa dos Mestros* (1989), que também dá o nome a uma das suas coleções, Orlanda Amarílis apresenta-nos um conto sobre “uma transgressão”, tal como se pode ler na epígrafe. Em princípio, esta transgressão seria a violação incestuosa da filha Violeta, pelo seu pai. Mas, também é uma transgressão igualmente séria o assassinato da madrasta, por parte de Violeta. Logo, nesta família, não há inocentes. O universo temporal que o conto abarca é incerto, mas esgota o tempo de vida de Violeta, de seu pai, e do primo. Aparentemente, o que interessa nesta narrativa é o contraste entre a vida vazia e maldosa das personagens que habitam o sobrado, e a riqueza

SUMÁRIO



dessa casa, herança de outros tempos. Casa de sobrado, em Cabo Verde, é uma casa com loja ou armazém no rés-do-chão e habitação de família no primeiro andar. São casas antigas, edificadas no contexto da colonização portuguesa. O que se propõe ao leitor é assistir “ao dismantelar de algumas vidas sem história” (1989, p. 43), que será o inverso de habitar uma casa histórica. Dentro desta casa, espaço privado e isolado, está destinada às mulheres uma castradora repressão sexual, que desequilibra Violete e a isola do fluir da vida. Por contraste, apesar da muito ativa vida sexual dos dois homens da casa – e sublinhe-se que entre outras mulheres, ambos usam o corpo de Violete³² –, ninguém gera filhos. A casa dos mastros, onde se hasteava a bandeira portuguesa, monárquica (1989, p. 44), é afinal estéril.

A casa, de herança não repartida dos bisavós, conservava um mastro longo em sucupira virgem, elevando-se na ponta esquerda do sobrado. Em dias festivos e santos, a bandeira monárquica, batida fortemente por rajadas de nordeste, mostrava-se com garbosidade menineira por toda a cidade. Quando o pai de Violete entrou na família por segundo casamento, encomendou novo mastro, este em mogno da Guiné, e mandou-o colocar na outra ponta do sobrado (AMARÍLIS, 1989, p. 44).

Descreve-se assim, em passagens cruzadas com referências à vida inepta dos membros daquela antiga família, a história da própria casa, construída – e esse detalhe é importante – a partir de matérias-primas trazidas de outros pontos do império. A edificação da casa é assim prova de antigos mecanismos de apropriação, a sucupira do Brasil, o mogno da Guiné.

Também é importante que a descrição de algumas das riquezas da casa desemboque, simbolicamente, num ritual de morte como é o caso de um velório:

32 De fato, o primeiro violador é o padre da vila. Violete é assim abusada por vários homens que supostamente representam a ordem moral (o padre) e a tradição hegemônica (os senhores da casa de sobrado).

SUMÁRIO


Sala ampla de longa mesa ao centro. No guarda-pratas assente sobre o aparador, brilhavam os cristais, um bule de prata com coador no interior, salvas para várias finalidades. Para serviço individual como levar um copo de água fresca a uma visita surpreendida pelo mormaço da rua, para longas filas de taças, copos e copinhos de champanhe, refrescos ou licor de tangerina em dias de aniversário, para arrumar nela rimas de pratos fundos onde se servia a canja em noite de vela. O morto no meio da sala de visitas [...] (AMARÍLIS, 1989, p. 50).

E toda esta acumulação de bens, serviu, afinal, para nada. Não serviu objetivo nenhum, não deixou obra ou legado.

Por um lado, pode ler-se nesta narrativa uma crítica às desigualdades de gênero em Cabo Verde, e de como a repressão sexual das mulheres é fator de estagnação. Ao mesmo tempo, representar a casa de sobrado como espaço de morte e de decadência, por comparação com um passado luxuoso, invoca uma mudança de tempos, como se a deterioração da casa de família, e a degradação das personagens que a habitam, reproduzisse o processo de erosão do império e o apodrecimento das suas ruínas. Assim sendo, “os mastros”, clara metáfora fálica, não têm utilidade, e já não servem para hastear bandeiras, símbolos de poder instituído.

A ligação entre privado e público faz-se via a passagem do tempo, pelas mudanças que se vão verificando. Se ao longo do tempo as pessoas, os locais e as dinâmicas de poder se esboroam, também não haverá regimes inalteráveis, nem estruturas de poder inabaláveis, sobretudo se aqueles que habitam a casa privilegiada são personagens sem capacidade de renovação, ou de empatia. E será o isolamento face à comunidade, marcado por distâncias sociais, que acaba por ditar a degenerescência e extinção da casa (imperial). Ninguém tem amigos, ninguém convive. Ficam paralisados pelos seus fantasmas e recordações, incapazes de viver no presente.

SUMÁRIO



Interpreto este conto de Orlanda Amarílis como um exemplo de escrita que permite corroer a supremacia legitimadora de certas memórias históricas tingidas de grandeza, e que, por consequência, correspondem a uma legitimação simbólica na continuidade de certas práticas sociais racistas.

O que é liberador no texto de Amarílis é que se afirma, de várias formas, que o império acabou, que acabou de uma forma abjeta, patética, sem grandeza nem heroísmo, que nunca teve legitimidade moral, e que, por conseguinte, não pode servir de modelo ou tradição que justifique práticas racistas do presente. Ao mesmo tempo, se aplicarmos esta narrativa às sociedades europeias do presente, a mensagem também é muito clara: aquele que se isola nos seus privilégios, sem contato com outras forças vitais da sua sociedade, acaba por se extinguir, acaba por perder o contato com a fluir da vida, a transformação dos tempos e a renovação.

Com esta análise do conto de Amarílis creio ter demonstrado como textos de autoras africanas podem ser perfeitos interlocutores para as questões abordadas por autoras afrodescendentes, pelo que não faz sentido separarem-se estas vozes que têm óbvias cumplicidades.


No caso português existem várias autoras que poderiam falar a partir da posição de afrodescendente em Portugal, como por exemplo, Aida Gomes ou Djaimilia Pereira de Almeida. Mas eu não queria reduzir este debate a questões locais. Também será importante estudar-se o caso português na sua especificidade (o que farei num outro artigo). Mas não é isso que pretendo com este trabalho. Pelo contrário, pretende-se aqui estabelecer paralelos e ligações que definem os contornos de um diálogo mais internacional e mais global, e que está a decorrer em diversas línguas.

LÍLIA MOMPLÉ E AS PRÁTICAS NEO-COLONIAIS DE DESESTABILIZAÇÃO

Na sua novela *Neighbours* (2012), Lília Momplé não foca o fim do império, mas antes a desestabilização do estado pós-independente em virtude das práticas neocoloniais – de interferência e agressão – por parte de regimes hostis, como foi o caso da África do Sul em relação a Moçambique. É bem verdade que a ação do texto se desenrola no tempo em que o regime do *Apartheid* estava em vigor na África do Sul (entre 1948 e 1994), mas ao mesmo tempo que o texto evoca um período histórico concreto, também levanta uma questão mais geral, relativa à desconfiança que as independências das antigas colônias podem ter provocado a nível internacional ou, neste caso, regional.

Ao denunciar esta situação (do passado), Momplé sublinha a necessidade de, hoje em dia e sempre, se continuar a resistir contra forças adversas, distópicas, que tanto podem ser intranacionais como externas. Ao nível dos problemas internos, a história das várias personagens desta narrativa vai revelando a corrupção e os compadrios que existem na sociedade moçambicana, na procura de “cunhas” para passar à frente dos outros no aluguel de casas, ou para se conseguir habilitações falsas. Por outro lado, a nível externo/internacional, o principal foco crítico desta novela é a África do Sul, expondo-se várias das manobras cotidianas de desestabilização do estado vizinho, que defendia a supremacia branca. Por isso, o título da novel é *Neighbours*, que em inglês significa “vizinhos”. Recorde-se que o fim do *Apartheid* só aconteceu em 1992, por referendo nacional (só para brancos) em que 69% dos eleitores votaram a favor do fim do regime segregacionista. No ano seguinte, De Klerk e Nelson Mandela receberam o prêmio Nobel da Paz, tal como havia acontecido anteriormente com os seus compatriotas Albert Luthuli, em 1960, e o bispo Desmond Tutu, em 1984.

SUMÁRIO



Resumidamente, a novela de Momplé narra a organização de um atentado terrorista por parte de agentes sul-africanos, em colaboração com personagens moçambicanas que se definem pela falta de caráter. A ação segue a vida de três casas, e de três famílias, que vivem na mesma rua. Numa destas casas vivem os alvos, noutra, os terroristas, e numa terceira, uma família muçulmana cuja matriarca é morta durante o atentado, tornando-se um dano civil colateral.

Ao narrar a anatomia de um ataque terrorista, Momplé leva-nos por meandros inesperados que não permitem um olhar inocente. Destacaria o requinte de deixar claro que os atacantes sabem que as suas vítimas *não* são refugiadas do ANC (O Congresso Nacional Africano, partido que acabou com o regime racista), mas isso não interessa. Matar aquele jovem casal serve o mesmo propósito, sejam militantes ou não: enviar uma ameaçadora mensagem a todos os que quiserem acolher simpatizantes do ANC. Mesmo se mortos supostamente por engano. A mensagem enviada é clara. A narrativa deste ataque terrorista materializa um exemplo de racismo de estado levado ao nível de uma intervenção além-fronteiras. Achei que seria pertinente trazer esta vertente dos conflitos raciais ao leque de questões que foram sendo referidas por algumas das autoras acima citadas.

Através de uma série de *flashbacks*, a narrativa de Momplé apresenta o percurso biográfico dos três colaboradores moçambicanos, concluindo cada uma destas apresentações com as razões destes homens para se aliarem aos sul-africanos: “[...] O que levou Dupont a tornar-se cúmplice dos outros dois foi a ganância por dinheiro” (MOPLÉ, 2012, p. 73). “[...] O que levou Zalúia a tornar-se cúmplice dos outros dois foi a voraz sede de vingança” (MOPLÉ, 2012, p. 87). “[...] O que levou Romu a tornar-se cúmplice dos outros dois foi o ódio desvairado à sua própria raça” (MOPLÉ, 2012, p. 99).

SUMÁRIO

Efetivamente, não será a partir destes sentimentos que se consegue reconstruir um país, nem será pelo ódio que se conseguem unir comunidades.

Aliás, o racismo acaba por ser o motivo mais forte para se entender este atentado como um ato militar, como realmente o é, a avaliar pela descrição do agente sul-africano:

Militar de carreira, especializou-se em ações de desestabilização contra Moçambique e Angola, logo que estes se tornaram independentes. Não é a primeira vez que opera dentro do país, pelo que encara com a maior serenidade a missão que irá cumprir esta madrugada (MOPLÉ, 2012, p. 121).

Paralelamente à reflexão sobre interferências políticas externa e os racismos vários que nos separam, Lília Momplé também aborda várias questões de gênero ao longo da sua narrativa. Refere-se por exemplo, que casamentos fora da comunidade são mal vistos, e dificilmente se consegue a aprovação da família. Não só existem barreiras matrimoniais entre indianos a africanos, como a comunidades muçulmana também se fecha sobre si própria. A casa de Narguiss, família muçulmana, é a linha narrativa que mais claramente fala do estatuto das mulheres. Narguiss vive com as três filhas solteiras, e está muito preocupada por estas não conseguirem “agarrar marido”. Esta preocupação ainda é maior com a mais nova, Muntaz, que não está sequer interessada no casamento e só pensa nos estudos. O interesse pela sua própria educação é algo que é muito mal visto pelos pais e, deduz-se, pela sua comunidade em geral. Muntaz representa assim um novo tipo de mulher: cidadã ativa, com literacia política e iniciativa própria. As suas ambições são opostas às da geração da sua mãe, que se limitou a aceitar os dois maridos que teve, suportando as suas infidelidades.

Muntaz está acima de tudo comprometida com o projeto de reconstruir Moçambique e contribuir para uma sociedade melhor com o seu trabalho. É este compromisso com as possibilidades do futuro

SUMÁRIO

que a levam a ver a emigração das primas para Portugal como uma desistência, quase uma traição.

Por fim, queria focar na personagem Mena, que é vítima de violência doméstica. Esta Mena, acabrunhada por um marido controlador, acaba por encontrar dentro de si a força para ser a denunciante do atentado. Enquanto cozinha para os homens reunidos em sua casa, apercebe-se, a partir de fragmentos de conversas, da missão que estão a preparar. Quando saem, Mena pega no telefone, liga para a polícia, e tenta impedir que uma tragédia aconteça. Será tarde demais para salvar as vítimas, mas pelo menos consegue que os culpados sejam apanhados. E para Mena, esse gesto de rebelião, ao tornar-se denunciante, acaba por ser o princípio da sua própria libertação. Depois da intervenção da polícia, subentende-se no final da narrativa que o marido violento estará, necessariamente, entre os mortos, ou então entre os presos.

COMENTÁRIOS FINAIS

Após ter convocado uma série de textos escritos por mulheres negras sobre a conquista de uma voz autoral e a importância estratégica desta voz pública para se realizarem formas de auto-representação e se promover a visibilidade de diferentes comunidades dentro da pluralidade compósita das sociedades contemporâneas, procurei explicitar um conjunto de temas e ideias paralelamente abordados pelas autoras, tanto em termos ensaísticos como em termos literários, demonstrando não só a produtividade de um estudo comparativo entre autoras afro-descendentes e autoras africanas, mas também a profundidade e relevância das propostas apresentados por todas estas autoras para se pensar de uma outra forma o lugar de diferentes sujeitos no todo da nação-estado, bem como as formas de resistir à propagação e persistência de discursos racistas que aqui se desconstroem e confrontam.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. **Home and Exile**. Edinburgh: Canongate Books, 2003.
- AMARÍLIS, Orlanda. **A casa dos Mestros**. Lisboa: Editora Alac, 1989.
- BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.
- CHAKRAVARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. EUA: Princeton University Press, 2008.
- EUROSTAT, Arquivo Europeu de Estatísticas, documento revisto em 2015, acessado em 2022. Disponível em: [https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1993/morrison/lecture/](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Estad%C3%ADsticas_da_migra%C3%A7%C3%A3o_e_da_popula%C3%A7%C3%A3o_migrante&oldid=219712#:~:text=O%20Reino%20Unido%20comunicou%20o,nos%20Estados%2DMembros%20da%20UE.hooks,bell.Talking Back. In: DISCOURSE, vol. 8, She, the Inappropriate/D Other, Fall-Winter 86-87. Detroit: Wayne State University Press, 1987, p. 123-128.</p>
<p>KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.</p>
<p>MIGNOLO, Walter. On Decoloniality. Durham: Duke University Press, 2018.</p>
<p>MOMPLÉ, Lília. Neighbours. Porto: Porto Editora, 2012.</p>
<p>MORRISON, Toni. Nobel Lecture, 1993. Disponível em: <a href=). Acesso em: 14 jan. 2022.
- SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (ed). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 271-313.
- YOUNG, Lola. What is Black British Feminism?. **Women: A Cultural Review**. V. 11, n. 1/2, Taylor & Francis, p. 45-60, 2000.

6

Margarida Esteves Pereira

Cinema, mulheres e memória cultural:

*o Estado Novo nos documentários
Natal 71 e Natureza Morta*

Cinema, Women and Cultural Memory:
the Estado Novo in the documentaries
Natal 71 and Natureza Morta

Cine, mujeres y memoria cultural:
el Estado Novo en los documentales
Natal 71 y Natureza Morta

INTRODUÇÃO³³

Começo este capítulo aludindo à noção de memória cultural e à forma como esta permite estabelecer pontes entre o passado, o presente e o futuro. Num artigo intitulado *Cânone e arquivo*, Aleida Assmann, referindo-se à capacidade da memória para estabelecer pontes temporais, diz-nos que esta capacidade permite aos seres humanos participar “em horizontes alargados de produção de sentido” (ASSMANN, 2010, p. 97). A este respeito, vale a pena citar mais alongadamente esta autora:

As culturas criam um contrato entre os vivos, os mortos, e os que ainda não nasceram. Ao recordar, iterar, ler, comentar, criticar, discutir o que foi depositado no passado remoto ou recente, os seres humanos participam em horizontes alargados de produção de sentido. Não têm de começar de novo em cada geração porque estão sobre os ombros de gigantes cujo conhecimento podem reutilizar e reinterpretar (ASSMANN, 2010, p. 97, tradução minha)³⁴.


Ao abordarmos aqui alguns filmes produzidos recentemente sobre a memória do Estado Novo em Portugal, fá-lo-emos discutindo o modo como estes pretendem recordar, comentar e criticar essa mesma memória. Neste capítulo, pretendemos indagar, pois, de que modo a memória coletiva/cultural do Estado Novo é invocada, comentada e questionada hoje, isto é, no século XXI, a partir de algum cinema documental.

Por outro lado, esta indagação será feita a partir de uma perspetiva de género, pondo em destaque o cinema documental feito por mulheres. Nesse sentido, interessa aqui questionar o modo como através desses filmes se poderá resgatar a memória, trazendo para a

33 Esta pesquisa recebeu o apoio do projeto WomanArt financiado pela FCT/PTDC/ART-OUT/28051/2017.

34 As citações em português de textos académicos referidos na bibliografia em inglês foram traduzidas para este artigo pela autora do mesmo.

SUMÁRIO



discussão um discurso que tem sido silenciado pela história. Ao fazê-lo, pretendemos colocar no centro do debate da memória cultural uma perspectiva que não apaga, não invisibiliza e não silencia toda a ação das mulheres enquanto sujeitos históricos. Que o discurso das mulheres tem sido invisibilizado, silenciado ou completamente apagado da história é uma premissa com a qual estamos já familiarizadas, mas que me parece relevante aqui recordar, invocando um texto sobre mulheres e cinema, da autoria de Ann E. Kaplan (2001). Respondendo às críticas de a-historicismo feitas contra as teóricas do cinema feminista, Kaplan estabelece uma importante consideração sobre a forma como as mulheres têm sido “relegadas para as margens do discurso histórico” (Ann E. KAPLAN, 2001, p. 2), referindo que

Ao serem relegadas para a ausência, o silêncio e a marginalidade, as mulheres têm assim também, até certo ponto, sido relegadas para a periferia do discurso histórico, se não para uma posição totalmente fora da história (e da cultura), que tem sido definida como a história dos homens brancos (geralmente de classe média) (KAPLAN, 2001, p. 2).

Portanto, na análise que aqui desenvolvemos faremos também um enfoque no modo como os filmes que aqui propomos analisar trazem à superfície uma memória do período do Estado Novo, do colonialismo português e da Guerra Colonial onde se inclui também a memória das mulheres, seja no papel de apoio ao regime, seja no de vítimas do regime.

O capítulo propõe-se, primeiro, fazer uma breve incursão sobre a noção de memória cultural previamente teorizada nos estudos da memória por Astrid Erll (2010) e Aleida Assmann (2010), entre outros; far-se-á simultaneamente uma ligação da noção de memória cultural ao conceito operativo do arquivo histórico e o modo como este é utilizado no cinema documental. Seguidamente, far-se-á uma breve contextualização histórica do cinema português sobre o Estado Novo no filme documental de mulheres do século XXI a que se seguirá uma


análise dos filmes *Natal 71* (2000), de Margarida Cardoso e *Natureza Morta* (2005), de Susana de Sousa Dias, como exemplos ilustrativos das questões previamente delineadas.

QUESTÕES DE MEMÓRIA CULTURAL

Como é referido por Andreas Huyssen, os Estudos da Memória têm proliferado nos últimos 30 a 40 anos no Ocidente, em grande medida, impulsionados pela procura de histórias revisionistas e alternativas, na sequência da descolonização dos anos sessenta, bem assim como pelos movimentos sociais desse período (cf. Andreas HUYSSSEN, 2000, p. 22). Alguns críticos apontam que por detrás dessa proliferação de estudos sobre a memória está a necessidade que as sociedades contemporâneas e as pessoas têm de se confrontar com o seu passado e com períodos marcantes (muitas vezes traumáticos) da sua história. Alguns dos acontecimentos traumáticos do século passado incluem duas guerras mundiais, vários casos de genocídio, a colonização e as guerras de libertação. Enfim, uma série de acontecimentos que encontramos associados a alguns dos livros mais marcantes sobre a memória pessoal e coletiva que se têm produzido nos últimos anos. A memória é, de todos os modos, aquilo que nos permite estabelecer uma ponte entre passado e presente, seja a nossa memória individual, seja a memória coletiva de uma nação, de uma sociedade, de um povo. Podemos dizer que é através dela que se pode construir a identidade nacional e, portanto, implica mecanismos narrativos e simbólicos, que passam pelo mito, as tradições, a religião, a arte.

Na sua introdução a *A Companion to Cultural Memory Studies*, Astrid Erll dá como definição provisória de memória cultural “a interação do presente e do passado em contextos socioculturais” (Astrid ERLI, 2010, p. 2), definição que poderia abarcar o mais antigo termo

SUMÁRIO




de “memória coletiva”, formulado por aquele que é considerado por muitos o fundador dos estudos da memória, o sociólogo francês Maurice Halbwachs. Volto à introdução de Astrid Erll para destacar a ideia de que a memória cultural, como é aí dito, “pode servir como um termo abrangente que inclua a ‘memória social’ (o ponto de partida para a investigação da memória nas ciências sociais), a ‘memória material ou medial’ (o foco de interesse nos estudos literários e mediáticos), e a ‘memória mental ou cognitiva’ (o campo de especialização em psicologia e neurociências)” (ERLL, 2010, p. 4). Esta distinção é, contudo, meramente instrumental uma vez que as três dimensões aqui apontadas “estão envolvidas na criação de memórias culturais” (p. 4), portanto, uma dimensão social, uma dimensão material ou medial e uma dimensão mental ou cognitiva. Os estudos sobre a memória são, pois, não só multidisciplinares, como eminentemente interdisciplinares (cf. ERLL, 2010, p. 3). Portanto, cabem nos estudos da memória um amplo rol de fenômenos que vão da memória individual à memória de grupo, da memória nacional à memória transnacional. Nas palavras da autora:

Esta compreensão do termo permite incluir como possíveis objetos dos estudos da memória cultural um amplo espectro de fenômenos – desde atos individuais de recordação num contexto social até à memória de grupo (de familiares, amigos, veteranos, etc.), à memória nacional com as suas “tradições inventadas”, e finalmente à série de *lieux de mémoire* transnacionais como o Holocausto e o 11 de Setembro (ERLL, 2010, p. 2).

No mesmo texto, Erll refere ainda umnexo importante entre memória, narrativa e identidade, que é relevante nos filmes que serão aqui abordados. Porque uma boa parte dos estudos da memória, conforme nos refere Erll, estudam precisamente “formas de compreender o passado que são intencionais e levadas a cabo através da narrativa, e que andam de mãos dadas com a construção de identidades” (ERLL, 2010, p. 2), embora, como refere a autora, os estudos não se restrinjam apenas a formas narrativas, nem tampouco ao estudo de memórias intencionais. Em todo o caso, os filmes de que a seguir trataremos utilizam

SUMÁRIO



processos de construção da memória que, em larga medida, fazem uma ligação entre memórias pessoais e individuais e memória coletiva, através de narrativas que recorrem ao discurso autobiográfico, isto é, que incide sobre a memória pessoal (através de entrevistas, mas também de discurso pessoal em *voz-off*, por exemplo), mas também à utilização do arquivo. Sendo, em grande medida, filmes experimentais ou documentais, utilizam imagens/textos do arquivo como referente de uma memória nacional/coletiva, que revisitam sugerindo novas indagações e reinterpretações ou, simplesmente, resgatando-a do esquecimento.

No texto de Aleida Assmann *O cânone e o arquivo*, já aqui citado, faz-se a distinção entre o cânone, como fazendo parte da memória operacional ou ativa, aquilo que faz parte do que se pretende recordar da nossa história, trazendo-a para o presente, e o arquivo como a memória de referência ou passiva, que trata o passado como passado. Na verdade, nos filmes que analisaremos adiante quando se vai recuperar pedaços do arquivo está-se a trazer esse passado para o presente, fazendo dele uma memória ativa. O arquivo representa uma espécie de memória morta (ou passiva), que se distingue da memória ativa. Isto é descrito por Assmann através da metáfora do museu e do seu armazém: aquilo que está em exposição nas galerias do museu pode ser equacionado como a memória trazida para o presente e que constitui, assim, memória operacional; contudo, há uma quantidade enorme de objetos depositados em salas inacessíveis ao público – o armazém –, que seria a memória de referência ou passiva. Tal como nas escolhas que os responsáveis pelos museus têm de fazer entre aquilo que expõem e o que fica em depósito, há sempre uma tensão entre aquilo que está guardado (às vezes esquecido) pelos povos e o que é mostrado e trazido para o presente. Diz-nos Aleida Assmann que há três áreas nucleares da memória cultural ativa, que são a religião, a arte e a história. Também é importante verificar que nos filmes de que aqui vamos falar, e que teríamos que colocar no âmbito da arte, há uma forte ligação à história, uma vez que o arquivo que é por eles utilizado

SUMÁRIO

é o mesmo que está à disposição dos historiadores. Em alguns casos, trata-se já em grande medida de memória cultural ativa, uma vez que algum desse arquivo já faz parte do cânone da nossa memória histórica (como é o caso de tantas gravações de discursos históricos de Salazar ou de paradas do Estado Novo, que são utilizadas em muitos deles) ou mesmo cultural (por exemplo, as citações de *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes no filme *Natal 71* de Margarida Cardoso).

Outra ideia que importa reter no texto de Aleida Assmann é a da tensão entre esquecimento e memória. Aleida Assmann afirma que aquilo que se esquece é sempre infinitamente mais do que o que se lembra, havendo igualmente a distinguir dois tipos de esquecimento. Há um esquecimento que é intencional, como é o caso da destruição ativa de documentos históricos, aquilo que se passou, por exemplo, quando a PIDE³⁵ queima documentos que estavam nos seus gabinetes, ou a censura. Mas há também o esquecimento normal que o passar do tempo trás, a necessidade que temos de pôr o passado para trás. Também, neste caso, podemos falar de esquecimento passivo e esquecimento ativo. Citando mais uma vez deste texto:

Se admitirmos que o esquecimento é a normalidade da vida pessoal e cultural, então lembrar é a exceção, o que requer – especialmente na esfera cultural – precauções especiais e dispendiosas. Estas precauções assumem a forma de instituições culturais. [...] As instituições de memória ativa preservam o *passado* como *presente*, enquanto as instituições de memória passiva preservam o *passado* como *passado* (ASSMANN, 2010, p. 98).

Instituições de memória ativa, como facilmente se percebe, são os museus, bibliotecas, mas também as versões da história contidas nos programas escolares, o cânone literário ensinado nas escolas e universidade, a grande literatura, mas também o cânone cinematográfico.

35 PIDE é o acrónimo de Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Trata-se da polícia política do Estado Novo, cuja principal função era a de preservar o regime através da repressão a todos quantos se opunham.

SUMÁRIO

Instituições de memória passiva serão todos os arquivos de imagens e de documentação histórica; pensemos, por exemplo, no caso português, nos arquivos da Torre do Tombo, nos textos literários que não são reimpressos ou que são esquecidos, pensemos no arquivo de filmes da cinemateca e da RTP (Rádio Televisão Portuguesa), nos arquivos militares etc. Todos eles são matéria de pesquisa de onde resulta muito material para o filme documental.

MULHERES CINEASTAS E A
MEMÓRIA DO ESTADO NOVO

O fim do regime ditatorial em 1974, com a Revolução dos Cravos em 25 de abril, marca uma profunda ruptura na história portuguesa do século XX, também porque a isto se seguiu a suspensão imediata das guerras coloniais (cujo início remonta a 1961), a independência dos países africanos que tinham sido colonizados, e o estabelecimento de um regime democrático em Portugal. Em termos do seu cinema, a transição para a democracia é marcada pela abolição da censura, o que significa que os cineastas têm agora a liberdade para iniciar uma abordagem das questões históricas relacionadas com a ditadura. Num primeiro momento, contudo, o cinema torna-se mais panfletário com a necessidade de registar e documentar o processo revolucionário em curso. Conforme nos diz Tiago Baptista, o “cinema de abril” coloca-se rapidamente ao serviço da revolução (cf. BAPTISTA, 2008, p. 86-87). Leonor Areal mostra-nos, através de um gráfico, como nos anos de 1975, 1976 e 1977 a produção de documentários superou em muito a produção de filmes de ficção (cf. Leonor AREAL, 2011, p. 94) e refere a este propósito que “após a instauração do regime democrático em 1974, verificou-se um *boom* do documentário, gerado pela apetência ou necessidade de documentar o real em transformação, durante a fase de erupção revolucionária sobretudo” (AREAL, 2011, p. 19).

SUMÁRIO

Refiro num outro artigo (Margarida Esteves PEREIRA, 2020), apoiando-me em estudos previamente feitos (cf. Ilda de CASTRO, 2000; Ana Catarina PEREIRA, 2016), que durante o período do Estado Novo a existência de mulheres cineastas é quase nula e é apenas no final da década de sessenta (ainda em pleno k) e já depois do 25 de abril que algumas mulheres começam a ser integradas no meio cinematográfico e audiovisual. Conforme é referido na introdução a *Cineastas Portuguesas, 1874–1956* (Ilda de CASTRO, 2000),

[f]oram poucas as mulheres que em Portugal trabalharam em cinema durante as décadas de 60/70. Algumas continuaram, e ainda hoje mantêm uma presença activa num meio profissional que, entretanto, se alargou e complexificou; outras acabaram por seguir caminhos diferentes e estão hoje quase esquecidas (Filomena SILVANO, 2000, p. 11).

As pouquíssimas mulheres que se atreveram na realização fizeram-no maioritariamente no documentário, com a exceção muito singular de Bárbara Virgínia, que realiza um filme único em 1946, mas que nunca mais consegue voltar a fazê-lo. É já depois da revolução que algumas mulheres começam a realizar filmes em Portugal, mas a sua presença, mesmo depois do 25 de abril, aconteceu de forma bastante esparsa. No livro de Ilda de Castro – uma publicação feita a par de um ciclo de cinema com o título *Cineastas Portuguesas 1946–2000* – estão coligidas uma série de entrevistas e depoimentos de várias cineastas portuguesas que nos falam da sua experiência; aí encontramos vários testemunhos que nos dão conta da forma como muitas delas se sentiram excluídas da profissão por razões que se prendem com o fato de estarem operando num ambiente onde as mulheres permeavam com muita dificuldade. Nomes como Noémia Delgado, Margarida Cordeiro, Manuela Serra, cujos filmes foram alvo de reconhecimento crítico importante, viram-se completamente excluídas de um meio profissional que as impediu de levar adiante os projetos que tinham em mente. Em muitas destas entrevistas (quase todas) perpassa uma consciência

SUMÁRIO

aguda da desigualdade de acesso aos meios de produção por parte de homens e de mulheres, por variadíssimas razões, nomeadamente, pela situação social muito diferenciada e que se reflete também no cinema enquanto atividade artística, mas também profissional. Por exemplo, Noémia Delgado, que passou pela prisão da PIDE e que esteve associada ao grupo do Cinema Novo em Portugal e que realiza o filme *Máscaras* (1975), apresenta nesta entrevista um discurso muito ressentido com o *Establishment* por ver os seus projetos continuamente recusados e excluídos de financiamento. Refere a esse respeito:

Hoje que estou à parte, percebo que realmente era uma mulher muito só no meio de tantos homens. Na altura, eu lutava, esbracejava, mas lutava com eles como igual, não pensava que era uma mulher a lutar contra os homens. Nessa altura, não punha o problema desta maneira. Pensava que tinha os mesmos direitos que eles, mas não era por causa de ser mulher, era por ser uma profissional (CASTRO, 2000, p. 56).

Esta é talvez a razão pela qual, ao debater as questões das mulheres e da ditadura no contexto português, nos lembramos sobretudo de uma geração mais jovem de mulheres cineastas que começaram a trabalhar depois dos anos 90. Algumas destas mulheres têm vindo a criar um corpo distinto de trabalho empenhado no processo de recuperação tanto das memórias individuais como coletivas da oposição ao Estado Novo – e dos discursos do Estado Novo. Nos seus filmes, na sua maioria documentários, estas memórias individuais estão entrelaçadas com a memória coletiva da ditadura, através da utilização de imagens de arquivo desses anos. Refiro-me concretamente ao trabalho feito por realizadoras como Susana de Sousa Dias ou Margarida Cardoso, realizadoras que sistematicamente se debruçaram sobre esse período da nossa história, como veremos mais à frente, mas também nomes como os de Inês de Medeiros (*Cartas a uma Ditadura*, 2006), Maria de Medeiros (*Capitães de Abril*, 2000) ou Diana Andringa (*Tarrafal – Memórias do Campo da Morte Lenta*, 2011), que recorrenemente têm feito um enfoque neste período através dos seus filmes,

SUMÁRIO

quer documentais, quer ficcionais. A maioria dos filmes a que me refiro são feitos já no século XXI e constituem um *corpus* que pretende lançar um olhar crítico sobre a história da ditadura portuguesa em várias vertentes, nomeadamente, na sua relação com os países africanos colonizados e as guerras de independência (ou guerra colonial).

Mas o leque de realizadoras a olharem para este período não se esgota com estes nomes. Há um grande número de filmes que têm recentemente vindo a fazer esta escavação da memória cultural e individual, fundindo recorrentemente o pessoal/individual e o coletivo, através do recurso frequente à autobiografia. São bons exemplos, entre outros, os filmes: *Quem é Bárbara Virgínia* (Luísa Sequeira, 2017), *A Toca do Lobo* (Catarina Mourão, 2015), *O meu outro país* (Solveig Nordlund, 2014) ou *A outra guerra* (Elsa Sertório e Ansgar Schäfer, 2010).

Muitos destes filmes revelam, como referi, um pendor autobiográfico, entrecruzando memórias pessoais com aquilo a que podemos chamar a memória coletiva do país. Em todos eles se recorre ao uso de imagens de arquivo do Estado Novo, mas por vezes essas imagens surgem inseridas numa narrativa autobiográfica. Num artigo com o título *Looking Back for Ways Ahead – Revisioning Post-Dictatorship Memories in Repare Bem (Maria De Medeiros) and Luz Obscura (Susana de Sousa Dias)*, Rui Gonçalves Miranda começa precisamente por estabelecer uma relação entre a memória de família e a memória nacional através da epígrafe do artigo, da autoria do realizador e documentarista chileno Patricio Gúzman que diz que um país sem cinema documental é como uma família sem álbum de fotografias. Nesse artigo, Rui Miranda chama a nossa atenção para a maior centralidade que a ação revolucionária das mulheres adquire em filmes feitos por realizadoras. E diz-nos:

A vaga de documentários sobre as memórias e pós-memórias de conflitos sob ditadura, produzidos e dirigidos por mulheres, trazem também um tratamento distinto da memória histórica e cultural que, por norma, não negligencia ou ignora o lugar e o papel das mulheres nas ditaduras ou qualquer ação política em

que tenham estado envolvidas (contra ou em apoio ao regime): se se opuseram publicamente ao regime ou participaram em ações armadas; se sofreram prisão e/ou tortura; se prestaram apoio logístico e organizacional a ações armadas; se foram objeto de retaliação e violência por associação ou sofreram como mulheres sob regimes patriarcais autoritários que, em termos gerais, suprimiram os direitos das mulheres e restringiram o seu papel e imagem pública à de guardiã do lar (Rui Gonçalves MIRANDA, 2020, p. 33, tradução minha).


Partindo, pois, desta premissa, proponho-me aqui a analisar brevemente os filmes *Natal 71*, de Margarida Cardoso, e *Natureza Morta*, de Susana de Sousa Dias.

NATAL 71 (2000), DE MARGARIDA CARDOSO

Margarida Cardoso é uma das realizadoras que têm consistentemente focado a relação de Portugal com África e com o seu passado colonial, quer através do documentário, quer através de filmes ficcionais. *Natal 71* é o seu primeiro filme com este enfoque, a que se vão seguir: *Kuxa Kanema – O nascimento do cinema* (documentário, 2003), sobre o nascimento do cinema moçambicano logo a seguir à independência; o longa-metragem ficcional, *A Costa dos Murmúrios* (2004), uma adaptação cinematográfica do romance de Lídia Jorge com o mesmo título, que se centra também sobre a guerra colonial e a presença dos portugueses em Moçambique; o documentário *Licínio de Azevedo – Crónicas de Moçambique* (2011), um documentário sobre o cineasta moçambicano Licínio de Azevedo; e, por fim, *Yvonne Kane* (2014), longa-metragem ficcional onde o passado colonial e das lutas de independência se entrecruza com o presente em Moçambique.

Natal 71 é talvez, de todos estes filmes, aquele que mais próximo se encontra de uma indagação do Portugal do Estado Novo e da

SUMÁRIO




ligação desse período específico da nossa história com o colonialismo português. Fá-lo, por outro lado, entrelaçando memória/s pessoais com a memória coletiva, o que é desde logo visível através do objeto que dá o nome ao filme. *Natal 71* é o título de um disco que tinha sido distribuído aos soldados portugueses nas três frentes de batalha da guerra colonial (Moçambique, Angola e Guiné-Bissau) e que a realizadora encontra na casa de seus pais. Trata-se, pois, de um objeto pessoal (pertencente ao Pai da realizadora, ex-militar que havia participado da guerra colonial) que permite gerar um fio narrativo aliando a memória pessoal/autobiográfica à memória coletiva que dá corpo ao filme. Em entrevista, Margarida Cardoso refere esta junção do pessoal com o coletivo quando fala da sua necessidade de recorrer ao documentário e refere este em particular:

Sempre me interessei muito por História e investigação, e vim para o documentário porque a primeira coisa que me apetecia fazer era explorar determinadas coisas do meu passado, de uma História que tinha a ver com os meus pais, com a minha infância, com a Guerra Colonial e que eram, no fundo, uma coisa misteriosa [...] (Vanessa Sousa DIAS; Miguel CIPRIANO, 2010, p. 125).

Como veremos a seguir, não é o único objeto que no filme faz esta ligação, mas é com certeza aquele que assume maior centralidade na sua estrutura. O disco *Natal 71* tinha sido produzido pelas senhoras do Movimento Nacional Feminino, liderado por Cecília Supico Pinto, cuja imagem e voz nos surgem no documentário, mostrando mais uma vez a memória nacional pública da Guerra Colonial, que a esta distância nos surge estranha. Ao pegar neste objeto, Margarida Cardoso traz para o centro do filme a ação das mulheres, neste caso, no apoio que davam ao regime. Como é referido por Adriana Martins na sua análise, neste filme, Margarida Cardoso “recorre ao arquivo de imagens e vídeos do regime para abordar o papel das mulheres que sustentavam abertamente o Salazarismo (e lhe davam suporte através do conhecido rosto de Cecília Supico Pinto)” (Adriana MARTINS, 2020, p. 53).

SUMÁRIO



Tendo em conta o modo como alguns filmes documentais referidos anteriormente inscrevem a relação entre memória individual e memória coletiva, fazendo muitas vezes uso do álbum de família, no caso de *Natal 71* parte-se também, literalmente, do álbum de família para falar da memória da Guerra. O filme começa com uma espécie de preâmbulo que é composto pela leitura em *voz-off* de um excerto do romance de António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas* (1979) sobreposta às imagens da Mocidade Portuguesa, da inauguração do Estádio Nacional, que são passadas em câmara lenta. À medida que as imagens se desenrolam muito lentamente, ouvimos a voz de Rogério Samora, lendo estas palavras:

Éramos peixes, somos peixes, fomos sempre peixes, equilibrados entre duas águas na busca de um compromisso impossível entre a inconformidade e a resignação, nascidos sob o signo da Mocidade Portuguesa e do seu patriotismo veemente e estúpido de pacotilha, alimentados culturalmente pelo ramal da Beira Baixa, os rios de Moçambique e as serras do sistema Galaico-Duriense, espiados pelos mil olhos ferozes da Pide, condenados ao consumo de jornais que a censura reduzia a louvores melancólicos ao relento de sacristia de província do Estado Novo, e jogados por fim na violência paranoica da guerra, ao som de marchas guerreiras, e dos discursos heroicos dos que ficavam em Lisboa, combatendo, combatendo corajosamente o comunismo nos grupos de casais do prior, enquanto nós, os peixes, morríamos nos cus de Judas uns após outros, tocava-se um fio de tropeçar, uma granada pulava e dividia-nos ao meio, trás [...] (António Lobo ANTUNES, 2008, p. 110).

Esta sobreposição intensifica a construção do nacionalismo do Estado Novo, revelando a continuidade entre momentos que são separados no tempo, sendo que as imagens da inauguração do Estádio Nacional são de 1944 e o texto de Lobo Antunes retrata a realidade de 1971. De todo o modo, a continuidade entre estes momentos está também presente no romance referido, todo ele feito de sobreposições temporais e de memória, onde se percebe que os meninos da Mocidade Portuguesa que surgem nas imagens de arquivo iniciais

SUMÁRIO

do filme são os homens que em 1971 se encontram a fazer a Guerra, como fica claro no excerto acima.

Depois deste preâmbulo, o filme prossegue com imagens de arquivo televisivas das mensagens de Natal que os combatentes portugueses enviavam às famílias e que passavam na RTP (Rádio Televisão Portuguesa) na época natalícia, o famoso “Adeus, até ao meu regresso”³⁶, que as famílias portuguesas da Metrópole (assim designada na altura) ouviam ao serão na paz dos seus lares. A partir daqui é introduzida a narrativa autobiográfica do filme, com a voz(-off) da realizadora/narradora que nos diz: “Eu vivi parte da minha infância em Moçambique. Era o tempo em que Portugal era grande; pelo menos era o que eu lia nos livros da minha escola” (*Natal 71*, 2:39). Este discurso autobiográfico é acompanhado da exibição dos objetos em torno dos quais a narrativa do filme se constrói: o já referido disco, mas também as fotografias de família tiradas em Moçambique. Para além destes objetos pessoais, um outro objeto imaterial de grande importância para a memória da Guerra Colonial surge em algumas das entrevistas com ex-combatentes; trata-se de uma cassette com músicas que circulavam por entre os soldados em Moçambique com o nome *O cancionero do Niassa*. Se o disco *Natal 71* representa a presença da ideologia do Estado Novo, e da forma como este instrumentalizou a ação das mulheres do regime no apoio à causa da Guerra, a fita cassette *O Cancioneiro do Niassa* representa o contraponto subversivo ao regime, uma compilação de canções que subvertiam a ordem colonial e que era passada entre os soldados, minando a sua crença na guerra.

São muitas as memórias do passado que se entrecruzam neste filme, que nos permitem fazer a ligação entre a memória pessoal e autobiográfica da realizadora e a memória coletiva do país reativando a presença do Estado Novo e da Guerra Colonial, que podemos distinguir do seguinte modo:

36 A expressão fica, de algum modo, cristalizada no cinema português através no título do filme de António Pedro de Vasconcelos, de 1974.

SUMÁRIO

- A memória autobiográfica da própria realizadora sobre esses tempos, que viveu ainda criança, uma vez que, conforme nos é dito no filme, o Pai, oficial do exército português, tinha levado a família para Moçambique;
- As memórias pessoais dos entrevistados sobre a guerra colonial, a começar pelo próprio pai da realizadora, bem como de outros ex-combatentes, mas também algumas das pessoas que participaram no disco (Francisco Nicholson; Florbela Queirós);
- A memória dos diversos filmes de arquivo utilizados sobre: a produção do disco e a sua distribuição, com a presença das senhoras do Movimento Nacional Feminino e da sua líder; filmes dos soldados enviando mensagens para sua casa; imagens da Guerra em Moçambique; outras imagens de eventos comemorativos do Estado Novo, como as que abrem o filme;
- E, ainda, a memória cultural canônica trazida pela inscrição no filme de excertos do livro *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes.

Relativamente às imagens públicas de arquivo utilizadas no filme, trata-se, em alguns casos, de imagens que fazem parte do acervo que está já vinculado à nossa memória cultural, porque são por vezes difundidas pela RTP ou podemos consultar agora nos seus arquivos. É o caso, por exemplo, das imagens dos soldados portugueses na África a desejarem um Bom Natal aos seus familiares. Somos assim confrontados com estes objetos e estas memórias de família, que nos remetem para uma realidade que reconhecemos como parte da nossa memória coletiva. Não deixa de ser interessante que a realizadora integre no filme a narrativa do modo como o construiu, o que de algum modo sinaliza a incorporação da sua memória pessoal aqui inscrita. Assim, mais do que uma questão de memória coletiva, trata-se aqui de uma questão de memória cultural que sempre se entrelaça com a nossa memória pessoal do passado.

NATUREZA MORTA (2005), DE SUSANA DE SOUSA DIAS


De seguida, debruçar-nos-emos sobre o filme *Natureza Morta* de Susana de Sousa Dias como um objeto onde igualmente somos confrontados com a Memória do Estado Novo, aqui muito vincadamente através da utilização de imagens de arquivo.

Susana de Sousa Dias tem abordado consistentemente os anos da ditadura através dos seus filmes, que têm explorado o arquivo de imagens deste período. Isto levou-a a fazer vários filmes documentais sobre os anos do Estado Novo e o próprio regime. Começa com *Enfermeiras no Estado Novo* (2000) e continua com a exploração do arquivo do Estado Novo em filmes que nos levam a interrogar o regime de forma muito incisiva através do uso que fazem das próprias imagens do regime. São eles: *Natureza Morta – Visages d’une dictature* (2005), *48* (2009) e *Luz Obscura* (2017).

Os filmes de Susana de Sousa Dias fazem uso extensivo de material de arquivo, através da utilização de bocados de filme ou de fotografias, especialmente, na trilogia constituída pelos já referidos *Natureza Morta*, *48* e *Luz Obscura*. Em nenhum destes filmes se encontram outras imagens que não as feitas pelo próprio regime, sejam elas as fotografias dos presos políticos, sejam as imagens de propaganda ou as reportagens de guerra. Portanto, todos eles fazem um uso extensivo de fotos e filmes do Estado Novo, que são oferecidas ao olhar do espectador de forma distendida, de maneira a fazer ressaltar aspetos da imagem que, de outra forma, lhe passariam despercebidos.

E se, no caso de *48* e de *Luz Obscura*, às imagens dos presos políticos da PIDE são sobrepostos os comentários feitos no presente (do filme) dos próprios retratados ou dos seus familiares, no caso de *Natureza Morta*, as imagens surgem despojadas de qualquer comentário,

SUMÁRIO



sendo a interpretação deixada ao cuidado do espectador. Como a realizadora explica num texto onde fala sobre o filme: “É um filme sem palavras; para além de um breve texto inicial, não existe um discurso que nos diga como devemos ler as imagens que nos são apresentadas” (Susana de Sousa DIAS, 2012, p. 232). Embora, de fato, o filme não tenha uma ancoragem discursiva, que guie o espectador numa determinada direção, não se pode dizer que apresente um discurso neutro. Seja na escolha das imagens utilizadas, seja na escolha lexical do breve texto colocado no seu início, o filme é construído como uma crítica ao Estado Novo, ao seu aparelho repressivo e à sua ideologia patriarcal e nacionalista, à sua política de colonização. E tudo isto é feito com uma economia exemplar. O texto inicial, que é uma espécie de resumo das imagens que veremos a seguir, diz-nos apenas isto:

Durante 48 anos Portugal viveu sob a mais longa ditadura da Europa Ocidental do século XX. António de Oliveira Salazar foi o Chefe e ideólogo político do regime; a unidade territorial do Império Português, que se estendia do Minho a Timor, era a sua mística; a Igreja, o exército e a polícia política, os seus pilares. O eclodir da guerra colonial, em 1961, disfero um golpe irreparável aos alicerces do regime. Em 25 de abril de 1974, o movimento dos capitães, apoiado pelo povo, pôe fim à ditadura. Foi a Revolução dos Cravos. Os presos políticos foram finalmente libertados.

Ao breve texto inicial, juntam-se 12 minutos das imagens visualizadas pela realizadora a partir do arquivo militar, que são utilizadas em câmara lenta, de forma expandida. Entre as imagens criteriosamente escolhidas pela realizadora, podem ver-se fragmentos de filmes de propaganda do regime, de filmes militares da guerra colonial, de notícias sobre as lutas estudantis, de fotografias de cadastro de presos políticos e, finalmente, da libertação dos presos políticos e do 25 de abril. São imagens, como é referido pela própria realizadora, “que constituem um vasto espectro de documentos visuais da época” (DIAS, 2012, p. 232). A ideia do espectro parece-nos crucial, uma vez que somos confrontadas com a visualização de momentos fantasmáticos que

SUMÁRIO

havia sido rasurados da mensagem/imagem oficial do regime, nos trazem a memória de algo que estava lá, mas que não era visto.

O processo de lentificação das imagens permite ao espectador atentar em vários pormenores que de outra maneira ficariam invisibilizados ou silenciados. Ao todo são 72 minutos de um filme cujas imagens, aparentemente desconexas – até porque não obedecem completamente a uma ordem cronológica – escondem em si, como refere a realizadora, “sinais de desintegração interna da própria mensagem que o regime pretendia veicular, ou seja quase como um ponto de doença da própria imagem” (DIAS, 2012, p. 232). Num outro depoimento, refere que “a partir do momento em que a pessoa começa a entrar dentro das imagens, com tempo, começa a perceber algo que elas têm dentro delas e que escapa à mensagem que o regime queria propagar” (Margarida Esteves PEREIRA, 2022, p. 235)³⁷. É um filme bellissimo, que traz à superfície, em imagens que ganham um simbolismo adicional por força da sua economia e do processo de montagem a própria doença do regime.

Há no filme uma particular atenção dada à presença das mulheres, o que é talvez demonstrativo do processo referido pela realizadora de mostrar a “desintegração interna da própria mensagem” do regime. Há imagens de mulheres que assistem a cortejos etnográficos coloniais, há mulheres a desfilar nesses mesmos cortejos, há uma fortíssima presença de mulheres negras que surgem na imagem com os soldados. É particularmente perturbador o confronto com estas mulheres desprovidas de subjetividade. Contudo, como é referido pela realizadora, essas imagens também nos mostram o olhar dessas mulheres negras a olhar a câmara, de forma assertiva, contradizendo assim a mensagem que se quer passar. Diz-nos a realizadora no depoimento já aqui referido, a propósito de umas imagens particulares

37 Este depoimento foi gravado pela autora deste artigo e está publicado no livro *Mulheres, Artes e Ditadura: Diálogos Interartísticos e Narrativas da Memória* (Ana Gabriela MACEDO *et al.*, 2022).

SUMÁRIO

da Guiné-Bissau, em que se veem os soldados portugueses e algumas mulheres guineenses:


E o interessante é que nós vemos que os homens, mais afastados em relação à câmara, têm pouca ação – estou a falar da população, não dos militares portugueses – e as mulheres guineenses são filmadas em planos aproximados. Vê-se que os corpos participam da encenação; mas, de repente, percebe-se que o olhar delas rompe completamente o dispositivo montado; elas vão olhar diretamente para a câmara, confrontam-na, é um olhar extremamente poderoso. E aí temos, de facto, uma situação extremamente forte protagonizada pelas mulheres. Os corpos têm de obedecer, mas o olhar e o confronto com a câmara, rompe com todas estas determinações (PEREIRA, 2022, p. 235).

E explica como para si estas imagens são “absolutamente essenciais, porque, precisamente, vão mostrar aquilo que é apagado, aquilo que não é mostrado e aquilo que não é visibilizado” (PEREIRA, 2022, p. 235).

CONCLUSÕES

Como Aleida Assmann (2010) explica em *The archive and the canon*, na sua dupla assunção da memória cultural como “memória cultural operativa” (ou cânone) e como “memória cultural de referência” (ou arquivo) (ASSMANN 2010, p. 97-107), o arquivo “cria uma meta-memória, uma memória de segunda ordem que preserva o que tem sido esquecido” (ASSMANN 2010, p. 106). Ao fazer uso destas meta-memórias, estes filmes recuperam a memória cultural desse período, resgatando-a frequentemente da amnésia, mas também de novas versões idealizadas do Estado Novo que tentam, recorrentemente, considerá-lo um paraíso perdido.

SUMÁRIO



Há nos filmes aqui discutidos uma clara intenção de resgate crítico da memória de um regime, que não raro se vai idealizando na memória nostálgica de um passado dourado. Quer *Natal 71*, quer *Natureza Morta* mostram o avesso da ditadura salazarista, muito especialmente através da ligação que é feita ao projeto colonialista e à guerra colonial. Em ambos os filmes somos confrontadas com a memória do que anteriormente foi silenciado. No primeiro caso analisado, esse contradiscurso é projetado recorrendo aos testemunhos de alguns ex-combatentes, mas também colocando em paralelo dois objetos musicais que se confrontam: o disco *Natal 71* e a cassete do *Cancioneiro do Niassa*. Do mesmo modo a utilização de algumas imagens de propaganda do Estado Novo são mostradas em câmera lenta e é-lhes sobreposto o texto de *Os cus de Judas* de António Lobo Antunes, acentuando esse avesso da memória. No segundo caso analisado, as próprias imagens rasuradas pelo regime são trabalhadas de modo a tornar visível esse avesso do idílio que o regime propagandeava.

Por outro lado, são filmes que não ignoram ou invisibilizam, como fica dito por Rui Miranda (2020, p. 33), num texto aqui citado, “o lugar e o papel das mulheres nas ditaduras ou qualquer ação política em que tenham estado envolvidas (contra ou em apoio do regime)”. Pelo contrário, nestes, como em outros documentários ou filmes deste período, o resgate da memória passa também por colocar no centro a presença das mulheres ou, mesmo, a sua ação política. E como refere Susana de Sousa Dias, a propósito de um outro filme, *48*, feito a partir das fotografias de cadastro dos presos políticos do regime (homens e mulheres anônimos, que tiveram um papel preponderante na luta de resistência ao Estado Novo), “[t]razer à luz as imagens e as histórias destas mulheres torna-se [...] imperioso” (DIAS, 2012, p. 238).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, António Lobo. **Os cus de Judas**. Lisboa: Leya, 2008.

AREAL, Leonor. **Cinema português: um país imaginado**, Vol. II – Após 1974. Lisboa: Edições 70, 2011.

ASSMANN, Aleida. Canon and Archive. *In*: ERLI, Astrid; NÜNNING, Asgard (org.). **A Companion to Cultural Memory Studies**. Berlin/New York: De Gruyter, 2010. p. 97-107.

BAPTISTA, Tiago. **A Invenção do Cinema Português**. Lisboa: Tinta da China, 2008.

CASTRO, Ilda de (org.). **Cineastas portuguesas 1874-1956**. Lisboa: CML/Ministério da Cultura/ ICAM, 2000.

DIAS, Susana de Sousa. Corpos estranhos ou desigualdades inscritas na película. *In*: CRUZEIRO, Cristina Pratas; LOPES, Rui Oliveira (org.). **Arte e Género: Mulheres e Criação Artística**. Lisboa: Faculdade de Belas Artes. CIEBA, 2012. p. 230-240.

DIAS, Vanessa Sousa; CIPRIANO, Miguel. Margarida Cardoso: Em Portugal pagas à equipa e abdicas do que querias filmar. *In*: MENDES, João Maria *et al.* (org.). **Novas & Velhas Tendências do Cinema Português Contemporâneo**. Amadora: Biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema, 2010. p. 125-132.

ERLI, Astrid. Cultural Memory Studies: An Introduction. *In*: ERLI, Astrid; NÜNNING, Asgard (org.). **A Companion to Cultural Memory Studies**. Berlin/ New York: De Gruyter. 2010, p. 1-15.

HUYSEN, Andreas. Present Pasts: Media, Politics, Amnesia. **Public Culture**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 21-38, 2000.

KAPLAN, Ann E. **Women and Film: Both Sides of the Camera**. London/New York: Routledge, 2001.

MACEDO, Ana Gabriela *et al.* **Mulheres, Artes e Ditadura: Diálogos Interartísticos e Narrativas da Memória**. Ribeirão: Edições Húmus, 2022.

MARTINS, Adriana. Quando o arquivo vomita Salazar. Representações da mulher no cinema português contemporâneo. **Diacrítica**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 48-61, 2020.

SUMÁRIO

MIRANDA, Rui Gonçalves. Looking back for ways ahead – Revisioning Post-Dictatorship Memories in *Repare Bem* (maria de Medeiros) and *Luz Obscura* (Susana de Sousa Dias). *Diacrítica*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 29-47, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/diacritica.567>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Natal 71. Real. Margarida Cardoso. Filmes do Tejo, Portugal, 2000, 52 min.

Natureza Morta. Real. Susana de Sousa Dias. Kintop e Amip em associação com Arte France «La Lucarne», Apoio do Centre National de la Cinématographie, Procirep e Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, 72 min.

PEREIRA, Ana Catarina. **A mulher-cineasta**: da arte pela arte a uma estética da diferenciação. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016.

PEREIRA, Margarida Esteves. Portuguese Women Filmmakers and the Estado Novo: From Invisibility to Cultural Memory. *Diacrítica*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 62-76, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/diacritica.583>. Acesso em: 30 jan. 2022.

PEREIRA, Margarida Esteves. Susana de Sousa Dias: 'Uma espécie de arqueologia da memória' (depoimento). In: MACEDO, Ana Gabriela *et al.*

Mulheres, Artes e Ditadura: Diálogos Interartísticos e Narrativas da Memória. V. N. de Famalicão: Edições Húmus, 2022. p. 233-242.

SILVANO, Filomena. Introdução. In: CASTRO, Ilda de (org.). **Mulheres Cineastas 1874-1956**. Lisboa: CML/ Ministério da Cultura/ ICAM, 2000. p. 11-15.

7

Andrea O'Reilly

**Feminismo
matricêntrico:**
um feminismo para
e sobre as mães

Matricentric feminism:
a feminism for mothers

Feminismo matricêntrico:
un feminismo para
y sobre las madres

SUMÁRIO


Tradução do inglês para português: Maria Collier de Mendonça e Patrícia Fonseca Fanaya

Em *Um Teto Todo Seu*, Virginia Woolf escreve “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção” (WOOLF, 1929, p. 1, tradução nossa). Para mim, esta citação serve para situar e demarcar o que tem sido uma preocupação intensa de minha parte nas últimas três décadas, nas quais tenho procurado praticar o feminismo como mãe e praticar a maternagem como feminista; pois, as mães precisam de um feminismo próprio. Quando uso a palavra “mães”, refiro-me às pessoas que se envolvem com o trabalho materno ou, conforme Sara Ruddick (1989) teorizou quanto às práticas de maternagem. Esta palavra não se limita às mães biológicas nem às mulheres cisgênero, pois – em nossa compreensão – seu significado amplia-se a qualquer pessoa que faça o trabalho de maternagem como parte central de sua vida. O objetivo deste texto é introduzir esse modo específico de feminismo – que eu chamo de “feminismo matricêntrico” tendo em vista as controvérsias e os desafios que uma teoria e política feministas centradas nas mães possam provocar. Para tanto, são exploradas duas complexidades específicas ao longo deste capítulo: a desconsideração ou mesmo rejeição da maternidade no feminismo acadêmico e a problemática da inclusão sem exclusão ao utilizarmos os termos “mães” e “maternagem” no feminismo matricêntrico.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O feminismo matricêntrico parte do princípio que a maternidade importa e é central para as vidas daquelas e daqueles que se identificam como mães. Ao dizer isso, não estou sugerindo que a maternidade é tudo o que importa, tampouco é o que mais importa; mas, estou defendendo que qualquer compreensão das vidas das mães será

SUMÁRIO



incompleta se não considerarmos o quanto tornar-se mãe e ser mãe são experiências que moldam a noção do si mesma em cada mulher, mas também como cada mulher vive e percebe o mundo. Conforme ressalta Eva Feder Kitty “a maioria das mulheres cuida de seus dependentes em algum momento, e, para muitas mulheres, isso ocupa a melhor parte de suas vidas” (*apud* Julie STEPHENS, 2011, p. 141, tradução nossa). Como pesquisadora e diretora de um centro de pesquisa sobre maternidade, editora-chefe de um periódico e de uma editora focados nos estudos maternos, tenho conversado com mais mães e lido mais pesquisas sobre maternidade do que muita gente. Por esse motivo, posso afirmar com certeza que – para as mulheres que são mães – a maternidade é uma dimensão significativa, se não uma dimensão definidora de suas vidas. Indiscutivelmente, a maternidade importa mais do que gênero. Não pretendo comprovar essas afirmações, mas sim tomá-las como meus pontos de partida porque as mães precisam de um feminismo centrado na maternidade.

A maternidade é a questão pendente do feminismo. Por exemplo, uma revisão recente da produção científica sobre maternidade e trabalho remunerado na América do Norte revelou que embora as mulheres tenham conquistado ganhos significativos nas últimas três décadas, as mães não conquistaram esses mesmos benefícios. Mães que participam da população economicamente ativa ganham cerca de sessenta centavos de dólar para cada dólar ganho por pais nos Estados Unidos (Joan WILLIAMS, 2000, p. 2). Atualmente, a diferença salarial entre mães e não mães – abaixo de 35 anos – é maior do que a diferença salarial entre homens e mulheres jovens (Ann CRITTENDEN, 2001, p. 94, tradução nossa). Embora haja discriminação no ambiente de trabalho, a maioria das pesquisadoras e pesquisadores argumenta que são as barreiras maternas que impedem e dificultam que a maioria das mulheres progrida em suas carreiras, atualmente. Nas palavras de Ann Crittenden: “Muitas mulheres sem filhos, com menos de 35 anos, acreditam que todas as batalhas feministas estão ganhas”.

SUMÁRIO


Mas a autora continua e diz que “a partir do momento em que uma mulher se torna mãe, a celebração do trabalho igualitário termina” (CRITENDEN, 2001, p. 88, tradução nossa).

O feminismo matricêntrico procura tratar a maternidade como o assunto central do feminismo; para tanto, posiciona as necessidades e preocupações maternas como os pontos de partida para o desenvolvimento tanto de uma teoria como de políticas sobre e para o empoderamento das mulheres. Esse reposicionamento não sugere que o feminismo matricêntrico possa eventualmente substituir o pensamento feminista tradicional; ao contrário, enfatiza que a categoria “mãe” é distinta da categoria “mulher” e que muitos problemas que as mães enfrentam – sociais, econômicos, políticos, culturais, psicológicos, entre outros – são específicos das identidades e funções maternas. Na verdade, as mães sentem-se duplamente oprimidas pelo patriarcado: primeiro porque são mulheres e, segundo, porque são mães. Devido a isso, as mães precisam de um feminismo específico, estruturado a partir de e para pensarmos as identidades e o trabalho maternos. De fato, o feminismo matricêntrico mostra-se necessário porque as mães, mais do que as mulheres em geral, permanecem oprimidas apesar de cinquenta anos de feminismo. Meu trabalho não racionaliza nem defende a necessidade de um feminismo centrado nas mães sem justificativas. Pelo contrário, neste texto esforço-me para descrever e discutir esse modo de feminismo focado nas mães, que eu denominei de “feminismo matricêntrico”, o qual surgiu como resultado e como resposta às identidades específicas das mulheres e ao seu trabalho como mães.

Eu utilizo o termo “matricêntrico”³⁸ para definir e descrever um modo de feminismo centrado na maternidade. A crítica literária Elaine Showalter (1985) usa o termo “ginocêntrico” para referenciar a perspectiva centrada nas mulheres. De maneira similar, utilizo o termo “ma-

38 Para aprofundamento acerca do feminismo matricêntrico, recomendamos a leitura do livro *Matricentric Feminism*, de autoria de Andrea O'Reilly (2016).

SUMÁRIO




tricêntrico” para referenciar a perspectiva centrada nas mães. Quando discuto o feminismo matricêntrico, tomo como referência o conceito de narrativa “matrifocal”³⁹, extraído da teoria literária sobre maternidade. Na introdução de *The Mother/Daughter Plot*, Marianne Hirsch (1989) pergunta porque em *Édipo Rei*, de Sófocles, não se escuta a voz de Jocasta, mãe de Édipo. Hirsch conecta esse silêncio narrativo a uma lacuna literária bem maior e nos pergunta onde a história de Jocasta estaria na história de Édipo. A autora pergunta não somente onde estão as histórias das mulheres nas tramas dos homens, mas também onde estão as histórias das mães nas tramas das filhas e filhos (HIRSCH, 1989, p. 4). Ao final, ela chega à conclusão de que para conhecermos a história materna de Jocasta, teríamos de começar a contá-la a partir da mãe (HIRSCH, 1989, p. 5). Em *Narrating Maternity*, baseando-se em Hirsch, Brenda O. Daly e Maureen T. Reddy (1991) destacam que mesmo com uma quantidade restrita de textos ficcionais ou teóricos, os quais têm início a partir de perspectivas maternas, “eles raramente se engajam com tais perspectivas rapidamente; além disso, quando os textos adotam a perspectiva materna, leitoras, leitores, críticas e críticos tendem a suprimir a centralidade da maternagem” (DALY; REDDY, 1991, p. 2-3, tradução nossa).

Daly e Reddy (1991) cunharam o termo “centralidade nas filhas”, em inglês “*daughter-centricity*”, para descrever a perspectiva na qual “aprendemos menos sobre como é ser mãe do que sobre como é ser cuidada por uma mãe, mesmo quando a autora teve ambas as experiências” (DALY; REDDY, 1991, p. 2). Nas últimas três décadas, à medida que os estudos maternos emergiram como uma disciplina acadêmica distinta e autônoma, a centralização nas filhas tem sido combatida e questionada tanto na ficção quanto na teoria. De fato, um dos objetivos centrais dos estudos maternos é articular e teorizar “a voz das mães”, ou seja, analisar os significados do tornar-se mãe

39 Centrada no materno.

SUMÁRIO



a partir de perspectivas e subjetividades das próprias mães. Adrienne Rich concluiu *Of Woman Born* com as seguintes palavras: “As palavras estão sendo ditas e escritas agora, os tabus estão sendo quebrados e as máscaras da maternidade estão se rompendo” (RICH, 1986, p. 239, tradução nossa). Quer o esforço de se desmascarar a maternidade (Susan MAUSHART, 2000) seja realizado por meio de um estudo sociológico sobre mães ou através de uma narrativa literária do gênero memorialístico materno, tanto as escritoras quanto as estudiosas feministas têm se empenhado em desmascarar a maternidade documentando a realidade vivida da maternagem. Ao fazerem isso, elas contam com a centralização nas filhas, descrita por Daly e Reddy (1991), para criarem o conceito que denomino de narrativa matrifocal. Utilizo o termo matrifocal extraíndo-o da discussão de Miriam Johnson sobre sociedades matrifocais, as quais nas palavras desta autora:

[...] tendem a ter maior igualdade de gênero por causa do poder do paradigma materno. Nessas sociedades, independentemente do sistema de parentesco vigente, as mulheres desempenham papéis significativos em termos sociais e culturais e se definem menos como esposas do que como mães... No entanto, a matrifocalidade não se restringe à dominância materno-doméstica na mesma intensidade em que se refere ao prestígio cultural da imagem materna, o qual corresponde a um papel culturalmente elaborado e valorizado. As mães também são figuras estruturalmente centrais na medida em que têm certo controle sobre a renda familiar e estão criticamente envolvidas nas decisões familiares. Não é exatamente a ausência de homens, pois eles podem estar bastante presentes, mas sim a centralidade das mulheres – como mães e irmãs – que torna uma sociedade matrifocal (JOHNSON, 1988, p. 226).

Uma narrativa matrifocal, baseada na terminologia de Johnson (1988), se dá quando uma mãe desempenha um papel cultural e socialmente significativo e na qual a maternidade é elaborada e valorizada, e é estruturalmente central para a trama. Em outras palavras, a partir das ideias de Hirsh, Daly e Reddy, as narrativas matrifocais

SUMÁRIO

“começam com a mãe em seu próprio direito, a partir de sua própria perspectiva”, e “mantêm-se fiéis a uma perspectiva materna” (HIRSH; DALY; REDDY, 1991, p. 2-3). Além disso, uma leitura matrifocal atende e acentua a temática materna em qualquer texto.

Como o feminismo matricêntrico está centrado na perspectiva matrifocal, é multi e interdisciplinar. A teoria feminista matricêntrica baseia-se, portanto, em muitas disciplinas acadêmicas – incluindo a antropologia, a história, os estudos literários, a sociologia, a filosofia, a psicologia, os estudos sobre a sexualidade e os estudos das mulheres – bem como as escolas estabelecidas do feminismo acadêmico. De fato, longe de ser algo isolado, o feminismo matricêntrico está fundamentado nas escolas tradicionais do feminismo acadêmico, teóricas e teóricos mais proeminentes. Muitas vezes me perguntam o que é feminismo matricêntrico. Como um feminismo novo e emergente, é difícil defini-lo, além de dizer que é explicitamente matrifocal. O feminismo matricêntrico tem a mãe como ponto de partida e leva a sério o trabalho de maternagem adotando, assim, uma perspectiva feminista multidisciplinar e “multiteórica”⁴⁰.

Abaixo, sugiro uma possível definição listando o que entendo como os princípios e objetivos centrais que guiam o feminismo matricêntrico:

- Afirma e enfatiza que o tema das mães, a maternagem e a maternidade merecem uma investigação acadêmica séria e bem fundamentada;
- Considera que a maternidade é um trabalho importante e valioso para a sociedade, mas enfatiza que a tarefa essencial da maternagem não é, nem deve ser, responsabilidade ou dever exclusivo das mães;

⁴⁰ A autora utiliza o termo “multiteórica” por se tratar de uma perspectiva feminista que congrega autoras e autores de diversas disciplinas e, em virtude disso, inclui uma variedade de correntes teóricas.

SUMÁRIO

- Contesta, desafia e contrapõe a instituição patriarcal opressora da maternidade, logo, busca imaginar e implementar uma identidade e prática maternas que dão poder às mães;
- Procura corrigir a centralidade na criança que define grande parte dos estudos e ativismos sobre a maternidade para desenvolver pesquisa e ativismo a partir das experiências e perspectivas maternas;
- Compromete-se com a justiça e as mudanças sociais, por isso, considera a maternagem um empreendimento socialmente engajado e um *locus* de poder, no qual as mães podem e criam mudanças sociais por meio da criação de filhas e filhos e do ativismo;
- Entende que a maternagem e a maternidade são culturalmente determinadas, porém variadas, e está empenhado em explorar a diversidade da experiência materna na interseção de raça, classe, cultura, etnia, sexualidade, habilidade, idade e localização geográfica;
- Todos esses esforços visam estabelecer a teoria materna e os estudos maternos como disciplinas acadêmicas autônomas, independentes e legítimas.

A lista acima é apenas parcial e provisória. Desde a publicação da primeira edição de *Matricentric Feminism*⁴¹, no final de 2016, vários(as) estudiosos(as), escritores(as) e ativistas de diversas perspectivas e disciplinas adotaram o feminismo matricêntrico para explorar temas tão variados quanto literatura, cinema, arte, fotografia, políticas públicas, política, encarceramento, deficiência crítica, saúde, violência contra as mulheres e ativismo, para citar apenas alguns. Duas revistas


41 Livro ainda sem tradução para o português, no qual Andrea O'Reilly apresenta, introduz e detalha os conceitos teóricos e as práticas ativistas sobre o feminismo matricêntrico.

publicaram edições duplas especiais sobre feminismo matricêntrico: a revista australiana *Hecate* (2019) e *The Journal of the Motherhood Initiative* (2019). De fato, uma pesquisa no Google do termo “feminismo matricêntrico” revelou onze mil entradas. Esta área de estudos reconhece a necessidade de um feminismo distinto para e sobre as mães e explora suas necessidades, experiências e desejos específicos, que continuam a ser marginalizados em comparação com as não mães. Com essa nova e emergente área de estudos, temos uma compreensão mais substancial e robusta desse novo modo de feminismo no qual, parafraseando a escritora e ativista feminista Marilyn Waring (1988), as mães e a maternidade importam.

A REJEIÇÃO DAS MÃES E DA MATERNAGEM NO FEMINISMO ACADÊMICO

O feminismo matricêntrico, no entanto, ainda não foi incorporado ao campo do feminismo acadêmico. Ao fazer essa afirmação, não estou dizendo que não exista nenhum estudo feminista sobre a maternidade, mas sim que o feminismo matricêntrico permanece periférico no âmbito do feminismo acadêmico. Nas últimas duas décadas, como pesquisadora e editora de publicações sobre maternidade, ouvi inúmeras histórias de estudiosas e estudiosos da maternidade sobre como seu trabalho foi ignorado, rejeitado, invalidado ou banalizado por feministas acadêmicas: como as conferências de estudos feministas, nas quais participam, têm poucos ou nenhum artigo sobre maternidade; como a maternidade raramente é tema de discussão nas salas de aula de estudos feministas e raramente é incluída em livros acadêmicos feministas; ou como artigos sobre maternidade ou resenhas de livros sobre maternidade estão quase sempre ausentes nos principais periódicos de estudos feministas. Em 2016, minha pesquisa

SUMÁRIO



sobre o lugar da maternidade nos últimos dez anos em painéis de conferências da *National Women's Studies Association*, bem como nas principais revistas feministas como *Signs*, *Frontiers*, *Women's Studies Quarterly*, *Feminist Studies* e *Gender and Society*, em livros e ementas de disciplinas sobre estudos de gênero e estudos das mulheres confirmaram essa hipótese. Nesse estudo, descobrimos que apenas entre 1% e 3% do conteúdo presente nos eventos e publicações levantadas era dedicado ao tema da maternidade. Dado que 80% das mulheres se tornam mães durante a vida, há uma evidente desconexão entre a representação mínima da maternidade no feminismo acadêmico e as vidas cotidianas da maioria das mulheres.

A demanda por uma teoria e prática baseadas nas identidades específicas das mulheres dificilmente seria uma reivindicação inovadora ou radical. Nos últimos cinquenta anos, muitos grupos de mulheres argumentaram que o feminismo dominante – amplamente entendido como feminismo liberal – não representou adequadamente suas perspectivas nem necessidades. Mulheres negras, por exemplo, têm defendido que o feminismo aborde a interseccionalidade de sua opressão como mulheres racializadas, um feminismo agora conhecido como mulherismo; as mulheres do sul global pediram o desenvolvimento de uma teoria do feminismo global; e mulheres *queer*, lésbicas, bissexuais e trans têm apoiado o crescimento da teoria e do ativismo feminista *queer*. Da mesma forma, o desenvolvimento do feminismo de terceira onda na década de 1990 surgiu do sentimento de alienação das mulheres jovens dos objetivos do feminismo de segunda onda. Quando essas mulheres exigiram uma teoria feminista própria, o movimento feminista mais amplo reconheceu, embora muitas vezes com relutância, que essas mulheres haviam sido excluídas do cânone mais amplo do pensamento feminista. A teoria feminista foi posteriormente revisada para incluir diferentes posições e perspectivas dentro do feminismo. A maior parte da introdução aos livros ou cursos de estudos feministas agora inclui capítulos ou unidades sobre feminismo socialista,

SUMÁRIO

feminismo global, feminismo *queer*, feminismo de terceira onda e mulherismo. Atualmente, essas perspectivas e temas estão bem representados em conferências e em periódicos de estudos feministas.

No entanto, à medida que as mães começaram a clamar por um feminismo para e sobre as mães na última década mais ou menos – o qual eu defini como feminismo matricêntrico – e a solicitar sua inclusão no feminismo acadêmico, seus apelos não foram considerados com o mesmo reconhecimento. Na maioria das vezes, suas reivindicações foram rejeitadas, banalizadas, desacreditadas ou mesmo ridicularizadas: por que as mães precisariam de uma perspectiva feminista centrada nelas? Tal pergunta sugere que as mães não têm necessidades nem preocupações separadas de suas identidades mais amplas como mulheres. Incomoda-me profundamente que muitas feministas sejam capazes de entender a interseccionalidade da opressão de gênero quando se trata de raça, classe, sexualidade e localização geográfica, mas não a compreendam quando se trata da maternidade. Mas eu argumentaria – e suspeito que a maioria das mães concordaria – que a maternidade precisa ser entendida da mesma forma em termos de teoria interseccional. A categoria “mãe” é distinta da categoria “mulher”: muitos dos problemas enfrentados pelas mães – sociais, econômicos, políticos, culturais e psicológicos – são específicos de seu trabalho e identidade maternos. Em outras palavras, as mães não vivem simplesmente como mulheres, mas como mulheres mães, assim como as mulheres negras não vivem simplesmente como mulheres, mas como mulheres racializadas. Além disso, a opressão e resistência das mães sob o patriarcado são moldadas pelas suas identidades maternas, assim como a opressão e resistência das mulheres negras são moldadas pelas suas identidades racializadas. Por esses motivos, as mães precisam de um feminismo próprio – que posicione as preocupações maternas como o ponto de partida para o desenvolvimento de uma teoria e de políticas de empoderamento. Para mim, isso parece evidente. Por que então a maternidade não é entendida como uma posição

SUMÁRIO

subjetiva, nem é teorizada tal como outras posições subjetivas em termos da interseccionalidade da opressão e resistência de gênero? Por que não reconhecemos as perspectivas específicas das mães como fazemos com outras mulheres, sejam elas homossexuais, das classes trabalhadoras, racializadas e assim por diante? Por que as mães e a maternagem não contam ou não importam?

Em meu livro de 2021, *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice, The 2nd Edition*, considero três razões para o que chamo de rejeição e desaparecimento da maternidade no feminismo acadêmico: confundir maternagem com maternidade⁴², a confluência enganosa de feminismo matricêntrico com maternalismo e essencialismo de gênero e a ascendência cultural do pensamento pós-materno. Neste capítulo, eu examino brevemente quatro preocupações centrais do feminismo matricêntrico abordadas no prefácio da segunda edição do livro: a intenção e a importância políticas específicas do trabalho materno de mulheres racializadas, o *queering* radical da maternagem empoderada, as opressões reais e prevalentes no trabalho materno e, finalmente, o protagonismo das mães e da maternagem no feminismo. A discussão considera essas preocupações destacando o uso das palavras “mães” e “maternagem” no feminismo matricêntrico. No geral, eu argumento que o feminismo matricêntrico oferece uma compreensão do trabalho materno considerando a neutralidade de gênero ao posicionar o “matar” como um verbo, o que permite uma apreciação dos modos como o trabalho materno permanece profundamente relacionado ao gênero e de como isso pode ser desafiado e modificado por meio da maternagem empoderada. Assim, o feminismo matricêntrico vai além do gênero e em direção à maternagem resistente e inclusiva.

42 Andrea O'Reilly utiliza os seguintes termos em inglês *motherhood*, aqui traduzido como maternidade; *mothering*, aqui traduzido como maternagem, e *motherwork*, aqui traduzido como trabalho materno.


POR QUE MÃES E MATERNAGEM

No Feminismo Matricêntrico, o termo “mãe” refere-se a qualquer pessoa que se dedique ao trabalho materno; não se limita às mulheres cisgênero, porque inclui todas e todos que assumem o trabalho materno como parte central de suas vidas. Com base no conceito de práticas maternas de Sara Ruddick (1989), o feminismo matricêntrico posiciona a palavra “mãe” como um verbo, como algo que se faz – no âmbito das ações e práticas cotidianas. Para Ruddick, como observa Sarah LaChance Adams, “são as práticas de maternagem que tornam uma pessoa mãe, não um imperativo biológico ou social, portanto, o título de ‘mãe’ não está estritamente limitado às mães biológicas, ou mesmo às mulheres” (ADAMS, 2010, p. 727). Ela continua: “O compromisso materno é voluntário e consciente; não é inevitável, nem é ditado pela natureza” (ADAMS, 2010, p. 727). Reposicionar a mãe de um substantivo para um verbo dissocia maternidade de gênero, como também liberta a maternagem do essencialismo biológico, que fundamentam e estruturam a maternidade normativa.

No entanto, apesar dessa neutralização entre gênero e maternagem no feminismo matricêntrico, houve quem argumentasse que o termo ainda excluiria pessoas trans e não binárias e pedisse uma linguagem mais inclusiva para substituir as palavras “mães” e “maternagem” por “pais”⁴³ e “parentalidade”. De fato, como Sarah Ratchford comenta: “Como uma pessoa não-binária, me sinto excluída da discussão sobre parentalidade. É hora de nos tornarmos mais inclusivos em nossa língua” (RATCHFORD, 2018, on-line, tradução nossa). Na introdução de seu próximo livro *The Liminal Chrysalis: Imagining Reproduction and Parenting Futures beyond the Binary*, H. Kori Doty e A. J. Lowik (2022)

43 Termos utilizados no texto original em inglês: *mothering*, aqui traduzido como maternagem, e *parenting*, aqui traduzido como parentalidade. Vale observar que o termo *parents* inclui pais e mães, *fathers* e *mothers*.

SUMÁRIO




argumentam que pessoas trans e não binárias, das mais diversas identidades e expressões, tendem a ser enquadradas como exceções, ou até como aberrações. Aqui, quero abordar essas preocupações para considerar como navegar e negociar criando uma linguagem inclusiva, reconhecendo simultaneamente que, para muitas mães em contextos específicos, a maternagem é um conceito cultural e politicamente determinado que ainda têm significados e consequências. Nesta discussão, argumento que substituir a palavra “maternagem” por “parentalidade” seria particularmente problemático para mulheres racializadas porque diluiria a importância política específica e a intenção de seu trabalho materno e negaria a importância da identidade materna para a justiça reprodutiva. Além disso, a palavra “parentalidade” não transmite efetivamente a radicalidade *queer* da maternagem empoderada. Usar o termo pais (*parents*), ou seja, confundir mães com pais – muitas vezes também resultaria em algo dissimulado, se não perigoso, porque desviaria, disfarçaria e negaria as opressões de gênero que ainda são muito reais e prevalentes no trabalho materno. Além disso, a mudança para o termo “parentalidade” tornaria a maternagem invisível, tanto quanto tem sido praticada e pesquisada. No entanto, ao apresentar esses argumentos, também reconheço o quão problemáticos os termos “mães” e “maternagem” são para pessoas trans e não binárias. No geral, procuro explorar como alcançar a inclusão sem exclusão, posicionando o ato de maternar como um verbo e, ao mesmo tempo, reconhecendo as opressões de gênero do trabalho materno.

INCLUSÃO SEM EXCLUSÃO

Eu entendo que as palavras importam e que muitas pessoas trans e não binárias consideram as palavras “mães” e “maternagem” excludentes. Portanto, o desafio é como incluir práticas trans e não binárias de parentalidade sem excluir as práticas das mães. Como podemos

SUMÁRIO



usar os termos “parentalidade” e “pais” sem apagar os significados específicos do trabalho materno para mulheres racializadas, ou sem minimizar a radicalidade *queer* da maternagem empoderada; evitando opressões de gênero que ainda são muito reais no trabalho materno, posto que a maternagem ainda está invisibilizada e tem sido pouco pesquisada? Eu sugiro que, em conversas e circunstâncias cotidianas, as palavras “parentalidade” e “pais” sejam usadas assim como na maioria dos contextos legais, educacionais ou médicos. No entanto, no contexto específico das mulheres racializadas, da maternagem empoderada, da resistência de gênero e das opressões do trabalho materno (conforme vivido e estudado), as palavras “mães” e “maternagem” devem ser mantidas. Gemma Bath (2021, on-line) argumenta o seguinte: “Remover a totalidade da linguagem de gênero é um longo caminho porque é algo que está muito arraigado. Mas criar um diálogo mais inclusivo, não binário e respeitoso com o que temos disponível para nós não precisa ser”. Ela continua: “Sempre haverá um nível de resistência por parte daqueles que não acham que a maneira como falamos deve mudar. Mas estamos sempre inventando novas palavras: pense em ‘clickbait’, ‘selfies’ e ‘podcasts’”. Embora eu concorde com Bath (2021) de que devemos inventar novas palavras para promover a inclusão, também sugiro que palavras normativas podem ser recuperadas e reconstituídas para resistirem e se tornarem potencialmente inclusivas. Palavras como *queer*, “vadia” e “reprodutor” foram recuperadas e se tornaram transgressivas, assim como as palavras “mães” e “maternagem”. O feminismo matricêntrico recupera a palavra “maternagem”, posicionando-a como verbo e dissociando-a da biologia, tornando-a não apenas resistente, mas inclusiva. Falando sobre linguagem inclusiva, Bath escreve: “Quanto mais vemos os termos de gênero neutro à frente e no centro, mais eles tornar-se-ão normalizados” (BATH, 2021, on-line). E eu acrescentaria que, quanto mais posicionarmos o ato de maternar como um verbo transgressivo, mais incluiremos todos os tipos de parentalidade. E, pegando emprestado as palavras de Bath, é por isso que ambas

SUMÁRIO

as estratégias “são importantes porque temos a responsabilidade, em 2021, de fazer com que todas e todos em nossa sociedade se sintam vistos, ouvidos e compreendidos” (BATH, 2021, on-line).

CONCLUSÃO

Ao posicionar a maternagem como verbo, o feminismo matricêntrico permite a neutralidade de gênero e, em sua compreensão da opressão e resistência materna, o termo também fornece as análises de gênero necessárias. O feminismo matricêntrico, em última análise, vai além do gênero. Em sua perspectiva matrifocal explícita e enfática, o feminismo matricêntrico preocupa-se com qualquer pessoa que se identifique como mãe ou pratique a maternagem. Nesse sentido, o feminismo matricêntrico é certamente um feminismo para indivíduos trans e não binários que adotam práticas maternas independentes de gênero. Embora o feminismo matricêntrico possa não interessar às não mães, este não é o feminismo delas; é para e sobre as mães. Existem outros feminismos para quem não se identifique como mãe ou pratique a maternagem, sejam elas pessoas cisgênero, trans ou não binárias. Embora o feminismo matricêntrico certamente convide todas e todos a usarem sua teoria, ativismo e prática, por se concentrar nas mães e na maternagem, ele exclui pessoas desinteressadas na maternagem, mas eu argumento que essa exclusão é necessária, já que as mães precisam de um feminismo próprio. Indo além do gênero, o feminismo matricêntrico oferece identidades e práticas maternas de resistência e inclusivas para todas e todos que buscam uma mudança social empoderada. Como resultado, o feminismo matricêntrico deve ser finalmente e totalmente reconhecido como necessário e integral para a teoria feminista, bem como as disciplinas de gênero e estudos das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Sarah LaChance. Maternal Thinking. *In*: O'REILLY, Andrea. **The Encyclopedia of Motherhood**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2010, p. 726-727.
- BATH, Gemma. An Australian University Has Offered New Words for 'Mother' and 'Father'; This Is Why It Matters. **MamaMia**, 16 Feb. 2021. Disponível em: www.mamamia.com.au/gender-neutral-terms-mother-father/. Acesso em: 20 fev. 2021.
- CRITTENDEN, Ann. **The Price of Motherhood**: Why the Most Important Job the World Is Still the Least Valued. New York: Henry Holt and Company, 2001.
- DALY, Brenda O.; REDDY, Maureen T. (org.). **Narrating Mothers**: Theorizing Maternal Subjectivities. Knoxville: University of Tennessee Press, 1991.
- DOTY, H. Kori; LOWIK, A. J. **The Liminal Chrysalis**: Imagining Reproduction and Parenting Futures Beyond the Binary. Bradford: Demeter Press, 2021.
- HIRSCH, Marianne. **The Mother/Daughter Plot**: Narrative, Psychoanalysis, Feminism. Bloomington: Indiana University Press, 1989.
- JOHNSON, Miriam. **Strong Mothers, Weak Wives**: The Search for Gender Equality. Berkeley: University of California Press, 1988.
- MAUSART, Susan. **The Mask of Motherhood**: How Becoming a Mother Changes Everything and Why We Pretend It Doesn't. New York: Penguin Books, 2000.
- O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism**. Theory, Activism and Practice. Bradford: Demeter Press, 2016.
- O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism**: Theory, Activism, and Practice, The 2nd Edition. Bradford: Demeter Press, 2021.
- RATCHFORD, Sarah. The Way We Talk about Motherhood Is Deeply Alienating. **Today's Parent**, 2018. Disponível em: www.todayparent.com/family/family-life/the-way-we-talk-about-motherhood-is-deeply-alienating/. Acesso em: 18 fev. 2021.
- RICH, Adrienne. **Of Woman Born**: Motherhood as Experience and Institution. 1976. New York: W.W. Norton, 1986.
- RUDDICK, Sara. **Maternal Thinking**: Toward a Politics of Peace. Boston: Beacon Press, 1989.

SUMÁRIO

STEPHENS, Julie. **Confronting Postmaternal Thinking**: Feminism, Memory, and Care. New York: Columbia University Press, 2011.

SHOWALTER, Elaine. *Toward a Feminist Poetics*. In: SHOWALTER, Elaine (org.). **The New Feminist Criticism**: Essays on Women, Literature and Theory. London: Virago, 1986, p. 125-143.

WARING, Marilyn. **If Women Counted**: A New Feminist Economics. San Francisco: Harper and Row, 1988.

WILLIAMS, Joan. **Unbending Gender**: Why Family and Work Conflict and What To Do About It. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WOOLF, Virginia. **A Room of One's Own**. Oxford: Oxford University Press, 1929.



8

Maria Collier de Mendonça

Maicyra Teles Leão e Silva

Paula Pinhal de Carlos

Maternidade e maternagem no século XXI:

mídias, artes e direitos

Motherhood and Mothering in the 21st Century:

Media, Arts and Rights

Maternidad y Maternaje in el siglo XXI:

Medios, Artes y Derechos


INTRODUÇÃO

Este texto surgiu do interesse em inter cruzar as perspectivas individuais das autoras, tornadas públicas na mesa-redonda *Maternidade e Maternagem no século XXI: Artes, Mídias e Direitos*. A mesa, coordenada por Patrícia Fonseca Fanaya, contou com as três coautoras deste texto (Maicyra Leão, Maria Collier de Mendonça e Paula Pinhall de Carlos) como expositoras e, ainda, com Andrea O'Reilly como debatedora, e ocorreu no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, de forma on-line, em 2021, sendo transmitida e disponibilizada pelo canal de YouTube do evento.

A partir das exposições, percebemos que nossas falas possuíam pontos de intersecção e que se complementavam quanto à complexificação do tema. Que imagens e mensagens têm circulado nas mídias sobre maternidade e maternagem? Como as lacunas representacionais relacionadas ao corpo materno têm reverberado na arte contemporânea, em especial, no trabalho endógeno produzido por artistas-mães? Quais são as condições jurídicas para a manutenção da prática laboral dessas mulheres? Com isso, esse texto é um diálogo inicial entre os três âmbitos inicialmente apresentados na mesa – mídias, artes e direitos – na tentativa de realçar como a discussão sobre a maternidade e a maternagem envolve valores culturais, identidades e papéis maternos, disseminados por mídias massivas e sociais digitais, pelo circuito artístico, bem como pela constituição de valores jurídicos.

Na perspectiva comunicacional, interessa-nos debater que imagens, mensagens, aspectos cotidianos e valores culturais têm circulado nas mídias massivas e nas redes sociais digitais sobre a maternidade e a maternagem. As experiências singulares das mulheres são condicionadas pela circulação pública de certos paradigmas e modos de funcionamento das infraestruturas sociais. Assim, trazemos

SUMÁRIO




a perspectiva artística, para explorar como as figuras maternas propostas por artistas contemporâneas complexificam e tensionam essa perspectiva de objetificação dos corpos maternos, criticando os modos dominantes de representações, tais como o ideal sacro-cristão. Através da formação de coletivos artísticos, a veia de intersecção entre o discurso íntimo, pessoal e autobiográfico é atravessada pela perspectiva plural contida na diversidade de experiências e assim ganha amplitude e relevância social. Assim, por meio dos direitos, interessa-nos discutir como, para além da imagem de circulação pública, regulamentações jurídicas também condicionam a experiência vivida e praticada por essas mulheres. Manteremos o foco na produção de regulamentações jurídicas relativas às mulheres no meio acadêmico – seja na condição de graduandas, pós-graduandas, professoras e/ou pesquisadoras – já que é a partir desse meio que também artistas e intervencionistas midiáticas se formam.

Por fim, abordamos os efeitos da pandemia da Covid-19 em suas atividades de cuidado e laborais, as quais têm sido profundamente impactadas pela divisão sexual do trabalho e pelo distanciamento social.

IMAGENS E MENSAGENS SOBRE MATERNIDADE E MATERNAGEM NAS MÍDIAS

Antes de iniciarmos a discussão sobre os significados associados ao ser mãe na era da comunicação ubíqua, gostaríamos de apresentar o próprio contexto para o qual esse texto foi produzido. O 12^o *Seminário Internacional Fazendo Gênero* abraçou a temática dos “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos”, com a proposta de dar visibilidade às vozes das minorias e estimular o necessário debate entre diversas perspectivas feministas nacionais e internacionais, reunindo

SUMÁRIO



academia, artistas e ativistas. Nesse contexto, gostaríamos de ressaltar o quanto a discussão sobre maternidade e maternagem precisa conquistar seu lugar de fala no Brasil e no mundo. Em 2021, o Fazendo Gênero teve 192 simpósios temáticos, porém somente quatro deles discutiram a maternidade e maternagem; 35 mesas redondas, porém somente uma mesa, intitulada *Maternidade e Maternagem no Século XXI: Artes, Mídias e Direitos*, abordou o tema; oito minicursos, sendo que nenhum deles se dedicou à maternidade nem à maternagem e, ainda, 34 oficinas, das quais, apenas uma delas discutiu justamente a maternidade como “a questão pendente do feminismo”.

Para que possamos transformar este cenário, precisamos dar visibilidade aos debates sobre as questões maternas na sociedade envolvendo as universidades, os movimentos sociais e as produções artísticas. Nesse contexto, temos certeza de que a análise das mídias contribui para levantarmos questões importantes rumo à conscientização social sobre tais necessidades.

Na pesquisa de doutorado de Maria Collier de Mendonça (2014), a autora descobriu que imagens e mensagens da publicidade brasileira de mídia impressa frequentemente convergiam para representações femininas centradas em duas figuras arquetípicas da cultura católica: Eva e a Virgem Maria. Quando os anúncios publicitários se dirigiam às mulheres não mães, remetiam às representações de Eva. Nessas ocasiões, as figuras femininas expressavam mulheres poderosas, sensuais, independentes, atraentes e dinâmicas. Em contrapartida, quando a publicidade de mídia impressa brasileira se dirigia às mulheres grávidas ou às mães, geralmente reforçava valores culturais da maternidade patriarcal. Por exemplo, anúncios que apresentavam imagens de mulheres grávidas geralmente destacavam os ventres femininos como “ovos sagrados”, muitas vezes excluindo os rostos das gestantes. Suas imagens sintonizavam ideais de pureza e dedicação materna, fortemente associados aos valores católicos e, especialmente,

SUMÁRIO

à figura da Virgem Maria. As imagens dos corpos grávidos apareciam em poses estáticas, como se tais mulheres estivessem exclusivamente aguardando a chegada dos bebês, com as mãos nos ventres, dirigindo os olhares das leitoras para as vidas que estavam sendo geradas.

Nesse contexto, os anúncios que mostravam mães e bebês apresentavam tais personagens em planos fechados comunicando sensações de alegria, paz, vínculo e harmonia. Suas mensagens convergiam para uma sensação de disponibilidade materna integral, reforçando uma condição imaginária sintonizada à dedicação da Virgem Maria e ao mito do amor materno conforme teorizou Elizabeth Badinter (1985). Mensagens de proteção, conforto, carinho, cuidado e amor eram recorrentes, de modo que as marcas anunciadas adentravam a simbiose mãe-bebê, porém, as imperfeições e dificuldades cotidianas eram excluídas das cenas. Dessa forma, os contrastes entre a pureza, passividade e dedicação das grávidas e mães de bebês em comparação com o dinamismo, independência e sensualidade das mulheres não mães tornavam-se evidentes.

Quando as marcas anunciadas se dirigiam às mães de crianças maiores, uma terceira figura também era frequente. Símbolo de um modelo materno impossível, a figura da mãe-elástico aparecia, de maneira recorrente, em anúncios de produtos “perfeitos” para as mulheres darem conta de tudo o que precisavam, dentro ou fora de casa. Por fim, as figuras paternas raramente apareciam nas campanhas analisadas, indicando o quanto os trabalhos domésticos e maternos permaneciam centrados nas mulheres nas cenas publicitárias.

Após concluir a pesquisa doutoral, Maria Collier de Mendonça acompanhou a ampliação de perspectivas midiáticas associadas com a maternidade e a maternagem no cinema brasileiro e nas redes sociais digitais. Diferentemente da publicidade veiculada na mídia impressa, detectou-se que novas produções e significados estão despontando nas mídias, bem como expressando diversas experiências,

SUMÁRIO

identidades, dificuldades e ambivalências maternas. Consequentemente, o panorama midiático acerca da maternidade e maternagem tem suscitado novas questões.

Em se falando do cinema nacional, gostaríamos de mencionar o filme *Que horas ela volta?*, dirigido por Anna Muylaert (2015). O enredo conta a história de Val, trabalhadora doméstica interpretada por Regina Casé, que reside na casa dos patrões em São Paulo. De repente, sua filha Jéssica aparece para visitá-la e prestar vestibular na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. A partir disso, descortinam-se várias contradições culturais e desigualdades socioeconômicas envolvendo maternidade e maternagem na trama.

Em se falando das redes sociais digitais, a coletânea *Maternidade nas Mídias*, organizada pelas professoras Milena Freire de Oliveira-Cruz e Maria Collier de Mendonça (2021), evidencia a emergência de grupos e páginas no Facebook, perfis no Instagram, blogs maternos, canais de YouTube e fóruns de discussão on-line que estão expandindo os modos como as mães brasileiras se expressam nas mídias. Ao mesmo tempo, essas interações com as mídias estão possibilitando o compartilhamento de problemas cotidianos que afetam as mães. Dessa maneira, observa-se uma crescente circulação de mensagens sobre a cobertura jornalística de questões maternas nas redes sociais; além de manifestações artísticas, ativistas e debates on-line envolvendo o parto, a amamentação e a sobrecarga de trabalho materno, que colapsou na pandemia. Ora contraditórios, ora performáticos, os significados e discursos circulantes nas mídias atualmente abarcam

[...] desigualdades de gênero, classe e renda; sentimentos de opressão e ambivalência materna; acúmulo de trabalho materno, doméstico e remunerado; bem como, a construção de narrativas 'de resistência' nas mídias para desconstruir a romantização da maternidade. E, ainda, a recorrência de adjetivos midiaticamente atribuídos às mães 'cuidadoras', 'guerreiras', 'dedicadas', 'elásticas', 'exaustas...' ou à maternidade,

propriamente dita, 'real', 'ativa', 'compulsória' (OLIVEIRA-CRUZ; MENDONÇA, 2021, p. 12-13).

Ainda no campo das representações, a diversidade de perspectivas e a apresentação de ambivalências do ser mãe também estão presentes nas imagens produzidas no campo das Artes Visuais. Da mesma forma como nas mídias sociais, a produção artística parte de uma perspectiva em primeira pessoa, entendendo a obra de arte como um discurso que parte da autorrepresentação para dissolver a perspectiva única das representações dominantes.

ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS POR COLETIVOS DE MÃES ARTISTAS EM TORNO DE REPRESENTAÇÕES DOMINANTES

Diferentemente das representações clássicas das *Madonnas* (em sua grande maioria executada por homens), em que os corpos das mulheres mães são representados exclusivamente de modo contemplativo e complacente, as figuras maternas propostas por artistas contemporâneas, também mães, complexificam e tensionam a perspectiva de objetivação dos corpos maternos. Por elas, os corpos maternos são tratados para além da retórica religiosa, onde a maternidade deve ser um ato de doação plena e sacrifício, e de uma fonte incondicional e ilimitada de amor.

Os corpos femininos e suas representações assumem assim um discurso endógeno, proferido a partir de si e não sobre alguém outro. Essas artistas reivindicam uma percepção acurada da performance cotidiana requerida na criação de uma criança e realçam ambivalências privadas, sociais e econômicas envolvidas nessa prática. Para esses artistas, a maternidade não é uma condição particular, mas o

SUMÁRIO

próprio material de trabalho. E, aqui, a maternidade é entendida como um verbo, uma prática, uma ação que alguém exerce. Desta forma, a noção de autorrepresentação ocorre como um discurso que visa constituir uma cultura visual mais próxima da experiência vivida.


Uma das consequências decorrentes desse esforço é a formação de redes ou, mesmo, de coletivos artísticos, que visam fortalecer a visibilização em torno dessa produção artística. Ainda, considerando que o corpo da artista, mulher, mãe é o próprio intercessor da experiência do matinar, em si, muitos desses coletivos convocam o corpo como suporte central da prática artística. Esse é o caso de alguns coletivos surgidos em meio a discursos feministas, já na década de 70, e outros, cuja ocorrência tem se apresentado mais intensa no século XXI.

Nesse sentido, uma vez que estamos tratando da visibilidade pública e consequentemente da imagem social criada em torno do matinar, buscaremos então estabelecer uma ponte entre produções individuais e perspectivas coletivas da figura materna. Quais são as estratégias artísticas utilizadas por um coletivo de mães para interrogar uma instituição performativa como a maternidade? Em que sentido a performance – como categoria artística – dá origem a modos de trabalho em conjunto? Nesse âmbito, apresentaremos alguns coletivos ou redes de artistas, de diversas localidades e tempos históricos, com o objetivo de discutir suas estratégias para a construção estética e ética em torno do tema.

MOTHER ART E SUA REAÇÃO AO PRÓPRIO FEMINISMO DOMINANTE

O coletivo *Mother Art*, baseado em Los Angeles, nasceu em resposta à exclusão da maternidade em espaços feministas. As integrantes se encontraram participando do *Woman's Building*,

SUMÁRIO



um ambicioso e altamente influente centro educacional sobre arte feminista, fundado em 1973. O coletivo formou-se após uma regra ser implementada no prédio onde estavam os estúdios das artistas: cães, mas não crianças, seriam autorizados a entrar no prédio. Excluir as crianças significava excluir as mães ou, pelo menos, impor uma separação entre a maternidade e a produção artística. Como resposta, *Mother Art* construiu uma estrutura lúdica para as crianças nas instalações externas do prédio. Após uma série de retrospectivas nos anos 2000, o coletivo finalmente assumiu uma posição reconhecida dentro do cânone da produção coletiva feminista.

Segundo a historiadora de arte feminista Andrea Liss, “a mãe permaneceu um tema velado para muitas feministas que precisavam estrategicamente se distanciar de tudo que era culturalmente codificado como passivo, fraco e irracional” (2009, p. xv). Nesse sentido, o veto imposto no *Women's Building* indicava uma restrição rígida, insinuando que suas líderes não queriam que sua imagem, como intelectuais e como artistas, se fundisse com a imagem de uma cuidadora de crianças. A restrição feita em relação às crianças era um gesto radical para se distanciar do papel estigmatizado da mulher/mãe.

POLVO DE GALLINA NEGRA E SUA IRONIA TELEVISIVA

Mónica Mayer, artista mexicana, também participou durante dois anos do programa feminista no *Woman's Building*. Depois disso, ela retornou à Cidade do México onde um espírito comunitário e coletivo na arte florescia. Lá encontrou Maris Bustamante que desenvolvia ações e intervenções efêmeras e transgressoras baseadas no conceito de arte não objectual. Ambas, juntamente com Herminia Dosal (temporariamente parte do coletivo), fundaram em 1983, o *Polvo de Gallina Negra*.

SUMÁRIO

Este foi o primeiro coletivo de arte no México que conscientemente se identificou como “feminista”, um conceito de referências quase que exclusivamente norte-americanas e europeias na época. Até 1993, o grupo desenvolveu um grande número de performances questionando estereótipos em torno da mulher, da maternidade e de suas representações na mídia de massa.

O nome do coletivo destaca o humor satírico de seu trabalho: a tradução portuguesa seria *Pó de Galinha Negra*, referindo-se a um pó vendido em mercados tradicionais em algumas partes da América Latina como uma proteção contra o mau-olhado. Em um de seus encantamentos feministas, elas apelaram para o pó para protegê-las da “magia patriarcal que faz as mulheres desaparecerem”. Isto se referia à exclusão das mulheres de posições ativas na sociedade e à violência a que estamos sujeitas por sermos simplesmente mulheres.

Outro de seus projetos irônicos e que utilizava como estratégia a veiculação viabilizada por uma comunicação de massas, foi o *Madre por um dia*, de 1987, que integrava o projeto de longo prazo chamado *Madres!*. Neste último, ambas as integrantes decidiram assumir sua gravidez como um projeto artístico e constituir sua prática em torno dessa ambivalência entre Arte e Vida.

Em *Madres por um dia*, Bustamante e Mayer foram convidadas para serem entrevistadas no programa de televisão *Nuestro Mundo*, liderado por Guillermo Ochoa, jornalista de influência na época. Durante o programa, elas convidaram o anfitrião a colocar uma barriga de isopor incorporada a um avental e o nomearam “Mãe por um dia”, coroando-o como rainha do lar. A partir desse ato jocoso e irônico, elas estavam propondo uma discussão em torno da subvalorização do trabalho doméstico e materno, transgredindo os estereótipos biológicos associados à maternidade ao transformá-la humoristicamente em uma possibilidade para qualquer pessoa.

MATERNAL FANTASIES E SUAS ESTRATÉGIAS INTERGENERACIONAIS

“Como tantas mulheres...” foi uma das frases que o coletivo de 7 artistas e 10 crianças, fundado em 2018 e baseado em Berlin, *Maternal Fantasies*, utilizou como disparador para um de seus primeiros textos de autoria coletiva. A frase foi tirada de um trecho do livro de Adrienne Rich, *Of Woman Born* (1976) e revelava a necessidade do coletivo em se inserir numa história feminista, conectando-se com gerações de mães e pensadoras anteriores. Estabelecer essa conexão intergeracional, reconhecendo os percursos anteriores e subsequentes, passou a ser a motivação de formação do coletivo.

Maternal Fantasies não participou do *Woman's Building*, mas, como descrito em sua publicação recente *Re-Assembling Motherhood(s): On Radical Care and Collective Art as Feminist Practices*, elementos de suas experiências contemporâneas, como mulheres com formação universitária, predominantemente brancas e de classe mista, já estavam presentes ali. Ainda, ao contrário de tantas mulheres negras e com menos privilégios, suas integrantes não foram mortas por forças patriarcais visíveis ou invisíveis, como realçado pelo trabalho de *Polvo de Gallina Negra*. No entanto, o anseio por mudanças estruturais relacionadas ao tema configurou-se como o ponto central do coletivo, já que muitas integrantes vivem interseções de gênero, raça e classe seja através da criação de filhas de cor, ou através de modelos parentais diversificados, com parceiras e parceiros inter-raciais.

O coletivo nasceu quando as atuais membras do *Maternal Fantasies*, incluindo uma das autoras desse texto, Maicyra Leão, se reuniram para vislumbrar a criação de um coletivo de arte que viabilizasse a conjugação de ambas as funções: ser mãe e ser artista. Cada uma já havia tido experiências anteriores e variadas com o tema da maternidade no campo artístico. Ainda, a maioria era mãe recente,

SUMÁRIO

com filhos menores de cinco anos, ou não tinha filhos biológicos, mas compartilhava um interesse genuíno na relação entre o trabalho de cuidado e a prática artística.

O coletivo, considerando sua condição geopolítica – Norte Global em pleno século XXI, não tinha uma restrição direta contra a qual reagir: não havia necessidade de construir um playground ou de fazer feitiços em um programa de mídia de massa. Presumia-se que Berlim, em 2018, era um local de igualdade de gênero. No entanto, os compromissos da vida diária revelavam disparidades, mesmo em um contexto europeu com menores inequidades de gênero, em comparação com outros lugares do mundo, como no Brasil e América Latina. A dissonância entre o projetado e a realidade, entre a presunção de equidade e a invisibilidade das desigualdades, foi o que foi desafiado através das indagações éticas e estéticas enquanto coletivo.

Ao mesmo tempo, como mães recentes ou mães de primeira viagem, o grupo temia perder o contato com quem quer que tivessem sido antes de assumir seus papéis de mãe. Suas integrantes estavam se recuperando de gravidezes e experiências de nascimento enquanto processavam todos os projetos inacabados (de arte) que interromperam durante aquele período. A luta tornou-se criar estratégias para combinar criatividade, trabalho, comunidade e maternidade em uma vida contemporânea. Intuitivamente, todas elas sabiam que juntas poderia ser possível – por razões práticas, emocionais, políticas ou criativas – continuar trabalhando como artistas profissionais, cuidadoras dedicadas e mulheres complexas.

Uma das estratégias encontradas foi a integração das crianças no processo criativo. Suas integrantes não aceitaram a oposição binária entre arte x crianças, e assumiram com isso as ambivalências e desafios decorrentes. Ao decidir integrar seus filhos no processo artístico, elas também integraram a interrupção como mecanismo criativo, já a presença das crianças no cotidiano criativo requer atender a suas

SUMÁRIO

demandas urgentes como choros, quedas, conflitos, fome ou uma fralda molhada. Como Lisa Baraitser argumenta, esta “interrupção contínua forma o terreno da experiência materna contra a qual todas as outras experiências são compreendidas” (2009, p. 74).

As personalidades, os humores e a vontade ou não das crianças em participar de seus processos de criação conduzem e interferem no processo criativo deixando resíduos na obra final. Além disso, apontam para os desafios éticos surgidos em nosso trabalho. As crianças são de fato protagonistas no processo ou estamos manipulando sua participação? Como equilibrar ou se livrar de nossa própria exigência em seguir parâmetros dominantes sobre o que é a “boa” arte ou ser “boa” mãe? Esteticamente como lidar com a improvisação requerida nesse diálogo artístico com as crianças? Quem decide quais imagens comporão o corte final? As crianças podem ser autores de trabalhos artísticos? Será que as crianças se sentirão desconfortáveis observando a si mesmas quando forem mais velhas?

Ao contrário de encerrar soluções, a proposta é entender a potência criativa surgida a partir da maternagem. Esta entendida como uma prática que de fato convoca determinadas configurações de pensamento e ação, por vezes entendidas como obstáculos ao trabalho criativo e sua intensidade. Como afirma a pesquisadora Andrea Liss, “a questão é como negociar estrategicamente entre códigos de maternidade consolidados e abraçar as complexidades da maternidade vivida” (2009, p. xvii). De fato, o dilema se torna como falar das dificuldades e, ao mesmo tempo, as belezas incomparáveis da maternidade, sem que essas experiências, variadas e complexas, se transformem em clichês.

Apesar da ideia da maternidade como sendo uma experiência única, o que significa que ela supostamente seria uma ocorrência pessoal, reunir-se enquanto coletivo amplia a noção de compartilhamento e indaga a maternidade como uma instituição social (RICH, 1995). Esta instituição molda a experiência individual, que, embora diferente da experiência de muitas outras mulheres, não é singular.


ENTRE A PERSPECTIVA INDIVIDUAL E A MATERNIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A maternidade, bem como o gênero, são construções sociais. Neste sentido, por um lado a vinculação do trabalho de cuidado às mulheres reforça a sensação de sobrecarga materna devido ao acúmulo de tarefas domésticas e maternas que elas assumem solitariamente (O'REILLY, 2010). Por outro lado, essa associação também contribui para a manutenção das desigualdades de gênero e decorrente redução de progressos maternos nos estudos e no mercado de trabalho. Frente a essa realidade, a garantia e a efetividade de normas jurídicas – que assegurem direitos às mães – são importantíssimas para que possamos possibilitar a inserção, permanência e progresso das mães nas atividades acadêmicas e profissionais, de maneira a reduzir tais desigualdades.

Segundo Lucila Scavone (2001, p. 50), “o advento da modernidade e de suas conquistas tecnológicas, sobretudo no campo da contracepção, e mais recentemente da concepção, trouxe às mulheres uma maior possibilidade na escolha da maternidade e abriu espaço para criação do dilema de ser ou não ser mãe”. No entanto, “quando opta por não gerar um filho, mesmo podendo fazê-lo, a mulher segue por um caminho que vai de encontro à expectativa social”, conforme Ana Andréa Barbosa Maux e Elza Dutra (2009, p. 120). Para Scavone (2001), as mulheres seguem sendo as mais sobrecarregadas no cuidado com os filhos, o que gera o dilema sobre ser ou não mãe e as possíveis interferências que a maternidade pode trazer para a carreira profissional.

Essas interferências são também referidas por Nathalie Reis Itaboraí (2016), que refere que a redução do número de filhos e o adiamento da maternidade são fenômenos identificáveis na população feminina brasileira nos últimos anos e que a redução do tempo dedicado à maternidade resulta de maior investimento em estudo e trabalho. Outro fenômeno identificado é uma maior redução da fecundidade

SUMÁRIO



e uma maior tendência ao adiamento da maternidade entre mulheres de estratos mais altos, ao passo que mulheres de estratos mais baixos apresentam maiores índices de maternidade precoce. Verifica-se, com isso, mudanças significativas na maternidade, uma vez que as mulheres, ainda que sigam sendo sobrecarregadas no cuidado com os filhos, têm optado por tê-los em menor número e por adiar a maternidade, gerando filhos quando possuem idade mais avançada, sendo tais fenômenos mais visíveis nas mulheres de camadas mais altas que são justamente aquelas que possuem melhores oportunidades de estudo e também as que atingem melhores postos de trabalho.

Por fim, analisar gênero e maternidade faz com que seja preciso também adentrar, ainda que de forma não-exaustiva, na questão do cuidado e da divisão desigual do trabalho doméstico. Isso porque há um gênero do cuidado, podendo-se afirmar que, ainda que as famílias e seus arranjos sejam diversos, são as mulheres as principais responsáveis pelas atividades de cuidado com seres dependentes (aí incluídos filhos e também animais não-humanos domésticos) e também as mais sobrecarregadas com tarefas domésticas relativas à manutenção da organização do lar.

MATERNIDADES, ACADEMIA E DEMANDAS POR DIREITOS

Ao pensar gênero e maternidade como construções sociais, passa a ser possível também tecer um outro olhar sobre o fenômeno que pretendemos tratar a esta altura, qual seja: o das mães na academia. Como garantir o acesso e a permanência de mulheres no ensino superior e na pós-graduação, enquanto alunas, professoras e pesquisadoras? Compreende-se que as dificuldades impostas às mulheres que são mães consistem em uma desigualdade de gênero

SUMÁRIO

e possuem relação direta com a desigual divisão de tarefas domésticas e com a atribuição dos cuidados com os filhos como sendo algo da responsabilidade das mulheres. Por conta disso, a fragilidade ou até ausência de acolhimento institucional de mulheres que são mães no ambiente acadêmico pode acarretar prejuízos na carreira dessas mulheres, gerando trancamento de matrícula ou mesmo evasão, no caso de estudantes, ou o desligamento da instituição, como demissão (por vontade própria) ou despedida (por vontade da instituição), resultando, inclusive, no abandono da carreira acadêmica para algumas mulheres.

Após a realização de entrevistas com mães universitárias, Rafael de Souza Menezes *et al.* (2012) constataram que essas mulheres encontram-se frente a um dilema entre sua satisfação com a carreira e a busca por melhores condições socioeconômicas e o papel socialmente atribuído a elas de cuidado e doação à família. Estudos como o de Lorena Sousa Soares *et al.* (2017) apontam para a necessidade de políticas de apoio às mães universitárias para que possam continuar a amamentação, tão importante para a saúde dos recém-nascidos. Dessa maneira, configuram-se como importantes não apenas a possibilidade de realização de exercícios domiciliares, mas também a instalação de creches e salas de apoio ao aleitamento. Ailane Costa Vieira *et al.* (2019) identificam que políticas de assistência às mães nas instituições de ensino superior, tais como creches, são fundamentais para garantir o apoio necessário a essas mulheres, garantindo-se, dessa maneira, a conclusão do curso superior e evitando-se a evasão. Já Jaqueline Maciel Toniolo da Rosa *et al.* (2018, on-line) vão além da necessidade de acolhimento institucional, compreendendo que “excluir a criança do meio acadêmico é excluir a mãe” e que a vivência da maternidade deve ser levada em consideração no meio acadêmico e que as instituições de ensino devem estar preparadas para atender às demandas das mães universitárias.


SUMÁRIO

Pretendemos analisar sobretudo a produção de regulamentações jurídicas relativas às mulheres no meio acadêmico, sendo avaliadas regulamentações relativas a graduadas, pós-graduadas, professoras e pesquisadoras e contempladas as diferenças existentes entre instituições públicas e privadas.

Iniciando pela graduação, temos a Lei n.º 6.202/1975, que garantiu às mulheres estudantes o direito ao regime de exercícios domiciliares. Podendo requerer a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses. De acordo com o dispositivo legal, o regime pode ser prorrogado mediante atestado médico e é garantido à estudante o direito à prestação dos exames finais. Não há, contudo, maior detalhamento sobre como deve se efetivar esse direito ao regime de exercícios domiciliares. Sendo assim, muitas vezes as instituições não possuem normas internas que mencionem como deve ser atendido esse direito, limitando-se a repetir os dizeres da norma jurídica supracitada, ficando a cargo das coordenações de curso e/ou dos professores das disciplinas cursadas pela estudante nesse momento de sua vida a efetivação desse direito, sendo que as dificuldades impostas podem, por diversas vezes, levar ao trancamento da matrícula ou à evasão.

Ademais, salienta-se que a conciliação entre maternidade e educação não se limita ao previsto, que garante o regime de exercícios domiciliares, uma vez que, após o parto, outras dificuldades são impostas à essas mulheres, agora mães, se elas não têm com quem deixar seus filhos. Será que há acolhimento das instituições das mulheres que precisam levar seus filhos junto consigo para que possam frequentar as aulas? Há trocadores, salas de amamentação? Esse problema se intensifica para as que necessitam estudar no período noturno, no qual não há creches e/ou escolas disponíveis. Além disso, há instituições que possuem normas que impedem a circulação de não-estudantes dentro dos seus estabelecimentos.

SUMÁRIO




No que tange a estudantes de pós-graduação, há a Lei n.º 13.536/2017, que prevê a permissão para a prorrogação de bolsas de estudo de pelo menos 12 meses, nos casos de parto ou adoção durante a vigência da bolsa. Não pode ser concedida a prorrogação a mais de um bolsista em caso de adoção, podendo ser transmitida a cônjuge ou companheiro bolsista somente em caso de falecimento da mãe. É necessária uma comunicação formal à agência de fomento, com confirmação da coordenação do curso, especificação das datas de início e término e comprovação da gestação, do nascimento ou da adoção. Há, contudo, alguns problemas para a efetivação desse direito. Em primeiro lugar, cabe salientar que esta norma jurídica exclui alunas não-bolsistas, que são muitas, quando não a maioria, na pós-graduação. E, ainda que não haja um impedimento legal, a lei do Regime de Exercícios Domiciliares não costuma ser aplicada na pós-graduação. E, mesmo para as bolsistas em tese cobertas por essa normativa de 2017, há muitas dificuldades na implementação da prorrogação, diante da burocracia exigida. Muitas instituições afirmam não saber da existência da lei ou desconhecem os procedimentos para a concessão da prorrogação.

Por fim, no caso de bolsistas de instituições comunitárias ou privadas, os cuidados com o cumprimento dos prazos e com a redução da média do tempo de defesa, para manter ou aumentar a pontuação, também são argumentos utilizados para não se divulgar nem incentivar esta prorrogação. Além disso, para as que conseguem tal prorrogação, há relatos de desrespeito desse direito por parte de quem realiza a orientação, bem como dificuldades específicas relacionadas ao andamento de algumas pesquisas, como as que contam com experimentos em laboratório, por exemplo, que não podem parar por quatro meses, sob pena de comprometimento significativo dos resultados.

No que se refere a professoras e pesquisadoras as demandas são sobretudo relativas às considerações diferenciadas da produção,

SUMÁRIO




excluindo-se o período após o nascimento de filhas e filhos. Por exemplo, em universidades comunitárias e privadas, nas quais as funcionárias possuem vínculo celetista, há o direito a 120 dias de licença-maternidade e o direito à estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A extensão da licença para 180 dias se dá somente para funcionárias de empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã. Cabe salientar também que nessas instituições geralmente as férias são coletivas, não sendo possível juntar férias e licença-maternidade. Já nas universidades públicas, nas quais o vínculo é estatutário, há o direito à licença-maternidade de 180 dias e é possível, mediante autorização, cumular férias e licença-maternidade. Verifica-se, portanto, que o tempo de licença é bastante restrito, sobretudo nas instituições comunitárias e privadas.

Há também outros problemas envolvendo o retorno ao trabalho. Para mulheres que amamentam, existem várias dificuldades por conta da ausência em muitas instituições de locais adequados para se tirar o leite e o armazenar. Creches não atendem à demanda ou são inexistentes em algumas instituições. Por fim, ocorre um aumento do número de desligamentos de professoras de universidades comunitárias e privadas, seja por conta das dificuldades para conciliar os horários e assumir turmas na graduação, para quem atua neste nível, seja, sobretudo, pela redução da produção, para quem atua na pós-graduação.

No que se refere especificamente às pesquisadoras, existe a previsão de prorrogação por um ano da bolsa de produtividade do CNPq e tem sido crescente a adoção de critérios especiais para mães em editais de fomento. Geralmente há a extensão de um ano no período de avaliação da produtividade para mulheres que foram mães. Recentemente, alguns Comitês de Área do CNPq adotaram o critério de extensão de prazo na avaliação da produtividade para mulheres que vão concorrer à bolsa de produtividade. No entanto, esses direitos não atendem a todas as demandas. Em primeiro lugar, o período de um ano parece ser

SUMÁRIO



pequeno, uma vez que pesquisas (Letícia MACHADO *et al.*, 2019) demonstram que é somente após o terceiro ano de vida da criança que a produtividade retoma um patamar semelhante ao anterior ao nascimento. Além disso, o impacto é sentido não apenas na confecção de artigos, mas também se reflete nas negativas de agências de fomento (muitas vezes com a justificativa da baixa produção acadêmica) e inclusive no descredenciamento como docente de programas de pós-graduação e, nas instituições comunitárias e privadas, inclusive nos desligamentos, colocando as mães em situação de desemprego. As dificuldades são sentidas, por fim, em outras áreas, como as que envolvem viagens, como idas a eventos e atividades de internacionalização.

Como conclusão, este cenário de desigualdades e dificuldades foi intensificado ainda mais com a pandemia. No que se refere à produção científica, uma pesquisa desenvolvida no Reino Unido demonstra que as mulheres têm submetido menos artigos às revistas, enquanto a produção dos homens tem aumentado (MARIE CLAIRE, 2020). De acordo com pesquisa realizada pela *Parent in Science* (Fernanda STANISCUASKI *et al.*, 2020), organização brasileira que pesquisa os impactos da maternidade na ciência, a redução de tarefas universitárias por conta da suspensão das atividades presenciais não necessariamente significa maior tempo para o trabalho e, ainda que professores e pesquisadores pais não sejam imunes aos impactos do isolamento, são geralmente as professoras e pesquisadoras mães que tem seu trabalho ainda mais afetado do que o que já era anteriormente.

É perceptível, portanto, que o meio acadêmico parece ser excludente das demandas específicas relacionadas às maternidades, o que denota que as expectativas sociais em torno da maternidade, as quais englobam os sacrifícios pelos quais as mães devem passar, parecem estar presentes também no que se refere à carreira acadêmica, nos seus mais diversos níveis. Ainda que exista alguma proteção legal, ela é sempre insuficiente. Além disso, são normas voltadas geralmente apenas

às mulheres, consagrando a demanda de cuidado com os filhos como sendo algo que caberia exclusivamente ou principalmente às mulheres.

INEQUIDADES PERPETUADAS EM TEMPOS DE PANDEMIA – VIAS DE CONCLUSÃO

Vale ressaltar que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo segundo o *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (UNDP, 2020). Possuímos problemas seríssimos quanto a “desigualdades de renda, educação, pobreza, raça, gênero; além de altos índices de violência doméstica que afetam sobretudo as mulheres e, especialmente, as mães e as crianças brasileiras” (OLIVEIRA-CRUZ; MENDONÇA, 2021, p. 13). E esses problemas só estão aumentando durante a pandemia da Covid-19.

De acordo com o IBGE, as mulheres brasileiras compõem a maioria da força de trabalho dedicada ao cuidado das crianças e idosos. Elas são responsáveis pelos serviços domésticos, de enfermagem, pedagogia, psicologia, ensino fundamental e médio (Camille PERISSÉ; Marília LOSCHI, 2019). As desigualdades de gênero e raça também perduram na academia, posto que os homens brancos ocupam a maioria dos cargos de professores titulares, chefes de departamentos e reitores universitários, como também as posições de liderança nos grupos de pesquisa e projetos científicos brasileiros (Everton BATISTA; Sabine RIGHETTI, 2017).

Para transformar este cenário, precisamos incentivar o debate sobre a maternidade e a maternagem incluindo as mídias, as artes, as universidades e toda a sociedade brasileira. As mídias massivas e sociais digitais são fundamentais para darmos visibilidade ao questionamento de tais desigualdades. A representação artística povoa o imaginário social e cultural. A academia é um dos campos de formação

SUMÁRIO


que estabelece a constituição de uma carreira profissional e, portanto, supostamente equânime.

Sem dúvida, a prevalência da cultura patriarcal sustenta desigualdades de gênero dentro e fora das residências brasileiras. De modo semelhante, os valores capitalistas e neoliberais acentuam a desvalorização socioeconômica do trabalho materno e, conseqüentemente, aumentam as dificuldades enfrentadas pelas mães brasileiras, sobretudo pelas mulheres cujas famílias sobrevivem precariamente, como as mães solo e as mulheres negras.

O novo Coronavírus é microscópico, mas a comunicação midiática está construindo uma nova paisagem imaginária e simbólica que nos preocupa. A realidade atual é permeada por uma infodemia – termo cunhado pela OPAS/OMS em 2020 – que corresponde a uma segunda epidemia de notícias falsas e desinformação. Logo, o atual contexto exige que estejamos sempre alertas. Se recentemente o ideal materno era a figura impossível da mãe-elástico; agora, temos de compreender quais negociações precisam ser feitas consigo mesmas, nossas famílias e empregadores para não nos sentirmos mães ainda mais sobrecarregadas ou simplesmente impotentes, frente à complexidade da conjuntura pandêmica (MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2020).

Ao longo do distanciamento social, nossas casas se transformaram em ambientes de estudo e trabalho, dentre outras funções. Já os telefones celulares e computadores pessoais tornaram-se os principais meios de interação com o “mundo de fora”, possibilitando o compartilhamento de informações e conhecimentos. Por meio desses dispositivos, nós estamos consumindo várias mensagens, imagens, produtos e serviços. O vírus está intensificando vulnerabilidades maternas nas esferas privadas e públicas. Convém lembrar que muitos lares brasileiros são ambientes inseguros. Além da pandemia, as mães estão enfrentando o desemprego, a violência doméstica e um verdadeiro enxame de *fake news* e desinformação (MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2020).

SUMÁRIO



Mais do que nunca nós precisamos desenvolver a literacia midiática especialmente entre as crianças e os jovens brasileiros. Em outras palavras, a capacidade de consciência crítica acerca de mensagens e imagens midiáticas, proporcionando interações ativas e conscientes. Afinal, não basta manejar bem os dispositivos tecnológicos, é preciso refletir atentamente sobre os impactos das mídias em nossas identidades e interações sociais. Para concluir, também precisamos refletir sobre a exclusão digital e a evasão escolar durante a pandemia. Mais do que nunca, o acesso à educação pública, gratuita, de qualidade e o desenvolvimento da literacia midiática precisa ser defendido por todas e todos nós.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAILER, Sascia; KALLENBERGER, Magdalena, SILVA, Maicyra Teles Leao e. **Re-Assembling Motherhood(s)**: On Radical Care and Collective Art as Feminist Practices. Eindhoven: Onomatopee, 2021.

BARAITSER, Lisa. **Maternal Encounters**: The Ethics of Interruption. Oxfordshire: Routledge, 2009.

BATISTA, Everton L.; RIGHETTI, Sabine. Mulheres já produzem metade da ciência no Brasil, diz levantamento. **Folha de São Paulo**, 8 Mar. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2017/03/1864542-mulheres-ja-produzem-metade-da-ciencia-do-brasil-diz-levantamento.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.536, de 18 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a prorrogação de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13536&ano=2017&ato=3f9UTQq5EeZpWT533>. Acesso em: 11 dez 2022.

SUMÁRIO

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6202&ano=1975&ato=0e3o3YU5UMnRVT571>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A maternidade adiada e reduzida e a infecundidade no Brasil: transformações de gênero e desigualdades de classe. **Anais Eletrônicos do VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2498/2445>. Acesso em: 27 set. 2018.

LISS, Andrea. **Feminist Art and the Maternal.** Minnesota: University of Minnesota Press, 2009.

MACHADO, Leticia Santos *et al.* **Parent in Science:** the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering, 2019. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_f53ac6eee19f454193a3ae5ef84682f4.pdf. Acesso em 30 jun. 2021.

MARIE CLAIRE. Pesquisa feita por mulheres cai durante a pandemia e produção de homens aumenta. **Marie Claire**, 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2020/05/pesquisa-feita-por-mulheres-cai-durante-pandemia-e-producao-de-homens-aumenta.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 14, n. 2, p. 113-121, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000200004&lng=en&nm=iso. Acesso em: 27 set. 2018.

MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade.** Uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. 2014. 338 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4644>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MENDONÇA, Maria Collier de; OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. The Challenges of Being a Mother and an Academic Researcher during the COVID-19 Pandemic in Brazil. **Journal of the Motherhood Initiative for**

SUMÁRIO

Research and Community Involvement, Toronto, v. 11, n. 2/ v. 12, n. 1, p. 287-308 Double Issue Fall 2020/Spring 2021. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40621>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MENEZES, Rafael de Souza *et al.* Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 20, n. 21, p. 24-47, 2012.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; MENDONÇA, Maria Collier de. **Maternidade nas Mídias**. Santa Maria: FACOS UFSM, 2021.

O'REILLY, Andrea (org.). **Twenty-first-Century Motherhood: Experience, Identity, Policy, Agency**. New York: Columbia University Press, 2010.

Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Organização Mundial da Saúde – OMS. Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris. **Fichas Informativas COVID-19 entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19** [Internet]. Brasília Organização Pan-Americana da Saúde, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PERISSÉ, Camille; LOSCHI, Marília. Trabalho de mulher. **Retratos: revista do IBGE**, p. 19-25, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/b06abac34a360666981b4b86621776f2.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

QUE horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2015. 1 DVD (112 min.).

RICH, Adrienne. **Of woman born: Motherhood as experience and institution**. New York and London: W. Norton & Company, 1995.

ROSA, Jaqueline Maciel Toniolo da *et al.* Vivências de mulheres que se tornam mães no contexto acadêmico. **Disciplinarium Scientia: Ciências da Saúde**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 161-167, 2018.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=en&nrm=is. Acesso em: 27 set. 2018.

SOARES, Lorena Sousa *et al.* Vivência de mães na conciliação entre aleitamento materno e estudos universitários. **Avances en enfermería**, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 284-292, 2017.

SUMÁRIO

STANISCUASKI, Fernanda; *et al.* Impact of Covid-19 on academic mothers. **Science**. Washington, v. 368, n. 6492, p. 724-724, 2020. Disponível em: <https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.abc2740>. Acesso em: 25 jun. 2021.

UNPD. United Nations Development Programme. Human Development Reports 2020. **Latest Human Development Index Ranking**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>. Acesso: 25 jun. 2021.

VIEIRA, Ailane Costa *et al.* Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, Belém, v. 13, n. 25, p. 532-552, jan.-abr. 2019.

9

Melina de la Barrera Ayres

Raquel de Barros Pinto Miguel

Mídia, jornalismo, gênero e feminismos: desafios e possibilidades

**Media, journalism,
gender and feminisms:
challenges and possibilities**

**Medios, periodismo,
género y feminismos:
desafíos y posibilidades**


INICIANDO A DISCUSSÃO

Há diálogos possíveis entre os feminismos e o jornalismo? É possível pensar em uma prática jornalística perpassada pela perspectiva de gênero? Que lugar as discussões sobre gênero e diversidades ocupam na formação de futuras jornalistas? Existem brechas possíveis nas práticas jornalistas pautadas em preceitos masculinistas? Que espaços ocupam as mulheres no jornalismo?

Sabemos que essas inquietações não são apenas nossas. Outras pesquisadoras vêm se debruçando sobre tais questionamentos (Constância DUARTE, 2016; Jéssica GUSTAFSON, 2019; Márcia SILVA, 2014; Paula ROCHA; Karina WOITOWICS, 2013; Rosalina LEITE, 2003, Zahidé MUZART, 2003). Buscaremos, assim, contribuir com o debate sobre a complexa relação entre mídia, jornalismo, gênero e feminismos a partir do olhar de uma jornalista e de uma psicóloga. Ambas professoras, feministas e estudiosas da interface mídia e gênero. A discussão que apresentamos neste texto apoia-se em pesquisas bibliográficas, em trabalhos realizados por pesquisadoras feministas, assim como nas investigações desenvolvidas por cada uma de nós.

O capítulo se organiza em quatro momentos/partes, na primeira apresentamos um breve debate em torno do conceito de mídia. Na segunda nos focamos no pano de fundo do atual contexto midiático, um cenário onde o meio digital vem ganhando cada vez mais espaço, construindo novas formas de se relacionar, interagir, criar e propagar informação. Neste novo contexto, a produção e a propagação de informações não são mais exclusividade de jornalistas, comunicadores e comunicadoras. Os feminismos têm se apropriado das redes sociais como plataformas para ampliar e fortalecer suas agendas. Na terceira parte, nos debruçamos sobre o fazer jornalístico no contexto atual, abordando aspectos relativos à formação destes e estas profissionais para, finalmente, propor alguns encaminhamentos à guisa de conclusão.

SUMÁRIO



Para iniciar, pensamos ser importante tecermos reflexões a respeito do conceito de mídia. Há quem se refira a ela focando em sua materialidade, trazendo como resposta veículos midiáticos, desde os mais antigos aos mais modernos, tais como: rádio, jornais, revistas, televisão, mídia digital. Há também aqueles que se referem a ela como uma entidade que perpassa nossas vidas, que tem uma ação autônoma. “A mídia disse”, “a mídia faz”, “a mídia mente”, são algumas das afirmações mais comuns. Definir a mídia não é uma tarefa simples, razão pela qual é necessário compreender o contexto no qual ela está inserida e como ela opera nos dias de hoje.

Na contemporaneidade, os movimentos de pessoas, ideias e objetos ao redor do globo ganharam proporções nunca antes imagináveis. A tecnologia tem criado condições para que os fluxos globais tomem uma dimensão extraordinária. O antropólogo indiano, Arjun Appadurai (1996), ao refletir sobre fluxos globais, parte da ideia de paisagem, e cita cinco dimensões que compõe esse fluxo: *Ethnoscapas* (paisagens étnicas e populacionais), *Technoscapas* (paisagens tecnológicas), *Financescapas* (paisagens do capital e das finanças), *Ideoscapas* (paisagens ideológicas) e *Mediascapas* (paisagens midiáticas). Cada dimensão tem influência sobre as demais e é capaz de alterar os fluxos. Neste capítulo vamos nos centrar nos *mediascapas* – paisagens midiáticas – e naquilo que comumente chamamos de mídia.

Os *mediascapas* referem-se, conforme Appadurai, tanto à distribuição das capacidades eletrônicas de produzir e disseminar imagens (jornais, revistas, estações de TV e estúdios cinematográficos), quanto às imagens do mundo produzidas por essas mídias. São as mídias as que proveem repertórios de imagens, narrativas e *ethnoscapas* para espectadores e espectadoras pelo mundo. Assim, o mundo das mercadorias e o mundo das notícias e da política estão profundamente misturados (1996).

SUMÁRIO

Os *mediascapes* são hoje essenciais para a produção de imaginários e de comunidades imaginadas desterritorializadas ao redor do globo (APPADURAI, 1996). As *mediascapes* fazem parte do cenário que configura nossas percepções de mundo e nossas subjetividades. “[...] Elas ajudam a constituir narrativas do Outro e protonarrativas de vidas possíveis”, dirá o autor (APPADURAI, 1996, p. 36).

O *ideoscape* está conformado também por concatenações de imagens, muitas vezes políticas e frequentemente ligadas às ideologias dos estados e as contraideologias dos movimentos (APPADURAI, 1996). As *ideoscapes* são, por assim dizer, paisagens ideológicas e de valores cujas formações e dinâmicas dependem diretamente das traduções e interpretações dos “mundos imaginados” das *mediascapes*. A formação das *ideoscapes* depende em grande parte de sua articulação com as *mediascapes*. Por esta razão, é tão importante compreender a dinâmica da mídia para entender como as subjetividades se constroem, transformam, fortalecem.

Normalmente, quando se fala sobre o *mediascape* se diz “a mídia”, como se ela fosse uma entidade onipresente, mas é necessário reconhecer que “a mídia” é feita por pessoas que carregam suas visões de mundo, suas vivências, suas trajetórias. A mídia responde aos contextos, aos lugares, aos tempos e, também a aqueles e aquelas que a fazem existir porque estão “dentro dela” produzindo e reproduzindo significados, ou porque a estão consumindo, negociando, compartilhando essas representações.

Nesse sentido, diálogos com preceitos da Psicologia Histórico-Cultural possibilitam a construção de uma ideia de mídia como sendo um instrumento de mediação que, ao mesmo tempo que participa do processo de constituição dos sujeitos, retrata um contexto cultural e social construído e transformado por estes sujeitos. Sendo assim, os significados veiculados pela mídia são apropriados pelos sujeitos e transformados em mediações na constituição destes. Vista dessa

SUMÁRIO

forma, a mídia passa a ser considerada um fator que contribui na construção das subjetividades (Raquel MIGUEL, 2012).

Como instrumento de mediação, a mídia pode ser vista como o outro, categoria esta fundamental para a constituição do sujeito. A relação com o outro, realizada através de signos em uma atividade humana mediada, é constituinte do próprio sujeito. O encontro com o outro possibilitará encontrar a diferença, fazendo com que o sujeito se reconheça e se constitua através da diferença, através da alteridade. Compreender a mídia como o outro pode ser útil, uma vez que os signos “comportam inexoravelmente tanto uma dimensão coletiva quanto privada, são porta vozes tanto da história social humana quanto das histórias dos sujeitos que os produzem/utilizam” (Andrea ZANELLA, 2005, p. 8).

Assim, se a mídia atua de forma intensa na produção de subjetividades, ela, por consequência, ocupa um lugar central na construção dos lugares de gênero, prescrevendo e perpetuando padrões referentes à masculinidade e feminilidade, raça/etnia, classe social, deficiência etc. Não por acaso, refletir sobre o lugar da mídia na produção de estereótipos é um tema que faz parte dos debates feministas há algumas “ondulações” (Raquel MIGUEL; Djenifer MARX; Gilmara ARNDT, 2020).

A relação entre mídia e feminismos acompanha a própria história do movimento, seja através de críticas à perpetuação de estereótipos de gênero, seja utilizando os variados veículos midiáticos como espaço de luta e militância. A imprensa feminista, historicamente, já se manifestou sob diferentes formas, desde panfletos, jornais impressos, fanzines, bem como seções, em alguns periódicos tradicionais, que abordavam questões relativas a gênero e diversidades. Autoras que se debruçam sobre esse tema apontam as várias dificuldades encontradas pelas mulheres que produziam tais meios de comunicação, desde a questão financeira até a censura moral referente aos assuntos tratados (Amelinha TELES; Rosalina Santa Cruz LEITE, 2013; Constância Lima DUARTE, 2016; Céli PINTO, 2003; Karina WOITOWICZ, 2012).

É em meio a “altos e baixos”, que a história da imprensa feminista vem sendo escrita. Atualmente tem sido possível observar a expansão de publicações que adotam perspectivas feministas: revistas online e impressas, blogs, páginas em redes sociais. Pode-se conjecturar que tal expansão esteja relacionada tanto às facilidades da circulação de material através do mundo digital, quanto devido à crescente popularização dos feminismos, mesmo que se correndo o risco de uma possível pasteurização e mercantilização do movimento (Raquel MIGUEL; Djenifer MARX; Gilmara ARNDT, 2020).

Assim, as novas tecnologias da informação e da comunicação ampliaram a possibilidade da utilização de alguns recursos das mídias tanto como espaços de debate e questionamento, como plataforma de militância feminista. No cenário atual é possível acompanhar uma expansão das discussões feministas em diferentes espaços, especialmente aqueles proporcionados pelo mundo digital.

A MÍDIA E OS FEMINISMOS HOJE: DAS REDES À FALTA DE CREDIBILIDADE DO JORNALISMO

O ano de 2013 foi um marco social, político e histórico no Brasil. Naquele ano, manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas de ônibus, logo tomaram as ruas das cidades nos quatro cantos do país com inúmeras demandas sociais. Maria Bogado (2018), ao referir-se a aquele momento, reflete sobre como as pessoas que tomaram as ruas “mostraram que podiam ter voz sem a mediação de representantes políticos” (2018, p. 27). Nesse contexto, as redes sociais eram usadas como meios de propagação de informação ancoradas no desejo de “uma democracia conectada, participativa, transparente” (2018, p. 28).

SUMÁRIO

Este contexto de ebulição é hoje reconhecido como “Primavera Feminista” (Heloisa Buarque de HOLLANDA, 2018). Em 2014 e 2015 ocorreram no país várias marchas e mobilizações que buscavam dar visibilidade às demandas das mulheres. Entre elas a “Marcha das mulheres negras” e a “Marcha das Margaridas”, os protestos “Fora, Cunha!”⁴⁴. Conforme argumenta Cristiane Costa (2018), a internet foi uma ferramenta central para estas marchas.

Referindo-se a este momento e seguindo a lógica das ondulações do feminismo (mesmo tendo consciência de que esta periodização do movimento não é unânime), há quem se arrisque a falar em uma “quarta onda”. Na esteira da “terceira onda”, que veio para apontar e denunciar a predominância de um feminismo branco, de camadas médias e heterossexual, a possível “quarta onda”, daria sequência à ideia da interseccionalidade⁴⁵. O grande diferenciador da “quarta onda” estaria nas novas formas de divulgação dos feminismos, nos novos espaços de militância. O ativismo nas redes sociais, ou o chamado ciberfeminismo, estaria à frente dessa nova ondulação. A pesquisadora Marlise MATOS (2010, p. 81), ao discutir a possibilidade desta “quarta onda” na América Latina, dá destaque aos “desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e inter-movimentos”. As redes possibilitaram uma ação autônoma, horizontal e de comunicação direta com os pares, ao mesmo tempo que permitiram dar maior amplitude aos movimentos. “[...] a demanda reprimida das vozes femininas no espaço público e seu alcance político” (COSTA, 2018, p. 45) ganhou força nas redes através de relatos onde “já não é central quem disse, mas o *quê*

44 Milhares de mulheres foram às ruas na luta contra o avanço da PL 5.069/13 na votação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), proposta pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

45 O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido pela feminista negra Kimberlé Crenshaw (1989), pensado como uma ferramenta para o entendimento de múltiplas opressões que se articulam a partir do inter cruzamento de marcadores como raça, gênero, classe, entre outros.

SUMÁRIO

e *como disse*” (COSTA, 2018, p. 48, grifos da autora), revelando testemunhos de vivências pessoais, “numa performance narrativa pública” (COSTA, 2018, p. 52).

Conforme defende Cristiane Costa, “sem as mídias sociais, sem dúvida os novos feminismos não teriam alcançado a amplitude que tiveram” (2018, p. 59). Contudo, é preciso cautela. Ao mesmo tempo que as redes permitem que qualquer pessoa possa criar e ou compartilhar conteúdo, retirando o monopólio de fala dos meios de comunicação tradicionais, é espaço para inverdades. Na internet há lugar para a civilidade e a democracia, mas também para o ódio e a intolerância. Há espaço para divulgar informações verdadeiras e mentiras. Além disso, como bem argumenta Cecília Peruzzo, a internet é “[...] arena de liberdade de expressão – individualista ou coletivista – sendo ao mesmo tempo, palco de controle das pessoas que nela se expõem ou são expostas” (2018, p. 99).

O domínio dos mecanismos do algoritmo é uma questão de imensurável importância. Ele representa a artimanha do capital e do Estado para controlar as pessoas e os grupos sociais; para satisfazer as estratégias de empresas capitalistas, de segmentos político-partidários e de forças do exercício do poder estatal (político e repressor) e negar a liberdade e autonomia dos cidadãos. Esse domínio possibilita o controle integral de tudo que é visto, buscado e feito em computadores, celulares e aparelhos similares conectados à internet (Cecília PERUZZO, 2018, p. 99).

Sem dúvidas, a internet vem modificando a forma como se lida com a informação. Os meios digitais têm sido considerados como um novo formato de espaço público (Cristiane DIAS, 2018; Raquel RECUEIRO, 2015; Pierre LEVY, 2017); um espaço para participações políticas que se dá por meio da interação, compartilhamento de informações e agrupamentos comunitários. Dessa forma, as redes sociais, a exemplo de outras plataformas que compõem a esfera digital, podem ser consideradas um importante espaço de produção de sentidos, na medida

SUMÁRIO

em que têm possibilitado novas formas de significação da realidade política, econômica e afetiva. Neste sentido, pode-se pensar que o digital é condição de produção dos processos de subjetivação hoje, produzindo uma materialidade discursiva (Cristiane DIAS, 2018).

O cenário atual possibilita que qualquer pessoa com acesso à internet possa produzir, compartilhar e disseminar informações. Há quem diga que estamos vivendo uma “infodemia” (Leila GARCIA; Eli-sete DUARTE, 2020), definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “[...] um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p. 1).

Nesse contexto de fácil acesso, divulgação e intensa circulação de informações, coberta pela sensação de liberdade de expressão, a internet esconde o controle e a proliferação de informações falsas revestidas de verdade, popularmente conhecidas como *fake news* (Gilmara ARNDT; Milena TRINDADE; Juliana SILVA; Raquel MIGUEL, 2021). Segundo Pablo Ortello e Márcio Ribeiro, “[...] A massificação do acesso à internet e a polarização do debate público criaram um ambiente propício para a difusão de conteúdos informacionais que corroboram crenças previamente aceitas por usuários que se identificam com algum dos polos do debate” (2018, p. 5). Em meio a esta profusão de informações, sejam elas falsas ou não, que lugar ocupam as e os jornalistas?

É possível conjecturar que o fortalecimento do meio digital – consequentemente, das redes sociais – provoca um duplo movimento em torno do papel do jornalismo: por um lado, geram a falsa impressão de que o trabalho jornalístico é prescindível, pois qualquer pessoa pode publicar e compartilhar informações, por outro, tornam o jornalismo central na verificação das informações e no combate às *fake news*.

Assim, o jornalismo, ao mesmo tempo que perde credibilidade, ganha relevância, não só como divulgador de informações, mas como

interlocutor, verificador. Se faz cada vez mais necessária a produção jornalística, fundamentalmente aquela comprometida com a justiça social, que se apoia no conceito de cidadania.

Distante de uma visão inocente sobre o jornalismo em particular e a mídia em geral, apoia-se a crítica muitas vezes reiterada pelos movimentos feministas, de que as mídias tradicionais estiveram historicamente associadas ao poder dominante e opressor (masculino, branco, heteronormativo) e a reprodução de estereótipos. Entretanto, acreditamos que é possível estabelecer diálogos com o jornalismo, em busca de divulgar novos valores, pensamentos e formas de ser e viver. Em consonância com o que defende Áurea Silva, acredita-se que é cada vez mais necessário

[...] narrar histórias que mostrem a diversidade da sociedade, com exemplos capazes de inspirar e fortalecer a cidadania ativa. Seu papel de interesse público é contribuir para uma reflexão crítica sobre a realidade, o que inclui visibilizar mais mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTI, quilombolas, entre outros grupos não hegemônicos, e adotar práticas afirmativas em seus processos de produção e gestão (2019, p. 17).

Contudo, estão os e as jornalistas preparados e preparadas as para desempenhar esta tarefa?

OS (NÃO) LUGARES DOS DEBATES SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADES NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL DE JORNALISTAS

Informar e informar-se são processos básicos para a sociabilidade. Dentro do espectro das diversas produções do *midiascape*, o jornalismo trabalha com a informação, elabora produtos referenciais (relacionados a um lugar e contexto histórico-espacial específico)

SUMÁRIO

e atuais (se ancoram no tempo presente). O jornalismo é um processo social contínuo e permanente de mediação entre os fatos e as pessoas. Suas produções visam construir um relato, uma narrativa sobre a realidade e dialogar com ela. Conforme destacam Márcia Veiga da Silva e Virginia Fonseca

[...] o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes que orientam a (e se orientam na) cultura. A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. Sua função 'educativa' se traduz, sobretudo, pela necessidade de 'explicar' o mundo sempre baseado na 'verdade' e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados. O jornalismo, assim, se reflete num conhecimento social e cultural que ensina ao mesmo tempo que constrói realidades (2011, p. 185).

O jornalismo tem sido, nos últimos anos, o foco central das críticas dentro do *midiascape*. No contexto de efervescência das redes sociais e da possibilidade de a sociedade como um todo comunicar-se sem necessidade de mediação, o jornalismo viu (e ainda vê) seu papel social questionado, sua credibilidade abalada, sua forma de proceder e representar a realidade questionada.

Em uma pesquisa publicada em setembro de 2021 o Instituto Reuters for the Study of Journalism, da Universidade de Oxford, divulgou o trabalho desenvolvido no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e Índia, onde mediu a confiança do público em relação às notícias e aos órgãos de imprensa. No Brasil a investigação foi realizada em parceria com o Instituto Datafolha e contou com a participação de oito mil pessoas. De acordo com a pesquisa, os ataques ao jornalismo são feitos por "geradores de opinião que expressam ativamente sua desconfiança e desdém pela mídia e suas muitas deficiências, tanto reais quanto percebidas, especialmente nas redes sociais" (REUTERS INSTITUTE, 2021, on-line, tradução nossa).

SUMÁRIO

Em um contexto de excesso de informações e de polarização, não é de se estranhar que a pesquisa citada traga a seguinte afirmação:

A mídia está no centro de discussões públicas frequentemente intensas sobre como as sociedades em geral – e as notícias especificamente – lidam com questões importantes e às vezes polarizadoras, incluindo a pandemia, mas também de forma mais ampla a emergência climática, políticos populistas, injustiça racial, outras desigualdades sociais e muito mais (REUTERS INSTITUTE, 2021, on-line, tradução nossa).


Oculto entre “outras desigualdades sociais”, certamente podem citar-se as questões relacionadas a gênero, diversidades e feminismos. Em torno delas tecem-se as principais discussões e desacordos sobre as representações e narrativas jornalísticas.

Partindo deste contexto, e para poder compreender o modo como o jornalismo se refere ao gênero, aos feminismos e diversidades, faz-se necessário observar o que ocorre nas redações jornalísticas e refletir sobre as dinâmicas internas do processo de produção jornalística.

Mas quem produz jornalismo no Brasil? O jornalismo brasileiro é produzido majoritariamente por mulheres, jovens e brancas. É o que revelou a pesquisa realizada em 2012, pelos professores Samuel Lima e Jacks Mick, com 4.183 jornalistas brasileiros. Da amostra pesquisada 63,7% das profissionais são mulheres; destas, 69% têm até 30 anos.

Voltando seu olhar para essas mulheres, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e a Gênero e Número (2018) desenvolveram uma investigação sobre o trabalho das jornalistas nas redações. A pesquisa realizou grupos focais com 42 jornalistas de Porto Alegre, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro e aplicou um questionário on-line a 477 mulheres que trabalhavam em 271 veículos distintos. Dos resultados alcançados destaca-se que 92,3% das jornalistas participantes da pesquisa ouviram piadas machistas no seu ambiente de trabalho; 83,6% já sofreram algum tipo de violência psicológica nas

SUMÁRIO



redações; 75,3% admitiram ter ouvido, durante o trabalho, comentários e ou elogios a sua aparência ou roupas, o que as deixou desconfortáveis. A pesquisa apontou ainda que 65,7% revelaram ter tido sua competência questionada por colegas ou superiores, pelo fato de serem mulheres. “Uma em cada 10 jornalistas já receberam, no exercício da profissão, propostas ou demandas por favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material” (ABRAJI, GÊNERO e NÚMERO, 2017, on-line). Estas situações ocorrem dentro das redações, dentro dos meios jornalísticos, mas as jornalistas convivem igualmente com o preconceito e o machismo de suas fontes e da sociedade em geral. Não são raros os relatos de jornalistas que têm seu trabalho desacreditado por serem mulheres.

Um exemplo recente desta realidade são os ataques sofridos pela jornalista Patrícia Campos Mello. Em seu livro *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*, publicado em 2020, Patrícia relata os ataques que sofreu, e vem sofrendo, sendo alvo de sucessivas campanhas de difamação e de intimidação que, segundo ela, podem ser vistas como novas formas de censura. Tais ataques carregam, predominantemente, teor misógino e machista. Neles é comum referirem-se a ela como uma prostituta que faz qualquer coisa por uma informação. Patrícia diz saber que não é a primeira mulher, e nem a única, a passar por tal situação, afirmando que “No Brasil, estamos descobrindo que ser mulher e jornalista nos transforma em alvos” (Patrícia MELLO, 2020, p. 78).

Portanto, embora as mulheres sejam maioria nas redações, o gênero do jornalismo é masculino, conforme destacou a pesquisadora Márcia Veiga da Silva (2014). Esta foi uma das conclusões da pesquisa sobre as concepções de gênero de jornalistas e a forma como elas atravessam a produção das notícias, contribuindo para a reprodução e manutenção de padrões de desigualdade. A pesquisadora realizou uma observação em um programa de telejornalismo na cidade de Porto

SUMÁRIO

Alegre. “As concepções de gênero estavam presentes na idealização das matérias, bem como permeavam as escolhas dos repórteres que iriam realizá-las” (SILVA, 2014, p. 216). Silva ressalta que as escolhas se equiparavam à normatividade social vigente, a heteronormatividade.

Outra pesquisa que reforça este entendimento foi realizada pelas jornalistas e pesquisadoras Ingrid Assis, Karla Freire e Melina Ayres, que analisaram a cobertura e o silenciamento das demandas da comunidade LGBTQIA+ em telejornais do Maranhão (quarto estado com maior registro de denúncias de violência contra a população LGBTQIA+, de acordo com o Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012). A pesquisa teve como amostra as edições diárias dos três principais telejornais da *TV Mirante*, o veículo de maior alcance no estado, ao longo de 2015 e 2018, totalizando 3.549 edições. A análise evidenciou que

[...] existem lacunas profundas na cobertura jornalística, se considerarmos a visibilização desta comunidade. Em matérias do cotidiano e de comportamento não aparecem casais homoafetivos ou homens e mulheres trans, bissexuais, intersexuais, assexuais. Mesmo na cobertura de crimes de ódio ou violência, ou não é dada a devida importância, ou o pertencimento à comunidade LGBTQIA+ é ocultado, seja por decisão da equipe jornalística, pela polícia ou a pedido da família da vítima (ASSIS; AYRES; FREIRE, 2021, p. 16).

As pesquisadoras concluíram que “[...] o silenciamento de fatos relativo à comunidade LGBTQIA+ coloca em evidência uma violência simbólica, que é tão problemática quanto a efetivação física da mesma” (ASSIS; AYRES; FREIRE, 2021, p. 17).

Embora o cenário possa parecer desalentador, é importante dizer que tanto no Brasil como no mundo há meios jornalísticos trabalhando a partir de uma perspectiva cuidadosa e respeitosa das múltiplas diversidades, o *Portal Catarinas* (<https://catarinas.info/>), o site *Nós Mulheres da Periferia* (<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>), a revista *AzMina*

SUMÁRIO

(<https://azmina.com.br/>), são alguns exemplos. Mas sabemos que é preciso mais e entendemos que como caminho de mudança se faz necessário pensar na formação dos e das jornalistas e em seu preparo tanto para levar adiante pautas relacionadas a gênero e diversidades, como para refletir e fortalecer as relações de trabalho e pessoais das mulheres jornalistas dentro das redações.

Antes de avançar sobre esta questão é preciso esclarecer que, no Brasil, a formação universitária não é obrigatória para o exercício da profissão desde 2009. Entretanto, de acordo com o Ministério da Educação, em 2017, havia 385 Cursos de Jornalismo registrados e em atividade. Todavia, a pesquisa realizada por Lima e Mick (2012), revelou que 98,1% dos jornalistas em atuação fizeram algum curso superior, sendo que 91,7% cursaram jornalismo. Ou seja, apesar do diploma não ser obrigatório, uma grande maioria procura formação.

Entende-se que o processo formativo é o momento e o espaço ideal para acolher e fomentar debates a respeito de gênero e diversidade em qualquer graduação, pois “a universidade é um campo fértil para o desenvolvimento de ideias e de práticas sociais transformadoras” (Morgani GUZZO; Cristina WOLFF, 2017, p. 222). Todavia, acredita-se que esta formação é ainda mais relevante nas graduações de Comunicação social e Jornalismo, pois estes e estas profissionais dialogam, criam, recriam e reforçam representações sociais sobre a realidade. A comunicação em geral e o jornalismo em particular são práticas sociais, culturais e de poder.

Procurando entender o cenário da formação dos jornalistas no Brasil, tendo em vista as novas Diretrizes Curriculares Nacionais que obrigavam os Cursos de Jornalismo a reajustar seus Projetos Político Pedagógicos até 2015, Melina Ayres (2018), desenvolveu uma pesquisa onde analisou a inclusão das questões de gênero e diversidades nos currículos de dez instituições públicas e privadas das cinco regiões do país. A investigação partia do pressuposto de que o currículo é

SUMÁRIO

“um território político” (Tomás Tadeu da SILVA, 2002, p. 148), pois é através dele que “[...] se distribui capital cultural, ferramentas para a reflexão e ação sobre a realidade” (SILVA, 2002, p. 148). A investigação revelou que, naquele momento, unicamente dois cursos de Jornalismo de instituições públicas federais incluíam em seus currículos disciplinas optativas que tinham por objetivo apresentar estas discussões: na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) constava *Comunicação e relações de gênero*, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a disciplina *Jornalismo e Gênero*.

Em investigação posterior a pesquisadora debruçou-se sobre a proposta pedagógica da disciplina *Jornalismo e Gênero*, ofertada na UFSC desde 2016 ao longo de cinco semestres como optativa, até ser incorporada à grade obrigatória no primeiro semestre de 2020, quando passou a denominar-se *Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero*, pela necessidade de modificação de código para matrículas. O objetivo do trabalho era analisar como estava sendo realizado o debate de gênero e diversidades na disciplina e qual(quais) era(eram) os impactos dessa discussão para os e as estudantes e para o curso. Para tanto, foram analisados os documentos da disciplina, tais como os planos de ensino de todas as ofertas, as listas de frequência, e foram entrevistadas as docentes e ao menos um ou uma estudante matriculada na disciplina em cada oferta (AYRES, 2021).

Ao analisar os dados de matrícula algumas questões chamaram a atenção: primeiro a demanda reprimida. Na primeira oferta da disciplina em 2016.1 houve 43 matriculados. De acordo com o professor Carlos Locatelli, que ministrou a disciplina naquele semestre, o pré-requisito de que os e as estudantes tivessem cursado até a quarta fase foi o que limitou a matrícula, pois havia mais de 60 interessados. Este dado reforça a compreensão não só do interesse, mas da necessidade deste debate nas graduações de jornalismo. Em segundo lugar, destaca-se que, enquanto a disciplina foi ofertada como optativa (nos

SUMÁRIO

semestres 2016.1, 2017.1, 2018.1, 2018.2, 2019.1) as estudantes mulheres eram maioria. Em entrevista, a professora Fernanda Nascimento (que ministrou a disciplina nos semestres 2018.1, 2018.2 e 2019.1), afirmou “Um grande desafio ainda é trazer os homens cis, hétero, que são sempre poucos, mas sempre tem um ou dois” (informação verbal⁴⁶). Esta situação se viu parcialmente alterada uma vez que a disciplina passou a integrar a grade obrigatória em 2020.1, contudo, assim como acontece no mercado de trabalho, nas salas de aula do Curso de Jornalismo da UFSC a maior parte das estudantes são mulheres.

A pesquisa revelou os impactos positivos e propositivos da inclusão da disciplina *Jornalismo e Gênero* na graduação de Jornalismo da UFSC, entre eles destaca-se que: as discussões realizadas começaram a fazer-se presentes também em outras disciplinas, produções de matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos do curso. São diversos os relatos de trabalhos com um olhar especial para as questões de gênero e diversidades, desenvolvidos em disciplinas teóricas e práticas, assim como nos Trabalhos de Conclusão de Curso. Ao analisar os resumos dos TCCs de 2010 a 2020, é possível verificar a evolução da abordagem das questões de gênero e diversidades, a cada semestre. Os debates estimularam, igualmente, a criação de projetos de extensão que tiveram grande adesão dos e das estudantes do Curso, entre eles: *Leitura de Jornalismo e Gênero* realizado no segundo semestre de 2019, coordenado pelas professoras Melina Ayres e Fernanda Nascimento, que propunha encontros quinzenais para a discussão de textos de referência na área dos estudos de gênero e análise de produções midiáticas; e o projeto *Donas do Placar*, coordenado pelas professoras Leslie Chaves e Fernanda Nascimento, que reuniu uma equipe inteiramente feminina para a transmissão dos jogos da Copa do Mundo Feminino de 2019.

Assim, as discussões sobre gênero e diversidade amplificaram o olhar dos e das graduandas a respeito do fazer jornalístico,

46 Entrevista cedida a Melina Ayres, Florianópolis, 03/07/2019.

SUMÁRIO

tornando-as mais conscientes de seu papel social. Incorporar estas discussões no Curso de Jornalismo da UFSC não só contribuiu para que as produções contemplassem as diversidades, permitiu que estudantes refletissem sobre suas relações de trabalho dentro e fora das redações, como fortaleceu a perspectiva do Jornalismo como defensor dos Direitos Humanos. Ao propor um fazer jornalístico que acolhe as diferenças, o Curso de Jornalismo da UFSC está formando profissionais que refletem não somente sobre a importância de uma imprensa livre, mas responsável, comprometida com a mudança social.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Assim como Joana Maria Pedro e Karina Woitowicz acreditamos que “[...] a mídia ocupa um papel central na resistência às múltiplas formas de opressão” (2010, p. 3), razão pela qual os debates a respeito da relação entre mídia, jornalismo, gênero e feminismos são sempre tão candentes e atuais.

Hoje, as redes abriram a possibilidade de democratização da divulgação de informações, histórias e vivências. Jornalistas e meios de comunicação tradicionais não têm mais o monopólio desse poder. Uma publicação de uma mulher em sua casa, pode alcançar milhares de pessoas e gerar inúmeras reflexões e, por que não, mudanças. Afinal o individual, o privado, também é político. E assim é possível desconstruir e reconstruir novos sentidos e os movimentos feministas têm sabido aproveitar este espaço, amplificando suas agendas.

Contudo, de mãos dadas a essa possibilidade de alcance ilimitado, está o outro lado das redes sociais. É uma ilusão pensar que esse espaço é livre, aberto, gratuito. Ali age, com muita força o mercado, o interesse econômico. Ali há espaço também para a desinformação

SUMÁRIO

e o ódio. Neste ponto, cabe ressaltar a importância do debate a respeito da exclusão digital (Bernardo SORJ, 2003). Lembrando que o combate a tal exclusão não diz respeito, apenas, à promoção de acesso a computadores e à internet, ela abrange, também, a realização de ações voltadas à formação de leitores e leitoras críticas. Leitores/as que saibam como e onde navegar no mar de informações disponíveis na web, verificar as fontes, produzir informações e compartilhá-las com responsabilidade e segurança.

Se há menos de dez anos festejávamos o digital como plural, hoje temos que estar atentos para o fato de que na rede também há espaço para o antidemocrático. Neste contexto, é preciso reconhecer a importância do jornalismo em suas múltiplas formas – desde o hegemônico ao alternativo, do massivo ao regional e comunitário – na defesa e manutenção da democracia e no fortalecimento de agenda como a dos feminismos. Dessa forma, destacamos, mais uma vez, a necessidade de que o trabalho jornalístico esteja alinhado ao respeito às diversidades e à defesa dos direitos humanos. Para tanto, conforme mostramos neste capítulo, se faz crucial a formação de jornalistas em diálogo com as questões de gênero e feministas, capaz de encontrar nas fissuras a possibilidade de construir uma prática ética e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABRAJI, GÊNERO e NÚMERO. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em: 16 maio 2021.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARNDT, Gilmara Joana; TRINDADE, Milena; ALVES, Juliana; MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda toma... vacina? **Revista de Psicologia Política**, [S. l.,] v. 21, p. 608-626, 2021.

SUMÁRIO

ASSIS, Ingrid Pereira de; AYRES, Melina de la Barrera; FREIRE, Karla Cristina Ferro. O silenciamento da comunidade LGBTQIA+ no telejornalismo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 18, p. 01-23, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75175>. Acesso em: 2 dez. 2021.

AYRES, Melina de la Barrera. Gênero e Jornalismo: do ensino às páginas do jornal. *In*: MEDITSCH, Eduardo; AYRES, Melina de la Barrera; BETTI, Juliana Gobbi; BARCELOS, Marcelo. **O ensino de Jornalismo sob as novas Diretrizes**. Miradas sobre projetos em implantação. Florianópolis: Insular, 2018, p. 79-96.

AYRES, Melina de la Barrera. O debate urge! As graduações em Jornalismo e a formação sob a perspectiva de gênero e diversidade. **Anais Fazendo Gênero 12**, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613514893_ARQUIVO_790883408715963aff4dd2e524bfd157.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

BOGADO, Maria. Rua. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 23-42.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Disponível em https://reporterbrasil.org.br/documentos/DH_relatorio_2012.pdf Acesso em: 20 jan. 2020.

COSTA, Cristiane. Rede. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 43-60.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, [S. l.], n. 1, p. 139-167, 1989.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil – Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FONSECA, Virginia Pradelina; SILVA, Márcia Veiga da. A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Revista Verso e Reverso**, São Leopoldo, XXV, v. 60, p. 183-192, set/dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/versoereverso/article/view/1845>. Acesso em: 14 out. 2021.

SUMÁRIO

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia Serviço de Saúde**, v. 29, n. 4, p. 1-4, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400019>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Mobilizações feministas e LGBT+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC. In: CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janaine Gomes da; BRISTOT, Lidia Schneider (org.). **Histórias de gênero**. São Paulo: Vernona, 2017, p. 195-224.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 324-341, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721>. Acesso em: 14 out. 2021.

LEVY, Pierre. A esfera pública do século XXI. In: FELICE, Massimo Di. *et al.* (org.). **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus, 2017, p. 29-37.

LIMA, Samuel; MICK, Jaques. **Perfil do jornalista brasileiro** – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. Os cuidados de si e os cuidados do outro: lugares de gênero na publicidade da revista Capricho (décadas de 1950-1960). **Projeto História**, [S. l.], v. 45, p. 219-242, 2012.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto; MARX, Djenifer; ARNDT, Gilmar Joanol. Surfando na onda digital: Feminismos em rede no Brasil. **Revista ex aequo**, [S. l.], v. 2, p. 119-134, 2020. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/feminismos-em-rede-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SUMÁRIO

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013/8720>. Acesso em: 14 out. 2021.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16&isAllowed=y. Acesso em: 20 jan. 2022.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. Polarização e desinformação online no Brasil. **Análise**, [S. l.], v. 44, p. 3-8, 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

PEDRO, Joana Maria, WOITOWICZ, Karina Janz. Feminismo e ativismo midiático. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9**, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278288079_ARQUIVO_FazendoGenero2010.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

PERUZZO, Cecilia Krohling. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 77-100, set/dez 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/142473/149821>. Acesso em: 7 set. 2021.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

RECUERO, Raquel. Discutindo análise de conteúdo como método: o #diadaconsciêncianegra no Twitter. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. 56, n. 2, p. 289-309, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641480>. Acesso em: 7 set. 2021.

REUTERS INSTITUTE. **Overcoming indifference: what attitudes towards news tell us about building trust**. 9 set. 2021. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/overcoming-indifference-what-attitudes-towards-news-tell-us-about-building-trust>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. Representações de Gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SUMÁRIO

SILVA, Áurea Carolina de Freitas. Comunicar e politizar as relações pelo fim das desigualdades. *In*: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. **Desigualdades, gênero e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019, p. 17-19.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modo de produção de notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Márcia Veiga da; FONSECA, Virginia Prafelina da Silveira. A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre as produções de notícias. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 60, p. 183-182, set.-dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2011.25.60.05>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 2, p. 1-18, 2012.

ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 99-104, 2005.



10

Soraya Barreto Januário

Feminismo de mercado e publicidade no cenário brasileiro

Commodity Feminism and Advertising
in the Brazilian Scenario

Feminismo de mercado y publicidad
en el escenario brasileño


INTRODUÇÃO⁴⁷

Questões relativas à mulher na publicidade, embora recorrentemente presentes no debate acadêmico (Iara BELELI, 2007), estão longe de serem esgotadas. Apesar de estudos abordarem, sob os mais diversos olhares, algumas perspectivas sobre a mulher, suas representações na mídia e o processo de construção de sua imagem objetificada e hipersexualizada, ainda assim, podemos encontrar lacunas epistemológicas nesse objeto de estudo tão rico e hoje difundido nas mais diversas áreas de conhecimento. Uma das abordagens possíveis para esse objeto é a sua perspectiva pelas lentes da chamada cultura do consumo. Muito embora já realizada em alguns âmbitos (Rachel MORENO, 2008), as consequências desse processo nas relações da sociedade contemporânea na qual nos inserimos, é fluida e multifacetada. Especialmente imersas num debate tão atual no conglomerado midiático a despeito das bandeiras dos feminismos em “peças publicitárias que sugerem uma ‘Primavera Feminista’ que estaria elevando as mulheres, mais uma vez, ao *status* de sujeito político” (Soraya Barreto JANUÁRIO; Ana VELOSO, 2017, p. 175) e agente de consumo.

Néstor Canclini (1995) defende que quando escolhemos bens de consumo e nos apropriamos deles acabamos por definir o que consideramos importante e valioso publicamente para os demais atores sociais. Esses processos e comportamentos são uma das formas genuínas de nos integramos e, ao mesmo tempo, nos distinguirmos em sociedade. É pertinente lembrar que a cidadania não se centra apenas nos direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais, é também, associada às práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e distinção social (Pierre BOURDIEU, 2007).

47 Trechos referentes ao debate teórico traçado neste artigo foram previamente publicados pela autora no artigo intitulado *Feminismo de mercado: um mapeamento do debate entre feminismos e consumo* (2021), no periódico *Cadernos Pagu*. Todavia, toda a análise e discussão empírica possui total ineditismo.

SUMÁRIO



A publicidade acompanha as mudanças em diversos âmbitos sociais, bem como o debate sobre pautas feministas vem ganhando visibilidade, especialmente nos produtos e discursos voltados para mulheres. O processo de (des)construção de gênero está em constante mudança e os conceitos de masculinidade e feminilidade sendo ressignificados (JANUÁRIO, 2016), rompendo com as visões e comportamentos hegemônicos. Com o aumento do poder de compra e consumo das mulheres, a publicidade “descobriu” e teve que moldar novas formas e perspectivas para se comunicar e vender para o público feminino diferenciado. Como efeito, a nova tendência do mercado visa corresponder às novas exigências por parte das consumidoras.

Os anos de 2015 e 2016 foram considerados os anos do “empoderamento feminino” (JANUÁRIO; VELOSO, 2017). Com a crescente utilização do empoderamento feminino (Ana LIMA, 2016) na publicidade, levantam-se questões acerca da legitimidade e das preocupações éticas das marcas no que toca à igualdade de gênero, pano de fundo das premissas que defendem em suas campanhas.

O termo que vem sendo corriqueiramente utilizado para definir esse novo fazer na encenação publicitária é o *fervertising*. O termo resulta da junção de “feminino” – ou feminismo – e “propaganda”, em inglês. A expressão passou a ser difundida por Samantha Skey, chefe de vendas da *SheKnows* (plataforma de mídia para mulheres), após análise no Adweek⁴⁸ em 2014. Os apontamentos finais do painel indicaram que as empresas estão dirigindo seus esforços e investimentos em abordagens diferenciadas, como forma de se aproximar do público feminino, buscando a identificação desse público com as peças criadas. De acordo com a *SheKnows Media*, essa estratégia se baseia na ideia de que a publicidade pode capacitar as mulheres, na mesma medida em que vende produtos.

48 A Adweek é uma publicação semanal sobre comércio, negócio e publicidade dos Estados Unidos da América, e organizou um painel de discussão dedicado ao tema do *fervertising*, Samantha Skey foi moderadora nesse painel.

SUMÁRIO


O *Femvertising* é uma tendência crescente do Marketing, e vem sendo utilizada por grandes marcas como Avon, Dove, Always, Pantene, dentre outras, que usam pautas feministas em suas estratégias publicitárias. Por outro lado, no âmbito dos estudos de gênero, existem correntes que debatem essa nova narrativa de forma cética (Angela MCROBBIE, 2004; 2009). E que interpretam essas tentativas abarcadas pela transformação do feminismo em mercadoria (Robert GOLDMAN; Deborah HEATH, Sharon SMITH, 1991).

A preocupação no cerne da militância feminista é sobre o uso esvaziado das pautas do movimento visando apenas o retorno financeiro. Sugere-se que esse uso do feminismo possa prejudicar o movimento, e que o empoderamento feminino transmitido é sem sentido e vazio. Todavia, pretendemos estabelecer também, por outro lado, tensionamentos nos resultados desses discursos em longo prazo, no qual a publicidade poderia também contribuir no âmago desse debate. Pretendemos refletir sobre o uso dos discursos feministas pela publicidade abarcada pela revisão bibliográfica do termo cunhado por Robert Goldman, Debora Heath e Sharon Smith (1991), *Commodity feminism*, que traduzimos para feminismo de mercadoria. Aproveitamos nesse momento, para corrigir a autoria do termo que foi publicada equivocada em nosso trabalho anterior sobre o tema (JANUÁRIO, 2021).

FEMVERTISING E FEMINISMO DE MERCADO: ENCONTROS E DESENCONTROS

É possível afirmar que o fenômeno do *femvertising* está associado a uma lógica mercantilista, que visa atender ou incitar o consumo de bens associados a ideais, potencialmente, dos feminismos. Nota-se o caráter propulsor da cultura de consumo por meio de discursos contemporâneos e que seguem a tendência legitimada pela

SUMÁRIO



sociedade. É pertinente pontuar que entendemos por cultura de consumo, assumindo enquanto escopo, as relações dinâmicas que decorrem entre as ações dos consumidores, o mercado e os significados culturais de cada sociedade (Eric ARNOULD; Craig THOMPSON, 2005). Ao compreendermos a cultura de consumo no cerne dessas relações sociais no qual a cultura, os recursos sociais e materiais, bem como estilos de vida e práticas simbólicas são mediados pelo mercado sendo os consumidores agentes ativos de um sistema que interliga produtos a simbologias. Don Slater (2002) afirma que a cultura do consumo surge em meados do século XVIII, concebida como uma expressão de diferenciação social, tida como uma cultura progressista e que atendia aos ideais de modernidade.

Os processos associados à cultura de consumo na contemporaneidade dialogam com esse debate e se somam as reflexões de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015) que defendem que vivemos um “capitalismo artista” numa “era transestética”. A proposta apresentada pelos autores argumenta que estamos abarcados numa estrutura e numa cultura de consumo que apela à estética, ao belo, às emoções e aos valores sociais, a fim de nos levar a consumir mais. Seja por nos identificarmos com o produto, ou com ideais, causas e valores. Os autores ainda argumentam que quanto mais esses signos estéticos estejam presentes nas diversas esferas da vida cotidiana, mais a realidade do mundo pode ser fragmentada e compartimentada. Numa busca pela satisfação via consumo desenfreado, efêmero e superficial. Valores estes que parecem estar perpassando também o debate em torno dos feminismos. Nessa ideia de um feminismo empacotado e pronto para consumo através de produtos das mais diferentes esferas.

É inegável que as pautas e valores dos feminismos têm chegado a mais mulheres e têm feito parte de um agendamento midiático constante. Se por um lado percebemos a lógica perversa por trás do sistema neoliberal, que esvazia debates políticos de importância,

SUMÁRIO

como é o caso das pautas feministas, as transformando em mercadoria associada a esse capitalismo transestético. Não podemos deixar de vislumbrar o outro lado, ao compreendermos que a mídia possui um caráter pedagógico (Guacira LOURO, 2008) e funciona também como um dispositivo pedagógico que “tem significado dar conta, de alguma forma, dessas relações entre cultura, sujeito e sociedade” (Rose FISHER, 2002, p. 159). É possível sugerir que o fenômeno pode ser positivo? É sobre essas convergências e divergências que pretendemos dialogar e mapear.

De fato, há muitas contribuições positivas. Mas temos que considerar o debate feminista associado ao consumo como algo muito mais profundo do que as ideias apresentadas sob o rótulo do *femvertising* (2015). Apenas o conceito, ao nosso ver, não dá conta da apresentação de uma perspectiva de mudança de cenário social mais amplo. A proposta dialoga com a superfície, com uma parte da comunicação estratégica das marcas e empresas que pode ser moldada de acordo com as interações sociais e as lógicas de mercado. Com efeito, acreditamos que é raso dizer que o *femvertising* contempla um novo cenário para a mulher nas representações midiáticas comerciais. Cabe ressaltar que nós, inclusive, já fomos entusiastas da estratégia em questão. Dessa forma, é pertinente reforçar que a publicidade corresponde a uma certa externalidade no pensamento mercadológico, a filosofia empresarial por trás da gestão de uma marca é mais profunda e diversa. E deve ser considerada para estabelecer que a peça publicitária tem, realmente, proposta de um discurso de mudança e emancipação.

Elisa Becker-Herby (2016) ao discorrer sobre *femvertising* considerou cinco pilares para verificar essa estratégia: (1) Diversidade feminina: mulheres e meninas são mais propensas a se identificarem com anúncios publicitários que tragam mulheres e meninas “reais” e não só supermodelos; (2) Mensagens inerentemente pró-feministas: mensagens poderosas, inspiradoras e predominantemente inclusivas.


SUMÁRIO

Normalmente, a publicidade lança mão de um discurso que quase sempre parte da perspectiva de que a mulher é imperfeita e o produto é a chave para corrigir as imperfeições. No *femvertising*, a mensagem deve reforçar que a mulher pode ser como ela é e como ela quiser; (3) Desafiar as percepções do que uma mulher/menina deveria ser: excluir os estereótipos associados ao gênero feminino, como a dona de casa que só cuida do marido e dos filhos, e também a mulher com corpo escultural que é objeto de desejo dos homens; (4) Desprezar a sexualidade como argumento publicitário: o corpo deve ser utilizado de forma correta, sem associá-lo à questão do desejo do homem. Se vai expor o corpo da mulher que seja de uma forma relevante e apropriada; (5) Retratar a mulher de forma autêntica: relacionado a todos os aspectos da comunicação da marca. Não só em relação ao anúncio publicitário mostrando mulheres reais como também na causa pró-feminismo como um todo.

Mary Douglas e Baron Isherwood (2006) argumentam que uma racionalidade sociológica move o consumo. A autora e o autor compreendem o consumo como atividade cultural fundamental na organização social. Dessa forma, os sistemas de valores culturais na contemporaneidade, mudaram de tal forma que os marcadores identitários tradicionais perderam espaço para o consumo enquanto marcador central na compreensão da personalidade e individualidade. Dessa forma, a lógica de produção e consumo estariam pautadas na atomização do mercado, isto é, na diminuição da presença do estado e na supervalorização do indivíduo como o responsável pelo seu próprio sucesso. Como é o exemplo dos discursos em torno da ideia de empoderamento feminino.

E é neste contexto que a publicidade investe suas estratégias, através de discursos e peças publicitárias que revestem os produtos e serviços de valores e atitudes ligados ao sujeito. Entendemos a publicidade enquanto um processo comunicacional que influi numa prática social, que influencia o comportamento e modos de vida dos indivíduos

SUMÁRIO



na contemporaneidade e opera também enquanto agente pedagógico (LOURO, 2008). Essa reflexão dialoga também com a proposta do capitalismo transtético (LIPOVETSKY; SERROY, 2015) no qual, como explicado, a estetização funciona como estratégica de sobrevivência. Esse processo de embelezamento que os feminismos têm passado numa proposta mais *mainstream* e de popularização parece ter se tornado uma útil ferramenta para a ação, a análise, e ainda, a crítica de uma realidade na qual as empresas e marcas são protagonistas. Em um tempo no qual o consumo é especialmente caracterizado pelas narrativas e propostas efêmeras, pela obsolescência programada de bens de consumo e pela espetacularização das relações econômico, políticas e sociais.

Goldman, Heath, Smith (1991) publicaram o artigo *Commodity feminism* no qual apresentam o conceito enunciado já no título. Apesar de apresentado nos anos 1990, o termo não foi debatido no âmbito dos estudos de gênero e midiáticos no Brasil. Os autores argumentam que o feminismo foi “adotado” pela indústria da Publicidade, que a transformou em *commodity* em resposta a crescente crítica feminista, durante os anos 1980, pela mídia e a Publicidade. Em contraponto a esta afirmação do autor, Mirian Catterall, Pauline Maclaran e Lorna Stevens (2000) afirmam que os mercados, bem como a publicidade, sempre tiveram proximidade com todas as ondas do movimento feminista. Importa dizer que as ondas foram designadas e separadas em períodos históricos datados pela movimentação de mulheres que se organizaram, ao longo da história, de maneiras distintas e diversas em momentos igualmente diversos. Cronologicamente houve acúmulos de reivindicações, pautas e conquistas separadas no que conhecemos por ondas feministas.

Catterall, Maclaran e Stevens defendem que já na primeira onda do movimento, com as sufragistas, o marketing era visto como uma força positiva no auxílio da divulgação das ideias e campanhas, por exemplo, com encontros marcados em grandes lojas de departamento da época. Já o feminismo de segunda onda foi fortemente influenciado

SUMÁRIO

por discursos antimarketing e mercado, sob a influência de textos de importância para o movimento, como é exemplo a *Mística Feminina* de Betty Friedan (1963), dentre outras.

Cynthia Hamlin e Gabriel Peters (2018, p. 171) afirmam que esse encontro entre os feminismos e a Publicidade “foram mais contenciosas entre os anos 1960 e 1980, período que caracteriza a segunda onda do movimento”. Já sobre o feminismo de terceira onda, a autora afirma que foi descortinada e a ideia de feminismos plurais, para além da sua relação com sistemas de opressão distintos, como raça/etnia, gênero, classe. Os autores ponderam ainda que a revolução foi cooptada pelo mercado e argumentam que “nos anos [19]90, o capitalismo, sob o disfarce do marketing pós-moderno, descobriu muitas novas oportunidades de mercado ao responder à celebração de diferença que a virada cultural trouxe” (CATTERALL; MACLARAN; STEVENS, 2020, p. 16).

Goldman reflete ainda que a Publicidade e as estratégias mercadológicas, aparentemente de causas, associadas às ideias feministas nasceram como uma tentativa de incorporar o poder cultural e as ideias do feminismo à Publicidade, ao mesmo tempo que domestica a crítica do próprio movimento feminista ao mercado. Para o autor foi uma forma de apaziguar o descontentamento das mulheres com as imagens de mulheres magras, jovens e hipersexualizadas.

O autor realizou um estudo sobre a propaganda dos anos 1980 e a relação do uso do feminismo e seus valores para os propósitos do Marketing que transformaram um movimento político e social em mais uma tendência. Ao usar a pauta feminista como valor social que pode ser comprado junto com um produto que simula a independência feminina, os objetivos sociais do feminismo são transformados em “estilos de vida” para consumidoras. Cabe ressaltar que as narrativas encontradas pelo autor na época estudada se distanciam um pouco da realidade que encontramos hoje na representação feminina na Publicidade, mas o debate em torno do uso dos feminismos, a nosso ver, está

SUMÁRIO


preservado. Nesse sentido, Goldman enxerga como um falso feminismo, empacotado para agradar e se adequar ao mercado. Um feminismo palatável, de fácil assimilação, mas pobre crítica e politicamente.

McRobbie (2009) defende que essa narrativa midiática reproduz formas mais “toleráveis” de representações de teor emancipatório e progressista, que são empreendidas, de forma geral, pelos feminismos perpetrados especialmente para a juventude. A autora corrobora com Goldman quando afirma que ideias atreladas ao empoderamento feminino têm sido ofertadas às mulheres “como uma espécie de substituto à política e transformação feminista” (HAMLIN; PETERS, 2018, p. 182). Por isso se faz pertinente compreender o cerne do conceito de feminismo de mercadoria.

A acepção do conceito de feminismo de mercadoria foi realizada por Goldman, Heath e Smith sob o termo “fetichismo da mercadoria” cunhado por Karl Marx na obra *O Capital*, publicada em 1867. Karl Marx (2005) conceitua o fetichismo da mercadoria enquanto o caráter que os produtos possuem, dentro do sistema capitalista, de ocultar as relações sociais de exploração do trabalho, sedimentando-se, por conseguinte, em toda a sociedade. No cerne dessas relações sociais a obtenção do lucro fica por parte de quem detém os meios de produção, nesse caso, as marcas e anunciantes associados à publicidade. Para Marx, o fetichismo é uma relação social entre pessoas mediada por produtos, coisas e objetos. Como resposta desse processo temos a sensação de uma relação direta com os produtos e não entre as pessoas. Atrelado a esse conceito temos a forte crítica do movimento e teorias feministas ao capitalismo, sua lógica de produção, especialmente no que diz respeito à distribuição desigual do poder de trabalho.

É possível perceber essa lógica nas reorganizações e performances das marcas no qual os signos são mobilizados para instaurar essas narrativas contemporâneas que retiram o produto de seu uso factual para processos elaborados de ressignificação com a prática

SUMÁRIO




social. O mercado, igualmente, tenta homogeneizar essas mulheres. Ao fomentar a quebra do ciclo histórico da representação da mulher abarcada pela misoginia, o processo de uso de valores feministas surge como uma tardia, porém necessária, releitura dos discursos circulantes da publicidade e do Marketing, observando que as velhas performances de gênero (Judith BUTLER, 2008) não funcionarão com a nova geração de mulheres. Com a efervescência das novas tecnologias de comunicação e o intenso uso da internet e suas ferramentas, os feminismos ganharam um aliado no processo de informação, o *ciberativismo* (Fábio MALINI; Henrique ANTOUN, 2013) como vem sendo chamado o ativismo nas plataformas digitais.

A mola propulsora dessas novas prerrogativas nas estratégias publicitárias foi abarcada pelo discurso do empoderamento. O termo significa, de forma sucinta, dar poder. Os processos de empoderamento estão ligados a concepção e socialização das relações de poder em sistemas participativos em distintas áreas de atuação social, cultural e política. A palavra vem sendo amplamente utilizada em diferentes campos de saber. O termo ganhou notoriedade social na égide do movimento de luta dos direitos das mulheres, LGBTQIA+ e igualitários, debatidos no âmbito acadêmico, e ganhando grande visibilidade no agendamento midiático e nas estratégias de ativismo de marcas, no qual os consumidores são convidados a defender valores e princípios juntamente com uma marca, agregando valor ao DNA da mesma (Margot GUTIÉRREZ; Edith LEWIS, 1999).

O empoderamento feminino vem sendo debatido como processo de libertação das mulheres das amarras, invisibilidades e silenciamentos promovidos pela opressão de gênero e dominação masculina (GUTIÉRREZ; LEWIS, 1999). É pertinente ressaltar que nos parece evidente que as narrativas do feminismo de mercadoria transmitidas através de veículos linguísticos e imagéticos, construídos para dar conta de uma nova estratégia do marketing, são excludentes e incipientes

SUMÁRIO



no que compreendemos por uma visibilidade de feminismos mais interseccionais (CRENSHAW, 2017), com uma proposta teórico metodológica que permite dar luz ao debate em torno das relações sociais de poder e os contextos em que se produzem as desigualdades sociais e de poder entre os gêneros, bem como, as assimetrias socialmente situadas construídas ao longo da história e da multiplicidade de sujeitos.

O fomento de um uso consciente e diverso pela publicidade ou pelo mercado junto às pautas feministas é certamente complexo, faz-se necessário atentar para algumas questões que ultrapassam a publicidade e observam toda a lógica de mercado, da produção à veiculação. Com os formatos híbridos de estratégias de mercado e ferramentas transmidiáticas (Anne, ZEISER, 2015), observar apenas a publicidade, ao nosso ver, limita uma análise mais ampla do fenômeno. Com efeito, vamos preferir o uso do termo feminismo de mercadoria como percepção e linha teórica a seguir.

Dessa forma nos questionamos, quais são as narrativas feministas que surgem na publicidade brasileira quando adotam a perspectiva elencada pelo feminismo de mercadoria?

No âmbito do Observatório de Mídia: gênero, democracia e direitos humanos – OBMIDIA/UFPE⁴⁹ desde 2014 a publicidade no mercado brasileiro é monitorada diariamente. De 2015 até 2020, foram catalogadas 123 peças publicitárias com as premissas do feminismo de mercado veiculadas nas televisões nacionais e nas páginas da rede social digital YouTube das marcas em questão. A amostra foi de conveniência e coletou as peças veiculadas nacionalmente que debateram a temática atrelada a ideia de empoderamento feminino, associada as premissas de um feminismo de mercado. O método utilizado foi a análise

49 O observatório monitora, cataloga e analisa a mídia noticiosa e publicitária nacional na perspectiva dos estudos de gênero e feminismos aplicada a metodologia de leitura crítica da mídia (KELLNER; SHARE, 2008) e categoriza por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Site do projeto de pesquisa e extensão disponível em: <http://www.obmidia.org/>.

SUMÁRIO

do conteúdo (BARDIN, 1979) para identificar padrões temáticos. O material coletado foi submetido à leitura flutuante, fase em que surgem as primeiras impressões. Em seguida, foram selecionadas as unidades de análise com ênfase qualitativa e quantitativa. Foram encontradas sete categorias preponderantes: (1) A beleza; (2) Independência financeira feminina; (3) Liberdade; (4) Igualdade de Direitos; (5) Ruptura de paradigmas sociais; (6) Reposicionamento; (7) Mulheres invisíveis.


A primeira categoria dialoga com o questionamento da ideia de beleza, fazendo um breve resumo do início mais evidente dessa perspectiva no Brasil. A marca Dove foi pioneira ao lançar, ainda em 2005, a “Campanha pela Real Beleza”⁵⁰, com uma mensagem sensível e antevendo essas novas propostas de discurso mais humano e paritário na publicidade, inicia o questionamento em torno da ideia da ditadura da beleza (MORENO, 2008). Questionando a padronização excessiva de modelos de corpos dominantes e inviabilidade da beleza perfeita, para os motes do Brasil, a campanha ainda possuía uma forte perspectiva atrelada a uma beleza eurocentrada, isto é, presença majoritária de mulheres brancas. Mas a campanha inicia o debate em torno de outras belezas possíveis, a beleza real, chamando as mulheres para um olhar mais carinhoso consigo mesmas na ideia de maior autoaceitação (Nita MCKINLEY, 2004). Em 2015, fortemente demarcada pela ideia do *femvertising*, a campanha da marca de absorventes, Always, e a célebre campanha “Like a Girl”⁵¹, causou grande impacto e debates no meio publicitário. O pioneirismo de algumas marcas internacionais como Dove e Always incentivou que outras marcas trilhassem o mesmo caminho, e no âmbito brasileiro não foi diferente.

As primeiras marcas brasileiras a consolidarem presença nesse discurso estão ligadas a produtos e serviços do segmento de

50 Campanha Dove Real Beleza. Disponível em: <https://www.dove.com/br/historias-Dove/campanhas/real-beauty-sketches.html>. Acesso em: 13 abr. 2010.

51 Campanha Always Like a girl. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UfcTuQ-fHKE0>. Acesso em: 7 dez. 2022.

SUMÁRIO



cosméticos e beleza, marcas com forte desempenho mercadológico junto a consumidoras mulheres. Nesse âmbito, a segunda categoria que encontramos é a independência financeira. A marca brasileira Avon, por exemplo, divulgou em 2015 uma peça no qual se declarava apoiadora e incentivadora da independência financeira das mulheres, intitulada “Independência é o destino. Avon faz a jornada” que contou com o manifesto “#Belezaquefazsentido”⁵². Com forte aceção a ideia de empreendedorismo feminino (Eva JONATHAN; Taissa da SILVA, 2007), focada em mulheres da classe média e periferia. Com o intuito de promover o empoderamento feminino através de suas colaboradoras/revendedoras, com intenção de fomentar o debate em torno da relevância da independência financeira no mercado informal. Sendo o Brasil um país demarcado por profundas desigualdades no qual as mulheres são a principal parcela da população atrelada ao mercado informal e precarizado. Visando dialogar com esse público de mulheres que precisam trabalhar de forma mais informal ou gostariam de complementar a renda, essas marcas encontraram um nicho de mercado. Além de ser consumidora, essas mulheres passam a promover a marca e se tornam colaboradoras/vendedoras de seus produtos, numa proposta que fomenta a beleza associada à ideia de independência e empoderamento. Vale ressaltar que a empresa vem realizando ações, treinamentos e campanhas que sugerem uma preocupação real com a perspectiva social e o impacto financeiro na vida dessas mulheres.

Com efeito, ao observarmos o denominado setor informal o compreendemos como “um conjunto de formas de organização da produção que ocupam um lugar intersticial na economia, que operam ‘juntas’ com as formas propriamente capitalistas, mas não fazem parte delas” (Leslie BELOQUE, 2007, p. 28). O Brasil e o mundo já vinham em um processo de precarização do trabalho, seja na perda de direitos trabalhistas, seja na chamada “uberização” do trabalho

52 Manifesto Beleza que faz sentido Avon. Disponível em: <https://youtu.be/U8--mzOPVxo>. Acesso em: 02 jan. 2016.


SUMÁRIO

(David FRANCO; Deise FERRAZ, 2019, p. 844-856) que consiste em um formato de trabalho sob demanda, com a precarização das condições de trabalho, exploração da mão de obra por grandes conglomerados de empresas, que concentram o mercado junto às plataformas digitais e comércio eletrônico.

Quando observamos no mundo do trabalho informal, é pertinente refletir que, segundo a ONU Mulheres (2020), 54% das mulheres na América Latina tiram seu sustento desse setor. Com efeito, elas estão mais sujeitas aos impactos econômicos da pandemia do coronavírus. Já o IBGE (2019) observa que 41,3% da população tira sua renda do trabalho informal. Sob a ótica do marcador de gênero, o trabalho informal sobe um pouco da média geral e representa 42% do emprego feminino, já o trabalho masculino representa menos da metade, 20%. Outro ponto importante a destacar é que 47,8% do corpo de trabalho informal feminino são de mulheres negras.

A terceira categoria diz respeito ao que chamamos de liberdade. A representação da mulher pautada na ideia de liberdade e poder de escolha. Exemplo dessa categoria é a campanha da marca de cosméticos brasileira Quem disse Berenice: “É pra mim” (2015). O mote da campanha é que a vida das mulheres tem não demais. Com o debate em torno das oportunidades e espaços negados para as mulheres. A campanha desafia antigos padrões de comportamentos femininos, e propõe que as mulheres não aceitem os “não” socialmente impostos por sua condição de mulher. Várias personagens do vídeo riscam o “não” de frases como “Maquiagem não é para mim”; “batom vermelho não é pra mim”; “comprar camisinha não é pra mim” e “Pagar as contas não é para mim”. Com mulheres diversas, o que mostra a preocupação da marca com a representatividade, a consumidora é convidada a refletir sobre o empoderamento feminino, lutas e conquistas. Outra campanha da mesma marca é a campanha “Pode!”. O uso imperativo e repetitivo da afirmação “Pode” durante toda a peça, denota uma

SUMÁRIO



ideia de aconselhamento (João CARRASCOZA, 1999) decorrentes de um discurso persuasivo, a marca contextualiza e reafirma a ideia de que ser livre é lidar com a diversidade de desejos, saberes, corpos etc. Com a questão “Quem disse que você não pode escolher o que é melhor para você?”, o discurso dialoga com a ideia de ser o que se quer, indo ao encontro da quebra de paradigmas socialmente estruturados de beleza hegemônica e comportamento.

A quarta categoria se relaciona com a busca pela igualdade de direitos e equanimidade social. Trata da equivalência de espaço, opinião e oportunidades. Para essa representação encaixa-se a peça “Derrubar rótulos: Igualdade na política” do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (2016). A campanha visava a inclusão, participação e poder de decisão da mulher na política brasileira. Somado a isso, as peças buscaram desmistificar da ideia de que a mulher não compreende de espaços construídos com o ideário social ligado ao masculino, como é exemplo o futebol ou as engenharias. Uma das peças relata o ato de pilotar avião/pilotar o fogão, em referência da mulher ter sido sempre relacionada ao ambiente doméstico e a ruptura dessa falácia ao pilotar um avião. A campanha perpassa a ideia de igualdade, mas também se encaixa na categoria a seguir sobre a ruptura de paradigmas sociais institucionalizados. Em 2020 a Continental, a marca de eletrodomésticos do grupo Electrolux, usou o dia internacional da igualdade feminina, comemorado no dia 26 de agosto, para uma campanha publicitária⁵³. A campanha que contou com vídeos, pôsteres digitais e com pôsteres que foram espalhados pela cidade de São Paulo, usou frases como: “Desejo a todas as mulheres: liberdade, igualdade de oportunidades e espaços que permitem que você seja você”, “Ser mulher é ser livre para decidir o que você é quer”; “A melhor pontuadora da seleção nacional é uma mulher nordestina” (aludindo à jogadora Marta, da Seleção

53 PROMOVIEW. Continental em ação no Dia Internacional da Igualdade Feminina. Disponível em: <https://www.promoview.com.br/categoria/brand-experience/-continental-em-acao-no-dia-internacional-da-igualdade-feminina.html>. Acesso em: 7 dez. 2022

SUMÁRIO


Brasileira de Futebol, sete vezes vencedora da “bola de ouro” – prêmio que elege o melhor jogador de futebol do mundo a cada ano).

A quinta categoria é mais ampla, dialoga com as rupturas de paradigmas sociais. Como é exemplo o tema do casamento associado aos princípios do feminismo de mercado. A representação da mulher independente da imposição social do matrimônio tradicional e da vida romântica. Dialoga-se sobre a opção pelo destino conjugal ou não, desconsiderando o fator tempo e idade. Um bom exemplo é a peça publicitária da Renault (2016): “Família Sandero”. A campanha tem seu arco histórico dividido em quatro etapas que retratam a vida amorosa da personagem principal, dentro de um carro. No vídeo, após conhecer quatro candidatos amorosos, representados na história por quatro carros, o último lhe propõe casamento. A protagonista define que na verdade quer um carro só para ela, e segue a estrada dirigindo sozinha. A narrativa dialoga com o poder de escolha da mulher consumidora, rompe com a ideia de que a felicidade só se encontra ao lado de um par romântico e ainda, de que quem compra e entende de carro são os homens. Ao refutar a ideia de sucesso associada a vida amorosa a campanha move estruturas simbólicas.

Outra narrativa nessa categoria dialoga com a conquista de espaços públicos e atividades culturalmente ligadas ao universo masculino. A campanha da Buscofen (2018) “Minha dor importa⁵⁴”, que usa uma linha discursiva e frase de efeito associada aos movimentos sociais indenitários, abordou o tema da cólica feminina. Falando com seriedade do tema e dos preconceitos associados as questões de saúde íntima feminina. A campanha sofreu desdobramentos para falar da falta de oportunidades profissionais, preconceitos e credences atreladas ao fato de as mulheres menstruarem. Trouxe à tona também narrativas em torno da sexualidade feminina e promoveu debates acerca de uma ruptura de conceitos pré-estabelecidos.

54 Campanha Buscofen minha dor importa. Disponível em <https://youtu.be/v7Gme0EhEDg>. Acesso em: 03 jan. 2021.

SUMÁRIO




Ao longo do tempo outros segmentos também optaram por dialogar com as pautas feministas no Brasil, um dos exemplos mais evidentes são as propagandas de cerveja, que antes exploravam a hipersexualização e objetificação dos corpos femininos. A figura da mulher-objeto associada à mulher brasileira, seja no cenário nacional ou internacional, tem grande proeminência na retratação abusiva da mulher no Brasil. A sexta categoria corresponde ao reposicionamento, no qual marcas tentam consertar discursos e narrativas pautados em práticas sexistas e observam como tendências as premissas do feminismo de mercado. A Skol, uma das marcas de cerveja brasileira, reconhecida no cenário nacional por seus discursos e peças machistas, reconheceu suas falhas no histórico comunicativo em relação às mulheres e realizou uma campanha para redesenhar as peças mais questionadas de suas campanhas (Bárbara SACCHITIELLO, 2017). Através do projeto “Reposter”, com uma campanha que convidou seis ilustradoras para reconstruir campanhas e anúncios do passado sexista da marca, no qual os corpos femininos eram usados como chamariz para a exposição da cerveja. A ideia era que as artistas reinterpretassem a peça de forma como gostariam se ver representadas que correspondem as premissas elencadas por Becker-Herby (2016).

Por fim, a sétima categoria denominamos de mulheres invisíveis. Está ligada a discursos e narrativas de temas que ainda mantêm contornos de invisibilidades. Como são as mulheres trans e com alguma deficiência física. A abjeção (BUTLER, 2008), repulsa e preconceito que seus corpos sofrem na sociedade e no *mainstream* são fomentadas por essas campanhas. A exemplo disso, a marca brasileira Lola Cosmetics realizou a campanha “Oh Maria”⁵⁵, com a universitária Maria Clara Araújo, mulher trans e ativista no tema, considerada a primeira mulher trans a estampar uma propaganda no Brasil⁵⁶. A proposta era

55 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IJov_Mvi2UA Acesso em: 7 dez. 2022

56 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/maria-clara-araujo-a-primeira-garota-propaganda-trans-do-brasil-1913/>. Acesso em: 3 mar. 2018.

SUMÁRIO



incentivar mudanças na maneira como as mulheres trans são vistas e representadas na mídia. Segundo a diretora da marca, Dione Vasconcellos, a Lola sempre buscou abraçar a pluralidade e a diversidade femininas em suas linhas de produtos e sua comunicação, e marca buscou se posicionar com a temática dessas mulheres em suas comunicações. Visando pluralidade, quebra de estereótipos e obviamente, outros públicos consumidores.

Importa ressaltar que as campanhas mais evidentes no uso das pautas feministas em suas estratégias publicitárias são marcas posicionadas junto ao público consumidor feminino. No âmbito quantitativo a pesquisa nos demonstrou que dentre o universo de recolha, 66% das campanhas eram de marcas de cosméticos e beleza, 25% das campanhas eram de produtos atrelados a tarefas domésticas como detergentes, desinfetantes etc., o que ainda reforça e legitima como a mulher é associada ao âmbito privado/doméstico (Susan OKIN, 2008). Apenas 2% se referia a marcas com narrativas voltadas culturalmente ao público masculino como bebidas e esportes. É pertinente pontuar que as peças elencadas se adequam as premissas estabelecidas por Becker-Herby (2016), se observamos a esfera publicitária. Apenas a campanha da Lola Cosmetics apresenta em toda cadeia produtiva da campanha mulheres à frente das decisões estéticas e narrativas do fazer publicitário. No caso da Skol, houve uma mudança na diretoria de marketing da empresa assumindo o cargo uma mulher preocupada com práticas inclusivas. Há avanços e o uso dos feminismos pelo mercado parece despertar um novo fazer publicitário, novas práticas de marketing e discursos outros sobre as mulheres na sociedade. Com efeito, é imperativo que essa nova prática discursiva se amplie para setores mais generalistas e amplos da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário contemporâneo no qual a comunicação, os feminismos e as novas tecnologias vivem momentos de grande efervescência, envoltos em processos de ressignificação, é possível identificar importantes mudanças nas formas de relação entre os atores sociais, o consumo e os processos de representação midiática.

A academia garantiu ao feminismo um espaço para questionar a opressão nos mais variados campos de saber, um deles é a Comunicação. Os estereótipos e a naturalização da objetificação das mulheres, antes incontestáveis, passou a ser denunciada e questionada. Como consequência a este novo comportamento, surge uma lógica de mercado tentando dar conta de um novo cenário no âmbito da comunicação e da mídia.

Se, por um lado, encontramos o ceticismo e desconfiança desses usos e estratégias, encontramos entusiastas e correntes que exaltam a ambivalência e complexidade do tema. Acreditamos que esse seria o ponto de partida para pensar a saída de um uso superficial, raso e perigoso, para o uso das estratégias de publicitação em torno do feminismo de forma consciente e que realmente possa promover mudanças na imagem que as mulheres veem delas na mídia. Mas também de bons exemplos em espaços de liderança. Apesar de existir uma visão positivista de que “temos o poder de denunciar e questionar” tais práticas sexistas, é preciso pensar sobre o privilégio das mulheres que o podem fazer. Afinal, o acesso a determinadas ferramentas e discursos não chega para todas as mulheres. Existe uma questão de classe, assimetrias sociais, raciais e privilégios que precisam ser ponderadas nesse debate. Muito além de pensar que as estratégias se focam apenas na superficialidade externa da Publicidade e Marketing das marcas.

SUMÁRIO

Por fim, vislumbramos uma nova forma de usar a publicidade e o marketing em prol de uma popularização que pode ser positiva para a ampliação do debate dos feminismos pela mídia numa perspectiva de “destruição criativa” da lógica dominante, como pondera David Harvey (2011). Dessa forma, vislumbramos a reconstrução de uma nova forma de pensar a publicidade e as estratégias de marketing abarcadas por pautas de importância social.

Provocando debates e questionamentos em lugares onde o feminismo antes não tinha acesso, no qual há uma riquíssima multiplicidade de abordagens e intersecções de feminismos, tão diversos quanto as mulheres. Se tornou claro, na análise de conteúdo perpetrada no *corpus* descrito, as pautas feministas que mais se evidenciam nos discursos na ideia de empreendedorismo e independência, liberdade e igualdade estão nos pilares das pautas originárias do movimento e que fazem sentido até os dias atuais. O tema do uso dos feminismos pelo mercado e os impactos dessa junção estão longe de encerrar uma resposta consensual, são muitas as nuances para fomentar uma utilização consciente de causas sociais pela cultura de consumo no Brasil. É um debate que precisa de reflexões e análises de objetos mais aprofundados e do pano de fundo histórico para uma fundamentação fidedigna e realística.

REFERÊNCIAS

- ARNOULD, Eric J.; THOMPSON, Craig J. Consumer culture theory (CCT): Twenty years of research. **Journal of consumer research**, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 868-882, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. L. A. Reto; A. Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1979.
- BECKER-HERBY, Elisa. **The rise of femvertising**: Authentically reaching female consumers. 2016. 91 f. University of Minnesota. Twin Cities School of Journalism and Mass Communication, Minneapolis, 2016.

SUMÁRIO

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 193-215, 2007.

BELOQUE, Leslie Denise. **A cor do trabalho informal**. 2007. 170 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1995.

CARRASCOZA, João Anzanello. **O algo mais na publicidade brasileira dos 90: um estudo sobre a rede semântica no texto publicitário de mídia impressa**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CATTERALL, Mirian; MACLARAN, Pauline; STEVENS, Lorna. Marketing and feminisms an evolving relationship. *In*: CATTERALL, Mirian; MACLARAN, Pauline; STEVENS, Lorna. (org.). **Marketing And Feminism: Current Issues And Research**. New York: Routledge, 2000, p. 16-38.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Sobre a interseccionalidade: Escritos essenciais**. Nova York: The New Press, 2017.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Byron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luisa da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE. BR**, [S. l.], v. 17, n. SPE, p. 844-856, 2019.

GOLDMAN, Robert; HEATH, Deborah; SMITH, Sharon L. Commodity feminism. **Critical Studies in Mass Communication**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 333-351, 1991.

GUTIÉRREZ, Lorraine Margot; LEWIS, Edith Anne. **Empowering women of color**. Nova York: Columbia University Press, 1999.

SUMÁRIO

- HAMLIN, Cynthia; PETERS, Gabriel. Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S. l.], n. 103, p. 167-202, 2018.
- HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – 1º trimestre 2019**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Es, jul. 2019b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/141f5ee2291bea24dfe2e329c7fc0708.xlsx. Acesso em: 17 jul. 2020.
- JANUÁRIO, Soraya. Feminismo de mercado: um mapeamento do debate entre feminismos e consumo. **Cadernos Pagu**, n. 61, e216112, 2021.
- JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (re)construção**: gênero, corpo e publicidade. Covilhã: Livros LabCom, 2016.
- JANUÁRIO, Soraya Barreto; VELOSO, Ana. O entrelace entre Gênero e Comunicação: uma discussão contemporânea. In: DIAS, Alfrâncio *et al.* (org.). **A transversalidade de gênero na produção do conhecimento e nas políticas públicas**. Aracaju: Ed. IFS, 2017, p. 165-176.
- JONATHAN, Eva G.; SILVA, Taissa M. R. da. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 77-84, 2007.
- KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 29, p. 687-715, 2008.
- LIMA, Ana Marina Abreu de. **O Empowerment feminino na publicidade**: um estudo exploratório sobre as percepções e atitudes dos consumidores. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Marketing e Estratégia. Universidade do Minho, 2016. Disponível em <https://hdl.handle.net/1822/42207>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições** [on-line] v. 19, n. 1, p. 17-23, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SUMÁRIO

- MCKINLEY, Nita Mary. Resistindo à insatisfação corporal: Mulheres gordas que en—dossam a aceitação da gordura. **Imagem corporal**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 213-219, 2004.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Centauro Editora, 2005.
- MCROBBIE, Angela. Post-feminism and popular culture. **Feminist Media Studies**, [S. l.], v. 3, p. 255-264, 2004.
- MCROBBIE, Angela. **The Aftermath Of Feminism**: Gender, Culture And Social Change. London: Sage, 2009.
- MORENO, Rachel. **A beleza impossível**: mulher, mídia e consumo. São Paulo: Editora Ágora, 2008.
- MUKJERJEE, Roopoli; BANET-WEISER, Sarah. **Commodity Activism**: Cultural resistance in neoliberal times. New York: New York University Press, 2012.
- OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**. [online] v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.
- ONU MULHERES. 2020. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.
- SACCHITIELLO, Bárbara. Skol assume passado machista e ressalta a importância de evoluir. **Revista Meio e Mensagem** [on-line] Comunicação, 9 mar. 2017 às 12h06. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2017/03/09/skol-assume-passado-machista-e-ressalta-a-importancia-de-evoluir.html>. Acesso em: 15 mar. 2008.
- SLATER, Don. **Cultura do Consumo e Modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.
- ZEISER, Anne. **Transmedia Marketing**. From Film and TV to Games and Digital Media. London: Routledge, 2015.



11

Maria Catarina Chitolina Zanini

**Mulheres
brasileiras numa
Itália em pandemia**

**Brazilian women
in a pandemic Italy
Mujeres brasileñas
en una Italia en pandemia**

SUMÁRIO

Este capítulo⁵⁷ tem por objetivo apresentar reflexões acerca da experiência de mulheres brasileiras na Itália durante a pandemia de covid-19⁵⁸, nos anos de 2020 e 2021. A pandemia⁵⁹, que teve seu começo em março de 2020, trouxe uma série de mudanças para as populações em nível mundial, em especial quanto às mobilidades (e imobilidades), aos hábitos, cuidados e possibilidades de interações e circulação. Interferiu também nas relações sociais, devido às regras sanitárias, acarretando mudanças muito profundas no cotidiano dos indivíduos e de seus coletivos. As imobilidades se tornaram aspecto a ser observado e analisado também, ressaltando o quanto também podem fazer parte dos processos contemporâneos de uma forma mais ampliada, como já apontado por Nina Glick Schiller e Noel Salazar (2013).

A pandemia, com certeza, evidenciou as imobilidades e suas complexidades. Cada país, partindo das orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) estabeleceu regras sanitárias próprias, como políticas de *lockdown*, isolamento, distanciamento⁶⁰ e outras que interferiram na vida e rotinas de suas populações. Houve, igualmente, países que demoraram para compreender a gravidade da pandemia, trazendo, como consequência, um elevado número de contaminações

- 57 Este artigo é fruto do projeto da Bolsa Produtividade PQ2 CNPq. Agradeço imensamente ao CNPq pelo investimento em meu trabalho.
- 58 Trata-se de pandemia do vírus Sars Cov-2 que foi classificada desta forma pela OMS, em março de 2020. Segundo o Glossário Terminológico da covid-19, a mesma pode ser definida como “COVID-19 n. f. Doença causada pelo coronavírus – 2019. Como a COVID-19 é uma doença que afeta o sistema respiratório, seus sintomas estão, principalmente, relacionados a esse sistema, o que a torna semelhante, muitas vezes, a uma gripe ou resfriado (Site.esc.uol.BR). Ing. COVID-19; Ita. COVID-19. □ Síndrome respiratória aguda grave por coronavírus; doença pelo coronavírus – 2019; SARS-CoV-2”. O Glossário está disponível no endereço eletrônico: <https://covid19.lexic.com.br/index.php>.
- 59 Segundo o Glossário Terminológico da Covid-19, no verbete pandemia, há a seguinte explicação: “pandemia n. f. Disseminação de doença contagiosa que se espalha por diversos continentes, cuja transmissão se dá entre humanos e não humanos (adapt.Doc.S.MS.Br). Para o controle da pandemia de coronavírus, ficar em casa e respeitar as orientações vigentes é essencial (Doc.S.ufmg.Br). Ing. *pandemia*; Ita. *Pandemia*. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia da Covid-19 em 11 de março de 2020”. Informações disponíveis no endereço eletrônico: <https://covid19.lexic.com.br/index.php>.
- 60 No Glossário Terminológico da Covid-19, em seus verbetes, há explicações detalhadas sobre estas medidas sanitárias. Disponível em: <https://covid19.lexic.com.br/index.php>.

SUMÁRIO

e mortes. Além disso, é importante ter um olhar para as desigualdades e distintas condições de cuidado e autocuidado a que as populações puderam se permitir e usufruir, em nível público ou privado.

Há que se observar questões de classe, gênero, nacionalidades, etnicidades, raça e outras que nos apontaram para um cenário de visibilização das desigualdades em nível mundial. Observou-se, no Brasil, igualmente o quanto ideias como raça (Giralda SEYFERTH, 2007) fizeram sentido na forma como a covid-19 afetou as populações. Nem todas as pessoas puderam se proteger da mesma forma e nem tiveram informações iguais e suficientes para isso, infelizmente. Além disso, houve países em que as teses negacionistas⁶¹ sobre a pandemia atrapalharam o controle da transmissão do vírus e levaram a muitas mortes, com a circulação de novas variantes e esgotamento dos serviços de saúde. Da mesma forma lamentável, pessoas tiveram que conviver com as sequelas da doença, bem como com os traumas advindos das rupturas e perdas que a pandemia provocou.

A Itália, em especial, passou por momentos muito difíceis no ano de 2020, com a pandemia exigindo regras mais rígidas de controle de transmissão do vírus, tendo um número expressivo de mortes, impossibilitando as famílias de acompanharem seus doentes, de velarem seus mortos, gerando um cenário de tensão, medo e confinamento também.

Foi por meio do que acontecia na Itália que outros países se alertaram para a gravidade da pandemia e suas consequências caso medidas mais protetivas não fossem tomadas. Sem vacinas e nem medicações para a doença, em nível mundial, havia um cenário de aflição, insegurança, temeridade e incertezas que se fazia presente por meio das mídias. Foi nesse contexto que, no ano de 2020, realizei a primeira pesquisa de forma virtual visando conhecer os brasileiros

61 Por negacionismo se compreende os discursos, práticas e informações que procuravam desacreditar acerca da existência da pandemia e de seus riscos para a saúde pública. Tratava-se também de um ataque à ciência enquanto discurso explicativo da doença.

SUMÁRIO

que estavam enfrentando aquele momento na Itália. Em especial no tocante à mobilidade, ao isolamento, regras para convivência e cuidados sanitários para a não transmissão do vírus, a vida das mulheres brasileiras passou por inúmeras transformações e adaptações. A Itália classificou o momento pandêmico como de “emergência sanitária”, o que legitimou regras mais rígidas para as interações sociais, mobilidades e atividades em geral.

Ao todo foram realizadas duas pesquisas utilizando a ferramenta *Google Forms*⁶², uma no ano de 2020 e outra no ano de 2021. Por meio das duas pesquisas realizadas via internet com brasileiros residentes na Europa, buscou-se compreender e analisar algumas vivências experimentadas por eles durante esse período, especialmente na vida doméstica e cotidiana e no mundo do trabalho. Embora a primeira pesquisa realizada na internet, em 2020, inicialmente tenha sido mais focada nos ítalo-brasileiros⁶³ na Europa também, para fins desta publicação, fez-se um recorte com mulheres brasileiras sem cidadania na Itália e que responderam ao questionário. Idealmente o questionário aplicado via *Google Forms* nas redes sociais *Facebook*⁶⁴, *WhatsApp*⁶⁵, *Skype*⁶⁶ e via *email*⁶⁷ intencionava alcançar os ítalo-brasileiros na Europa, especialmente aqueles que já tivessem a cidadania italiana

62 Aplicativo de pesquisas da empresa Google e que está disponível gratuitamente *on-line*, no Drive (Google).

63 Por ítalo-brasileiros aqui me refiro aos descendentes de italianos nascidos no Brasil e que tiveram a cidadania italiana reconhecida juridicamente pelo estado italiano via solicitação do *jus sanguinis*. A cidadania *jus sanguinis* se baseia na ideia de sangue, de ancestralidade.

64 Rede social virtual lançada em 2004. É utilizada em vários países, possibilitando a troca de informações e de contatos numa grande amplitude. Utiliza imagens, sons vídeos e mensagens, entre outras formas de comunicação.

65 Aplicativo de comunicação gratuito criado em 2009, que possibilita chamadas de voz, imagens e troca de mensagens de texto. Amplamente usado em nível mundial também pela sua velocidade e simultaneidade.

66 Trata-se de *software*, criado em 2003, que permite vídeo chamadas, telefonemas e envio de mensagens. Tem serviços gratuitos e pagos. Após o surgimento do *WhatsApp* perdeu muitos usuários, que migraram para o novo aplicativo.

67 Correio eletrônico que permite a troca de textos, imagens, vídeos e outras formas de comunicação.

SUMÁRIO

reconhecida, brasileiros com e sem ascendência italiana, sem a cidadania italiana reconhecida também quiseram responder. Dessa forma, abriu-se uma outra possibilidade de interpretação para aquele momento da pandemia, no ano de 2020, com o recorte para mulheres brasileiras sem a cidadania italiana reconhecida e focando no questionário enviado e respondido. Trata-se de uma opção da autora para melhor poder apresentar e analisar os dados relativos a este instrumento de pesquisa específico e também porque a solicitação para responder ao questionário me surpreendeu. Havia uma intenção por parte destes brasileiros para falar sobre a pandemia, suas angústias e o que estava acontecendo na Itália. Eu também pretendia observar se a cidadania reconhecida ou não impactava a vivência da pandemia na Itália e ao acesso a serviços, tais como saúde e educação.

No ano de 2020, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, havia 4.215.800 brasileiros no exterior⁶⁸. Na Europa como um todo estavam, no mesmo ano, cerca de 1.300.525 brasileiros. Destes, na Itália, estariam 161.000 brasileiros, situados em diferentes regiões do país⁶⁹, sendo este o sexto maior destino de chegada. Em pesquisas etnográficas anteriores, eu haveria centrado meu campo no Lácio⁷⁰ e no Veneto⁷¹. Contudo, em 2020 e 2021, a pesquisa foi realizada virtualmente devido a pandemia de covid-19. Para fins deste capítulo, farei uso somente das informações que estão contidas nos questionários entregues no ano de 2020 (novembro e dezembro de 2020), com o recorte nas mulheres brasileiras sem cidadania italiana reconhecida. Dentre os questionários respondidos, as respostas das mulheres

68 Os dados estão disponíveis no endereço: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/porta-con-sular/artigos-variados/comunidade-brasileira-no-exterior-2013-estatisticas-2020>

69 Os países seriam, por ordem de procura, Estados Unidos da América, Portugal, Paraguai, Reino Unido, Japão e Itália.

70 Lácio se situa na região central da Itália. Trata-se da região na qual está situada a cidade de Roma, a capital italiana.

71 O Veneto está situado no Norte da Itália. Trata-se de uma região da qual partiram muitos dos imigrantes italianos que rumaram para o Brasil em finais do século XIX (Emílio FRANZINA, 2006).

SUMÁRIO

brasileiras sem cidadania reconhecida que pude utilizar para fins deste artigo foram 6 (as entrevistadas 24, 32, 33, 43, 46 e 57)⁷². Estas seis mulheres serão o *corpus* de análise para o presente capítulo. Alguns dos entrevistados da amostra total dos 74 questionários, possuíam cidadania reconhecida muito recentemente, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. Parte deles, inclusive, com poucos meses de reconhecimento quando do envio do formulário para as redes sociais (outubro, novembro e dezembro de 2020).

OS DESAFIOS DE UMA ETNOGRAFIA NA INTERNET

A pandemia de covid-19 trouxe muitos desafios para as pesquisas etnográficas que têm, nas interações presenciais e dialogadas, um forte elemento de produção de conhecimento acerca dos grupos e indivíduos estudados. Com as regras sanitárias estabelecendo confinamentos, isolamentos, *lockdowns* e outros regramentos visando evitar a transmissão do vírus, a possibilidade que se vislumbrou foi o recurso das redes sociais digitais para conhecer este momento de vida dos brasileiros na Itália.

Na pesquisa que realizei em 2020, obtive-se o retorno de 74 formulários (71 válidos), pelo Google Formulários. A idade dos entrevistados foi de 16 a 72 anos, sendo que, em média, 70% eram mulheres (autodeclaradas). Chamarei de entrevistados, interlocutores ou pesquisados por uma questão terminológica da Antropologia. Escolher como

72 Estes foram os números atribuídos pelo *Google Forms* para o questionário ao serem entregues respondidos. Optei por manter esta organização, pois me facilitava o acesso às informações na pasta do Formulário. Embora alguns entrevistados tenham sugerido pseudônimos, por questões de respeito à privacidade e de uniformidade na apresentação dos entrevistados, mantive o número fornecido pelo *Google Forms*.

SUMÁRIO


classificar a quem respondeu ao formulário foi uma decisão difícil, por isso o leitor encontrará no texto as múltiplas formas de nomenclatura.

Por que será que foram mais mulheres a responder? Esta era uma pergunta para a qual não obtive resposta, mas me alertou para a empatia com as questões por mim apresentadas e também para a compreensão das dificuldades e desafios que muitas estavam enfrentando, fosse em nível econômico, emocional e dos questionamentos maiores acerca do projeto migratório individual ou familiar.

Realizar a pesquisa na internet, por meio de um questionário com perguntas abertas e indagações sobre o entrevistado e também sobre como estava vivenciando a situação de pandemia no exterior, foi um desafio para mim. Desafio nada fácil, posso dizer. Uma, por questões tecnológicas, pois tive que tentar me atualizar acerca dos recursos possíveis de serem utilizadas para ter acesso às informações e também pessoais, acostumada que estava a fazer etnografia presencial, dialogada e com entrevistas sendo realizadas, quando possível, após algum processo de interação mais prolongado. E a observação participante, tão cara para nós antropólogos?

Foi uma grande surpresa para mim quando os questionários começaram a retornar em novembro de 2020 e pude observar a riqueza das respostas e das situações de vida dos brasileiros na Europa. As redes sociais alcançaram brasileiros em várias partes do mundo. Alguns que moravam na Europa antes da pandemia e naquele momento estavam em outros países também quiseram responder. Realmente, a pandemia, como eu já supunha, não estava sendo fácil, possibilitando, em muitos indivíduos, questionamentos acerca do processo migratório como um todo. Narradas nas palavras escritas dos questionários, pude observar o impacto daquele momento de formas diferenciadas, absorvidas nas rotinas e cotidiano dos entrevistados.

SUMÁRIO




Enviei o formulário com as perguntas e a explicação sucinta da pesquisa, seus objetivos e finalidades, com uma foto minha, para diversas redes virtuais de brasileiros na Europa, em diversos países. Pude, igualmente, enviar para pessoas que já haviam sido por mim entrevistadas em pesquisas anteriores que eu realizara no Brasil e na Itália. Eu pesquisei descendentes de migrantes italianos no Brasil desde 1997 e brasileiros na Itália desde 2012, o que me permitiu consolidar uma rede de interlocutores ampla e constante.

No questionário se explicava também acerca do anonimato ou a possibilidade de o entrevistado escolher um pseudônimo e que as informações seriam utilizadas para fins acadêmicos e científicos. Procurei estabelecer cuidados éticos, de responsabilidade e de conhecimento de quem eu era e o que fazia. A receptividade foi muito grande, com diversas pessoas me procurando para responder, uma vez que o questionário se dirigia mais enfaticamente para ítalo-brasileiros na Itália. Respondi às pessoas que me procuravam que podiam responder e que, posteriormente, eu faria um recorte, conforme os questionários trouxessem as informações nas respostas. Tudo isto foi um aprendizado para mim.

Fascinante também foi poder observar que o *Google Forms* já criava suas estatísticas, que nem sempre seriam possíveis de serem analisadas somente em números e que exigiam algum conhecimento de questões mais amplas, tais como migração, etnicidade, gênero, classe, entre outras. Um destes exemplos foi acerca da pergunta sobre gênero, que não fiz em pergunta fechada, mas aberta, permitindo que me fossem apresentadas formas particulares de classificação. E recebi respostas que me surpreenderam acerca da possibilidade como os indivíduos podem se autot classificar ou se sentirem classificados. Realmente, foi uma surpresa fantástica e que me mostrou *categorias nativas* que eu sequer conhecia ou que fariam sentido no Brasil.

SUMÁRIO




Surpresa semelhante também tive acerca dos pertencimentos religiosos, conjugalidade e família. Como minhas pesquisas anteriores foram majoritariamente entre descendentes de italianos nascidos no Brasil e que tiveram a cidadania italiana reconhecida pelo *jus sanguinis* (Jamile dos Santos Pereira COSTA; Maria Catarina Chitolina ZANINI, 2019; Maria Catarina Chitolina ZANINI, 2018), e que eram, em sua maioria, católicos, com casamentos monogâmicos, heterossexuais, foi uma surpresa conhecer outros arranjos⁷³ vivenciados pelos brasileiros no exterior e, em especial, na Itália, país que ainda valoriza muito o casamento monogâmico, heterossexual e formalizado coletivamente.

Por gênero, compreendo, conforme Marilyn Strathern (2006), tratar-se de uma questão relacional, que deve ser observada em seus desdobramentos contextuais, bem como uma categoria histórica, repleta de poder e configurações em suas construções (Joan SCOTT, 1990) e que deve ser observada em suas particularidades (Linda NICHOLSON, 2000), não universalizáveis (Judith BUTLER, 2013). Eu também estava, na pesquisa, aprendendo muito sobre isso por meio das respostas dos questionários. A sexualidade, que nunca fora objeto específico de análise, passou a aparecer nas respostas, com indicações de sua vinculação com os projetos migratórios.

Nas redes virtuais, solicitei aos administradores dos grupos de *Facebook* e outros aplicativos para participar dos mesmos e se eu poderia enviar o questionário por meio deles. Esse processo começou em outubro de 2020 e os primeiros questionários respondidos chegaram em novembro do mesmo ano. Foi uma experiência trabalhosa e delicada, pois dialoguei com os administradores dos grupos um a um, mas muito gratificante também, pois pude conhecer brasileiros em várias partes da Europa e também em outros continentes.

73 Por arranjo denominam-se as possibilidades de novas formatações de relacionamentos.

SUMÁRIO



Recebi, igualmente, críticas acerca do número de questões do Formulário, consideradas muitas e muito amplas, pois exigiam bastante tempo para serem respondidas. Foram-me enviadas também perguntas sobre minha pessoa, o que fazia, se trabalhava com processos de reconhecimento de cidadania, o que queria, enfim, com todas aquelas perguntas naquele momento da pandemia. Isso fez com que, no questionário aplicado no ano de 2021, eu procurasse auxílio profissional e fizesse um formulário virtual mais enxuto.

Confesso que, como antropóloga, preferia o questionário mais amplo e aberto, mas observei também que a pandemia já estava em outro momento e que os aprendizados de mais de um ano de restrições haviam exigido modificações e que também já se apresentava um cansaço em falar sobre a situação. E as pessoas já não queriam mais se expor. Observei que estavam, de alguma forma, saturadas e exaustas. Tal sentimento foi compartilhado por mim também, pois aqui no Brasil, em 2021, já havia um desânimo e uma espera angustiada pelo fim da pandemia. As vacinas para covid-19 surgiram no final de 2020 e as populações começaram a ser vacinadas desigualmente em nível mundial. No Brasil, a vacinação começou lentamente em 18 de janeiro de 2021. No segundo questionário, fiz perguntas sobre vacinação também, pois considerei que este era um evento importante na vivência da pandemia.

Pesquisar na internet é um desafio que tem sido motivo de muitas reflexões sobre o fazer etnográfico, em especial em tempos pandêmicos, quando a presencialidade e as relações face a face não se fizeram possíveis e poderiam ser consideradas desrespeitosas e perigosas do ponto de vista do contágio. Fazer etnografia no meio digital, virtual, on e off-line foi um aprendizado, especialmente para mim que não tinha uma proximidade com algumas tecnologias de informação. As leituras das experiências de pesquisadores da área (Débora LEITÃO; Laura Graziela GOMES, 2017; Christine HINE, 2004, 2011; Sarah PINK, 2012; Daniel MILLER; Don SLATER, 2004; Daniel MILLER, 2021;

SUMÁRIO

Bruno CAMPANELLA, 2015, entre outros) foram muito importantes para me sentir mais segura e confiante na possibilidade de realizar uma etnografia nestes novos termos interativos⁷⁴.

Minhas maiores preocupações eram acerca da possibilidade de me fazer compreender por meio das perguntas e também acerca das questões éticas, se eu havia sido clara, objetiva e transparente quanto a meus intentos. Ao acompanhar alguns perfis de brasileiros na Europa no *Facebook*, por exemplo, eu também me perguntava o que poderia ser ou não importante para a pesquisa, procurando respeitar a privacidade dos interlocutores. Havia muitos brasileiros trabalhando com vendas e serviços e que utilizavam a internet como ferramenta de trabalho.

Em pesquisas anteriores eu solicitara individualmente o uso de imagens ou de informações apresentadas nas redes virtuais, contudo a pesquisa, em seu sentido amplo, era presencial. Foram pessoas que eu havia conhecido primeiro nas interações face a face ou por meio das redes de descendentes de imigrantes italianos no Brasil ou de ítalo-brasileiros na Itália, feito entrevistas, e somente depois se estabeleceu a inserção das relações nas redes virtuais. E agora? Afinal, qual texto etnográfico era aquele dos formulários e como ler e interpretar o

74 As autoras Débora K. Leitão e Laura Graziela Gomes, no artigo *Etnografias em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões* (2017, p. 48) salientam que: "Questões metodológicas, mas igualmente concernentes à ética de pesquisa, se impõem diante desses cenários. Por um lado, há a problemática da efemeridade das imagens, e de como, na prática do trabalho de campo nas mídias digitais, o registro delas se dará, considerando a intencionalidade daqueles que as produziram ou as colocaram em circulação para que fossem justamente efêmeras. Por outro lado, há a questão de como se situar enquanto pesquisador em campo em ambientes públicos, de intensa e rápida circulação de conteúdo. Seguindo a tradição disciplinar, a observação participante tem sido privilegiada na maioria dos trabalhos sobre mídias digitais, em detrimento de uma observação distanciada e anônima. Uma primeira questão parece ser a de o que é, afinal de contas, em alguns desses ambientes, participar. Em ambientes como o *Facebook*, conforme discutiremos na próxima seção do artigo, participar pode incluir, dentre outras coisas, atos propiciados pela própria estrutura da plataforma, como o curtir, o comentar e o compartilhar. Noutros ambientes, participar pode significar, conforme mostramos na seção anterior, um nível de engajamento mais denso, ou mesmo existencial, no sentido de construir na plataforma uma outra e nova existência. Todavia, em ambientes que têm como característica o anonimato, o fluxo da circulação de mensagens e imagens e a efemeridade, a questão da participação pode ser menos clara".

SUMÁRIO


que me estava sendo entregue na forma escrita pelos questionários? Que etnografia era aquela? (George MARCUS; Dick CUSHMAN, 1982; Anne BEAULIEAU, 2004). Foram muitos os desafios e aprendizados.

No segundo questionário que apliquei, em 2021, pude levar um pouco dos aprendizados que tive e também, por meio das discussões que já estavam nos fóruns da Antropologia brasileira e mundial, ampliar minha capacidade de pesquisar no ambiente da Internet. Afinal, que antropóloga era eu nesse novo contexto interativo? Em que medida respostas de questionários podem me possibilitar compreender e interpretar as estruturas de significado circulantes? O que eu estava interpretando? Enfim, não foram questões epistemológicas fáceis, mas que contornei na medida em que me familiarizava com os entrevistados e seus perfis, conseguindo *enxergá-los* com certa intimidade e afinidade no momento da pandemia. Lia e relia as respostas, situava-os nas localidades em que estavam, em suas situações geracionais, de classe, estado civil, raça (quando apresentado), religiosidades, ocupações, profissões e demais informações. Enfim, fazia um “enquadramento” perigoso, mas necessário naquele momento. Sou uma antropóloga que gosta de *sentir o campo* e foi por meio da leitura e de conversas pós-questionário com alguns entrevistados que pude me situar mais sensivelmente.

A VIDA COTIDIANA QUE SE ALTERAVA

A Itália, após os acontecimentos de 2020, com as imagens impactantes divulgadas na mídia internacional, que apresentavam caminhões repletos de corpos mortos pela pandemia, com pessoas sendo enterradas longe de seus familiares, hospitais lotados e profissionais da saúde esgotados e angustiados, passava a ideia de um país em luto, perdas e gerou algum pânico. Apresentando famílias inteiras

SUMÁRIO



dilaceradas por não poderem velar seus mortos e uma doença desconhecida que fugia dos controles sanitários, antecipava o que se poderia esperar com o andamento da pandemia. Como um vírus sem controle, sem conhecimentos acerca de seu desenvolvimento em populações humanas, sem remédios ou vacinas, sem tratamentos, o que se apresentava da Itália causava temor e se colocava como um cenário que poderia acontecer em outros países. E foi o que aconteceu em todos os continentes, infelizmente.


No ano de 2020, em meio a esta situação pandêmica, houve um momento que, simbolicamente, refletiu o que a pandemia estava provocando nas pessoas em termos de inesperado e de incertezas. Naquele cenário de desconhecimento, foi realizada a bênção *Urbi et Orbi*⁷⁵ pelo Papa Francisco⁷⁶ na Praça de São Pedro, na cidade do Vaticano (Roma), em 27 de março de 2020, às 18 horas. Essa bênção causou bastante comoção em nível global, sendo transmitida ao vivo para vários países pela internet, televisões, rádios e outros meios de comunicação.

O Papa, solitário, numa praça vazia, num entardecer chuvoso e cinzento, efetuando uma antiga oração pelo fim da pandemia. Eu também a assisti, pois foi transmitida ao vivo pela televisão brasileira. Para quem teve uma educação católica como eu tive, foi difícil não se comover e compreender, do ponto de vista do momento mundial, a bênção *Urbi et orbi* e sua ritualidade como um evento delicado, extremamente relevante política e simbolicamente, não somente para os cristãos, mas para a humanidade. Estávamos sem rumo e buscando esperanças e suportes para transpor tamanho quadro de incertezas. As angústias, os medos, as perdas, os “lutos”, eram sentimentos compartilhados em nível mundial, independentemente das nacionalidades, culturas, religiosidades, grupos étnicos (Frederik BARTH, 2000) ou outras classificações.

75 Significa à cidade de Roma e ao mundo. É uma bênção que se faz em momentos rituais da liturgia católica.

76 Líder máximo da Igreja Católica em nível mundial.

SUMÁRIO



A pandemia trouxe diversas reflexões acerca da condição humana, da existência, da saúde mundial e sua interdependência entre populações para além dos Estados nacionais e suas fronteiras, bem como acerca da fragilidade dos sistemas protetivos para um vírus como o da pandemia de covid-19. Além disso, alertou para a importância da ciência, enquanto prática pública e privada, ser estimulada e responder às demandas emergenciais, como foi no caso da pandemia. De um cenário de muitas perguntas, buscas por respostas, negacionismos, pesquisas para possíveis curas e adaptabilidade para sobreviver à doença, até o ano de 2022, no qual escrevo este capítulo, pode-se dizer que a pandemia tornou visíveis mazelas históricas seculares e doloridas, como o poder do mercado, das lógicas capitalistas e segregacionistas das desigualdades mundiais. Nem todos os humanos foram considerados igualmente humanos. No Brasil também nos trouxe sequelas que serão difíceis de superar.

Observando-se que a sociedade italiana tem uma relação tensa com os processos migratórios (Maurizio AMBROSINI, 2006, 2021; Giovanna ZINCONI 2006, 2011) e com a presença de estrangeiros, pode-se pensar também, o quanto a pandemia exacerbou algumas situações conflituosas para os brasileiros (e estrangeiros) que lá estavam. As respostas aos questionários trouxeram algumas informações para pensar questões acerca da cidadania de fato e de direito e também sobre outras construções classificatórias presentes no mundo italiano, aspecto sobre os quais também tenho refletido nos últimos anos (Maria Catarina ZANINI 2013, 2014, 2018). Entrar um pouco no universo e cotidiano dos entrevistados por meio dos questionários e das informações que traziam foi um exercício de interpretação delicado que exigiu de mim a busca por uma contextualização mais ampla das informações que ali eram apresentadas em linguagem escrita. Com alguns destes entrevistados eu estabeleci contatos via *Facebook* e *WhatsApp* e com outros somente recebi os questionários. Foram interações diferenciadas e respeitadas por mim. Para preservar a identidade das brasileiras sem cidadania italiana

SUMÁRIO

reconhecida que responderam ao questionário, usarei um número para apresentá-las, como já explicado anteriormente.

A entrevistada 24 tinha 41 anos, católica, casada, com um filho, morava no Veneto e disse que a pandemia “mudou completamente a sua vida”. Alegava que teve que parar de trabalhar por conta da pandemia e que uma das maiores dificuldades foi a educação de seu filho: “Iguamente difícil, com a didática a distância meu filho passa 6 horas na frente do computador tendo aula, o que não é nada fácil”. Com relação às diferenças que observava entre Brasil e Itália, quanto aos cuidados com a população, salienta que: “Na nossa região, o Veneto, o governador é muito competente e consciente, governa o território com a atenção necessária e o cuidado à saúde dos cidadãos”. Ela afirma também que assim que puder, voltará ao Brasil para encontrar a família e que tem conversado com os parentes pela internet.

A entrevistada 32, que tinha 34 anos, era solteira e não informou a região italiana na qual estava morando em 2020. Ela ressaltou que “Aqui na Itália depende muito da região. Na minha região as regras têm sido respeitadas na maioria das vezes. O governo nacional e regional tem feito esforços para conter o vírus e proteger a população. Me sinto segura aqui”. Essa resposta esteve presente em vários dos questionários, apontando que havia uma confiança quanto às regras que estavam sendo impostas, embora estas fossem distintas dependendo das regiões italianas. Ela mudou seus hábitos, procurando permanecer mais em casa: “Evito me locomover, uso máscara ao sair, levo álcool gel na bolsa e procuro estar mais em casa”. Quanto ao contato com a família no Brasil, a entrevistada diz que falava todos os dias pelo *WhatsApp*, por meio de vídeo chamada e mensagens. Ela pretendia ficar morando na Itália, apesar das mudanças que a pandemia trouxera. Quanto à alimentação, disse que pode manter seu estilo alimentar anterior à pandemia.

A entrevistada 33, de 47 anos, casada, morava no Veneto. Não estava trabalhando durante a pandemia. Diz que o ambiente na Itália


SUMÁRIO

durante a pandemia estava “muito tenso” e que mantinha contato com sua família no Brasil, telefonando todos os dias. Respondeu que não havia alterado a alimentação durante a pandemia e que os italianos estavam “muito pessimistas” quanto aos acontecimentos. Também disse que não sentia nenhuma vantagem em estar vivendo na Itália durante a pandemia. As respostas deste questionário foram breves, não tendo informações sobre religião.

A entrevistada 43, que não informou a idade, era católica, casada e morava no Piemonte. Não estava trabalhando durante a pandemia e ressaltou que um dos hábitos que alterou naquele momento foi “Ficar em casa. Desinfetar frutas e verduras”. Com as restrições impostas pela pandemia, a rotina teve que ser vivida no interior das residências, com regras para idas ao supermercado, ao trabalho, farmácias e algumas outras necessidades. A limpeza das embalagens, das frutas e verduras foi algo que também no Brasil se tornou um hábito não imposto, mas respeitado, visando a não infecção pelo vírus. A entrevistada ressaltou também que avaliava positivamente a seriedade com que a Itália estava tratando a pandemia e que tinham “Mais respeito, cuidados”, ou seja, ela se sentia protegida. Disse que poderia, talvez, retornar ao Brasil, “pois era seu país”. Mantinha contato com a família “telefonando”, diz ela.

A entrevistada 46, 40 anos, casada, protestante, morava no Veneto quando respondeu ao questionário. Seu marido já tinha a cidadania reconhecida, mas ela ainda não, estava aguardando. Apontou que um dos aspectos positivos de estar na Itália durante a pandemia era que se acostumaram bem com a nova rotina, menos com as restrições de encontros pessoais e reuniões. Disse que a situação estava “Na verdade bem tranquila, passado aquele ajuste inicial. Temos um bom atendimento, as coisas aqui funcionam melhor”. Escreveu que a alimentação também não se alterara e que mantinha contato com a família por vídeo chamadas e *WhatsApp todo o dia*. O casal tinha filhos que estudavam na Itália e não pretendiam retornar ao Brasil

SUMÁRIO



para morar: “Porque temos acesso à saúde e educação de qualidade, quando não tínhamos no Brasil”. O acesso à educação e saúde públicas de qualidade foi ressaltado em outras entrevistas acerca da decisão em permanecer na Itália após a pandemia. Saúde e educação são aspectos que influenciam nas decisões dos projetos migratórios, sejam individuais ou familiares. E quando há filhos em idade escolar isto impacta mais ainda, sendo a educação italiana pública considerada elemento decisivo na permanência.


A entrevistada 57, 33 anos, cristã⁷⁷, casada, sem filhos, morava na região da Lombardia, no norte da Itália. Disse que depois da pandemia pretendia conhecer outros países da Europa. Objetivava, igualmente, pleitear o reconhecimento de sua cidadania italiana. Ela ressaltava que durante a pandemia a situação estava “Difícil – estressante na verdade”. Apontava, também, que uma das mudanças que ocorreu durante a pandemia se deu porque “Deixei de ir à academia; deixamos de encontrar amigos; mudou apenas cumprir todas essas novas regras”. A Itália impôs regras e sanções para quem as quebrasse, como chamados de atenção e até multas. Quanto à alimentação, ela disse que puderam manter uma alimentação natural, como tinham antes da pandemia. Sobre o contato com a família no Brasil, resalta que mantém contato pelas “Redes sociais principalmente WhatsApp. Eu e minha família somos de falar pouco”. O casal, que não tinha filhos, não pretendia retornar ao Brasil. Quanto à forma como a Itália estava enfrentando a pandemia, ressaltou que os italianos cumpriam as regras e que:

Ficamos em Quarentena por 3 meses. As coisas foram voltando e se organizando para tentar retornar porém muita coisa mudou. Muitos comércios faliram. Há dois meses as restrições voltaram, porém não a mesma regra para a Itália toda e sim cada região com a sua. Houveram muitos protestos pela a Itália. Agora, o povo já acha que está virando palhaçada.⁷⁸

77 A pergunta sobre religião era aberta no questionário. Assim, obtive muitas e diferenciadas respostas a esta pergunta.

78 Este questionário foi respondido em dezembro de 2020.

SUMÁRIO



Estes foram os seis questionários válidos respondidos por mulheres brasileiras sem cidadania reconhecida (ainda). Embora no questionário houvesse questões acerca da percepção da sociedade italiana sobre as mulheres brasileiras, não tratarei deste aspecto no presente capítulo. Contudo, considero importante ressaltar que na maioria dos questionários a questão apareceu, apontando para o incômodo com o tratamento destinado à mulher brasileira, repleto de estereótipos. Já tenho chamado a atenção para este aspecto, apontando para a racialização e sexualização da brasilidade, especialmente para as mulheres (Maria Catarina Chitolina ZANINI, 2020). Como ressaltado também por João Carlos Tedesco (2010), embora os descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil tenham a cidadania italiana reconhecida formalmente, não são tratados na vida cotidiana como italianos de fato.

Há uma distância entre o direito concedido pelo *jus sanguinis* e a forma pela qual a sociedade italiana compreende os descendentes de emigrados, se é que tem conhecimento atualizado sobre isto. Segundo dados da Embaixada italiana no Brasil⁷⁹, poder-se-ia dizer que no Brasil haveria cerca de 30 milhões de indivíduos que poderiam solicitar o reconhecimento da cidadania italiana. O tratamento dado aos brasileiros no exterior já tem sido objeto de vários estudos, o que nos aponta para a riqueza deste campo de estudo (Adriana PISTICELLI, 2008; Igor José de Renó MACHADO, 2003; Gláucia de Oliveira ASSIS, 2003; Luciana PONTES, 2004; Mariana Selister GOMES, 2013; Bernardete BESSERA, 2016; Menara Lube GUIZARDI, 2013; Maxine MARGOLIS, 1994; Hellen MARROW, 2003, entre outros). Importante observar que estas mulheres criam estratégias de resistência e busca por reconhecimento de sua alteridade, bem como agências (Sherry ORTNER, 2007) para melhor se colocar nos jogos interativos na sociedade italiana. Para além de um olhar vitimizador ou que não compreenda o sofrimento pelo qual

79 Texto disponível em: https://ambbrasil.esteri.it/ambasciata_brasilia/pt/ambasciata/news/dall-ambasciata/2020/02/sessione-solenne-alla-camera-dei.html. Discurso proferido pelo Embaixador italiano no Brasil, Francesco Azzarello, na data de 20 de fevereiro de 2020, na Câmara dos Deputados. Era o "Dia Nacional do Imigrante Italiano".

SUMÁRIO

passam estes indivíduos, há que se buscar reconhecer as dinâmicas e estratégias que os indivíduos estabelecem para suportar (ou não) tais situações, sem generalizações.

Os questionários das mulheres brasileiras sem cidadania reconhecida podem ser lidos observando aquelas que tinham família e estavam casadas e as que estavam solteiras quando responderam ao questionário. Somente a entrevistada 32 estava solteira. Observou-se que a pandemia trouxe mudanças em suas rotinas, mas que estavam procurando seguir as regras impostas pelo governo italiano para a contenção da transmissão do vírus. Aquelas mulheres que tinham filhos apontam que a rotina com crianças em idade escolar também impactava seu cotidiano, pois com as restrições colocadas às crianças tiveram que permanecer em casa, isoladas. Quanto à alimentação, que era um dos aspectos que eu queria muito conhecer, foi surpreendente observar que não houve mudanças e que foi possível manter os gostos alimentares e consumos anteriores à pandemia. Isto nos aponta que, apesar da pandemia, a produção, distribuição e consumo de alimentos se manteve normalizada na Itália. Eu esperava encontrar mais narrativas acerca da comida, contudo, entre as brasileiras sem cidadania reconhecida, as respostas foram muito breves, para minha surpresa. Nos demais questionários há narrativas muito interessantes sobre comida, saudades do Brasil e da culinária brasileira.

A religiosidade também foi algo que me fez refletir acerca dos dados que eu já tinha em minhas pesquisas presenciais na Itália desde 2012. Os questionários aqui apresentados confirmaram algo que eu já observara em campo, a predominância dos católicos e protestantes entre os brasileiros na Itália. Contudo, nos questionários mais amplos, pude conhecer outras religiosidades que não haviam aparecido ainda em minhas pesquisas, como praticantes do espiritismo e do budismo na Itália. Em minha pesquisa com descendentes de italianos no Brasil, estas religiosidades já haviam aparecido, contudo na Itália ainda não,

SUMÁRIO


ao menos publica e declaradamente para mim. Foi uma boa surpresa e algo que pretendo estudar futuramente com mais detalhe.

Quanto às questões relativas ao mundo do trabalho, os questionários aqui apresentados, das entrevistadas 24, 32, 33, 43 46 e 57 trouxeram poucas informações, somente apontavam que não estavam trabalhando naquele momento, em 2020. Uma das entrevistas tinha uma formação que no Brasil seria bem qualificada, contudo na Itália estava ainda analisando o que poderia fazer após a pandemia. Duas entrevistadas também pretendiam, em breve, ter a cidadania italiana reconhecida, o que no período da pandemia se tornou um pouco mais difícil devido às regras de isolamento. Todas as mulheres brasileiras, ao responderem ao questionário, estavam sem emprego. Como não havia perguntas acerca do companheiro e se estava trabalhando, não tenho informações para responder sobre como estavam em nível de renda e de qualidade de vida naquele momento, em 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa executada pela internet utilizando o *Google Forms* no ano de 2020, observou-se o quanto a pandemia impactou as rotinas das mulheres brasileiras na Itália, seus empregos, trabalho, sustento e também as relações sociais de um modo mais amplo. No contexto da pandemia, no ano de 2020, tiveram que alterar seus hábitos, adiar planos e buscas por empregos ou a possibilidade deles. Algumas mulheres, mesmo com condições econômicas favoráveis, enfrentaram a impossibilidade de retornar ao Brasil por restrições de saúde pública e das regras sanitárias que exigiam imobilidade e restrições quanto às possibilidades de contágio e de transmissão do vírus. Assim, naquele momento, temos que observar que a imobilidade e seus desdobramentos também afetaram a vida cotidiana das mulheres

SUMÁRIO



brasileiras e também em sua saúde (física, emocional e mental) e bem-estar. O *estar em casa* de forma impositiva e abrir mão de rotinas e de sociabilidades ampliadas foi algo que afetou suas capacidades de enfrentamento da pandemia de uma forma mais positiva. Nesse sentido, pode-se salientar que a pandemia afetou de forma diferenciada as mulheres brasileiras na Itália, mas que, em algum sentido e de alguma forma, afetou a todas, indistintamente.

No ano de 2020 quando a Itália enfrentou uma situação tensa com perdas de vidas e de insegurança sanitária, apontando que o cenário da pandemia estava “fora de controle”, a ambientação com as regras de isolamento tiveram que ser aprendidas, seguidas e sentidas. E havia sanções para quem não as cumprisse. Naquele momento, houve reflexões acerca dos projetos migratórios e os sentidos de algumas escolhas em suas existências, tendo um vírus desconhecido arrebatando vidas e com as interações públicas limitadas ou impossibilitadas. O sentimento de distância e isolamento das mulheres sem vínculos familiares na Itália foi mais sentido, independentemente de classe social ou geração. Embora a maioria das entrevistadas apresentadas neste capítulo tivessem família na Itália (marido e/ou filhos), a menção ao isolamento e à solidão foi algo constante. Aquelas que já estavam inseridas em contextos familiares ou de relações afetivas estabelecidas, também sentiram os desafios da pandemia, contudo para aquelas que estavam sem redes de apoio e solidariedade (entrevistada 32), os efeitos foram fontes de maior tensão. Trata-se de elemento difícil de dimensionar ou comparar por meio de questionários, contudo observar na linguagem escrita a menção a estes sentimentos e emoções é muito importante.

Embora o presente capítulo seja um recorte, analisando somente 6 mulheres entrevistadas de um universo de 71 entrevistados (homens e mulheres), pode-se dizer que a pandemia trouxe elementos classificados como de *estresse*, *tensão*, mas também de confiança e segurança quanto à forma como o governo italiano estava tratando

SUMÁRIO

a pandemia naquele momento, no ano de 2020, nos meses de novembro e dezembro, período em que os questionários me foram sendo entregues. Em suma, observar este momento histórico particular por meio deste recorte me possibilitou enxergar que a pandemia assustava, mas já havia entrado na rotina das mulheres e suas famílias e que a confiança nas regras impostas pelo governo italiano trazia alguma segurança. O retorno ao Brasil, para a maioria delas, seria somente para visitar parentes, quando possível. Desta forma, o projeto migratório se apresentava como satisfatório e viável, apesar da pandemia. Como grande parte das mulheres aqui apresentadas já estavam com relações afetivas consolidadas, casadas e com amparo de redes familiares (marido e/ou filhos), ter ou não ter a cidadania reconhecida naquele momento não foi algo tão decisivo no projeto migratório. Pelo observado, todas, na medida do possível, tiveram ou teriam acesso aos serviços de saúde, caso necessitassem.

REFERÊNCIAS

AMBROSINI, Maurizio. As políticas migratórias na União Europeia: um nó crucial para a identidade e para o futuro da Europa. *In*: LANZA, Lúria Maria Bettiol; FAQUIN, Evelyn Secco; ROMIZI, Francesco Romizi (org.). **A mobilidade humana internacional: entre direitos ideais e políticas reais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 187-210. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/a-mobilidade-humana-internacional-entre-direitos-ideais-e-politicas-reais/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

AMBROSINI, Maurizio. Delle reti e oltre processi migratori, legami sociali e istituzioni. **Working Papers del Dipartimento di studi sociali e politici**, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maurizio_Ambrosini/publication/265740422_Delle_reti_e_oltre_processi_migratori_legami_sociali_e_istituzioni/links/543bb2970cf204cab1db158d.pdf. Acesso em: jul. 2018.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração. **Campos – Revista de Antropologia**. [S. l.], v. 3, p. 31-49, jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1586/1334>. Acesso em: 12 out. 2020.

SUMÁRIO

BARTH, Frederik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BEAULIEU, Anne. Mediating Ethnography: objectivity and the making of ethnographies of the internet. **Social Epistemology**, [S. l.], v. 18, n. 2-3, p. 139-163, 2004.

BESSERA, Bernardete. Sob a sombra de Carmen Miranda e do carnaval: brasileiras em Los Angeles. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 313-344, 2016.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CAMPANELLA, Bruno. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. **MATRIZES**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 167-173, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/111722>. Acesso em: 23 maio 2021.

COSTA, Jamile dos Santos Pereira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade. **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 165-180, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852019000100165&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 set. 2020.

CRUZ, Cleide Lemes da; MAIA-PIRES, Flávia de Oliveira; LUPETTI, Monica. **Glossário Terminológico da Covid-19**. Disponível em: <https://covid19.lexic.com.br/index.php>. Acesso em: 09 fev 2022.

FRANZINA, Emilio. **A Grande emigração**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.

GOMES, Mariana Selister. O imaginário social da Mulher Brasileira em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 867-900, out./dez. 2013. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=958>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GUIZARDI, Menara Lube. Estereótipos, identidades, y nichos economicos de las migrantes brasileñas en Madrid. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 167-190, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100009>. Acesso em: 31 jul. 2021.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

SUMÁRIO

HINE, Christine. Towards ethnography of television on the internet: a mobile strategy for exploring mundane interpretative activities. **Media, culture & society**, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 567-582, 2011. Disponível em: <http://mcs.sagepub.com/content/33/4/567>. Acesso em: 31 ago 2011.

LEITÃO, Debora K.; GOMES, Laura Gomez. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 42, 11 maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41884>. Acesso em: 13 fev 2022.

MACHADO, Igor José de Renó. **Cárcere Público**: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. 2003. 320 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Campinas, 2003.

MARCUS, George; CUSHMAN, Dick. Ethnographies as text. **Annual Review of Anthropology**, [S. l.], n. 11, p. 25-69, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2155775>. Acesso em: 31 jan. 2008.

MARGOLIS, Maxine L. **Little Brazil**: imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papyrus, 1994.

MARROW, Hellen. To be or not to be (Hispanic or Latino): Brazilian Racial and Ethnic Identity in the United States. **Ethnicities**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 427-464, 2003.

MILLER, Daniel. **El smartphone global**. Más allá de una tecnología para jóvenes. Londres: UCI Press, 2021. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10137992/1/El-smartphone-global.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan./jun. 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 375-405, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2020.

PINK, Sarah. **Situating everyday life**. Practices and places. London: Sage Publications, 2012.

SUMÁRIO

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 23, p. 229-256, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 out. 2020.

SCHILLER, Nina Glick; SALAZAR, Noel. Regimes of Mobility across the Globe. **Journal of Ethnic & Migration Studies**. [S. l.], v. 39, n. 2, p. 183-200, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A noção de raça no Brasil. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Por que “raça”? Reflexões sobre a “questão racial” no cinema e na Antropologia**. Santa Maria: Editora UFSM, 2007. p. 101-130.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: EDIPUCRS; Chapecó, Argos, 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Jovens ítalo-brasileiros na Itália: projetos em evidência. In: SANTOS, Miriam *et al.* (org.). **Recortes Interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014. p. 75-88.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Os ítalo-brasileiros, a dupla cidadania e a reivindicação das origens. In: MEJIA, Margarita Rosa Gaviria (org.). **Migrações e Direitos Humanos**. Problemática Socioambiental. Lajeado: Ed. da Univates, 2018. p. 53-66.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Ser brasileira na Itália: corpo, 'jeito' e racialização. VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Saúde, corpos e poder na América Latina, 2020, São Leopoldo. **Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Saúde, corpos e poder na América Latina**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. v. 1. p. 2675-2686. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/cienciassociais/viisiddpp/index.html>. Acesso: 11 dez. 2022.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; ASSIS, Glaucia de Oliveira; BENEDUZI, Luiz Fernando. Ítalo-brasileiros na Itália no século XXI: 'retorno' à terra dos

SUMÁRIO

antepassados, impasses e expectativas. **REMHU**, Brasília, v. XXI, p. 139-162, 2013.

ZINCONI, Giovanna (org.). **Familismo legale**: come (non) diventare italiani. Roma-Bari: Editori Laterza, 2006.

ZINCONI, Giovanna; BASILI, Marzia. Country report: Italy. Report on Italy. **Euro Citizenship Observatory**, 2011. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files/2020-09/it_20121017_apr2011_en_version_finalrevised_en.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.





12

Maria Rosa Lombardi

**Trabalho e gênero
em TI na atualidade:**
algumas questões
para investigação

Work and gender in IT nowadays:
some questions for investigation

**Trabajo y género en la tecnología
de la información hoy algunas
preguntas para investigación**

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96375.12

INTRODUÇÃO⁸⁰

Neste capítulo o objetivo foi conhecer a atual participação das mulheres no emprego e sua inserção nas ocupações da área da Tecnologia da Informação, analisando longitudinalmente sua evolução recente, para compará-la com estudos anteriores e problematizar os resultados encontrados à luz da bibliografia especializada. Para tanto recorreremos às estatísticas da RAIS⁸¹, tomando dois pontos no tempo, 2015 e 2019; selecionamos Famílias Ocupacionais e Ocupações da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações⁸² seguindo os critérios da SOFTEX – Associação para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro⁸³.

As famílias ocupacionais foco desta análise são as consideradas típicas de TI pela SOFTEX: 1236⁸⁴- Diretor de Serviço de Informática; 1245- Gerente de TI; 2122- Engenheiro de computação; 2123- Especialista em informática/Administrador de TI; 2124- Analistas de sistemas de computação; 3171-Técnicos em programação/Técnico em desenvolvimento de sistemas e aplicações; 3172- Técnico em operação e monitoramento de computadores⁸⁵. Na etapa de análise das ocupações com maiores parcelas femininas acrescentamos duas que não integram as

80 Artigo reelaborado a partir de versão preliminar originalmente apresentada no ST 192, Fazendo Gênero XII, Florianópolis, julho 2021.

81 Relação Anual de Informações Sociais do Ministério da Economia.

82 Segundo a CBO, uma ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas; por sua vez, famílias ocupacionais congregam as diversas ocupações que compõem um campo profissional. Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>. Acesso em 30/12/2020.

83 A SOFTEX é instituição de referência na área de TI desde 1996, tem o objetivo de aumentar a competitividade da indústria brasileira de *software*, dos serviços de TI e da comunicação.

84 Código CBO de Família Ocupacional, a quatro dígitos.

85 A SOFTEX considera esses profissionais típicos de Tecnologia da Informação, atuem eles em setores econômicos de produção de *softwares* e/ou consultoria de TI (considerados o “core” tecnológico e foco de atenção da SOFTEX) ou em outros setores. Nessa lista de profissionais, com exceção dos Técnicos em Programação cuja formação mínima sugerida pelos Parâmetros Curriculares do MEC é de nível médio, para todos os demais, espera-se que tenham obtido diplomas de nível superior, seja em cursos de Bacharelado ou de Tecnologia.

SUMÁRIO

famílias ocupacionais acima, os Técnicos em operação de máquinas de transmissão de dados/Operador de rede de teleprocessamento (3722-05)⁸⁶ e os Digitadores (4121-10), atividades de entrada e preparação de dados que tradicionalmente empregam muitas mulheres e, em 2019 estavam no topo do *ranking* dos empregos femininos.


A partir do desenho geral da inserção das mulheres em atividades profissionais de TI revelado pelas estatísticas, identificamos as famílias ocupacionais e as ocupações com as maiores participações de mulheres e os requisitos de escolaridade exigidos para seu desempenho, como um recurso adicional à melhor compreensão das atividades desenvolvidas por elas e de sua posição na pirâmide ocupacional. O capítulo está organizado em quatro partes: esta introdução em que se delinham os objetivos, a metodologia; a segunda parte em que, à luz dos referenciais teóricos selecionados discutimos o trabalho em TI no contexto atual do capitalismo e sua masculinidade; a terceira reflete sobre as atuais configurações do trabalho sob a perspectiva das relações de gênero com base em informações estatísticas. Finalizamos com a apresentação de algumas considerações e eventuais questões e/ou hipóteses para pesquisas futuras.

AS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA CONTEMPORÂNEA

Os/as trabalhadores/as da área de Tecnologia da Informação (TI) integram uma gama de novas ocupações que, segundo Jacob Carlos Lima e Daniela Ribeiro de Oliveira (2017), despontaram no processo de transformação capitalista das últimas décadas. Para situar esse processo, comentaremos brevemente algumas transformações

86 Código CBO de Ocupação, a seis dígitos.

SUMÁRIO



chave relacionadas ao trabalho no presente estágio do capitalismo, denominado por David Harvey (1996) acumulação flexível. De um lado, nessa transformação global do capitalismo que se inicia por volta da metade dos anos 1980, a produção de bens industriais perde proeminência dando lugar à ampliação e à diversificação do setor de prestação de serviços; de outro, o desenvolvimento de novas tecnologias informacionais promove profundas transformações nos conteúdos, na organização, no ritmo e no controle do trabalho e do/a trabalhador/a em todas as atividades econômicas. Com a informatização adentrando a indústria, o comércio e os mais diferentes ramos do setor de serviços, todo o espectro do trabalho se transforma e passam a ser criados fluxos contínuos de informação que precisam ser gerenciados e analisados (André GORZ, 2005; apud LIMA; OLIVEIRA, 2017).

O trabalho intelectual, – da ordem do imaterial – ganha importância no novo cenário global e o trabalho informacional – intelectual, criativo e flexível, será tomado como a expressão mesma da “ponta mais avançada” do capitalismo contemporâneo. Jörg Flecker, Ulrike Papoušek e Stravos P. Gavroglou (2006) lembram que as tecnologias digitais quando aplicadas ao trabalho apresentam uma dupla dimensão: ao mesmo tempo flexibilizam a sua organização – no que tange às formas de contratação e à promoção de múltiplos arranjos espaço-temporais do trabalhar –, e aumentam o controle sobre o trabalho e o trabalhador.

Diminui a padronização e aumenta simultaneamente o controle, tendência que segue na contramão da maior autonomia do trabalhador, propalada como uma das mudanças positivas do atual estágio do capitalismo no âmbito da organização do trabalho em contraposição ao taylorismo-fordismo. “Flexibilizar”, “flexibilidade”, “flexibilização” serão palavras-chave no contexto atual. A “flexibilização” do trabalho será procurada pelas empresas no âmbito dos contratos e da remuneração. Ganham força alguns tipos de vínculos contratuais antes residuais (autônomos, por exemplo), ou concertados mais recentemente, como o

SUMÁRIO

contrato por tempo determinado, parcial e intermitente (estes dois a partir da Reforma Trabalhista de 2017), ou por hora, a contratação por meio de Pessoa Jurídica (PJs) ou microempreendedor individual, as cooperativas de trabalho.

As empresas procuram, dessa forma, reduzir os custos do trabalho e escapar da responsabilidade do cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários inerentes à forma de contratação padrão “por tempo indeterminado”, via CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – tomada como padrão até então. A flexibilidade também se instalou nos locais de trabalho, o qual poderá ser feito no escritório ou na fábrica do cliente, em casa – em *home office* –, “em trânsito”. Os limites entre tempos de trabalho e aqueles dedicados à vida pessoal, à família e ao lazer se tornaram fluidos e/ou inexistentes por causa da conectividade constante, configurando uma situação em que se trabalha o tempo todo, de dia e de noite, em feriados e férias, sempre à disposição do empregador, do cliente ou do projeto.

Outro efeito da introdução das novas tecnologias digitais foi a intensificação do ritmo de trabalho tendo sempre em vista a maior produtividade, o que contribuiu para a aceleração da vida de forma geral. Muitos percebem que o tempo tem passado muito depressa ou que a vida está muito acelerada. Judy Wajcman (2015) entende que as tecnologias não são neutras, tendo diferentes percepções e repercussões segundo os gêneros, as profissões, as classes sociais, as diferentes culturas nacionais e o posicionamento das nações no capitalismo global.

As tecnologias, segundo a autora, são “práticas sóciomateriais” (WAJCMAN, 2015 p. 90) que atendem aos propósitos de diferentes segmentos sociais; no momento presente, a aceleração do tempo estaria associada à grande disseminação e uso intensivo das tecnologias digitais. O imperativo contemporâneo de acelerar, ser veloz, dessa forma, poderia ser entendido como um artefato, ao mesmo tempo cultural

SUMÁRIO

e material. Outra frente de transformações na atual fase do capitalismo diz respeito à concepção do que seja o trabalho e o trabalhar.

Antonio Gramsci (2001, apud Bárbara CASTRO, 2016) entendia que a um novo modo de produção se fazia necessária a construção de um novo homem, referindo-se ao fordismo e ao industrialismo no início do século XX e à hegemonia de um determinado modo de vida que foi elaborado e transmitido à força de trabalho. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao estágio atual do capitalismo, em que se precisa criar um novo modo de viver, pensar e agir para que os novos métodos e formas de trabalhar possam ser aceitos, disseminados e se transformar em hegemônicos. Nesse processo, as instâncias de formação profissional, a saber, as escolas técnicas e os cursos de nível superior, bem como a mídia têm importante papel na formação das novas gerações de trabalhadores/as apresentando-lhes novos valores, novas concepções e novas perspectivas de trabalhar e ganhar a vida.

Nessa direção, desenha-se um novo perfil de trabalhador, denominado por Hans J. Pongratz e Gunter G. Voß (2003 apud FLECKER; PAPOUSHEK; GAVROGLOU, 2006, p. 53), “*entreplooyee*” ou um/a empreendedor/a da sua própria força de trabalho. Esse tipo-ideal de trabalhador teria sido encontrado pelos autores particularmente em setores cujo trabalho era intensivo em conhecimento (*knowledge intensive sectors*) como a TI e a multimídia e teria três características principais: (1) o autocontrole, i.e., o planejamento intensivo e independente das atividades, o monitoramento e o controle do trabalho sendo feito pelo próprio profissional (*self-control*); (2) a divulgação/venda ativa das próprias capacidades no mercado de trabalho ou dentro das empresas (*self-commercialization*); e (3) a autorracionalização, a saber, a organização disciplinada da vida cotidiana e dos planos a longo prazo e a tendência para aceitar voluntariamente a importância da empresa (empregador) como uma parte integrante da vida (*self-rationalisation*).

O TRABALHO DIGITAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

O trabalho informacional é também identificado como trabalho no setor de conhecimento intensivo como afirmam Lima e Oliveira (2017). Entretanto, se o trabalho cognitivo é o centro das atividades dos diversos profissionais que atuam nesse setor, eles não podem prescindir das atividades relacionais. Dependem do contato direto com os clientes para o desenho de *softwares* customizados e a indicação de compra dos produtos mais adequados às suas necessidades. Dependem também do contato com os seus pares para a resolução de dúvidas, indicações e a constituição da sua rede de contatos.

Segundo Cinara Rosenfield (2011), os/as trabalhadores/as valorizados nesse setor são os que apresentam grande capacidade de adaptação a mudanças – uma vez que é habitual trabalhar “por projetos”, ser polivalente, utilizar diferentes linguagens computacionais, trabalhar junto a equipes diferentes, em diversos locais, atualizar-se constantemente por meio de novos cursos e certificações. Além disso, também se levaria em conta a criatividade, o alto grau de disponibilidade para o trabalho – o que dificulta a participação das mulheres – e a capacidade de se integrar em redes, bem como agir de maneira autônoma e ser empreendedor da própria carreira, se transformando no “senhor do seu próprio destino”.

Esse perfil profissional paradigmático, entretanto, não se aplica à totalidade dos trabalhadores de TI uma vez que o trabalho digital envolve um conjunto de *ocupações mais qualificadas* e outro, *de menor qualificação*. No primeiro grupo estão os desenvolvedores de *softwares*, analistas de sistemas e sua variação como técnicos, gerentes e outros profissionais vinculados à criação de produtos, responsáveis por atividades de manutenção de sistemas e programas, consultores

SUMÁRIO

de TI e gerentes de projeto. No segundo classificam-se os técnicos voltados às etapas de ingresso e transmissão de dados, à manutenção de equipamentos e a crescente massa de operadores de telemarketing que trabalham em centrais de teleatendimento (*call centers*).

Em tempo: as tecnologias de informação e de comunicação se tornaram imprescindíveis para a manutenção de alguma normalidade das atividades sociais e econômicas durante a pandemia de covid-19 que estamos vivendo. Elas se expandiram por diversos setores econômicos, aumentando a demanda por profissionais de TI em 63% entre janeiro e setembro de 2020, comparativamente a 2019, segundo o site Olhar Digital (SZAFRAN, 2020). Qual segmento de profissionais teria prevalecido nessa expansão, os mais ou os menos qualificados? Considerando as transformações que a pandemia tem causado no trabalho presencial, o trabalho autônomo de empreendedores de si mesmos tenderia a prosperar como indicam os estudos analisados? Essas são questões que podem ser colocadas para pesquisas futuras.

A imagem positivada descrita anteriormente, de fato, se coadunaria com um pequeno número de profissionais, dirigentes, gerentes, planejadores e desenvolvedores de *softwares* e consultores dos altos escalões das poucas empresas mundiais do setor, os quais seriam considerados a própria encarnação da flexibilidade, da polivalência e da disposição de correr riscos ou “os ‘Grandes’, os nômades, os críticos e autônomos, se comparados aos ‘Pequenos’, incapazes de mudar de projeto, tão arraigados à ideia de segurança do emprego” (ROSENFELD, 2011, p. 248). Serão os atributos associados àquele primeiro segmento, entretanto, que vão contribuir para a construção da imagem do trabalhador do setor informacional tomado de forma homogênea e indiferenciada. A representação de que o trabalho em TI é uma aventura pessoal cheia de desafios e recompensas – como num *game*, não se aplica para a maioria dos trabalhadores, sejam eles homens ou mulheres. Quer dizer, não corresponde à realidade laboral

e quando é incorporada pela maioria dos/as trabalhadores/as, provavelmente se destina a justificar, para si mesmo/a e para a sociedade as suas condições de trabalho, não raro, precárias.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, UM SETOR MASCULINO

A participação das mulheres sempre foi reduzida no setor de TI e algumas razões dessa configuração merecem ser discutidas de forma abreviada, dentro dos limites de espaço deste capítulo. Em primeiro lugar, a própria organização do trabalho em TI pode contribuir para um desestímulo da entrada das mulheres na área, pois as regras de disponibilidade total de tempo dedicado ao trabalho não costumam se coadunar com as obrigações familiares e conjugais pelas quais as mulheres ainda são as principais responsáveis. Em segundo lugar, a baixa participação feminina na área não é exclusividade brasileira e remete ao campo cultural e a uma pretensa incompatibilidade entre mulheres e técnica, tecnologia e ciência.

Como explica Cathérine MARRY (2006), as técnicas e as tecnologias constituem uma atribuição masculina desde sociedades tribais, pré-industriais e industriais até as sociedades contemporâneas. O manejo da abstração, do raciocínio lógico e da matemática é transformado em uma habilidade “natural” dos homens durante esse longo processo cultural. E as marcas desse privilégio se reproduzem e reinventam através dos tempos, perpetuando-se sob novas formas, concomitantemente à imagem de uma pretensa inaptidão feminina para essas atividades. Essa construção social – forjada nas famílias, nas escolas e no mundo do trabalho, se retroalimenta e tem tornado historicamente invisível a participação das mulheres na TI. É o caso, p.ex., de algumas pioneiras como Ada Byron (Lady Lovelace) considerada

SUMÁRIO

a primeira mulher programadora da história e Grace Murray Hopper que contribuiu para o desenvolvimento da linguagem de programa COBOL (Juliana SCHWARTZ *et al.*, 2006). As pioneiras se destacaram principalmente na área de desenvolvimento de *software* e nela as mulheres até hoje permanecem em menor número.

Outro aspecto relevante da associação entre técnica e masculinidade é apontado por Wajcman (1996): a identificação dos homens com a tecnologia contribui para que eles formem vínculos entre si. Com base em Tracy Kidder (1982 apud WAJCMAN, 1996), a autora comenta alguns traços de uma “fraternidade computacional em ação”, baseada na competição interna e na dedicação total ao projeto de construção de um novo computador:

Esse é um mundo de homens trabalhando compulsivamente até a madrugada, apreciando serem esticados até o limite das suas capacidades, onde não há espaço para [...] a vida fora do trabalho [...] metáforas sexuais abundam junto com a excitação de trabalhar no último modelo de computador [...] seguramente não é coincidência que os protagonistas dessa história são quase exclusivamente homens (WAJCMAN, 1996, p. 141).

As estatísticas sobre a área de trabalho atualmente indicam que, se no agregado ela continua masculina, houve expansão numérica das mulheres em algumas carreiras durante as últimas décadas, atestando a expansão da feminilização (Silvia Cristina YANNOULAS, 2013). Neste capítulo empregamos a categoria analítica *feminização*, entendendo-a como a resultante, tanto do aumento do número de mulheres, como das mudanças sociais e simbólicas que sua presença certamente vai aos poucos imprimindo na área. Como de hábito, a feminização numérica se inicia timidamente, permanece encoberta e só se torna visível por meio de estatísticas mais desagregadas.

O TRABALHO DAS MULHERES NA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (2015-2019)⁸⁷

Neste tópico se analisam as estatísticas sobre o emprego formal da RAIS considerando a divisão sexual do trabalho na TI. No conjunto dos empregos de TI, a evolução do emprego formal entre 2015 e 2019 apresentou variação positiva de 16,3%, passando, respectivamente, de 629.021 para 731.348 postos de trabalho, ratificando a expansão que vem se dando há anos. A repartição dos empregos segundo o sexo não se alterou, evidenciando a permanência da masculinidade da área: Em 2019, 77,2% eram homens e 22,8% mulheres, sem variações expressivas em todo o período. Apesar de a maioria dos postos de trabalho ser ocupada por homens, o emprego masculino teve um crescimento menor que o feminino, respectivamente, 15,5% (de 488.611 para 564.468 empregos) e 18,8% no caso delas (140.410 e 166.880) em 2015 e 2019 (Tabela 1).

Tabela 1 – Empregos em TI: variação por sexo (%)

Brasil 2015 – 2019				
Ano	Masculino	Feminino	Total	Parcela fem.
	NA	NA	NA	%
2015	488.611	140.410	629.021	22,32
2016	481.360	135.788	617.148	22,00
2017	488.356	132.633	620.989	21,36
2018	533.955	160.894	694.849	23,16
2019	564.468	166.880	731.348	22,82
Varição 2019/2015	15,52	18,85	16,26	–
(em %)				

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/MTP; Relação Anual de Informações Sociais/RAIS; 2015-2019.

87 Estatísticas da RAIS de 2019 sem a correção aplicada às bases de 2019 e 2020, conforme Nota Técnica MTP, de novembro de 2021.

SUMÁRIO

Quando se observam as variações no emprego para as famílias ocupacionais de TI entre 2015-2019 (Tabela 2), algumas tendências merecem destaque: (1) os postos para Técnicos em Programação foram os que mais se expandiram no período (75,5%), principalmente os femininos que cresceram mais de 250%. (2) o aumento de 22,8% para Especialistas em Informática/Administradores de TI e 24,4% para as administradoras; (3) postos para Gerentes de TI expandiram 16,7%, mais para eles (17,4%) do que para elas (13,8%); (4) os empregos para Analistas de sistemas e Engenheiros de computação cresceram 15%, com ênfase nos postos de trabalho masculinos; (6) os empregos para Diretores de TI, comparativamente às outras funções, cresceram menos (8,5%); a ressaltar aqui que os empregos masculinos cresceram (11,5%) e os femininos decresceram (-5,5%); (7) a demanda por Técnicos em Operação e Monitoramento de computadores manteve-se praticamente estável (cresceu apenas 1,4%) e os Técnicos em Comunicação e Telefonia cresceram 2,8% com perda acentuada nos postos femininos, ou -26,7%; (8) os empregos operacionais de entrada e transmissão de dados (Operadores de máquinas de entrada e transmissão de dados) diminuíram 19,6% e especificamente os Digitadores perderam 15%. Lembre-se que um pouco mais da metade dos postos de trabalho de entrada e transmissão de dados eram e continuam sendo ocupados por mulheres, as quais sofreram, portanto, em maior medida com esse encolhimento.

Tabela 2 – Empregos de TI: variação por família ocupacional e sexo (em %)


Brasil 2015-2019			
Famílias ocupacionais	Masculino	Feminino	Total
Técnico em programação	48,1	253,8	75,5
Espec inform/adm TI	22,4	24,4	22,8
Gerentes de TI	17,4	13,8	16,7
Analista de sistema	15,6	13,3	15,1
Engenheiro computação	16,3	8,1	15,2
Tec oper monitoramento comp	2,3	-1,3	1,4
Diretores de TI	11,5	-5,5	8,5
Técnico telecom e telefonia	5,3	-26,7	2,8
Oper maq entr e transm dados	-19,8	-19,8	-19,6
Ocup: digitador	-14,2	-15,7	-15

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/MTP; Relação Anual de Informações Sociais/RAIS; 2019.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA TI: OCUPAÇÕES FEMININAS MAIS REPRESENTATIVAS

Refinando o olhar sobre a inserção feminina recente em TI, a Tabela 3 esclarece as tendências alinhavadas anteriormente em nível de famílias ocupacionais, indicando as ocupações que absorvem as maiores parcelas femininas, ou em outros termos as atividades mais desempenhadas pelas mulheres. A tabela apresenta um *ranking* de ocupações com até 10% de participação feminina, com o intuito de ampliar a visão do processo de feminização num campo masculino

SUMÁRIO



como a TI, em que a presença feminina, no total, foi menor do que um quarto dos empregos em 2019. Complementarmente, se indica a formação escolar básica requerida para cada função, informação aqui tomada como uma aproximação dos níveis de qualificação das trabalhadoras, mesmo sabendo-se que o tempo de experiência na função às vezes é mais importante do que a escolaridade para a decisão de contratação das empresas da área. As informações sobre qualificação profissional das ocupações foram sistematizadas e analisadas por Virgínia Duarte (2013), com base nas diretrizes curriculares do MEC – Ministério de Educação e Cultura, publicadas em 1998 para os cursos de Computação e Informática.

O perfil majoritariamente masculino da área de TI já era discutido por Clevis Elena Rapkiewicz (1998) que mapeou e analisou o trabalho nessa área para o período 1986-1997. A autora constatava que atividades de desenvolvimento de sistemas e de operação das máquinas eram majoritariamente masculinas enquanto nas atividades de entrada de dados as mulheres eram a maioria (nas ocupações de perfuradora de cartões, digitadora e conferidora)⁸⁸.

88 À época, a área se transformava com a implantação da microinformática e o aparecimento da função “operadora de micro”.


SUMÁRIO

Tabela 3 – Empregos em TI: participação feminina em ocupações selecionadas e respectiva escolaridade requerida. Brasil, 2019 (%)

Código CBO	Ocupação	%	Escolaridade mínima requerida
4121-10	Digitador	54,4	Nível médio
3772-05	Operador de rede de teleprocessamento	29,9	Superior completo Tecnologia
3171-10	Programador de sistemas de informação	28,4	Técnico de nível médio/Superior Incompleto
2124-10	Analista de redes e de comunicação de dados	27,3	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
1425-20	Gerente de projetos de tecnologia da informação	27,2	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
3172-05	Operador de computador (inclusive microcomputador)	26,2	Superior completo Tecnologia
2123-15	Administrador de sistemas operacionais	23,8	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
2123-20	Administrador em segurança da informação	21,4	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
3172-10	Técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	20,9	Superior completo Tecnologia
2124-05	Analista de desenvolvimento de sistemas	20,7	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
3171-20	Programador de multimídia	20,4	Técnico de nível médio/Superior Incompleto
2123-05	Administrador de banco de dados	19,9	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
2124-20	Analista de suporte computacional	19,5	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
1425-10	Gerente de desenvolvimento de sistemas	18,4	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
1425-15	Gerente de produção de tecnologia da informação	17,8	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
1425-35	Tecnólogo em gestão da tecnologia da informação	17,5	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
2124-15	Analista de sistemas de automação	17,2	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
3171-05	Programador de internet	15,8	Técnico de nível médio/Superior Incompleto
1425-25	Gerente de segurança de tecnologia da informação	15,8	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
1425-30	Gerente de suporte técnico de tecnologia da informação	13,9	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
1425-05	Gerente de rede	13,5	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)
3133-05	Técnico de comunicação de dados	13,1	Técnico de nível médio/Superior Incompleto
2123-10	Administrador de redes	10,6	Superior completo (Bacharelado/Tecnologia)

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/MTP; Relação Anual de Informações Sociais/RAIS; 2019.

SUMÁRIO



De forma semelhante ao que Rapkiewicz (1998) observou, as funções de entrada de dados permaneceram um reduto feminino. Segundo aquela autora, 49% dos *digitadores* eram mulheres em 1997 e, em 2019 o percentual atingiu 54,4% (Tabela 3). Em segundo lugar com 30% de participação feminina vêm os *operadores de redes de teleprocessamento*, que segundo a CBO (2002), “operam e monitoram sistemas de comunicação em rede, preparam equipamentos e meios de comunicação, cuidam da segurança operacional por meio de procedimentos específicos e realizam atendimento ao usuário”⁸⁹. Segundo essa descrição, portanto, as atividades estão vinculadas à comunicação gerenciada por equipamentos informacionais e implicam em atendimento aos usuários. Para trabalhar como digitador exige-se, em princípio, o menor nível de escolaridade dentre todas as ocupações analisadas, o nível médio de ensino; para o operador de rede de teleprocessamento, a escolaridade mínima desejável é o curso superior de Tecnologia completo. Na área da programação, três ocupações absorvem maiores números de mulheres, pela ordem, *Programador de sistemas de informação* (28%), *Programador de multimídia* (20,4%) e *Programador de internet* (15,8%). A escolaridade mínima padrão para seu desempenho segundo o MEC é ter o curso Técnico de nível médio completo ou o Superior incompleto. Note-se que em 1997, a denominação genérica “programador” já contava com 27% de mulheres (RAPKIEWICZ, 1998). A função de Analista de sistemas, em todas as suas modalidades, sempre foi prestigiada dentro da TI.

Rapkiewicz (1998, p. 184; tabela 1) percebia o aumento da inserção feminina nessas atividades desde 1986, quando 22% dos empregos de analista eram femininos, proporção que atingiu 28% em 1997, sobretudo entre as profissionais mais jovens e com nível superior, levando a autora a levantar a hipótese de um processo de feminização das ocupações mais qualificadas na área. A feminização das funções

89 Nestas funções não se classificam os Operadores de Telemarketing que constam na CBO na família 4223.

SUMÁRIO

de Analista continuou de lá para cá. Em 2019, os mais expressivos percentuais de mulheres analistas se encontravam nas ocupações de *Analista de redes e de comunicação de dados* (27,3%), *Analista de desenvolvimento de sistemas* (20,7%), *Analistas de suporte computacional* (19,5%) e *Analistas de sistemas de automação* (17,2%). Em consonância com o que identificou Rapkiewicz no final da década de 1990, essas atividades requerem formação em cursos de nível superior, seja Bacharelado ou Tecnologia.

A Tabela 3 demonstra ainda que das 23 ocupações listadas, 10 ou quase a metade, são cargos técnicos em nível de gestão, como *gerentes* (seis) e *administradores* (quatro), sugerindo um processo de ascensão hierárquica das mulheres em TI que está em curso atualmente, para além das funções de Analista. Na gestão destacam-se como importantes ocupações para a mão de obra feminina, em primeiro lugar com mais de um quarto dos empregos, *Gerente de projetos de Tecnologia da informação* (27,2%); *Administrador de sistemas operacionais* (23,8%); em um segundo patamar, entre 15 e 21% dos empregos, *Administrador de segurança da informação* (21,4%); *Administrador de bancos de dados* (19,9%); *Gerente de desenvolvimento de sistemas* (18,4%); *Gerente de produção de tecnologia da informação* (17,8); *Gerente de segurança de tecnologia de informação* (5,8%).

No caso de gerentes e administradores, além do nível superior completo, a experiência anterior de pelo menos cinco anos em atividades técnicas como analista ou programador, ou mesmo como gestor, estaria no portfólio de habilidades desejadas e, a presença de mulheres nessas funções, sinaliza que elas cumpriram essas etapas, ascenderam hierarquicamente, consolidando suas carreiras na área. No decorrer das duas últimas décadas e em consonância com as transformações da própria área de TI, em direção à complexificação do trabalho e à especialização, novas funções foram criadas, inclusive em nível de analista e de gestão. À medida do aumento da sua escolarização e do seu próprio


SUMÁRIO

protagonismo e interesse, as mulheres adentraram a área com maior consistência, firmando-se na esfera dos Analistas e expandindo-se para os cargos de gestão, como as estatísticas atuais revelam.

À parte das atividades de programação, de analistas, da gestão e da administração comentadas até aqui, a Tabela 3 também mostra que 26,2% dos empregos para *Operadores de computador* eram femininos em 2019, 21% dos *Técnicos de apoio ao usuário de informática*, 17,5% dos *Tecnólogos em gestão da TI* e 13% dos *Técnicos de comunicação de dados*. Essas ocupações requerem formação em cursos técnicos de nível médio e/ou em cursos superiores. Entre 2015 e 2019 houve crescimento da participação feminina em seis ocupações dentre as apresentadas na tabela 3, a saber *Programadores de sistemas de informação*, *Gerente de projetos de tecnologia da informação*, *Analista de suporte computacional*, *Programador de internet*, *Administrador de redes*. Entretanto, o crescimento mais emblemático aconteceu entre os *Programadores de sistemas de informação*, ocupação que absorvia 14% de mulheres em 2015, dobrando a participação quatro anos depois, em 2019 para 28%.

A evolução da feminização desta ocupação se coaduna com a impressionante variação positiva dos empregos femininos demonstrada na Tabela 2 (253%), a qual colocou os programadores de sistemas de informação no topo do *ranking* das ocupações que mais cresceram no período considerado. Quais são os motivos e as circunstâncias que teriam conduzido a esse crescimento das Programadoras? Seria esse importante incremento um efeito da ação dos coletivos femininos e feministas que vêm se dedicando a ensinar linguagens de informática e programação às jovens?

SUMÁRIO




Pesquisa em curso⁹⁰ vem procurando explorar esta última hipótese, identificando e qualificando alguns coletivos que se interessam em divulgar as TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação – junto a meninas e a mulheres, conscientizá-las de que são capazes de trabalhar na área e treiná-las para diversas funções, principalmente para o ofício de Programadora.

Uma análise preliminar das atividades desenvolvidas pelos 19 coletivos que responderam ao *survey* indica que a oferta de treinamentos e cursos de programação (linguagens Java, PHP, Python, R, Javascript, Golang, Julia) tem sido recorrentemente desenvolvida desde 2018, tendo inclusive aumentado durante a pandemia, em 2020 e 2021. Nos últimos dois anos, além disso, o número de grupos que ofereceram formação em Data Science e/ou Inteligência artificial também aumentou. Remarque-se que metade dos coletivos que responderam à pesquisa oferecem treinamentos e cursos de forma gratuita. O público-alvo dessas atividades foi principalmente mulheres e/ou meninas, independentemente de cor ou raça (89,5% das menções), seguido de profissionais mulheres da TI (57,9%) e de meninas negras, com igual proporção de menções.

A pandemia não arrefeceu a atividade dos coletivos, que se mantiveram ativos, sendo que 78,9% deles disse ter ampliado seu raio de ação, o que foi facilitado pela realização das atividades em modo remoto. Da mesma forma, dois terços notaram que o interesse do público pelas atividades ofertadas cresceu nesse período, apesar de que a maior parte dos grupos viu diminuir os recursos financeiros recebidos para o desenvolvimento das suas atividades rotineiras. As perspectivas de futuro são positivas para 73,7% dos respondentes, que percebem uma tendência de crescimento e diversificação das suas atividades no pós-covid-19.

90 O projeto “Trabalho e gênero em Tecnologia da Informação: iniciativas de estímulo à inserção e à ascensão das mulheres” está sendo realizado no Departamento de Pesquisas Educacionais da FCC e se compõe de duas etapas realizadas remotamente no primeiro semestre de 2021: um *survey* e entrevistas individuais e em grupo. O primeiro aconteceu entre maio e junho e as entrevistas, entre julho e agosto de 2021.

SUMÁRIO




Se não é possível afirmar que o incremento substancial de programadoras se deveu ao protagonismo dos grupos e coletivos exclusivamente, os indícios que a pesquisa empírica aporta constata, de um lado, a preocupação dos grupos em capacitar mulheres e meninas em diversas linguagens de programação e dessa forma, estimular o prosseguimento dos estudos e o ingresso no mercado de trabalho e, de outro, a continuidade desse esforço nos últimos quatro anos. Outras pesquisas se fazem necessárias para aprofundar essa questão e melhor qualificar a hipótese levantada anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de TI continua a ser um reduto de trabalho masculino, em que menos de um quarto dos empregos são ocupados por mulheres. Pode-se concluir a partir do cenário que as estatísticas desenham para 2019, que as *digitadoras* e as *operadoras de rede de teleprocessamento* são as ocupações mais feminizadas da TI, as portas de entradas de dados e a base da pirâmide hierárquica da TI, que lhes exigem formação de nível médio completo ou curso superior em Tecnologia, respectivamente (DUARTE, 2013).

Entretanto, um número não desprezível de mulheres vem construindo suas carreiras em outras ocupações. É o caso das *programadoras e analistas* e que se formaram em cursos superiores de TI, seja em bacharelado, seja em Tecnologia. Confrontando 2019 com o final da década de 1990, seguindo o estudo tomado como referência para comparação (RAPKIEWICZ, 1998) que já identificava indícios de feminização dessas ocupações, é plausível afirmar que, nos últimos vinte anos, as mulheres consolidaram sua presença nessas duas carreiras. Note-se que ao final da segunda década do século XXI as estatísticas do emprego formal sinalizam mais uma conquista das mulheres:

SUMÁRIO



a ascensão a postos hierarquicamente superiores como *gerentes e administradoras de TI*. Para o exercício dessas funções, faz-se necessário, segundo a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações –, ter completado cursos de nível superior e ter tido experiência técnica ou de gestão anterior por ao menos cinco anos. Se esses critérios efetivamente se concretizaram na prática ou não, somente a pesquisa empírica poderá dizer.

Nós podemos, entretanto, levantar algumas hipóteses. A primeira afirma a existência de um grupo de mulheres que parecem determinadas a desenvolver suas carreiras em TI ascendendo pelos diversos escalões hierárquicos. A segunda hipótese refere-se ao grande incremento de mulheres nas funções de programadoras: É plausível que as formações oferecidas por grupos femininos na TI, recorrentemente, durante os últimos anos, estejam influenciando essa performance. Esta é uma das hipóteses que estão sendo testadas em pesquisa empírica em curso em 2021.

Outras pesquisas, contudo, se fazem necessárias para aprofundar essa questão e melhor qualificar a hipótese levantada anteriormente. Registramos aqui algumas outras questões para serem verificadas em campo futuramente, a saber: (1) Quais tipos de vínculo de trabalho prevalecem entre mulheres na programação e na análise de dados em TI? Eles se assemelham aos dos homens ou não? (2) Quais impactos da Reforma Trabalhista de 2017 na forma de contratação dos/as profissionais de TI? (3) Quais impactos da expansão das atividades de TI em função da crise sanitária do covid-19 sobre o trabalho dos homens e mulheres da área? (4) Qual cenário se pode vislumbrar para o futuro pós-crise sanitária para a área de TI e para as profissionais que nela atuam?

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Bárbara. **As armadilhas da flexibilidade**. Trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação. São Paulo: Annablume Trabalho, 2016.
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações 2002. Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- DUARTE, Virgínia. Escassez de mão de obra em TI: uma abordagem qualitativa. *In: Mercado de Trabalho e Formação de mão-de-obra em TI*. Cadernos Temáticos do Observatório, [S. l.], SOFTEX, 2013, p. 57-101.
- FLECKER, Jörg; PAPOUSHEK, Ulrike; GAVROGLOU, Stravos P. New forms of work organization and flexibility in the knowledge-based society. *In: HUWS, Ursula (ed.). The transformation of work in a global knowledge economy: towards a conceptual framework*. Works Project, Workpackage 3: Theories and concepts. Relatório, 2006. Comissão Europeia, 6ª Conferência de Pesquisa sobre o Trabalho na Sociedade do Conhecimento (Relatório). Disponível em: http://www.ftu-namur.org/fichiers/WORKS-Conceptual_framework.pdf. Acesso em: 5 dez. 2022.
- GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. Cadernos do Cárcere, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 239-282.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- KIDDER, Tracy. **The Soul of a Machine**. Harmondsworth: Penguin, 1982.
- LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, p. 115-143, jan./abr. 2017.
- MARRY, Cathérine. Variations sociologiques sur le sexe des métiers. *In: VIDAL, Cathérine (dir.). Mythes scientifiques et idéologies*. Paris: Belin, 2006, p. 83-93.
- PONGRATZ Hans J.; VOB G. Gunter. From employee to 'entreplooyee': towards a 'selfentrepreneurial' work force? **Concepts and Transformation**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 239-254, 2003.
- RAPKIEWICZ, Clevi Elena. Informática; domínio masculino? **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 10, p. 169-200, 1998.

SUMÁRIO

ROSENFELD, Cinara L. Trabalho decente e precarização. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 247-268, 2011.

SCHWARTZ, Juliana *et al.* Mulheres na informática. Quais foram as pioneiras? **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 27, p. 255-278, jul.-dez. 2006.

SZAFRAN, Vinicius. Vagas para o setor de tecnologia da informação crescem 63% em um ano. **Olhar digital**, 28/09/2020 às 20h57, atualizada em 28/09/2020 às 21h14. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2020/09/28/coronavirus/vagas-para-o-setor-de-tecnologia-da-informacao-crescem-63-em-um-ano/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

WAJCMAN, Judy. **Feminism confronts technology**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, University Park, 1996.

WAJCMAN, Judy. **Pressed for time**. The acceleration of life in digital capitalism. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015.

YANNOULAS, Sílvia Cristina. Introdução: Sobre o que nós, mulheres, fazemos. *In*: YANNOULAS, Sílvia Cristina. (coord.). **Trabalhadoras**. Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Ed. Abaré, 2013, p. 31-63.



2

**DIREITOS,
LUTAS,
REIVINDICAÇÕES**

13

Anne Teive Auras

Mortes evitáveis:

os desafios no enfrentamento
ao feminicídio no Brasil
e em Santa Catarina

Preventable death:

the challenges in fighting femicide
in Brazil and Santa Catarina

Muertes prevenibles:

los desafíos em la lucha contra
el feminicidio en Brasil y Santa Catarina

MORTES EVITÁVEIS: FEMINICÍDIOS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

“Mulher é esfaqueada em frente aos filhos”, “Polícia descobre que mulher foi morta pelo ex em suposto caso de suicídio”, “Mulher é encontrada morta e marido é principal suspeito”. Manchetes como estas estamparam os jornais catarinenses nas últimas semanas⁹¹ e, infelizmente, parecem ser cada vez mais frequentes. No ano de 2021, 55 mulheres foram vítimas de feminicídio, segundo o balanço da criminalidade do Estado de Santa Catarina, divulgado em janeiro de 2022 (SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

No Brasil, o feminicídio foi incorporado ao Código Penal em 2015 como uma qualificadora do delito de homicídio (Lei n.º 13.104/2015). Trata-se, portanto, de um tipo específico de homicídio doloso, no qual o motivo do crime está relacionado ao fato de a vítima ser uma mulher. Segundo a lei, considera-se que o crime foi praticado contra a mulher “por razões da condição de sexo feminino” em duas hipóteses: quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou quando envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

No primeiro caso, o crime ocorre no contexto mais amplo da violência doméstica e familiar contra a mulher, definida pela Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º, como

[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

91 O presente capítulo foi elaborado na primeira quinzena do mês de fevereiro de 2022.

SUMÁRIO

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2016).

No segundo caso, o assassinato é praticado com motivação misógina, por menosprezo à condição da mulher, sem que haja relação doméstica, familiar ou íntima entre agente e vítima. São os casos, por exemplo, de mulheres assassinadas por serem prostitutas ou ocuparem profissões estigmatizantes; por serem transexuais; por serem lésbicas; por sua origem étnico-racial etc.

Ainda que ambas as hipóteses possam estar presentes, a maioria dos feminicídios no Brasil são feminicídios íntimos, ou seja, praticados no âmbito doméstico e familiar, pelo parceiro íntimo da vítima – marido, companheiro, namorado ou ex. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 81,5% das vítimas foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo. Se considerarmos também os demais vínculos de parentesco, temos que 9 em cada 10 mulheres vítimas de feminicídio foram assassinadas pela ação do companheiro ou de algum parente (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021a).

Tais dados devem ser analisados com cautela, haja vista que o vínculo entre autor e vítima tende a ser algo mais objetivo na avaliação da autoridade policial e, em consequência, mais simples de classificar. Assim, situações nas quais a esposa foi assassinada pelo esposo são facilmente categorizadas como feminicídios, sendo evidente a relação íntima. No caso de uma mulher trans ou travesti que é encontrada morta, sem que se identifique qualquer relação entre ela e o autor do crime, nem sempre o enquadramento do fato como feminicídio é tão corriqueiro.

SUMÁRIO

De todo modo, com base em tais dados, mostra-se importante encarar o feminicídio no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, do qual ele costuma, na maior parte dos casos, ser expressão e exemplo mais extremo.

A partir da teoria desenvolvida por Lenore Walker na década de 1970, nos Estados Unidos, convencionou-se dizer que a violência doméstica e familiar costuma obedecer a um ciclo que compreende a sucessão de três fases – de tensão ou crise, de agressão ou explosão, e de calma ou lua de mel.

Sabe-se que nenhum relacionamento íntimo começa violento. Os relacionamentos começam felizes, agradáveis, com manifestações mútuas de afeto e amor, experiências prazerosas, expectativas, planos de futuro, construções conjuntas. É com o passar do tempo que surgem as crises ou tensões – um comportamento ciumento que se mostra possessivo, controlador; comentários jocosos sobre os hábitos ou as roupas da parceira; desqualificação dos familiares, amigos ou colegas de trabalho da companheira. Até que explode um ato de violência – um primeiro xingamento, um primeiro empurrão. Depois disso, o relacionamento tende a voltar a uma fase de calma, porque o agressor se arrepende, pede desculpas, justifica-se pela violência praticada (estava muito nervoso, estressado, havia bebido), promete que nunca voltará a ocorrer.

E a vida pode, por algum tempo, voltar a ser prazerosa, amorosa, feliz. Até que crises tornam a ocorrer, progridem e explodem novamente em um ato de violência – os quais, segundo demonstram algumas pesquisas, tendem a ser cada vez mais graves. Se da primeira vez a mulher foi xingada ou ameaçada, da segunda pode ser agredida fisicamente. Forçada à relação sexual. Pode ter seus bens retidos, sua chave do carro escondida, seu celular quebrado. Contudo, a sucessão de fases continua a se repetir, com uma mulher cada vez mais fragilizada e isolada de sua rede de apoio, muitas vezes sem conseguir se identificar como vítima, convencida de que é a culpada pela violência

SUMÁRIO

que sofre ou de que precisa adaptar seu comportamento para agradar e não perturbar o companheiro.

Assim, é preciso compreender as peculiaridades da violência doméstica e familiar contra a mulher que, como alerta Arlanza Rebello, não pode ser tratada nos moldes da violência urbana:

[...] é continuada, perdurando por anos; ocorre de maneira crescente e variada, tornando-se cada vez mais grave; é marcada por atos de submissão, controle da mulher, desqualificação e isolamento que anulam a capacidade de reação da mulher, gerando um contexto de inúmeras violações à integridade física, psicológica e emocional da mulher e ao qual se associam ainda outros fatores, como a falta de informação e conhecimento sobre seus direitos, sentimentos de medo, culpa e vergonha, a dependência econômica do agressor para a criação dos filhos e a falta de acesso e/ou confiança nos serviços de atendimento. E, a pior delas, com frequência são enunciadoras de feminicídios! (REBELLO, 2017, p. 53).

A responsabilidade por manter a família coesa, o medo da reação do parceiro, a necessidade de preservar as filhas e filhos, a vergonha de se assumir como vítima perante a sociedade, os vizinhos, a família, fazem com que as mulheres, em boa parte das vezes, silenciem sobre a violência sofrida.

Segundo pesquisa realizada em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma em cada quatro mulheres brasileiras foi vítima de algum tipo de violência nos últimos 12 meses, sendo que, a cada minuto, oito mulheres foram agredidas fisicamente. Questionadas sobre a atitude que adotaram em relação à agressão mais grave, 45% disseram não ter procurado nenhum tipo de ajuda, sendo que apenas 7% acionaram a Polícia Militar e 19% registraram ocorrência em delegacias. A pesquisa indagou, ainda, sobre qual motivo as levou a não procurar a polícia, e as respostas foram diversas – 32,8% consideraram que iriam resolver sozinhas a situação, 16,8% julgaram que não era

SUMÁRIO

importante a ponto de acionar a polícia, 15,3% disseram não ter interesse em envolver a polícia, 13,4% afirmaram ter medo de represálias e 12,6% não tinham provas para respaldar seus relatos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021b).


O que se percebe, portanto, é que a maior parte das mulheres que sofre violências não denuncia o ocorrido, seja porque entendem que se trata de um problema privado (o qual elas próprias devem resolver, sem envolver órgãos da segurança pública), seja porque sentem medo das consequências ou imaginam que seus relatos não terão credibilidade se não houver outras provas.

Ocorre que a mulher nem sempre consegue romper o ciclo da violência sozinha – a presença efetiva de uma rede de apoio apta a amparar, orientar, acolher, fortalecer e resgatar é fundamental para que a mulher identifique a situação de violência, decida pela sua ruptura e inicie o movimento em direção à saída do ciclo com segurança. Se não procura nenhum tipo de ajuda, a mulher submetida à violência (que pode ser física, moral, patrimonial, sexual, mas sempre costuma ser psicológica) tende a permanecer nessa espiral que tende ao recrudescimento, à naturalização de violências cada vez mais graves e, em casos extremos, ao feminicídio tentado ou consumado.

Nesse contexto é que não surpreende o dado recentemente divulgado pela segurança pública catarinense no sentido de que, das 55 mulheres vítimas de feminicídio em 2021, a imensa maioria (82%) não havia feito nenhuma denúncia por violência doméstica anterior ao assassinato (SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). A nosso ver, essa informação não está a indicar que essas mulheres não sofriam violência doméstica anterior – pelo contrário, reforça a percepção de que mulheres sofriam violência e não conseguiram pedir ajuda.

Nesse sentido é que se considera que o feminicídio é uma morte evitável. Trata-se de um desfecho fatal que, de alguma forma, já se

SUMÁRIO



anunciava. E que poderia ter sido evitado com a efetiva implementação de políticas públicas de prevenção e promoção da equidade de gênero (que envolvem a desconstrução dos padrões estereotipados de gênero que legitimam, em última instância, a violência contra as mulheres e a descredibilização da sua palavra), assistência e acolhimento às mulheres em situação de violência (com medidas voltadas ao abrigo, acesso à renda, acompanhamento psicológico e médico, assistência jurídica, profissionalização, acesso à educação para si e para os filhos etc.), e responsabilização dos agressores (operacionalizando os grupos reflexivos de masculinidades e gênero, para além da punição criminal) (BRASIL, 2006).

De acordo com as *Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero das Mortes Violentas de Mulheres*, as mortes violentas de mulheres por motivação de gênero, por decorrerem das desigualdades de poder que afetam as mulheres de forma desproporcional, são episódios evitáveis, para os quais o Estado tem obrigação de formular medidas de responsabilização, proteção, reparação e prevenção que sejam transformadoras da cultura de violência contra as mulheres (ONU MULHERES, 2016).

Tal obrigação decorre de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, à medida que ratificou a *Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, das Nações Unidas (BRASIL, 2002) e a *Convenção de Belém do Pará*, no âmbito interamericano (BRASIL, 1996). Decorre também de disposição constitucional, notadamente o art. 226, § 8º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), segundo o qual é dever do Estado assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. E, ainda, de normas infraconstitucionais, como é o caso da Lei n.º 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

AS DIRETRIZES DA LEI MARIA DA PENHA (LEI N.º 11.340/06) PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR


Reconhecida pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) como uma das três legislações mais avançadas no mundo, a Lei Maria da Penha reconhece a violência doméstica e familiar contra as mulheres como forma de violação dos direitos humanos, consolidando a necessidade de envolver Poder Público e comunidade no combate a uma violência que, por muito tempo, permaneceu distante da agenda pública e confinada ao espaço privado. Nas palavras de Lia Zanotta Machado, “o texto da Lei Maria da Penha confronta a ancestral legitimidade (hoje, pseudolegitimidade) que foi outorgada à violência de gênero contra as mulheres” (MACHADO, 2016, p. 165).

Trazendo um conceito abrangente de violência doméstica e familiar, na esteira da definição estabelecida pela Convenção de Belém do Pará, a Lei n.º 11.340/06 compreende a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno e, em consequência, assume o desafio de articular diversos setores do Poder Público e da sociedade civil na construção de políticas de prevenção, assistência, garantia de direitos e repressão.

Convém pontuar, como fazem Wânia Pasinato, Bruno Amaral Machado e Thiago Pierobom de Ávila, que

[...] esta legislação vai além da perspectiva punitiva, incorporando relevantes aspectos relacionados às políticas públicas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. A concretização destes aspectos preventivos na lei exige a intervenção articulada dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), numa abordagem integral da violência doméstica e familiar contra as mulheres (PASINATO; MACHADO; ÁVILA, 2019, p. 14).

SUMÁRIO



Com efeito, o art. 8º da Lei n.º 11.340/06 aponta diretrizes para as políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência, destacando a necessidade de integração operacional entre os setores de saúde, assistência social, educação, moradia, justiça e segurança pública; a importância de se combater estereótipos de gênero e promover discussão sobre gênero e violência, com viés de raça e etnia, nos meios de comunicação social, na comunidade e nos currículos escolares; e o estímulo à produção de conhecimento sobre o fenômeno da violência, suas causas e consequências, por meio de estudos, pesquisas e estatísticas. Reafirmando serviços já existentes, a Lei Maria da Penha também prevê a criação de serviços especializados, como delegacias, casas-abrigo, centros de referência multidisciplinares, serviços de saúde, juizados especializados, promotorias e núcleos de Defensoria Pública.

No que se refere à garantia de direitos, merecem destaque os dispositivos legais que garantem à mulher em situação de violência o direito à assistência jurídica gratuita. Tais normas refletem a preocupação da lei em encarar as mulheres como sujeitos de direitos, às quais se asseguram os direitos à verdade, à informação e à justiça, e não como objetos de uma violência sofrida ou meras testemunhas de um processo criminal, a serviço da pretensão punitiva do Estado.

Nesse sentido,

[...] a lógica que deve nortear a sua aplicação [da Lei Maria da Penha] não é aquela típica das varas criminais comuns, em que se busca verificar a existência de crime, identificar o autor e puni-lo, quando a vítima tem o papel circunscrito ao de simples testemunha dos acontecimentos. O tratamento dado pela Lei Maria da Penha à violência contra a mulher baseada no gênero coloca como meta superior a proteção máxima e integral da mulher (CAMPOS, 2008: 249-264), isto é, a proteção mais ampla possível dos bens jurídicos de sua titularidade tais como a sua integridade física, psíquica, sexual, patrimonial e moral a partir de uma visão integrada dos campos cível e penal. Não se trata, portanto, de uma mera busca de um culpado e de sua

SUMÁRIO

consequente punição (da mera verificação da autoria, da materialidade e da tipicidade da conduta), mas também, e prioritariamente, de se resguardar a mulher-vítima da violação ininterrupta de seus direitos [...] (PIRES, 2011, p. 124-125).

Ressalte-se, por fim, a previsão das medidas protetivas de urgência, providências de caráter urgente voltadas a resguardar a integridade física e psíquica da mulher, evitando novos episódios de violência; a proibição da aplicação de penas pecuniárias; a retirada dos crimes cometidos no âmbito doméstico da esfera de atribuição dos Juizados Especiais Criminais; e a criação de juizados de competência híbrida (cível e criminal).

Após as *I e II Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres*, bem como a elaboração dos *Planos Nacionais de Políticas para Mulheres*, o enfrentamento à violência contra as mulheres passa a ser encarado como eixo prioritário no campo das políticas para mulheres, mediante uma abordagem necessariamente intersetorial, multidisciplinar e em rede (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2008). A rede de enfrentamento à violência contra a mulher – que, na forma do art. 8º, I, da Lei Maria da Penha, exige integração operacional entre Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e serviços de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação (BRASIL, 2006) – deve efetivar os quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – quais sejam, o combate, a prevenção, a assistência e a garantia de direitos às mulheres, à luz das diretrizes relacionadas à transversalidade, universalidade e integralidade das políticas públicas de atenção às mulheres (BRASIL, 2011).

Para tanto, é composta por agentes governamentais e não governamentais que executam, formulam e fiscalizam as políticas para mulheres mediante serviços não especializados e especializados que devem envolver as áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, habitação, previdenciária, bem como os sistemas policial e de justiça.

SUMÁRIO

Como mencionado no item anterior, a existência dessa rede articulada e capacitada (composta por serviços especializados – ou não – que dispensem, à mulher usuária, atendimento acolhedor e humanizado) é fundamental para garantir condições mais favoráveis à ruptura do ciclo de violência por parte da mulher vitimizada.

Sabe-se que a mulher é a única protagonista do processo, nem sempre simples, de ruptura desse ciclo. Mas ela só exercerá esse protagonismo a contento se conseguir identificar a violência, perceber-se enquanto vítima (e não como culpada), saber que sua palavra não será posta em dúvida e que ela encontrará acolhimento e não julgamento. E, mais que isso, se sentir segurança na existência de uma vida pós-violência (a garantia de que terá local seguro para ir com os filhos, que terá renda, apoio, afeto e trabalho, que seus filhos terão vaga na escola etc.).

Nas palavras da magistrada Ana Luisa Schmidt Ramos, em entrevista concedida em 2021 ao Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública (NUDEM):

Devemos sempre considerar que sair da situação de violência doméstica implica uma ação transgressora. É um movimento importante que faz uma mulher ao perceber que se encontra em um lugar que a confrange rumo ao desconhecido. Para que possa levar isso adiante, essa mulher precisa acreditar na possibilidade de sobrevivência no novo lugar. Se, no entanto, ela se deparar com mais violência quando der o primeiro passo fora do ciclo, corre-se o sério risco de ela retornar de onde veio e quedar paralisada em um fenômeno que o psicólogo americano Martin Seligman chamou de desamparo aprendido. Daí a importância do acolhimento com qualidade por todos aqueles que atuam no enfrentamento à violência, Judiciário incluído (RAMOS, 2021, p. on-line).

Com efeito, para garantir que a mulher acredite “na possibilidade de sobrevivência no novo lugar” e não paralise no que se convencionou chamar de “desamparo aprendido”, é indispensável que Poder Público se organize (com prioridade no planejamento de políticas,

ações e garantia de recursos adequados) no sentido de oferecer, a ela, uma rede de verdadeiro acolhimento, formada por serviços de psicologia, assistência social, saúde, assistência jurídica, moradia, trabalho, educação, emprego, segurança pública, pautada pelo respeito à autonomia da mulher e pela valorização da sua palavra, sem julgamentos ou estereótipos de gênero.


E não só isso: é preciso que a sociedade, de forma geral, organize-se para ser essa rede de apoio, oferecendo acolhimento e escuta ativa sem culpabilização, sem julgamentos e sem preconceitos. Enquanto as mulheres sentirem medo ou vergonha de falar sobre a violência que sofrem dentro de suas casas, temendo serem desacreditadas ou culpabilizadas, estamos falhando, enquanto sociedade, no enfrentamento à violência de gênero e perdendo a oportunidade de evitar, a tempo, os desfechos fatais que tanto nos assustam.

DESAFIOS NA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM SANTA CATARINA

No ano de 2019, o Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina protocolou uma representação junto ao Tribunal de Contas do Estado solicitando auditoria nos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência no Estado, ante os indícios de precariedade na rede de atendimento.

O resultado da auditoria foi divulgado em 2021 (MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DE SANTA CATARINA, 2021) e expôs, à sociedade catarinense, um cenário desolador. Constatou-se a fragilidade

SUMÁRIO




na articulação e interlocução entre os vários serviços que compõem a rede de atendimento à mulher; cofinanciamento insuficiente para instalação dos equipamentos de assistência social nos municípios ou comarcas, como Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializado para Mulher em Situação de Violência (CREMV) e Casas Abrigo; ausência de inserção das mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho nos contratos firmados pelo Estado, apesar de haver normativa no sentido da reserva de vagas (Instrução SDS n.º 1/2019); inexistência de Casa da Mulher Brasileira; precariedade dos serviços especializados e espaços físicos impróprios para atendimento; instrução de inquéritos policiais fora do prazo estabelecido por lei; cobertura apenas parcial do programa Rede Catarina, da Polícia Militar, às mulheres com medidas protetivas concedidas; ações incipientes nas escolas quanto à prevenção e promoção da equidade de gênero; insuficiência dos grupos reflexivos para homens agressores; deficiência na prestação do serviço pelo Instituto Geral de Perícias (IGP) às mulheres, dentre outros (MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DE SANTA CATARINA, 2021).

O documento mostra, portanto, que todos os quatro eixos de enfrentamento à violência contra as mulheres estabelecidos pela Lei Maria da Penha e pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres encontram-se fragilizados, carecendo de investimento, planejamento, concretização e monitoramento.

Doutro lado, sobram iniciativas (populistas ou, para dizer o mínimo, ingênuas) voltadas ao recrudescimento das penas previstas para os crimes praticados no âmbito da violência doméstica e familiar ou à expansão dos efeitos da condenação criminal. A nível nacional, levantamento realizado em 2020 pela revista AzMina mostrou que a maior parte dos projetos de lei relacionados à Lei Maria da Penha em trâmite no Congresso buscam mais punição aos agressores. Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou proposta que aumenta as penas do crime de feminicídio.

SUMÁRIO




A resposta punitiva, como se sabe, chega sempre atrasada, quando a violência mais grave (e, por vezes, letal) já ocorreu. Chega, ademais, de forma seletiva, atingindo desproporcionalmente os agressores que pertencem aos segmentos mais marginalizados e discriminados da população (alvos prioritários do processo de criminalização). E, de forma isolada, jamais será capaz de ressocializar o agressor, carecendo de qualquer potencial transformador ou questionador dos valores machistas e misóginos que legitimam a objetificação e o desprezo às mulheres.

Ademais, deve-se ter em mente os dados recentemente divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina no que toca aos feminicídios praticados no ano de 2021: do total de agressores que estão vivos (levando em consideração que 11% comete suicídio), 89% estão presos, sendo que 53% foram presos em situação de flagrante delito (SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

De forma objetiva, portanto, deve-se questionar o discurso fácil da impunidade com relação aos feminicidas, pois há indícios a demonstrar que, depois que o crime ocorre, a grande maioria dos agressores é, de fato, encarcerada. Essa não é, contudo, a única – ou sequer a principal – resposta dada pelo ordenamento jurídico nacional e internacional ao complexo problema da violência contra as mulheres.

Se quisermos assumir seriamente o compromisso de evitar as mortes violentas de mulheres por motivação de gênero, precisamos de mais do que recrudescimento de penas. Precisamos da efetiva implementação de políticas públicas intersetoriais de enfrentamento à violência contra as mulheres, nos moldes estabelecidos pelas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, pela Constituição Federal, pela Lei Maria da Penha e pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

SUMÁRIO



Nesse sentido é indispensável que o Poder Público amplie e fortaleça os equipamentos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher (incluindo-se aí a Defensoria Pública, instituição prevista pela Constituição como indispensável à promoção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade), com a destinação de recursos financeiros e humanos, sem esquecer da necessária capacitação. Que o controle social das políticas seja efetivo e democrático, com a avaliação periódica da efetividade dos serviços. Que o fenômeno da violência de gênero seja compreendido em toda a sua complexidade, de forma multidisciplinar, reconhecendo a interação entre as opressões de gênero, de raça e de classe. Que se priorize a prevenção primária nas escolas e na comunidade em geral, por meio de conteúdos que questionem os papéis sociais tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres, causa mais profunda da violência de gênero. Finalmente, que se reafirme a condição da mulher como sujeito de direitos, respeitando-se sua autonomia e capacidade de autodeterminação.

Para tanto, é fundamental aprofundar a participação política das mulheres comprometidas com a promoção da equidade de gênero, criando mecanismos para combater a violência política de gênero que se abate sobre aquelas que ousam ocupar o espaço público, político e de decisão, tradicionalmente ocupado por homens brancos, heterossexuais e proprietários. É preciso trazer, ao palco das decisões administrativas e do processo legislativo, mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, com deficiência, rurais etc., que possam contribuir para inscrever, na institucionalidade, a perspectiva e as demandas daquelas que mais estão suscetíveis à violência.

Em 2015, o Mapa da Violência colocou o Brasil na quinta posição entre os países com maior índice de homicídios de mulheres, em um *ranking* de 83 nações. De acordo com esse documento, altas taxas de feminicídio costumam ser acompanhadas de elevados níveis de tolerância à violência contra as mulheres – e, em alguns casos, são exatamente o resultado nessa negligência.

SUMÁRIO

É possível evitar os feminicídios. Mas, para isso, é indispensável combater a cultura que culpabiliza mulheres pela violência que sofrem, desconstruindo os estereótipos de gênero que garantem legitimidade à violência, de modo a assegurar condições mais favoráveis a que as mulheres rompam o silêncio e procurem ajuda ao primeiro sinal de violência. E, mais que isso, é preciso investir na qualidade do serviço público (educação, saúde, assistência social, segurança pública, assistência jurídica etc.) para que, quando as mulheres procurarem ajuda, possam encontrar uma rede fortalecida, capacitada e articulada, capaz de orientá-las e apoiá-las, respeitando sua autonomia e seu protagonismo no tormentoso processo de ruptura do ciclo da violência.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Marcelo. Câmara aprova aumento da pena mínima para feminicídio. **Agência Brasil**, 18.5.2021. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/camara-aprova-aumento-da-pena-minima-para-femicidio#:~:text=Pena%20m%C3%ADnima%20aumentada%20de%2012%20para%2015%20anos%20de%20reclus%C3%A3o&text=A%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados%20aprovou,O%20projeto%20vai%20ao%20Senado>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Decreto n. 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

SUMÁRIO

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006a. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. Lei do Feminicídio. Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2021a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 08 jan. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3 ed, 2021b. Disponível em <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

LIBÓRIO, Bárbara. Projetos de lei para alterar Lei Maria da Penha disparam no Congresso. **AzMina**, 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/projetos-de-lei-para-alterar-lei-maria-da-penha-disparam-no-congresso/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MACHADO, Lia Zanotta. Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha. *In: A Mulher e a Justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos*. Brasília: Amagis, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DE SANTA CATARINA. **Parecer MPC/1542/2021, Processo @RLA 19/00938461**. 2021. Disponível em: <https://www.mpc.sc.gov.br/noticias/no-mes-de-combate-a-violencia-contra-mulher-mpc-sc-constata-precariedade-na-rede-de-atendimento-em-santa-atarina-e-recomenda-59-aco-es-ao-poder-publico/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SUMÁRIO

ONU MULHERES. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)**, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

ONU MULHERES. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

PASINATO, Wânia; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de. Políticas públicas de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. *In: Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher*. São Paulo: Marcial Pons; Brasília, Fundação Escola, 2019.

PIRES, Amom Albernaz. A opção legislativa pela política criminal extrapenal e a natureza jurídica das medidas protetivas na Lei Maria da Penha. *In: Relatório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, v.1, n. 5, p. 121-168, 2011.

RAMOS, Ana Luisa Schmidt. NUDEM entrevista Ana Luisa Schmidt Ramos, juíza do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Entrevista concedida a Anne Teive Auras. **Boletim do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina**, edição digital, v. 2, ago. 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/nudem-entrevista-ana-luisa-schmidt-ramos-juiza-do-tribunal-de-justica-de-santa-catarina>. Acesso em: 06 dez. 2022.

REBELLO, Arlanza Maria Rodrigues. Para mudar o rumo da prosa: um novo olhar sobre a Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha. *In: A Defensoria Pública e a atuação na defesa da mulher*. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA. Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial. **Resultados 2021**. Disponível em: https://www.ssp.sc.gov.br/files/dinidocs2021/CSSPPO_-_Resultados_2021_-_Revisado.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.



14

Karina Janz Voitowicz

Mulheres de luta, nas ruas e na imprensa:

ditadura e resistência feminista
nos anos 1970 e 80 no Brasil

Women in struggle, in the streets and in the press:

dictatorship and feminist resistance
in the 1970s and 80s in Brazil

Mujeres en lucha, en las calles y en la prensa:

dictadura y resistencia feminista
en las décadas de 1970 y 1980 en Brasil

INTRODUÇÃO

Em diferentes períodos e contextos históricos, a criação de espaços de comunicação se entrelaça com a ação dos movimentos de resistência. Se desde o século XIX há registros, no Brasil, de jornais e panfletos de oposição política, da imprensa operária, abolicionista e de diversos grupos sociais que lutam por direitos, a história da imprensa feminista se revela parte importante de uma trajetória de disputas e conquistas das mulheres. É oportuno lembrar que a publicação de jornais é uma prática presente desde a chamada primeira onda do movimento feminista, marcada pelas lutas pelo direito ao voto e pela defesa do direito à educação e à participação na esfera pública, no século XIX e início do XX (Constância Lima DUARTE, 2016). Já na segunda metade do século XX, um momento significativo de produção de jornais e revistas situa-se nos anos 1970 e 80, não apenas no Brasil, mas em toda América Latina, quando se registra a participação das mulheres na luta pela democracia.

De acordo com Céli Regina Pinto, o feminismo no Brasil “foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular” (2003, p. 10). Visibilizar o processo de organização e a importância dos feminismos em um momento singular da história do país – a ditadura civil-militar – permite colocar em foco a ação das mulheres na resistência ao autoritarismo e na defesa de direitos. E esse foi o propósito do projeto *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, coordenado pela professora Dra. Cristina Scheibe Wolff e financiado pela CAPES através do Edital *Memórias Brasileiras: conflitos Sociais*.

O presente artigo resulta da participação no referido projeto, juntamente com as pesquisadoras Barbara Popadiuk e Elaine Schmitt, que consistiu na sistematização e na análise de jornais feministas do período e de entrevistas com mulheres que atuaram na imprensa,

SUMÁRIO

e que permitiram o contato com importantes referências sobre o tema. Trata-se de uma versão ampliada da apresentação realizada durante o 12º Seminário Internacional Fazendo Gênero, na mesa intitulada *Mulheres de Luta*, em julho de 2021, que representa o trabalho coletivo construído ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente, o texto traz uma breve fundamentação sobre a imprensa alternativa e identifica características próprias dos jornais que circularam no período da ditadura no Brasil, a partir da bibliografia de referência, de modo a contextualizar as experiências de imprensa feminista. Em seguida, apresenta iniciativas que marcaram a trajetória do feminismo, utilizando como referência básica o material empírico identificado no processo de pesquisa, em diálogo com investigações que trataram do tema da imprensa feminista entre os anos de 1970 e 80. As transformações ocorridas ao longo do tempo, os limites enfrentados na produção dos jornais, os desafios de construir um discurso próprio e a diversidade de lutas e perspectivas são alguns aspectos considerados no artigo. Por se tratar de um amplo universo de pesquisa, foram escolhidos alguns jornais para figurar como representantes da imprensa feminista, com foco na identificação de fases, projetos políticos e modos de produção dos discursos, sem a pretensão de remontar a trajetória dos jornais feministas de forma mais ampla, dado o aspecto lacunar inerente a este estudo.

Com base neste percurso, busca-se nas considerações finais lançar algumas questões referentes à herança do jornalismo alternativo produzido por mulheres no período da ditadura para as lutas políticas do movimento após a abertura política, quando outras práticas de organização e estratégias de ação no campo das mídias se colocam para os feminismos.

IMPrensa ALTERNATIVA, IMPrensa DE E PARA MULHERES

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a imprensa alternativa atuou como espaço de denúncia, crítica e reivindicação de direitos, envolvendo os mais diversos setores da sociedade. Fazer jornal consistia em uma prática de resistência duramente combatida pelo governo militar, principalmente nos anos de maior repressão, marcados pelos rigores do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 1968, que resultou, entre outras coisas, no fechamento do Congresso Nacional, na instauração da censura prévia e na suspensão de direitos políticos.

Utilizamos a expressão imprensa alternativa para identificar as formas de comunicação que assumem caráter contra-hegemônico sobretudo em relação aos seus conteúdos (Máximo Simpson GRINBERG, 1987), representando os interesses e as reivindicações de grupos e movimentos sociais. Pascual Serrano oferece alguns elementos para identificar a natureza, o papel e o comprometimento social de um meio alternativo:

Un medio alternativo será el que nace de la disconformidad con el sistema mediático dominante y tiene por vocación dar la voz a colectivos sociales, ciudadanos y líderes sociales o intelectuales marginados en los grandes medios de comunicación. El medio alternativo es independiente de poderes económicos y políticos y sólo responde ante el colectivo que lo organiza, que nunca condicionará sus contenidos ni su línea editorial por otro principio que no sea el de su ideario propio. El medio alternativo debe tener como inspiración dar la voz de los movimientos sociales, ésa es su principal razón de ser (SERRANO, 2011, p. 73).

Em se tratando de jornalismo alternativo, especificamente, considera-se como uma atividade ao mesmo tempo profissional e militante, vinculada aos movimentos sociais. Para Cicília Krohling Peruzzo

SUMÁRIO

(2009), o jornalismo alternativo representa uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo e pelo tipo de abordagem que oferece.

A imprensa alternativa assumiu um papel de apoio e articulação dos movimentos sociais que consistia nas ações de informar, denunciar, mobilizar e promover o debate sobre temas censurados nos veículos da mídia convencional. Os jornais, em sua grande maioria, eram produzidos por militantes, sem estrutura financeira ou mesmo profissional (Regina FESTA, 1986). De acordo com Bernardo Kucinski (2003), estima-se que mais de 150 periódicos nasceram e morreram neste período, representando a diversidade de grupos, organizações de esquerda e movimentos sociais. Entre eles, o autor menciona seis que representam o movimento feminista e de mulheres: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Maria Quitéria*, *Correio da Mulher*, *Mulher ABC* e *Mulherio*. Segundo Kucinski (2003, p. 129): “Muitas jornalistas e feministas participam simultaneamente de vários jornais feministas desse período, constituindo-se num subgrupo da comunidade de jornalistas da imprensa alternativa”.

Sabe-se, contudo, que há um número muito maior de experiências de imprensa alternativa que marcaram o período em todo país e permanecem desconhecidas. Pelas pesquisas e registros em torno da memória da ditadura no Brasil observa-se um número crescente de experiências de resistência que evidenciam a importância dos jornais como espaços de construção e de visibilidade das lutas vivenciadas no período.

O discurso da mídia feminista, assumidamente político, volta-do à defesa dos direitos das mulheres e à crítica social e cultural, se apresenta como alternativo à medida que se torna capaz de configurar a identidade de resistência do movimento e atuar como forma de mobilização. Nota-se que as características destas publicações eram bastante semelhantes: tiragem reduzida, equipe de produção formada por colaboradoras (voluntárias), restrição de recursos e conteúdo

SUMÁRIO


engajado com as questões feministas. Destaca-se ainda os impasses da dupla militância, presente principalmente na primeira geração de imprensa feminista (segunda metade dos anos 1970), que resulta na conjugação de pautas gerais pelo fim da ditadura e específicas das mulheres (Karina Janz WOITOWICZ, 2014).

O fenômeno da imprensa alternativa é estudado por Elizabeth Cardoso (2004), que catalogou 75 periódicos feministas de caráter noticioso em todo o Brasil após 1974, a partir de consulta ao arquivo Edgard Leuenroth e às bibliotecas da Fundação Carlos Chagas e do Centro de Informação da Mulher (CIM). Em sua análise, os veículos são divididos entre o que a autora chamou de primeira geração, voltada para a questão de classe, e segunda geração, formada por veículos editados a partir de 1981, que contemplam a questão de gênero.

Como representantes da primeira geração temos os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979) e *Nós Mulheres* (1976-1978), que surgem em um mesmo contexto político. Rosalina de Santa Cruz Leite (2003, p. 239) considera que ambos se assemelham em sua orientação política, tentando conciliar as lutas políticas contra o sistema e as lutas feministas: “[...] os dois jornais reafirmam constantemente sua identidade feminista, porém o fazem geralmente na defensiva, argumentando que o feminismo não separa a luta pela emancipação das mulheres da luta pela emancipação humana”.

Diante da ação sistemática do movimento feminista no atendimento às demandas das mulheres desde os anos 1970, em uma fase posterior (anos 1980) surgem diversos grupos temáticos, como os que tratavam da violência contra a mulher, do racismo, dos direitos sexuais e reprodutivos, além do desenvolvimento do feminismo acadêmico. No processo de redemocratização do país, o movimento feminista assume outras características, transformando suas formas de militância e ampliando seus espaços e estratégias de comunicação.

SUMÁRIO



Um importante registro da participação das mulheres no campo da comunicação, com vistas à busca de espaços para tematizar causas e bandeiras de luta, situa-se em um Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado em 1981 no Rio de Janeiro, que trouxe como uma de suas pautas a comunicação. As experiências e debates estão registrados no livro *Mulheres em Movimento* (Leila BARSTED, 1983), que evidencia a criação de novos espaços a partir do final da década de 1970 em veículos alternativos impressos, experiências de rádio, TV e inserção na chamada grande mídia como parte de uma estratégia de educação e visibilidade das lutas das mulheres.

A motivação para o fortalecimento de espaços de comunicação é justificada pela constatação do silenciamento em torno do feminismo, conforme análise de Carmen da Silva (1983, p. 30): “feminismo propriamente dito, em toda extensão de suas propostas, é tema sutilmente censurado nos órgãos de comunicação”. Entende-se que os meios tradicionais de comunicação e mesmo determinados setores da imprensa alternativa no referido período “ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora” (BARSTED, 1983, p. 14).

É a partir da constatação de que a imprensa produzida por mulheres constituiu um espaço de articulação e visibilidade de lutas por direitos que destacamos a seguir algumas experiências que ilustram a importância e a diversidade das publicações feministas como uma prática de imprensa alternativa que contribuiu, em alguma medida, para o fortalecimento do movimento e para a difusão de debates e reflexões que marcaram a oposição ao regime.

MULHERES, MOVIMENTOS E PÁGINAS DE RESISTÊNCIA


Ao caracterizar a imprensa alternativa feminista como um instrumento de luta do movimento organizado de mulheres, que atua não apenas como canal de divulgação de informações, mas sobretudo como espaço de formação, mobilização e inserção das pautas feministas no debate público, é possível reconhecer a importância das publicações como forma de ação política (Jacira MELO, 2003). Assim, destacamos algumas das muitas experiências que compõem a trajetória da imprensa feminista durante a ditadura militar, de modo a levantar elementos para compreender a própria organização do movimento e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Folhear os jornais constitui um encontro com a diversidade de grupos, bandeiras e práticas de resistência que perpassam registros sobre greves, reivindicações por creches para mães trabalhadoras, ações do movimento de mulheres (eventos, documentos, mobilizações etc.), questões de raça, sexualidade, direitos reprodutivos, representatividade política, produções culturais, entre tantos outros.

Nos limites deste artigo, serão mencionadas publicações que marcaram a trajetória da imprensa feminista entre os anos 1970 e 80, identificadas por meio de pesquisa bibliográfica e documental que integra os resultados do projeto Mulheres de Luta. Os arquivos de jornais consultados são compostos, em sua maioria, pelo acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina⁹², em que foi possível identificar treze periódicos que circularam durante a ditadura no Brasil⁹³. A consulta aos arquivos do

92 O acervo é composto por materiais doados pelo Centro de Informação da Mulher (CIM) e pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), entre outros documentos disponibilizado por pesquisadoras e pesquisadores ligados ao LEGH.

93 Os jornais consultados são: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *Mulher Paulista*, *Bennet Informa*, *Jornal Brasília Mulher*, *Cadernos da Mulher*, *Jornal Maria*, *Jornal Mulher CECF*, *Espaço Mulher*, *Jornal da Mulher*, *Nzinga Informativo* e *Chanacomchana*.

SUMÁRIO



Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), localizado em Curitiba/PR, permitiu o contato com outras seis publicações⁹⁴ que se somaram ao levantamento de fontes, além de cartilhas, boletins e materiais de formação ligados aos movimentos sociais⁹⁵. Além disso, arquivos digitais da Fundação Carlos Chagas (jornais *Mulherio* e *Nós Mulheres*), Fundação Perseu Abramo (jornal *Brasil Mulher*) e Acervo Bajubá (jornal *ChanaComChana*) também serviram de fontes para acesso aos exemplares. No total, foram selecionados 19 periódicos situados em diferentes regiões do país, que contemplam a diversidade interna do movimento e as questões ligadas à interseccionalidade (evidenciada pela articulação de mulheres negras, lésbicas, rurais e urbanas, estudantes, trabalhadoras, entre diversas outras).

De acordo com Barbara Popadiuk, Elaine Schmitt e Karina Janz Woitowicz (2019), é possível compreender a imprensa feminista que circulou entre os anos de 1970 e 80 para além de uma experiência formada por jornalistas e estruturada a partir de processos profissionais: tratava-se de uma imprensa militante. Essas publicações tiveram um papel importante no processo de organização das mulheres, servindo como um espaço estratégico e necessário para o debate feminista.

A tabela abaixo, elaborada pelas autoras e publicado no livro *Mulheres de Luta* (Cristina Scheibe WOLFF, Jair ZANDONÁ, Soraia Carolina de MELLO, 2019), sistematiza as informações sobre os periódicos feministas que compreendem a pesquisa e circularam durante a ditadura militar e logo após a abertura política:

94 As publicações localizadas no arquivo do CEFURIA são: *Revista Vivência*, *Jornal da Mulher (Cabo)*, *Lua Nova*, *Mulher*, *Presença da Mulher* e *Mulher Teresina*.

95 A digitalização dos documentos e a sistematização do material encontrado no arquivo do CEFURIA foram realizadas pela pesquisadora Barbara Popadiuk, que atuou como bolsista de iniciação científica do projeto *Mulheres de Luta*.

Quadro 1 – Informações sobre os jornais feministas

Jornal	Local de produção	Período de circulação	Nº de páginas
Brasil Mulher	Londrina/PR – São Paulo/SP	1975-1979	Média de 16
Nós Mulheres	São Paulo/SP	1976-1978	Média de 14
Mulherio	São Paulo/SP	1981-1988	Média de 22
Mulher Paulista	São Paulo/SP	1981	Média de 04
Chanacomchana	São Paulo/SP	1981-1986	Média de 20
Bennet Informa	Rio de Janeiro/RJ	1982	Média de 04
Jornal Brasília Mulher	Brasília/DF	1982-1983	Média de 06
Cadernos da Mulher	Curitiba/PR	1984	Média de 06
Jornal Maria	Curitiba/PR	1984	Média de 08
Mulher (Teresina)	Teresina/PI	1984	Média de 04
Jornal Mulher CECF	São Paulo/SP	1984-85	Média de 20
Espaço Mulher	São Bernardo do Campo/SP	1985	Média de 08
Jornal da Mulher	Curitiba/PR	1985	Média de 08
Nzinga Informativo	Rio de Janeiro/RJ	1985-86/1988-89	Média de 08
Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1986	Média de 12
Presença da mulher	Manaus/AM	1986	Média de 36
Revista Vivência	Campinas/SP	1988	Média de 24
Jornal da Mulher (Cabo)	Cabo/PE	1989	Média de 04
Lua Nova	Porto Alegre/RS	1989	Média de 10

Fonte: POPADIUK; SCHMITT; WOITOWICZ, 2019, p. 67.

Cronologicamente, a primeira experiência refere-se ao jornal *Brasil Mulher*, fundado por Joana Lopes em Londrina/PR e transferido, a partir da sua segunda edição, para São Paulo. Durante o período em que circulou (1975-1979), foram publicadas 16 edições regulares e mais quatro “extras”. “Editado bimestralmente, em formato tabloide, contendo 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado

SUMÁRIO

pela publicação, o *Brasil Mulher* tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional e venda em bancas” (CARDOSO, 2004, p. 3).

Embora o jornal anuncie em sua primeira edição que “não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres” (BRASIL MULHER, ano 1, n. 0, 9 de out. 1975, p. 2), recebendo por isso críticas do próprio movimento, ao longo das edições passa a assumir o reconhecimento como feminista, conforme observa Ângela:

O jornal *Brasil Mulher* era uma espécie de elo que nos articulava. O último jornal saiu em março de 1980. Passávamos por um outro processo de questionamentos de nossas concepções sobre o feminismo. A discussão era principalmente sobre a ligação do específico, a questão específica da mulher, com as questões gerais da sociedade (BORBA, 1983, p. 199)

O jornal *Nós Mulheres*, que circulou no mesmo período do *Brasil Mulher*, revela em suas páginas um forte trabalho de base junto às mulheres das classes populares, ao longo das oito edições publicadas nos dois anos em que circulou (1976-1978). E, desde o início, apresenta o comprometimento com causas específicas das mulheres: “Nós mulheres decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.” (NÓS MULHERES, ano 1, n. 1, junho de 1976, p. 2)

SUMÁRIO

Imagem 1: Brasil Mulher (Ano 5, n. 5, 1976)



Fonte: Fundação Perseu Abramo⁹⁶

#PraTodoMundoVer: Capa do jornal *Brasil Mulher* com a foto preto e branco de uma mulher negra com uma criança no colo, também negra, coberta com uma manta branca. Entre os destaques da capa consta a reivindicação por creches, na lateral direita. O nome do jornal aparece na parte superior da página.

96 Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>

Imagem 2: Nós Mulheres (Ano 1, n. 2, 1976)




Fonte: Fundação Carlos Chagas⁹⁷

#PraTodoMundoVer: Capa do jornal *Nós Mulheres* em preto e branco, com a ilustração de uma mulher com lenço na cabeça que traz em seus braços a figura de homens, mulheres e crianças e em seus ombros a imagem da escola e da igreja. Na margem inferior consta o título “Dona de casa: qual é o reino dessa rainha?”. O título do jornal aparece na parte superior.

De acordo com Rosalina Santa Cruz Leite (2003), o *Brasil Mulher* era conhecido pelas feministas exiladas do Círculo de Mulheres de Paris e essa é a origem das militantes do *Nós Mulheres*. Os jornais se desenvolvem no período pós-luta armada e “estavam comprometidos com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas vinculadas diretamente às condições das mulheres e às novas formas de fazer política” (Amelinha TELES, Rosalina Santa Cruz LEITE, 2013, p. 59). Ambos encontraram uma série de dificuldades para sua

⁹⁷ Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudose especiais/nosmulheres/>

SUMÁRIO



produção, especialmente no que se refere a questões financeiras, que dependiam do apoio das próprias colaboradoras e apoiadoras do movimento. Amelinha Teles e Rosalina Leite (2013), ativistas feministas e ex-presas políticas, contextualizam essas experiências e apresentam a estrutura dos dois jornais ao longo das edições, aspectos sobre o processo de produção (com amplos debates desde a pauta até o produto final), bem como uma análise das temáticas mais presentes na imprensa feminista, em que se destacam assuntos relacionados ao trabalho. De acordo com o levantamento realizado, o *Brasil Mulher* ocupou 29,3% de suas páginas para assuntos conjunturais e 70,7% para específicos das mulheres; o *Nós Mulheres*, por sua vez, registrou 23% do seu espaço para temas conjunturais e 77% para específicos (2013, p. 103). Segundo as autoras, ambos os jornais podem ser considerados “porta-vozes de propostas feministas”.

Já nos anos 1980, surge o mais duradouro dos jornais feministas: *Mulherio*, estabelecendo a relação com o feminismo acadêmico por meio de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Nos seis anos em que circulou (1981-1986), foram publicadas 39 edições do jornal, com tiragens que variavam entre 8 mil e 12 mil exemplares. Ele era distribuído de forma gratuita para instituições, entidades e grupos feministas, além de emissoras de rádio e televisão. Adélia Borges, uma das fundadoras do jornal, assim relata a expansão do jornal e o espaço ocupado para o debate sobre causas feministas:

[...] O que me surpreendeu é que o jornal está servindo para levar a causa feminista; para levar a preocupação com a condição da mulher para pessoas que, pelo menos me parece, pelas cartas que escrevem, não tinham essa preocupação anteriormente. A correspondência que chega lá é muito grande. Uma média de 5 a 10 cartas por dia, de pessoas dos mais variados cantos do país, cidades que eu até nunca sabia os nomes. Estamos muito entusiasmadas com a penetração do jornal. Temos visto o que ele está conseguindo fazer até agora. Tem circulação nacional e vai também para grupos de mulheres no exterior. (BORGES, 1983, p. 22)

Imagem 3: *Mulherio* (Ano 1, n. 3, set./out. 1981)

Fonte: Fundação Carlos Chagas⁹⁸

#PraTodoMundoVer: A capa do jornal *Mulherio*, em preto e branco, traz a imagem de perfil do rosto de uma mulher negra, de cabelo curto, com uma touca na cabeça, com olhar voltado para a direita e para baixo. Da sua boca sai um balão com a frase “Política é assunto de mulher?”.

Uma característica que se destaca no *Mulherio* é o uso de humor gráfico, aspecto que marcou diversos jornais alternativos do período. De acordo com Júlia Glaciela da Silva Oliveira (2017, p. 82), no *Mulherio* há “charges, cartuns e tirinhas que jogam com o humor e a ironia para tratarem de temas naturalizados no cotidiano feminino, especialmente no âmbito familiar e doméstico”. O humor gráfico enquanto um traço da imprensa feminista dos anos 1970 e 80 na promoção da crítica social e cultural é analisado por Cíntia Crescêncio (2016), que identifica no riso provocado por charges e tirinhas uma

98 Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/historia.html>.

SUMÁRIO

forma de linguagem capaz de subverter padrões normativos. Entre as charges analisadas, destaca-se a personagem Bia Sabiá, publicada no *Mulherio*, que questionava os estereótipos em torno do trabalho doméstico das mulheres (CRESCÊNCIO, 2016).

Ao analisar as reportagens publicadas nos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* durante todo o período em que circularam, Mariana Fraga da Fonseca (2019) identifica 42 referentes à categoria 'saúde da mulher', 29 'direitos civis' e 38 'direitos trabalhistas', em um total de 109 textos que contemplam a temática de políticas públicas para mulheres. Entre os resultados observados, a autora estabelece algumas comparações:

No *Brasil Mulher* as pautas voltadas para direitos trabalhistas se apresentam como maioria, fato diretamente ligado à participação ativa do jornal na militância sindical e ao seu discurso marxista. Com a segunda maior incidência está a temática de saúde da mulher, envolvendo questões de acesso a serviços e direitos das trabalhadoras. Com menor frequência aparece a temática de direitos civis, menos ligada à questão trabalhista do que as categorias anteriores. O *Nós Mulheres*, por outro lado, registra as categorias 'direitos trabalhistas' com maior incidência, com segunda maior frequência está a categoria 'saúde da mulher' e 'direitos civis' aparece apenas com dois registros. Acompanhando a tendência dos debates de seu período, o *Mulherio* registra um número maior de matérias voltadas para as questões envolvendo saúde da mulher, enquanto direitos civis e direitos trabalhistas apresentam destaque equivalente (FONSECA, 2019, p. 69).

A maior parte dos jornais identificados nos anos 1980 apresenta vinculação com determinado grupo ou coletivo⁹⁹ e, gradativamente,

99 Popadiuk, Schmitt e Woitowicz (2019, p. 70) associam o pertencimento das publicações a certos grupos, instituições e setores da sociedade: "O Conselho Municipal de Condição Feminina de Curitiba/PR e o Estadual de São Paulo/SP produzia o *Jornal da Mulher* e *Mulher CECF*, respectivamente. O *Espaço Mulher* tem um caráter universitário, sendo produzido pelo Núcleo de Memória Popular do ABC – Instituto Metodista de Ensino Superior. Outras publicações são relacionadas a grupos e movimentos, como o *Brasília Mulher* (Grupo Brasília Mulher), *Jornal Maria* (Movimento de Mulheres 8 de Março), *Chanacomchana* (Galf – Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e *Lua Nova*, que era produzido a partir do Núcleo de Ação Sindical e Feminista, de Porto Alegre/RS".

SUMÁRIO

observa-se o foco em uma perspectiva feminista cada vez mais plural, contemplando a diversidade do movimento. Exemplo dessa perspectiva é o jornal *Nzinga Informativo* (1985-1989), lançado no Rio de Janeiro, que direciona seu discurso de resistência para o combate à opressão vivida pelas mulheres negras. De acordo com texto publicado na primeira edição, “além do sexismo, a luta contra o racismo e a discriminação racial [...] justificava uma ação coletiva com diretrizes distintas das mulheres brancas que também debatiam a agenda feminista naquela época (NZINGA INFORMATIVO, n. 1, jun. 1985, p. 2).

Imagem 4: *Nzinga Informativo* (Ano 1, n. 3, fev./mar 1986)



Fonte: Arquivo CEFURIA/LEGH

#PraTodoMundoVer: A capa do jornal *Nzinga Informativo* apresenta no centro a imagem em preto e branco e desfocada de mulheres reunidas em torno de uma mesa, de forma descontraída. Os destaques da edição aparecem em chamadas na capa: 8 de março, Dia Internacional da Mulher; 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; e Vitória contra o racismo, fechamento da Boate Help. O nome *Nzinga*, na parte superior, é escrito em letra roxa com fundo amarelo.

SUMÁRIO

No estudo de Viviane Gonçalves Freitas (2017) sobre periódicos feministas, observa-se que o *Nzinga Informativo* apresentava um direcionamento claro em relação aos propósitos da publicação, promovendo a articulação das mulheres negras e denunciando o racismo e o sexismo.

Por meio de suas páginas, o debate sobre a dupla opressão – racismo e sexismo – que afetava (e ainda afeta) as mulheres negras sempre teve a maior expressão [...]. O classismo também circundava as discussões do grupo – principalmente porque o coletivo foi formado a partir da associação de mulheres representantes dos movimentos negro, de bairros e de favelas (FREITAS, 2017, p. 145).

Também com foco em lutas dirigidas a determinadas demandas das mulheres, que colocam em tensão a homogeneidade do feminismo e desafiam a problematizar as diversas formas de opressão que se colocam para as mulheres, temos no jornal *ChanaComChana* um importante representante da imprensa lésbica no início dos anos 1980.

Em pesquisa inédita sobre a trajetória da imprensa lésbica no Brasil, Paula Évelyn Silveira Barbosa (2019) recupera as experiências de dez publicações que circularam entre os anos 1980 e 1990, por meio de análise documental, bibliográfica e de entrevistas com militantes do movimento lésbico, baseadas na história oral. Da primeira fase (1981-1987), a autora apresenta o jornal *lamuricumá*, que circulou em 1981 no Rio de Janeiro, o *ChanaComChana*, publicado em 1981 pelo Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), o Amazonas, editado pelo Grupo Libertário Homossexual da Bahia (GLH) em 1984 e o *Xerereca*, criado em 1987 no Rio de Janeiro por estudantes da UFRJ. Algumas características comuns aproximam estes jornais, tais como a não identificação da autoria e a vinculação com grupos e coletivos, conforme revelam as fontes consultadas por Barbosa (2019).

SUMÁRIO

Para a autora, *ChanaComChana* foi o jornal lésbico mais influente do período, devido à sua regularidade. “Além do número especial de 1981, houve 12 edições entre dezembro de 1982 e maio de 1987” (BARBOSA, 2019, p. 70).

Imagem 5: *ChanaComChana* (Ano 1, n. 2, 1981)




Fonte: Acervo Bajubá¹⁰⁰

#PraTodoMundoVer: A capa do jornal *ChanaComChana* apresenta em destaque o desenho da silhueta de duas mulheres abraçadas, uma em frente à outra, tendo como fundo textos de jornal. Há destaque para a chamada “Associação das donas-de-casa discute lesbianismo, aborto...” na lateral esquerda. Na parte superior aparece o nome do jornal e na inferior, em destaque, consta o título “8 de março: Dia Internacional da Mulher”.

100 Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/>.

SUMÁRIO



Júlia Glaciela da Silva Oliveira (2017), em uma análise iconográfica da imprensa feminista brasileira nos anos 1980, considera que o *ChanaComChana* apresenta um humor ácido nas charges e cartuns, com o objetivo de dar visibilidade às opressões vivenciadas por mulheres homossexuais na sociedade e no próprio movimento feminista. Em sintonia com a análise de Barbosa (2019), evidencia-se o um processo de reconfiguração do movimento diante do afastamento com o feminismo em razão da falta de reconhecimento das demandas das mulheres lésbicas.

O Chanacomchana se posicionou, em diferentes artigos, sobre a importância da autonomia tanto para o movimento feminista, quanto para o homossexual; e, por isso, condenava a atuação dentro dos partidos, posto que estes não tinham sem seu horizonte de luta as demandas de ambos os movimentos (OLIVEIRA, 2017, p. 85).

Em relação ao que classifica como segunda fase da imprensa lésbica (1988-1995), Barbosa (2019) mapeia seis publicações vinculadas a grupos e coletivos organizados: o boletim *Um Outro Olhar* (UOO), publicado pela primeira vez em 1987, *Deusa Terra* em 1991, os jornais *Lesbertária* e *Folhetim* e a revista *Femme* em 1993 e, por fim, o GEM, que circulou em 1994.

A mesma autora destaca em sua análise aspectos que se destacam nas experiências de imprensa lésbica, como o trabalho de formação política, a construção da identidade e da memória coletiva do movimento lésbico, além da perspectiva crítica, da linguagem bem-humorada, da cooperação mútua entre os grupos, entre outros aspectos presentes em ambas as fases. No que se refere ao papel político das publicações, observa-se o seguinte:

Mais do que figurar como elemento acessório de grupos organizados, os periódicos lésbicos analisados revelam forte consciência política – questão que se manteve tanto no período pré-constituente como no período posterior de maneira razoa-

SUMÁRIO

velmente uniforme em todos os títulos abordados aqui. Essa conduta se nota, por exemplo, nas seções de indicações de leitura e de resenhas críticas sobre os mesmos. Outro exemplo é a preocupação com a listagem de grupos e periódicos voltados para lésbicas, gays e feministas, além dos relatos e chamadas para eventos de ativismo (BARBOSA, 2019, p. 130).

A exemplo dos jornais do movimento lésbico que marcaram os anos 1980, pode-se dizer que o processo de redemocratização do país contou com a publicação de diversos jornais, que contribuíram para colocar em pauta a incorporação das demandas de diferentes setores na Constituinte. A maior parte dos jornais consultados nesta pesquisa localiza-se nos primeiros anos de 1980, quando os feminismos se organizavam a partir de diversas frentes e se expandiam no país.

As publicações, contudo, costumavam ser efêmeras e com pouca regularidade, sendo registrados títulos com apenas uma ou duas edições ou mesmo a interrupção da circulação por determinados períodos. Estes aspectos decorrem da falta de estrutura técnica e de suporte financeiro para a produção dos jornais, que dependiam de colaborações de integrantes dos grupos a que pertenciam ou da rede de apoio do movimento feminista.

Dificuldades orçamentárias para a impressão e circulação dos jornais, limitações de equipe para produção do material e impasses que a conjuntura política do período apresentava para essas mulheres concretiza o desafio de fazer jornais como parte da resistência feminista (POPADIUK; SCHMITT; WOITOWICZ, 2019, p. 72).

Um exemplo de jornal de curta duração é o *Maria*, de Curitiba, iniciado em 1984, que contou com apenas duas edições de oito páginas e foi criado por Terezinha Cardoso, militante do Movimento de Mulheres 8 de Março (Carla Cristina Nacke CONRADI, 2015). O periódico era mantido pelas próprias participantes, uma prática comum à imprensa alternativa. Contava com algumas colaboradoras e “a maioria de seus textos descreve posicionamentos de líderes do movimento, palestras

ministradas por mulheres em universidades e eventos sobre a posição das mulheres na sociedade da época, na política e na educação” (Maria Helena Denck ALMEIDA; Karina Janz WOITOWICZ, 2021).

Imagem 6: Jornal *Maria* (dezembro/1984)



Fonte: Acervo do projeto Mulheres de Luta (LEGH/UFSCa)

#PraTodoMundoVer: A capa do jornal *Maria*, em preto e branco, com o título do jornal na parte superior, traz um conjunto de diversas imagens sobrepostas de mulheres. O destaque é para mulheres negras, em situações de trabalho. As chamadas de capa, na parte inferior da página, destacam temas como movimento feminista, direito à creche e participação política.

Jornais como o *Maria* de Curitiba (PR), o *Mulher* de Teresina (PI), também publicado em 1984, o *Presença da Mulher* de Manaus (AM) em 1986, o *Jornal da Mulher* do Cabo (PE) em 1989 e o *Lua Nova* de Porto Alegre (RS) também em 1989 – os três últimos após a abertura política – são ilustrativos da capilaridade do movimento feminista e da necessidade de constituir espaços para problematizar e transformar a realidade das mulheres.

SUMÁRIO

O contato com as diversas publicações feministas que circularam entre os anos 1970 e 80, oportunizado pelo projeto Mulheres de Luta, bem como as pesquisas que abordaram o tema e contribuíram para lançar olhares diversos sobre o processo organizativo do movimento e a imprensa alternativa feminista no período, permitiram colocar em foco o papel dos jornais no contexto de disputas que envolvem práticas discursivas de ação política.

Cada publicação – ainda que efêmera e com circulação restrita – assume relevância ao se constituir como uma experiência de militância realizada coletivamente, em diálogo com outros grupos e coletivos, na defesa de direitos para as mulheres. E revela o desenvolvimento de estratégias de inserção no espaço público que circulam entre as ruas e as páginas impressas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que as experiências de imprensa feminista do período da ditadura militar e pós abertura política nos dizem sobre práticas de organização e mobilização e sobre o uso da mídia pelos movimentos sociais? Ao lançarmos o olhar para este momento da história recente do país, observamos o legado da imprensa feminista como canalizadora dos anseios pela democracia e como espaço de diálogos e fissuras, compartilhamentos e construção de um projeto coletivo em defesa das mulheres, que se fortalece em meio a tensões e conquistas dentro e fora dos feminismos.

Em relação ao modo de conceber as publicações e produzir os discursos, pode-se dizer que os jornais têm muito a ensinar ao próprio jornalismo hegemônico, representante maior dos interesses políticos e econômicos dos grupos de poder. Trata-se, conforme aponta Barbosa

SUMÁRIO

(2019), de um modo de repensar certos parâmetros como a objetividade e o distanciamento com as causas sociais e promover práticas inclusivas, dialógicas e problematizadoras.

Fonseca (2019, p. 72), ao analisar em profundidade características da imprensa feminista tais como linha editorial, uso de fontes e processos de apuração, observa que as marcas deixadas pelas publicações “ainda são importantes referências para produções jornalísticas e devem ser utilizadas como meios para repensar funções e características do jornalismo contemporâneo”. O foco, aqui, situa-se principalmente no tratamento de temas e na capacidade reflexiva e propositiva encontrada na imprensa feminista, independentemente do formato (impresso ou qualquer outro).

Entende-se que as heranças da imprensa praticada por grupos, coletivos e organizações feministas nos anos 1970 e 80 repercutem na ampliação de canais capazes de fazer ecoar as vozes das mulheres e resistir ao silenciamento e às imagens distorcidas promovidas pelos meios tradicionais. Assim, considera-se que antes mesmo do reconhecimento da importância da comunicação para o movimento feminista – que tem na Conferência da Mulher realizada em Beijing em 1995 (ponto J, sobre as mulheres e a mídia) um marco que repercutiu na criação de diversos veículos e redes de mulheres comunicadoras em diversos países¹⁰¹ – os movimentos já desenvolviam no Brasil diversas experiências de apropriação dos meios como forma de resistência, como foi possível observar ao longo da pesquisa.

A partir dos anos 1990, quando a militância feminista caminha para a institucionalização por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), registra-se uma “intensa produção editorial feminista,

101 A partir deste período são criadas redes de comunicadoras em diferentes países e ganham relevo os fóruns de debate, listas de e-mails, sites de coletivos, agências de notícias, blogs, revistas, webrádios, periódicos feministas, redes sociais e diversos outros espaços de difusão das demandas das mulheres (Valeria HASAN; Ana Soledad GIL, 2016).

SUMÁRIO

com a publicação de livros, revistas, cadernos, jornais, boletins, cartilhas, folhetos etc.” (MELO, 2003, p. 298), além do surgimento de iniciativas pioneiras na internet.

Aos poucos, os movimentos e organizações foram repensando seus espaços de comunicação. Não se trata de um movimento linear, mas de um processo marcado por adequações e pela busca por novas linguagens e formatos que representou o caminho para o desenvolvimento de estratégias de luta que remetem ao feminismo praticado no ambiente digital, já no século XXI.

O processo de apropriação das tecnologias pelos movimentos sociais possibilitou a descoberta de outras formas de inserção na agenda pública e mobilização social. O acesso e a participação das mulheres na mídia é, segundo Sally Burch (2013, p. 118), “um elemento indispensável para garantir a igualdade de gênero”. As características de horizontalidade e descentralização presentes nos processos de organização dos movimentos e nas suas práticas de comunicação confere ao ambiente da internet um importante potencial de articulação política e de construção de projetos coletivos.

Hoje, há uma diversidade de portais e iniciativas na web, seja em espaços informais dos movimentos ou em veículos profissionais que desenvolvem o jornalismo com perspectiva de gênero, que tem contribuído para pautar certos temas na agenda pública e política. Sustentados em projetos políticos variados, que contemplam a pluralidade dos feminismos na contemporaneidade, tais espaços recriam debates presentes nas primeiras publicações do movimento, assumindo novas linguagens e potencial de difusão e engajamento por meio das redes, ainda que de forma dispersa. Novas pautas se incorporam à ação destes meios, com destaque para o aprofundamento da perspectiva interseccional, enquanto outras permanecem atuais, como o direito ao aborto, o enfrentamento da violência em todas as suas expressões, a participação política, entre tantas outras.

SUMÁRIO

A militância feminista que abriu caminho para a conquista de direitos insere-se em uma trajetória de avanços e refluxos, que tem nos meios alternativos um registro e um agente que participou das lutas do seu tempo. Ao deslocar o olhar para os feminismos de hoje, é necessário reconhecer o processo de construção histórica do movimento e o lugar ocupado pela imprensa como parte das resistências protagonizadas pelas mulheres, com suas rupturas e continuidades. Com o percurso aqui traçado, levantamos alguns elementos iniciais para essa discussão, mas o ativismo feminista no ambiente das mídias em um contexto de crescente digitalização motiva outros debates, para além dos limites deste texto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Helena Denck; WOITOWICZ, Karina Janz. "Páginas da resistência à ditadura no Paraná: os jornais alternativos Maria, Boca no Trombone e Nosso Tempo nas lutas políticas dos anos 1980. *In*: XVIII Encontro Nacional de História da Mídia, v. 13, 2021, Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. **Anais...** São Paulo: Alcar, 2021. p. 01-14.

BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil, 2019.

BARSTED, Leila Linhares. Comunicação: é falando que a gente se entende. *In*: **PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16.

BORBA, Ângela. Sociedade Brasil-Mulher. *In*: **PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 198-199.

BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. *In*: **PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

BRASIL MULHER, ano 1, n. 0, out. 1975.

SUMÁRIO

BURCH, Sally. Movimiento de mujeres: La comunicación con enfoque de género. *In*: León, Osvaldo (org.). **Democratizar la palabra**: Movimientos convergentes en comunicación. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. 2013. p. 117-120.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 37-55, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>. Acesso em: 10 set. 2021.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **Memórias do sótão**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil, 2015.

CRÊSCENCIO, Cintia. É para rir ou para chorar? O riso feminista brasileiro em tempos de ditadura (1970-1980). **História, Histórias**. Brasília, v. 4, n. 7, p. 109-127, 2016. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10929>. Acesso em: 25 set. 2022.

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: SENAC, 2002.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Século XIX: dicionário ilustrado. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2017.

FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FONSECA, Mariana Fraga da. **Páginas em luta**: políticas públicas para mulheres como pauta em produções do jornalismo alternativo feminista brasileiro de 1970 e 1980. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil, 2019.

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. *In*: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HASAN, Valeria F.; GIL, Ana Soledad. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. **La ventana**, Guadalajara, v. 5, n. 43, p. 246-280, 2016.

SUMÁRIO

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jun. 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100014>. Acesso em: 10 set. 2021.

MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 298-301, jun. 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100022>. Acesso em: 12 set. 2021.

NÓS MULHERES, ano 1, n. 1, jun. 1976.

NZINGA INFORMATIVO, n. 1, jun. 1985.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: Mulherio e Chanacomchana (1981-1985). **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 11, n. 21, p. 67-92, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/33691>. Acesso em: 12 set. 2021.

PERUZZO, Círcia Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. **ECO-Pós**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 46-61, maio-ago. 2009. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/947/887. Acesso em: 02 fev. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

POPADIUK, Barbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. *In*: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 56-74. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SERRANO, Pascual. **El periodismo es noticia: Tendencias sobre comunicación en el siglo XXI**. Quito: CIESPAL, 2011.

SILVA, Carmem da. O Sistema percebeu a força explosiva do movimento feminista e se assustou. *In*: **PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 28-30.

SUMÁRIO

TELES, Maria Amélia, LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p104/27179>. Acesso em: 02 fev. 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.





15

Camila Feix Vidal

Pâmela de Amorim Martins

Agenda antiaborto na América Latina e no Brasil:

uma ofensiva transnacional

Anti-abortion agenda

in Latin America and Brazil:

a transnational offensive

Agenda antiaborto

en América Latina y Brasil:

una ofensiva transnacional


INTRODUÇÃO

Existem vinte e seis países no globo em que o aborto é completamente proibido, seis deles estão localizados na América Latina. Neles, o procedimento é proibido em todas as circunstâncias, inclusive nas quais a vida da mãe está ameaçada ou quando o feto é decorrente de estupro. A mulher que aborta, inclusive espontaneamente, sofre processo criminal – caso emblemático de El Salvador, responsável por uma das legislações mais duras para a mulher no mundo. Na região, 97% dos países impõem restrições ou penalizam a prática (Jane DELGADO, 2020). Só Cuba permite que mulheres abortem sem restrições. Como argumenta Delgado (2020, p. 2), “*Latin America is a hostile place for girls and women who seek to end their pregnancies*”¹⁰². Ainda assim, dados apontam que pelo menos 6 milhões de gestações são interrompidas voluntariamente todos os anos na América Latina, a imensa maioria, realizadas de forma ilegal.

A proibição da interrupção legal da gestação é característica de regiões do sul global. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2017 apontam que nos países industrializados, 90% dos abortos são conduzidos de maneira legal e, portanto, segura, como é o caso dos Estados Unidos, onde 99% das interrupções voluntárias de gestação são seguras. Na direção contrária, América Latina, África e Ásia são responsáveis por 97% de todos os abortamentos inseguros realizados no mundo. Dessas três regiões, a América Latina se destaca com, proporcionalmente, o maior número de mortalidade materna decorrente de abortos (DELGADO, 2020). Esses dados são ainda mais preocupantes se levarmos em conta que a América Latina é a segunda região do mundo com maior taxa de gravidez entre meninas de 15 e 19 anos – superada apenas pela África subsaariana (Fernanda PAIXÃO, 2020).

102 Tradução própria, “A América Latina é um lugar hostil para meninas e mulheres que buscam a interrupção da gestação”.

SUMÁRIO



Os avanços na região seguem a passos lentos. Em 2012 o Uruguai foi primeiro país da América do Sul a legalizar o aborto até 12º semana de gestação. A Argentina legalizou a prática em 2020 até a 14º semana de gestação. No México, o aborto ainda é restrito no âmbito federal, mas a partir de 2020 algumas regiões passaram a legalizar a prática até a 12º semana (caso de Hidalgo, Oaxaca, Cidade do México e Veracruz) (Imelda VERA, 2021). Se os avanços são lentos, (mas nem por isso menos expressivos), os retrocessos parecem ser rápidos e não se circunscrevem apenas à América Latina.

Só nos Estados Unidos (EUA), pelo menos 106 legislações restritivas ao aborto foram formalizadas por estados no ano de 2021 – o maior número já aprovado desde que a Suprema Corte legalizou a prática em *Roe vs. Wade* (1973) (Elisabeth NASH, 2021). No Brasil, Legislativo, Executivo e grupos religiosos na sociedade civil se organizam para limitar ainda mais o acesso ao abortamento legal – já muito restrito. O próprio presidente, Jair Bolsonaro, se manifestou a esse respeito afirmando que, enquanto presidente “não haverá aborto no Brasil” (apud Mariama CORREIA, 2021). A título de exemplo, uma resolução nacional publicada em 2020 orientava as equipes médicas no Brasil a oferecer a visualização do feto por meio de ultrassonografia a mulheres que recorriam ao aborto ilegal (PAIXÃO, 2020). No ano seguinte, em 2021, convênios médicos passaram a exigir a autorização do homem para colocação de dispositivo intrauterino (DIU) na mulher – lembrando que ainda hoje o procedimento de laqueadura exige autorização do marido. O controle do corpo feminino se mantém e parece avançar ainda mais na tentativa de regressão dos direitos já adquiridos.

Não é novidade que observamos uma escalada de movimentos, partidos políticos e lideranças consideradas de “extrema direita” ao redor do mundo. Se na década de 1990 e início dos anos 2000 esses movimentos se apresentavam ainda restritos a determinadas regiões e partidos políticos, em específico na Europa como é o caso da Frente

SUMÁRIO

Nacional na França, Aurora Dourada na Grécia e *Ukip* na Inglaterra, por exemplo; com a eleição de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil, essa “direita” passou a ser característica também nas Américas. Ainda que díspares em termos de agendas políticas – em específico no âmbito da agenda econômica – esses movimentos parecem ter uma semelhança: a defesa de um núcleo familiar heteronormativo que reproduz tradições nacionais e, portanto, rejeita o que não corresponde a esse ideal – caso das uniões homoafetivas, dos/as imigrantes e da famosa e transnacional “ideologia de gênero”.


Para Andrea Peto (2015, p. 127), é a crítica a essa ideologia de gênero feita por movimentos antigênero que une, como uma espécie de cimento, essa extrema direita transnacional e multifacetada. Nesse sentido, a temática de gênero atua como uma “cola simbólica” (PETO, 2015, p. 131). Nessa campanha para redefinir a sociedade e retirar das mulheres direitos já adquiridos, determinados grupos religiosos, entre eles, a Igreja Católica; possui papel de destaque. Para Peto, a Igreja “*is believed to be the major initiator and institutional organizer of this campaign*”¹⁰³ (PETO, 2015, , p. 128). Se, globalmente essa agenda é capitaneada pela Igreja Católica, no Brasil ela encontra uma outra aliada: a igreja evangélica¹⁰⁴.

Compartilhamos aqui da perspectiva da autora de que esses movimentos antigênero podem ser considerados, no sentido Gramsciano, como instrumentais no estabelecimento de consensos para manutenção hegemônica (Antonio GRAMSCI, 2001). Essa hegemonia, não obstante, branca, heteronormativa e masculina; se caracteriza pela promoção e difusão de um tipo de arranjo social que preconiza, de um lado, um capitalismo neoliberal e, de outro, um conservadorismo

103 Em tradução própria “[a igreja] pode ser considerada o principal iniciador e organizador institucional dessa campanha”.

104 Não buscamos aqui generalizar o papel da Igreja Católica. Há que levar em conta dissidências dentro desse movimento: é o caso, nos EUA, do *Catholics for Choice* e, no Brasil, do Católicas pelo Direito de Decidir.

SUMÁRIO




social. É um arranjo, assim, antagônico: por um lado defende o estado mínimo e a liberdade individual no âmbito do livre mercado; mas, por outro, é um estado controlador e persecutório no âmbito social e, em específico, no que diz respeito às mulheres. A agenda que preconiza esse arranjo, entretanto é extremamente coesa: se busca a manutenção de privilégios de classe, raça e gênero; ou seja, uma hegemonia branca, masculina e oriunda de uma classe econômica dominante. Assim, através de ações compartilhadas e transnacionais, esses grupos buscam criar um determinado consenso social e redefinir direitos sociais se utilizando, para isso, de um discurso que preconiza “a ciência” e de estratégias de difusão dessas ideias que secularizam o discurso ao mesmo tempo que clericalizam a sociedade (PETO, 2015).

Ainda que antagônico, de um lado preconizando a diminuição dos serviços públicos e de outro o controle público do corpo da mulher, a promoção desse consenso é natural dentro de um sistema capitalista¹⁰⁵. A partir de uma perspectiva Marxista, podemos entender como esses dois elos se separam ao mesmo tempo que se complementam já que a atividade de reprodução social¹⁰⁶ é ela própria baseada no gênero. Tradicionalmente desempenhada por mulheres no âmbito privado, a atividade de reprodução social é essencial para a obtenção do lucro, atividade essa desempenhada por homens na esfera pública. Ainda que baseada na opressão de gênero, a atividade de reprodução social é ainda classista e racializada. É classista porque o esperado de mulheres da classe trabalhadora é a preparação de seus filhos e filhas para a força de trabalho enquanto são ainda

105 Para Silvia Federici (2017, p. 26), a transição para o sistema capitalista contribui com três fenômenos sociais: “o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; [e] a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores”.

106 A reprodução social diz respeito à criação e manutenção de seres humanos que servirão para força de trabalho nessa sociedade capitalista. Ou seja, refere-se, para além do próprio processo biológico de gestação e nascimento de uma pessoa, a toda gama de valores e habilidades para a conformidade no sistema capitalista.

SUMÁRIO



responsáveis, elas próprias, pelo cuidado da casa e das crianças das mulheres de classe média que terceirizam para a primeira esse trabalho. É racializada porque as mulheres que fornecem trabalho e que desempenham a reprodução social a custos menores são aquelas do sul global e, tradicionalmente, negras e não brancas. Assim funcionou a escravidão e o colonialismo, assim funciona o imperialismo atual com suas cadeias globais de produção.

De acordo com Silvia Federici (2019, p. 188), “Para se consolidar, a nova economia mundial depende fortemente do desinvestimento do Estado no processo de reprodução social”. Assim, a violência contra a mulher, seja física ou simbólica, está no próprio núcleo basilar capitalista e tem no controle do corpo da mulher da sua capacidade de reprodução, um importante pilar de sustentação. Assim, “o compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são sujeitos primários dessa produção” (FEDERICI, 2017, p. 14).

O controle do corpo da mulher por homens a serviço de um sistema capitalista, entretanto, é legitimado a partir de uma roupagem virtuosa e moral. Não à toa, a justificativa feita para a manutenção da reprodução social é uma baseada na moralidade e na religião atrelando o feto à vida. Vida essa que não é amparada após o nascimento (e mesmo durante a gestação) por instituições públicas de forma que, como argumenta Federici (2017, p. 35), “a promoção das forças da vida se revela como nada mais que o resultado de uma nova preocupação pela acumulação e pela reprodução da força de trabalho”.

Nesse sentido, se a luta das mulheres de classe média no controle do seu corpo e, em específico, do seu útero; tem sido protagonizada pela defesa de uma “maternidade voluntária” (Angela DAVIS, 2016, p. 205), as mulheres pobres e, tradicionalmente negras, por vezes enxergam na interrupção da gestação uma ação desesperada,

SUMÁRIO

mas ao mesmo tempo responsável para evitar que essas crianças nasçam numa situação de pobreza, vulnerabilidade social e violência. Para Nancy Fraser *et al.* (2019, p. 116), “exigindo, ao mesmo tempo, um aumento e jornada de trabalho e a redução dos serviços públicos, o capitalismo exterioriza o trabalho do cuidado sobre as famílias e as comunidades enquanto reduz a capacidade de executá-lo”.

O trabalho aqui apresentado busca tratar dessa agenda de controle do corpo da mulher no âmbito do aborto na América Latina (AL) e, em especial, no Brasil. Dado seu caráter transnacional, evidenciamos aqui alguns dos grupos e atores estadunidenses, latino-americanos e brasileiros que atuam para legislar em prol da restrição da prática em países da região. Em específico, buscamos analisar a atuação de determinadas instituições estadunidenses que operam em diversos países da AL tendo como objetivo a difusão de uma agenda que se apresenta como “pró-vida” e contrária ao aborto.

Nesse sentido, essa pesquisa busca apresentar uma radiografia dessa agenda antiaborto no Brasil para melhor compreender como ela opera, ou seja, indivíduos envolvidos, instituições que servem de instrumento para sua difusão, redes de relação entre esses atores e instituições no âmbito nacional e internacional e, por fim, os recursos financeiros que viabilizam a construção e a difusão dessa agenda. Assim, o trabalho aqui escrito é empírico no sentido de que se pretende evidenciar a construção dessa agenda e suas redes de relações no âmbito da América Latina e, em específico, no Brasil – país onde as autoras se situam. Se utiliza, assim, de dados publicados pelas próprias organizações e de sistematização deles em análise de redes.

O trabalho está organizado em três partes: (1) a agenda antiaborto nos EUA; (2) sua capilarização na AL a partir de instituições como Human Life International (HLI) e a *Heartbeat International*; e (3) grupos e lideranças vinculadas a esses movimentos no Brasil. Por fim, apontamos nas considerações finais os elos entre grupos e lideranças estadunidenses capilarizados na América Latina e, em específico, no Brasil.


OS GRUPOS “PRÓ-VIDA” NOS EUA E SUA ATUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Instituições contrárias à legalização do aborto nos EUA não são um fenômeno recente – datam da mesma época em que a Suprema Corte estadunidense legalizou o aborto em 1973 a partir de *Roe vs. Wade*. Dentre os inúmeros grupos e centros que atuam nesse país para reverter essa legalização, dois deles merecem destaque dado seu nível de organização e de capilaridade ao redor do globo: *Heartbeat International* e *Human Life International* (HLI). Caracterizados como instituições sem fins lucrativos, formalmente estariam impedidas de participar em atividades político-partidárias dentro e fora dos Estados Unidos. Esse não parece ser o caso, conforme nos debruçamos nos subcapítulos seguintes.

Heartbeat International

A Heartbeat é uma organização católica fundada em 1971 em Ohio e atua através de centros de gravidez em crise (*crisis pregnancy centers*) dentro e fora dos EUA. De acordo com o seu website, essa instituição se caracteriza por ser a maior rede de ajuda a mulher gestante atuando a partir de cerca de 3 mil centros (HEARTBEAT, 2021). Na América Latina, atuam como parceiros dos Centros de Ajuda para a Mulher Latino-Americana (CAMs), com sede no México. Só nesse país, a Heartbeat é responsável por pelo menos 70 grupos afiliados. Não à toa, a instituição estadunidense investiu cerca de USD 16 mil entre 2013 e 2015 e USD 25 mil entre 2015 e 2020 para que os CAMs dessem treinamento, consultoria e apoio aos grupos afiliados (Isabella COTA, 2020; Angelika ALBALADEJO, 2017).

SUMÁRIO



O foco da *Heartbeat*, para além do investimento e apoio na criação e manutenção de centros afiliados, está na construção de materiais para divulgação e de treinamento de profissionais. Os centros ligados a *Heartbeat* se apresentam como espécies de clínicas médicas. Não só não existem profissionais da saúde ali capacitados, como a ideia por trás dessa suposta clínica é justamente aparentar uma natureza científica e ao mesmo tempo acolhedora. De acordo com Rachel Wormer (2021, on-line), esses centros “*want people to think they provide health-care services such as abortion, yet they do not provide abortion or even refer people seeking abortion to actual medical clinics that do*”¹⁰⁷.


Recentemente ainda, a organização britânica *Privacy International* investigou a coleta e o uso, pela *Heartbeat* e por seus milhares de associados, de dados de mulheres que buscam abortar. De acordo com a investigação, a *Heartbeat* funcionaria como uma espécie de núcleo de coleta de dados ao concentrar aplicativos e websites que são exportados para seus centros afiliados e que coletam informações: “*The organization powers a data intensive content management system that was developed specifically to remove data silos between anti-abortion centers globally*”¹⁰⁸ (PRIVACY INTERNATIONAL, 2019).

A *Heartbeat* oferece cursos para seus centros afiliados que incluem estratégias para coleta de dados e para alcance midiático. Através de seus serviços de website, essa organização busca atrair mulheres “*abortion-minded*”, fazendo com que se sintam confortáveis (PRIVACY INTERNATIONAL, 2019). Nesses websites, se pode realizar ligações, acessar serviços de chat on-line e de videochamada. Aplicativos também fornecem às mulheres que buscam esses centros

107 Tradução própria, “querem que as pessoas pensem que eles proveem serviços de saúde como aborto; no entanto, eles não fornecem aborto ou mesmo indicam clínicas médicas que o fazem para quem os procura”.

108 Tradução própria, “A organização alimenta um sistema de gerenciamento de dados que foi desenvolvido especificamente para remover silos de dados entre centros antiaborto globalmente”.

SUMÁRIO



a possibilidade de agendar e alterar “consultas”, visualizar ultrassons e falar com seus “mentores” (PRIVACY INTERNATIONAL, 2019). Ao usar esses serviços, mesmo as que não estão cadastradas – caso dos chats e ligações on-line, por exemplo; as mulheres precisam responder um questionário com suas informações pessoais. Se levarmos em conta que só em 2018 a *Heartbeat* e seus centros parceiros atenderam 1,5 milhão de mulheres, a quantidade de informação coletada é enorme.

Se uma das estratégias mais eficientes da *Heartbeat* é justamente a coleta de dados e a publicidade de seus trabalhos e de materiais “educativos” (HEARTBEAT, 2021); o mesmo não se pode dizer de sua composição e de suas finanças. Não foram encontrados dados acerca de quem coordena a instituição, tampouco como seus recursos são oriundos e onde são gastos. Por fim, contrariando a prerrogativa de uma instituição sem fins lucrativos que proíbe atividades políticas, a *Heartbeat* atua fazendo *lobby* no Congresso estadunidense e em países latino-americanos. Em El Salvador, o representante dessa organização, Ron Archer, visitou o país ao menos três vezes dando palestras e participando no Congresso salvadorenho (Isabella COTA; Stephania CORPI, 2021). A relação entre América Latina e a organização estadunidense é antiga. O primeiro CAM foi fundado depois que um ativista local assistiu a uma conferência nos EUA protagonizada por outro grupo antiaborto: o *Human Life International*.

Human Life International (HLI)

O HLI é uma organização estadunidense católica liderada atualmente pelo padre Shenan Boquet com sede na Virgínia e que se caracteriza como “a maior rede católica, pró-vida e pró-família do mundo” (HLI, 2021). Altamente organizada, a HLI se capilariza em 160 países e é responsável por mais de 1.500 missões nesses países. Essa organização atua realizando conferências e treinamentos de professores,

SUMÁRIO



legisladores, médicos e padres; trabalham para a criação e manutenção de instituições parceiras nos outros países; participam em eventos na mídia e em organizações internacionais (como é o caso da OEA e da ECOSOC/ONU, onde dispõe de assento); e fazem pressão no Congresso e no Executivo.

Fundada em 1971 pelo Padre Paul Marx na Universidade de St. John, a HLI nasce a partir de uma preocupação com a “cultura da morte” e a “mentalidade contraceptiva” (Shenan BOQUET, 2019). Desde sua concepção, a organização atua em cinco frentes: contraceptivos, aborto, família, eutanásia e tecnologias reprodutivas. Desde a atual presidência do Padre Shenan Boquet, entretanto, o foco tem sido reduzido a três dessas áreas: “contraceptivos, aborto e comunidade LGBT” (BOQUET, 2019, p. 1).

A necessidade de se tratar esses temas em conjunto se justificaria. De acordo com Boquet, o “transgenderismo”, bem como o uso de contraceptivos e a prática de aborto são manifestações de um tipo de cultura contemporânea que estaria contra desígnios naturais e divinos. Assim, explica: “*The most obvious manifestation of this temptation in contemporary culture is the trend of transgenderism, in which human beings declare their freedom by rejecting one of the most self-evident aspects of their nature – their biological sex*”¹⁰⁹ (BOQUET, 2019, p. 7) complementando que:

However, I believe this same temptation is at play in the contraceptive mentality. [...] As long as the contraceptive mentality remains, the abortion mentality will flourish. [...] When people compromise on birth control, they find it much easier to compromise on other evils such as abortion, divorce, and homosexuality (BOQUET, 2019, p. 7)¹¹⁰.

109 Tadução própria, “A manifestação mais óbvia dessa tentação na cultura contemporânea é a tendência do transgenderismo, em que os seres humanos declaram sua liberdade rejeitando um dos aspectos mais evidentes da sua natureza – seu sexo biológico”.

110 Tradução própria, “Entretanto, eu acredito que essa mesma tentação acontece com a mentalidade contraceptiva. [...] Enquanto a mentalidade contraceptiva permanecer, a mentalidade do aborto florescerá. [...] Quando as pessoas se comprometem com controle de natalidade, elas acham muito mais fácil se comprometer com outros males como aborto, divórcio e homossexualidade”.

SUMÁRIO

A relação entre aborto e contraceptivos é antiga, datando da própria fundação da HLI e perpassa seus presidentes. Para o padre Matthew Habiger, antigo presidente da organização, “*There is no clear line of distinction between contraception and abortion. All the pills, IUDs, Depo Provera – they all are inducing abortion. [...] Contraception is not a cure for abortion. In fact, it is the cause of abortion*”¹¹¹ (apud Anto AKKARA, 2001, on-line). Nesse sentido, a defesa da castidade até o casamento tem sido uma das principais bandeiras de defesa da organização.

A HLI teve apoio, durante sua criação, de determinados grupos e lideranças que transitavam tanto na sociedade civil, no âmbito das organizações e institutos conservadores, quanto dos corredores de Washington. Entre esses, se destacam *American Life League (ALL)*¹¹², *Free Congress Foundation (FCF)*¹¹³, e Brent Bozell III¹¹⁴, nome em que a instituição fora registrada (CATHOLICS FOR CHOICE, 2011). Se nos seus primeiros anos de atuação a instituição se caracterizava por sua pouca credibilidade, sobravam declarações e ações histriônicas. Essas “táticas de choque” (HLI, 2021) se caracterizavam desde discursos racistas e sexistas na mídia até a apresentação de fetos em vidros para uma audiência infantil na Irlanda (CATHOLICS FOR CHOICE, 2011).

Segundo informações da organização *Catholics for Choice* (2011), desde a sua fundação até início dos anos 2000, a HLI sofreu processos judiciais e/ou acusações de racismo, nepotismo, corrupção, conduta sexual inapropriada e incitação à violência. Ao ler artigos, pan-

111 Tradução própria, “Não há linha clara de distinção entre contraceptivos e aborto. Todas as pílulas, DIUs, Depo Provera – todas elas induzem o aborto. [...] Contracepção não é a cura para aborto. Na realidade, é a causa de aborto”.

112 A ALL foi fundada por Judie Brown em 1979 e se apresenta como a mais antiga organização *advocacy* pró-vida nos EUA (ALL, 2021).

113 A FCF é instituição fundada por Paul Weyrich, cofundador da Heritage Foundation, em 1971. Tinha como objetivo pressionar por pautas conservadoras no Congresso e enfraquecer as pautas trabalhistas.

114 Bozell III é uma figura importante da direita estadunidense com trânsito no Executivo e em organizações conservadoras. Foi membro de campanha de Pat Buchanan na eleição presidencial em 1992 e foi presidente do *National Conservative Political Action Committee*.

SUMÁRIO

fletos e entrevistas de presidentes da HLI, nota-se inclusive o uso de teorias da conspiração – algo que hoje nos parece recorrente, de certo modo foi o *modus operandi* dessa organização já na década de 1990 numa espécie de precursora das *fake news*. Em entrevista datada de 2001, por exemplo, o antigo presidente da HLI, padre Habiger, afirmava que a indústria farmacêutica se beneficiava com a “cultura da morte” ao ganhar bilhões de dólares com preservativos e anticoncepcionais (Anto AKKARA, 2001). Recentemente, a HLI entrou na briga contra as vacinas. Em seu website, é possível ler artigos que associam a criação de vacinas contra a covid-19 com o uso de “células fetais de aborto” (HLI, 2021).

Para além de discursos e ações polêmicas, a HLI funciona como um núcleo bem-organizado que catalisa recursos financeiros e os distribui para outros institutos afins. Além disso, construiu um verdadeiro império de “materiais educativos” (HLI, 2021, on-line) que incluem livros, revistas e outros materiais impressos, assim como filmes, áudios e fotografias – alguns dos quais são enviados por correio para lideranças políticas e sociais, bem como para membros da instituição. Segundo relatório anual de 2016, “*We train, organize and equip pro-life leaders around the world to defend life in their home countries*”¹¹⁵ (HLI, 2016, on-line). Assim, atua em diversas frentes com seus parceiros dentro e fora dos EUA. De acordo com esse mesmo relatório, a HLI é responsável por treinar seminaristas e padres, produzir materiais e programas, educar lideranças cívicas sobre assuntos “*pro-life*”, defender a vida e a família na mídia, além de criar centros afins (HLI, 2016). Sua missão é descrita como “*Receive, administer, and expend funds for charitable, religious, and education purposes in connection with the rights of persons both*

115 Tradução própria, “Nós treinamos, organizamos e equipamos líderes pró-vida em todo o mundo para defender a vida nos seus países de origem”.

*born and unborn*¹¹⁶ (HLI, 2020). Para isso, faz uso de recursos doados, muitos anonimamente, e os redistribui para parceiros¹¹⁷.

Atuando em conjunto com advogados e assessores, a HLI adentra no espaço jurídico defendendo o direito a vida desde a concepção seja em ações judiciais locais, seja em ações na Suprema Corte. Por fim, a HLI ainda é responsável por atuar junto a congressistas na defesa de uma agenda contrária a legalização do aborto – dentro e fora dos EUA. Nesse sentido, ainda que o trânsito nos corredores de Washington não seja recente, é importante enfatizar que a relação desses dois grupos (HLI e *Heartbeat*) com a política estadunidense alçou proeminência durante o governo Donald Trump (2017-2021).

O então diretor do *Office of Refugee Resettlement*, Scott Lloyd, fez parte da diretoria da *Heartbeat* e fundou um “escritório de advocacia cristão” na sede da HLI na Virgínia (COTA, 2020). Afastado do cargo por impedir refugiadas adolescentes de abortar, se tornou herói de grupos antiaborto nos EUA (Dan DIAMOND, 2018). Já o antigo vice-presidente, Mike Pence, participou de eventos da *Heartbeat* que foram publicizados como os “novos amigos em Washington” (COTA, 2020). De acordo com o relatório anual de 2018 da *Heartbeat*:

*While in Washington, Heartbeat was invited to attend an intimate Pro-Life Advocate roundtable with Vice President Mike Pence. Sitting next to the Vice President of the United States of America, Heartbeat President Jor-El Godsey had the opportunity to share the life-changing work of pregnancy help organisations (HEARTBEAT apud PRIVACY INTERNATIONAL, 2019, on-line)*¹¹⁸.

- 116 Tradução própria, “Receber, administrar e gastar fundos para fins de caridade, religiosos e educacionais relacionados aos direitos das pessoas nascidas e não nascidas”.
- 117 A HLI apresenta em seu site os relatórios anuais desde 2011, inclusive os Formulários 990 – imposto de renda – desses anos. A maior parte dos recebimentos consta como doações, ainda que essas não sejam especificadas e muitas constam como restritas.
- 118 Tradução própria, “Enquanto em Washington, Heartbeat foi convidada a participar de uma mesa redonda íntima Pro-Life Advocate com o Vice-Presidente Mike Pence. Sentada próxima ao Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, o Presidente da Heartbeat Jor-El Godsey teve a oportunidade de compartilhar o trabalho de mudança de vida feito por organizações de ajuda às gestantes”.

SUMÁRIO

A HLI é conduzida a partir de um corpo executivo e diretivo composto, na sua maioria por homens: de um total de 9 indivíduos, apenas uma é mulher (Tabela 1), a cúpula dessa instituição antiaborto é emblemática da atuação de homens legislando sobre os corpos das mulheres. Para além da figura de padres no Conselho, chama a atenção as ocupações plurais desses homens que vão desde advogados, médicos e administradores até empresário no ramo do rádio.


Tabela 1 – Composição conselho diretivo e executivo (2020- atual)

Nome	Cargo HLI	Ocupação profissional e/ou formação acadêmica
<i>Shenan Boquet</i>	Presidente	Foi padre em diocese na Louisiana
<i>John Martin</i>	Vice-Presidente (<i>Mission Advancement</i>)	Formado em contabilidade, trabalhou 13 anos em empresa de tecnologia como analista de negócios
<i>Joseph Bozell</i> ¹¹⁹	Vice-Presidente (<i>Mission Operations</i>)	Não foi encontrada informação
<i>Stuart Nolan</i>	<i>Chairman</i>	Fundador da <i>LegalWorks Apostolate</i> , instituição que representa indivíduos e igrejas em ações judiciais. Advogado formado pela <i>Catholic University of America</i>
<i>Lisa Jenkins Cahill</i>	Vice-Chairman	Médica formada pela <i>University of Maryland</i> , atuou na pediatria do <i>Children's Hospital of Pittsburgh</i>
<i>Luke Fier</i>	Treasurer	Diretor de Finança no <i>Christendom College</i> . Formado em administração comercial pela <i>James Madison University</i> , atuou representando clientes de grandes indústrias.
<i>Charles Pope</i>	MDiv	Pastor na <i>St. Cyprian em Washington</i> , DC. Formado em Ciência da Computação. Coordenou estudos da Bíblia no Congresso estadunidense e na Casa Branca.
<i>Frank Dennehy</i>	Membro diretoria	Formado em Medicina pela <i>Georgetown University</i> , completou residência em medicina familiar e atuou nas Forças Armadas nos EUA.
<i>Stephen Gajdosik</i>	Membro diretoria	Fundador da <i>Divine Mercy Radion</i> e co-fundador da <i>Staroard Broadcasting (Relevant Radio)</i> . Se especializou em negócios e planejamento público. Formado em Justiça Criminal pelo <i>Mount Senario College</i> .

Fonte: elaboração própria com base em HLI, 2021.

119 A família Bozell relaciona-se com a própria ascensão do movimento conservador nos EUA. Brent Bozell III, um dos patriarcas da família além de fundador da HLI, foi importante artífice, junto com seu parente William Buckley, na divulgação dos ideais conservadores. Recentemente, Brent Bozell IV, foi acusado de participar na invasão ao Capitólio em janeiro de 2021.

SUMÁRIO



Organização altamente estruturada e capilarizada, a HLI possui um centro de coordenação em cada região do globo. Dados recentes dão conta dessa dimensão: só entre 2000 e 2014, foram alocados quase USD 8 milhões em centros antiaborto filiados (Rossalyn WARREN, 2019). A América Latina tem prioridade, foi a primeira região externa a receber a atenção da HLI. Já em 1972, o fundador da HLI viajava para países latino-americanos divulgando materiais antiaborto. Atualmente, a coordenação nessa região é feita por Mario Rojas, boliviano/estadunidense e empresário no ramo de petróleo. Com Mestrado em Engenharia pela *University of Southern California* e em Negócios Internacionais pela *Florida International University*, Rojas trabalhou na indústria do petróleo na América Latina, na indústria aeroespacial e na promoção de investimentos no setor industrial (HLI, 2021). Em 2007, Rojas passa a comandar o *Latin American Parliamentary Network*, rede que visava estabelecer frentes legislativas contrárias ao aborto na região. De acordo com a HLI (2021, on-line), “*As Regional Manager for Latin America of the Parliamentary Network for Critical Issues, Mario helped open and consolidate the fronts of pro-life legislators in several countries in the region*”¹²⁰. Em 2009, a convite da instituição, Rojas viaja para a Bolívia para estabelecer o primeiro escritório regional da HLI na América Latina, a Redessvida.

Organizações filiadas na América Latina

Na AL, a HLI desenvolveu filiais e parcerias formais desde a década de 1980. O número dessas instituições mais que dobrou entre 2012 e 2015 (Angelika ALBALADEJO, 2017). Nesse período, a instituição “mãe” investiu mais de USD 1,3 milhão em grupos parceiros antiaborto na América Latina e Caribe. De acordo com Adolfo Castañe-

120 Tradução própria, “Como gerente regional para a América Latina da Rede Parlamentar para Assuntos Críticos, Mario ajudou a abrir e a consolidar frentes de legisladores pró-vida em diversos países na região”.

SUMÁRIO

da, Diretor Educacional para a Comunidade Hispânica da HLI, a maior parte desse dinheiro é gasto na manutenção dos centros, bem como na composição e na divulgação de “materiais educacionais”:

We serve as a go-between for other organizations that have money to fund. [...] For example, if there is a Catholic foundation that wants to donate, say, \$10.000 to a [center] in Bolivia, we help get in touch with that foundation, translate whatever forms the foundation requires and serve as a channel so that the money can go to them (CASTAÑEDA apud ALBALADEJO, 2017, on-line)¹²¹.

Na América Latina, a coordenação é feita pela Redessvida, instituição formalmente responsável pela HLI na região. Ali, são realizadas “viagens de missões” em todos os países latino-americanos¹²², coordenados cursos e atuação na mídia local. Segundo informações da HLI (2021), em um ano (outubro de 2019 a fim de 2020), Rojas a partir da Redessvida organizou 18 congressos para padres e seminaristas, viajou para 60 localidades na região, participou de centenas de entrevistas em jornais, televisão e rádio e discursou para mais de 140 mil pessoas incluindo estudantes do ensino médio e de universidades.

Se a Redessvida funciona como escritório da HLI na América Latina para coordenação de estratégias conjuntas, as CAMs são a personificação desse tipo de estratégia que congrega não só a HLI, mas a *Heartbeat* também. A Rede Latino-Americana de Centros de Ajuda para a Mulher é caracterizada por centros afiliados a essas duas instituições estadunidenses que operam na maioria dos países latino-americanos. Instituição matriz localizada na Cidade do México, o primeiro CAM é fundado em 1989 a partir de um encontro de Jorge Serrano com membros da HLI nos EUA (CAM, c2021b).

121 Em tradução livre, “Nós servimos como intermediários para outras organizações que têm dinheiro para financiar. [...] Por exemplo, se há uma organização católica que quer doar, digamos, \$10.000 para um [centro] na Bolívia, nós ajudamos a entrar em contato com essa fundação, traduzimos os formulários que a fundação exige e servimos como um canal para que o dinheiro possa ir até eles”.

122 No Brasil, a última aconteceu em 2015.

SUMÁRIO

De acordo com seu site, os CAMs são “una red sin fines de lucro, comprometida a defender la vida humana desde el momento de la concepción hasta la muerte natural, de conformidad al Magisterio de la Iglesia Católica Apostólica Y Romana”¹²³ e tem como missão “unir las experiencias de trabajo de los Centros de Ayuda para la Mujer, para salvar vidas del aborto em toda América Latina”¹²⁴ (CAM, c2021b, on-line).

Apesar do caráter “científico” e “médico” presente na sua página eletrônica, a atuação dessas instituições se organiza de tal modo que logra acesso a mulheres que estão dispostas a interromper a gestação e atuam para a sua manutenção. As técnicas utilizadas seguem os modelos de atuação da *Heartbeat*: as mulheres que ali chegam recebem informações sobre “riscos de abortamento”¹²⁵ a partir de vídeos (a maioria em inglês) e materiais impressos. Sabendo que uma das prioridades da *Heartbeat* e da HLI está justamente na criação e divulgação de “materiais educativos”, é de se esperar que pelo menos grande parte desse material tenha como origem as suas matrizes estadunidenses.

Dados apontam que há atualmente 70 CAMS no México e 130 em outros 20 países da AL: México, Guatemala, Belize, El Salvador, Costa Rica, Nicarágua, Colômbia, Argentina, Chile, Cuba, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Porto Rico, República Dominicana, Venezuela, Uruguai, Paraguai e Panamá (CAM, 2021)¹²⁶. De acordo com números fornecidos pela própria matriz, desde os Centros já lograram atender mais de 300 mil mulheres grávidas e são responsáveis pelo “sucesso” de 80% dos casos. Ou seja, 240 mil mulheres que procuraram os CAMs deixaram de abortar e mantiveram a gestação. Só no primeiro

123 Tradução própria, “una red sin fines lucrativos, comprometida a defender a vida humana desde o momento da contracepção até a morte natural, conforme o Magisterio da Igreja Católica Apostólica e Romana”.

124 Tradução própria, “unir as experiências de trabalho dos Centros de Ajuda para a Mulher, para salvar vidas do aborto em toda a América Latina”.

125 Entre esses riscos, o de morte, de parada cardiorrespiratória, de paralisia ou ainda da síndrome “pós-aborto” (CAM, 2021).

126 No Brasil, consta estar presente em Florianópolis, Jacaré, Santana, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Três Barras e Piracicaba (CAM, 2021).

SUMÁRIO


semestre de 2020, dados apresentados pela CAM evidenciam o atendimento de 8.700 mulheres nos centros da região (CAM, 2021).

Reproduzindo estratégia de sua instituição parceira estadunidense, uma rápida olhada no site do CAM nos dá ideia da dimensão da coleta de dados feita por seus centros afiliados. Ali, é possível ler as estatísticas apresentadas das mulheres que buscam abortar nos CAMs, como idades, estado civil, meses de gestação, razões para abortamento e número de mulheres atendidas por países na AL (CAM, 2021). A relação entre os Centros e a HLI é evidente no âmbito dos recursos financeiros. Para além da filiação formal, os institutos estadunidenses são ainda responsáveis pelo financiamento de grande parte dessas instituições locais. No site do CAM matriz, há duas maneiras para doação: uma em conta da HLI em Miami e outra através da página *Salva Una Vida*¹²⁷. O HLI foi responsável por investir nos CAMs ao menos USD 920 mil na América Central e Caribe, entre 2008 e 2014; bem como USD 230 mil no restante da América Latina entre 2015 e 2017 (COTA, 2020). Só na América Central foi investido mais de USD 600 mil. Desse valor, a maior parte foi enviada para uma organização afiliada em El Salvador: a Fundação *Si a la Vida* (ALBALADEJO, 2017; Molly REDDEN; Nina LAKHANI, 2017).

A *Si a la Vida* merece um espaço só para ela nesse trabalho dado que é um excelente exemplo de como alguns direitos das mulheres, como o caso da legalização do aborto, são violentados e suprimidos em âmbito federal e constitucional. Em específico, essa organização é exemplo emblemático de como operam atores e instituições transnacionais (em específico, estadunidenses) em conjunto com atores locais e com a Igreja Católica para legislar sobre o corpo da mulher.

127 Entidade parte do Centro de Ajuda para a Mulher Latino-Americana, a *Salva Una Vida* serve como plataforma digital para divulgação do trabalho de organizações ligadas ao CAM e como captadora de recursos financeiros que são enviados a uma conta nos EUA ou no México. No seu site, cheio de motivos infantis e de cores pastéis, a doação feita se refere à quantidade de vidas salvas. Assim, USD 100 ao mês salvaria 1 vida enquanto USD 5 mil salvaria 50 vidas (SALVA UNA VIDA, 2021).

SUMÁRIO



A *Si a la Vida* é apresentada no site da HLI como instituição filiada em El Salvador e desde o ano 2000, pelo menos, vem recebendo recursos diretamente da estadunidense¹²⁸. Só nesses primeiros anos dos anos 2000, a HLI enviou cerca de USD 50 mil (REDDEN; LAKHANI, 2017). Prova de uma parceria bem-sucedida, a HLI trabalhou com a *Si a la Vida* para tornar El Salvador um dos países com a legislação mais dura contra aborto no mundo (AKKARA, 2001). Conforme entrevista do antigo presidente da HLI, padre Matthew Habiger (1994-1997), a organização “*won a signal victory in El Salvador when the national legislature ratified a constitutional amendment*”¹²⁹. Com a HLI “no controle”, o movimento antiaborto é considerado um caso de sucesso em El Salvador (AKKARA, 2001). Com a ajuda direta da HLI, a *Si a la Vida* atuou fortemente na mídia, na sociedade e na política Salvadorenha para alterar a Constituição Federal em fins da década de 1990. A partir da atuação incansável dessa instituição, se criou uma emenda no artigo primeiro da Constituição salvadorenha que dispõe sobre a proteção a vida desde o momento da concepção, tornando lei a proibição total do aborto e, portanto, a criminalização da prática. Desde então, ginecologistas e mulheres que praticam ou sofrem aborto – inclusive espontaneamente – sofrem processo criminal, algumas das quais são julgadas culpadas e encarceradas¹³⁰.

Como é de se esperar de um país altamente desigual, a maioria das mulheres (e meninas) julgadas, condenadas e apenadas são provenientes de setores rurais e pobres de El Salvador. Com dificuldade no acesso a hospitais e emergências obstétricas, muitas dessas gestantes sofrem uma dupla violência: primeiro, são obrigadas a manter gestações indesejadas; e, segundo, quando decorrente da falta de

128 Os dados obtidos acerca dos valores financiados pela HLI datam a partir de 2000. Os valores anteriores a essa data não estão disponíveis.

129 Tradução própria, “obteve uma vitória notável em El Salvador quando o Legislativo nacional ratificou uma emenda constitucional”.

130 Em 2017, foi notório o caso de uma adolescente que, grávida decorrente de estupro, teve complicações no parto e foi sentenciada a 30 anos de prisão (REDDEN; LAKHANI, 2017).

SUMÁRIO

serviço público e médico acessível, são criminalizadas por abortamentos ou problemas no nascimento.

Envolto em uma concepção conservadora típica capitalista que combina neoliberalismo econômico (portanto, desmonte dos serviços públicos) com conservadorismo social (portanto, legislação pública sobre o corpo da mulher), erra o poder público e transfere as consequências de seus erros a essa parcela da população que passa a ser punida e violentada duplamente. Já não tendo nem mesmo a propriedade sobre o seu corpo – seu útero é propriedade pública, legislado no âmbito político e judicial – as mulheres salvadorenhas nem mesmo têm controle sobre sua vida. São vários os relatos de médicos que se recusam a tratar mulheres grávidas por medo de serem criminalizados caso ocorra algum problema com o feto. Assim é o caso de mulheres que tem câncer e cujos médicos se recusam a lhes aplicar quimioterapia. Assim também são os casos de gestações que impõem risco a vida da mulher¹³¹.

Se tradicionalmente o controle do corpo (e da vida) da mulher tem sido feito por homens e por instituições religiosas, a estratégia atual é uma muito bem-organizada e financiada que atua de maneira capilarizada em diversos países e que tem como estratégia definidora a atuação nos âmbitos Legislativo, Executivo e Judiciário; além do midiático e do religioso. Em matéria revelada pelo *OpenDemocracy* (Jamil CHADE; Maria TREVISAN, 2020), desde 2007, ao menos 28 instituições conservadoras e cristãs contrárias aos direitos reprodutivos das mulheres nos EUA operam por meio de ação global e muitas delas possuíam livre acesso ao Executivo durante o governo Donald Trump. Essas entidades enviaram ao menos USD 280 milhões para uma estratégia global antiaborto, usado para influenciar legislações e opinião pública estrangeira. Só na América Latina, o financiamento ultrapassa USD 45 milhões. No Brasil, movimentos antiaborto participam dessa ação global.

131 Em um desses casos, a solicitação de interrupção de gravidez feita por uma salvadorenha que corria risco de vida se levada adiante a gestação foi levada até a Suprema Corte em 2013 que indeferiu o pedido (REDDEN; LAKHANI, 2017).

A AGENDA ANTIABORTO NO BRASIL: LEGISLATIVO, EXECUTIVO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

No Brasil, o aborto legal é permitido em 3 situações: gestação decorrente de estupro, risco à vida da mulher ou anencefalia do feto. A interrupção voluntária da gestação, ainda que opere com legislação decorrente do Código Penal de 1940, portanto reproduzindo um caráter no mínimo retrogrado de quase 100 anos atrás; não impede que lideranças e movimentos locais e internacionais atuem com o intuito de diminuir ainda mais as possibilidades de abortamento legal. A intenção, nesse sentido, não pode nem ser lida como “conservadora” – algo que o Brasil já o é no âmbito dos direitos relativos as mulheres – mas é reacionária porque visa acabar com as raras exceções em que o aborto é permitido no país. Nesse sentido, o objetivo nessa parte do trabalho é o de fazer uma radiografia de como está sendo articulada e organizada essa agenda de ação global antiaborto no Brasil no período contemporâneo.

Segundo dados do CFEMEA de 2020, a pauta antiaborto avança no Legislativo, e no Executivo desde o início do governo Bolsonaro. No Congresso Nacional, a pressão é por mudanças legislativas contrárias ao abortamento e a favor de dispositivo que considere o direito a vida desde a concepção. Só em 2020, mais da metade dos projetos de lei sobre aborto que transitaram no Congresso Nacional foram desfavoráveis aos direitos das mulheres (Andrea DIP e Mariama CORREIA, 2021). Nesse sentido, ainda que senadores tenham se movimentado, a Câmara dos Deputados tem sido o principal palco de atuação de lideranças e de frentes parlamentares “pró-vida”. Dentre essas, se destaca o papel das frentes parlamentares Em Defesa da Vida e da Família; Mista contra o Aborto em Defesa da Vida; e Latino-Americana em Defesa da Vida e da Família. Há esforços ainda no âmbito legislativo estadual, como é o caso da Frente Parlamentar Em Defesa da Vida (de SP) e o Movimento

SUMÁRIO

Legislação e Vida. Todas essas buscam pressionar o Legislativo, e mesmo o Executivo, para a defesa de pautas contrárias ao aborto.

No Executivo nacional, a pauta esteve presente desde o início do governo Bolsonaro. Não só o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) foi central na defesa dessa agenda, mas também o Ministério da Saúde e mesmo o relativamente insulado Ministério das Relações Exteriores (MRE). No âmbito da sociedade civil, há também que se levar em conta a ampliação de organizações antiaborto. Dentre essas, se destacam: Movimento Sem Aborto; Anajure; Associação Nacional Pró-Vida e Pró-família; Movimento em Defesa da Vida; e Movimento GBM. Vale enfatizar que não buscamos aqui esgotar todos os grupos e frentes parlamentares que atuam para criminalizar o aborto no Brasil. Existe uma infinidade desses em âmbito municipal, estadual e nacional o que impediria um retrato completo. A criação ininterrupta e aparentemente crescente dessas frentes inviabiliza uma apresentação totalizante. Assim, se buscou aqui apresentar algumas daquelas que lidam especificamente com a questão do aborto e que são atuantes para sua criminalização. É, assim, um primeiro esboço dessa rede “pró-vida” e de suas relações entre si e com os grupos estadunidenses.

Rede de pressão que atua em várias frentes (Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil), esses grupos apresentam elos com movimentos e organizações internacionais, ainda que os dados acerca dessa relação sejam de difícil obtenção. Ainda assim, é fato que a agenda antigênero e, em específico, antiaborto, é a cola que une diferentes organizações e lideranças localizados em distintos países e regiões. É, como bem enfatizado por Debora Prado e Lara Selis (2021), um fenômeno transnacional em sua essência. Assim como é o papel da religião – seja a Igreja Católica, seja a evangélica (especialmente no caso do Brasil) – como força motriz e legitimadora nesses movimentos.

Essa rede de articulação mescla, para além da Igreja, atores no Executivo e no Legislativo além de organizações da sociedade civil

SUMÁRIO

e no Judiciário. Uma das inovações, entretanto, é minimizar o discurso essencialmente negativo ao aborto e defender uma agenda propositiva. Assim, o movimento agora vai além de protestos localizados e atua diretamente onde as legislações são criadas e aprovadas e onde as ações judiciais são decididas. De fato, é um movimento que faz pressão nessas esferas e que atua em uma rede amplamente capilarizada nacional e internacionalmente. A afirmação de Hermes Rodrigues Nery, antigo presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família e participante do Movimento Legislação e Vida, é emblemática nesse sentido:

Em vez de atuar só contra o aborto, entramos com ações propositivas, como a PEC da Vida. Em fevereiro de 2015, procuramos o Senador Magno Malta. Levamos informações, ajudamos na redação do projeto. Na época, o Luiz Bassuma, autor do Estatuto do Nascituro, e Damares Alves estavam assessorando o senador (apud Luiza VILLAMEA; Monica TARANTINO, 2019, on-line).

A estratégia propositiva é reflexo dessa ofensiva transnacional contra os direitos das mulheres no âmbito do aborto. O papel desempenhado por organizações estadunidenses, como o caso da HLI e da *Heartbeat*, é evidente. Seja nos métodos propositivos, seja no âmbito de atuação encontrado, ou seja, ainda, no modelo prático de centros de atendimento à gestante.

Com relação a esse último ponto, se destaca o papel do Cervi (Centro de Reestruturação para a Vida) em São Paulo e seus filiados em Porto Alegre¹³², Sergipe e Brasília. Ao estilo dos *crisis pregnancy centers* nos EUA filiados a HLI e a *Heartbeat*, o Cervi é uma organização contrária ao aborto que se coloca como instituição que oferece suporte às mulheres com gestação indesejada. Criado em 1999, já atendeu quase 20 mil mulheres – muitas delas encaminhadas por unidades de pronto atendimento, hospitais ou delegacias (VILLAMEA; TARANTINO, 2019). A instituição foi fundada com apoio financeiro

132 Em Porto Alegre é chamado Servi.


da HLI. Rose Santiago, umas das fundadoras do Cervi, atuou nos EUA em conjunto com os diretores da HLI, Fran Malfer e Kurt Dillinger. Daí surgiu o convite para uma representação da organização estadunidense no Brasil. De acordo com Santiago, “No começo recebemos ajuda para pagar salários, aluguel e comprar mobília” (apud VILLAMEA; TARANTINO, 2019, on-line). A relação de proximidade se mantém, com viagens aos EUA para participação em congressos e palestras na instituição “mãe”. Por fim, ao estilo dos CAMS ligados a HLI e *Heartbeat*, há que se mencionar que no Brasil a rede de “Centros de Ajuda para a Mulher” está formalmente presente em cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal (VILLAMEA; TARANTINO, 2019).

MOVIMENTOS E GRUPOS ANTIABORTO PRESENTES NA SOCIEDADE CIVIL

Movimento Brasil sem Aborto

Criado em 2007 pelo então assessor parlamentar Jaime Lopes, é coordenado pela farmacêutica e professora da Universidade de Brasília, Lenise Garcia. Damares Alves foi uma das fundadoras e Secretária Nacional de Relações Institucionais (DIP e CORREIA, 2021; VILLAMEA; TARANTINO, 2019). De acordo com seu website, o Brasil sem Aborto

é uma organização de natureza suprapartidária e supra religiosa que defende a preservação da vida desde sua concepção, atuando de forma estruturada para pautar ações e argumentos a partir de evidências e pesquisas no campo da genética, da embriologia, da bioética e da legislação vigente (BRASIL SEM ABORTO, 2020, on-line).



O Brasil sem Aborto atua com modelo muito próximo ao da HLI, inclusive em ações polêmicas como na exibição de réplicas de plástico de fetos. Não foram encontrados dados acerca do seu financiamento, ainda que o papel de algumas empresas brasileiras seja notório. De acordo com Garcia, “Como o tema é controverso, às vezes as empresas dão dinheiro, mas não querem aparecer. Outros ajudam, como empresas de transporte que abrem espaço nos ônibus para nossos cartazes” (apud VILLAMEA; TARANTINO, 2019). Atualmente, o grupo é um dos mais atuantes na agenda antiaborto no Brasil. É esse grupo que promove a Marcha pela Vida, evento que acontece em Brasília com a presença de juristas, acadêmicos, empresários e assessores parlamentares (VILLAMEA; TARANTINO, 2019). Por fim, para além do vínculo com o Executivo, o grupo transita também no Legislativo. É parceiro do Movimento pela Vida e não Violência (MOVIDA) fundado pelo senador Eduardo Girão¹³³.

Associação Nacional Pró-vida e Pró-família

É instituição parceira da HLI no Brasil e uma das precursoras nesse país na estratégia de pressão no Congresso Nacional e Executivo. Fundada em 1993 por Humberto Leal Vieira que trabalhou junto à HLI, foi ativa na defesa da nomeação de Damares Alves para o Ministério que hoje ocupa (DIP; CORREIA, 2021). A Associação foi presidida em 2015 por Hermes Rodrigues Nery, hoje presidente do Movimento Legislação e Vida (VILLAMEA; TARANTINO, 2019). Na ocasião de sua posse, deixou claro o objetivo da instituição:

[D]e levar informações aos parlamentares, deputados, senadores, ministros [...] lobby este pró-vida que tem ajudado muito

133 Alguns dias após tomar posse, o deputado desarquivou a proposta de emenda à constituição do então senador Magno Malta que inclui o direito a vida desde a concepção. É de Girão a proposta do PL 5.435/2021 nomeado de Estatuto da Gestante que pretendia criar um incentivo financeiro para que mulheres mantivessem a gestação.

SUMÁRIO

nas decisões do Congresso Nacional, em soma com outros grupos, para evitar não apenas a legalização do aborto, mas também propondo iniciativas legislativas que promovam a estrutura natural da família (NERY, 2015, on-line).

Movimento em Defesa da Vida

O Movimento em Defesa da Vida foi lançado no Rio de Janeiro pelo Monsenhor Ney Affonso de Sá Earp na década de 1980 e contou com apoio da HLI. Em 1989, o fundador da HLI, padre Paul Marx veio ao Brasil para prestigiar a entidade. A partir desse primeiro grupo, foram criadas organizações localizadas, como a Pró-Vida de Anápolis (sob liderança do Padre Carlos Lodi da Cruz), e ações organizadas, como a Operação Resgate (VILLAMEA; TARANTINO, 2019).

Movimento GBM

Fundado em 1973 por Sabino Werlich, pai da atual presidente Kateri Werlich, é considerado o mais antigo grupo de pressão contra o aborto no país. Já em 1989 foi um dos agraciados com recursos financeiros da HLI quando da visita do seu fundador, padre Paul Marx (VILLAMEA; TARANTINO, 2019). Situado em Rancho Queimado, SC, conta com cerca de 500 mil apoiadores. Atua pressionando o Congresso Nacional, através de petições próprias e de divulgação de material, como a Revista em Defesa da Vida.

LEGISLATIVO: FRENTES PARLAMENTARES

Frente Parlamentar em Defesa da Vida

De escopo estadual circunscrito à São Paulo¹³⁴, foi fundada por Gil Diniz (PSL)¹³⁵ em 2019 e conta com apoiadores coronéison, delegados e a advogada Janaina Paschoal. É desse deputado o projeto que dificulta a realização de aborto no estado mesmo nos casos previstos em lei, com a necessidade de alvará judicial. Nesse mesmo projeto, há a possibilidade de internação de mulheres propensas a realização de aborto (VILLAMEA; TARANTINO, 2019).


Movimento Legislação e Vida

Fundado em 2005 por Hermes Rodrigues Nery (que continua na sua coordenação), o Movimento atua “na defesa de princípios e valores conservadores e cristãos, do direito a vida desde a concepção, à dignidade da pessoa humana, da soberania nacional, da liberdade com responsabilidade e solidariedade” (MOVIMENTO LEGISLAÇÃO E VIDA, 2021). Com foco nos estados, tem como objetivo inserir nas legislações estaduais o direito a vida desde a concepção e pressionar para o mesmo no âmbito federal.

Atuando de modo análogo às instituições estadunidenses que preconizam o trabalho legislativo na criminalização do aborto, Nery é considerado o “mais articulado parceiro da HLI no Brasil” (VILLAMEA;

134 Na cidade de São Paulo foi criada em 2021 uma frente análoga: Frente Parlamentar em Defesa da Vida, da Família e do Direito Natural

135 O deputado coordena ainda uma outra frente na atual legislatura: a Frente Parlamentar em Defesa dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores.



TARANTINO, 2019, s/p) e apresenta transitar com facilidade no núcleo conservador e antiaborto nos EUA. De acordo com ele, “Estive recentemente nos EUA, com lideranças conservadoras. Mike Pence, o vice-presidente, é muito pró-vida. E o Governo Trump tem cortado verbas para ONGs abortistas” (apud VILLAMEA; TARANTINO, 2019, on-line). Ainda de acordo com Nery, “nos Estados Unidos, estão colocando o direito à vida desde a concepção nas constituições estaduais. No México também” (apud VILLAMEA; TARANTINO, 2019). Seguindo esse modelo de pressão, o movimento tem ao menos nove frentes lançadas em diferentes estados: Acre, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Para o coordenador da organização, “o movimento já está capilarizado. A tendência é crescer” (NERY apud VILLAMEA; TARANTINO, 2019, on-line). Recentemente, foi orador da Frente Parlamentar Mista Contra o Aborto em Defesa da Vida, em Brasília.

Frente Parlamentar Mista contra Aborto em Defesa da Vida

Criada e coordenada pela Deputada Chris Tonietto¹³⁶ (PSL-RJ), a frente atua na Câmara dos Deputados desde 2019 e conta com a assinatura de 194 deputados e 12 senadores. Quando da sua instalação, se apresentou como

[...] missão desses parlamentares colocarem-se em guerra junto com o povo que eles representam, de maneira a reconstruir a Cultura da vida e promover, sob qualquer circunstância, a defesa e a dignidade da vida humana desde a concepção até a morte natural (BRASIL, 2019b, on-line).

136 Em 2020, 11 das 46 proposições que tratam de aborto apresentadas na Câmara Federal foram apresentadas por essa deputada (CFEMEA, 2020). Lançada na política pelo Centro dom Bosco, na qual é uma das fundadoras (DIP; CORREIA, 2021), Tonietto é uma das mais atuantes no Legislativo nacional na defesa da proibição do aborto: “O que nós queremos é que nenhuma mulher, de fato, aborte [...] Queremos que o aborto seja algo impensável (apud BRASIL, 2021, on-line).

SUMÁRIO

Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família

Coordenada pelo Deputado Federal Diego Garcia (Podemos-PR), essa frente iniciou suas atividades em 2019 e atua no âmbito da Câmara dos Deputados. Composta de 219 deputados, tem como uma das principais pautas a criação do estatuto do nascituro. É de Garcia o PL 518/2020 que institui o dia de homenagem a vida humana desde a concepção.

Frente Parlamentar Latino-Americana em Defesa da Vida e da Família

Incentivada pela Secretária da Família no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Angela Gandra, e conduzida pela Deputada Federal Chris Tonietto (PSL-RJ), a Frente é uma iniciativa singular que atua tanto no Executivo, quanto Legislativo (Câmara e Senado) dentro e fora do Brasil. De acordo com Tonietto (DIP; CORREIA, 2011, on-line), é “uma força tarefa capitaneada por Angela [Gandra] com parlamentares brasileiros e de outros países para combater o aborto”. São 194 Deputados Federais signatários, incluindo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), senadores, como Eduardo Girão e Flávio Bolsonaro, e legisladores de outros países, como é o caso do deputado paraguaio Raul Latorre (presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família no Paraguai) (Marcella FERNANDES, 2020).

EXECUTIVO: ATUAÇÃO DOS MINISTÉRIOS DA SAÚDE, DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

Ministério da Saúde

Ainda que, dos três Ministérios citados, o da Saúde seja o menos ativo no engajamento da pauta antiaborto, seu papel não é menos importante. Em portaria de 28 de agosto de 2020, sob comando de Eduardo Pazuello, esse Ministério publicou texto dificultando ainda mais o acesso ao aborto legal¹³⁷. A portaria torna a prática do aborto nos casos previstos em lei ainda mais burocrático: obriga profissionais da saúde a notificar a polícia no caso de mulheres que sofreram estupro; exige a presença de médico de outra área que não a obstetria, bem como de anestesista; e obriga profissionais da saúde a perguntarem se as mulheres querem ver e ouvir o feto por meio de ultrassom. Além dessa portaria, é importante mencionar que o Secretário Nacional de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Rafael Câmara, é médico e militante antiaborto. Ele participou da Marcha pela Vida, momento em que afirmou: “A gente aqui no Ministério da Saúde apoia completamente o movimento. Defendemos a vida desde a concepção” (Rafael CÂMARA apud DIP; CORREIA, 2021, on-line). Se levarmos em conta que a Secretaria que ocupa diz respeito a qualquer atendimento no SUS e define as diretrizes e financiamento das políticas nesse âmbito, podemos ter a dimensão do papel e da posição estratégica dele dentro do Ministério.

137 Vale mencionar que no Brasil há atualmente apenas 42 hospitais aptos a realizar abortos legais; em 2019 eram 76 (CFEMEA, 2020).

Ministério das Relações Exteriores

Sob a coordenação de Ernesto Araújo (janeiro de 2019 a março de 2021), o MRE rompeu com preceitos basilares e tradicionais da política externa brasileira ao participar de alianças inédita com países no Oriente Médio, tradicionalmente duros no que diz respeito aos direitos das mulheres (Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Paquistão e Iraque).

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil sugeriu retirar o termo educação sexual em projetos de resolução no âmbito do combate à discriminação de mulheres; votou a favor de proposta do Egito que retirava a menção ao direito sexual a saúde e reprodutiva em resolução sobre casamento forçado de menores (CHADE, 2020a); votou a favor da retirada do termo “equidade de gênero” no Conselho de Direitos Humanos; e se absteve de votação que tratava de resolução para garantia de saúde sexual e reprodutiva de pessoas em crise humanitária. A questão do aborto também esteve presente nas declarações do Ministro. De acordo com Araújo, “O Brasil permanecerá na vanguarda do direito à vida e na defesa dos indefesos, não importa quantos países legalizem a barbárie do aborto indiscriminado, disfarçado de ‘saúde reprodutiva’ ou ‘direitos sociais’ ou como quer que seja” (ARAÚJO apud Beatriz ROSCOE, 2020, on-line).

O MRE trabalhou em conjunto e em sincronia com o MMFDH. De fato, grande parte da atuação do Brasil em organizações internacionais e fóruns multilaterais foi protagonizada pela Ministra Damares Alves. Na Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo, o Brasil se engaja na condução de organizações contrárias ao aborto numa espécie de “OEA pró-vida” e que tem como condutora essa mesma Ministra (Patricia MELLO, 2020).

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Sob o comando de Damares, esse Ministério tem sido o grande porta-voz da proibição do aborto legal no Brasil. Em agosto de 2020, ela afirmava que a “espinha dorsal” do seu Ministério está na “proteção da vida desde a concepção” (Maria TREVISAN, 2020, on-line). O Ministério faz parte da Frente Parlamentar Latino-Americana em Defesa da Vida e da Família; participou do lançamento da Frente Parlamentar pela Vida e Família em 2019; e atuou no Supremo Tribunal Federal (STF) para defender a agenda “pró-vida” (DIP; CORREIA, 2021). Representado por Damares, o Brasil participou da Cúpula da Demografia em Budapeste (2019) onde propôs uma aliança de estados na defesa da família no âmbito da ONU (SELIS; PRADO, 2021). Junto com a Secretária da Família, Angela Gandra, Damares representou o Brasil na Declaração de Genebra, aliança encabeçada pelos EUA durante o governo Trump, em 2020. Junto com Egito, Hunria, Indonésia e Uganda, a Declaração se apresenta como uma aliança de países contrários ao aborto que objetiva atuar em conjunto em organizações internacionais pressionando a pauta. Na América do Sul, o Brasil é o único signatário. Na América Latina, somente o Haiti optou por se associar.

A relação da Ministra com organizações conservadoras e “pró-vida” nos EUA foram estreitadas, evidenciando a estratégia transnacional na agenda antiaborto. Em viagem a Washington em julho de 2019, a Ministra se reuniu com integrantes da *Heritage Foundation*¹³⁸, ocasião em que publicou “Tive audiência com a *Heritage Foundation*. Compartilhamos ideais como a defesa da vida desde a concepção e a instituição da família no centro da política pública” (ALVES, 2019, on-line);

138 Em outubro do mesmo ano, o convite foi retribuído. A Ministra receberia o Diretor do Índice Global de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation*, Sr. James Roberts, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2019a).

SUMÁRIO

e com integrantes da *Alliance Defending Freedom* (ADF) (CHADE; TREVISAN, 2020). Exemplo de coordenação internacional, a ADF mantém com esse Ministério “princípios compartilhados” (CHADE, 2020b) e já contou com o trabalho da Secretária da Família, Angela Gandra (VILLAMEA; TARANTINO, 2019).

A ADF é instituição estadunidense que, desde 1994, atua no âmbito jurídico defendendo a proibição do aborto. Segundo site institucional, é a maior organização jurídica comprometida com a liberdade religiosa, casamento, liberdade de expressão, família e a “santidade da vida” (ADF, 2020). Atuando desde instâncias locais até a Suprema Corte, a organização já ganhou 13 ações nos últimos 10 anos só nessa Corte e apresenta percentual de 80% de vitória em outras instâncias. Com mais de 3.500 advogados e orçamento de 54 milhões de dólares, a ADF destinou ao menos USD 1 milhão para a América Latina, ainda que não se tenha detalhes para onde esses recursos foram destinados tampouco quem os financiou (CHADE; TREVISAN, 2020). Recentemente, a instituição estadunidense passou a atuar em ações contrárias a obrigatoriedade da vacina contra covid-19 no âmbito da iniciativa privada (ADF, 2021). A convite dessa instituição, o Brasil participou de evento da ADF na Suíça e recebeu integrantes de suas filiais na América Latina, caso de Tomaz Henriquez da ADF Chilena (CHADE, 2020b). No Brasil, a organização análoga à ADF é a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) que teve Damares Alves como membro.

A Anajure, que hoje conta com cerca de 700 membros, foi fundada em 2012 na Câmara dos Deputados em Brasília por um grupo de juristas evangélicos. A organização tem atuado de forma ativa na defesa do direito a vida desde a concepção nas Câmaras Legislativas. No Executivo, a associação também tem aumentado seus laços. Em 2019, foi convidada por Damares a contribuir tecnicamente com texto do novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 4), que servirá de base à formulação de políticas públicas, “afetando diretamente

SUMÁRIO

a promoção e defesa das Liberdades Civis Fundamentais em áreas afins” (ANAJURE, 2019, on-line). No Judiciário, a Anajure participa com frequência de audiências públicas do STF, especialmente naquelas que tocam nas chamadas pautas morais. Desde sua fundação, estabeleceu acordo de intercâmbio estudantil com a ADF.

A ofensiva contra o aborto se capilarizou no Brasil e está presente em diferentes instâncias desde sociedade civil, judiciário, executivo, legislativo, até atuação no âmbito nacional, estadual e municipal. A partir dos dados apresentados nessa radiografia preliminar, podemos identificar algumas similaridades. Praticamente todos os grupos e frentes antiaborto se apresentam (inclusive no seu nome) como movimentos a favor da família e da vida preconizando a questão do aborto unicamente em termos morais – nunca de saúde pública. A religião Cristã ocupa um importante espaço – a maioria desses grupos justifica e legitima a proibição do aborto a partir das Igrejas Católica e Evangélica. Essas organizações apresentam vínculo com instituições análogas nos EUA e atuam de maneira relativamente coordenada (Tabela 2).

Tabela 2 – Grupos antiaborto brasileiros com ligação estadunidense

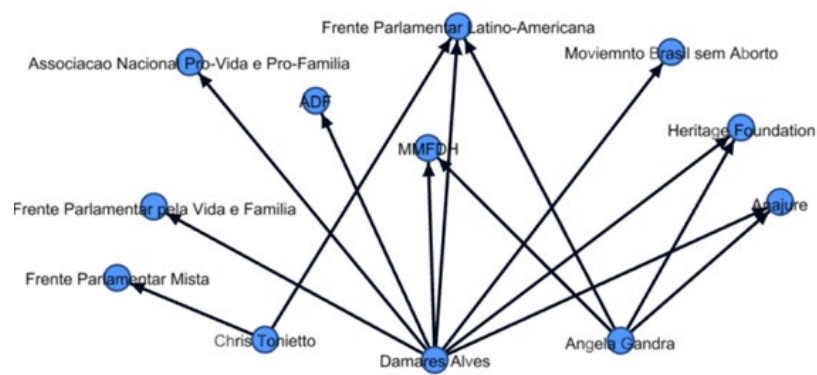
	HLI	Heartbeat	ADF
<i>Cervi</i>	X	X	
<i>Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família</i>	X		
<i>Movimento em Defesa da Vida</i>	X		
<i>Movimento GBM</i>	X		
<i>Movimento Legislação e Vida</i>	X		
<i>Anajure</i>			X
<i>MMFDH</i>			X

Fonte: elaboração própria, 2021.

Por fim, ainda que divididas em várias frentes, organizações e movimentos; as redes formadas apontam para os mesmos nomes enfatizando o papel de determinados atores na condução da agenda

antiaborto no Brasil. Dentre esses nomes, o de maior destaque é o de Damares Alves que articula os diferentes grupos e as instâncias distintas que ocupam (Figura 1).

Figura 1 – Rede de instituições e atores na agenda antiaborto no Brasil




Fonte: elaboração própria, 2021.

Advogada e pastora evangélica filiada ao Progressistas (PP), a ministra já evidenciou seu posicionamento acerca do aborto em várias ocasiões. Em uma delas, foi emblemática: “Sou contra o aborto em qualquer circunstância” (ALVES apud VILLAMEA; TARANTINO, 2019, on-line).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação de grupos antiaborto, que se evidenciou aqui, tem alcance transnacional. A estratégia organizada tem relação com entidades análogas nos EUA que atuam politicamente de maneira proativa na defesa da ideia de proteção a vida desde a concepção. Apoiadas e, em alguns casos, financiadas por instituições desse país do norte global, as instituições parceiras latino-americanas e brasileiras, em específico,

SUMÁRIO



vêm pressionando por uma agenda que criminaliza o aborto. Esses grupos atuam em rede e circulam nos mesmos espaços; é assim, uma composição relativamente homogênea onde transitam com facilidade entre esses grupos. É comum as lideranças de um grupo participarem de outro. Legitimados por um discurso moral e religioso, atuam nas instâncias legislativas, executivas e judiciárias. Pressionam por projetos de lei, emendas constitucionais e mesmo pela escolha de nomes atrelados a esses grupos nas instâncias da política formal; estabelecem alianças com outras instituições e países; atuam no judiciário buscando pressionar por uma jurisprudência que lhes seja favorável, e organizam manifestações na sociedade buscando, com isso, o estabelecimento de um consenso. Tem, assim, seus próprios intelectuais orgânicos que promovem, junto dessas redes de relações, um discurso que se apresenta como “científico” ao mesmo tempo que religioso.

A atuação desses grupos contra o aborto no Brasil reflete possivelmente a maior ofensiva contra os direitos das mulheres na contemporaneidade. Reflete, ainda, um modelo capitalista de sociedade que defende a propriedade privada ao mesmo tempo que proíbe a mulher de usufruir da propriedade do seu corpo. Reflete, por fim, a dupla punição a que as mulheres são acometidas: de um lado, esse sistema obriga a reprodução de força de trabalho; de outro, retira apoio público para a manutenção dela. Todo o trabalho de reprodução social, assim, é delegado para a mulher. Como argumenta Federici,

Os trabalhadores foram forçados a assumir os custos da sua reprodução, uma vez que os subsídios com cuidado com saúde, educação, pensões e transporte público foram todos cortados, além de haver um aumento dos impostos, de forma que cada articulação da reprodução da força de trabalho foi transformada em um ponto de acumulação imediata (FEDERECI, 2019, p. 213).

REFERÊNCIAS

ADF. **Alliance Defending Freedom**: About us. c2022. Disponível em: <https://adfllegal.org/about-us>. Acesso em: 04 jun. 2020.

ADF. **Alliance Defending Freedom**: Vaccine Mandate. ADF, 13/01/2022. Disponível em: <https://adfllegal.org/case/vaccine-mandate>. Acesso em: 13 jan. 2022.

AKKARA, Anto. How to Export Pro-Life Activism. **Catholic Culture**, 2001. Disponível em: <https://www.catholicculture.org/news/features/index.cfm?recnum=20774>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ALBALADEJO, Angelika. US Groups pour millions into anti-abortion campaigns in Latin America and Caribbean. **The Guardian**, 26/10/2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2017/oct/26/us-groups-pour-millions-into-anti-abortion-campaign-in-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ALL. **American Life League**. c2022. Disponível em: <https://www.all.org>. Acesso em: 19 dez. 2021.

ALVES, Damares. "Damares Alves". 17 jun. 2019, Twitter, @DamaresAlves. Disponível em: <https://twitter.com/DamaresAlves/status/1151671847261483008>. Acesso em: 04 Dez. 2022.

ANAJURE. Associação Nacional de Juristas Evangélicos. ANAJURE cria "Comissão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)" e "Comissão de Direito Previdenciário das Igrejas e suas Entidades e dos Ministros de Confissão Religiosa". **ANAJURE**, 2019. Disponível em: <https://anajure.org.br/anajure-cria-comissao-do-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-e-comissao-de-direito-previdenciario-das-igrejas-e-suas-entidades-e-dos-ministros-de-confissao-religiosa/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BOQUET, Shenan. **Spirit and Life**. [S. l.]: HLI, 2019.

BRASIL. Agenda da Ministra. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Publicado em 17/07/2019 00h00 atualizado em 17/07/2019 19h04. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/agenda-de-autoridades/agenda-ministra/2019-07-17>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Agenda da ministra. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Publicado em 10/10/2019a 00h00 Atualizado em 10/10/2019 18h04. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/agenda-de-autoridades/agenda-ministra/2019-10-10>. Acesso em 03 mar. 2020.

SUMÁRIO

BRASIL. **Câmara Legislativa**: Eventos. 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/evento;jsessionid=D3E8010E09FF809ADA1BAB340C809720.prod1n1-secomp.camara.gov.br?id=71874>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL, **Câmara Legislativa**: Notícias. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/815442-apoiadores-do-estatuto-do-nascituro-defendem-proibicao-do-aborto-mesmo-em-caso-de-estupro/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL SEM ABORTO. Brasil sem aborto. Disponível em <https://www.brasilsemaborto.org/quem-somos>. Acesso em: 04 out. 2020.

CAM. Centros de Ayuda para la Mujer. Estadísticas. c2021a. Disponível em: <https://www.camlatinoamerica.com/estadisticas.html>. Acesso em: 07 set. 2021.

CAM. Centros de Ayuda para la Mujer. Nosotros. c2021b. Disponível em: <https://www.camlatinoamerica.com/nosotros.html>. Acesso em: 07 set. 2021.

CATHOLICS FOR CHOICE. **Human Life International**. 2011. Disponível em: <https://www.catholicsforchoice.org/wp-content/uploads/2021/02/2011-Opposition-Notes-Human-Life-International.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CFEMEA. Radar Feminista no Congresso. **CFEMEA**. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/noticias>. Acesso em: 19 out. 2021.

CHADE, Jamil. Brasil e EUA querem liderar aliança mundial antiaborto. **Notícias Uol**. 02/09/2020a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/02/brasil-e-eua-querem-liderar-alianca-mundial-antiaborto.htm>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CHADE, Jamil. Governo mantém contato com associação acusada de disseminar ódio nos EUA. **Uol Notícias**, 24/08/2020b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/24/ministerio-direitos-humanos-adf-antiaborto.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CHADE, Jamil; TREVISAN, Maria. Com pé no Brasil, lobby antiaborto dos EUA gastou R\$1.6 bi pelo mundo. **UOL Notícias**, 29/10/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/29/lobby-antiaborto-e-pro-familia-dos-eua-gastou-r-16-bi-em-aco-es-pelo-mundo.htm>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CORREIA, Mariama. Brasil Retrocede Enquanto Descriminalização do Aborto Avança na América Latina. **Agência Pública**, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/09/brasilretrocede-enquanto-descriminalizacao-do-aborto-avanca-na-america-latina/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SUMÁRIO

COTA, Isabella; CORPI, Stephania. The new anti-abortion tactics of the far right in the Americas. **El País**, 2021. Disponível em: <https://english.elpais.com/usa/2021-10-24/the-newanti-abortion-tactics-of-the-far-right-in-the-americas.html>. Acesso em: 19 dez. 2021.

COTA, Isabella; CORPI, Stephania. The new anti-abortion tactics of the far right in the Americas. **El País**, 2021. Disponível em: <https://english.elpais.com/usa/2021-10-24/the-new-anti-abortion-tactics-of-the-far-right-in-the-americas.html>. Acesso em: 19 dez. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Jane. **The Politics of Abortion in Latin America**. Boulder: Lynne Rienner, 2020.

DIAMOND, Dan. Trump's refugee director planning anti-abortion book. **Político**, 13/11/2018. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2018/11/13/scott-loyd-anti-abortion-book-961552>. Acesso em: 07 jul. 2020.

DIP, Andrea; CORREIA, Mariama. Mesmo com crise na saúde, pauta antiaborto avança de maneira acelerada no Congresso. **Agência Pública**, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/07/mesmo-com-crise-na-saude-pauta-antiaborto-avanca-de-maneira-acelerada-no-congresso/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

FEDERICI, Sílvia. **Calibá e a Bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O Ponto Zero da Revolução**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Marcella. Brasil quer estimular países latino-americanos a combater o aborto. **Agência Patricia Galvão**, 2020. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/dsr/brasil-quer-estimular-paises-latino-americanos-a-combater-o-aborto/>. Acesso em: 08 set. 2021.

FRASER, Nancy; ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%**: Um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HEARTBEAT. Facebook Heartbeat. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeartbeatInternational/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

HLI. **Human Life International**. Disponível em: <https://www.hli.org>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SUMÁRIO

HII. **Relatório anual 2016**. Disponível em: <https://www.hii.org/about-us/annual-report-2016/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

HII. **Relatório anual 2020**. Disponível em: <https://www.hii.org/about-us/annual-report-2020/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MELLO, Patricia. Brasil apoia na OEA proposta que autoriza a país impor educação religiosa ou moral a filhos. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-apoia-na-oea-proposta-que-autoriza-a-pais-impor-educacao-religiosa-ou-moral-a-filhos.shtml>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MOVIMENTO LEGISLAÇÃO E VIDA. Movimento Legislação e Vida. **Facebook**, 2021. Disponível em <https://www.facebook.com/Movimento-Legislação-e-Vida-895828323883606/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

NASH, Elisabeth. For the First Time Ever, US States Enacted More Than 100 Abortion Restrictions in a Single Year. **Gutmacher**, 2021. Disponível em: <https://www.gutmacher.org/article/2021/10/first-time-ever-us-states-enacted-more-100-abortion-restrictions-single-year>. Acesso em: 19 dez. 2021.

NERY, Hermes. Brasil: Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família elegeu nova diretoria. **Misericórdia Notícias**, 2015. Disponível em: <https://misericordia.org.br/6204/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. En todo el mundo se producen aproximadamente 25 millones de abortos peligrosos al año. **OMS**, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/es/news/item/28-09-2017-worldwide-an-estimated-25-million-unsafe-abortion-occur-each-year>. Acesso em: 19 dez. 2021.

PAIXÃO, Fernanda. Aborto Legal, Direito Negado: Um mapa da América Latina. **Brasil de Fato**, 28/08/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/aborto-legal-direito-negado-um-mapa-da-america-latina>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PETO, Andrea. Anti-Gender Mobilisational Discourse of Conservative and Far Right Parties as a Challenge for Progressive Politics. *In*: POIM, Maari; KOVATS, Eszter. **Gender as Symbolic Glue**. [S. l.]: FEPS, 2015.

PRIVACY INTERNATIONAL. How anti-abortion activism is exploiting data. **Privacy International**, 2019. Disponível em: <https://privacyinternational.org/long-read/3096/how-anti-abortion-activism-exploiting-data>. Acesso em: 07 jul. 2021.

REDDEN, Molly; LAKHANI, Nina. US anti-abortion group quietly fights back bid to end El Salvador's draconian ban. **The Guardian**, 27/07/2017.

SUMÁRIO

Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/27/el-salvador-abortion-ban-human-life-international>. Acesso em: 07 jul. 2021.

ROSCOE, Beatriz. Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo reagem à legalização do aborto na Argentina. **Poder 360**, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/jair-bolsonaro-e-ernesto-araujo-reagem-a-legalizacao-do-aborto-na-argentina/>. Acesso em: 08 set. 2021.

SALVA UNA VIDA. **Salva una Vida**. Disponível em: <https://salvaunavida.org.mx>. Acesso em: 08 set. 2021.

SELIS, Lara; PRADO, Debora. Política Externa do Governo Bolsonaro e a Aliança Transnacional Antigênero. [S. l.]: Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

TREVISAN, Maria. Portaria do Ministério da Saúde reforça posição antiaborto do governo. **Universa Uol**, 28/08/2020. Disponível em: <https://mariacarolinatrevisan.blogosfera.uol.com.br/2020/08/28/portaria-do-ministerio-da-saude-reforca-posicao-antiaborto-do-governo/?cmpid=>. Acesso em: 08 set. 2021.

VERA, Imelda. Aborto na América Latina: Números, legalização e impactos em cada país. **Bloomberlinea**. 28/09/2021. Disponível em: <https://www.bloomberlinea.com.br/2021/09/28/aborto-na-america-latina-numeros-legalizacao-e-impactos-em-cada-pais/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

VILLAMEA, Luiza; TARANTINO, Monica. Como o lobby contra o aborto avança no Brasil. **El País**, 24/04/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/24/politica/1556137351_969753.html. Acesso em: 07 jul. 2021.

WARREN, Rossalyn. How US organizations support anti-abortion laws in Mexico and elsewhere. **CNN**, 12/03/2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/03/12/health/mexico-abortion-us-org/index.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

WORMER, Rachel. Mapping Deception. **Equity Forward**, 2021. Disponível em: <https://equityfwd.org/research/mapping-deception-closer-look-how-states-anti-abortion-center-programs-operate>. Acesso em: 19 dez. 2021.

16

Keo Silva


Entre direitos e precariedades:

cidadania de pessoas trans
no Brasil, no Uruguai e Argentina

Between rights and precariousness:
citizenship of trans people in Brazil,
Uruguay and Argentina

Entre derechos y precariedad:
ciudadanía de personas trans en Brasil,
Uruguay y Argentina

SUMÁRIO




As desigualdades sociais relacionadas à população trans em solo tupiniquim são anteriores à pandemia, e bastante graves em termos de acesso e permanência nos espaços de ensino. Uma pesquisa realizada em 2016 pela comissão da diversidade da OAB demonstrou que 82% da população trans/travesti não consegue terminar o ensino básico no Brasil, e segundo uma pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2017) 90% dessas pessoas encontram na prostituição a única forma de sobrevivência. Tais questões apontam para um modelo de precariedade das vidas trans no Brasil. Nesses termos, entendo o conceito de precariedade a partir de Judith Butler:

A precariedade designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deteriorização de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] A precariedade é a distribuição diferencial da condição precária. [...] A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, p. 41).

Cabe pontuar que não se trata de uma perspectiva moralizante sobre a prostituição, mas sim de uma análise social dos espaços em que pessoas trans são destinadas a ocupar em detrimento da falta de acesso e reconhecimento nas instituições.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social no Uruguai (2016) também foi possível encontrar dados que demonstram que 67% da população trans uruguaia, em sua maioria mulheres trans, também estão na prostituição, em decorrência da expulsão de casa ocasionada pela transfobia familiar (Sara SCHUMAN, 2012; Keo SILVA, 2019) e também por não conseguir terminar o ensino formal.

SUMÁRIO




Esses são apenas alguns dados que enunciam a realidade da população trans nos dois países. Ao passo que se tem a precariedade (BUTLER, 2018) como principal modelo de cidadania, por outro lado há também mobilizações por parte dos movimentos sociais e sujeitos que estão na disputa por direitos e cidadania. Exemplo disso foi a ocupação do congresso nacional em 2004 no Brasil, por ativistas do movimento trans/travesti, que fizeram uma reivindicação através da campanha Travesti e Respeito¹³⁹. Esse foi um marco importante para o movimento trans, pois foi a partir dessa data, que ficou marcado o dia 29 de janeiro como o dia nacional da visibilidade trans, assim como também fala de um processo político mais amplo, onde no Brasil acabava de chegar à presidência um governo mais progressista. Foi no marco desse governo que emergiram políticas importantes no que diz respeito à cidadania de pessoas trans no Brasil. A primeira grande política que se criou foi o Processo Transexualizador¹⁴⁰ do SUS (Sistema único de Saúde) em 2008, com a proposta de um atendimento para pessoas trans no campo da saúde por meio de equipe multidisciplinar, visando uma perspectiva de saúde mais ampliada, composta por profissionais da área de endocrinologia, psicologia, medicina da família, assistência social, entre outros. Tal política foi muito importante em termos de acesso ao campo da saúde, durante o ano de 2008 foi deferida a portaria n.º 457 e em 2013 a portaria n.º 2.803 de 19 de novembro, que está em vigor até hoje.

139 A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, comemora, anualmente, o Dia Nacional da Visibilidade Trans, 29 de janeiro, data consagrada por marcar uma das primeiras iniciativas públicas em prol da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans – a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos”, lançada em 2004 pelo Ministério da Saúde. Fonte: <https://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/coordenacao-de-politicas-para-a-diversidade-sexual/atividades-e-acoas/>

140 Para a psicóloga Tatiana Lionço o Processo transexualizador pode ser definido como “um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam os indivíduos transexuais em determinados momentos de suas vidas” (LIONÇO, 2009, p. 44).

SUMÁRIO




Foi a partir desse processo que se desenvolveu uma das políticas mais significativas e reivindicadas pelo movimento social formado por pessoas trans, que foi a política de nome social. Cabe ainda ressaltar que é por meio do campo da saúde que se iniciam as primeiras reivindicações da população trans no Brasil, logo no início dos anos 1990 com o processo de redemocratização do país, e também o momento em que eclodia a epidemia da AIDS/HIV no país, que teve como principais vítimas a população trans/travesti, não apenas em termos de saúde, mas também em termos morais.

Tal questão não está desconectada do momento político vivido no Brasil daquela época, pois junto a emergência de um governo de esquerda liderado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vivemos um momento de ampliação da política educacionais, principalmente no diz sobre o acesso ao ensino superior. No escopo de tal processo que significou a criação de políticas de ações afirmativas e cotas para pessoas oriundas de escolas públicas e para negros e negras, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência ao ensino superior que anterior a isso era majoritariamente ocupado pela elite econômica brasileira.

No desenvolvimento de tais políticas começam também a ingressar na universidade pessoas trans. É nesse marco, já no início da segunda década dos anos 2000 que a política de nome social começa a ser desenvolvida pelas universidades, que amparadas pelo princípio de autonomia universitária, desenvolvem por meio de seus conselhos universitários, resoluções normativas que visavam a garantia do reconhecimento do nome social de pessoas trans que passavam a ser sujeitos/as estudantes das universidades, mesmo que ainda representando um pequeno número em termos estatísticos.

A instituição pioneira nessa política foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2009. Enquanto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi a sexta instituição a implementar tal política, no ano de 2012, também após o ingresso de alunas trans em cursos

SUMÁRIO



de graduação. Em 2015 houve uma nova resolução normativa n.º 59 aprovada pelo Conselho Universitário, em que tal política passou por melhorias e ampliação (SILVA; VAZ, 2019). A exemplo, a possibilidade de usar o nome social desde a inscrição do vestibular, assim como a possibilidade de realizar o pedido de inclusão do nome social e sua efetivação no prazo de até 90 dias, sendo que na antiga resolução de 2012 esse prazo era de 180 dias, ou seja, o aluno ou a aluna precisava ficar com seu nome de registro durante um semestre, até que seu nome social fosse reconhecido nas listas de chamadas e outras plataformas de acesso utilizadas na universidade, a exemplo da ferramenta Moodle.

A política de nome social, adentra ao campo educacional nas universidades trazendo suas ambiguidades, se de um lado ela se apresenta como uma política de cidadania precária por seus limites institucionais (BENTO, 2014), por outro ela opera como um dispositivo de construção de subjetividades (CORREA, 2017) e ainda pode ser pensada como uma estratégia de permanência de alunos e alunas trans nas universidades (OLIVEIRA; SILVA, 2017). Somente na segunda década dos anos 2000 é que ela passa a ser uma política estabelecida no campo da educação básica após o parecer CNE/CP n.º 14 de 2017 – Normatização que garante o uso do nome social na educação básica e a resolução CNE/CP n.º 1 de 2018 que define o uso do nome social para travestis e transexuais nos registros escolares. Ainda nos anos de 2013 o nome social pode ser utilizado nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ainda no cenário político da segunda década dos anos 2000, no ano de 2013 se desenvolveu o projeto de Lei n.º 5002/2013 que passou pela câmara dos deputados e visava a aprovação de uma legislação de reconhecimento da identidade de gênero. O projeto levava nome de Lei de Identidade de Gênero João W. Nery que foi desenvolvido pelo deputado Jean Willys do PSOL e pela deputada Erica Kokay do PT. Tal projeto ficou um ano em discussão e foi arquivado em 2014. O que se

SUMÁRIO

destaca no projeto em questão é o fato do mesmo visar a substituição do artigo 58 da Lei n.º 6.015 de 1973 que previa o reconhecimento de pronomes e apelidos notórios, lei que por muito tempo foi base para justificar os pedidos de alteração de nome e gênero de pessoas trans, anterior ao Provimento 73, que será comentado mais adiante.

Já em um cenário político de disputas ideológicas entre conservadores e progressistas, o que Sônia Correia e Marco Aurélio Prado denominaram de cruzadas antigênero (2018) que pairava no contexto nacional brasileiro, principalmente no campo educacional, a respeito do que se chamou de “ideologia de gênero” na segunda década dos anos 2000. O grande debate que se pautou sobre tal questão, foi quando o governo nacional, que nesse momento já estava sob o comando da então Presidenta da República Dilma Rousseff, criou um material didático que iria circular nas escolas públicas chamado de Kit anti-homofobia com o ímpeto de promover o combate ao preconceito e discriminação e que popularmente ficou conhecido de maneira pejorativa como “kit-gay”. É nesse contexto que também se inicia dentro dessa disputa ideológica o que podemos denominar como pânico moral (RUBIN, 1984), que agenciado por dispositivos retóricos (JUNQUEIRA, 2018) como esse supracitado (kit-gay), passa a ser ferramenta dos grupos conservadores em relação às políticas e a própria população LGBTQIA+ que ainda estava por angariar direitos e cidadania dentro de tal contexto político.

Não só as pautas antiLGBTfobia sofreram ataques dentro dessa disputa, como também, em 2017, a própria presidenta da república sofre um golpe de *impeachment*. No ano de 2016, a então presidenta aprovou o decreto n.º 8.727 que garante o uso do nome social para pessoas trans em todas as instituições públicas do país. Nesses termos cabe destacar que tal decreto apresenta uma definição importante para o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans no país:

SUMÁRIO

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – nome social – designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II – identidade de gênero – dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento (BRASIL, 2016).


Em 2018, sob o governo de Michel Temer houve outro decreto n.º 9.278, onde consta no inciso XI do artigo 8 a possibilidade de inclusão do nome social no registro geral de identidade. Tais políticas estão em vigor até o momento no campo jurídico institucional brasileiro, o que dentro do cenário atual caracteriza-se como uma política de contenção.

No curso dessa disputa ideológica no país, alguns outros direitos para população trans foram angariados como o Provimento 73 – que prevê a possibilidade de alteração de registro de nome e gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de realização de cirurgias ou laudos psiquiátricos e nem a necessidade de processos judiciais para tal mudança – o qual foi desenvolvido e aplicado também no ano de 2018.

Em 2019 houve ainda algumas vitórias para a população LGBTQIA+, como por exemplo, a criação da lei anti-homotransfobia votada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal. Tal lei tem uma importância fundamental, considerando que o Brasil é o país que mais violenta e mata pessoas LGBTQIA+, com destaque para a baixa expectativa de vida de pessoas trans, que atualmente é de 35 anos.

Também em 2019, há uma importante mudança no campo da saúde, que se relaciona a alteração da Resolução n.º 2.265 do CFM

SUMÁRIO



(Conselho Federal de Medicina) no artigo que dispõe sobre a idade para as cirurgias e início do processo de hormonização para pessoas trans. Anterior a tal mudança, a idade mínima para realizar cirurgias era de 21 anos, e para o início da terapia hormonal, 18 anos. Após a modificação da resolução, as idades foram modificadas para 18 e 16 anos, respectivamente.

Também se destaca no campo da educação a criação de ações afirmativas para pessoas trans no ensino superior. Tal processo pode ser pensado como um movimento subsequente ao processo de ampliação do ensino superior que se iniciou nos anos 2008. No entanto, na pós-graduação as políticas de ações afirmativas só foram implementadas depois de 2016 com a Portaria Normativa n.º 13 de 11 de maio de 2016. De acordo com um levantamento feito pela Folha de São Paulo em 2019, das 63 universidades públicas brasileiras 12 tem ações afirmativas para pessoas trans. Sendo que três garantem vagas para os cursos de graduação e as outras nove com vagas em cursos de pós-graduação. A exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (SILVA; VAZ, 2020) que possui em dois de seus cursos de pós-graduação – Educação e Interdisciplinar em Ciências Humanas – vagas destinadas a pessoas autodeclaradas trans. Tais políticas são importantes em termos de acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior e também podem ser pensadas, como dito acima, como um desenvolvimento de políticas de acesso, que tem como marco a política de nome social. Nesse sentido, a possibilidade de vagas para pessoas trans no ensino superior pode ser considerada um avanço político e de cidadania no Brasil principalmente no campo educacional.

Ainda no ano de 2020 no campo educacional, tivemos um avanço progressista no que tange a disputa ideológica mencionada acima, no que diz respeito à definição de conteúdos sobre gênero e sexualidade abordados nas escolas. Como uma característica dos avanços conservadores, as prefeituras e estados estavam por legislar e definir

SUMÁRIO

quais conteúdos poderiam ser ensinados na escola. Após o parecer unânime do Supremo Tribunal Federal, em 24 de abril de 2020, esta ação tornou-se inconstitucional, passando a ser decisão da União.

Outro avanço significativo nesse sentido, diz respeito à candidatura de pessoas trans nas últimas eleições realizadas no Brasil em 2020 para vereadores e prefeitos. De acordo com o levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021)¹⁴¹ foram 30 candidaturas em diversos municípios do país em comparação a oito candidaturas eleitas no último pleito, ocorrido em 2016. O que representa um avanço significativo em termos de representatividade no marco da política institucional. Nesse aspecto, essas são algumas das principais políticas desenvolvidas para pessoas trans nas últimas décadas no Brasil.

Na sequência irei apresentar algumas das políticas desenvolvidas para a população LGBTQIA+ no Uruguai, considerando que com exceção da lei que garantia a retificação de nome e gênero nos documentos por meio de processos jurídicos, somente em 2016 – com a realização do censo para pessoas trans – e em 2017/2018 – quando se desenvolveu a Ley Integral – houve políticas específicas para tal população no Uruguai. No intuito de traçar um paralelo, tendo em vista que o Uruguai também adentrou a um governo de esquerda no início dos anos 2000, elencarei as principais leis que foram desenvolvidas para a população LGBTQIA+ no país. No intuito de historicizar brevemente o contexto uruguaio nas últimas décadas, ou seja, uma historicização do presente, percebendo algumas diferenças e aproximações entre os dois países, é interessante pontuar que em termos de política de gênero o Uruguai se diferencia do Brasil, em relação à lei do divórcio. No Uruguai a lei foi desenvolvida e aplicada em 1907 enquanto no Brasil o mesmo ocorreu somente em 1977. Tal hiato temporal é interessante para se pensar questões que versam sobre o conceito de ordem de gênero

141 Disponível em <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>.

SUMÁRIO

(CONNELL, 2016), que corresponde as dinâmicas locais, regionais e globais relacionadas à criação de políticas de gênero (para mulheres cisgêneras e a população LGBTQIA+) no intuito de demonstrar uma governabilidade mais aberta ou não a tais questões, demonstrando como as questões relacionadas a misoginia e a cisheteronormatividade se manifestam ou não dentro desses regimes de governabilidades. Da mesma forma, a diferença perceptível entre a criação e desenvolvimento de leis para pessoas trans nos dois países indicam ora uma ordem de gênero semelhante, ora uma ordem de gênero que se distancia.

No início dos anos 2000 o Uruguai também adentra uma governabilidade de esquerda, no entanto seus aspectos culturais se distinguem do Brasil, muito por ter uma tradição política republicana mais bem fixada e que pode ser exemplificada tanto pela conservação dos partidos políticos durante os períodos difíceis da ditadura, quanto por uma separação mais delimitada entre as questões entre estado e religião, tema que passa a ser tensionado agora diante os avanços conservadores no país, questão essa que será melhor desenvolvido mais adiante. De acordo com Pablo Santos (2019, p. 8):

Con la llegada del FA al gobierno, el Estado cesó toda forma de control y persecución sobre toda la población trans, y se fueron aprobando progresivamente una batería de acciones que beneficiaban y reconocían importantes derechos de las personas no-heteroconformes y la diversidad sexual en general.

Em termos de políticas LGBTQIA+, a primeira política que se destaca no Uruguai é a Lei n.º 18.246 de 2007¹⁴², a qual versa sobre o casamento concubinário, permitindo assim a união de pessoas LGBTQIA+ sem exigir o registro de gênero nos documentos oficiais. É uma medida legal interessante do ponto de vista da questão de gênero, o qual aparenta ser um pouco mais flexível dentro dessa política. Já em

142 Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=18246&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=

SUMÁRIO

2009, em termos jurídicos, a partir da Lei n.º 18.620 torna-se possível às pessoas trans fazerem alteração nos registros de identidade a partir de processo jurídico, a exemplo de como funcionava a alteração de nome e gênero no Brasil anterior ao provimento 73/2017, mencionado acima.

Em 2014, a partir da Lei n.º 19.075, aprova-se o casamento igualitário entre pessoas do mesmo gênero no Uruguai. Essa lei ganha destaque, pois traz a pauta de inclusão de direitos a população LGBTQIA+, sobretudo às pessoas LGB cis, no campo do reconhecimento de cidadania. Já em 2016, sob o governo da Frente Amplia e também pela pressão dos movimentos de pessoas trans no Uruguai realiza-se o Censo Trans. Tal pesquisa foi feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social elencando diversas variáveis a respeito da população trans no país, dentre elas a questão educacional. Com isso, também se levantou dados acerca de quantas pessoas trans viviam na época em Montevideo, capital, e também nos outros estados e interior. Com um dado aproximado de 900 pessoas trans vivendo no país. Indicando que 90% da população trans era formada por mulheres trans e travestis.

O Censo Trans, como ficou conhecido, foi também importante para fundamentar a *Ley Integral* (n.º 19.684/2018) para pessoas trans no Uruguai, sendo a mesma desenvolvida em 2017, porém aplicada apenas no ano seguinte. Adentrando diversos setores de cidadania para a população trans, a exemplo da questão do acesso ao sistema de saúde, a partir de um atendimento especializado; a facilitação para o processo de alteração de nome e gênero nos documentos oficiais; a questão do acesso à educação, ao mercado de trabalho e à moradia; e, também, a lei visa uma reparação às pessoas trans que viveram no período da ditadura militar no Uruguai, entre 1973 e 1985. Além de pautar a importância da reserva de vagas para cargos públicos, com ímpe- to de garantir que 1% das vagas fossem destinadas a pessoas trans.

Essa lei visa o reconhecimento de pessoas trans a partir do princípio de autodeterminação, com uma definição bastante explícita do que é identidade de gênero:

Artículo 4º. (Definiciones). – A los efectos de la presente ley se entiende por:

A) Identidad de género: la vivencia interna e individual del género según el sentimiento y autodeterminación de cada persona, en coincidencia o no con el sexo asignado en el nacimiento, pudiendo involucrar la modificación de la apariencia o la función corporal a través de medios farmacológicos, quirúrgicos o de otra índole, siempre que ello sea libremente escogido.

B) Expresión de género: toda exteriorización de la identidad de género tales como el lenguaje, la apariencia, el comportamiento, la vestimenta, las características corporales y el nombre.

C) Persona trans: la persona que se autopercibe o expresa un género distinto al sexo que le fuera asignado al momento del nacimiento, o bien un género no encuadrado en la clasificación binaria masculino femenino, independientemente de su edad y de acuerdo a su desarrollo evolutivo psicosexual (URUGUAY, 2018).

Desse modo, diante da sua completude jurídica a lei aprovada em 2018 derogou a Lei n.º 18.620 que garantia a alteração do nome e gênero para pessoas trans a partir de processos jurídicos e possibilita um processo menos burocrático em relação ao reconhecimento da identidade de gênero nos documentos oficiais de pessoas trans uruguaias.

Nos debates entre pessoas trans, movimentos sociais e reivindicação de políticas públicas, o direito de poder retificar o nome e o gênero nos documentos aparece como uma pauta importante e carrega uma longa trajetória nos debates brasileiros e como mostrado até aqui, no território uruguaio também. Revelando como a condição de cidadania está atrelada ao porte de documentos. Como afirma Peirano,

Para que serve um documento? Tecnicamente, documentos facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim,

SUMÁRIO

taxar riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo para fins de conceder direitos e exigir deveres. [...] O documento, assim, legaliza e oficializa o cidadão e o torna passível de controle e legítimo para o Estado [...] (PEIRANO, 2006, p. 27).

Para além desse caráter biopolítico de controle populacional que estão atrelados ao porte de documentos, também há um dispositivo implícito dentro desse debate, que é justamente criar uma hierarquia social entre aqueles que os têm e os que não têm. Além disso, a reflexão feita pela antropóloga brasileira também auxilia a pensar sobre o conceito mencionado acima, de ordem de gênero. Pois a existência de legislações que desburocratizem ou que apenas possibilitem a retificação de nome e gênero nos documentos para pessoas trans expressam, de toda forma, uma ordem de gênero mais aberta a essas questões.

No ano de 2012, na Argentina, houve a elaboração da Lei de identidade de gênero, como uma expressão de avanço de políticas para pessoas trans na América Latina/CONESUL. De acordo com a pesquisa realizada pela pesquisadora Bruna Irineu e Brendhon Oliveira (2020) dentro de um recorte comparativo entre as políticas LGBTQIA+ do Brasil e Argentina, a pesquisa destaca que as políticas elaboradas no recorte temporal entre 2000 e 2014 nos dois países estavam muito mais voltadas ao campo da saúde e algumas no campo educacional, considerando que na Argentina houve uma maior ênfase no que tange a luta por reconhecimento por meio da Lei de identidade de Gênero, enquanto no Brasil como apresentado até aqui as políticas foram desenvolvidas de maneira não interligada dentro dos setores de cidadania, mas que tiveram maior respaldo no campo da saúde e educação.

No que tange as questões relacionadas à saúde, o antropólogo Camilo Braz (2019) por meio de um estudo etnográfico apresenta um comparativo entre os itinerários terapêuticos realizados por homens trans no Brasil e na Argentina. Ao observar a espera como uma questão

SUMÁRIO

pertinente para as trajetórias de seus interlocutores, o antropólogo demonstra a relação entre o tempo e tais experiências, destacando duas diferenças significativas entre os dois países:


A questão da espera talvez seja fundamental para interpretar antropologicamente as experiências trans no Brasil contemporâneo, considerando a tensão entre o tempo dos sujeitos e o tempo protocolar, entre o tempo de cada um e o tempo institucional, importante para interpretar expectativas relacionadas à transição e à atenção em saúde (BRAZ, 2019, p. 3)

Em contrapartida, na Argentina, o estudo antropológico realizado mostra que a espera é menor para os sujeitos, sobretudo no período após a implementação da Lei de Identidade de Gênero. Desse modo Braz destaca que uma das diferenças ressaltadas por seus interlocutores diz respeito à espera por acompanhamento médico, onde na Argentina tal espera parece menor, no entanto o atendimento médico para pessoas trans não está desassociado das estruturas cisheteronormativas que atravessam os cotidianos de pessoas trans em ambos os países. Outra questão pertinente também apresentado pelo antropólogo em seu estudo diz sobre a diferença em relação aos discursos patologizantes em relação a transexualidade:

Chama a atenção como na Argentina, pelo menos formalmente, a questão da patologização da transexualidade parece mais bem resolvida do que no Brasil, onde o receio de poder deixar de ter acesso ao processo transexualizador, caso se deixe de considerá-lo um transtorno, apareceu nas entrevistas, apesar de os entrevistados serem bastante críticos à patologização das identidades trans. (BRAZ, 2019, p. 9).

Desse modo, a questão em relação ao acesso à saúde apresenta distinções entre os dois países em termos de políticas institucionais e sua relação com a dimensão social, manifestada, sobretudo, em relação aos discursos sobre a patologização da transexualidade, sem perder de vista que as relações de poder cotidianas andam em passos distintos em relação as questões institucionais.

SUMÁRIO




Outra questão pertinente mencionada acima, versa sobre as questões de empregabilidade, trabalho, e renda, onde de acordo com Irineu e Oliveira (2020), nos dois países (Brasil e Argentina) pouco se toca nestes pontos. Distinguindo-se assim, da ênfase dada na Ley Integral para pessoas trans no Uruguai, a qual dá ênfase nas orientações de cotas para empregabilidade, ao menos em cargos públicos, de pessoas trans, considerando a situação de precariedade. Dessa forma, podemos perceber os distanciamentos e aproximações entre as políticas trans entre Brasil e Argentina.

Cabe destacar que em junho de 2021 foi aprovado pela câmara dos deputados na Argentina o Projeto de Lei que leva o nome de Diana Sacayan e Lohana Berkins¹⁴³ que visa a contratação de trans no funcionalismo público, reservando 1% das vagas para cargos públicos e incentiva a contratação de pessoas trans nas empresas privadas. O projeto de lei foi aprovado com 207 votos a favor e com 11 votos contrários, e se aprovado também na próxima instância tornar-se-á lei. Além de basear-se no princípio de autodeterminação de gênero, o projeto de lei argentino – que tem como suporte o decreto 721 de setembro de 2020 que já defendia as cotas para pessoas trans nas instituições públicas – também prevê que a “falta de formação” (uma das maiores questões que acomete a população trans), não pode ser um impeditivo para o acesso à empregabilidade. O projeto assegura que as pessoas empregadas tenham condições de concluir sua formação. Nesses termos, tal projeto de lei traz ao debate questões muito pertinentes para a arena pública, visibilizando a realidade precária da população trans na Argentina, e trazendo à discussão que a questão de empregabilidade para a população trans não é uma questão de privilégios, mas sim de restituição de um direito historicamente negado.

143 Disponível em <https://latfem.org/al-calabozo-nunca-mas-media-sancion-para-la-ley-de-cupo-laboral-travesti-trans/>

SUMÁRIO




Apesar da afirmação de que após a entrada do partido Frente Amplia no Uruguai não houve impeditivos jurídicos para o desenvolvimento das leis para pessoas trans no país – demonstrando em certo sentido maior abertura e desenvolvimento de políticas para pessoas trans e marcando assim um momento de governabilidade mais progressista – é de extrema importância pontuar que tais políticas não foram implementadas sem as reivindicações feitas pela própria população local e os sujeitos políticos referentes às demandas das pessoas trans. Assim como as pautas reivindicadas não estão descoladas de uma demanda mais ampla de toda a população trans na América Latina/CONESUL.

Nesse sentido, é interessante retomar a discussão a partir de Judith Butler (2018) quando tal autora demonstra que há uma dimensão do político entre aqueles que estão em exposição radical à violência sob a ausência das leis e políticas precárias e a política estatal. Tal dimensão se constitui na fronteira entre o social e o político, onde ora há uma dissolução entre esses dois espaços simbólicos e ora há uma reafirmação de tais fronteiras, constituindo uma disputa de sentidos entre hegemonia e subalternidade. Considerando que nos países em desenvolvimento vivemos em um regime de precariedade no que tange os direitos à cidadania da população trans, ou ainda, para utilizar o termo de política à brasileira de Berenice Bento (2014) de cidadania precária, no Brasil exemplificado pela política de nome social, no Uruguai o que fica perceptível é que as políticas específicas para pessoas trans aparecem na arena política somente no final da segunda década dos anos 2000. Em ambos os países há uma demarcação de uma governabilidade mais progressista em compasso com o desenvolvimento das leis de cidadania, no entanto é necessário considerar que tais questões não estão descoladas dos movimentos sociais e suas reivindicações.

DOS AVANÇOS CONSERVADORES – POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS E EDUCAÇÃO A DESPEITO DA NECRO(BIO) POLÍTICA APÓS 2018

Em contrapartida a tais políticas mencionadas acima nos, três países – desde 2018 e até antes – vivemos sobre o espectro de avanços conservadores na América Latina. No Brasil, essas questões ganham maior evidência já nas disputas educacionais que se iniciam em 2014, mas ganham maior ênfase após a eleição de uma governabilidade genocida que acaba por colocar em ameaça os direitos e a própria vida da população LGBTQIA+ e sobretudo a população trans. Um marco significativo de tal política genocida, ou para utilizar o termo de Achille Mbembe (2018), necropolítica foi o discurso de posse da então ministra da família no Brasil, onde ela argumentou que iniciávamos uma nova era onde “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Tal pronunciamento passaria despercebido se por detrás do seu discurso não houvesse uma reafirmação das normas de gênero em termos conservadores, pautado no alinhamento entre sexo/gênero e também trazendo à tona algo bastante significativo que é a disputa pela tutela das crianças, algo que emerge recentemente no cenário político. Tal questão pode ser evidenciada justamente pelas políticas supracitadas a exemplo do Uruguai em que se pautou por muito tempo a discussão sobre o casamento, onde o que parecia estar em disputa em termos da ordem de gênero (CONNELL, 2016) era a questão do sentido de família. No Brasil, a discussão não foi muito diferente. No entanto, o pronunciamento da então ministra deixou evidente e trouxe ao debate a questão da infância e sobretudo da infância trans, onde tais experiências subvertem essa norma em que o gênero é imposto como uma categoria imutável e estática, reforçada pelo binarismo e pelos discursos normativos como esse de que meninos vestem azul e meninas rosa.

SUMÁRIO



Tal pronunciamento colocou em evidência que estávamos e estamos vivendo uma disputa de sentidos onde o que está no cerne são os significados de corpo, gênero e sexualidade, como bem aponta Maria Rita Cesar e Duarte (2017), assim como as questões que também refleti na minha pesquisa de dissertação. Para a população trans o regime necropolítico ou necrobiopolítico (BENTO, 2016) é anterior a ascensão conservadora no país, visto os altos índices de morte por transfeminicídio, por suicídio e pela invisibilidade da população transmasculina. Tais questões se agravaram durante essa nova governabilidade, e se acentuaram ainda mais no contexto da pandemia de covid-19. A exemplo dos dados levantados pela ANTRA em 2020, demonstrando que houve um aumento de 40% de mortes da população trans durante a pandemia, em relação ao ano de 2019.

Nesses termos, é importante afirmar que a população trans já vivia sobre o registro de uma cidadania precária (BENTO, 2014) no Brasil e que com essa nova governabilidade estávamos mais que vulneráveis, estava posto um regime de exposição à morte. Dentro desse cenário de disputa ideológica, alguns projetos de lei passaram a ser discutidos na câmara legislativa.

Ainda anterior a isso, no campo educacional vivemos um cenário de ataques à população trans, dois deles ganham destaque na minha reflexão. Um deles foi o corte do edital de vagas destinadas a população trans na UNILAB por intervenção do atual presidente em 2019, o que considerei além de uma política de ataques a população trans também uma reafirmação do que se pode chamar de transfobia estrutural (SILVA, 2019). Outra questão pertinente foi o ataque às ações afirmativas feitas pelo ex-ministro da educação em 2020 que também teve efeitos sobre as políticas educacionais no ensino superior.

Retomando as reflexões sobre os projetos de lei, destaco dois no cenário brasileiro que estão totalmente voltados a uma política antitrans. São eles a PL 2578/2020, que quer que as determinações

SUMÁRIO

de gênero no Brasil sejam definidas pelas características biológicas e sexuais primárias, e o PL 5248/2020 que pretende proibir o uso de linguagem neutra na grade curricular e nos materiais didáticos nas instituições de ensino públicas e privadas. Os dois projetos de lei estão ligados a uma política antitrans como já foi dito, e visam o apagamento da experiência trans e gênero-diversas tanto em território nacional, quanto dentro das instituições de ensino.

No Uruguai, os avanços conservadores parecem caminhar em consonância com as políticas conservadoras brasileiras. É necessário considerar que, em 2020 o pequeno país também passou a ter uma governabilidade conservadora e de direita colocando sob ataque as políticas para pessoas trans. Em minha perspectiva o que se destaca nesse sentido, são as políticas e projetos de lei que visam o controle dos conteúdos sobre gênero e sexualidade na educação¹⁴⁴, a exemplo do projeto reaberto em 2019 pelo deputado Rodrigo Goñi, que justamente quer que os pais determinem quais conteúdos as crianças podem ter acesso na escola em relação a gênero e sexualidade. Tais políticas no campo educacional, como as supracitas tanto no Brasil como no Uruguai fazem parte de uma pauta política dos movimentos conservadores e de direita. No Brasil o principal movimento conhecido se intitula de Escola sem Partido, no Uruguai há uma movimentação nesse sentido também com um movimento que se intitula *Redes de padres responsables*. Nesse aspecto cabe como um dos objetivos desse artigo observar como se constituem esses movimentos e seus impactos no campo educacional nos dois países.

144 Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/educacion/articulo/2020/10/proyecto-de-ley-plan-tea-que-padres-elijan-la-educacion-sexual-de-sus-hijos-acorde-a-sus-convicciones/>

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

De tal, explica-se a relevância dessas reflexões para a compreensão de quais são os elementos colocados em cena para aprovação ou recusa de leis que asseguram o reconhecimento e a cidadania plena a pessoas trans no Brasil e no Uruguai. Destaco que pensar cidadania e reconhecimento importam em um contexto no qual as pessoas trans seguem estigmatizadas e excluídas da vida social e da esfera pública. Ainda que falar em leis, normativas e cidadania seja apenas um quesito para pensar sobre a complexidade das experiências subjetivas trans, importam porque marcam a possibilidade de entrada e conquista dos espaços público e social da vida.

De todo, a proposta desse artigo foi desenvolver uma historiografia das políticas desenvolvidas para pessoas trans no Brasil, no Uruguai e com breve contraste na Argentina, demonstrando como a ordem de gênero de cada país e época implica em ampliação ou redução de direitos e ameaça as vidas trans e de outras populações que foram e são historicamente marginalizadas. Trazendo também os debates que envolvem a disputa ideológica que vivenciamos no Brasil em que gênero e sexualidade estão no cerne do debate.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.
- BRASIL. Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Cartelas de Identidade e regula sua expedição. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/542796532/decreto-9278-18>. Acesso em: 17 maio 2021.

SUMÁRIO

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 17 mai. 2021.

BRASIL., Projeto de Lei 5002/2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 17 mai. 2021.

BRASIL. Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2341/portaria-mec-n-33>. Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL, Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Portaria nº 457 de 19 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 16 abril 2021.

BRASIL, Portaria Normativa nº 13 de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL, Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2018. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL, Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. **Ministério da Educação**. Brasília, 2018. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 abr. 2021.

SUMÁRIO

BRASIL, Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.515 de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cad. Saúde Pública** [online], v. 35, n. 4, p. 01-13, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Minguens; revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CENSO NACIONAL DE PERSONAS TRANS – Derecho a La educación. Montevideo: Ministerio de Desarrollo Social, 2017.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *In*: educar em revista, curitiba, brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em Trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 45-59, 2013. IRINEU, Bruna; OLIVEIRA, Brendhon. Trabalho, Emprego e Renda Para a População LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014). **Revista de Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], Ano 8, n. 16, p. 40-55, jul./dez. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. [S. l.], v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018.

SUMÁRIO

- LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 2009, p. 43-63.
- OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Keo. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**. [S. l.], v. 10, n. 4, Dossiê Temático, p. 11-31, 2017.
- PEIRANO, Mariza. De que serve um documento?. In: PALMEIRA, Moacir.; BARREIRA, César. (org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: NuAP/RelumeDumará, 2006. p. 25-50.
- PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, [S. l.], v. 18, n. 43, p. 444-448. set-dez. 2018.
- RIAL, Carmen. Hacia dónde van las antropologías del mundo: una visión desde el World Council of Anthropological Associations. Texto presentado como **Conferencia Magistral V Encuentro Mexicano-Brasileño de Antropología (V EMBRA)**, Ciudad de México 18 al 20 de noviembre 2019.
- RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo**. Políticas do sexo. trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SANTOS, Pablo. Diversidad en movimiento: una aproximación a las demandas del movimiento trans y su relación con el Estado. Trabajo presentado en la mesa Acción colectiva y movimientos sociales, en las **XVIII Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales-UdelaR**. [S. l.], 2019.
- SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas** – Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, p. 67-78, nov. 2012.
- SILVA, Keo. **Dos saberes e outros trânsitos**: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.
- SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **R. crit. cult.**, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. v. 14, n. 2, p. 209-221, 2019.

SUMÁRIO

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Poled – Políticas Educativas**. Dossier: Políticas educativas para la inclusión de jóvenes que finalizan la escuela secundaria e inician el nivel superior. [S. l.], v. 13, n. 2, p. 51-62, 2020.

URUGUAI. Ley N° 18.246. Ley de Unión Concubinaria. **IMPO**, 2008. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=18246&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=. Acesso em: 30 abr. 2021.

URUGUAI, Ley n° 18.620. Regulacion del derecho a la identidad de genero, cambio de nombre y sexo registral. **IMPO**, 2009. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=18620&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=. Acesso em: 30 abr. 2021.

URUGUAI. Ley n° 18.620. Derecho a la identidad de género y al cambio de nombre y sexo en documentos identificatorios. **IMPO**, 2009. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=18620&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=. Acesso em: 30 abr. 2021.

URUGUAI. Ley n° 19.075. Matrimonio igualitario. **IMPO**, 2013. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=19075&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=. Acesso em: 30 abr. 2021.

URUGUAI. Ley n° 19.684. Ley integral para personas trans. **IMPO**, 2018. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=19684&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=. Acesso em: 30 abr. 2021.

URUGUAI. Ley n° 3.245 de 1907. Apruébase la Ley de Divorcio. **IMPO**, 2018. Disponível em: <http://www.impo.com.uy/bases/leyes/3245-1907>. Acesso em: 30 abr. 2021.



17

Patrícia Lessa

A geografia do prazer lesbiano

The geography
of lesbian pleasure

La geografía
del placer lesbiano

PALAVRAS INICIAIS

A geografia do prazer lesbiano é complexa e múltipla. Muitas autoras de diferentes locais e com perspectivas teóricas variadas, em seus encontros e desencontros com as articulações feministas, produziram conceitos e teorias que criam as bases para o estudo da lesbianidade. Ao longo da história, a corporeidade lesbiana foi circunscrita no eixo médico-jurídico, transitando entre doença e crime, seus corpos estavam à margem das esferas de prazer e de poder. Com a revolução sexual empreendida pelas mulheres, sobretudo pelas feministas nos anos 1960, muitas barreiras foram derrubadas e a corporeidade lesbiana ganhou novos enfoques, agora mais propositivos e positivos.


Os anos 1960 foram marcados pela fabricação da pílula anti-concepcional e pelas diversas bandeiras de luta das mulheres, como, por exemplo, em prol do amor livre, do sexo fora dos quadros do casamento heterossexista, do direito ao aborto seguro, dentre outras pautas, com maior ou menor adesão. Foi na avalanche da revolução sexual que muitas escritoras e militantes lesbianas discorreram sobre o prazer e o sexo entre mulheres. O sexo reduzido à procriação e ao coito masculino já vinha sendo visto como extremamente limitante para as mulheres. Restritas aos desejos e ao prazer heterossexista, as mulheres ficavam com o poder erótico dos seus corpos minimizado ou mesmo coibido. Os seios, a boca, os grandes e os pequenos lábios, o clitóris, a vulva formam uma geografia complexa e, sem dúvida, as feministas e as lesbianas criaram as condições para um debate mais aberto e propositivo.

FEMINISMOS E LESBIANIDADES

O texto que ora apresento é um recorte ampliado do livro *Chana-comchana e outras narrativas lesbianas em Pindorama*, que foi publicado pela Editora Luas em 2021. Neste trabalho, considero importante marcar posição indicando que a minha pesquisa sobre a lesbianidade ocorreu na área da Epistemologia Feminista, campo que ganhou contornos mais fortes desde os anos 1960, quando as ciências duras, juntamente com as humanidades e as artes, colaboraram na construção de ferramentas e métodos de análise para o trabalho científico e acadêmico. Os feminismos, nesta perspectiva, são o solo que alimenta os Estudos Lesbianos. Os estudos feministas são plurais, muitas e diferentes perspectivas se encontram e desencontram. Nesta reflexão, destacarei algumas das ideias protagonizadas por autoras que escreveram sobre as lesbianidades em uma perspectiva feminista. Na atualidade, vemos emergirem feminismos populares, indígenas, campesinos, decoloniais, interseccionais em conexão com os estudos da lesbianidade.

Na interface dos estudos e dos movimentos feministas, a expansão do movimento lésbico foi um passo importante para a construção e consolidação da sua identidade e, sobretudo, de sua autonomia em relação aos grupos mistos que agregavam gays, transexuais e bissexuais ou, até mesmo, com relação aos grupos feministas. As disputas e as pautas das feministas, em alguns momentos, geraram tensão e rupturas. Um ótimo exemplo foi o grupo Radicalesbians. Criado em 1969, o grupo foi pioneiro no feminismo radical e ficou conhecido através da divulgação de um manifesto feminista intitulado: *A mulher que se identifica com mulheres*. Tal manifesto foi escrito no contexto de uma reunião organizada pela *National Organization for Women* (NOW), na qual Betty Friedan declarou que a ligação do grupo com as lésbicas poderia prejudicar suas reivindicações políticas

SUMÁRIO



e causar uma repulsa social. Em resposta, Rita Mae Brown e outras feministas lesbianas se afastaram do NOW e distribuíram o manifesto durante o *II Congresso para Unir as Mulheres*. Segundo o grupo: “as mulheres no movimento têm se esforçado muito para evitar discutir e confrontar o lesbianismo. É uma pauta que as deixa nervosas. Ficam hostis, evasivas ou tentam incorporá-la dentro de uma questão mais ampla” (RADICALESBIANS, [1970] 2021, on-line).

Não foi sem conflitos que as lesbianas avançaram e conseguiram inserir suas pautas nas discussões, reuniões e nos encontros feministas. Neste contexto, houve proposições interessantes. A lésbica política foi uma proposta importante e nasceu no seio do movimento feminista na década de 1970, quando as mulheres, numa avalanche de críticas dirigidas à violência do patriarcado, mostravam sua recusa ao sistema de dominação heterossexual, contexto no qual elas reivindicaram os direitos sexuais e reprodutivos, a libertação sexual, a maternidade por livre escolha das mulheres, o direito ao aborto, o combate ao patriarcado e à violência estrutural contra as mulheres. Foram teorias, práticas e poéticas insurgentes na construção de uma nova relação das mulheres com os seus corpos, com o prazer sexual e com o erótico. A lésbica política não tinha, necessariamente, relação sexual com outra mulher, sua identificação era política, era de apoio e de sororidade (Patrícia LESSA, 2021).

A necessidade de escrever uma história que abra novos horizontes e traga outras possibilidades de articulação das lesbianas no social, além daquelas prescritas e naturalizadas nos discursos lesbofóbicos urdidos ao longo do tempo, levou-me à busca dos indícios da participação ativa e importante das lesbianas no cenário social e político brasileiro. Diante desse contexto, a proposta neste recorte é auscultar o possível na história, o múltiplo, o plural nas relações de prazer entre mulheres, quebrando os moldes de um incontornável e imutável feminino nos fundamentos do social. Esse múltiplo inscrito

SUMÁRIO

no corpo feminino também se expressa na linguagem feminina, que nem sempre se submete à maquinaria discursiva. O gozo das mulheres exige um desvio pela análise dos sistemas de opressão erigido sobre o feminino, exige ainda uma retravessia de uma prática social, na qual tradicionalmente as mulheres aparecem como valor de uso e de troca para os homens.

Para tanto, vou dialogar com algumas autoras feministas que escreveram sobre o prazer na/da corporeidade lesbiana como uma forma de amar outra mulher e amar a si mesma para além do esquema patriarcal e do sistema heterossexista: Monique Wittig (1973), Luce Irigaray (1977), Audre Lorde (1984) e Tânia Navarro Swain (2006). Para essas autoras, a geografia do prazer feminino é complexa, múltipla e mais sutil do que aquela do imaginário dominante centrada no falo. O corpo feminino é plural, as múltiplas possibilidades de vivências do sexo entre mulheres ajudam a quebrar o silêncio, dar voz à presença, a atuação e a autorrepresentação positiva e propositiva das lesbianas. Os feminismos objetivam transformar a realidade, mudar o mundo, transformar as relações sociais que andam no sentido hierárquico e binário, e, dessas mudanças, as lesbianidades, pela sua própria existência, são os seus arautos. A geografia do prazer lesbiano pode ser pensada a partir das teorias feministas que construíram as bases dos estudos da lesbianidade.

AS LÉSBICAS NÃO SÃO MULHERES

Quero iniciar apresentando uma das mais importantes autoras do feminismo lesbiano. Sua relevância advém do fato de suas obras terem impactado as teorias e práticas feministas ao propor que a heterossexualidade é um regime político. Trata-se de Monique Wittig (1935-2003). Ela foi escritora, tradutora, poetisa e militante lésbica-feminista,

SUMÁRIO

nasceu em Dannemarie, na França, estudou na Universidade de Paris, trabalhou na Biblioteca Nacional de Paris e em uma editora. Foi colaboradora, junto com Simone de Beauvoir, Christine Delphy, dentre outras feministas, da revista *Questions féministes*. De seus escritos mais conhecidos, listo: *Les guérillères* (1969), *Le corps lesbien* (1973) e *One is not born a woman* (1980).

Wittig foi transgressora e revolucionou o movimento feminista com seus escritos políticos, literários e filosóficos. Foi uma das primeiras feministas a denunciar o mito da mulher no singular, ou seja, o ideário que vincula as mulheres à natureza ou mesmo a alguma essência preconizada em oposição aos homens. Para a autora, a heterossexualidade é um regime político ao qual as lesbianas se recusam a submeterem-se, eis um dos legados de sua obra. O lesbianismo foi tema central em seus estudos, teorias e escritos. Em sua reflexão teórica, ela faz uma crítica radical às discussões de Simone de Beauvoir: a autora que dizia que não se nasce mulher na tentativa de entender as mulheres como seres históricos e sociais e não puramente seres biológicos. Ao afirmar que as lesbianas não são mulheres, Wittig anuncia um novo sujeito do feminino, que havia sido negligenciado na obra de Beauvoir. Para ela, ser mulher é estar inserida no domínio heterossexista, significa ter um código de pertencimento aos homens, às suas injunções e ao seu enquadramento social, cultural e político. Para a escritora francesa, as lesbianas escapam à programação inicial, não se submetendo à hierarquização heterossexista; o lesbianismo é, para ela, algo que se situa além das categorias mulher e homem; é, portanto, um conceito revolucionário.

O livro *Le corps lesbien* gravita entre o universo das amazonas, das assembleias de mulheres, das feiticeiras e marca a presença do desejo sexual e do gozo entre mulheres. Sem dúvida, esse livro foi paradigmático, marcou os estudos lesbianos com a afirmação de um corpo que não se dobra facilmente ao sistema de pensamento hétero.

SUMÁRIO

O corpo lesbiano reivindica uma identidade própria, e, ao poetizar a corporeidade lesbiana, a autora fornece uma positividade na relação com o prazer sexual e com a materialidade da sua experiência no mundo, mas ela não se limita à reprodução do real. Wittig cria a lesbiana de forma afirmativa e positiva.

O biológico é invocado através de um recurso literário em que a autora escreve em caixa alta e sem pontuação: “A REPRODUÇÃO [XX + XX = XX] AS REAÇÕES O PRAZER A EMOÇÃO” (WITTIG, 1973, p. 144, tradução livre). A palavra “reprodução”, seguida da operação matemática, remete ao par de cromossomos¹⁴⁵ que identifica uma mulher biológica, portanto, mulher + mulher = mulher. Seios, vulvas, clitóris, intestino e outros fragmentos corporais fornecem elementos concretos de um corpo comum às mulheres e às lesbianas. O que as diferencia, então, para Wittig? A questão é complexa.

Para a autora, as lesbianas não são mulheres, pois não se do-
bram às injunções do “pensamento hétero”¹⁴⁶. Na obra *Le corps lesbien*, os códigos masculinos são ignorados pela autora em sua narrativa e os desejos sexuais estão voltados exclusivamente ao prazer feminino. Ela escreve:

E/ou sou aquela que guarda o segredo do seu nome [...].

Tão bela sua nuca suas bochechas seu olhar seus ombros seus seios seus braços seu ventre seu sexo suas costas sua bunda suas coxas suas pernas seus tornozelos seus pés (WITTIG, 1973, p. 146-147, tradução nossa).

145 A linguagem dos cromossomos foi utilizada pela autora como um recurso poético. Ressalto que Nettie Stevens (1861-1912), bióloga e geneticista norte-americana, foi quem descobriu os cromossomos sexuais. Ela atribuiu o X para identificar o feminino e Y para o masculino (LESSA, 2021).

146 *O pensamento hétero* foi um texto elaborado e apresentado pela autora durante a Convenção da Associação de Linguagem Moderna, realizada em 1978, em Nova Iorque, e publicado no livro: WITTIG, Monique. **The Straight Mind**: and other essays. Boston: Beacon Press, 1992. No texto, ela defende que o lesbianismo é uma categoria política e a heterossexualidade é um sistema social que se baseia na opressão das mulheres pelos homens, produzindo a doutrina da diferença entre os sexos como justificativa para essa opressão. É importante ressaltar que ela usa o termo “diferença de sexos” naquele contexto em que a categoria de gênero ainda não estava na pauta das discussões entre as feministas lesbianas.

SUMÁRIO

O nome em “segredo” pode ser visto como um recurso poético que a autora utiliza ao abordar o encontro de olhares e de corpos, que em um barco naufragado flutuam entre tubarões sedentos por suas carnes expostas. Podemos desdobrar as linhas e ir ao encontro dos corpos lesbianos vigiados, cercados e perseguidos pelo olhar heteronormativo, punitivo e corretivo. Sua crítica é mordaz, não deixa margem para a dúvida: as lésbicas se encontram nas assembleias e escapam ao domínio heterossexista.

É possível inferir que a sua obra seja a primeira narrativa de positividade com relação ao prazer sexual lesbiano, tendo em vista que, desde os poemas de Safo até o romance de Hadclyffe Hall, a tragédia e a morte como castigo pesavam sobre os corpos lesbianos. Desde as poéticas wittigianas vemos a erupção das vozes lesbianas tanto na literatura quando nos escritos teóricos.

A COMPLEXA GEOGRAFIA DO PRAZER FEMININO

A poetisa lesbofeminista mexicana Patricia Karina Vergara Sánchez escreveu um poema intitulado *Desejo*, que, em um de seus trechos, diz:

O que fazer, mulher?
O que fazer com a nostalgia que minha boca sente de teu sabor?
O que fazer com a tua ausência batendo na ponta da minha língua?
O que fazer com o desejo irreprimível por ti?
O que fazer com a sede e com a fome que levam seu nome?
O que fazer?
Como fingir que não me faz falta,
se dormindo murmuro teu nome
e acordada te chamo.
Se meus lábios vibram imaginando os teus beijos,
se navego em minha pele inventando as tuas carícias,

SUMÁRIO

se busco o brilho dos teus olhos
quando caminho pelas ruas,
interrogando todos os rostos¹⁴⁷.

O trecho do poema é uma ode ao autoerotismo lesbiano. Ao sentir falta do corpo da amada, ela constrói um ritmo na linguagem escrita que transita pela corporeidade, seja nos lábios que vibram, seja no percurso pela sua pele ardente recriando as carícias da mulher amada. Se hoje é possível encontrarmos uma vasta literatura lesbiana, é imprescindível entendermos os processos históricos e as disputas teóricas empreendidas nas décadas que nos antecedem.

Uma das mais importantes autoras que abordou a corporeidade lesbiana foi Luce Irigaray (1930-). Ela é uma feminista belga, filósofa, linguista, psicanalista e escritora. A publicação de seu primeiro livro *Speculum: de l'autre femme*, impresso em 1974, possibilitou que as suas ideias fossem reconhecidas nos círculos feministas. Em 1977, publicou *Ce sexe qui n'en est pas un*, obra em que faz uma crítica mais pontual aos pensamentos freudiano e lacaniano. O sexo e o prazer lesbiano, infantilizados pela psicanálise patriarcalista, são reinventados na obra de Luce Irigaray.

A discussão sobre penetração no sexo entre mulheres é, para a autora, um debate importante, visto que o pensamento hegemônico desqualifica essa relação a partir do fundamento aceito socialmente como regra: a de que o pênis é o elemento centralizador da vida sexual de qualquer ser humano, sem ele não haveria sexo, pois foi constituído como “estrutura fálica dominante” (IRIGARAY, 1977, p. 23). Para as lesbianas, pode haver penetração ou não; isso dependerá dos desejos

147 Poema recitado durante a visita da poetisa e pesquisadora ao Brasil em um projeto de Mobilidade Docente Internacional, coordenado por Patrícia Lessa, entre os dias 26 e 29 de outubro de 2014, na cidade de Maringá (PR), durante a atividade de *Roda de Poesia Lesbofeminista*. Patricia Karina Vergara Sánchez é uma poetisa lesbofeminista, escritora e educadora. Seus poemas estão disponibilizados em seus blogs: <http://estabocaneia.blogspot.com/> e <http://cuentitospallevar.blogspot.com/>. Todos os poemas estão sem data e podem ser encontrados em *blogs* ou nas redes sociais da autora.

SUMÁRIO

e das inúmeras possibilidades de busca pelo prazer; essas possibilidades novas mostram uma sexualidade altamente crítica, pois não obedece a formalidades ou a determinações impostas no modo como seus atos sexuais serão realizados.


Para Irigaray (1977, p. 26), o corpo feminino apresenta uma sexualidade plural, os lábios vaginais se tocam mutuamente, concorrendo com o prazer da carícia clitoridiana, com a carícia nos seios, enfim, a geografia do prazer feminino é complexa, múltipla e mais sutil do que aquela prevista no imaginário dominante centralizada no falo. Para a autora, é imprescindível inventarmos uma linguagem do nosso corpo para além das palavras criadas pelos homens e consolidadas nos saberes hegemônicos, sejam os biomédicos ou os psicossociais. Para nós, e entre nós, é preciso conhecermos “os contornos de nossos corpos para amar a fluidez” (IRIGARAY, 1977, p. 242). Os encontros de mulheres marcam nos corpos novas conexões e linguagens para além das marcas impostas pelo patriarcado.

O ERÓTICO COMO PODER

A origem da palavra “erótico” é associada ao deus grego Eros, divindade vinculada aos desejos sexuais e às artes. A palavra remete, ainda, ao prazer, ao sexo, aos desejos carnis e sensuais. Algumas teóricas feministas denunciaram a captura da palavra pelos homens para ser usada contra as mulheres. Ao engessar o erótico e dissociá-lo da fonte de poder e de conhecimento, os homens reduziram seus usos à pornografia para cumprir uma tarefa reducionista. Eis um dos argumentos de Audre Lorde ([1984] 2020).

Audre Lorde (1934-1992) foi uma escritora, poetisa e ativista da causa lesbiana e dos direitos civis, nascida em Nova York, nos Estados

SUMÁRIO



Unidos. Começou a escrever poesia muito jovem e, em 1968, publicou seu primeiro livro: *The first cities*. Em 1977, ela se tornou editora do jornal feminista *Chrysalis* e, mais tarde, fundou a editora *Kitchen Table: Women of Color Press*, com vistas a divulgar a produção feminista negra. Em seu texto *Usos do erótico: o erótico como poder*, Audre Lorde ([1984] 2020, p. 67) escreve que “o erótico é um recurso intrínseco a cada uma de nós, localizado em um plano profundamente feminino e espiritual”, ela continua: “fomos ensinadas a suspeitar desse recurso, demonizado, maltratado e desvalorizado na cultura ocidental”. A perspectiva feminista negra proposta pela autora questiona o racismo, o patriarcado e a deserotização do feminino como estratégias políticas de dominação masculina sobre os corpos das mulheres.

A experiência do erótico para a autora pode ser analisada em consonância com as ideias de Marie-Jo Bonnet (2003). Bonnet defende a tese de que existe uma censura ao Eros lésbico, ele é excluído da cidade patriarcal. No imaginário social dominado pelos signos fálicos, o Eros lésbico significa um perigo que deve ser anulado para facilitar a aceitação da falocracia como detentora do prazer sexual e do erótico. A historiadora francesa colabora na análise contemporânea realocando as lésbicas na complexidade da geografia do prazer e da eroticidade.

As mulheres são transformadas em objetos e não em sujeitos de suas histórias quando suprimem o erótico em nome de algo menor, sem prazer ou mesmo sem sentimentos. Para ela, o erótico vai além da satisfação sexual ou sensual, envolve a nossa capacidade de vivenciar inteiramente o que fazemos com satisfação e realização. Diz a autora:

Reconhecer o poder do erótico nas nossas vidas pode nos dar a energia necessária para lutarmos por mudanças genuínas em nosso mundo, em vez de apenas nos conformarmos com trocas de personagens no mesmo drama batido.

Pois não apenas entramos em contato com as fontes da nossa mais intensa criatividade, como também com o que é feminino

SUMÁRIO

e autoafirmativo diante de uma sociedade racista, patriarcal e antierótica (LORDE, [1984] 2020, p. 74).

Para ela, a sociedade patriarcal teme as mulheres poderosas, por isso ela nos desafia, cada uma de nós, a não nos conformarmos com o que é conveniente e, supostamente, seguro. O uso do erótico como poder é uma forma de rebelião feminista contra as estruturas que nos dividem, invisibilizam ou aniquilam, ou seja, o poder erótico das mulheres é uma fonte de criatividade e de oposição ao racismo, ao patriarcado e ao antierotismo. O *Eros lesbiano* aqui encontra um elo com o poder criativo e libertário.

CORPOS PLURAIS

Tânia Navarro Swain (2000) inicia seu livro *O que é lesbianismo* com uma pequena advertência às possíveis leitoras e leitores: “quem estiver vestido no cimento de suas certezas não mergulhe nestas águas” (SWAIN, 2000, p. 9), pois a “arrogância dos paradigmas” e o “totalitarismo do senso comum” já tentaram petrificar o tema aqui em debate. *O que a história não diz não existiu* é o título do primeiro capítulo, em que a autora inicia a discussão dos indícios e das interpretações históricas sobre a temática, no qual é problematizado o estatuto histórico que, apegado a modelos fixos, anulou a aparição das lesbianas por representarem uma contradição à “ordem natural da heterossexualidade dominada pelo masculino” (SWAIN, 2000, p. 13). Cabe ao atual fazer histórico questionar, problematizar, na tentativa de buscar os significados e os valores das condutas humanas esquecidas pelas certezas da história-ciência do século XIX: “a história, dona do tempo, esqueceu que tempo significa transformação, esqueceu a própria história para traçar um só perfil das relações humanas” (SWAIN, 2000, p. 14). Daí decorre que os indícios da história podem apontar

SUMÁRIO

outras culturas e civilizações nas quais as mulheres amavam umas às outras, pois masculino e feminino nem sempre tiveram a mesma conotação, embora o imaginário ocidental esteja marcado por Adão e Eva, representantes de dois polos: “a imagem de deus e a submissão, a sexualidade naturalizada, formada por relações assimétricas é também histórica” (SWAIN, 2000, p. 17).

A autora trabalha com uma concepção de história não linear, na qual o papel da historiadora é importante, pois, apesar de seus olhos estarem impregnados de valores e de crenças atuais, o seu papel não é desvendar algo que estava oculto, mas sim interpretar os indícios nos quais os fragmentos do passado apontam para o real, segundo interpretações possíveis e representações que constroem o mundo. A história é, diz ela, mais um discurso, dentre tantos outros, no qual os historiadores são mediadores entre o passado e a construção do conhecimento histórico atual. O papel da história, portanto, é o de questionar, tentar apreender os significados e os valores que orientam atos e gestos (SWAIN, 2000).

Os filósofos da Antiguidade Grega são citados como marco entre razão e mito, mas as suas práticas sexuais nem sempre são incorporadas aos seus discursos. E quanto às mulheres na antiguidade? O silêncio paira sobre a vida das mulheres atenienses, embora o seu confinamento em casa não signifique sua inexistência. A vida das mulheres em Atenas diferencia-se de Esparta, lugar onde elas viviam separadas dos homens. Em Esparta, em Tebas e em Siracusa, sabe-se, indiretamente pelos atenienses, que as mulheres tinham maior liberdade, porém, no ocidente cristão, a homossexualidade feminina “desaparece da ordem do discurso” (SWAIN, 2000, p. 19).

Serão os indícios da história capazes de recuperar essas vidas ocultadas? A oposição entre a representação normativa do feminino e as guerreiras, vistas como mito por alguns dos grandes nomes da historiografia, é tomada como exemplo do apagamento daquilo que é tido

SUMÁRIO

como incomum (SWAIN, 2000). O discurso transforma a mulher guerreira em ilusão, embora descreva eventos, datas e, em alguns casos, até nomes. A autora cita Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda, os quais descrevem as amazonas como paródias do homem e o homem como referente da força, do combate, do ataque, da independência. A historiografia como memória social naturaliza comportamentos. E quanto à homossexualidade feminina? A história oculta comunidades de mulheres guerreiras, relegando-as a paródias do masculino.

Os conhecimentos construídos no sistema patriarcal colaboram na construção de um modelo de feminino do tipo frágil e submisso, naturalizando comportamentos e criando representações sociais regidas pela ordem patriarcal, explica a autora. A poetisa Safo serve como exemplo das regras da heteronormatividade, ou seja, é necessário enquadrá-la nos parâmetros da relação homem/mulher para caracterizá-la. Mesmo conhecendo a beleza de sua poesia, é necessário discursar sobre sua sexualidade: Horácio dirá que Safo era máscula; Ovídio relata seu suicídio após ter sido abandonada por um homem (SWAIN, 2000). Fazendo eco ao pensamento de Bonnet (2003), a autora critica a constituição de uma identidade atrelada ao sexo. Seu argumento:

[...] é que o lesbianismo não pode constituir uma identidade, já que esta denominação não é senão um conjunto de questões, de práticas diluídas no questionamento das categorias mulher e gênero. Reivindicar uma identidade lesbiana seria fazer parte de um contra-imaginário domesticado, e encontrar uma coerência identitária seria tão ilusório quanto uma coerência de gênero (SWAIN, 2000, p. 91).

As práticas sexuais dos indivíduos são apenas um dos traços humanos em meio ao amontoado de outros caracteres como a cor dos olhos e dos cabelos, a profissão, a classe social, a nacionalidade, as preferências musicais, a vestimenta e outros tantos. A proximidade das lesbianas com as feministas, tanto no campo político quanto

no teórico, faz-se na construção de categorias que questionam a fabricação social polarizada e hierarquizada no masculino e no feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As autoras feministas destacadas neste estudo apresentam em seus escritos possibilidades e caminhos para pensarmos a complexidade e a abrangência da geografia do prazer lesbiano. As lésbicas não são mulheres para Monique Wittig, pois sua esfera de atuação está além das relações heterossexistas, em que o desejo das mulheres é suprimido para atender a ordem patriarcal. Os discursos da psicanálise e do estruturalismo usam as vozes das mulheres contra elas para construir uma teoria que ofereça sustentação ao discurso da superioridade masculina. Para ela, as lesbianas não serem construídas como mulheres é o que permite visualizar novos códigos, uma nova linguagem e, sobretudo, um olhar sensível sobre os seus corpos.

O eixo de discussão teórica da psicanálise e do estruturalismo foi, também, questionado por Luce Irigaray. Para ela, o conhecimento científico patriarcal ocultou, ou até mesmo distorceu, a corporeidade das mulheres, vista nos tratados médicos e/ou fisiológicos como fraca, incompleta e inferior em relação à corporeidade dos homens. A complexa geografia do prazer feminino desmente as teses patriarcais e fortalece a necessidade de estudarmos os processos físicos, químicos, psíquicos e linguísticos envolvidos na produção do conhecimento em uma perspectiva feminista. Nesta geografia, o erótico pode ser visto como motor de afeto, de compartilhamento e de práticas sociais em que o prazer é acionado como um poder para as mulheres atuarem de forma mais intensa e criativa. A pluralidade dos corpos das mulheres ajuda-nos a escapar das generalizações perpetradas por séculos de uma ciência patriarcal e androcêntrica, fundada no masculino como

SUMÁRIO

modelo, padrão e norma e, sobretudo, usada contra as mulheres e a favor de seu assujeitamento.

O gozo das mulheres exige um desvio dos sistemas de opressão erigido sobre as mulheres, exige uma retravessia de uma prática social que reorganiza os corpos lesbianos no mundo. Monique Wittig, Luce Irigaray, Audre Lorde e Tânia Navarro Swain nos ajudam a pensar a multiplicidade inscrita nos corpos lesbianos. É importante retomar as obras destas autoras para pensar/escrever sobre o prazer na/da corporeidade lesbiana como uma forma de amar outra mulher e amar a si mesma para além do esquema patriarcal e do sistema heterossexista. Os Estudos Lesbianos, nesta perspectiva, colaboram com os Estudos Feministas para reescrever sobre a geografia do prazer feminino.

REFERÊNCIAS

- BONNET, Marie-Jo. As relações entre mulheres: o impensável? Trad. Tânia Navarro Swain. **Labrys, estudos feministas**. Brasília, n. 03, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/bonnet1.htm>. Acesso em: 04 jun. 2021.
- IRIGARAY, Luce. **Ce sexe qui n'em est pás un**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.
- LESSA, Patrícia. Chanacomchana e outras narrativas lesbianas em Pindorama. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.
- LORDE, Audre. Usos do erótico: o erótico como poder. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, [1984] 2020, p. 67-74.
- RADICALESBIANS. **A mulher que se identifica com mulheres**. Trad. Natália Corbelo. Belo Horizonte: Editora Luas, [1970] 2021. Disponível em: <http://editorialuas.com.br/wp-content/uploads/2021/07/MANIFESTO-3.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.
- SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- WITTIG, Monique. **Le Corps Lesbien**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.
- WITTIG, Monique. **The Straight Mind**: and other essays. Boston: Beacon Press, 1992.



18

Márcia Oliveira

Ausência e sobrevivência:

o outro lado do arquivo
na obra de Rosângela Rennó

Absence and survival:

the other side of the archive
in the work of Rosângela Rennó

Ausencia y supervivencia:

la otra cara del archivo en la obra
de Rosângela Rennó

SUMÁRIO

2005 – 510117385 – 5 e A01 [COD. 19.1.1.43] – A27 [S|COD.23] são dois livros de artista da autoria de Rosângela Rennó emanados de uma série de furtos de patrimônio ocorridos no Brasil em diversas instituições entre 2005 e 2006. Esses furtos, que atingiram instituições como a Biblioteca Nacional, o Museu da Cidade ou o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, entre outros, visaram objetos e bens culturais como livros, castiçais, gravuras, quadros, medalhas e fotografias, sendo subtraídos da esfera pública para serem introduzidos na esfera privada, isto é, no mercado, inserindo-se inclusivamente em estratégias de lavagem de dinheiro (Beatriz KUSHNIR, 2019). No entanto, tais acontecimentos adquiriram conotações políticas, históricas e simbólicas incontornáveis já que, como se refere Beatriz Kushnir, diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, “objetos de grande significação vão perdendo o sentido histórico para se tornarem bens de valor monetário e de mercado” (KUSHNIR, 2019, p. 89). A autora explicita neste trabalho a falta de investimento corretamente direcionado do Estado Brasileiro no sentido da preservação do seu patrimônio e avança: “Assim, os Arquivos, as Bibliotecas, os Museus e as Igrejas brasileiras deixam sair pela porta da frente, sem sinais de arrombamento, um patrimônio que jamais retornará às suas estantes, mapotecas, altares e reservas técnicas” (KUSHNIR, 2019, p. 90). E conclui: “Esses furtos aumentam o fosso e a cisão que se impõem entre passado e presente” (KUSHNIR, 2019, p. 99).

Foi certamente a consciência dessa cisão, entre outros aspectos, que fez com que Rosângela Rennó se interessasse pelo tema, o qual se enquadra na perfeição com o seu trabalho e que pode-se ler em concatenação com o esgotamento das imagens que a artista sempre busca, já que, como diz Rennó a propósito da série *Imagem de Sobrevivência* (2015), “levar as imagens ao esgotamento total é dar-lhes a chance de ultrapassar o seu valor simbólico esvaziado

SUMÁRIO

e *ganhar uma espécie de sobrevida*, que será explorada até ao limite¹⁴⁸. *2005 – 510117385 – 5 (3008-2009)* é o primeiro dessa série de livros de artista nos quais Rennó reflete acerca destes acontecimentos. O trabalho, produzido entre 2008 e 2009 numa versão álbum¹⁴⁹ e numa versão offset¹⁵⁰ com tiragem de 500 exemplares, teve como ponto de partida o material recuperado na sequência do roubo de mais de 800 fotografias depositadas na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, as quais pertenciam à coleção Thereza Christina Maria e que foi doada pela Fundação Biblioteca Nacional em finais do século XIX, contendo cerca de 23 mil fotografias que pertenciam ao espólio pessoal do imperador D. Pedro II¹⁵¹. Esse material recuperado, esparsos, corresponde a apenas uma fração da totalidade da coleção, encontrando-se danificado de diversas formas, segundo descrição da própria artista (RENNÓ, 2013a, on-line)¹⁵², com componentes cortados, fotografias rasgadas etc., tendo regressado à instituição de acolhimento por diferentes vias, mas sempre de forma anônima. Neste trabalho, cujo título remete para o número do processo criminal instituído pela Polícia Federal na sequência do crime, Rennó reproduz o verso de 101 das mais de 800 fotografias roubadas dessa coleção, assim instigando um sentimento de estranheza na espectadora que assim se vê a olhar para a ausência das imagens, sendo a materialidade do suporte da imagem (normalmente simples bases de cartão) transformada na “imagem” dessa mesma ausência. Fato extremamente relevante no contexto da

148 Rosângela RENNO, 2015, grifo meu. Disponível em: <http://www.rosangelarenno.com/obras/sobre/62>. Acesso em: 13 fev. 2022.

149 Álbum composto por 51 pranchas inkjet sobre papel algodão em caixa de couro; 47 x 60 x 5 cm (fechado) / 44 x 58 cm (cada prancha).

150 Autoria e edição de Rosângela Rennó. Este trabalho foi realizado no âmbito do Edital ArtePatrimônio, 2009, Rio de Janeiro, Brasil.

151 Informação recolhida no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/colecao-d-thereza-christina-maria-albuns-fotograficos/a-colecao/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

152 Descrição feita por Rosângela Rennó na apresentação do livro *A01 [COD. 19.1.1.43] – A27 [S | COD.23]*. Gravação disponibilizada no canal do YouTube do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro a 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T8Xy3sWvmhc>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SUMÁRIO

contemporaneidade, sobrecarregado de imagens até o seu quase esvaziamento. Como reflete de forma pertinente Omar-Pascual Castillo,

Neste ponto do século XXI, em que as imagens nos penetram, nos perfuram, e nos redefinem como objectos visuais permeáveis, como construtores eternos num imaginário sem fim, é óbvio que tudo o que está contido nas imagens fotográficas não está situado defronte da imagem; ou seja, na porção frontal da planimetria. Pelo contrário [...] está situado atrás dela. No seu outro lado, na sua ocultação (Omar-Pascual CASTILLO, 2014, p. 10, tradução minha).


Pretendendo de certa forma representar esse roubo, Rennó destaca a ausência da imagem apenas revelando pormenores como o autor das imagens ou algumas legendas das imagens ausentes. Bem notório também é o processo de desgaste ou de destruição de um material que deveria servir como testemunha do passado. No entanto, aqui o que se testemunha é o apagamento do passado que se efetuou através do furto e da perda dessas imagens. Ao invés da memória, ficou apenas o vazio, como se se tratasse de um lapso do próprio processo de rememoração do passado, como se fossem páginas em branco da permanente construção dessa narrativa do passado.

Anos mais tarde, foi o roubo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que chamou a atenção da artista, resultando na produção do livro *A01 [COD. 19.1.1.43] – A27 [S|COD.23]*¹⁵³. Esta publicação incidiu especificamente numa das coleções furtadas, nomeadamente a Coleção Malta/Pereira Passos, à qual foram subtraídos na totalidade 19 álbuns fotográficos, sendo que, neste caso, o título remete para a notação e organização original desses mesmos álbuns. Como descreve a própria artista:

A Coleção Malta ficava arquivada dentro do depósito da câmara fria da sub-gerência de documentação especial e ela ficava

153 Livro fotográfico/livro-objeto. Edição de autor com tiragem de 500 exemplares, 2013. 29x35 cm.

SUMÁRIO



num determinado lugar dentro de caixas que foram feitas para arquivar esse material com condições mínimas de manuseio. Então cada álbum ficava em caixas individuais. O que é que aconteceu? A partir do feriado em que foi descoberto o furto, a equipa da sub-gerência percebeu que as caixas não tinham conteúdo. Ou era uma caixa vazia (todo o conteúdo tinha sido subtraído dali) ou tinham sido subtraídas partes, ou o álbum ficava ali mas as páginas tinham sido arrancadas e ficaram alguns, poucos álbuns. [...] Então eu tinha aí esse material para trabalhar. Eu tinha essas fotos remanescentes, eu tinha essa ideia das capas sem conteúdo, que na verdade me atraiu muito como artista. Porquê? [Desde o projecto Bibliotheca] É-me muito querida essa ideia da beleza do próprio invólucro, que é o que faz parte da época dos tempos analógicos. Hoje ninguém faz álbuns mas eu tenho muito muito apreço pelos álbuns, pelas capas. Por mais simples que elas sejam, as capas são aquilo que você elege como o que você ampliou, o que você guarda (RENNÓ, 2013b, on-line)¹⁵⁴.

Cada capítulo do livro corresponde a uma caixa da coleção, contendo a descrição do conteúdo da caixa de acordo com os dados do Arquivo Geral ou a partir da observação das próprias caixas, mas também imagens fac-similadas daquilo que ficou dentro das caixas, o que foi deixado para trás: “Quando ficou uma caixa vazia, é uma caixa vazia, quando tem a capa, tem uma capa, quando tem conteúdo, tem conteúdo”, descreve Rennó na palestra de apresentação do livro já citada.

Uma vez que há uma intenção de continuidade entre estes livros que focam esses furtos (a artista pretende vir a constituir uma trilogia), há uma coerência formal entre 2005 – 510117385 – 5 e A01 [COD. 19.1.1.43] – A27 [S | COD.23], já que ambos têm parâmetros em comum, nomeadamente, o acabamento da capa, remetendo para as características de um álbum antigo, por exemplo. No entanto, as diferenças do material disponível em cada um desses roubos (da Biblioteca Nacional

154 Arquivo Geral da Cidade do Rio. Palestra e lançamento do livro A01 [cod.19.1.1.43] – A27 [s | cod.23] (2). YouTube, 30/04/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-T8Xy3sWvmhc>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SUMÁRIO


e do Arquivo Geral) determinaram também algumas diferenças entre cada um desses objetos artísticos. Rennó não perde, no entanto, a oportunidade de usar a ironia ao produzir uma versão em álbum para colecionadores (sendo que é o próprio colecionismo que instiga estes furtos de patrimônio material), de certa forma remetendo os escombros dos objetos cobijados aos seus carrascos e transformando esses escombros em algo de material e economicamente apetecível.

O posicionamento de Rosângela Rennó perante a fotografia – crítico em relação à imagem e aos seus processos produtivos – e a sua relação com o livro, é um interessante ponto de partida para refletir acerca do potencial dos dois suportes na produção artística. Da mesma forma, desse debate entre materialidade e imaterialidade convocada quer pela fotografia, quer pelo livro, podemos extrair interessantes pistas acerca da nossa relação com o passado e as leituras que essa mesma relação produz. Rennó encontra no livro um particular interesse porque ele é de fato uma forma artística de maior alcance e mais democrática:

Eu adoro fazer livros. Enquanto fazedora de livros eu senti que era o veículo por excelência para discutir essa questão do furto, do desaparecimento do patrimônio e das coleções fotográficas [...]. Me parecia a forma ideal para fazer com que a visibilidade do problema das questões do furto tivesse um alcance maior do que aquele que é o meu circuito de trabalho (galerias de arte, museus, etc.) (RENNÓ, 2013b, on-line).

De fato, o pendor democrático dos livros de artista, isto é, do livro enquanto obra de arte, assume-se como uma das principais razões para que os artistas começassem a usar este formato enquanto arte em si, e não apenas como veículo de divulgação da arte, a partir de meados do século XX. Ainda que essa promessa de arte totalmente democrática tenha ficado por cumprir, devido sobretudo à decalage entre forma democrática e conteúdo demasiado conceitual, isto é, difícil de aceder e de decifrar (Lucy LIPPARD, 1985), o fato é que a utilização do livro enquanto forma de arte continua a ser apelativa para

SUMÁRIO



muitos artistas que nele veem potencialidades únicas para explorarem de forma original, autônoma e descomprometida as suas temáticas de eleição. Como aliás tenho vindo a defender, a capacidade do livro em se assumir como um arquivo¹⁵⁵, revelando aqui uma total consonância com a predileção das artes visuais pelas práticas arquivísticas, como descrito por Hal Foster (2004), estão na base desse apelo quase mágico que o livro lança ao artista na contemporaneidade. Rosângela Rennó, sem dúvida, corresponde a esse apelo, que encontra correlato no gosto que assume em fazer livros e que está bem evidente na obra *O arquivo universal e outros arquivos*, que surge como arquivo da obra de Rennó, mas também como “vitrine” do imenso material de arquivo que a artista usa e repagina na sua obra (RENNÓ, 2003).

Como nota Foster, os artistas assumem o papel de arquivistas, uma vez que não se limitam a comentar eventos históricos, mas antes complicam a história com a sua visão subjetiva, criando um “conhecimento alternativo ou uma contra-memória” a partir de diversas fontes: “Estas fontes são familiares, retiradas dos arquivos da cultura de massas, para assegurar uma legibilidade que pode ser perturbada ou desviada; mas também podem ser obscuras, recuperadas num gesto de conhecimento alternativo ou de contra-memória” (FOSTER, 2004, p. 4, tradução minha). Não é também despidendo nesta equação o fato de muitos dos artistas que usam o livro enquanto arte se aproximarem muito de temáticas feministas e/ou pós-coloniais, explorando a sua natureza intermedial, para além do seu pendor democrático. É esta também a direção de Griselda Pollock que nega a simples existência do arquivo como um depósito neutro de documentos do passado, já que este “não se encontra apenas impregnado de relações de poder, de seleções e de exclusões que ajudam a dar uma certa forma ao

155 Da mesma forma que Griselda Pollock imagina ‘o museu feminista virtual’ (Griselda POLLOCK, 2007), tenho vindo a explorar a possibilidade da articular criticamente o conceito de arquivo feminista a partir dos livros de artista, sendo que não vejo estes objectos artísticos como simples repositórios de imagens e/ou materiais, mas um processo criativo genderizado que integra um diálogo permanente entre política e poética.

SUMÁRIO


sentido do passado que reconstruímos. Este é também formado pelos nossos desejos, pelas nossas fantasias e pelas nossas ansiedades” (POLLOCK, 2008, p. 275, tradução minha).

No que à fotografia diz respeito, e em tempos de profunda desmaterialização do formato, a relação com o arquivo e a dicotomia material/imaterial também se tornaram onipresentes para os artistas que se movem nesse terreno, como é o caso de Rennó. Daí que a prática da fotografia se tenha deslocado, em muitos casos, do ato de produção fotográfica – depois da distinção entre fazer e tirar a fotografia identificada por Douglas Crimp para distinguir ontologicamente a pintura e a fotografia (Douglas CRIMP, 2004, p. 132) – no sentido de uma reflexão crítica constante, ou, como nota Paulo Herkenhoff, uma *ephisteme* da fotografia:

Na verdade, a produção de Rennó tem marchado para constituir uma *ephisteme* da fotografia, cujas raízes estão parcialmente na produção da década de 70: para Rosângela Rennó, a fotografia é um lugar de trabalho (não apenas necessariamente ou apenas o acto de fotografar) e, enquanto tal, só poderia produzir sentido se tomado como um lugar de conhecimento (Paulo HERKENHOFF, 1996, p. 1).

E no entanto, ainda recentemente, Georges Didi-Huberman continua a colocar a questão: terá a transformação epistemológica ocorrido de fato? Notando que raramente exercemos um olhar crítico sobre a disciplina no âmbito da qual trabalhamos: “frequentemente recusamos pôr em questão a história estratificada de palavras, categorias, ou gêneros literários que usamos diariamente para produzir o nosso conhecimento histórico” (DIDI-HUBERMAN, 2003, p. 128), sendo que arte e história constante e reciprocamente lançam um manto de dúvida acerca dos sistemas valorativos e dos modelos de inteligibilidade que lhes são inerentes. Uma reciprocidade que é, no fundo, o substrato de toda a obra de Rosângela Rennó, pelo que olhar e ler essa obra implica necessariamente enfrentar esse dialogismo.

SUMÁRIO




A exposição *Insólidos*, a qual ocorreu na Galeria Cristina Guerra, em Lisboa (2015), pode ser vista neste ponto como paradigmática. Nessa ocasião reuniram-se trabalhos da série *Insólidos* em conjunto com os livros que foco neste texto, na versão álbum. Iniciada em 2014, a série *Insólidos* constitui-se de um conjunto de obras nas quais fotografias antigas são impressas em papel de seda, sobrepostas em diferentes camadas e expostas na vertical. O material que foi escolhido nesta série para servir de suporte à fotografia é um material que tem características muito distintas do papel fotográfico, opaco e “fechado”, antes permitindo um jogo de transparências e sobreposições quase etéreo, portanto aberto e sempre em potência. Aqui, Rennó continua sempre esse trabalho de questionar a percepção da imagem, que é móvel, ao invés da aparente fixidez e realidade estática a que a fotografia falsamente induz. Uma impermanência, portanto (Georges DIDI-HUBERMAN, 2013).

Da solidez do material e da percepção etérea proporcionados pela transparência resulta um estado da imagem que não é sólido, mas que também não é exatamente intangível – e é esse oxímoro que se encontra presente de forma incontornável na fotografia, enquanto objeto, imagem e processo artístico, mas que também se manifesta no livro de forma crucial. Isto porque o livro de artista pode ser descrito como uma “interface dinâmica, um conjunto de códigos estruturados usados para aceder à informação e percorrer a experiência de uma obra” (Johanna DRUCKER, 1994, p. VII, tradução minha), interface essa que pode ser definida enquanto uma síntese entre tempo, espaço e movimento que lhes confere um estado de impermanência, a qual naturalmente convoca a imaginação para a leitura/visualização do livro.

De fato, da mesma forma que “ver” é um verbo que se complica radicalmente em confronto com a obra de Rennó, “ler” também é algo que jamais consegue descrever o contato com o livro de artista – Lucy Lippard propõe o termo “*skimming*”, designação de um ato que se si-

SUMÁRIO



tua algures entre ver e ler “na diagonal”, sem nunca se deter numa ou noutra ação (LIPPARD, 1977, p. 73). Podemos ainda dizer que ambos, fotografia e livro, se debatem com a obsolescência técnica e material e dos seus processos em relação a novas formas de registo e de comunicação de natureza digital. Mas será porventura também essa obsolescência que sempre os mantém na mira da processualidade artística enquanto formas de crítica e de criação. Da mesma forma, fotografia e livro comungam hoje de um certo deslizamento, digamos assim, para o campo do arquivo, não só pela utilização de materiais de arquivo, mas também pela formação de um arquivo outro, cujos espaços e interstícios emergem pela concatenação desses mesmos materiais com uma subjetividade que é frequentemente autobiográfica (e aqui devemos entender o termo autobiográfico não só no seu sentido mais estrito de uma história pessoal e familiar, íntima, mas também englobando todos os elementos sociais de formação do sujeito, como o seu contexto cultural, as condicionantes geopolíticas e a história coletiva). E são precisamente esses elementos subjetivos que vão pôr em causa a totalidade do arquivo, a objetividade da História e os mecanismos de construção e formação de conhecimento na sua totalidade, uma vez que, como notou Derrida, “não há poder político sem controle do arquivo, senão mesmo da própria memória. A democratização efetiva pode sempre ser medida segundo esse critério essencial que é o acesso ao arquivo e a participação nele, na sua constituição e na sua interpretação” (Jacques DERRIDA, 1998, p. 4, tradução minha).

De certa forma, o material de arquivo é usado na arte e pelos artistas como citação, isto é, produzindo colagens de retalhos de citações visuais dispersas que assim resultam na criação de novos mantos (reflexão e interpretação, portanto). A reprodução técnica da obra de arte é agora imediata e infundável, qual fita de *Moebius*, mas depende ainda, e cada vez mais, de meios técnicos sofisticados (ainda que esses meios estejam hoje disponíveis a quase todos). Essa facilidade cria certamente um terreno fértil para uma ilusão de infinitude,

SUMÁRIO



e a obsolescência técnica que hoje reconhecemos no livro e na fotografia (impressa) permitem-nos baixar à terra e às profundezas do passado, cujo lastro jamais conseguiremos anular. Há também um contexto de acumulação de imagens do passado, provavelmente nunca antes vista, que atrai a visão artística. Ultrapassadas as ideias obsoletas e paradigmas obsoletos, como autor e originalidade, nota Urs Stahel, “o autor torna-se assim no moderador, no curador que ajusta e ordena determinadas situações, criando assim novos contextos e outros significados” (Urs STAHEL, 2012, p. 36).

Se, como Susan Sontag argumenta, “todas as fotografias são memento mori. Tirar uma fotografia é como participar na mortalidade, na vulnerabilidade, na mutabilidade de outrem (ou de algo)” (SONTAG, 1973, p. 15, tradução minha), usar as fotografias esquecidas do passado pode equivaler a uma revivescência desse mesmo passado, a uma espécie de sobrevivência. E essa relação conceptual do trabalho de Rennó com a “sobrevivência da imagem” (como a mesma refere em relação a *Insólidos*) faz-nos questionar necessariamente o que sobrevive e o que permanece ausente. Parece-nos que essa questão, fulcral na arte baseada no arquivo que marca a produção contemporânea, nunca fica completamente de lado no trabalho desta artista, que “aborda directamente o âmago das instituições produtoras e vigilantes dos mecanismos de identidade” (LAPA, 2002, p. 11). Sobre o projeto *Imagens de Sobrevivência*, diz-nos Rennó:

O título do projeto é uma homenagem ao músico e compositor Egberto Gismonti, autor da peça *Música de sobrevivência*, cuja proximidade aos poemas do saudoso Manoel de Barros me sugeriu fazer sobreviverem as imagens obsoletas pois, ‘o que é bom para o lixo é bom para a poesia’ (RENNÓ, 2013, on-line)¹⁵⁶

E continua Manoel de Barros:

¹⁵⁶ Neste ponto é impossível não citar o poema *Luxo/Lixo* (1965) de Augusto de Campos, o qual inspirou a série *LUXOLIXO*, realizada por Regina Vater entre 1973 e 1975.

SUMÁRIO

Importante sobremaneira é a palavra repositório;
palavra repositório eu conheço bem:
tem muitas repercussões
como um algibe entupido de silêncio
sabe a destroços (BARROS, 2019 [1974]).

Há uma relação entre fotografia, arquivo e História, sendo que a arte enquanto prática arquivística encara essa relação como um ponto de partida para questionar os parâmetros do conhecimento atual, e as seleções e exclusões entretanto perpetradas – o que fica como destroço? O que é deixado para trás como lixo? O que entope esse algibe? De fato, essa relação, complexa, está bem presente no trabalho de Rennó, como nota Ana Maria Mauad:

Observo que no trabalho de Rosângela Rennó revelam-se em um duplo movimento as condições para o reconhecimento de uma consciência histórica contemporânea: o primeiro movimento caracteriza-se pelo ato artístico de uma história fotográfica em que a experiência vivida no passado – condensada em rastros, restos, indícios, registros, etc. se tornam matéria de conhecimento histórico propriamente fotográfico – a fotografia não é só o meio, mas também a condição desse conhecimento. No segundo, evidencia-se a atribuição dos espaços expositivos e seus públicos como agentes de uma história pública. Nessa nova escrita visual da história, a mise-en-scène [...] promove a percepção do passado como uma intriga a se desvelar (MAUAD, 2016, p. 96).

Completemos, então, o círculo, voltando a 2005 – 510117385 – 5 e a A01 [COD. 19.1.1.43] – A27 [S|COD.23], trabalhos nos quais a sobrevivência das imagens se transforma na sua ausência. É interessante notar como o livro e a fotografia na sua relação com práticas arquivísticas ecoam com outras práticas artísticas intermediais, tais como o vídeo ou a instalação intermedia. Há, nestas obras, um enfoque no evento (que se repete através da diferença) e também

SUMÁRIO

na corporealidade – a materialidade destas obras de arte esbate a linha divisória entre os meios tecnológicos (desatualizados ou não) e o corpo. Assim, o corpo é uma parte deste engajamento intermedial, juntamente com imagens, sons, palavras etc.

Em consonância com Sven Lütticken (2013), podemos considerar a arte em forma de livro e a fotografia como formatos de base temporal. Isto porque, por exemplo, o livro implica uma duração dinâmica que, por sua vez, nos confronta com questões de memória e percepção: as imagens que parecem estáticas suportam, ou têm uma duração, recorrendo aqui à fórmula de Deleuze quando se refere à natureza morta no filme *Late Spring*, da autoria do realizador japonês Yasujiro Ozu. As imagens perduram porque são elementos de um conjunto dinâmico (o livro) e porque fazem parte de um acontecimento, ou seja, o ato de ler, ver ou interagir com o livro “através de uma sucessão de estados em mudança” (Gilles DELEUZE, 1985, p. 64, tradução minha). Como uma bicicleta: “Uma bicicleta também pode resistir; isto é, representar a forma imutável do que se move, desde que esteja em repouso, imóvel, encostada à parede” (Gilles DELEUZE, 1985, p. 64).

Estas imagens não são “puramente ópticas”, são geradoras – geram movimentos, sensações, percepções, memórias. E, ao contrário de outras obras de arte, também geram uma forma diferente cada vez que são colocadas em movimento, e montadas ou re-montadas de uma forma diferente. Lütticken aponta também para o fato de “a arte visual ter sofrido uma viragem temporal radical” nos anos de 1960 (2013, p. 11), uma viragem que é simultânea com a desmaterialização da obra de arte (LIPPARD, 1997) e com a forte emergência das artes do livro e da fotografia no campo artístico. Ora, no caso dos livros da autoria de Rosângela Rennó que temos vindo aqui a analisar, o que sobrevive não são as imagens do passado, não é o arquivo em si, mas antes a rasura ou a ausência dessas imagens e a fragmentação desse arquivo, isto é, o efeito “estilhaçador” do

SUMÁRIO

presente sobre as imagens e esses materiais do passado, o que nos leva precisamente a ponderar as questões que deram origem a esta reflexão tendo como partida o trabalho de Rennó e, em concreto, os livros sobre os roubos que visaram esse patrimônio visual no Brasil.

O que surge, aliás, em consonância com a totalidade do trabalho da artista, sendo que, como nota ainda Urs Stahel, “todas as obras de Rosângela Rennó [...] tematizam estados mentais da atualidade, auscultam a convivência com o passado, a integração de lições da história no presente e no futuro” (STAHHEL, 2012, p. 46). E neste ponto perguntamos ainda: o que é que vemos do passado? O que sabemos dele? E de que forma o conhecimento (condicionado) do passado é determinado e/ou ofuscado pelas narrativas inerentes às imagens que vemos e que nos são mostradas ou ocultadas? E acrescentamos: que estruturas de poder subjazem à guarda das imagens, à sua organização em arquivos e que caixa de Pandora se abre perante estes roubos? De fato, a ausência das imagens deixou a descoberto as fragilidades do sistema, mas também, simbolicamente, o apagamento da(s) história(s) que tais seleções normalmente implicam. E se, como nota Benjamim, “não há nenhum documento da cultura que não seja também documento da barbárie”, sendo que “é a mesma barbárie que os impregna, que impregna também os processos da sua transmissão” (Walter BENJAMIN, 1940, p. 134), então talvez caiba mesmo ao artista arquivista a tarefa de “escovar a História a contrapelo” (Walter BENJAMIN, 1940, p. 134).

Como nota Moacir dos Anjos:

Há pressuposto, nesse procedimento [artístico de Rosângela Rennó], não apenas o fato de que fotografias são arquivadas, mas também o intento de desvelar a ética que comanda a produção e o uso dessas tantas imagens. Sem a pretensão de certeza que o discurso científico reivindica – procedendo, antes, à sua abertura ao que é incerto –, elabora uma arqueologia e uma genealogia da fotografia, situando-a como parte

integrante de um sistema de saberes e valores que ancora formas de poder em sociedade, as definidas como as difusas (Moacir dos ANJOS, 2006, p. 1).

E assim encontrar um caminho para “instaurar uma objeção das imagens” e “rearmar os olhos”: “Elevar a [...] visão das imagens à altura de um pensamento” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 89).

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Moacir dos. Mesmo diante da imagem mais nítida, o que não se conhece ainda. *In*: **Rosângela Rennó**. MAMAN. Recife: MAMAN: 2006, p. 2-15. Disponível em: <http://www.rosangelarenno.com/bibliografia/pt>. Acesso em 10/02/2022.
- BARROS, Manoel de. **Matéria de Poesia**. Rio de Janeiro: Alfaguara, [1974] 2019.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre a Filosofia da História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Lisboa: Relógio d'Água, [1940] 2012.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. Coleção D. Thereza Christina Maria – Álbuns Fotográficos. [S. l.]: **Fundação Biblioteca Nacional**, 2018. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/colecao-d-thereza-christina-maria-albuns-fotograficos/a-colecao/>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- CASTILLO, Omar-Pascual. Taxonomies of the Subjectivist Image. Or, how to create an inventory of memories, according to Rosângela Rennó. *In*: RENNÓ, Rosângela; CASTILLO, Omar-Pascual (ed.). **Rosângela Rennó: todo aquello que no está en las imágenes/what is not in the images**. Las Palmas de Gran Canaria: CAAM, 2014. p. 10-11.
- CRIMP, Douglas. Ancient et nouveau. De L'object de Musée à l'object de bibliothèque. *In*: CHANTAL PONTBRIAND (ed.). **Parachute**. Essais choisis 1975-1984. Montréal: Parachute, 2004. p. 127-141.
- DELEUZE, Gilles. Beyond the Movement-Image. *In*: CAMPANY, David (ed.). **The Cinematic**. Londres/Cam. Mass.: Whitechapel/MIT Press, [1985] 2012. p. 64-66. (Documents of Contemporary Art).
- DERRIDA, Jacques. **Archive Fever: A Freudian Impression**. Trad. Eric Prenowitz. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

SUMÁRIO

DIDI-HUBERMAN, Georges. History and Image: Has the “Epistemological Transformation” taken Place? *In*: ZIMMERMAN, Michael F. (ed.). **The Art Historian**: National Traditions and Institutional Practices. Willimansont, Massachusetts: Sterling & Francine Clark Art Institute, 2003.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do Tempo Sofrido**. Trad. Luís Lima. Lisboa: KKYM, [2010] 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta**. Lisboa: KKYM, 2013. (Imago).

DRUCKER, Johanna. **The century of artists’ books**. Nova Iorque: Granary Books, [1994] 2004.

FOSTER, Hal. **The Archival Impulse**. *October*, n. 110, Fall, 2004.

HERKENHOFF, Paulo. Rennó ou a beleza e o dulçor do presente. *In*: **Rosângela Rennó**. São Paulo: Edusp, 1996.

KUSHNIR, Beatriz. Patrimônio sem Fronteiras: furtos de bens históricos e lavagem de dinheiro. **Anais da Biblioteca Nacional**, 139, p. 87, 2019.

LAPA, Pedro. Comunidade sem nome. *In*: **Rosângela Rennó, Espelho Diário**. Lisboa: Museu do Chiado, 2002. p. 7-33.

LIPPARD, Lucy. Surprises: An Anthological Introduction to Some Women’s Artists’ Books. **Chrysalis**, n. 5, Janeiro, 1977.

LIPPARD, Lucy. Conspicuous Consumption: New Artist’s Books. *In*: LYONS, Joan (ed.). **Artists’ Books**: A Critical Anthology and Sourcebook. Nova Iorque: Peregrine Smith Books/Visual Studies Workshop Press, 1985.

LIPPARD, Lucy. (ed.). **Six Years**: the Dematerialization of the Art Object from 1966 to 1972. Berkeley: University of California Press, 1997.

LÜTTICKEN, Sven. **History in Motion**. Time in the age of the moving image. Berlin: Sternberg Press, 2013.

MAUAD, Ana Maria. O passado em imagens. Artes visuais e história pública. *In*: MAUAD, Ana. Maria. *et al.* (Ed.). **História Pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 87-96.

PALESTRA e lançamento do livro A01 [cod.19.1.1.43] – a27 [s|cod.23] (2). Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio, 30 abr. 2013. 1 vídeo (18min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T8Xy3sWvmhc>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SUMÁRIO

POLLOCK, Griselda. **Encounters in the Virtual Feminist Museum**: Time, Space and the Archives. Abingdon: Routledge, 2007.

POLLOCK, Griselda. From Feminist Interventions to Feminist Effects in Art's Histories: a case study of feminist virtuality and aesthetic transformations of trauma. *In*: ARAKISTAIN, Xavier; MÉNDEZ, Lourdes. (ed.). **Artistic Production and Feminist Theory of Art**: New Debates I. Victoria-Gasteiz: Centro Cultural Montehermoso Kulturunea, 2008. p. 275-293.

RENNÓ, Rosângela. **[O arquivo universal e outros arquivos]**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

SONTAG, Susan. **On Photography**. New York: Rosetta Books LLC, [1973] 2005.

STAHÉL, Urs. Do desaparecimento, esquecimento e reaparecimento. A arqueologia visual de Rosângela Rennó. *In*: CARLOS, Isabel (ed.). **Rosângela Rennó**. Frutos Estranhos. Lisboa: FCG/Fotomuseum Winterthur, 2012. p. 35-46.





19

Sabrina Arini

Super-homem:

como entender o masculino
através de um olhar psicanalítico

Superman:

how to understand the masculine
through a psychoanalytic perspective

Super hombre:

cómo entender lo masculino
desde una perspectiva psicoanalítica

SUMÁRIO

Super-homem – a canção

Um dia
Do que eu quisesse ter
Que nada Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria


Minha porção mulher, que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É que me faz viver
Quem dera

Pudesse todo homem compreender, oh, mãe, quem dera
Ser o verão o apogeu da primavera
E só por ela ser
Quem sabe
O Superhomem venha nos restituir a glória
Mudando como um deus o curso da história
Por causa da mulher

Gilberto GIL, 2015.

Em setembro de 2019, eu e mais cinco psicanalistas, inauguramos o que decidimos chamar de “Roda de conversa para homens”. Partindo da ideia de que os homens não são convocados a falar dos afetos, das fragilidades e, muito menos, de si, decidimos que o grupo se chamaria “Fala, homem!”, numa referência direta àquilo que seria exigido dos participantes do grupo. Algum tempo depois, entendemos que seria preciso deixar mais claro sobre o que eles deveriam falar, pois acontecia com frequência deles pegarem a palavra para “dar palestra”, como eles mesmos brincam – os chamados “palestrinhas”. Na verdade, os homens falam. Muito. Mas falar é uma das ferramentas que eles usam para se sentirem empoderados, importantes. Mas eles só falam daquilo que (acham que) sabem. Só pegam a palavra para dissertar, nunca para falar de si e, muito menos, para falar dos sentimentos. Algum tempo depois de o projeto ter ganhado corpo, definimos uma fala inicial que incluíamos que o falar tinha lá suas regras. Na verdade, o nome do grupo deveria ter ganhado um adendo, “Fala, homem! (de si)”.

SUMÁRIO




Naquela noite, em 2020 – já no modo on-line –, tínhamos um grupo bastante coeso e com participantes assíduos (fato novo que ganhamos com a pandemia, que mudou bastante a estrutura do grupo), e os que estavam lá já estavam cientes da regra incorporada no projeto; só pode falar se for sobre si. Mas e se o sujeito não souber nem aquilo que talvez tenha que ser dito?

Agosto, terça-feira, oito da noite. Abrimos a sala. Sete homens. Duas terapeutas. Aquele bate-papo inicial, as pessoas se conectando, e o assunto começa a se moldar. Um dos integrantes conta que trouxe a namorada de outro estado para São Paulo e começaram a morar juntos bem no meio da pandemia, sendo que sempre namoraram a distância. Em algum momento dissemos: “Casaram, então?”, ele, desconfortável, exclama: “Não. Imagina!”. Começa o grupo.

O assunto vai tomando forma e os homens (tentando?) explicar – e entender – por que essa palavra (casamento) é tão assustadora para eles. No meio da conversa um deles, um senhor de sessenta e poucos anos, muito assíduo, muito transferido com aquele espaço (ele disse uma vez que a semana dele só começava na quarta-feira, pois esperava o grupo a semana toda), começa a falar bastante irritado sobre como aquilo estava sendo um “porre” (sic). Bravo, começa a nos atacar, a brigar, reclamar, esbravejar sem que pudéssemos entender exatamente do que se tratava. Vamos aos poucos, eu e a outra terapeuta – famosa por ser bem calma – tentando explicar o porquê do assunto, tentando entender do que ele falava (tampouco era muito claro), tentando acalmá-lo. Algum outro homem pega a palavra e respiramos aliviadas, agora vai. Mas não ia. Ele retoma a palavra e o tom aumenta. Eu e a outra terapeuta entramos de novo. Nada. Nenhuma palavra dava contorno para aquilo. Na verdade, não entendíamos a queixa, então não sabíamos como desmontá-la. Algum outro rapaz pega a palavra de novo (ufa, penso eu) e tenta voltar ao tema, casamento. Mas naquele momento era muito difícil retomar qualquer coisa. A violência

SUMÁRIO




era tanta que passo quinze minutos em silêncio com medo de responder ao ataque feroz ao nosso trabalho daquele dia. Consigo me recompor, mas ele começa de novo. Eu olhava para a outra terapeuta com cara de interrogação, porque não havia nenhuma pista do que estava acontecendo. Antes de sair abruptamente do grupo ele menciona algo sobre sua gata ter morrido, e desliga. Já sabíamos que aquele grupo, dali em diante, seria para cuidar dos destroços deixado por ele, participante importante para todos do grupo. Falamos do acontecimento, dos desconfortos, da preocupação, algum deles comenta que a gata estava doente mesmo e terminamos aquele encontro.

Como de costume, ligo para a outra terapeuta para conversarmos. Levantamos a hipótese de ele ter ficado irritado porque estava precisando de um espaço para falar sobre a morte da gata e não coube no assunto. Digo ok, semana que vem pergunto da gata. Seguimos.

Semana seguinte abro o grupo perguntando da gata, como combinado. Ele diz: “É, ela morreu. Estava com uma doença estranha e morreu”. Eu pergunto: “E como você está?”, ele diz: “Ah, tudo bem. Gato serve pra dar um up, né? Como chegar em casa e passar um aspirador de pó, dá um up, só isso” Eu digo: “Você está comparando a gata com o aspirador de pó?”. Ele ri. Começo a perguntar sobre a história da gata. Ela tinha 14 (catorze!!) anos, parece que era a grande companheira dele, que é um homem bastante sozinho, que nunca se casou, nem teve filhos e que, na quarentena, ela fazia bastante companhia pra ele. E, inclusive, ela podia ter passado a doença para o outro gato e ele também podia morrer. Aquilo tudo me parecia bastante dolorido, mas parece que só a mim. Ele mesmo parecia não sentir nada. Pelo menos nada em relação à gata, porque seguia irritado. Antes que ele ameaçasse atacar o grupo de novo, começo a construir a ideia (longínqua) de que talvez ela fosse mais importante que o aspirador de pó, já que os animais costumam dar afeto (além de “up”), e que fazem companhia, principalmente no período da quarentena. Aos poucos ele


SUMÁRIO



vai falando dela, vai contando as histórias, fala da doença e diz que teve que sacrificar. Dizemos o quanto essa decisão é difícil e dolorosa. Ele concorda. Aos poucos ele vai se acalmando, baixando o tom, o grupo se reestrutura e as terapeutas respiram aliviadas. Grupo segue. Dessa vez, sem ataques.

A construção do masculino é algo bastante complexo, tem inúmeras camadas. São fatores que se sobrepõem e se entrelaçam como um novelo de lã. Difícil achar um único nó. Mas essa cena nos conta algumas coisas. Poderia dizer, e não seria uma mentira, que os homens não sabem (não aprenderam) a nomear afeto. Aquela cena bem clichê da mãe dizendo, “filho acho que você está triste com o que aconteceu na escola hoje”, ou “filho, acho que está com medo de perder o cachorrinho”, “filho, está frustrado que a viagem foi cancelada”. Enfim, a tarefa dos pais de ajudarem seus filhos a nomearem os afetos para poder traduzir e elaborar. Sim, segundo eles – os homens – essa tarefa é substituída pelo famoso “Tá assim por quê? Chorar é coisa de maricas. Vai jogar bola que passa”. Parece até piada pronta. Mas não é. Existe realmente a reprodução dessas falas terríveis para os filhos. Mas a sensação que eu tenho é que eles não aprenderam a pensar quando algum afeto se apresenta. Parece que é tão proibido que automaticamente é bloqueado. Nossa maior tarefa nos atendimentos é ajudar a construir – não só o nome dos afetos –, mas o raciocínio que envolva qualquer afeto. Como na conversa sobre casamento. Eles simplesmente não sabiam o que dizer. No grupo, vira e mexe digo: “Ih, bugaram”. Nesse dia usei muito. Me parece que não faltam só os nomes dos afetos, falta poder pensar sobre eles. Se voltarmos no exemplo da gata, não adiantaria dizer: “Acho que você está triste”. Porque ele nem entendia a ligação afetiva que tinha com a gata. Ela era um aspirador de pó. Primeiro foi preciso remontar a relação dele com a gata, nomear, para depois podermos dizer que perdê-la talvez fosse difícil.

SUMÁRIO



Nesse dia optamos por não dizer que a tristeza dele havia aparecido em forma de raiva. Achamos que seria muito para ele. Mas isso também é algo que aparece lá o tempo todo. O quanto o único afeto acessível é a raiva. O único canal conhecido (autorizado?) é a violência. Havia um deles que costumava dizer: “Ah, eu brigo no trânsito mesmo. Dá aquela extravasada”. Um outro: “Eu sei que alguma coisa está me incomodando quando travo as costas. Travo as costas, aí paro pra pensar o que aconteceu no dia”. Se voltarmos àquela frase infinitamente repetida (que depois ganhará outras versões na voz dos amigos) “Está assim por quê? Vai jogar bola que passa!” ou “O que ele te fez? Vai lá e bate nele”, vamos notar que esse discurso que volta para o corpo (ou pra briga) a resolução dos problemas, vai criando homens que não aprendem a pensar. Pensar sobre si. Pensar sobre o que sentem. É como se ao não pensar, pudessem fingir que não sentem. Afinal, sentir é coisa de menina, né? É isso, “travo as costas e aí vou pensar” – e ele só disse isso porque começou a frequentar grupos de homens e entendeu que as costas tinham a ver com algo do dia, da vida. Antes disso, acho que ficava com dor mesmo. A sensação que dá é de que temos homens no piloto automático. “Bugados”. Travados mesmo. Essa situação no grupo, de todos eles mudos e perdidos é bastante comum. O caminho do pensamento está bloqueado, não foi aprendido. Não tem trilha.


Sem o percurso para avançar, eles seguem repetindo padrões. Frases feitas. Muitas vezes eles não têm a menor ideia do porquê fazem (ou dizem) aquilo. Nessa conversa sobre casamento, faço uma fala para o participante que havia trazido a namorada para São Paulo e ficado nevosos quando comentamos que ele havia casado: “Mas você acha mais sério dizer que casou do que trazer ela para outra cidade no meio da pandemia, sendo que vocês só tinham namorado a distância até agora e ela não tem nenhum outro vínculo com a cidade que não seja você? Não seria o contrário?”. Mais uma vez, “bugaram”. Ele não sabia dizer, nenhum deles sabia. Eles só sabem que homem não pode casar assim tão fácil (e estou falando de dizer que casou, não de

SUMÁRIO

casar no papel). A sensação que dá é de que, como não sabem pensar sobre si, como isso em algum momento foi proibido, fica muito mais fácil imitar os padrões. Seguir esse estereótipo masculino há séculos postulado. Por que junto com a fala do “vai jogar bola” vem a fala “é menininha agora? Maricas?”. Eles podem não saber por que fazem o que fazem, mas pelo menos não estão sendo “maricas”.

Em pleno 2020 ainda ouvimos muito eles dizerem do medo de serem chamados de “maricas”, gay, “boiola”, entre outros, pelos amigos. Uma vez ouvi de um deles em um evento “ainda bem que tenho essa comunidade agora. Desde que comecei a me pensar (de novo, pensar) perdi todos os meus amigos”. Um homem que pensa sobre si, é considerado um “boiola”, e é praticamente insuportável para os outros homens. Mas o que quer dizer ser “boiola”? Definitivamente não é ser homossexual de fato. Um dos participantes do grupo, gay, também não gosta de ser chamado assim. Porque não tem relação com a orientação sexual em si. De alguma maneira essa é uma referência a uma falta de potência, de força. Ser gay, nesse caso, é ter alguma fragilidade, algo que remete ao feminino, ao passivo, ao castrado. O xingamento, vigente até hoje, não necessariamente remete a um homem que sinta atração por outro homem, remete a um homem que não corresponde ao ideal masculino, um homem inteiro, inquebrável, sexualmente potente o tempo todo, que não perde o controle por uma mulher, não se apaixona, não tem buraco (no duplo sentido mesmo). Daí a questão seríssima com tudo que remete ao buraco anal. Um super-homem. Eles realmente acham que esse homem existe. Um homem sem buraco. E a ideia é ser o mais parecido possível com ele. No consultório, um paciente que andava tendo problemas de ereção, diz: “Eu acho que na hora que ela tocar a campainha eu tenho que abrir a porta e estar de pau duro”. Ele ficou muito surpreso quando disse que o sexo podia ser muito mais que uma ereção ou que, pasmem, uma penetração.


SUMÁRIO



Esse modelo masculino, não castrado, viril, inquebrável, inabalável, inapaixonável, incansável, insensível – pai da horda – me parece ser o grande objetivo. Só é homem se não for castrado. Se não tiver limites. Se não for frágil. Quando se sentem frágeis, brigam, batem, matam, estupram. Como que para afugentar qualquer ideia de buraco, de falta, de castração. A sensibilidade é escoada pela violência, mas também combatida. No menor sinal do fraquejar, brigo, grito, esbravejo. Aqui acho que cabe pensar no ideal de ego. Existe um modelo a ser alcançado. E uma angústia por não corresponder. Algo que começa muito com a fala paterna – tenho uma paciente em que o irmão morreu no internato porque ligou para o pai e disse que não se sentia bem e o pai respondeu: “deixa de ser marica” (sic). Ele morreu aos 13 anos. É o superego que exige do ego a mesma postura que exigia o pai. Os homens vão menos ao médico, por exemplo. A ideia de qualquer fragilidade física é facilmente repelida com a ideia de que nada vai acontecer com eles. É como se o masculino também morasse no corpo. Fosse corpo. Um corpo inquebrável. Um corpo tão forte, potente, imperativo, que ao menor sinal de desejo pelo corpo do outro, os fazem invadi-lo. Esse ideal de ego traz consigo esse fantasma do pai da horda, digo, esse homem não castrado, dono de todas as mulheres, da força, da virilidade. O fato de eles realmente acharem que esse homem existe, faz com que eles achem que é possível ser assim e muitas vezes se sentem nesse lugar.

Um dos participantes do grupo, um homem bem calmo, um pouco mais afetivo, uma vez nos contou que foi viajar com um casal de amigos e uma moça. E ele disse que a noite viveu uma saia justa com ela, porque ele tinha certeza de que ela ia ficar com ele. Me lembro dele perguntar, “até hoje não sei por que não me passou pela cabeça que ela podia não querer”. Bom, sobre o corpo das mulheres eles têm certeza de que são os donos. Todos, sem exceção, contaram alguma história sobre invadir o corpo de uma mulher e nem perceber que era errado. É como se esse modelo “pai da horda” estivesse fincado no ideal de eu, mas também fizesse parte (às vezes mais, às vezes

SUMÁRIO



menos) da imagem que eles têm deles mesmos, do narcisismo de cada um. Essa imagem narcísica não se sustenta o tempo todo, e quando ela falha, eles tentam reparar essa “falta” com violência ou exercendo seu lugar mais privilegiado na sociedade. A quebra desse narcisismo, a ruptura da ideia de que eles não são castrados gera muita angústia. E violência. Uma vez um deles contou que uma mulher foi na casa dele e foram para a cama. Porém não houve penetração e, depois que ela foi embora, mandou uma mensagem para ele dizendo “sem tesão não dá”. O homem, muito irritado (muito provavelmente porque não teve uma ereção), disse que respondeu para ela dizendo que ela não era tudo isso. Não era tão atraente, não tinha peitos, não tinha quadril, não tem cabelão, não era alta o suficiente e que ela não era o tipo dele. Ou seja, que a culpa era dela. Ao menor sinal de “fraqueza”, vale tudo, absolutamente tudo, para se livrar dela.

Aqui podemos pensar que diante das próprias limitações, alguns homens acabam se afundando numa sensação, quase melancólica, de autorrecriminação do ego, e outros que saem pelo oposto. Tentam com bastante força (literalmente, às vezes) esconder qualquer vestígio de impotência. O paciente do consultório com problemas de ereção diz o tempo todo que pode ter todas as mulheres. Inclusive começa a se interessar pela paciente da sessão anterior e tem a mais absoluta certeza de que irá consegui-la. Mesmo sem poder ter uma ereção no momento. Um dos participantes do grupo um dia, muito abalado, contou que não tinha conseguido cumprir uma tarefa do trabalho e que estava se sentindo péssimo. Ele disse que mesmo que ele tenha feito tudo corretamente, mas se por acaso não conseguir executar alguma tarefa do dia, ele se sente um “lixo” (sic). Muitos homens fizeram coro a ele. É como se tivesse um velocímetro de potência instalado em cada um deles, e eles precisam checar se, naquele dia, eles foram homens o suficiente. A imagem narcísica de cada um deles não está pronta. Ser homem é uma reafirmação constante, um trabalho eterno de se manter nesse lugar não castrado. Ser homem não está dado. Parece

SUMÁRIO

que nunca. Ser homem não é só ter um corpo genitalmente masculino, é cumprir a planilha da masculinidade.

A autorrecriação que pode ocorrer (deles mesmos e dos outros) quando um homem não corresponde a esse estereótipo é bastante desagradadora. É como se a única possibilidade de existir seja sendo esse sujeito inteiro. Sem nenhuma falta. Sem buraco. Parece que se não forem assim, não deixam apenas de ser homem, parece que não podem existir. É como se a recriação superegoica encontrasse eco no mundo externo e o ego fosse sendo aniquilado. A força que fazem para poder sustentar esse lugar é como uma força de sobrevivência.

Os homens morrem mais cedo (homens de 15 a 30 anos morrem quatro vezes mais que as mulheres de causas não naturais – se for homem negro esse número sobe para dez vezes mais), vão presos em maior número (são 96% da população carcerária), matam mais (das 62 mil mortes anuais por homicídio com arma de fogo, 55 mil são de homens matando outros homens), suicidam-se quatro vezes mais que as mulheres. É como se ficasse muito insuportável (ou impossível) ocupar qualquer outro lugar que não o do homem exigido. É como se não fosse legítimo ser de qualquer outro jeito. Os homens que “fracassam” a esse ideal, acabam se machucando mais. Se pensarmos em termos pulsionais, podemos dizer que quando o ego não se vê espelhado como esse homem viril não castrado, o narcisismo, isto é, a libido que é investida no ego, diminui muito e desenha da pulsão de morte, abrindo caminho para ela. O amor-próprio masculino, a quantidade de libido investida no ego, tem muito a ver com cumprir os itens da lista de masculinidades. A angústia gerada pelo baixo investimento libidinal no próprio ego gera uma angústia insuportável. Muitas vezes quadros melancólicos. Uma autorrecriação intensa e uma autodestrutividade. Dependendo da intensidade do “fracasso”, os homens podem desistir, se deixar morrer. O índice de alcoolismo masculino é imenso, por exemplo. Ou ainda tentar, muitas vezes através da violência com o

SUMÁRIO

outro, rebater essa sensação. Isto é, quanto mais violento, forte, duro, inquebrável ele for, mais libido ele consegue investir no próprio ego, sendo assim, menor (essa) angústia.

A meu ver, a violência masculina não vem só para sustentar um lugar de privilégio social. Porque ao escutarmos os homens, vemos que esse lugar tem inúmeros sofrimentos também. Me parece que sustentar esse lugar, custe o que custar, tem a ver com ser suportável existir. Tem a ver com o ego permanecer inteiro. É uma questão de sobrevivência egoica. Não que isso justifique a violência masculina, de maneira nenhuma, mas é importante entender que o que está em jogo não é só o prazer do poder em si (ele também existe, já que quanto mais próximo do ideal, mais prazer sentimos), mas o que também está em jogo é que no imaginário deles (e provavelmente nesse texto superegoico que passa de geração para geração) qualquer outro tipo de homem não está desautorizado a existir. Um paciente conta que na infância, em casa, ele era visto como um menino frágil, sensível e, claro, achavam que ele era homossexual. Ele diz que assim que tirou a carteira de motorista ele começou a tirar racha na rua. Chegou a atropelar um ciclista, tamanho descontrole com que ele dirigia. Ele diz que, de alguma forma, aquilo o tirava daquele lugar de fragilidade, que ele detestava. A impossibilidade de ampliar as referências de masculinidades, e poderem manter sua libido narcísica, faz com que eles se exijam o tempo todo o impossível. O que gera muito sofrimento e violência (para eles e para os outros).

Um dos principais efeitos dos grupos terapêuticos com homens é eles se autorizarem entre si a serem diferentes do padrão. É muito distinto o efeito de um atendimento no consultório, com um único homem, do efeito deles validando, entre si, outras possibilidades de lugares. Eles comentam muito sobre o quanto é importante ouvir outros homens contarem suas próprias dificuldades. É como se, ao verem as mesmas questões em outros homens, as mesmas faltas (ou outras, mas ainda assim, faltas), o mesmo buraco, eles fossem se autorizando a existir de


SUMÁRIO

outra forma. Eles falam muito do quanto não encontram nem entre os amigos um eco diferente desse. Muito pelo contrário. Os homens, entre homens, costumam vociferar o que há de pior do masculino.

A professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Valeska Zanello (2020), fez um estudo sobre as mensagens que homens trocam entre homens no *WhatsApp*. Nesse estudo – ela tinha “infiltrados” nos grupos e recebia os *prints* das conversas – o que vemos é exatamente a retroalimentação desse lugar da potência masculina e do total desafeto, principalmente com as mulheres. Ela diz que estar apaixonado “é uma ferida narcísica na masculinidade” (2020, on-line), então os homens transformam a relação com as mulheres em um jogo de poder (literalmente, eles tinham tabelas de valor para cada mulher que conseguissem ficar). Penso que transformar a mulher em um objeto ou, como diz Valeska, “em pedaços de corpo”, é um jeito de se proteger de qualquer possibilidade de “perder o controle” para cada uma delas. Um homem apaixonado, refém de um afeto, é um homem frágil (na visão deles mesmos). Em parte, penso que aquela pergunta para o moço que “não” casou possa ser respondida aqui. “Ser” de uma mulher, casar, é perder pontos na tabela da masculinidade árdua e cotidianamente conquistada, ou pelo menos almejada. Antigamente era comum os homens chamarem as esposas de “patroa”. Ou seja, quem manda – neles, imagino. Casar não é uma parceria, construir uma vida com alguém, dividir a vida (que isso aquele moço do grupo já faz), casar, na corrida masculina, é entregar o poder para uma mulher, ou seja, ser menos homem. Por isso, ganha ponto na tabela da masculinidade os homens que casam, mas arrumam amantes. Ter uma relação paralela é um modo de balizar a perda de controle, de seguir no comando do jogo amoroso. De seguir sendo homem.

Se voltarmos à história do irmão da minha paciente que morre depois do pai chamá-lo de “maricas” devido ao seu desconforto, podemos pensar o quanto essa mensagem de que só podem seguir

SUMÁRIO



“homens de verdade” está no subtexto dessas mensagens o tempo todo. Ou pelo menos eles interpretam assim. Se abandonar talvez seja a única forma de desistir desse lugar. No grupo, o suporte que eles dão um para o outro tira eles da rota de colisão. Mas a imagem narcísica imbatível que os homens têm que construir e sustentar, torna-os mais combatíveis, mas mais mortíferos. Nem o próprio ego, nem os outros, aceitam a própria castração e, a partir daí, vale tudo para driblar a angústia de se ver castrado. Vale bater, estuprar, humilhar, mentir, matar e morrer. Claro que as mulheres são alvo desse drible. Alvos diretos e também mortíferos. Acredito que as mulheres (e os homossexuais e pessoas trans que, de alguma forma, também remetam ao suposto frágil do feminino), como o representante do castrado, da fragilidade, acabam sendo também alvo dessa tentativa de negar o frágil. Quando um homem bate em/mata uma mulher, ele também bate e mata a fragilidade que ele mais teme nele mesmo. Ou pelo menos ele tenta.

De alguma maneira parece que quando eles estão mais próximos desse lugar de Super-homem, a violência, a pulsão de morte, escoa mais para fora. A violência acaba sendo destinada ao outro. Inclusive isso ajuda muito na construção dessa imagem de imbatíveis. Quanto mais insensíveis, mais másculos (sem “mimimi”, né?). Mas quando se sentem mais longe desse ideal, a destrutividade se volta para eles mesmos. Fica claro que o mundo masculino é recheado de uma violência destrutiva (pulsão de morte). Ser homem é matar ou morrer. Ou eles estão tão inebriados desse lugar de absoluta potência e aniquilam o outro para se sustentar nele, ou estão aniquilando a si mesmos por não conseguirem alcançar esse ideal. É absolutamente sem saída.

De alguma forma, quando estão nessa postura inquebrável, a angústia muda de lugar, deixa de ser o aniquilamento do ego, mas outra angústia se instaura. Porque para ser o Super-homem, eles precisam deixar de lado, abafar, um pedaço imenso deles mesmos. O que também acaba gerando uma dor insuportável. A quantidade de grupos


SUMÁRIO

para homens hoje em dia cresceu muito, por exemplo. E os homens realmente aparecem. Tem algo de insuportável nessa estrutura social masculina. O que não tem, ainda, é outro lugar de existência possível.

Outro ponto importante de ser pensado no masculino é a relação deles com a pornografia e, no limite, a sua relação com a própria sexualidade e com os corpos femininos. Um paciente que chega no consultório por ter cometido um abuso infantil, conta, muito confuso, do amor da criança por ele. Ao tentar remontar a história para entender como ele chegou nesse ponto (nem ele sabia), ele primeiro diz ser viciado em pornografia (não infantil). Vamos conversando e ele diz que o que procura em uma mulher é esse desejo “desenfreado” (sic). Andamos mais um pouco e ele me conta que quando já estava casado, com filhos, a mãe dele vai jantar na casa dele. Ela diz, como uma ordem, para a mulher dele servi-lo primeiro. Ela diz que não precisa, que ele já sabe se servir sozinho. E ele conta, rindo, “aí ela, devagarinho, foi empurrando todas as travessas da mesa para a minha frente. Quando vi, estavam todas ao meu redor”. De alguma maneira vemos também nos homens uma busca eterna dessa mulher que os supram completamente. Uma mulher que os coloque nesse lugar tão prioritário, onde eles acabam sendo mais importantes do que elas mesmas.

De alguma forma a pornografia acaba sendo uma reprodução desse lugar. A mulher que deseja o homem loucamente, que não consegue resistir, que enxerga ele como “o pipi de ouro” – como brinco com meu paciente. A busca desse lugar de desejo absoluto molda muito a busca sexual (e amorosa) dos homens. Uma reprodução muito literal do que chamamos de Complexo de Édipo. Aquele amor parental (muitas vezes materno) onde o bebê é o centro do desejo absoluto feminino – como nomeava S. Freud, “sua majestade o bebê” (FREUD, 1914-15, p. 98). Daí a dificuldade deles de lidarem com mulheres que tenham outros fortes interesses na vida. Não ser o centro do desejo é violento para eles, e muitas vezes eles respondem violentamente a isso também. É curioso


SUMÁRIO



pensar que por muito tempo vivemos em uma sociedade onde a mulher era, de fato, proibida de ter (e executar) outros interesses. Criamos um mundo onde o lugar da mulher era, concretamente, apenas cuidar dos homens, da casa e dos filhos deles. O mundo feminino girava em torno dos homens, e esse lugar os deixava bastante confortáveis. A grande conquista feminina foi elas poderem ter uma vida para além de seus maridos (e pais), e poderem ter outros interesses, outros investimentos libidinais e outra função social. Mas isso também trouxe um aumento da violência sob seus corpos. Quanto mais o mundo caminha para a importante liberdade feminina, seja física, monetária ou do seu próprio desejo, maior o índice de violência doméstica.

Uma mulher desejar – e ter – uma vida onde os homens são apenas uma parte dela, não parece ser o suficiente para eles. Como no famoso caso da Ângela Diniz e seu namorado – e assassino – Doca Street. O caso que foi recentemente levantado no impecável e importante podcast *Praia dos Ossos*, produzido pela Rádio Novelo. Em 30 de dezembro de 1976, Doca, então namorado da pantera Ângela Diniz, durante uma briga, pega o revólver e atira cinco vezes contra ela. O podcast busca esmiuçar o que houve tanto antes dos tiros, quanto depois, no tumultuado e inacreditável julgamento. Tudo absolutamente relevante para o tema do masculino e machismo que tentamos discutir hoje, porém aqui, vou me ater ao que, segundo o levantamento da Rádio Novelo, levou Doca a virar um assassino. Segundo os depoimentos e a pesquisa, Ângela era uma mulher absolutamente sedutora e, mais do que isso, livre para viver sua sexualidade e sua própria vida. Aquele tipo de mulher que não coloca os homens no centro. Eles estão lá, são importantes, mas ela – e seu desejo – são mais. No dia do assassinato houve uma briga e a Ângela termina com ele. Tudo indica que ela está atraída por uma menina que conheceu na praia e, como eles já não estavam bem, quando ele a questiona, ela o manda embora. Ele, ensandecido, pega a arma e a mata a queima-roupa.

SUMÁRIO




É muito comum as cenas de violência acontecerem nesse momento, quando a mulher quer se separar, quando muda o rumo do desejo. Imaginar que ela possa desejar outra coisa ou outra pessoa, muitas vezes, beira o insuportável. É melhor vê-la morta do que ela com o desejo em outro lugar.

De certa forma, o amor e o desejo só valem se forem absolutos. Nesse sentido, a busca por um corpo (ou por uma fantasia) que não imponha barreiras para o seu desejo é enorme. E o ódio por não encontrarem esse lugar ou perderem ele, também. De alguma maneira, o que meu paciente conta sobre a criança de que ele abusou, era do apaixonamento dela por ele (que hoje ele reconhece esse entendimento como uma confusão dele), mas que naquele momento havia (re)encontrado aquele lugar. Uma criança ama um adulto de forma maciça, inteira, intensa, e foi aí que ele se perdeu. Aliás, enquanto caminhávamos para entender o que o levou à cena de abuso, ele foi remontando o próprio casamento e chegou a dizer que sua mulher era “casada com o trabalho”. O curioso é que, lá atrás, quando ele se sente atraído por ela, ela não era tão potente no trabalho. Juntos fomos pensando o quanto ela ser frágil e absolutamente dependente dele o atraía. De alguma maneira a perda desse lugar do desejo central foi deixando nele uma marca de rejeição. E aquele já não era mais um lugar suportável.

A busca por esse lugar do desejo absoluto é tão forte que muitas vezes eles o inventam. É comum, nas violências sexuais, escutarmos algo como “ela queria”. Além da condenação do erótico do feminino, os homens gostam de pensar que (ainda?) ocupam esse lugar central na vida e no desejo de uma mulher. A famosa frase do então deputado federal Jair Bolsonaro para a deputada Maria do Rosário: “Jamais vou estuprar você porque você não merece”, fala exatamente desse delírio. É uma inversão completa de lugar. É um delírio da ideia do desejo feminino. Eles é que são os desejados. As mulheres, reles mortais, podem (ou não) ser alvo do desejo deles. É como se fosse tão insuportável


SUMÁRIO



não ocupar esse lugar, que eles o inventam. Se a mulher não lhe dá esse acesso, esse desejo, eles vão lá roubá-lo, e ainda pensam que era o que elas queriam (e esse mecanismo é completamente reforçado entre eles, nas rodas dos amigos). Aqui acho que cabe pensar na integridade do ego também. Não ter esse desejo feminino, não se sentir nesse lugar, também aniquila o ego, o narcisismo masculino. Parte da lista de masculinidade inclui essa sensação potente de ser o alvo direto e maciço do desejo feminino (materno?).

Muitos relacionamentos abusivos são construídos nessa perspectiva de remontar o lugar absoluto. A ideia é fragilizar o outro, fragilizar outras relações, (se possível) retirar o recurso financeiro, o entorno, para que aquela pessoa tenha apenas um único investimento libidinal possível. O desejo de voltar a esse lugar de amor absoluto existe em todos nós, mas de alguma maneira a maioria dos homens não reconhece nenhum outro tipo de enlace como válido. Um dos participantes do grupo, que estava em um processo de se separar de uma mãe absolutamente simbiótica, dizia que ele estava morando com a namorada fazia alguns meses e a mãe sempre dizia que era um absurdo ele ter que lavar a própria roupa, limpar a casa, e que ele deveria voltar para casa dela porque ela faria isso para ele, porque isso sim era cuidar dele e a namorada, claro, não cuidava. Ele contava isso com muita clareza do absurdo, porém ele dizia que, às vezes, limpando o banheiro, aquela voz materna aparecia dizendo que ele não merecia ter que fazer isso. Assim, os homens vão aprendendo que o único lugar possível, o lugar do amor válido, é esse da “Majestade o bebê”, é da mãe/mulher que entrega seu próprio corpo, sem freios, para ele. Qualquer coisa menor que isso, simplesmente não vale. Quando não se veem nesse lugar, a sensação é de humilhação e, como dito antes, o combate a essa sensação de ser “menos homem” acaba sendo refutada através da violência e, até, do aniquilamento do outro.

SUMÁRIO




Hoje, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, usa muito desse ideal de homem não castrado para manter certa parte do seu eleitorado. É comum ouvirmos que ele “diz o que pensa”, “não tem papas na língua”. O que, para nós, talvez seja apenas falta de decoro (e de noção) muitas vezes entra nesse lugar do homem sem medo, do homem sem limites. Daquele que pode tudo. Inclusive, muito do Bolsonarismo gira em torno dessa masculinidade idealizada. Já presidente, Bolsonaro se declarou ser “imbroxável, imorrível e incomível” (inclusive fez uma medalha para condecorar militares com esse dizer), numa declaração direta a essa ideia de ser o “macho ideal”, aquele que não lhe falta nada.

Essa ideia é tão atraente que elege líderes. Embora aos poucos vamos entendendo que a perseguição por esse lugar acaba se tornando uma armadilha para os homens (e também para as mulheres), a ideia de que existe alguém que ocupe esse lugar também nos remonta uma ideia (infantil) de que estamos protegidos desde que alguém que pode tudo esteja no controle. Gosto muito de uma história contada por uma colega que ia levar a filha de quatro anos para viajar de avião pela primeira vez e ela chegou na escola contando e um coleguinha pergunta se ela não tem medo de que o avião caia. Ela responde prontamente: “Não, se o avião cair, mamãe segura”. A sensação de que tem alguém que “pode tudo” nos protegendo é constitutiva. Para uma criança, muitas vezes, só é possível viver certas experiências se for baseada na (falsa) ideia de que a “mamãe segura o avião”. Sendo assim, essa ideia de que existem homens ideias, homens não castrados, que podem tudo e aguentam tudo, também gera algum alívio (infantil) de que existe alguém que segura o avião. Ainda que o avião de todo mundo esteja caindo.

Nesse sentido, poder desconstruir essa ideia – seja de um político no poder ou de um companheiro de vida – exige bastante trabalho psíquico. Parte da sociedade ainda engatinha na possibilidade de

SUMÁRIO



entender que esse homem poderoso, não castrado, pai da horda, não existe. Seguem elegendo homens que vendem a ilusão sedutora de que agora tudo estará sob (meu) controle e recusam-se a aceitar e enxergar o verdadeiro descontrole bem embaixo do seu nariz. Essa ideia de que não existe esse sujeito inteiro, poderoso, muitas vezes montado na figura do pai, pode ser bastante desagregadora. Muitas vezes é mais barato, isto é, é libidinalmente mais econômico, manter a fantasia do que se deparar com a verdade e o desamparo. Mas, as mulheres de hoje, no que diz respeito a sua relação com os homens, já traçaram grande parte desse caminho. A irmã de uma paciente, já idosa, teve um surto psicótico quando seu marido morreu. De acordo com o que ela dizia, dava para ver o quanto era impossível perder essa ilusão de que era ele quem sabia e podia tudo. Ela, sem ele, não ia conseguir. Hoje em dia, é mais raro uma mulher estar nessa posição. Depois de muita desconstrução, as mulheres estão achando seu lugar no mundo, entendendo que elas são inteiras (e potentes) sem eles. E, se for para ter algum deles na sua vida, é apenas para agregar. Mas eles perderam esse lugar, e não sabem mais que outro lugar ocupar. Um paciente do consultório começa a sair com uma moça e diz na sessão “Ok, entendi. Ela não precisa que eu a leve no meu carro, ela não precisa do meu dinheiro, ela não precisa da minha casa. Mas, então pra que eu sirvo?”.

Esse lugar, por algum tempo, inebriou a todos, porém as mulheres caminharam, se deslocaram, e começaram a pegar as rédeas da própria vida. Porém os homens, ao largar (ou tentar) esse lugar de total potência, foram parar em um lugar de total impotência (seja metafórica ou literalmente falando) e reagem a isso deprimindo ou sendo ainda mais violentos. De algum modo, desistir de ser esse cara talvez também implique admitir que esse cara não existe, nunca existiu. Costumo dizer que um grande indicador da vida adulta é quando conseguimos olhar nossos pais com certa crítica, ou seja, quando podemos admitir que eles são apenas humanos e que, na verdade, ninguém segura o

SUMÁRIO

avião. Entender (e aceitar) que o avião pode mesmo cair, também pode ser bastante desagregador, a depender da fragilidade de cada um.

De certa forma, é através do discurso paterno que os homens entram nessa gincana de masculinidade. Em seguida são os próprios amigos homens (e às vezes as próprias mulheres) que fazem a manutenção desse lugar imaginário. O que está em jogo não é apenas o próprio lugar de potência, mas também o lugar de potência do outro. Do outro – pai. Comentei anteriormente que eles realmente acreditam que esse homem poderoso – não castrado – exista. E eles se projetam nesse modelo. Mas quem é o primeiro modelo deles? Quem é o homem que primeiro lhes diz como é que faz para ser homem? Recentemente no grupo um participante contou que o pai, militar, queria que o filho entrasse para o exército, pois ele dizia que “é lá que eles ensinam a ser homem”.

De alguma maneira, se permitir deixar de competir nesse lugar masculino e entender que esse homem não existe, é também se dar conta de que seu pai também não é esse cara, isto é, não tem ninguém que, de fato, segure o avião (muitas vezes nem o piloto). Agora, andar em uma nave onde o controle é relativo, exige trabalho psíquico. Aguentar o desamparo humano, não é tarefa fácil. De certa forma, então, manter essa ideia de que eles mesmos podem (e devem) ser esse homem não castrado, ainda que isso custe muito caro, é uma forma de manter o pai nesse lugar superpoderoso. Seja para eles ou para elas. É fazer a manutenção dessa ideia infantil de que existe ou existiu alguém que segurou e, se possível, ainda segura o avião. Lembro que um paciente do consultório, recém-chegado, nas primeiras entrevistas, perguntei do pai dele e ele respondeu: “Meu pai é ótimo. Se furar o pneu aqui na frente ele vem me ajudar”. Com o tempo de análise, essa frase acabou virando piada entre nós. O pai dele nunca conseguiu se estabilizar na vida. Além de ter uma relação complicada com o meu paciente, acredito que, se o filho chamasse, ele não teria nem o dinheiro para vir ao socorro dele. Mas, ainda assim, a imagem do meu paciente

SUMÁRIO

é de que o pai viria prontamente socorrê-lo. Hoje, sabemos, ele e eu, que isso era uma enorme fantasia da sua parte.

De alguma maneira, desconstruir o mito do homem poderoso é também nos darmos conta de que essa sensação de que existe alguém que nos protegerá porque pode ou porque sabe mais do que nós é (e sempre foi) ilusória. Nem a mamãe – nem ninguém – segura o avião. Com sorte, o piloto. O mito do pai da horda de Freud, inspirado na teoria de Charles Darwin, dizia que na horda primeva havia o homem que podia tudo, o mais forte, e que tinha direito a todas as mulheres. Segundo a hipótese de Freud, os filhos matam esse pai e tentam construir uma estrutura mais vertical para o grupo. Parece que eles tentam desmontar essa ideia de que há alguém que pode tudo, que tem todos os direitos, mas que, de alguma forma, também nos dá a sensação de que estamos protegidos pelo pai maior. Se pensarmos bem, essa estrutura se repetiu em toda a História. Talvez a gente tenha saído do pai da horda, mas depois remontamos reinados e dinastias que acabavam colocando em prática, de certa forma, essa estrutura. Podermos nos dar conta do voo livre que é estar vivo pode ser difícil, mas talvez seja a única forma de sairmos dessa cilada.

Sentirmos que há alguém maior que nós que nos protege – seja o pai, o marido, o rei ou Deus – nos garante uma sensação de bastante conforto. Porém, também nos deixa reféns de mitos que muitas vezes não correspondem à realidade. Poder tirar (e ajudar a tirar) os homens desse lugar onde eles tentam ser esse sujeito poderoso – porque também não conseguem abandonar a ideia de que esse homem existe –, seria mais seguro para eles e para nós, mulheres. O quanto antes todos nós, adultos, pudermos entender que esse ser não castrado – todo poderoso – não existe, mais rápido será possível para os homens serem apenas mais um gênero da espécie humana e menos ameaçadas estarão as mulheres. Crescer é se a ver com o desamparo humano, e sobreviver a ele. Sem contar com os mitos salvadores da

SUMÁRIO

pátria, nos resta erguermos as mangas e cuidarmos uns dos outros. Ninguém solta a mão de ninguém.

REFERÊNCIAS

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. **Vocabulário da Psicanálise**. 3 ed. Lisboa/Portugal: Moraes Editores, 1976.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu (1913). *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914b). *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, Sigmund. O Ego e o Id (1923). *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio de Prazer (1920). *In*: FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. **As pulsões e suas vicissitudes (1915)**. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

ZANELLO, Valeska. **A casa dos homens em grupos masculinos de WhatsApp: misoginia e cumplicidade**. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sss2F3mVPg8>. Acesso em: 24 nov. 2020.

PODCAST PRAIA DOS OSSOS. [Locução de]: Branca Viana. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, janeiro 2019.



20

Bruna Tupiniquim Marques

Más culinidades

SUMÁRIO

Imagem 1 – Nome – Homem que bebe



Fonte: Bruna Tupiniquim Marques, 2017.

#PraTodoMundoVer: Colagem analógica em preto e branco produzida com técnica mista sobre papel pardo. Homem branco com recorte centralizado no tronco, garrafa e boca dilatada com desenho e pintura de pingos que saem da boca. Fim da descrição.

SUMÁRIO

Imagem 2 – Homem da igreja



Fonte: Bruna Tupiniquim Marques, 2017.

#PraTodoMundoVer: Colagem analógica em preto e branco produzida com técnica mista sobre papel pardo. Tronco de homem branco com recorte centralizado sem cabeça, com cruz anexada no local da cabeça, blusa branca, com copo na lateral da imagem, água escura que sustenta a imagem sob o tronco. Fim da descrição.

SUMÁRIO

Imagem 3 – Homem acadêmico



Fonte: Bruna Tupiniquim Marques, 2017.

#PraTodoMundoVer: Colagem analógica em preto e branco produzida com técnica mista sobre papel pardo. Tronco de homem com terno preto e gravata sobre mesa minimalista que tem escrito EGO em sua estrutura, imagem sem cabeça com desenho no local que se assemelha a folhagem de recorte centralizado, a mão da imagem está sobre a mesa. Fim da descrição.

SUMÁRIO

Imagem 4 – Homem empresário



Fonte: Bruna Tupiniquim Marques, 2017.

#PraTodoMundoVer: Colagem analógica em preto e branco produzida com técnica mista sobre papel pardo. Tronco de homem com terno preto e desenho na cabeça pintada de preto escrito NADA. Homem com barba e bigode brancos, posicionado de forma levemente inclinada para o lado. Figura centralizada. Fim da descrição.

SUMÁRIO

Imagem 5 – Homem ciêntista



Fonte: Bruna Tupiniquim Marques, 2017.

#PraTodoMundoVer: Colagem analógica em preto e branco produzida com técnica mista sobre papel pardo. Duas imagens em contraposição, uma na parte superior e outra na parte inferior. A primeira superior é de um homem com óculos e luzes que saem dos olhos e atingem a outra imagem inferior que é de uma multidão de mulheres com aparência de pobreza e desenhos de cruzes. Fim da descrição.



21

Tainan Silva do Amaral

Arte e resistência:

relações entre obras de Lyz Parayzo
e categorias de Michel Foucault

Art and resistance:

relations between works by Lyz Parayzo
and categories by Michel Foucault

Arte y resistencia:

relaciones entre obras de Lyz Parayzo
y categorías de Michel Foucault

SUMÁRIO

A pesquisa *A História da _rte* do artista visual Bruno Moreschi, contemplada pela iniciativa Rumos Itaú Cultural e realizada com apoio do Goethe Institut São Paulo, analisou 11 dos livros mais utilizados em graduações em artes visuais brasileiras e revelou a distância entre artistas homens e não-homens, no que diz respeito ao reconhecimento da produção artística ou mesmo à menção na história da arte. Destacam-se nos resultados deste estudo, que tem caráter quantitativo e qualitativo, que são homens 90,9% dos artistas citados nas referências bibliográficas que se repetem nos cursos de artes visuais do Brasil (HISTORIADA-RTE, 2017).

Moreschi identificou especificamente 2.222 homens e 215 mulheres nas 11 obras investigadas. Nessa pesquisa, “observou-se que de um total de 2.443 artistas, apenas 215 (8,8%) são mulheres, 22 (0,9%) são negras/negros e 645 (26,3%) são não europeus. Dos 645 não europeus, apenas 246 são não estadunidenses. 1.566 são pintores” (HISTORIADA-RTE, 2017, on-line). A pesquisa também sinaliza que sobre 6 mulheres artistas encontradas não há qualquer informação adicional nas obras.

Como pode ser lido, o cenário encontrado nos livros de história da arte mais utilizados no país é excludente para mulheres, para pessoas negras, não-europeias ou não-estadunidenses – há apenas 2 mulheres negras citadas nos 11 livros. Ainda, a pesquisa encontraria inúmeros outros cenários excludentes na história da arte caso considerasse gêneros não-binários e a população de artistas LGBTQIA+. A própria autoria das referências bibliográficas no campo da arte demonstra parte destes dados já que apenas dois dos livros são escritos por mulheres.

Em 2019, foi apresentado no catálogo das exposições *Histórias das mulheres: artistas até 1900* (2019) e *Histórias feministas: artistas depois de 2000* (2019) ocorrida no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), uma pesquisa realizada pela Seda com mulheres brasileiras de 16 a 24 anos e apontou que 6 em cada 10 mulheres deixaram de frequentar determinados locais devido à insegurança (MASP, 2019).

SUMÁRIO

Na segunda metade do século XX teóricas e artistas questionaram a hegemonia masculina e europeia na produção do conhecimento, não apenas no campo da arte. Os textos *Por que não existiram grandes artistas mulheres?* (1971) e *Como o feminismo nas artes pode implementar a mudança cultural* (1974), de Linda Nochlin, bem como *Vision and difference* (1988) e *Differencing the canon: feminist desire and the writing of art historie* (1999), de Griselda Pollock, apresentaram uma perspectiva da história da arte feminista, entendida como um exemplo de questionamento da produção historiográfica da arte.

Os dados das pesquisas acima referenciadas reforçam a necessidade de questionar hábitos e valores presentes na produção do conhecimento e nos sistemas que estruturam a sociedade e o meio artístico. Também, indicam a atualidade das reivindicações ocorridas desde o século XX.

A reflexão crítica sobre a predominância de determinados grupos no conhecimento organizado eleva, desde algumas décadas, outros grupos que nem sempre se sentiram representados na história da arte e na sociedade. Neste texto, faço o recorte de um desses grupos: a comunidade LGBTQIA+, com o intuito de investigar como alguém dessa comunidade, Lyz Parayzo, articula por meio de suas obras um espaço de dissidência e resistência aos dispositivos (Giorgio AGAM-BEN, 2009) que costumam manipular e anular diferentes gêneros, sexualidades e subjetividades.

Lyz Parayzo, evidentemente, não produz em nome de toda comunidade LGBTQIA+, visto que há uma diversidade não categorizável de gêneros, sexualidades e subjetividades nesse grupo. Tal diversidade é denotada, inclusive, pela complexidade do acrônimo que dá nome à comunidade – LGBTQIA+ –, que se modifica constantemente nos discursos do próprio grupo e que tem limitações. O acrônimo, no conjunto de letras e caracteres que o compõe, nunca alcança a diversidade que deveria contemplar e, nestas exclusões, sugere quais sexualidades e gêneros tem recebido maior visibilidade na conjuntura atual de lutas por direitos, reconhecimento e contra a discriminação e violência.

SUMÁRIO

Para a explorar algumas das produções artísticas de Lyz Parayzo, optei por articular o contato com as obras e as reflexões possíveis sobre estas com as noções de dispositivo e repressão presentes na obra *História da Sexualidade: I. A Vontade de Saber* (2020a, publicada originalmente em 1976) de Michel Foucault (1926-1984); (2) Os dispositivos, por sua vez, serão também aprofundados através de obras mais recentes do filósofo Giorgio Agamben (1942-); (3) em especial *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios (2009) e *O homem sem conteúdo* (2013).

Os volumes da *História da Sexualidade* (publicados entre 1976 e-2018) de Foucault não analisaram apenas as instituições, mas as disciplinas, biopolíticas, dispositivos, processos de subjetivações que vão muito além de leis e orientações judiciais. Estas análises fazem parte do que deu origem a uma microfísica do poder. Saber e poder são objeto de estudo do filósofo. Os processos de subjetivação e o interesse pela autogestão e as subjetivações de si se fazem presentes ao longo de toda a investigação arqueológica e genealógica que deu origem à história da sexualidade (Michel FOUCAULT, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d).

Trata-se, finalmente, de uma abordagem qualitativa exploratória pondo em relação os sentidos das obras de Parayzo com as categorias de Foucault. Para uma melhor exploração das obras de Parayzo a estrutura deste texto inicia pela reflexão crítica acerca de seu trabalho e continua na sua relação com os conceitos de Foucault.

BIXINHAS, DISPOSITIVOS E JOIAS BÉLICAS

Lyz Parayzo (1994-) é artista trans não-binária e nasceu em Campo Grande, no Rio de Janeiro. Vive e trabalha entre Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Paris/França. Suas obras circulam pela escultura, performance, manicure e o ativismo LGTBQIA+. Estudou Teatro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Artes Visuais na

SUMÁRIO

Escola de Artes Visuais do Parque Lage (2013-2016) e Master em Artes Plásticas na Beaux-Arts, Paris, França. Em 2017, Parayzo foi a primeira pessoa trans indicada ao Prêmio PIPA. Em 2020, recebeu a segunda indicação ao prêmio.

Algumas das obras de Parayzo estão nos acervos do Museu de Arte Contemporânea (MAC), em Niterói/RJ, e no Museu de Arte do Rio (MAR). Participou da exposição *Histórias da sexualidade* (2017) no Museu de Arte de São Paulo com curadoria de Adriano Pedrosa, Camila Bechelany, Lilia Schwarcz e Pablo León de La Barra, onde seu trabalho foi exposto no núcleo temático “Políticas do corpo e ativismos”. Em 2019, participou da já mencionada exposição *Histórias feministas: artistas depois de 2000*, também no MASP com curadoria de Isabella Rjeille.

As performances de Parayzo têm como suporte seu corpo, manifestando um diálogo entre o mesmo e outros materiais. Suas esculturas e objetos são geralmente feitas em prata e alumínio. O trabalho de Lyz Parayzo aponta para as estratégias de resistência da população LGBTQIA+, como na série de adornos e joias intitulada *Jóias Bélicas* e, por vezes, carrega referências à história da arte brasileira resignificando a produção artística de outros períodos e artistas, como é o caso do construtivismo na série de esculturas em alumínio e latão intitulada *Bixinhas*.

Lyz Parayzo tem uma perspectiva enfática sobre o modernismo e sobre como em sua obra o discurso deste se refaz conforme suas próprias prioridades. Afirma que,

O construtivismo, apoiado nas ideias de uma utopia moderna brasileira, assim como o concretismo, faliu em seu projeto de construção estético-social, caindo em um formalismo vazio que não reflete o Brasil em sua diversidade social, econômica e racial. A minha poética se constrói a partir de estratégias de uma re-politização da tradição construtivista. Busco subverter o vocabulário estético concretista, usando-o não mais para falar da construção do Brasil moderno, mas da violência sofrida por corpos desse mesmo país. Ao contrário dos corpos ‘construtivistas’, eles não são brancos, euro-centrados, de classe média e cis-heteronormativos (PRÊMIO PIPA, 2020, on-line).

SUMÁRIO

A série *Bixinhas*¹⁵⁷, a partir de onde Parayzo debruça-se sobre o modernismo brasileiro, é composta por esculturas em alumínio cortado. Nesta série, observa-se que chapas ou folhas de alumínio são cortadas dando origem a círculos, quadrados e outras formas geométricas. As extremidades das folhas de alumínio também são cortadas, formando dentes e pontas afiadas. A escultura *Bixinha Circular Hexagonal* é um exemplo das obras que compõem a série, foi construída em 2020 com alumínio jateado e mede cerca 35 x 35 x 35 centímetros.


As *Bixinhas* são construídas pelo encaixe e uso de dobradiças unindo duas ou mais folhas de alumínio que dão origem a composições geométricas não-figurativas. Algumas delas, porém, tomam formas conhecidas como em *Bandeira #2*, de 2021, onde a *Bixinha* tem o contorno do mapa do Brasil sendo atravessado por uma segunda lâmina semelhante a uma serra. *Bandeira #2* é feita em latão e mede cerca 40 x 55 x 50 centímetros. Esta e outras *Bixinhas* da série são expostas em cima de um suporte, geralmente no formato de um cubo branco.

A série *Bixinhas* explicita o pensamento de Parayzo transcrito na fala acima sobre o modernismo. *Bixinhas* fazem referência à série *Bichos* de Lygia Clark (1920-1988), porém inverte a lógica convidativa que remodelou a relação obra-público quando da exposição de Clark na segunda metade do século XX.

No final dos anos 1950, Lygia Clark refletiu sobre os rumos da abstração e chamou à baila a participação do público no acontecimento da obra de arte. A preocupação de Lygia, diferente dos interesses de Parayzo, foi questionar determinados paradigmas artísticos e modificar as formas de interação entre as partes envolvidas com a arte: artista, espectador, galeria e obra.

157 Parte da série *Bixinhas* pode ser visualizada através do link no site do Prêmio PIPA. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/pag/artistas/lyz-parayzo/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SUMÁRIO



Os *Bichos* de Lygia Clark também foram construídos utilizando-se de folhas de alumínio e sua união por meio de dobradiças. No caso de Clark, as folhas de alumínio não possuíam pontas ou extremidades afiadas e o propósito da artista era que o público manipulasse as esculturas modelando-as e alterando a configuração geométrica que tinham. Consideradas as limitações dos objetos, os *Bichos* poderiam assemelhar-se a diferentes formas geométricas, objetos e animais.

Bixinha diferente de *Bichos*, possuem lâminas em suas extremidades, deixando as obras pouco atraentes para manipulação. Conforme sua entrevista para o prêmio PIPA, Lyz Parayzo não está interessada na construção de um Brasil modernista, mas na violência que determinados corpos sofrem neste país. Interessa-se pelos corpos contemporâneos, vítimas da violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil e, por consequência, interessa-se pelas estratégias de defesa, resistência e sobrevivência desenvolvidas.

No início da década de 1960, quando Lygia Clark esteve junto do Grupo Frente na composição do movimento neoconcretista, a artista desejou instaurar em suas obras elementos de manipulação que permitissem que o público tivesse um envolvimento ativo com a obra de arte. Em Lyz Parayzo, os corpos violentados da população LGBTQIA+ já se encontram em uma esfera simbólica de manipulação e fazem um processo inverso, criando estratégias de defesa contra a manipulação, a anulação, a aniquilação de suas subjetividades, gêneros e sexualidades dissidentes.

Isabella Rjeille e Amanda Carneiro comentam no texto do catálogo da exposição *História feministas: artistas depois de 2000* (2019) no MASP (Museu de Arte de São Paulo), em que Parayzo participou com a obra *Bixinha*:

Em *Bixinha* (2018), Lyz Parayzo materializa reflexões sobre a história da arte brasileira, as violências e as táticas de resistência vivenciadas por corpos transexuais, não normativos e identidades dissidentes. Esta obra extrapola, por vezes, sua condição

SUMÁRIO

de escultura, podendo ser utilizada também como 'arma' de defesa em diversas performances da artista. [...] As extremidades cortantes e a aparência agressiva, tanto das joias quanto das Bixinhas, são respostas aos processos de violência e às subsequentes estratégias de defesa aos quais estes corpos são submetidos (MASP, 2019, p. 268).

As *Bixinhas* traçam uma relação entre o nome das obras de Lygia Clark e a expressão pejorativa frequentemente atribuída a homossexuais autodeclarados, popularmente chamados de assumidos, ou a qualquer homem que em diferentes situações, gestos ou roupas, possa escapar os padrões estabelecidos da heteromasculinidade. *Bixinhas* apropriam-se e ressignificam apelidos utilizados contra a população LGBTQIA+ como forma de violência verbal e *bullying*.

Este movimento pode ser visto também com a expressão *Queer* que se encontra no acrônimo da comunidade LGBTQIA+. A palavra *queer* é uma expressão oriunda do contexto norte-americano onde, até meados do século XX, era utilizada em tom pejorativo para referir-se aos sujeitos LGBTQIA+. A expressão começou a ser ressignificada por pesquisadoras que se utilizaram do termo para questionar o caráter imutável atribuído à noção de identidade. Nesse sentido, o *queer*, antes pejorativo, é subvertido e passa a indicar pessoas que não se identificam com identidades de gênero binárias (homem ou mulher) e sexualidades heteronormativas impostas pela sociedade.

Teresa de Lauretis (1938-)¹⁵⁸ investiga as origens etimológicas e históricas da expressão *queer* no texto intitulado *Teoría queer, veinte años después: identidad, sexualidad y política* (2010). O texto foi publicado em português em 2019, no livro *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* organizado por Heloisa Buarque de Hollanda. Diferente de gênero

158 Teresa de Lauretis nasceu em Bolonha, Itália, em 1938. É professora emérita de História da Consciência da Universidade da Califórnia. Suas obras já foram traduzidas para cerca de 15 idiomas e destaca nesse texto *Teoría queer, 20 años después: identidad, sexualidad e política* (2019). Dedicar-se aos campos da semiótica, psicanálise, estudos feministas, lésbicos e *queer*.

SUMÁRIO

que, como afirma Lauretis, encontra-se com palavras semelhantes ou mesmo traduções em outras línguas, *queer* segue sem muitas traduções ou sinônimos e seu sentido é impreciso e às vezes até pejorativo.

A autora apresenta uma possível etimologia da expressão *queer*:

da raiz *t(w)erk*, que chega na palavra alemã moderna *quer* (*qwer* em alemão antigo) e significa oblíquo, diagonal, inclinado; em dinamarquês, *dwar*; em inglês (*to thwart*); em latim, *torcere*. *Teoría torcida* é o título de um livro publicado em Madri, em 1998, citado por Javier Sáez (Teresa de LAURETIS, 2019, p. 408).

Lauretis aponta a proximidade ou o sentido da noção de *queer*, para referir-se àquilo que é estranho, desviado da norma, uma exceção. Tais sentidos parecem complementar-se para o entendimento pejorativo que a expressão carregou sobre a população LGBTQIA+ na segunda metade do século XX, até que os movimentos sociais e políticos subvertissem a expressão, tornando-a um símbolo de orgulho. Desde então, “Da mesma maneira que as palavras *gay* e *lésbica*, *queer* era uma contestação social, antes de ser identidade” (LAURETIS, 2019, p. 398).

Nos Estados Unidos, e pode-se dizer como ocorreu e ocorre no Brasil, a comunidade LGBTQIA+ conheceu inúmeras formas de xingamentos e depreciação. Isso foi acompanhado por outras violências físicas e simbólicas – como a associação da homossexualidade e transexualidade à doença mental –, que foram enfrentadas por grupos ativistas pela liberdade LGBTQIA+ sobretudo a partir da década de 1950.

No pensamento de Michel Foucault (2020a) e Giorgio Agamben (2009; 2013), as tecnologias e discursos que conduzem a sociedade – e contra as quais a comunidade LGBTQIA+ frequentemente se percebe avessa – se encontram expressas na categoria de dispositivos. Os dispositivos educam e orientam os modos de agir, vestir, amar e relacionar-se sexualmente. A resposta a esses dispositivos, como sugere Lyz Parayzo, não pode ser apenas simbólica, pois o resultado do

SUMÁRIO

processo constituído e fortalecido pelos dispositivos não gera apenas uma negação simbólica da comunidade LGBTQIA+.

Em 2020, o *Trans Murder Monitoring* (Observatório de Assassinatos Trans) observou que o Brasil permanece há pelo menos 12 anos no topo do *ranking* de países que mais matam a população transexual no mundo. Logo, os dispositivos presentes na sociedade têm um impacto na vida que extrapola o simbólico, adentrando a esferas da biopolítica, das micropolíticas e interferem diretamente em quem vive, morre, pode ou deve morrer.

Tais dispositivos na obra de Foucault podem ser instituições médicas, jurídicas, educacionais. Na leitura de autores mais recentes, como Giorgio Agamben em *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (2009) e em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (2002), incluem-se no conceito as novas tecnologias, computadores, telefones e a internet. Não o bastante, a própria moralidade abordada como dispositivo desde a obra de Foucault, integra-se à vida de sujeitos de modo que mesmo sem estas instituições estes se autogestionam e censuram.

No livro *O homem sem conteúdo* (2013), valendo-se da obra de Aristóteles, Agamben reflete sobre o ser humano em relação aos objetos, instituições e discursos que o formam. Nessa reflexão entalha conceitos como viventes e dispositivos. Diz que “o vivente é aquele que se move a partir de si mesmo” (AGAMBEN, 2013, p. 126). Já dispositivos, são “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Logo, da relação entre viventes e dispositivos surgem sujeitos.

Lyz Parayzo é um sujeito, mas sua produção artística questiona, cada uma a seu modo, os dispositivos e tecnologias que pretendem dominar a sexualidade, e oferecem estratégias de resistência

SUMÁRIO

e dissidência. Para Agamben, a arte, a história e a sexualidade são sacralizadas e impossibilitadas de novos significados na medida que se tornam cânones. A ruptura com esses cânones é uma profanação e, neste sentido, um contradispositivo – mais bem discutido em sua obra *Profanações* (2007).

Dentre os conceitos do autor está a museificação do mundo, da história, da arte. Fenômeno que, na visão de Agamben, diz respeito à impossibilidade de se fazer uso da história ou da arte na contemporaneidade, em função de sua sacralização. Pensar de forma diferente ou fazer novos usos dos conceitos, obras e histórias é para o autor um ato de profanação.

A impossibilidade de usar tem o seu lugar tópico no Museu. A museificação do mundo é atualmente um dado de fato. Uma após outra, progressivamente, as potências espirituais que definiam a vida dos homens — a arte, a religião, a filosofia, a ideia de natureza, até mesmo a política — retiraram-se, uma a uma, docilmente, para o Museu. [...] De forma mais geral, tudo hoje pode tornar-se Museu, na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência (AGAMBEN, 2007, p. 65).

A instauração da obra de arte como um contra dispositivo pode ser entendida como olhar seu próprio tempo, refletir sobre os dispositivos que nele atuam, refletir sobre a sacralização das esferas da vida humana que os dispositivos gerem e fazem manutenção e profanar tais esferas.

A produção artística de Lyz Parayzo questiona os dispositivos que pretendem orientar a sexualidade, abordando estratégias de resistência e dissidência. Na produção de Parayzo, a prática artística e o objeto artístico tornam-se contradispositivos.

Apontando não só para a violência simbólica, as obras de Parayzo têm apresentado formas de subversão da arte e trazem com frequência objetos artísticos com potencial de autodefesa a agressões

SUMÁRIO

físicas, como a série de adornos e enfeites *Jóias bélicas* (2016). Essas jóias e adereços extrapolam a esfera artística constituindo-se como esculturas, adornos corporais e equipamentos de defesa pessoal.

Um exemplo de objeto da série *Jóias bélicas*¹⁵⁹ é a obra *Unha-Navalha #1*, de 2016. Dentro de uma caixa de alianças de noivado com formato quadrado e feita em madeira com tonalidades avermelhadas, é possível observar um anel acoplado a uma unha postiça, ambos feitos em prata e aço. Em cada um dos lados do anel que acompanha a unha-navalha, há metade de uma lâmina de navalha. A obra mede cerca de 8 x 8 x 5 centímetros e é exposta sobre uma superfície branca. As fotografias da obra lembram os anúncios de jóias e bijuterias, facilmente encontrados em revistas e propagandas.


Podendo ser entendidas como contradispositivos, as *Jóias bélicas* instauram-se como esculturas em um trânsito de sentidos artísticos, estéticos e políticos. Seus usos não se dão apenas no campo da arte, nas exposições artísticas em que são apresentadas, mas são utilizadas por Lyz Parayzo em performances e podem ser adquiridas como jóias e vestidas.

A estética ativista de Parayzo projeta suas obras para os campos da política. Uma diversidade de produções de Parayzo encontra-se no limiar ou trânsito entre objeto de arte e objeto de defesa pessoal. Diferente de uma mensagem ou manifesto expresso na obra de arte, as *Jóias bélicas* instauram-se como objeto artístico com a pretensão de que o público LGBTQIA+ sirva-se destes também para sua defesa pessoal.

A exposição e, por meio dela, a criação de um espaço simbólico de resistência é uma face da obra, pois, como já dito, a esfera simbólica é apenas um plano de onde os dispositivos operam. É no uso da obra, vestida em sujeitos LGBTQIA+ que se dá sua existência enquanto arte e ativismo.

159 Parte da série *Jóias bélicas*, assim como *Gargantilha lança* e *Top dentado*, mencionadas a seguir podem ser visualizadas através do link no site do Prêmio PIPA. Disponível em: <https://www.premiopia.com/pag/artistas/lyz-parayzo/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SUMÁRIO



Na obra *Gargantilha lança*, de 2018, vemos uma gargantilha de alumínio, medindo 18 x 15 x 3 centímetros. Em performance expositiva, o objeto é vestido por um modelo que o utiliza ao redor de seu pescoço. Das extremidades da gargantilha prateada projetam-se espinhos afiados também em alumínio. Parayzo propõe que *Gargantilha lança* seja vestida com o *Top dentado*, de 2018, em alumínio, 30 x 23 x 14 centímetros. O *top* ou *cropped* é uma peça de vestuário utilizada com ou sem alças e mangas, geralmente deixando evidente a barriga e cintura de quem o veste. O *Top dentado*, por sua vez, seguindo a forma das *Bixinhas* e *Jóias bélicas*, é armado com pontas e lâminas em suas extremidades e nas curvas que dão lugar aos seios.

As obras promovem uma ação artística e política que se expressam em diálogos e na conscientização de determinados debates emergentes no país. Na performance *Manicure política*¹⁶⁰, que se repetiu entre os anos de 2016 e 2019, Parayzo propõe uma ação na qual se coloca como manicure e conta com a participação ativa do público. A galeria de arte se transforma no *Salão Parayzo*, identificado no espaço expositivo com uma forma triangular cor de rosa com letras brancas presas na parede.

Naquele espaço, junto de alguns itens decorativos, como vasos de samambaias, Parayzo instaura com cadeiras, mesas e objetos variados de manicure seu espaço expositivo de diálogo artístico e ativista. A performance deflagra-se no ato de pintar as unhas do público, conhecê-lo, dialogar e mover debates sobre a comunidade LGBTQIA+, não-binariedade, heteronormatividade compulsória.

Manicure política repetiu-se ao longo de 4 anos, com Parayzo escutando e dialogando com dezenas de pessoas sobre suas

160 Para conferir a obra *Manicure política* e *Slut terrorist #1*, que será observada como a última obra de Parayzo analisada no presente texto, visualizar através do link no site do Prêmio PIPA. Disponível em: <https://www.premiopia.com/pag/artistas/lyz-parayzo/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SUMÁRIO

experiências e vivências como alguém não-binária. Em determinados momentos outras pessoas trans assumem o papel de Parayzo em seu salão, atendendo ao público. Público esse que interpreta clientes em uma mesa de manicure, dialogando com esta sobre gênero, sexualidade e subjetividade. A ação ocorreu em galerias de arte, espaços expositivos, praças e saguões de prédios.

A ação lança luz sobre questões urgentes na sociedade e que atravessam temas inevitáveis na vida de cada sujeito, como o é a sexualidade. A partir de *História da sexualidade* (2020a) de Foucault, mas não apenas com este, tem se estudado e produzido artisticamente pensando as relações de poder que emergem da sexualidade, ou melhor, dos discursos e do tratamento que determinadas instituições dão para a sexualidade.

A sexualidade é um dispositivo político engendrado a formas de poder e saber presentes em toda produção do conhecimento teórico ou artístico. Pela sexualidade, saberes, hábitos, valores, discursos e linguagens movem e fazem manutenção de hierarquias e da vida como um todo – biopolítica (FOUCAULT, 2020a). Mover-se artisticamente pelos temas e experiências no âmbito de sexualidades é propor novas formas de agenciamento, de instauração das subjetividades LGBTQIA+ na arte.

LYZ PARAYZO E REPRESSÃO

O professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Roberto Machado, na contracapa da edição de *História da sexualidade: 1. A vontade de saber*, lançada em 2020 pela Editora Paz & Terra, afirma que os discursos acerca da sexualidade – no contexto de Foucault especialmente mediados pela Igreja, escola, família e outras instituições – não só proíbem práticas sexuais, mas criam a sexualidade: uma sexualidade normalizada e heterossexual (FOUCAULT, 2020a).

SUMÁRIO

Paradoxalmente, tais discursos também criam as sexualidades desviantes – rejeitadas pela normalidade, mas sob as quais a própria se reafirma pela oposição. A repressão em Foucault não é apenas a norma que não contempla determinados sujeitos, é a “condenação ao desaparecimento”, “injunção ao silêncio”, “afirmação da inexistência”, “constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (FOUCAULT, 2020a, p. 8).

A repressão configura-se como uma negação da existência, é uma condenação ao silêncio e desaparecimento de pessoas que frequentemente só podem assumir-se nos ambientes da surdina. A “surdina”, expressão que os tradutores da edição de 2020 de *História da sexualidade* utilizam, pode ser interpretada como o local simbólico e físico dos becos e vielas, espaços ocultos onde as sexualidades são “toleradas”, também com ressalvas. Somente na “surdina” parte da população LGBTQIA+ pode trabalhar e é o lugar onde determinadas dissidências são relevadas na condição de fetiche.

Faz-se uso de tais nomes – becos, vielas – para os lugares onde se abriga a comunidade LGBTQIA+, pois frequentemente essas pessoas podem manter-se apenas nessa “surdina”. Ao mesmo tempo que sua existência pública deve ser negada, reafirmam-se as condições de normalidade e normatividade pela oposição à diversidade de corpos e sexualidades possíveis.

Quando os *Bichos* de Lygia Clark são dotados de lâminas ou quando as joias tornam-se bélicas, Parayzo apresenta possibilidades dos sujeitos LGBTQIA+ romperem dos armários, becos e vielas penumbres: estratégias de sobrevivência e resistência.

Em um cenário de repressão, onde a diversidade é condenada ao desaparecimento e ao silêncio – para utilizar das palavras de Foucault – abordar feminismos e pessoas LGBTQIA+ constitui-se como estratégias de resistência ou resiliência. Para falar disso, artistas às

SUMÁRIO

vezes recorrem à naturalidade ou informalidade de uma mesa de manicure. Como afirma Adriano Pedrosa, encontram-se nesta convergência temas “complexos, polêmicos e atuais” (Adriano PEDROSA, 2017, p. 7), que exigem polifonia e abertura à diversidade.

No catálogo da exposição *Histórias da sexualidade* (2017), Pedrosa acresce a escolha da expressão histórias em contraponto com a escolha de Foucault em 1976, pelo termo história, no singular. Isso se dá pelas diferentes esferas da vida humana, áreas do conhecimento e atravessamentos que a sexualidade se envolve.

Nosso título é plural (diferentemente do título do célebre livro de Michel Foucault), apontando para histórias múltiplas, diversas e polifônicas, histórias abertas, inconstantes e em processo, histórias em fragmentos e em camadas, histórias não totalizantes nem definitivas. ‘Histórias’ em português (diferentemente do que ocorre no inglês, em que os termos ‘story’ e ‘history’ denotam usos específicos); afinal, abarcam tanto a ficção quanto a não ficção, as narrativas pessoais e políticas, privadas e públicas, micro e macro. As histórias da sexualidade, por sua vez, compreendem a história do corpo, do erotismo, da nudez, da prostituição, da pornografia, do gênero, do ativismo, das questões LGBT e kuir, dos feminismos. São histórias que se intercalam com a política e a sociologia, a medicina e a psicanálise, a antropologia e a arte (PEDROSA, 2017, p. 7).

Não obstante, *Histórias da sexualidade* também poderia ser histórias das sexualidades.

Ao abordar questões como estas Lyz Parayzo responde às pesquisas apresentadas no início do texto, que sublinham a necessidade de reparações históricas que se somam não só para com pessoas LGBTQIA+, mas considerando outras estruturas opressivas na sociedade – interseccionalidade. Responde, também, às inquietações que têm animado as lutas por direitos nos movimentos LGBTQIA+ desde as décadas de 1960.

SUMÁRIO

De acordo com Amélia Jones (1961-) e Erin Silver¹⁶¹, a rebelião de Stonewall, já no final da década de 1960, foi um dos primeiros marcos das lutas da comunidade LGBTQIA+ contra instituições e a repressão (Amelia JONES; Erin SILVER, 2017, p. 247). Estas lutas estavam permeadas de intencionalidades, por direitos sociais, liberdade sexual e de gênero, igualdade étnico-racial, contra a discriminação, contra a segregação, contra o desinteresse e passividade dos governos diante da crise da AIDS.

Ao longo das décadas de 1980 até os anos 2000 algumas exposições destacaram-se como espaços da arte comumente considerados abertos a diferentes sexualidades e gêneros¹⁶². Nestas exposições é possível perceber como a hegemonia na história da arte foi e é contestada por diferentes artistas e curadorias, por meio de produções artísticas e exposições dissidentes. São importantes marcos no campo artístico, pois a repressão já imposta sobre corpos e subjetividades LGBTQIA+ encontra outra força, mais uma, nos meandros da arte.

A negação da existência que este grupo sofre replica-se nos espaços e instituições de arte, onde se encontra – como se percebe na pesquisa de Bruno Moreschi – uma censura acentuada da abordagem desses temas. A invisibilidade que ocorre nas instituições de ensino e historiografias para com essas pessoas, ocorre também na arte, na medida em que abordar sexualidades e gêneros dissidentes

161 Amélia Jones nasceu em Durham, Estados Unidos, em 1961. É historiadora, teórica e crítica de arte e professora da Roski School of Art and Design da Universidade do Sul da Califórnia. Dedicou-se, especialmente, à arte feminista e os atravessamentos das políticas sociais no campo artístico. Erin Silver é professora-assistente no Departamento de História da Arte da Universidade de British Columbia. Dedicou-se à história *queer*, feminista e aos estudos de performance e ativismos.

162 Considero relevante e útil citar para quem se interesse algumas dessas exposições que, na perspectiva de Amélia Jones e Erin Silver, se destacam na instauração de um espaço artístico e expositivo um pouco menos excludente: *Extended sensibilities: homossexual presence in art contemporary* (1982), *In a different light* (1995), *Love and democracy: reflexions on the homossexual question in Poland* (2005-2006), *Gender battle: the impact of feminism in the Art of the 1970s* (2007), *Aqui no hay virgenes: queer latina visibility* (2007), *Shared women* (2007) e *Gender check: femininity and masculinity in the Art of Eastern Europe* (2009-2010) (JONES; SILVER, 2016).

SUMÁRIO

são ainda considerados tabus. A censura de exposições – que ocorreu nas décadas de 1960 e 70 e vez ou outra toma os noticiários e redes sociais atuais – segue produzindo certa higienização dos espaços expositivos, mantendo muitas vezes as questões LGBTQIA+ apartadas dos circuitos artísticos.

Paul Beatriz Preciado (1970-)¹⁶³ chama as diferentes sexualidades e gêneros de *multidões queer* (2019).

Por oposição às políticas ‘feministas’ ou ‘homossexuais’, a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’ (Paul B. PRECIADO, 2019, p. 420)

A expressão multidão *queer* aparece na obra de Paul Preciado desde o início do século e em 2003 recebe mais atenção com o texto de mesmo nome, *Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”* (publicado em 2003, utilizo aqui uma edição de 2019)¹⁶⁴. Preciado situa os estudos queer no âmbito de uma teoria e ação política que alcança e contempla a multiplicidade de corpos e identidades que fogem da idealizada normalidade.

As supostas “minorias” ao redor do mundo unem-se contra os diferentes regimes de poder que as subjugam. Para Preciado, no campo da biopolítica, a sexopolítica é uma das tecnologias mais eficientes de dominação, atuando no sexo, órgãos “sexuais” e práticas sexuais; na masculinidade e feminilidade, nas identidades sexuais normais e desviantes (PRECIADO, 2019, p. 421). Ainda na esfera da biopolítica, a heterossexualidade está para além de uma prática sexual, mas surge como um regime ou tecnologia que opera e sustenta os discursos e sistemas dominantes.

163 Paul B. Preciado nasceu em Burgos, Espanha, em 1970. É filósofo e escritor, formado em teoria da Arquitetura pela Universidade de Princeton. Dedicou-se aos campos de gênero, feminismo, biopolítica e sexopolítica.

164 Em 2002, Paul B. Preciado, nascido Beatriz Preciado, publicou o *Manifesto Contrassexual*.

SUMÁRIO

Preciado distingue biopolítica de sexopolítica. O segundo deriva do primeiro; a sexopolítica aprofunda a noção de biopolítica originada em Michel Foucault. Para Preciado, a biopolítica de Foucault produz as formas e disciplinas que orientam os corpos e identidades, no entanto não considera a potência política de corpos e identidades “anormais”.

A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer (PRECIADO, 2019, p. 424).

A sexopolítica de Preciado, aprofundando a biopolítica de Foucault, considera para a multidão *queer* a possibilidade de interferir nas tecnologias que produzem corpos e produzem as subjetividades sexuais. Propõe, deste modo, que a multidão *queer* desnaturalize ou, em suas palavras, “desterritorialize” a heterossexualidade.

A desterritorialização pressupõe a compreensão de que indivíduos da multidão *queer* estão em diferentes locais de produção de subjetividades, bem como diferentes sistemas opressivos/normativos. Dentre as estratégias políticas de desterritorialização estão a “‘desidentificação’, identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual” (PRECIADO, 2019, p. 425).

Entende-se por identificações estratégicas ou desidentificações ou, ainda, identificações negativas, as expressões comumente oriundas de termos pejorativos ressignificados como lugar de orgulho e resistência – como ocorre com *queer* ou com *bixinha*, na obra de Lyz Parayzo. Preciado cita, dentre essas expressões, as “sapatas” e “bichas”, lugares de identificação que resistem à normalização.

A resistência à normalização ou repressão expressa-se em práticas de subversão dos discursos anátomo-medicinais ou dos padrões do corpo na pornografia. Práticas essas que Preciado chama

SUMÁRIO

de *Desvios das tecnologias do corpo*. Desviar as tecnologias do corpo, resistir à normalização, desidentificar, parece ser uma das tônicas da obra de Preciado. Tais ações dizem respeito não apenas a resistir aos processos de subjetivação e produção de corpos que moldam cada pessoa, mas refere-se também, como o autor indica, a uma volta epistemológica nas formas como se constrói e comunica o conhecimento.

A tomada da palavra pelas minorias queer é um advento mais pós-humano do que pós-moderno: uma transformação na produção, na circulação dos discursos nas instituições modernas (da escola à família, passando pelo cinema ou pela arte) e uma mutação dos corpos (PRECIADO, 2019, p. 427).

Essa “reviravolta epistemológica” aparece em relação ao feminismo e as críticas a este apontadas pelo feminismo negro, chicano e lésbico. E, aparece em relação aos movimentos gay e lésbico e as críticas a estes, que circulam no campo da conformação de identidades aos moldes heterossexuais – em especial quanto a lutas por direitos civis, casamento, adoção, compartilhamento de patrimônio e planos de saúde.

Tanto a noção fixa de mulher daquele feminismo, quanto as identidades homossexuais cis, não contemplavam a multidão de corpos e subjetividades sexuais que sempre existiram e ganham visibilidade no final do século XX. Neste sentido, Preciado reafirma a noção política da multidão *queer*, que não se pauta na diferença sexual, mas na “multidão de diferenças”.

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são ‘representáveis’ porque são ‘monstruosas’ e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos ‘normais’ (PRECIADO, 2019, p. 429).

Nos estudos e políticas *queer* percebe-se: a multiplicidade de corpos e subjetividades que compõem a multidão *queer*; os debates

SUMÁRIO

acrescentados pelos estudos *queer* ao feminismo e aos movimentos gay e lésbico; o aprofundamento da biopolítica foucaultiana, com um maior crédito à potência política dos corpos e subjetividades que compõem a multidão *queer*; e, as diferentes estratégias de resistência à normalização ou tecnologias homogeneizantes do corpo.

Na perspectiva de Foucault, falar sobre sexo abre margem para certo sentido de transgressão:

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei, antecipa, por menos que seja, a liberdade futura (FOUCAULT, 2020a, p. 11).

Ao colocar gêneros e sexualidades dissidentes na centralidade da obra de arte, Parayzo agencia uma possibilidade de liberdade futura. Na última obra de Parayzo analisada neste texto – *Slut terrorist #1* (2018) – temos uma ação em que são distribuídos 10 mil panfletos com a imagem de Parayzo junto da oferta de serviços sexuais ou políticos.

Dentre esses serviços podem ser lidos nos anúncios a disponibilidade de Parayzo de debater sobre ativismos e gêneros – “aulas de feminismo e ideologia de gênero”, ou para serviços sexuais – “deliciosa, carinhosa”, além de “execução de vingança pelos povos nativos ancestrais”, entre outros. No entanto, o endereço e telefone de seu serviço é, na verdade, os de instituições de arte. Nesse ponto, Parayzo utiliza-se do tom da prostituição para afirmar o endereço de seu corpo e sexualidade nos espaços da arte.

Opondo-se às estratégias de ocultamento de gêneros e sexualidades na história da arte, como ocorre há muito, Parayzo reafirma o seu lugar e o lugar de seu corpo na esfera artística. Mas, não somente, também na esfera da produção de conhecimento e no espaço institucional como um todo. Considera-se nessas obras estratégias de

SUMÁRIO

resistência e dissidência contra a repressão, que Foucault colocará como lugar daquilo em que não há nada para se dizer, nem para ver, nem para saber. Faz-se o caminho contrário, já que há ainda muito o que dizer, ver e saber.

Há, ainda, centenas de artistas e obras cuja censura e os dispositivos que operam historicamente na sociedade “condenaram ao desaparecimento”, retomando as definições de opressão, presentes em História da sexualidade (FOUCAULT, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d). A profanação destes dispositivos através da arte, deflagra a obra de arte ou a exposição artística como um contra dispositivo que resistente à hegemonia encontrada nas pesquisas sobre a história de arte, que demonstram a atenção voltada para a produção de artistas homens, europeus, brancos, cisgêneros e heterossexuais (HISTORIADA-RTE, 2017).

CONSIDERAÇÕES

O trabalho de Lyz Parayzo pode ser lido à luz de categorias presentes na obra de Michel Foucault. Dispositivos, como são as instituições, podem reafirmar os processos repressivos que Foucault questiona e descentraliza, mas estes locais de produção de sujeitos, através das obras de Parayzo podem, também, tornar-se espaços de resistência e dissidência.

Bixinhas, Joias bélicas, Gargantilha lança, Top dentado, Manicure política e Slut terrorist #1 são algumas das obras de Lyz Parayzo que respondem às estratégias de assassinato simbólicas e físicas trazendo para o campo da arte objetos que tem significados característicos dentro da comunidade LGBTQIA+, como a gilete.

Essas obras resistem à higienização na produção do conhecimento, que perpassa o apagamento de gêneros e sexualidades

SUMÁRIO

dissidentes na sociedade e que mantêm a homogeneidade de artistas e assuntos que conseguem visibilidade nos sistemas artísticos. Converte, neste sentido, com as reivindicações lembradas no início do texto, e que desde a segunda metade do século XXI, têm sido construídas.

Enquanto a repressão, na obra de Foucault, é caracterizada pelo apagamento e silenciamento de gêneros, sexualidades e subjetividades dissidentes, a obra de arte constitui-se como um processo possível de gerenciar resistências, ativismos e lutas políticas, estéticas e artísticas dentro e fora do meio artístico. A presença do corpo trans na galeria de arte, oferecendo toda sorte de serviços políticos ou sexuais, anima e vai ao encontro de lutas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ pela visibilidade destas pessoas na produção acadêmica, na produção da arte, por fim, até mesmo nos livros que compõem bibliografias básicas na formação em nível superior no Brasil.

Artistas como Lyz Parayzo, no enfrentamento aos dispositivos por meio da arte, elaboram estratégias de resistência, sobrevivência e ativismo, pautadas pelas lutas LGBTQIA+ no país que mais mata essa população. Relacionam-se, em última análise, com as categorias propostas por Michel Foucault em *História da sexualidade* (2020a), talvez uma das referências mais iniciais nestes termos, mas longe de ser a única, como acompanhado no texto pelas palavras de outras autoras e autores. Percebe-se, por fim, a indissociabilidade entre arte, sexualidade, política e ativismo nas produções artísticas observadas.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA DA _RTE. Página da pesquisa de Bruno Moreschi em 2017. Disponível em: <http://historiada-rte.org/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SUMÁRIO

AGAMBEN, Giorgio. **O homem sem conteúdo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARTRIO. Marketplace / artists / Lyz Parayzo. Disponível em: <https://artrio.com/marketplace/artists/view/lyz-parayzo>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CARGO COLLECTIVE. Lyz Parayzo. Disponível em: <https://cargocollective.com/lyzparayzo/Proteses-Belias>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CASA TRIÂNGULO. Página artistas / Lyz Parayzo. Disponível em: <https://www.casatriangulo.com/pt/artista/53/lyz-parayzo/trabalhos/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020c.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4**: as confissões da carne. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020d.

JONES, Amélia; SILVER, Erin. História da arte feminista queer, uma genealogia imperfeita, 2017. *In*: PEDROSA, Adriano; MESQUITA, André (org). **Histórias da sexualidade**: antologia. São Paulo: MASP, 2017. p. 240-271.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 396-409.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. Histórias da sexualidade: catálogo / curadoria, Adriano Pedrosa, Camila Bechelany, Lília Schwarcz e Pablo León de La Barra; organização, Adriano Pedrosa e Camila Bechelany. São Paulo. 2017. **Catálogo da exposição Histórias da sexualidade**. São Paulo: MASP, 2017.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. Histórias das mulheres, Histórias feministas / organização editorial Mariana Leme, Adriano Pedrosa e Isabella Rjeille. Curadoria Histórias das mulheres de Julia Bryan-Wilson, Mariana Leme e Lília Moritz Schwarcz; curadoria Histórias feministas

SUMÁRIO

de Isabella Rjeille. São Paulo. 2019. **Catálogo das exposições Histórias das mulheres, Histórias feministas**. São Paulo: MASP, 2019.

PEDROSA, Adriano. Histórias da sexualidade no MASP. *In*: PEDROSA, Adriano; MESQUITA, André (org.). **Histórias da sexualidade**: antologia. São Paulo: MASP, 2017. p. 6-9.

PRECIADO, Paul Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 420-430.

PRÊMIO PIPA. Pipa Instituto, 2020. Página artistas / Lyz Parayzo. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/pag/artistas/lyz-parayzo/>. Acesso em: 09 fev. 2021.





3

OUTRAS
POSSIBILIDADES,
PRÁTICAS,
MODOS
DE (R)EX(S)ISTIR



22

Daiana Moura

Diáspora

Diaspora

Diáspora

INTRODUÇÃO

Afro-brasileiras

Mães, irmãs, esposas
anônimas mulheres guerreiras
força move pensamentos passos
gerações foram às ruas
lutas
sustento
dignidade
sonho melhor

avós, mães, tias
aves Marias
aves marinhas
silêncio e anonimato

Presença
voz de contínuas esperanças

banir pesadelos
da vida do país (Miriam ALVES, 2008, p. 99)

Falar deste trabalho é falar da minha trajetória, dos meus trânsitos, da minha existência como artista preta, corpo afrodiáspórico que ginga em meio aos jogos do mundo artístico majoritariamente branco no interior de São Paulo.

Durante o processo de criação da dissertação *Mulher Negra e(m) cena: performances, encontros e utopias* (2019), inúmeras questões sobre essa convivência e as agências necessárias foram se intensificando. Para dar conta das angústias e celebrar as alegrias do processo acadêmico foi urgente a criação de algumas obras performativas. *Diáspora* é parte desse emaranhado e se configura como um desague... É o desague em arte, uma ramificação da pesquisa teórica, uma práxis, um mapa afetivo que localiza e encadeia alguns pontos da

SUMÁRIO

trajetória de pesquisadora entre fronteiras (gênero, raça, classe, arte, educação, militância).

O solo *Diáspora* foi criado para a edição Territórios do Projeto Experimenta Som, que promovia encontros criativos e parcerias entre com artistas da cidade de Sorocaba. Quatro artistas foram convidadas para discutir territórios geográficos, afetivos e subjetivos. Loucura-maternagem-diáspora-subjetividade... Corpos dissidentes em busca de comunicar através da performatividade suas pesquisas. O principal argumento deste processo foi o hibridismo das linguagens: pessoas de diferentes mundos criando juntas e dialogando a partir dos próprios trânsitos. O resultado foi uma mostra de performances, o local escolhido foi o estacionamento, no subsolo do Sesc Sorocaba; o lugar em si denotava o tom da proposta. O subsolo, a camada profunda, o espaço onde as marcas se encontram e dançam sem hierarquias e sem julgamentos. O lugar dos sonhos e dos pesadelos.

Eu decidi falar de diáspora como um lugar físico, econômico, artístico, espiritual e metafísico ao mesmo tempo. Estudando as ideias de trânsito e migração dos corpos negros nas diásporas, mas também pensando no não-lugar, no não dito, nos aspectos ocultos e profundos causados por nunca encontrar porto, por não pertencer à África, mas ser afrodescendente, e também não pertencer as Américas e ao Brasil, constantemente a sensação de ser pária, apátrida por conta da segregação racial imposta pelos processos coloniais e pelo racismo. É uma busca por desaguar em arte, respirar, descanso e poesia.

A paixão e a inspiração que moveu a criação deste solo se encontram nas imagens do documentário *Ori* (1989), de Beatriz Nascimento e Raquel Gerber. O modo como Beatriz narra o mar, o ori, o corpo-mapa e todos os detalhes e emaranhados da existência de mulher negra artista, pesquisadora, poetisa, encantam e são referência, espinha dorsal e consistência teórica para meus processos criativos.

SUMÁRIO



Figuras femininas de força, de poder e de amor possibilitaram a tessitura de referenciais de mulheres negras que questionaram, que quebraram barreiras e que não aceitaram os lugares que lhes foram impostos. Mulheres que colocam em xeque o próprio conceito de mulher e que confrontam as bases coloniais que outorgam as mulheres de hoje lugares de subalternidade e inferioridade.

Histórias de orixás femininos, de lideranças, de mulheres históricas como, mulheres periféricas como... foram fundamentais, não só para a criação artística, mas também foram nutrição a força motriz para conseguir concluir o processo de pesquisa acadêmica com todos os “nós” postos as pessoas negras bolsistas e cotistas. Se falamos de “nós”, falamos de tensão, de conflito, de contradição e disputa de forças.

Nas imagens do solo, essas forças estão expressas em alguns momentos onde o corpo dança suavemente – como que acompanhando as ondas de um mar sereno, remanso – e projetado em sua pele cenas de ordem de discussão política: tanques de guerra, explosões de bombas aéreas, jovens negros protestando nas ruas, lideranças negras encarceradas cartazes e faixas com palavras de ordem.

O poema epígrafe, que inspira o nome da roda de conversa de que participamos no evento, nos parece uma importante ilustração poética do que trazemos para conversar.

Mães, irmãs, esposas
anônimas mulheres guerreiras
força move pensamentos passos
gerações foram às ruas
lutas (ALVES, 2008).

O encadeamento das palavras desenha o correr da história das mulheres afrodiáspóricas. Pontuar as questões de gerações de mulheres que foram às ruas em busca de direitos é de suma importância. Reescrever a recontar a história tendo em vista essas lutas que foram

SUMÁRIO



silenciadas e sufocadas de inúmeras maneiras pela colonialidade é um ponto que move o discurso e o ato artístico do solo.

O solo é um diálogo multimídia, que discute o conceito de Diáspora em convergência com o corpo em dança. O corpo da mulher negra (trans)criando a própria existência na diáspora brasileira. Reinventando movimentos, estéticas e poéticas através da cultura e da arte, confrontando o “lugar de negro” estabelecido pela sociedade.

O trabalho concebido em 2019, antes da pandemia de covid-19, tem a duração de quinze minutos e foi criado a partir dos trânsitos e vivências em danças de matriz afro-brasileira (capoeira, samba de roda, tambor de crioula, jongo, batuque). Em 2021, surge a urgência de repensar esse projeto com os recursos disponíveis no cotidiano pandêmico: o quintal de casa, um projetor e o desejo de se aproximar das potencialidades da casa-mar estando no interior de São Paulo.

A transformação de uma performance em dança em um vídeo-dança foi um desafio vencido graças ao suporte e o olhar sensível da edição de Bruna Machado, que fez nascer uma nova diáspora, um novo trânsito. O que temos então é uma versão do solo, um ato artístico, uma dança para respirar e se conectar com a casa-mar.

RODA DE CONVERSA:
VOZ DE CONTÍNUAS
ESPERANÇAS, BANIR
PESADELOS DA VIDA DO PAÍS

Apresentar esta versão do solo *Diáspora* em vídeo no Fazendo Gênero como um ato artístico, foi um movimento de respiro, cura, aquilombamento. Durante a pandemia as memórias e a saudade das

SUMÁRIO

brincadeiras, o desejo de encontro e de presença, causou inúmeros encargos para a saúde. De modo que vivenciar o belo evento, encontrar as malungas na roda de conversa e poder falar de arte na presença tão acolhedora de outras mulheres negras foi um verdadeiro bálsamo e um impulso para a pesquisa.

Foi inspiração e aprendizado. Registramos e documentamos em agradecimento às pesquisadoras participantes da roda de conversa. A mediação da roda foi feita pela atriz, cantora e compositora, mestra Thuanny Paes. A Doutora Alexandra Alencar, representando o Movimento Baque Mulher de Florianópolis; a Mestra Sheila Campos, artista autora do documentário *IRÔ – Violência Obstétrica contra mulheres negras* (2016) – não pôde comparecer. No entanto, o vídeo que ficou juntamente com os outros disponível na página do evento suscitou comentários interessantes. A importância da roda de conversa foi reiterada diversas vezes, foi perceptível a alegria de todas as participantes por estarem juntas, todas pesquisadoras negras. O acolhimento, o cuidado, o apoio e as trocas foram fundamentais e é necessário frisar que a mesa foi a expressão da filosofia Ubuntu. Mesmo a distância houve calor e muita amorosidade. A sensação de pertencimento foi algo verbalizado, sentimos a academia aquilombada. A abertura de espaços como esse, de troca e produção de conhecimento é algo extremamente urgente e salienta o quanto essa possibilidade de encontro é transformadora.

CORPO TERRITÓRIO POÉTICO

O solo *Diáspora* foi criado em um momento de transições extremas na vida pessoal e acadêmica. A dança foi surgindo na sala da minha própria casa. Uma série de questionamentos e a emergência de respirar, expressar a própria dor e as próprias buscas.

SUMÁRIO

O emaranhado de referenciais e experiências acadêmicas somado às experiências pessoais foram sendo registrados em um caderno de poesia. Ao ler essas escritas poéticas alguns pontos pareciam estar costurados. A ideia de trânsito, de transformação, de des-construção, relação com a natureza e com a ancestralidade negra, pareciam estar orbitando o processo.

Ao aceitar o convite para compor o Projeto ExperimentaSom, a ideia de discutir territórios através do movimento e da poesia foi se encorpando. Os movimentos iam do papel para o corpo e do corpo para o papel. Ao analisar esse processo criativo entendo o quanto não é possível separar a poesia da dança.

Inúmeros textos foram levantados, rascunhados, desenhados, papéis soltos, sequências coreográficas repetidas e algumas abandonadas. As vivências nas culturas e brincadeiras tradicionais como o jongo, o samba de roda e a capoeira também favoreceram a atmosfera de poética.

Diante de tantos pesos que a palavra diáspora possui, de tantos impedimentos e violências a que o corpo negro vivencia, é urgente permitir-se a brincadeira, a ginga, o riso e o sonho. O aspecto da resistência emerge na cena que se propõe híbrida. Um corpo dança e brinca, um pé descalço na terra, braços leves e soltos, uma saia que gira sem culpa e sem peso cria formas no ar. O corpo aciona um território onde a alegria e a vida plena são possíveis. Ao mesmo tempo, as imagens projetadas configuram uma miscelânea de vozes, de formas, de cores e sons que vão da travessia do mar, ao caos e ao excesso do mundo urbano contemporâneo, até a força da vida rasgando a terra no nascimento dos girassóis em movimento acelerado, urgente e poético.

Compartilho a seguir alguns dos escritos poéticos que se cruzam com a criação da movimentação do solo. Algumas frases desses textos estão, inclusive, legendando trechos importantes da ação no vídeo.

SUMÁRIO

Os textos podem ser pensados como espinha dorsal da criação. As narrativas que orbitam as escritas poéticas estão de alguma maneira plasmadas na cena, seja como legenda, como atmosfera, como roteiro, como ideia.

CORPO-MAR

corpo-mar

(há descanso entre o fluxo das ondas?)

casa-mar

buscas pelos ossos ancestrais nas areias escuras.

corpo-canto

como se canta embaixo d'água?

como se compõe nos escombros do mundo seco?

corpo-híbrido

híbrida meio-seca meio-mar meio-continente meio-atlântica

cânticos aquáticos, aquosos, secos, brutos e melados de lama

cânticos de vento

sopros de novos mundos

sopros de novos corpos

corpos de novos sopros

corpo-mar

DIÁSPORA

Dispersão

Fenômeno de migração forçada.

Explicação para o inexplicável processo de sequestro morte e espoliação

Massa de Corpos dilacerados e dilacerantes

Termo hoje ressignificado pelos descendentes de mais de doze milhões de negros e negras

Perda de territórios – Criação de novos territórios

Territórios que precisam ser conquistados – violência!

Territórios simbólicos, afetivos, internos

Translado – Transformação – Troca – Transmutação

Transfiguração do novo

Fraturas de espaço tempo

Abrindo frestas para o pluralismo e diversidades

Destruição – Demolição

Desabamento como devir de

Criação – Composição – Construção

Quanto precisamos dismantelar da história que conhecemos para deixar o novo nascer?

Quanto precisamos ainda demolir para alcançar a vida?

Quanta beleza estabelecida incineraremos para enxergar o profundo do belo?

Quais belezas nossas o mundo escuta?

Como encontramos os ossos ancestrais e nossos DNAs dissolvidos nas areias escuras?

PORTAIS

É no ranger dos tijolos e no estardalhaço dos pedaços que se criam mundos possíveis...

É nos nervos pesados de pensamentos que fazemos dançar a gestação da ideia-vida...

Nos microfragmentos que conseguimos despedaçar moram informações, símbolos e chaves para os portais da criação.

Beatriz Nascimento coloca o ser negro como um corpo-documento.

Um corpo território, registro da história e do devir!

Ser dilacerado e dilacerante.

Ser de metades, de perguntas e de incompletudes.

(metades em fronteira terrestre, metades que serenam no mar, metades que voam invisíveis, metades que se agitam nas chamas)

Sempre trânsito de ideias

Um corpo é uma série de pedaços-perguntas que configuram uma busca

ser-mais

ser-semente

ser apenas...

Se estamos quebrados quantos e quais pedaços precisamos juntar?

Em quais escombros da história encontraremos as sementes?

Como escutaremos os nossos próprios cantos que vêm do mar abissal?


Abaixo dos restos deterioram no fundo do oceano quiçá estejam DNAs de pistas...

Migro

SUMÁRIO

Eu migro incessantemente
de uma coisa para outra
e de outra para uma coisa
e de coisa para ser
e de ser para existir
e da existência para sua expansão
expandindo
Mapa Mundi
Eu adoro olhar
E ver a costa do Brasil
Se entregando na cama do mar
Para o colo da África
Fecho o olho e imagino
O abraço de África
Cobrindo a costa brasileira do mais
Rico e ético e idílico amor
as duas de conchinha repousando serenas sem sombra de rancor
As placas todas tremelicando
As ondas nos aproximando
Fronteiras frágeis caindo
Com o rugido do bravio terremoto do maremoto do tsunami
O caos instalado
Com tantos abraços dados


SUMÁRIO



E a terna América
Se amando e gemendo
Calorosos brados
Ecoando pelo mundo
Como que dizendo: somos o sul
O mais miserável
Dentre os miseráveis mundos
Que há dentro do mundo
Mas neste planisfério azul
Não há mais calor e mais amor que abaixo de nossas nuvens e sobre
nossa terra quente
e grávida sempre
Solo louco e profundo
tão cheio de muros e dentes de facas e foices
que entalam e sufocam os exauridos viventes
Também divago na transa sutil e mansa e leve
vagaroso e gostoso amar
Que o Panamá faz quando encosta na Colômbia Bela imagem
E é nessa ponta que mora a ponte Central com a Sul e se tocando
irradiam linhas invisíveis brilhos intensos
Cheiros, sabores, sementes e cores
Correndo como o iluminado sangue
que a vida do corpo-américa fez.
Medo, pena e certa angústia eu carrego

com o corpo grande e pesado dos EUA segurando firme e rude
todo o dorso do México
E essa costa corpo-vivo berra e anseia
novas páginas nos livros
E daí para cima não tenho desejo
Daí para cima o mundo parece o mais impiedoso cruel e vergonhoso
Gelado polo
dos relacionamentos abusivos
De mais a mais
O que realmente me enche de somas e de sonhos
é pensar em entrar
bem rapidinho por Portugal
– entendendo que tudo deles que há de belo lá
Pertence a nós
Aos nossos avós daqui
Daí caminhar pela Espanha
Por que descendo
tem o rumo mais certo
A Espanha dá um selinho em Marrocos
E de lábios trêmulos e marejados olhos meus pés cruzam o mundo
E voltam para a terra mãe
são as cores, as tintas, os gritos
Os lenços esvoaçantes que me lembro sem nunca ter ido
mas eu sei que é por ali que meu coração inicia novo bater

SUMÁRIO



Descendo e auscultando
Os velhos sempre novos tambores que guiam a vida
Mesmo quando silenciam
Murmuram em salamaleicos vibram em “uis” e “mercis”
Porque toda gente
Assim como toda terra sempre viva
Sabe bem de onde
Como
E porque tudo começou
É assim que eu danço os amores
e os conflitos do mundo
Pensando nos beijos e abraços
No vibrar da minha terra
Que aquece minh’alma
Que alivia meu cansaço de tão árida
nem deixa a lagrima cair no chão
As águas que secam a meia face
sabem que nem deveriam nem poderiam existir
não haveria razão
motivo ou circunstâncias
na história que pudesse aceitar
o meu lamento
que é o lamento mesmo da terra

SUMÁRIO



(da minha)
(que é de todos)
que é passagem apenas
e nada mais
Olhando a bola
– ainda que a desejem plana
que num incessante girar sobre si mesma
E por outros maiores espaços ganhar
Quando penso nas porções de elemento terra
que a terra tem
Desejo estar lá
e lá pisar
e lá habitar
nem que por instantes
e sinto na densidade dela
que ela sou eu
e eu sou ela
e que ela não me pertence
como eu não pertencço a ninguém
– sou também passagem
Que permitam as deusas
de todas essas terras
que a Terra divinou para si que eu possa criar

SUMÁRIO



e adivinhar
nela mesma o desenho dos meus pés
deles dois, cheinhos de dedos
E não dos sapatos
Desenharei a pegada mais leve
E mais grata
mais terna
e mais gentil
em cada uma dessas porções de américas e áfricas
que de ninguém são
sendo de todos ao mesmo tempo só por ir
só por estar nelas e assim em mim
que me permitam essas mesmas deusas
que eu nunca machuque
que minha mão nunca em sangue de nenhum povo se suje
que nenhuma ruindade minha cause maldar
Que meu corpo e minha arte sorem semeares
de risadas boas, amores críveis e profundos pensares
sobre as dores
para que possam cessar e sobre justiça que venha sem tanto tardar
que de sonho em sonho meu eu se espalhe
que meu leve pisar seja cura
seja o elo que junta as peles para cicatrizar as feridas

SUMÁRIO

tão abertas tão grandes
tão expostas e tão doídas
Assim fazendo
as deusas também permitirão
- eu sei porque nós nos sabemos juntas
que cada pedaço de terra
que cada porção de chão
conhecido ou não
seja barro mole ou duro
que num (n)ovo molde
transforme e cole
também (e com as graças delas)
as feridas do meu coração

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer a palavra “diáspora”, seus pesos, seus contornos, seus trânsitos e significados para o corpo, uma imensa gama de atravessamentos se abre. Pensar dançando e dançar pensando as questões do corpo afrodiásporico foi um caminho que encontramos para seguir em busca de processos transformadores e emancipatórios.

Retomamos o início desta reflexão onde colocamos Beatriz Nascimento como a inspiração desse processo criativo. Pensar o corpo-mapa, o ori, a travessia do atlântico e o que foi criado nesses trânsitos nos interessa, e nos move poeticamente. A roda de conversa: Voz de

SUMÁRIO

contínuas esperanças, banir pesadelos da vida do país, foi um bálsamo, um acolhedor momento de encontro e respiro. Além disso, nos parece que o êxito do encontro nos impele a criar e fomentar cada vez mais espaços de fala e de escuta entre mulheres negras.

Assim como nos inspiramos em obras e teorias de mulheres negras, também nos inspiramos nesses momentos que fortalecem o processo criativo de mulheres e que constituem verdadeiros aquilombamentos, tão necessários no ambiente acadêmico.

As inúmeras estratégias afrodiaspóricas como as lutas por território, liberdade e vida, os encontros, brincadeiras e festas, assim como tantos outros exemplos, humanizam a experiência da população negra. Com o solo *Diáspora* defendemos a ideia de tornar possível, principalmente através da obra de arte, a ousadia do corpo negro em criar e contar a própria história. A teimosia e a resistência em viver cercado de beleza e poesia.

Pautar essa discussão através da arte e viver uma experiência tão potente de aquilombamento em um evento acadêmico é uma oportunidade sem igual de plantar sementes para que possamos respirar e alcançar novos projetos de sociedade, é o esforço de transformação e empreendimento de novos espaços e territórios onde a vida e a criação possam existir livremente e nos apontar pistas de caminhos respiráveis e floridos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mirian. Afro-brasileiras. **Cadernos negros 31**. São Paulo: QuilombHoje, 2008, p. 99.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Notas sobre o Luto**. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

SUMÁRIO

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000.

BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil**: discursos, corpos e práticas. São Carlos: EdUFSCAR, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GERBER, Raquel; NASCIMENTO, Beatriz. **Ori**. Dirigido por GERBER, Raquel. Roteiro Beatriz Nascimento; Música Naná Vasconcelos. Produção: Brasil. 93min, 1989.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GÓRSKA, Magdalena. **Breathing Matters**: Feminist Intersectional Politics of Vulnerability. Linköping: TEMA – Department of Thematic Studies, Linköping University, 2016.

LORDE, Audre. A Transformação do silêncio em linguagem e ação. *In*: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. *In*: RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia (org.). **Performance, exílio, fronteiras, errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002, Vol. 1, p. 69-91.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2005.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. RATTs, Alex (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RATTs, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

RATTs, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

VIEIRA, Paulo Alberto do Santos; MEDEIROS, Priscila Martins. Pela Desracialização da Experiência: discurso nacional e educação para as relações étnico-raciais. *In*: MISKOLCI, Richard; LEITE, Jorge (org.). **Diferenças Na Educação**: Outros Aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 50-100.



23

Rosa María Blanca Cedillo

La producción de la subjetividad en el arte

A produção de subjetividade na arte
The production of subjectivity in art

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96375.23

INTRODUCCIÓN¹⁶⁵

Considerando que cada exposición de arte produce el sujeto que pretende representar, el presente artículo pretende discutir los diferentes tipos de procesos de subjetivación que la *III Exposición Internacional de Arte y Género (2021)*¹⁶⁶ provoca desde su convocatoria pública, teniendo en cuenta la propuesta curatorial. ¿Cuáles son las condiciones de posibilidad de un proyecto curatorial feminista, queer y(o) de género? ¿Cómo problematizan las(os) artistas de esta exposición sus necesidades subjetivas a través del lenguaje del arte contemporáneo? ¿A qué tipo de subjetividad se dirige? ¿Cuáles son las principales preocupaciones en el contexto nacional actual y en el escenario mundial?

El proyecto curatorial de la *III Exposición Internacional de Arte y Género (2021)* surge en el campo de la investigación en Historia, Teoría y Crítica del Arte (HTC), en diálogo con estudios de área como estudios feministas y de género.

¿Cómo opera el arte para la producción de la subjetividad y el desplazamiento identitario? Ha sido una de las problemáticas iniciales para la investigación y configuración de la muestra. No se pretende agotar este cuestionamiento. La muestra es sólo un camino. Faltan varios desafíos que quedarán pendientes y que difícilmente serán emprendidos, respondidos o resueltos.

A continuación se intenta describir la relación entre arte y subjetividad, teniendo como base las indagaciones de historiadoras(os) y teóricas(os) del arte y de los estudios de género. Se está empleando la

¹⁶⁵ El artículo hace parte del Proyecto de Investigación Arte en los márgenes: extranjeridades y (des)localizaciones.

¹⁶⁶ La *III Exposición Internacional de Arte y Género*, bajo curaduría de Rosa Blanca, forma parte del XII Seminario Internacional Haciendo Género 12 (2021). La muestra ha sido efectuada en el Espaço Cultural Armazém Coletivo Elza (Florianópolis, Brasil), galería coordinada por Juliana Crispe.

SUMÁRIO

noción de subjetividad en el arte como el modo de expresión personal, particular y distintivo de un(a) sujeto, incluyendo conocimientos de sí, actitudes, deseos, necesidades, emociones y afectos definidos o indefinidos, autorizados o proscritos.

En la primera parte se discute la producción de la subjetividad en el arte, enfatizando la relación de la teoría institucional del arte y la identidad. Para ello, se esboza la relación que guarda la constitución de la identidad en el arte a través de las instituciones artísticas y culturales. Luego, se estudia el papel de las prácticas curatoriales queer, feministas y/o de género en las instituciones artísticas.

En la segunda parte se estudia la inserción del proyecto curatorial en la perspectiva feminista, para la expansión de la subjetividad en el arte, tomando en cuenta la experiencia del proyecto curatorial de la III Exposición de Arte y Género. En la tercera parte se desarrollan las consideraciones finales.

LA PRODUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD EN EL ARTE

La teoría institucional del arte y la identidad

Antes del Iluminismo, el poder femenino ha sido visible en los espacios públicos y en los salones de arte. Las academias de arte europeas, como la *Académie Royale* en París, han tenido entre sus miembros a artistas mujeres, dando lugar a un lenguaje feminizado del arte (Whitney CHADWICK, 2002). Con la revolución francesa y la presumible sexualidad lesbiana de la reina Maria Antonieta (Lucia GUERRA, 2011), surge una aversión contra mujeres, asociándose aristocracia con feminidad y homosexualidad. Filósofos iluministas como Jean-Jacques

SUMÁRIO

Rousseau usan categorías como “ideología femenina”, aconsejando la desvalorización de lo femenino (CHADWICK, 2002). En sus publicaciones, Rousseau intenta iniciar un proyecto de confinamiento de mujeres en el espacio doméstico, insinuando el derecho de hombres sobre mujeres (1759). No va a ser por acaso que el arte neoclásico será abrazado por la Revolución Francesa, sobresaliendo pinturas donde se pretende resaltar intencionalmente el heroísmo masculino en el espacio público y se intenta subalternizar lo femenino al recluirlo en el espacio privado.

La influencia ideológica del arte francés neoclásico ha tenido repercusiones en Brasil. Herederos del arte neoclásico hacen parte de la Misión Artística Francesa invitada por el Rey D. João VI para la instauración de la primera academia de artes en Brasil, bajo el nombre de Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), en 1826. Con la proclamación de la república, en 1889, la institución pasó a llamarse Escola Nacional de Belas Artes, en 1890.

Hubert Locher explica que “la ciencia del arte se constituye como una instancia productora de subjetividad” (2012, p. 1) a través de la proposición de un concepto de imagen. Para el autor, lo subjetivo está constituido por sentimientos difícilmente comunicables, pero que pueden expresarse mediante gestos, evocando una emoción sensible. Son estas emociones interiores las que designan a un individuo como tal.

Locher explica que la subjetividad es una noción moderna que emerge en el contexto de la Revolución Francesa, en el siglo XVIII, visando preservar la interioridad del individuo. La subjetividad deviene el objeto del arte moderno, confiriendo a la imagen, como cuadro u obra de arte, una relación con el sujeto. El arte se transforma en un medio del individuo burgués para cultivar su subjetividad (2012, p. 1) y de esta forma, poder configurar su identidad. Locher explica que este concepto de subjetividad será objetivado mediante exposiciones de arte, del mercado del arte y de museos de arte, es decir, la noción moderna de subjetividad se activa a través de las instituciones artísticas y culturales.

SUMÁRIO

La articulación de las instituciones artísticas y culturales y el arte es lo que George Dickie (1979) denomina, en 1974, como teoría institucional del arte, en su publicación *Art and aesthetic, An institutional analysis*¹⁶⁷. Se sugiere que la teoría institucional del arte se genera a partir del proyecto de la modernidad, dentro del contexto del Iluminismo – masculino.

Puede ser visto que la producción artística de la subjetividad es institucional.

En el siglo XIX, artistas mujeres enfrentan dificultades para tener acceso al conocimiento académico y consecuentemente a la producción artística. Las instituciones académicas de bellas artes prohíben el ingreso a artistas mujeres. Sin embargo, artistas como Berthe Morisot (Bourges, 1841 – París, 1895) participan en la primera exposición impresionista, en 1874, y Mary Cassatt (Allegheny, 1844 – Château de Beaufresne, Le Mesnil-Théribus, 1926), en 1880, visibilizando la autoría femenina en la primera muestra que se rebela contra el salón oficial de la Academia de Bellas Artes, en París, en los albores del arte moderno, en Europa. En 1881, Cassatt visualiza a la mujer y a la niña activas en el espacio público, haciendo uso de los primeros autos de la época, al pintar *Una mujer y una niña al volante* (1881), quebrantando el deseo masculino de ver mujeres pasivas trabajando en el espacio privado.

En Estados Unidos de Norteamérica, Frances Benjamin Johnston (Grafton, 1864 – New Orleans, 1952) muestra las primeras fotografías *queer, avant la lettre*. En su autorretrato de 1890, vestida como hombre y con un bigote, la artista asegura una bicicleta, haciendo una parodia de la crítica masculina de finales del siglo XIX que quería impedir que mujeres usaran pantalones para andar de bicicleta. Johnston realiza también la primera curaduría feminista, llevando obras de 28 artistas mujeres estadounidenses a la Exposición Universal de París, en 1900, en coautoría con Zaida Ben-Yusuf (Londres, 1869 – Brooklyn, 1933).

167 Obra publicada por la Cornell University Press.

SUMÁRIO

En Brasil, la artista Anita Malfatti efectúa obras consideradas controvertidas en su exposición individual intitulada *Exposición de Pintura Moderna*, en 1917-18, configurándose como la primera muestra contra el arte clasicista, lo que alimenta la misoginia de la crítica de arte, como la del escritor José Bento Renato Monteiro Lobato (1917). La exposición de Malfatti conduce a la idealización y realización de la *Semana de Arte Moderna*, en la ciudad de São Paulo, en 1922, que se opone a los valores artísticos instituidos desde la llegada de la Misión Artística Francesa al Brasil.

Hasta aquí, a partir de la citación de algunos acontecimientos en la historia del arte es posible verificar los embates identitarios que existen entre la producción de conocimiento en arte y de la subjetividad. También es posible sugerir que la producción de la subjetividad en el arte moderno inicia con la autoría femenina.

En estos términos, la asunción de la identidad es subjetiva, pero también política.

Con la mundialización – o globalización –, en la segunda mitad del siglo XX, se diluye el sentido de una identidad fija e inmutable dando lugar a un sentimiento de despersonalización que, es suplantada por una ilusión de identidad. La industria farmacéutica atiende a este vacío identitario (Suely ROLNIK, 1997). Paul Preciado (2018) se refiere a esta industria como farmacopornográfica. Es así como son propuestas continuamente referencias identitarias volátiles.

Reportándose a Félix Guattari (1992), para Nicolas Bourriaud (1994) urge desnaturalizar la noción de subjetividad. Es necesario despegar la subjetividad del sujeto, para poder reinventarse, sin olvidar que el individuo no posee más el monopolio de la producción de la subjetividad. La identidad del sujeto se produce a través de la apropiación de una representación discursiva propuesta institucionalmente o bien por cualquier tipo de tecnología cultural como el arte, las redes

SUMÁRIO

sociales, los servicios de *streaming* como Netflix y Amazon Prime Video, el cine, la literatura, la música etc. Mediante la subjetividad, el arte produce un tipo de identidad cultural, de identidad de género, de identidad sexual, de identidad racial o de identidad nacional. El género es el efecto de las representaciones visuales de los dispositivos institucionales (Teresa DE LAURETIS, 1989). Es así como son constituidos los procesos de subjetivación.

Pasar de los agenciamientos colectivos para los agenciamientos de singularización a través de una red de interdependencias en una ecosofía mental podría ser una forma de redefinición de los procesos de producción de subjetividad. Lo que incluye, entre otros aspectos, la heterogeneización de la subjetividad, evitando su estandarización. En palabras simples, Nicolas Bourriaud interpreta que una de las propuestas de Guattari es la articulación de universos singulares y de formas de vida raras. El arte puede ser un “vector de subjetivación” y de desterritorialización de nuestra percepción (1994, p. 89), para la reconstitución de territorios existenciales, singulares o raros.

Asumir los procesos de subjetivación propuestos por las instituciones médicas, judiciales, educacionales, religiosas, mediáticas o de las redes sociales, supone someterse a una subjetividad institucional, sin un posicionamiento crítico, lo que conlleva al fortalecimiento de una identidad dominante. Se volverá a este asunto en párrafos más adelante.

Las prácticas artísticas posibilitan la singularización de la subjetividad o de su expansión. Una nueva realidad sensible opera con la resignificación del cuerpo. La singularización de la subjetividad es factible de producir a través de acciones artísticas, entendiéndose el arte como una forma de sensibilidad. Singularizar la subjetividad implica proponer esbozos y proyecciones de sí separados de los procesos de subjetivación institucionales.

SUMÁRIO

En ese sentido, han sido las artistas mujeres y/o feministas quienes han expandido la noción de subjetividad a través del arte. Innumerales obras y trayectorias pueden ser estudiadas bajo la perspectiva de género. Wilma Martins (Belo Horizonte, 1934) busca una estética particular dibujando la vida cotidiana. Al transparecer sus objetos, rastros y ambientes personales, los dibujos de Martins, como Cotidiano (1972), indican la trama de su propio espacio y tiempo interligados con su experiencia de día a día, por ejemplo. Por su parte, en sus fotos-performances realizadas frente al Museo Nacional de Bellas Artes, en Buenos Aires, Argentina, en 1984, Liliana Maresca (Avellaneda, 1951) propone una intersubjetividad al interpelar al espectador con la mirada. La pintura La firma del acta de independencia (s.f) de Cecilia Porras (Cartagena, 1920-1971) es una obra performativa. En la imagen aparecen los caudillos de la Independencia de la Provincia de Cartagena, proclamada el 11 de noviembre de 1811. En el documento firmado puede leerse el nombre de Cecilia Porras. En la pintura aparece un personaje que puede ser hombre, pero también mujer, lo que nos lleva a inferir que probablemente se trate de la propia Cecilia Porras (a)firmando su emancipación metonímicamente, una artista feminista avant la lettre. Trabajando con el cuerpo, Carolee Schneeman (Fox Chase, 1939 – New Paltz, 2019) propone modelos de acción del arte mediante una personificación o incorporación de sí en propuestas como Notebooks (1962-3) (FOSTER, 2016). Es importante también el trabajo artístico Cut Piece (1965), de la artista Yoko Ono (Tokio, 1933), en la cual transforma la vulnerabilidad en resistencia (2016). Estos son algunos de los ejemplos entre centenas de la Historia del Arte, que pueden ser citados en este momento, de artistas y propuestas dentro de una subjetividad singular, o bien, a partir de una perspectiva de género.

Un proyecto curatorial queer, feminista y/o de género

Los proyectos y prácticas curatoriales son determinantes para la construcción del discurso del arte dentro de las instituciones artísticas y culturales. Un proyecto curatorial feminista es una estrategia para la proposición de un pensamiento cultural y político que guarda como una de sus principales preocupaciones la preservación de la producción de la subjetividad marginalizada. Sin la práctica curatorial feminista trabajos artísticos específicos pensados y producidos desde los márgenes tienden a su desaparición (Amelia JONES, 2016).

La práctica curatorial propone una definición de arte.

En la medida en que la definición contemporánea de arte está mediada por la teoría institucional del arte, el papel que ocupan las exposiciones en cuanto prácticas curatoriales nos indica que el argumento curatorial es fundamental para la construcción y enunciación de un concepto de arte al margen de su institucionalización. La teoría institucional del arte defiende que el concepto de arte es institucional o definido por un(a) artista (DICKIE, 1979).

El argumento curatorial es una enunciación configurada a partir del campo de la historia, teoría y crítica del arte. De modo que la postura epistemológica del(a) curador(a) y su relación con el campo de la historia, teoría y crítica del arte será determinante para la ideación del proyecto curatorial, cuyo argumento será enunciado institucionalmente, pero desde una posición crítica y autónoma, a veces hasta marginal.

El concepto de arte propuesto por una curaduría es generado epistemológicamente a partir del campo de la historia del arte que también es institucional.

Si el arte es una forma para producir subjetividad y consecuentemente configurar una identidad, ¿qué tipo de definición de arte se

SUMÁRIO



desea proponer?, ¿qué clase de subjetividad está siendo producida?, ¿cuál es la noción de sujeto que se desea exponer?, ¿cuál(es) identidades están siendo configuradas?

Vemos que, si a partir del proyecto de la modernidad el arte a través de las instituciones artísticas daba forma a la subjetividad para una configuración identitaria, con el arte conceptual la definición del arte va a ser discursiva y esto no quiere decir que en el pasado no lo fuera. Con la teoría institucional del arte se acentúa la importancia de las instituciones y de los artistas.

En el arte contemporáneo se plantean distintas definiciones de arte. El arte puede ser una proposición analítica y está relacionada con la intención del(a) artista, según explica, en 1969, Joseph Kosuth (2006). Ahora, la proposición artística es un acto de enunciación que produce un sentido determinado, esto quiere decir que existen contingencias históricas y culturales que permiten la inducción de la proposición curatorial – o artística – como definición de arte.

Las tesis postestructuralistas han mostrado que el sentido se construye en el lenguaje por lo que “no es la expresión garantizada del sujeto” (CHADWICK, 2002, p. 12). Por medio del lenguaje, la intención del artista no es más que una sobreexposición de sentidos ideológicos, políticos, económicos y sociales que pueden contribuir para fortalecer las relaciones de poder y las diferencias culturales, étnicas, sexuales y de género (CHADWICK, 2002), así como la identidad del artista que enuncia su definición.

¿Quién tiene acceso a las instituciones artísticas? ¿Es esta una cuestión pertinente? ¿O “quién tiene acceso al lenguaje” sería la interrogante principal? El lenguaje también antecede a la artista. Sólo que en la medida que el proceso creativo está pautado por la subjetividad del(a) artista, las percepciones de sí, experiencias, espacialidades y temporalidades inciden en la toma de decisiones para la manufactura

SUMÁRIO



de la obra y en consecuencia, para la instauración del lenguaje artístico, sin olvidar la participación del público activo subjetivamente. Hay intersubjetividad en los procesos de subjetivación del arte que se instalan en una exposición, proponiéndose una relación con la(el) otra(o). Está entendiéndose como intersubjetividad en el arte a las distintas conexiones que se instauran en el espacio expográfico de una muestra de arte, ya sea presencial o virtualmente, en el momento en que la(el) espectador(a) se siente interpelada(o) sensiblemente por la propuesta artística subjetiva operante y donde la obra de arte intermedia el enlace entre sujetos institucionales, artistas y público.

La intersubjetividad que nace de la relación entre el diálogo visual, afectivo, cultural, estético y político propuesto por la intencionalidad del artista y el público activo, está mediada por los procesos de subjetivación institucionales artísticos y culturales, lo cual quiere decir que las instituciones artísticas también continúan a producir subjetividad en la contemporaneidad, aunque parezcan prevalecer las intencionalidades de las(os) artistas.

Entre las tomas de decisiones que intervienen en la instauración del lenguaje artístico están la elección de materiales, técnicas, medios, soportes, planos, ángulos, colores y estilos formales etc., en consonancia con inquietudes, sueños, deseos, violencias y(o) fobias vivenciadas por la(el) artista. El lenguaje artístico produce subjetividad para la generación de identidades binarias o no-binarias, identidades de género, identidades sexuales, identidades étnicas, nacionales y(o) culturales, desde el momento en que la trayectoria y vida del(a) artista también se incorpora en la propuesta artística.

Hay un lenguaje que precede al(la) artista, pero también hay un lenguaje a proponer.

Un proyecto curatorial que desee incidir en la producción de la subjetividad en el arte debe enfatizar su apertura en el lenguaje,

convocando a artistas a que hablen a partir de su subjetividad, identidad, no-identidad o identidad no-binaria.

PERSPECTIVA DE GÉNERO COMO PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EN ARTE

Los procesos de construcción de conocimiento en arte han operado ocultando la diversidad epistémica de artistas no-masculinas(os) y no-blancas(os) y de sus contextos específicos, dando lugar a una estética canónica y a una historia del arte hegemónico, heteronormativo y blanco. Los proyectos curatoriales, como formas de producción de conocimiento funcionan como agentes de legitimación de un concepto de arte y de cultura hegemónico o no-hegemónico.

A través de las instituciones artísticas y culturales, el arte contemporáneo propone proyectos curatoriales que redefinen el concepto de arte y cultura. No obstante artistas y curadoras(es) que desean problematizar los procesos de producción de conocimiento blancos y eurocentristas temen a la institucionalización de sus propuestas artísticas (Rosa Maria BLANCA, 2017).

Proponer un proyecto curatorial como una forma de producción de conocimiento que opera a partir de una perspectiva de género, significa desvelar las violencias epistemológicas masculinas de los procesos de construcción del saber artístico.

Si para Breny Mendoza las universidades en América Latina, en sus primeros siglos de existencia, subyugaron los conocimientos locales, dando lugar a la institución académica como un lugar privilegiado de la colonialidad del poder (2012, p. 34), como lo fue en el

SUMÁRIO

Brasil con la Misión Artística Francesa, actualmente las universidades federales en Brasil han posibilitado la producción de conocimiento dentro de un proceso desubalternización constante para la desjerarquización de las identidades.

Es innegable que asistimos a una voluntad de cambio por parte de las instituciones artísticas, un empeño para deconstruir el arte, denunciar la marginalización y la falta de reconocimiento por parte de las instancias de legitimación (Julie BOTTE, 2016/17, p. 3). El Seminario Internacional Haciendo Género, cumplió en 2021 veintisiete años de existencia. Desde sus inicios ha abordado, investigado y discutido género y también el feminismo contemporáneo, teniendo como sede la Universidad Federal de Santa Catarina, en Florianópolis, Brasil. En sus orígenes, el seminario ha sido creado por el Programa de Postgrado en Literatura y ha incluido áreas de las Ciencias Humanas como Historia, Psicoanálisis y Antropología. Más tarde ha incorporado a las Ciencias Políticas, el Derecho y otras áreas no menos importantes. Ha sido en ese marco académico que se ha decidido proponer el proyecto de la Exposición Internacional de Arte y Género, en el año de 2013, lo que ha contribuido para la producción de conocimiento en Artes Visuales desde la perspectiva de género (BLANCA, 2017b).

Las ediciones de las exposiciones internacionales de arte y género de 2013 y 2017 han sido realizadas en el Museu de Arqueología y Etnología (MARquE, Florianópolis), mientras que la última edición de 2021 ha sido efectuada en el Espacio Cultural Armazém – Colectivo Elza, en Florianópolis, Brasil. Siendo que esta última edición ha sido virtual, debido a la pandemia del covid-19.

La exposición podría haber sido llamada como queer, pues ha sido pensada y ha tenido como base la tesis bilingüe de mi autoría que ha versado precisamente sobre Arte a partir do queer / Arte desde lo

SUMÁRIO



queer¹⁶⁸, pero me ha parecido más estratégico emplear la perspectiva de género. Las proyectos y prácticas curatoriales bajo la perspectiva de género son recientes y encuentran como antecedentes las curadurías de cuño feminista.

Ha sido usada la perspectiva de género como un planteamiento que permite la expansión del género feminista y guarda como uno de sus objetivos proponer una nueva configuración subjetiva y social desde el punto de vista del sujeto mujer, resignificando la historia, la política y la cultura y reconociendo la diversidad de géneros (Marcela LAGARDE, 1996), incluyendo el género neutro. Investigar las posibilidades vitales, el sentido de las vidas, así como los conflictos institucionales hacen parte de la perspectiva de género (LAGARDE, 1996). En este sentido, una perspectiva de género en el arte produce diversidad de género, como una forma de producción de conocimiento en el arte que se emancipa de un paradigma de arte misógino y homofóbico. Una exposición bajo el prisma de la perspectiva feminista aspira a sugerir un contrapunto creativo, filosófico, político y existencial de sí mismas y de las otras.

Mediante la proposición curatorial se pretende subvertir la lógica de la producción de conocimiento de arte nacional y occidental. La exposición a través de la perspectiva de género emerge como una necesidad de producción y expresión de propuestas artísticas contra-discursivas (BLANCA, 2017a).

El proyecto curatorial de la III Exposición Internacional de Arte y Género ha sido pensado a partir del proyecto de investigación *Arte en los márgenes: extranjeridades y (des)localizaciones*, dentro del Laboratorio de Arte y Subjetividades (LASUB) de la Universidad Federal de Santa Maria y, está registrado en el Consejo Nacional de Desarrollo

168 La tesis bilingüe *Arte a partir do queer/Arte desde lo queer* ha sido realizada en el Programa de Postgrado Interdisciplinar en Ciencias Humanas, de la Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, bajo la orientación de la Prof.^a Dr.^a Miriam Pillar Grossi y coorientación de la Prof.^a Dr.^a Cláudia de Lima Costa, en 2011.

Científico y Tecnológico (CNPq). Es importante registrar este dato para documentar la importancia de las instituciones de investigación en el contexto de la producción de conocimiento alineada con la perspectiva de género.

La tercera edición de la muestra ha contado con el apoyo del Observatório de Direitos Humanos (ODH) de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM)¹⁶⁹. El ODH tiene como principal objetivo la promoción de la ciudadanía y la cultura de derechos humanos, mediante la articulación entre la producción de conocimiento en la universidad en el ámbito de la enseñanza, investigación y extensión y, políticas públicas y movimientos sociales. El apoyo del ODH es importante en un momento en el que se intenta criminalizar el abordaje de género, tanto local como mundialmente¹⁷⁰.

La institucionalización de los estudios de género o la libertad artística

Al contrario de lo que se presupone, la institucionalización de los estudios de género ha significado una victoria para el feminismo. Si en un inicio se hacía una crítica a la academización del feminismo, al distanciarse del activismo (Cecilia SANDENBERG, 2020), actualmente puede ser visto que la entrada de los movimientos sociales a la universidad, ha propiciado un debate y una reflexión crítica en el interior de la academia. Además, no puede pasarse por alto que el feminismo en Brasil se hacía

169 El Observatorio de Derechos Humanos (ODH) ha creado la Política de Igualdad de Género de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM) – Resolución 64 de 3 de noviembre de 2021.

170 El proyecto curatorial de Arte y Género ya había sido llevado al contexto de los Derechos Humanos, a través de la muestra *Bici-atletas voadoras. (Des)Configurações e Subjetivações em Artes: Gênero, sexualidades e sustentabilidades*. Exposición colectiva promovida por Secretaría Adjunta de la Libre Orientación Sexual, Secretaría de la Justicia y de los Derechos Humanos y Secretaría de Seguridad Pública del Estado, realizada en el Memorial de la Justicia Federal, Porto Alegre, Brasil, en el período de 3 de agosto a 27 de octubre de 2016, con presentación cultural de Maria Fernanda Menezes Blanca.

SUMÁRIO



ausente en el área de las Artes Visuales, desde el siglo XX, a diferencia de otras áreas del conocimiento donde la teoría y crítica feminista ha sido puesta en práctica, propiciando debates y consecuentemente realizando una investigación científica y académica feminista.

La investigación en arte y género en el interior de las universidades brasileñas no es que haya sido nula, en el siglo XX, pero ha sido poco visible. Ha sido un reflejo de lo que ha sucedido en las instituciones culturales y artísticas. Exposiciones que hayan discutido arte, género y feminismo, si se llevaron a cabo, poco han sido visibilizadas, muchas de ellas permanecen ocultas en el presente. *Manobras radicais* (2006), bajo la curaduría de Heloísa Buarque de Hollanda y Paulo Herkenhoff, por ejemplo, ha sido ignorada hasta nuestros días (LOPONTE, 2015). En estas circunstancias, la situación precaria de la investigación y producción de arte y género en la universidad puede ser considerada como un espejo de la aversión al feminismo, al género, a la diversidad sexual y étnico-racial, por parte de una cultura dominante brasileña, en el siglo XX.

Por eso es importante afirmar, en este momento, que ha sido en las universidades públicas, en su gran mayoría federales, donde ha emergido la producción artística e investigativa de arte y género, en el siglo XXI. Deben ser citados los nombres de Nádía Senna y Úrsula Rosa Silva, de la Universidad Federal de Pelotas, como pioneras en la producción de arte y género, a través de la Caja de Pandora, grupo de investigación que data de 2002. También deben ser mencionados los trabajos y producciones de Luciana Gruppelli Loponte, en el área de la Educación y, de Luana Saturnino Tvardovskas, en la Historia Cultural (BLANCA, 2021b) y Ana Paula Simioni en la Sociología y, recientemente, la actuación de Daniela Kern en el Programa de Postgrado en Artes Visuales de la Universidad Federal de Río Grande del Sur.

Si se tratase de trazar una genealogía que estudia la inserción de los estudios de arte y género en el ámbito universitario, sin lugar

SUMÁRIO



a dudas, podrían entretorse distintas coyunturas: la transnacionalización y la mundialización en el cambio del siglo XX al XXI, porque han favorecido el tráfico de información, repertorios, exposiciones, bases de datos, narrativas e imágenes de arte poniendo en tela de juicio teorías, prácticas, técnicas y lenguajes que naturalizan las jerarquías identitarias, lo que ha hecho surgir en el escenario mundial a artistas feministas y LGBTQIA+. Artistas del Brasil también se han visto confrontadas(os) identitariamente cuestionando sus procesos de subjetivación, al mismo tiempo en que luchan por encontrar espacios para producir un lenguaje artístico que muestre tanto mudanzas, transformaciones sexuales, afectos y contradicciones identitarias, como homofobias y violencias de género y sexual. El siglo XX ha sido marcado por los movimientos feministas gays y negros, en los años setenta, así como por el inicio de una discusión en torno a una Política de Estado y de Derechos Humanos, como consecuencia del estigma contra víctimas del Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida (SIDA), en los años ochenta, dando lugar posteriormente a exposiciones de archivos queer, en instituciones museísticas. La necesidad de esbozar y fortalecer una iconografía representativa, así como de producir una investigación queer, ha conllevado a la emergencia de proyectos y prácticas de investigación en Historia, Teoría y Crítica de Arte y en Poéticas Artísticas que problematicen la (des)configuración de la identidad. Como segunda coyuntura, puede sugerirse que la acción de las investigaciones inter y transdisciplinares promovidas por los consejos de investigación en Brasil posibilitó la instauración de Programas de Postgrado en las universidades brasileñas, así como también el uso de estudios feministas y de género en la construcción de objetos de estudio interdisciplinar por parte de áreas de conocimiento como la Antropología, la Literatura o la Comunicación, induciendo a la apertura de la investigación en arte y género. La tercera y última coyuntura se refiere a la política sexual que no únicamente surge en el cambio del siglo XX al XXI. Ya habían estado en circulación producciones

SUMÁRIO



artísticas, culturales, filosóficas y existenciales desde la primera mitad del siglo XX que ponían en jaque la naturalización, jerarquía y procesos de subalternización de identidades disfuncionales, no-blancas, no-masculinas, no-héteros, no-binarias, no-jóvenes, no-nacionales o no-privilegiadas, como las canciones de Billie Holiday, presa a los nueve años de edad, en 1933, y reprendida en 1939 por hacer alusión al linchamiento de afroestadounidenses, incitando a la insubordinación a negras(os) y blancas(os), mediante canciones como Strange Fruit, escrita por el profesor judío del Bronx Abel Meeropol, e interpretada por primera vez en el Café Society, en la Nueva York de 1939 (O'DELL, 2002), o como la obra de Simone de Beauvoir (2016) que se ha posicionado contra un destino biológico, así como la filosofía Monique Wittig (2007) que ha iniciado la liberación lesbiana a través de su pensamiento contra el contrato heteronormativo, la más radical de las emancipaciones identitarias, por citar apenas algunas producciones culturales entre decenas de otras no menos importantes. Ha sido así como en este contexto coyuntural la búsqueda por una expresión artística corporal, sexual y de género, que artistas fuera de la norma, en Brasil, han descubierto y se han inspirado en las obras de arte y trayectorias (des)ocultas de Frances Benjamin Johnston (1864 – 1952), Augusta Savage (1892 – 1962), Gluck – Hannah Gluckstein – (1895 – 1978), Romaine Brooks (1874 – 1970), Thomas Eakins (1844 – 1916), Winslow Homer (1836 – 1910), Amelia Van Buren (1856 – 1942) o de Claude Cahun (1894 – 1954) y Marcel Moore (1892 – 1972) y más tarde y en un contexto local, en las propuestas de Márcia X (1959 – 2005) y Fernanda Magalhães (1962).

La interpelación en el arte por un lenguaje y práctica poética e investigativa de emancipación y autonomía corporal, afectiva y política explotó en la academia, a tal punto que se ha hecho imposible ignorar la existencia del cuerpo negro, indio, feminista, queer, gay, lesbiano y/o insumiso.

No es el objetivo del presente artículo discutir los supuestos epistemológicos a partir de los cuales han surgido las investigaciones en arte y género. Lo que sí se presupone es que la efervescencia de los estudios y prácticas artísticas de género es un hecho en los cursos de graduación y de postgrado en Brasil. La academia como espacio para la producción artística es una dimensión privilegiada. Al no existir una presión con el mercado del arte, la investigación universitaria permite la experimentación irrestricta e ilimitada. Puede ser sugerido que actualmente la libertad artística puede ser alcanzada en el espacio universitario (BLANCA, 2017b).

Curaduría, exposición y definición de arte están interconectadas

Habiendo discutido las interrelaciones entre instituciones y subjetividades en la producción de conocimiento, se analiza la experiencia de la ejecución de la III Exposición Internacional de Arte y Género. La idea curatorial de la muestra internacional se ha hecho explícita en el lanzamiento de la convocatoria. Puede ser leído en el llamamiento¹⁷¹ que han sido convocadas artistas de cualquier “identidad, territorio o nacionalidad”, con el propósito de abrir un espacio para pensar al sujeto artista en una dimensión más amplia y subjetiva, sugiriendo la muestra como espacio político (des) identitario.

En las primeras ediciones de la Exposición Internacional de Arte y Género se han listado las identidades a las que se convocaban, produciendo alineamientos y clasificaciones. Para la tercera edición se ha optado por la subjetividad. Lo que me ha interesado ha sido abrir un espacio. La muestra ha aspirado a la creación de un lugar que discuta

¹⁷¹ Disponible en: <https://www.facebook.com/armazemcoletivoelza/photos/edital-iii-exposi%C3%A7%C3%A3o-internacional-de-arte-e-g%C3%AAneroinserida-na-arte-contempor%C3%A2ne/1350700831946244/>

SUMÁRIO



las distintas subjetividades por las que atraviesan las(os) artistas, sin priorizar el género, la sexualidad, el “color” de la piel, la identidad o la identidad nacional, el territorio o la localidad, o sin importar si proviene de una metrópoli, del interior de un estado o de una floresta o aldea.

La exposición valoriza la diversidad identitaria, tanto de género y sexual, como la diversidad étnica y cultural. A la hora de queerizar la convocatoria, se desea interpelar a la subjetividad, para no afirmar la noción de identidad. Así, la III Exposición Internacional de Arte y Género ha contado con propuestas que discuten empoderadamente lo negro, lo étnico, lo femenino, lo lesbiano, lo gay, lo transexual, lo travesti, etc.

Han sido inscritas(os) 102 artistas, de las(os) cuales han sido seleccionadas(os) 89 artistas. El proyecto curatorial ha logrado que la muestra esté constituida por 66 artistas con nombre femenino, 22 artistas con nombre masculino y una artista con nombre neutro. Lo cual es sobresaliente, cuando en la gran mayoría de las exposiciones la participación de artistas masculinos – o con nombres masculinos – es de 70%, en Brasil. Y así también, los acervos museísticos están constituidos en su gran parte por obras de artistas con nombre masculino, lo que ha dado lugar a la actuación de curadores que en general son hombres.

Por eso, la curaduría siempre ha optado por realizar la Exposición de Arte y Género mediante convocatoria, para driblar o evitar el gusto dominante del coleccionista o la visión autoritaria de los acervos masculinos para no caer en los falsos pragmatismos y visiones de una interpretación curatorial. Es por eso que durante el Seminario Exposición Internacional Arte y Género realizado durante tres encuentros en los días 11, 18 e 25 de agosto de 2021, dentro del marco de la III Exposición Internacional de Arte y Género, se ha invitado a que la artista y curadora feminista Monleón Pradas presentase el Portal de Igualdad en Museos y Centros de Arte, haciendo referencia al proyecto español que busca hacer efectiva la igualdad entre mujeres y hombres, tanto en el museo, cuanto en la educación. La campaña es también para que

SUMÁRIO



exista transparencia en la Web, por parte de los museos, haciendo visible la información relativa a colecciones y exposiciones y dando lugar a un observatorio de buenas prácticas en igualdad.

La III Exposición Internacional de Arte y Género¹⁷² muestra que el arte puede unir propuestas de una autoría identitariamente plural. No se trata de una muestra multicultural. Se hacen conscientes los riesgos que entraña relativizar la identidad. La exposición se preocupa por profundizar, más que en identidades, en las subjetividades de sus artistas.

El mundo que se habita no posibilita suficientes imágenes de sí misma(o) o de las personas con las que se convive o se desea convivir, en materia de diversidad sexual. Con esto es importante destacar que el espacio virtual de la Exposición Internacional de Arte y Género ha deseado proyectar subjetividades con la cuales el público pueda identificarse.

La muestra es también un viaje, un dispositivo para navegar con las/es/os artistas hacia una (des)localización y propiciar sentimientos de extranjeridades, de modo a producir una distancia crítica y real en relación con el entorno inmediato. Me parece que esa es la ventaja del arte, que puede asociar colores y formas, yuxtaponer planos y texturas e incluso mezclar lenguajes. Las subjetividades se amplifican, se extienden y se (des)ubican, produciendo en nosotras(os) un extrañamiento.

El arte contemporáneo se caracteriza por la aparición de diferentes lenguajes. Un proyecto curatorial que pretenda abrir márgenes para proposiciones de la subjetividad debe connotar la importancia de la diversificación de los lenguajes artísticos donde incluye tanto la invención de técnicas, medios artísticos, inserción de modalidades artísticas tradicionales como el dibujo, la escultura, la fotografía, grabación, instalación, pintura, video, etc., pero también de los subalternizados,

172 Disponible en: <https://www.projetoarmazem.com/arteegenero>



como el bordado, entre otros. Las formas y usos del lenguaje en el arte dependen del proceso creativo.

III Exposición Internacional de Arte y Género. Como artistas con formación académica en el área de las artes visuales, lo que incluye sus respectivos campos como historia, teoría y crítica del arte, enseñanza en artes visuales y poéticas visuales, se tienen: nueve (9) artistas graduandas(os) en artes visuales, veinte (20) graduadas(os) en artes visuales, once (11) estudiantes de maestría en artes visuales, nueve (9) posgraduados en maestría en artes visuales y dos (2) estudiantes de doctorado en artes visuales. Dentro de otras áreas diferentes de las artes visuales, han sido contabilizadas(os) seis (6) graduadas(os), un (1) estudiante de maestría, dos (2) posgraduados con maestría y dos (2) estudiantes de doctorado. Cabe destacar que de los dieciséis (16) artistas con doctorado que han participado en la muestra, todas actúan en la universidad y casi todas(os) ellas(os) en el postgrado, siendo que nueve (9) de ellas(os) ejercen la docencia y la investigación en artes visuales. Cuatro (4) artistas actúan de forma independiente. Se tiene también la participación de dos colectivos, uno de ellos configurado por dicentes y docentes, y el otro es anónimo.

El diálogo entre las salas de la muestra virtual

La curaduría ha abierto tres salas virtuales¹⁷³: Cotidianas críticas, Lo violento y lo resiliente, y Subjetividades de lo íntimo y de lo público. Las salas dialogan entre sí y también se sobreponen. La idea ha sido imposibilitar la clasificación de las obras, así como las(os) artistas. Tuvo como artistas participantes en la Sala Cotidianas críticas: Adriana Martínez, Alice Monsell, Aline Daka, Ana Maio, Bruno Novadvorski, Carla

173 A mostra virtual localiza-se no site <https://www.projetoarmazem.com/arteegenero>

SUMÁRIO



Angelini, Coletivo Mulher do Mundo, Desirée Santos, Emiliano Freitas, Imma Mengual, Jade Sapucahy, Josemar Souza, Juçara Gaspar, Juh Moraes, Juliana Veloso, Kathleen Oliveira, Kellyn Batistela, Maria José Zanón, Maria Luiza Degan, Marta Mencarini, Rosana Siqueira, Rosane Bezerra, Roseli Nery, Rosilene Souza, Shayda Cazaubon, Sylvana Lobo, Tatiana Reis y Zenilda Cardozo; en la Sala Lo violento y lo resiliente: Amora Ju, Audrian Cassanelli, Bárbara Paul, Bethânia Carolina Hardt, Camila Almeida, Chris, The Red, Christine Gryschek, Coletivo Arte y Activismo Fem, Diane Sbardelotto, Duda Gonçalves, Elidayana Alexandrino, Gaya Rachel e Letícia Coelho, Guerrilha Mamas, Inácio Saldanha, Isabela Vida Moreno, Leonardo Sanchez, Leticia Honorio, Li Vasc, Liége Budziarek, Lua Angioletti, Mau Monleón Pradas, Muriel Bossard, Nádia Senna, Olívia Godoy, Paola Zordan, Rogério Melo, Rosana Bortolin, Sandra Gonçalves, Shay Rodriguez, Silvana Macêdo y Vinicius Santos Almeida; en la Sala *Subjetividades de lo íntimo y de lo público*: Alberto Escobar, Cláu Paranhos, DeAlbacete, Dhara Carrara, Eco, Elisa Iop, Fava da Silva, Felipe Fernandes, Georgia Zampieri, Giovana Guedes, Jéssica Rodrigues, Kael Betun, Khetllen Costa, Lu Vieira, Luisa Prestes, Marcelo Eugênio, Maurício Igor, Monique Burigo, Nestor Varela, Pedro Reis, Renata Sampaio, Renna, Ro Cechinel, Sandra Favero, Sergio Augusto Medeiros, Thais Oliveira, Thiago Goya, Tnha, William Hart y Yago Gustavo. Actuaron en la Comisión Organizadora: Amanda Pires de Deus Lima, Bruna Malinowski, Ketelen Oliveira, Thais Oliveira, Tainan Silva do Amaral y Yago Gustavo Lima.

En la sala *Cotidianas críticas*¹⁷⁴, hay un pensamiento del día a día, del trabajo en casa, de actividades que pueden no tener el estatus de profesión liberal, pero que las(os) artistas perciben su importancia para la vida, presentándolas bajo otros signos audaces y expresivos. Es así como, a través de las obras, las(os) artistas proponen un lenguaje de lo contemporáneo al resignificar el tejido o el crochet, la costura o la moda, las relaciones o la convivencia.

174 Disponible en: <https://www.projetoarmazem.com/arteegenero-sala1>

SUMÁRIO

Asimismo, hay una alusión a la estética y antropología de la mujer indígena en el campo o en la ciudad, al color de su ropa, al cuerpo ancestral que persiste y nos hace compañía hasta nuestros días.

También están los juegos de la infancia, de la imagen de las niñas y de los niños, sin género. El encuentro con una identidad neutra ha sido uno de los resultados de la deconstrucción artística.

En la sala *Lo violento y lo resiliente*, se discute también lo cotidiano. Se ha dicho que las salas se sobreponen. Se problematizan los usos y abusos del espacio privado, de las relaciones de poder en casa y principalmente y ahora más que nunca, la existencia de la violencia en el confinamiento, dentro del contexto pandémico, haciendo visibles los abusos de poder de quien detiene la autoridad sobre las(os) hijas(os), bajo justificativas esencialistas, violentando a la hija, la hermana, la sobrina, la madre o la esposa.

La sala *Lo violento y lo resiliente*¹⁷⁵ también cuenta con propuestas artísticas que reivindican y llaman la atención de la negligencia institucional nacional que existe en el contexto actual de racismo, feminicidio y maltrato machista. El covid-19 también se hace presente en esta sala. Los miedos, las pesadillas, las imaginaciones furtivas atraviesan las obras.

Hay gestos, posiciones, agujas, cuchillos. Introspecciones, depresiones, homofobias, lesbofobias, transfobias, transvestifobias, queerfobias. El arte como refugio es el espacio expográfico virtual de esta exposición.

En la sala *Subjetividades íntimas y públicas*¹⁷⁶, las(os) artistas exponen el lugar del afecto y del deseo, incursionan en las posibilidades de la tinta, de la fotografía, del video, del dibujo y del color. Pero

175 Disponible en: <https://www.projetoarmazem.com/arteegenero-sala2>

176 Disponible en: <https://www.projetoarmazem.com/arteegenero-sala3>

SUMÁRIO

también hay valores cromáticos, contrastes, transparencias que pueden ser percibidas como valores ético-cromáticos, ético-contrastantes, ético-transparentes, que se imponen a veces frágilmente, a veces sutilmente, no importa, están ahí, se hacen presentes y con eso basta, aunque tampoco no basta. Imponen el derecho a una visualidad estética, sexual o asexual, desde el encierro pandémico, fóbico. Las proposiciones muestran lo más delicado que habita en el espíritu de la abyección, y lo más amoroso que hay en el reconocimiento estético e étnico de mí y de ti y de nosotras.

CONSIDERACIONES FINALES

La III Exposición Internacional de Arte y Género ha tenido como uno de sus objetivos abordar el trabajo de artistas de cualquier “identidad, territorio o nacionalidad”, con el propósito de abrir un espacio para pensar el sujeto artista en una dimensión subjetiva más amplia, sugiriendo la muestra como un espacio político de (des)identidad. Para eso, la curaduría ha enunciado, a través del convite o convocatoria de la muestra, conceptualizaciones que suponen la articulación entre lenguajes y subjetividades artísticas.

Los lenguajes requeridos han sido: dibujo, escultura, fotografía, performance, pintura y (o) videoarte, sin dar preferencia a ninguna técnica. Sin embargo, la inclusión de la exposición en el arte contemporáneo ha llevado a las(os) artistas participantes a (re)inventar el lenguaje del arte, reinterpretando dispositivos contextuales que aluden a un cuerpo un pensamiento de sí y del(la) otra(o), sin límites.

A partir de las obras de la III Exposición Internacional de Arte y Género, en pintura, video, fotografía, dibujo o mediante dispositivos artísticos como bordados y narrativas, puede ser afirmado que urge

SUMÁRIO

prestar atención a la producción de la subjetividad. Es importante la inserción de ejes curatoriales que permitan la expresividad de la subjetividad en la contemporaneidad.

La III Exposición Internacional de Arte y Género, como producción de conocimiento de la subjetividad, expande la investigación de travesías de artistas, sus desplazamientos y viajes identitarios. Se han recuperado documentos de trayectorias hasta hace poco invisibilizadas. También se han puesto de manifiesto estéticas de cuerpos ignorados o abyectos. Es innegable que asistimos a una irreversible desconfiguración identitaria, donde la subjetividad se abre en una incertidumbre amorosa, estética y cambiante.

A lo largo del estudio y experiencia de la curaduría de la III Exposición Internacional de Arte y Género se ha podido constatar que el problema no son las instituciones, sino los usos y abusos por parte de las instituciones en lo que se refiere a la gestión de la producción del arte y de su investigación. Y no obstante, han sido las instituciones como las universidades públicas federales o estatales las que han propiciado la producción e investigación de arte y género.

El proyecto curatorial analizado de la muestra analizada ha dado lugar a una exposición donde artistas muestran diferentes posicionamientos artísticos y subjetivos que feminizan, queerizan y etnician la producción de conocimiento en artes visuales.

Se ha visto como, efectivamente, hay un énfasis tanto en la dimensión íntima de las(os) artistas, pero que se hace pública en el acto de osadía de las(os) artistas al exhibir sus espacios, relaciones conscientes e inconscientes, evocando el (re)descubrimiento del cuerpo.

Las(os) artistas han tenido la posibilidad de producir una identidad autoral en el ámbito de la subjetividad.

SUMÁRIO

La ancestralidad se ha constituido como una dimensión a más de la subjetividad. Acaso la vivencia del covid-19 ha llevado a artistas a despertar un tiempo adormecido ancestral vilipendiado en un mundo neoliberal.

La muestra es de artes visuales, pero la forma de la obra de arte deja de ser forma y se convierte en una percepción del mundo propia de la artista que se desloca a través de su obra. Al defender la idea de que más allá de la identidad, en el arte, existen las subjetividades, es importante concluir que el lugar del habla de las(os) artistas es el arte. Siempre he dicho que el arte no es solo resistencia, es resiliencia. Entiendo la resiliencia, en el arte como una acción creativa de supervivencia. Probablemente, en el arte, en exposiciones como la III Exposición Internacional de Arte y Género, sea el último reducto posible para la convivencia de artistas pertenecientes a grupos minoritarios diversos, independientemente de su identidad o de su (des)identidad. La exposición es una guarida, tal vez un escape para las artistas, espectadoras, investigadoras y escritoras que sobreviven resilientemente, mucho antes de que llegase la pandemia.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BLANCA, Rosa Maria. Identidades importam?. *In*: PIQUINI, Paulo César (org.). **35a Jornada Acadêmica Integrada**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021a, p. 117-130.
- BLANCA, Rosa Maria. Argumentos curatoriales: esbozo de una genealogía. *In*: BLANCA, Rosa Maria (org.). **Arte e subjetividades**: curatorias, leituras e identidades [recurso eletrônico]. Santa Maria: Ed. PPGART, 2021b, p. 44-74.
- BLANCA, Rosa Maria. Espacios museográficos e identidades contemporâneas: (De)construções en historia del arte. **Encontro grupo Modos**: Histórias da arte em museus. Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF, 2017a.

SUMÁRIO

BLANCA, Rosa Maria. Exposições queer: Contextos mundiais e locais. **Cadernos de gênero e diversidade**. [S. l.], v. 3, n. 3, p. 93-107, 2017b.

BOTTE, Julie. Les women's museums avec des collections d'art Vers la construction de nouveaux récits et d'une autre société. **La Lettre de l'OCIM** [En ligne], [S. l.], n. 166, p. 5-12, 2016. Disponível em: <http://ocim.revues.org/1681>. Acesso em: 13 dic. 2016/17.

BOURRIAUD, Nicolas. Le paradigme esthétique. **Chimères – Revue de Schizoanalyses**. [S. l.], v. 21, p. 77-94, 1994.

CHADWICK, Whitney. **Women, Art, and Society**. London / New York: Thames & Hudson, 1990/2002.

CID PRIEGO, Carlos. Algunas reflexiones sobre el autorretrato. **Liño**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 177-204, 1985. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=72636>. Acesso em: 14 dic. 2021.

DICKIE, Georges. What is art? An institutional analysis (1974). In: RADER, Melvin (org.). **A modern book of aesthetics**. New York: Hoft, 1979, p. 459-472.

DE LAURETIS, Teresa. La tecnología del género. In: DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. London, Macmillan Press, 1989, p. 1-30. Disponível em: http://blogs.fad.unam.mx/assinatura/adriana_raggi/wp-content/uploads/2013/12/tecnologias-del-genero-teresa-de-lauretis.pdf. Acesso em: 14 dic. 2021.

FOSTER, Hal. With Trans-fixed, in which Chris Burden is nailed to a Volkswagen Beetle, American Performance art reaches an extreme limit of physical presence, and many of its adherents abandon, moderate, or otherwise transform its practice. In: FOSTER, Hal; KRAUSS, Rosalind; BOIS, Yve-Alain; BUCHLOH, Benjamin H. D.; JOSELIT, David. **Art since 1900** (Modernism, Antimodernism and Postmodernism). London: Thames & Hudson, 2016, p. 649-653.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUERRA, Lucía. Subjetividades lesbianas en los espacios no inscritos de la identidad. **Aisthesis**. [S. l.], v. 50, p. 158-172, 2011.

JONES, Amelia. Feminist Subjects versus Feminist Effects: The Curating of Feminist Art (or is it the Feminist Curating of Art?). **Curating in Feminist Thought**. [S. l.], n. 29, 2016.

SUMÁRIO

KOSUTH, Joseph. Art after philosophy. *Studio Internacional* 178(915, 916 y 916). In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília (org.). **Escritos de artistas: anos 60/70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 210-234.

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo** – Desarrollo humano y democracia. Madrid: horas y HORAS, 1996.

LOBATO, Monteiro. A propósito da exposição Malfatti. **Estadão de São Paulo**. 20 de diciembre de 1917. Disponible en: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-proposito-da-exposicao-malfatti--monteiro-lobato,13042,0.htm#> Acceso en: 23 nov. 2021.

LOCHER, Hubert. L'objectivation du subjectif; Le concept de Friedrich Theodor Vischer et la fondation de l'histoire de l'art comme science empirique esthétique. *Appareil*. **Penser l'art, penser l'histoire**. [S. l.], n. 9, p. 1-16, 2012. Disponible en: <http://journals.openedition.org/appareil/1448>. Acceso en: 30 jul. 2020.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Artes visuais, feminismos e educação no Brasil: a invisibilidade de um discurso. **Universitas humanística**. [S. l.], v. 79, p. 143-163, 2015.

MENDOZA, Breny. The Geopolitics of Political Science and Gender Studies in Latin America. In: BAYES, Jane H. (ed.). **Gender and Politics** – The State of the Discipline. Toronto: Barbara Budrich Publishers, 2012, p. 33-57.

O'DELL, Cary. Strange Fruit—Billie Holiday (1939). **National Registry**, 2002. Disponible en: <https://www.loc.gov/static/programs/national-recording-preservation-board/documents/StrangeFruit.pdf>. Acceso en: 10 ene. 2022.

PRECIADO, Paul B. **Testo Yonki**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Lettre à M. D'Alembert. In: **Collection complète des oeuvres**, Genève, 1780-1789, vol. 6, in-4°, Disponible en: www.rousseauonline.ch. Acceso en: 7 oct. 2012.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (org.). **Cultura e subjetividade**. Saberes Nômades. Campinas: Papyrus, 1997, p. 19-24.

SANDENBERG, Cecília M. B. História e memória do feminismo acadêmico no Brasil: O núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher – NEIM/UFBA (1983-2020). **Revista Feminismos**. [S. l.], v. 8, n. 3, p. 82-119, 2020.

WITTIG, Monique. **La pensée straight**. Paris: Amsterdam, 2007.



24

Paula Batista da Silva

Gigantes na Luta, do carnaval de rua às passeatas:

o encontro da arte com a política
no corpo das mulheres em pernas de pau

Giants in the Fight, from street carnival to marches:

the encounter between art and politics
in the body of women on stilts

Gigantes en la Lucha, del carnaval callejero a las marchas:

el encuentro entre arte y política
en el cuerpo de mujeres sobre zancos

INTRODUÇÃO¹⁷⁷

O sensível e o subjetivo do carnaval ressoam em mim como um rumor insistente, ávido de transgressão às ordens oficiais. A espacialidade transgressora que emerge no carnaval mobiliza afetos e emoções: este é um dos pontos que entendo como intersecção entre blocos carnavalescos e atos políticos, que também constelam atmosferas de transgressão à oficialidade e se concretizam nas ruas através da conexão de afetos, mobilizados por indignações coletivas.

Sempre me chamou atenção a forma como o corpo humano e as alegorias a ele agregadas são construídas e constroem a cultura na qual vivemos. Mas, foi no carnaval de rua que encontrei o espaço para vivenciar a expressão política e artística. Participei e participo da criação de blocos de carnaval de rua que promovem a democratização do brincar dando destaque às pernas de pau, brinquedo ancestral que utilizo e ensino a usar. Foi no carnaval que coloquei meu corpo no mundo, onde pude falar com a minha imagem qualquer coisa que desejasse. A folia carnavalesca me inspirou o transbordo de paixões nas alturas: me encantei e me conectei à perna de pau. Uma vez no alto por meio de duas madeiras acopladas a minhas pernas, conheci uma nova forma de ver e sentir o mundo: fui brincar carnaval nas alturas e não me contive a este único espaço transbordei dele junto as minhas companheiras para os espaços de reivindicações políticas nas ruas, porque aquele não podia ser espaço exclusivo de nossas falas. A única possibilidade na qual eu me sentia motivada para me expor era através da linguagem plural do carnaval. Provavelmente, porque ela me permite unir a fluidez das brincadeiras com as contradições da vida cotidiana de forma irreverente. Sou uma das fundadoras e articuladora nacional da coletiva *Gigantes na Luta*, um grupo de mulheres pernaltas

177 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

que usam a perna de pau como ferramenta de construção de imagens políticas, no carnaval e também fora dele.

Este texto nasce após um convite para integrar uma roda de conversa nomeada *Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância, o eco da vida-liberdade*, que fez parte da programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina que em 2021, em sua décima segunda edição, aconteceu em formato on-line denominado: Fazendo gênero 12: lugar de fala, direitos, diversidades, afetos.

Além de foliã de carnaval, manifestante política carnavalizada, desenvolvo uma pesquisa acadêmica em curso no Programa de pós-graduação em Teatro na Universidade Estadual de Santa Catarina. Nesta escrita aqui exposta conto uma parte desta pesquisa através da união de outros textos que produzi neste período, acadêmico e também pandêmico, porém revisitados e com reflexões ampliadas, motivadas por meio do contato com o Seminário.

ESPAÇO DE ENCONTRO – O CARNAVAL

Os encontros são os espaços nos quais nós reconhecemos, festejamos, lutamos, vivenciamos nossos lutos e lutas, nos conectamos. A arte frequentemente gera ambiência para esses momentos, neste recorte foco no carnaval de rua e seus desdobramentos para as marchas políticas.

O carnaval, festejo da cultura popular nacional, a festa é datada antes da Quaresma e pertence ao calendário cristão inserido nele com apelo profano e grande aceitação popular. No momento relâmpago em que acontece, o tempo fica suspenso e passa a valer o andamento carnavalesco:

SUMÁRIO


No breve acontecer da folia carnavalesca, o tempo fica suspenso e entra em vigor o fluxo carnavalesco: noites e dias se unem assim como os corpos das foliãs e dos foliões que insurgem para o carnaval. Esta fusão efervescente compõem o espaço do carnaval, manifestado através da linguagem carnavalesca de forma irreverente, visibilizando as contradições que vivemos. Nos chama para a reflexão acerca da sociedade (Paula SILVA, 2022, p. 175)

Em relação a este período Mikhail Bakhtin (2008) menciona as ordens invertidas, fenômeno que ocorre em uma curta janela de tempo. Além disso, o ambiente festivo deste folguedo popular favorece os contatos menos usuais que no contexto festivo são permitidos. O festejo popular é formado por uma massa de conteúdo afetivo, compreendendo este acontecimento como uma massa festiva – nomenclatura elaborada por Elias Canetti que, sobre isso, relata:

[...] Nada nem ninguém os ameaça; nada os compele à fuga; a vida e o prazer estão assegurados por toda a duração da festa. Muitas proibições e separações estão suspensas; aproximações deveras incomuns são permitidas e favorecidas. Para o indivíduo, a atmosfera não é de descarga, mas de descontração [...]. As pessoas se movem não com as outras, mas por entre as outras (CANETTI, 1995, p. 59).

No carnaval de rua a foliã e o folião não são restritos ao papel de espectadores limitados a observação do festejo, pois são o principal sustentáculo para sua existência nas ruas. Argumento que se ampara através da análise de Bakhtin (2008) quando o pensador alega que nessa cena da cultura popular não há separação entre atores e espectadores, situando a festa carnavalesca na fronteira entre a arte e a vida. É deste espaço formado de maneira efervescente que se origina nas ruas o espaço do carnaval repleto de saberes artísticos permeados pelos acontecimentos cotidianos, políticos e históricos e do Brasil, interagindo com eles frequentemente por meio de uma configuração irreverente, sem negar as contradições em que estamos submersos, nos convoca a refletir.

SUMÁRIO



No contexto do carnaval que se concretiza nas ruas é comum que exista a compressão de corpos, dada a proximidade na qual as pessoas estão uma das outras somas se isto a liberdade de expressão artística. A arte carnavalesca das ruas não possui formatos ou normas, não requer conhecimento prévio. Qualquer norma ou regra de expressividade se flexibiliza e não se impõem como condição para as foliãs e os foliões proclamarem-se como seres do carnaval.

A pesquisadora de carnaval Fátima Costa de Lima (2008) anuncia que, anualmente, o povo brasileiro ocupa maciçamente às ruas para brincar carnaval, e o bloco é uma das composições possíveis para ocupar as ruas de forma carnavalizada, dentre os enlaces coletivos que esta experiência pode proporcionar.

Um bloco de carnaval é uma pequena célula de folia alimentada pelo desejo de experienciar a descarga. Segundo Elias Canetti (1995), descarga é algo que acontece no corpo individual quando localizado no interior da massa, gerando a sensação de que as separações individuais não mais existem ou estão fragilizadas, é todos os corpos se equivalem em importância (SILVA, 2022, p. 175-176).

Quando constituída a massa carnavalesca, sendo ela festiva por excelência, as hierarquias sociais são mitigadas e a interdependência entre as pessoas é valorizada. Para Canetti (1995) no espaço onde as massas festivas acontecem existe uma abundância de recursos, tais como bebidas e comidas, porém, entendo que especificamente nos blocos de carnaval o recurso disponível abundante e almejado é a alegria vivida em grupo. As muitas foliãs e foliões quando imersos nos acontecimentos do bloco podem compartilhar desta insurgência coletiva extasiante. O bloco de carnaval é aproveitado em coletivo, desfrutar dessa festa é cuidar para que muitos outros blocos ocorram no futuro. Segundo Canetti (1995, p. 58) “As festas chamam outras festas, e, graças à densidade de coisas e pessoas, a vida se multiplica”.

SUMÁRIO

A arte carnavalesca emerge do hiato entre os corpos, uma busca por conexão que deságua na perda ou redução do medo do contato físico com o desconhecido. Elias Canetti (1995) nomeia a perda deste temor como alívio, fenômeno possível quando a massa é composta por um grande número de corpos que se comprimem uns contra os outros. Esta proximidade e conexão entre seres são desejadas nos cortejos dos blocos de rua dos quais participo, assim como existe a busca pela descarga, de acordo com Canetti (1995) é a condição principal de libertação das distâncias sociais no interior da massa:

O acontecimento mais importante que se desenrola no interior da massa é a descarga. Antes disso a massa não chega a existir realmente; é através da descarga que ela se integra de verdade. A descarga é o momento no qual todos os que pertencem a ela despojam de suas diferenças e sentem-se iguais [...]. Somente todos juntos são capazes de se libertar de suas distâncias. E é exatamente isto o que acontece dentro de uma massa. Na descarga todas as separações são colocadas de lado e todos se sentem iguais (CANETTI, 1995, p. 14-15).

No que se refere às reflexões acerca da mitigação das distâncias sociais no carnaval obtidas pela conexão de corpos, Bakhtin (2008) e Canetti (1995) apresentam espaços de convergências em suas análises, desde que mantida a proposição de carnaval como massa festiva. O primeiro discorre sobre o carnaval na Idade Média e o contraste estabelecido entre ele e a extrema compartimentação em estados e corporações que caracterizavam o hierárquico sistema feudal. Sobre a festividade Bakhtin anuncia “Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (2008, p. 8). O teórico exalta esta reflexão referindo-se à possibilidade de contato livre e familiar presente no período carnavalesco já que é possível conexão entre indivíduos apartados no convívio da vida cotidiana, a vida oficial, pelos obstáculos impostos pelas condições de emprego, idade, fortuna e situação

SUMÁRIO

familiar. Tal ponderação tem correlação com o pensamento sobre a configuração das massas, em específico a massa festiva, de acordo com Canetti “Muitas proibições e separações estão suspensas; aproximações deveras incomuns são permitidas e favorecidas” (1995, p. 57).

Bakhtin (2008) anuncia o carnaval como possibilidade de segunda vida, uma alternativa à norma oficial em vigor, um período de festejo que se distancia dos oficiais que aconteciam na Idade Média, tanto os promovidos pela igreja quanto os organizados pelo Estado feudal, tais eventos não mobilizaram o povo contra a ordem vigente, não instigavam sublevações. Em certa medida colaboraram para fortalecer o regime em vigor, direcionando a atenção somente para o passado e servindo-se dele para lograr a ordem social em curso. Esta reflexão traz o contraste entre o tom sério das festas oficiais e o princípio cômico de folguedos que proporcionam ao povo breves momentos de inversão das normas e flexibilização de hierarquias sociais que podem propiciar possibilidades de insurreições contra a norma oficial em vigor. Um futuro não predeterminado, portanto, disponível para ser construído. Esta cena possui potencial para fomentar sublevações contra a ordem oficial estabelecida, tanto na idade média como também na atualidade. A análise de Bakhtin (2008) sobre o carnaval como possibilidade de viver às avessas no período Idade Média é descrita no seguinte trecho:

Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro ainda incompleto (BAKHTIN, 2008, p. 8-9).

A potência do riso carnavalesco é um dos fatores que interpretado como fomentador da segunda vida carnavalesca como possibilidade de insurreição social, uma vez que pode propiciar o ambiente para as sublevações populares. A natureza do riso no acontecimento

SUMÁRIO



carnavalesco foi observada por Bakhtin que apresenta seu olhar pautado em três possibilidades de explicação que se somam:

[...] a natureza do riso complexa do riso carnavalesco. É, antes de mais nada, um riso festivo. Não é, portanto, uma reação individual diante de um outro fato 'cômico' isolado. O riso carnavalesco é em primeiro lugar patrimônio do povo (esse caráter popular, como dissemos, é inerente à própria natureza do carnaval); todos riem, o riso é 'geral'; em segundo lugar, é universal, atinge a todas as coisas e pessoas (inclusive as que participam no carnaval), o mundo inteiro parece cômico e é percebido e considerado no seu aspecto jocoso, no seu alegre relativismo; por último, esse riso é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente (BAKHTIN, 2008, p. 10).

Terry Eagleton (2010) traz à baila a gargalhada bruta de uma hilariante ambivalência forjada na convergência da destruição com a liberdade, exaltando ainda mais o caráter dual do riso, caracterizando-o, em iguais proporções, tanto como negativo quanto positivo. Nesta esfera de reflexão ambos coexistem e participam do caráter transgressor do riso carnavalesco que desafia a lógica dicotômica do certo ou errado.

O carnaval promove um estado de exceção dentro do estado de exceção que vivemos, porque nele se vive apoiado pela vida em coletivo, valorizando a interdependência entre as pessoas que compõem a folia. Na época presente, na qual estou inserida, a existência de uns sobrepõe à vida de outros enfatizando hierarquização entre os corpos e seu potencial de vida. Nesse sentido, o carnaval brasileiro constela um prelúdio do verdadeiro estado de exceção, como proposto por Walter Benjamin – ou seja, abole ou fragiliza a dominação e direciona para a sociedade sem classes. Segundo a leitura que Michael Löwy faz das teses *Sobre o conceito de história* de Benjamin:

Esse 'estado de exceção' utópico é prefigurado por todas as revoltas e sublevações que interrompem apenas por um

breve momento o cortejo triunfante dos dominantes. Ele encontra também uma prefiguração lúdica – e até mesmo grotesca □ em algumas festas populares como o carnaval. Benjamin concorda, nesse caso, com Bakhtin (LÖWY, 2005, p. 85).


Uma questão identificada por Eagleton (2010), com relação às formulações de Walter Benjamin quando este olha para os surrealistas, segundo o filósofo, ensaísta, tradutor e crítico literário alemão o mesmo deve ser feito também ao c-carnaval, já que os surrealistas realizam usos mágicos da linguagem, paisagens urbanas de equivalências secretas, são entusiasmados pela tecnologia e dedicados ao inconsciente, transportada esta lógica para a cena do carnaval, Eagleton propõem uma reflexão que é um incentivo a ação, na seguinte afirmação “Poderia a sua libertação inebriante ser politicamente direcionada?” (EAGLETON, 2010, p. 167).

AS MARCHAS POLÍTICAS, PASSEATAS E ATOS: O EXEMPLO DAS MARCHAS DAS VADIAS, IR ÀS RUAS, ALÉM DO CARNAVAL, DESPERTAR AFETOS!

A rua, espaço multirrelacional de infinitas possibilidades de trocas afetivas. Neste ambiente é comum que se vivencie a potência das massas, a interdependência entre as pessoas evidencia se a cena de rua é um ambiente de afeto e lutas. Espaço público por excelência, nele se constrói arte política. Nas marchas políticas, assim como o carnaval dos blocos, a interdependência entre nós humanos fica em evidência e contraria a lógica atual que estamos inseridos.

Nesta cena, nossos corpos assumem o lugar de bandeiras, termo que Carla Gomes e Bila Sorj (2014) ponderaram quando discorrem sobre a Marcha das Vadias na qual exacerbam a relevância do uso do

SUMÁRIO



corpo como instrumento reivindicador: “O corpo tem um importante e duplo papel na marcha: é objeto de reivindicação (autonomia das mulheres sobre seus corpos) assim como é também o principal instrumento de protesto, suporte de comunicação. É um corpo-bandeira” (GOMES; SORJ, 2014, p. 237). As pesquisadoras mencionam que frases escritas diretamente na pele também transformam os corpos em suas próprias bandeiras, despertando os olhares curiosos de quem passa.

Entendo os grupos que organizam atos e marchas como “cristais de massa” (CANETTI, 1995), pois saem às ruas com a intenção de juntar pessoas em torno das pautas que levantam. Esses grupos cortejam pelas ruas presenciais e, com advento da pandemia, também com mais frequência pelas virtuais, vão somando cada vez mais gente, inúmeras são as combinações possíveis para gerar esse estopim assim como variadas são as motivações que unem as pessoas para protestar juntas por suas pautas. A união entre arte e política objetiva afetar as pessoas que observam as marchas, tensionando a ordem do sensível, a partir desse recorte que muito aproxima os atos políticos dos fazeres inebriantes do carnaval pondero o potencial afetivo das passeatas e atos políticos.

Em *Afetos do engajamento político das marchas das vadias*, Cristina Scheibe Wolff e Morgani Guzzo (2020) buscam refletir a respeito da relação entre os afetos e a mobilização política feminista, tendo como base a Marcha das Vadias. Segundo elas, a marcha surgiu no Canadá, em 2011, com o nome de *SlutWalk*, colocando em evidência os discursos institucionais de culpabilização das vítimas pelas violências sofridas. No Brasil, as Marchas das Vadias aconteceram em várias cidades entre os anos 2011 e 2017, as pesquisadoras Wolff e Guzzo (2020) ressaltam que nas terras Brasileiras existem características muito distintas entre si na composição da Marcha. As pesquisadoras ponderaram sobre o contexto de desigualdade social fundado em uma estrutura de opressão interseccional que combina classe, raça, gênero

SUMÁRIO

e sexualidades, desde o período colonial Brasileiro. A respeito desta temática Guzzo e Wolff explicam:

As manifestações da Marcha das Vadias podem ser compreendidas como espaços e momentos em que os sentidos ficam 'à flor da pele', pois os corpos, tanto de quem participa das Marchas quanto de quem as observa de fora, são afetados por uma profusão de contatos corporais, imagens e sons (GUZZO; WOLFF, 2020, p. 4-5).

A presença do corpo como instrumento para reivindicações, exibição de posicionamento e resistências sendo um ponto bastante relevante nas marchas políticas, principalmente as de base feminista. Assim como no carnaval, o sensível e as subjetividades se tornam aliados de luta política nas passeatas e atos.

A PERNA DE PAU NO CARNAVAL DOS BLOCOS DE RUA

A perna de pau é um brinquedo que faz do corpo humano um corpo pernalta. O termo pernalta é uma afetuosa nomenclatura que nasce da conjunção de duas palavras: perna e alta. Este ser gigante transita em muitos espaços de encontro e arte: companhias de teatro e de circo, escolas de samba e blocos de carnaval entre outras possibilidades. Muitas são as artes das quais participam as pessoas pernaltas, no teatro a Grande Companhia Brasileira de Mistérios e Novidades, sediada na capital carioca desde 1998, tem íntima relação com o carnaval de rua. No carnaval, as escolas de samba cariocas também recorrem à perna de pau em seus desfiles, como no carro Abre Alas da agremiação campeã do Grupo Especial Estácio de Sá que, no ano de 1992, com o enredo *Paulicéia Desvairada – 70 Anos de Modernismo no Brasil*, levou para a Passarela do Samba Professor Darcy Ribeiro,

SUMÁRIO


o sambódromo, uma Comissão de Frente agigantada pela perna de pau (BRUNO; COSTA; MELO, 2015).

De acordo com Bortoleto (2003), “perna de pau” é uma expressão substantiva que nomeia uma prática corporal, assim como também denomina o aparelho capaz de transformar pessoas comuns em “gigantes”. Vivo esta forma agigantada de existência como algo que é percebido de maneira díspar: trata-se de uma aparição alegórica, pois apresenta algo que não se encerra em si mesmo, pois por meio de sua imagem ela alude não somente a momentos que estão acontecendo naquele instante, mas também aos que não acontecem no espaço e no tempo de sua concretude material.

O brinquedo perna de pau é como uma parte do meu corpo, que me proporciona uma conexão mágica entre terra e céu. Ser pernalta é fazer de cada passo um eterno desafio, andar no desequilíbrio. É assim que nós, pernaltas, fazemos a mágica: andando com nossas pernas de pau vivemos um mundo novo, pois ela agiganta as emoções. Foi por meio desse agigantamento que mulheres se uniram para construir a festa carnavalesca na rua.

A perna de pau se conecta, atinge e mobiliza diversos componentes dos corpos físicos e subjetivos de quem faz dela parte do seu próprio corpo. O transbordo de paixões que a perna de pau instiga acomodou-se bem à folia de momo, esta ligação foi impulsionada nos blocos de carnaval de rua do Rio Janeiro e posteriormente se estendeu para muitas outras cidades. O uso da perna de pau nos blocos da capital fluminense passou a fazer parte da realidade carnavalesca da cidade através da proliferação dos blocos do movimento neo-fanfarrístico. Nós, as mulheres que usam a perna de pau como ferramenta artística de empoderamento feminista assim como outras que arquitetam a cena carnavalesca nas vias públicas, vamos para o carnaval munidas do discurso de liberdade usufruindo dos momentos de fissuras nas regras e tabus estabelecidos na sociedade antiga e atual que

SUMÁRIO



ocorre no período destinado ao folgueto devido as ordens invertidas (BAKHTIN, 2008). Nossos corpos usam da dimensão do sensível e formam imagens de protestos e reivindicações nas praças públicas em conexão com os blocos de carnaval de rua, frequentemente usamos nossa estatura agigantada para questionar as normas vigentes. Como uma dessas mulheres, no carnaval vivo o mundo às avessas, amplificada por este brinquedo popular denominado perna de pau, “Esse brinquedo ancestral que se veste ou se calça, transforma os que se conectam a ele em uma grande alegoria, agigantando as possibilidades que o corpo sozinho ou em coletivo podem alcançar” (SILVA; MONTANHEIRO; MENDES, 2020, p. 191).

A imagem visual percebida por quem olha para aquele corpo agigantado é composta de partes diferentes. Quando este corpo aparece nas ruas, ele estabelece conexões com quem o vê. Como contrapartida, ele fornece ao/à pernalta outra possibilidade de percepção de si que se diferencia da autopercepção cotidiana. Esta transformação se relaciona com a mudança de estatura, o que repercute no corpo de quem ousa subir na perna de pau e, lá em cima, desfrutar a cidade.

O que percebemos é que nosso corpo pernalta não se basta em sua unidade individual. Pelo transbordamento das emoções nos conectamos com outras existências, sejam elas também pernaltas ou não. Dessa forma nossas subjetividades pernaltas são apreendidas por outros corpos.

De acordo com Judith Butler (2018), nosso corpo pode ser um meio de existir para o outro, para quem aparecemos em configurações diversas que nós mesmos não podemos ver, ouvir ou dimensionar com precisão. Através do corpo nos tornamos acessíveis a várias existências. Nós, pernaltas, não podemos prever as consequências das relações com o outro, mas sabemos que elas são construídas no coletivo, junto com o outro. Nesse sentido, quando a perna de pau maximiza

SUMÁRIO


a percepção das emoções, a situação fundamental do desequilíbrio faz do caminhar do/a pernalta um terreno fértil para essas relações.

Embora andar em perna de pau necessite de algum vigor físico, estar sobre este brinquedo costuma exigir também adaptação a diferentes tipos de corpos. Desta forma, o/a pernalta atrai para seu convívio um grande e variado grupo de pessoas, em especial a multiplicidade de mulheres posicionadas das mais diversas formas na sociedade. É delas uma pluralidade de formas e situações corporais, pois o uso de pernas de pau não se restringe a pessoas circenses ou em condição física análoga à de atletas. Este objeto popular e de uso popular nos torna imensas desde o momento em que nele atamos nossos pés, o que nos torna gigantes aos nossos olhos assim como aos das outras pessoas.

A perna de pau agrega visualidade ao bloco de carnaval e colabora na comunicação entre seres da folia localizados mais distantes da parte central deste acontecer carnavalesco, as foliãs e os foliões que estão nas bordas dos blocos fazem contato visual com as pernaltas e são transportados para parte mais interna do cortejo, colaborando para a coesão do bloco. Além disso, a presença das pernaltas abrindo as ruas para a passagem dos blocos, conduzindo os cortejos festivos do carnaval neo-fanfarrístico nos acontecimentos carnavalescos de alguns blocos pelas ruas da capital fluminense, é frequente. Esta é uma demonstração de parte do potencial que este artifício ou brinquedo popular é capaz de proporcionar. Essa potência articuladora e comunicadora intrínseca a perna de pau se conectou ao corpo de algumas mulheres e passou a integrar e maximizar a forma como nós, mulheres, usamos nosso corpo como uma espécie de bandeira de causas políticas. Do mesmo modo, também estabeleceu entre nós um espaço de trocas afetivas por meio da arte carnavalesca.

Com as questões políticas imbricadas no fazer estético carnavalesco, sentimos que os dias destinados ao folguedo não poderiam ser os únicos em que carnavalizaríamos as ruas com nossas pautas

SUMÁRIO



em um espaço de trocas afetivas por meio da arte carnavalesca. Se há uma luta contra a interdependência entre pessoas, a questão do indivíduo no capitalismo aparece na medida em que eu me construo na presença da outra. A fragilidade de estar na perna de pau em meio à multidão traz para a pernalta a necessidade de aproximar-se das outras. Procurar o outro se torna mais latente e desafia a imposição de separação de corpos imposta pelo capitalismo. Nesse sentido, são das pernaltas corpos que saem nas ruas e potencializam a interdependência. O uso deste brinquedo atua como aporte para extrapolar os limites do eu por meio da maximização da percepção das emoções e acomodou-se bem ao folguedo carnaval, esta ligação tomou fôlego nos blocos de carnaval de rua. Nossos corpos se unem agigantados e apaixonados nos dias de folia para brincar e postular nossas reivindicações.

Nesta cena alegre, irreverente, contestadora e política que é o carnaval de rua em meio a aglomeração me conectei a perna de pau. A eficácia comunicadora intrínseca da perna de pau se conectou ao corpo de algumas mulheres e passou a integrar e maximizar nossas possibilidades de fala no carnaval de rua. Este brinquedo popular somou sua visualidade aos blocos de carnaval que são construídos para serem sentidos a distância através dos instrumentos das orquestras de fanfarras entre eles saxofone, tuba, trompete e percussão e depois através da visualidade proporcionada pelas pernaltas. Eu nas alturas pelas pernas de pau fui brincar carnaval maximizando as possibilidades do sentir pelo agigantamento proporcionado através dela. A perna de pau se conecta, atinge e mobiliza diversos componentes do corpo físico e subjetivo de quem a usa; ou melhor explicitando, de quem faz dela parte do seu próprio corpo: seja como atividade física, lúdica, cênica ou afetiva, seu uso evidencia em quem a usa o desejo de aproximação de outros corpos e de desenvolvimento das potências de nossos próprios corpos. Estes corpos quando agigantados pelas pernas de pau, nos conectam umas com as outras nos cortejos dos blocos de rua, fazemos de nossos corpos nossos aliados performáticos

SUMÁRIO

e proporcionam um encontro com nossos medos e potencialidades. Por meio do acoplamento com as pernas de pau nós percorremos uma imensa margem de emoções, do medo ao êxtase, quando se está nas alturas sobre as pernas de pau. Nós propagamos afetos.

Os afetos possíveis que podem se propagar através de uma imagem formada por um corpo alterado por meio de um artifício, um objeto que se acopla a ele e o ressignifica a partir de uma construção visual, que altera as percepções de olhar e movimentos do corpo modificado, promovendo assim, novos diálogos com o espaço em que se encontra e com os outros corpos que com ele dialogam (SILVA; MONTANHEIRO; MENDES, 2020, p. 191).

Nos momentos em que estamos no alto sobre nossas pernas de pau, ao lado umas das outras, acontece uma imersão na fragilidade e na potência, faculdades que coabitam os corpos pernaltas com igual valor e importância. Este corpo nas ruas é receptáculo de sensações que, para um olhar não reflexivo, podem ser incongruentes. Mas, quando se encontram no corpo pernalta destinatário de sorrisos, a/o pernalta urbana/o provoca reações por onde passa, a cada passo em desequilíbrio. Isso contribui para descobrir um mundo novo em chãos de ruas que, antes, pisamos de outra forma, que habitamos de outra forma e que, sobre as pernas de pau, sentimos de outra forma e ressignificamos. Viver no mundo que já se vive sob outra perspectiva encoraja e motiva para buscar essa segunda vida também fora da espacialidade e da temporalidade carnavalescas. Nesta cena da cultura popular, de ordens às avessas onde se vive uma segunda vida, as mulheres que foram privadas dos espaços públicos da política encontraram na arte o elo para se conectarem e no carnaval o espaço propício para isso.

A visualidade que comunica através do corpo agigantado pela perna de pau, amplifica as possibilidades da materialidade do corpo ser empregado como bandeira, termo elaborado pelas autoras Carla Gomes e Bila Sorj (2014). Esta mulher agigantada busca visibilizar suas inquietações, urgências e principalmente suas reivindicações,

SUMÁRIO


este corpo que aproveita da linguagem artística carnavalesca e faz dela aliada para transmitir suas mensagens, e maximizado pelo uso das pernas de pau pelas mulheres dos blocos de carnaval de rua.

A perna de pau circulante em alguns blocos da capital carioca, frequentemente utilizada para sublinhar o empoderamento das mulheres pernaltas na cena da rua, tornou-se recurso artístico recorrente para colocar em evidência, de forma material, as pautas políticas e sociais nas quais as pernaltas são engajadas. Um questionamento surgiu entre as mulheres pernaltas: seria o espaço do carnaval dos blocos, os que acontecem dentro do calendário ou não, o único no qual usaríamos deste instrumento artístico político?

GIGANTES NA LUTA

A maneira como nós existimos nas ruas e como colocamos nossos corpos nelas, pode dizer muito sobre a maneira como percebemos a cidade na qual vivemos assim como o que desejamos dela. O carnaval, com sua segunda vida bakhtiniana (BAKHTIN, 2008), é a cena na qual as ordens se invertem, mesmo que numa curta janela de tempo. A figura da pernalta, esse ser que ultrapassa a janela do tempo de exceção, que é o carnaval, caminha para além dos dias da folia carnavalesca, carrega em si a sensação de hierarquias rompidas ou fragilizadas para o espaço fora do carnaval. Se a imagem da mulher é ainda lida como mítica por ser inadequada aos espaços de decisões, consequência do histórico de nossa presença do espaço social de construção coletiva (FEDERICI, 2014), através da arte da perna de pau e na comuna do carnaval, a imagem da pernalta faz de nós mulheres seres pertencentes e atuantes dos espaços públicos deliberativos. É essa imagem que prolonga a sensação do carnaval para além do tempo destinado à festa.

SUMÁRIO



As mulheres pernaltas neste ambiente festivo que configura um estado de exceção (LÖWY, 2005) à norma vigente embora em caráter temporário estabelece fissuras: “é um Cenário fértil para observar as potencialidades de desconstrução de certezas seculares e forjadas pelo fortalecimento da hierarquização de gênero” (SILVA; MONTANHEIRO; MENDES, 2020, p. 191-192). Nele o corpo das mulheres usado como bandeira (GOMES; SORJ, 2014) em pernas de pau usado tem seu potencial mobilizador político maximizado. Desta confluência de fatores emerge uma urgência: carnavalizar, através de nossa arte pernaltas, espaços de reivindicação política.


Com isso, o olhar de algumas pernaltas, incluindo o meu, foi direcionado especificamente para os momentos de ações políticas nas ruas: as marchas, passeatas e os atos políticos passam a ser centro das atenções para um grupo de mulheres em pernas de pau. Da urgência de ocupar as ruas e evidenciar nossas pautas através da linguagem artística carnavalesca que nasce nos blocos, surge a coletiva Gigantes na luta. Um grupo de mulheres feministas que andam de pernas de pau engajadas em causas sociais e políticas. A coletiva nasce da estética, da energia e do caráter transgressor do carnaval de rua e ocupa espaços que ultrapassam os acontecimentos dos carnavais de rua datados pelo calendário cristão. Gestado nas ruas do Rio de Janeiro, esta associação entre mulheres passou a compor os espaços da rua junto a outros grupos nos momentos de reivindicações, atuando em parceria com movimentos sociais e outras organizações de lutas progressistas durante atos e marchas políticas. Da mesma forma que o carnaval, as Gigantes na luta também conquistaram presença com abrangência nacional.

AÇÕES DAS GIGANTES NA LUTA: DAS RUAS PRESENCIAS A CENA VIRTUAL

A coletiva Gigantes na luta foi gestada através da união de mulheres pernaltas que compõem os blocos de rua da capital carioca, o Rio de Janeiro. A princípio nos unimos apenas para compor a marcha carioca do 8 de março em 2017, sem o entendimento que éramos ou poderíamos ser uma coletiva e que nossa presença nos atos poderia se perpetuar. Na marcha feminista do 8 de março em 2017 na capital fluminense sob nossas pernas de pau abrimos a faixa “juntas somos gigantes” pela primeira vez. Esta ação nos comoveu, assim como as pessoas que ali estavam, o que vivemos no carnaval causa grande comoção também quando sai do calendário e acontece em outros momentos.

Após o primeiro aparecimento como pernaltas na marcha feminista, alguns questionamentos nos surgiram. O que vamos fazer com essa potência? O que vamos fazer com essa imagem que criamos na rua e todo potencial que salta dela? Através de um processo de pulverização do carnaval neo-fanfarrístico pelo Brasil, sempre integrado às pernaltas, o mundo carnaval foi fornecendo mais pernaltas em outras cidades fora do Rio de Janeiro. Desta maneira, fomos nos entendendo como uma coletiva através de um processo de diálogo entre nós, que foi impulsionado também pelo assassinato da vereadora Marielle Franco que ocorreu no dia 14 de março de 2018 e segue até a presente data sem solução. Fato ocorrido poucos dias após a segunda aparição das pernaltas na marcha feminista do 8 de março na capital Fluminense. Outro evento que colaborou para a consolidação da coletiva aconteceu também no mesmo ano, as campanhas para eleições presidências que motivaram as mulheres de várias cidades do Brasil a se organizarem em duas marchas intituladas de *EleNão*. Nós, Gigantes na Luta, participamos da construção e realização dessas marchas que aconteceram em dois momentos distintos no período eleitoral do ano de 2018.

SUMÁRIO



Passada a marcha feminista do 8 de março e o carnaval de 2020 a pandemia da covid-19 que assolou a humanidade, nos impondo regras sanitárias e exigindo o máximo de distanciamento uns dos outros com o objetivo de preservar vidas. Com isso, o cancelamento dos atos nas ruas por conta da pandemia não impediu as intervenções para lembrar a impunidade que permeia o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes assim como aconteceu com a emblemática data do calendário feminista, na trilha dos carnavais das ruas as pernaltas Gigantes na Luta migraram seus fazeres para a cena virtual também fazendo uso das redes sociais como espaço de aparecimento acerca deste espaço. A autora Judith Butler menciona reflexões de Arendt sobre a relevância política do aparecimento dos corpos.

Arendt também afirma que o espaço faz surgir a política: 'trata-se do espaço de aparecimento, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço onde apareço para os outros e onde os outros aparecem para mim [...]'. Para Arendt, a ação política acontece na condição de aparecimento do corpo. Eu apareço para os outros e eles aparecem para mim, o que significa que algum espaço entre nós nos permite aparecer (BUTLER, 2018, p. 53-55).

Os espaços virtuais durante a pandemia hospedaram as manifestações políticas das Gigantes na Luta assim como de alguns carnavais de rua. O mundo virtual tem nas imagens uma potente ferramenta comunicadora. Para garantir a ação política por meio da visibilidade de nossas pautas, em função do 8M, fizemos uso do espaço virtual facilitado pelas redes sociais. Determinadas a seguir existindo enquanto pernaltas feministas e conectadas umas às outras, nós, as Gigantes na luta, convidamos as mulheres pernaltas do Brasil a postarem suas fotos e vídeos em sua rede social *Instagram* marcando o perfil desta mesma rede da coletiva Gigantes na Luta tendo como centro a perna de pau no contexto da marcha feminista do 8 de março. Várias mulheres Gigantes na luta postaram em seus perfis memórias das suas presenças ou momentos inesquecíveis da marcha feminista do 8 de

SUMÁRIO

março. Foram manifestações digitais efêmeras que ficaram disponíveis nos perfis do *Instagram* das autoras por até 24 horas. Com a finalidade de tornar este acontecimento menos perecível, parte das publicações realizadas em perfil individual que fizeram menção ao *Instagram* das Gigantes na Luta foram salvas no perfil da coletiva, em formato de destaque, essas lembranças formaram uma marcha virtual nomeada na rede social como 8M 2021 VIRTUAL.

Além disso, foi publicado nesta mesma rede social das Gigantes na Luta um manifesto que reuniu algumas das colocações debatidas, assim como desejos das Gigantes na Luta. Manifesto Gigante na luta 8M 2021:

Sabemos que os obstáculos são grandes.

Mas juntas podemos ser muito maiores, podemos ser Gigantes!

Este 8M nos traz a reflexão que apesar de muitas conquistas já realizadas no Brasil ainda temos muito pelo que lutar.

E temos a necessidade de nos reinventar. Reinventar nossa luta. Desejantes de um mundo que seja igualitário, justo e respeite as diferenças. Nós mulheres que por muitas vezes temos a responsabilidade do trabalho reprodutivo defendemos a luta pela vida saudável e digna para todos.

Por isso dizemos: Mulheres na luta pela vida

Fora Bolsonaro! Vacina para toda população e auxílio emergencial já! Resistiremos inspirados pela história da luta das mulheres e esperando inspirar tantas outras companheiras a serem GIGANTES.

Submersas em subjetividades que foram movimentadas pela marcha 8M 2021 VIRTUAL por meio da interface digital, chegava a galope o catorze de março, 14M, data em que completou três anos do crime cometido na cidade do Rio de Janeiro contra Marielle e Anderson. A urgência de exigir justiça não foi atenuada pelo distanciamento físico. “Marielle Gigante” diz a faixa gigantesca que as pênaltas da

SUMÁRIO

coletiva carregam pelas ruas nos protestos que chamam atenção para o crime. Afastadas das ruas, mas não da militância política, direcionamos o foco para a ação na cena virtual, que tornou-se espaço político, espaço de aparecimento (BUTLER, 2018) viável para a ocasião outra vez. Sendo assim, fizemos uso da rede social *Instagram* para promover a ação virtual. A nossa manifestação aconteceu com várias Gigantes na luta, postando uma foto, apresentando apenas sua ferramenta de empoderamento feminista: as pernas de pau acompanhadas da frase que carregamos nos atos em prol de justiça. Uma alegoria que ambicionou apresentar a grandiosidade desta mulher política vítima de um crime ainda sem resolução, tais alegorias também ficaram salvas em nosso perfil no *Instagram*.

2021 ATO PRESENCIAL: VACINA NO BRAÇO, COMIDA NO PRATO, FORA BOLSONARO!

No sábado, 29 de maio, após um longo período sem ações presenciais as Gigantes na Luta somaram seus corpos a outros corpos em luta nas marchas políticas em uma primeira ação presencial nas ruas. Foram manifestações contra o atual governo ou, como alguns gritos de ordem anunciam: desgoverno, em prol de vacinação em massa. Ocorreram em dezenas de capitais brasileiras assim como também em cidades do interior do país e no Distrito Federal. Após esta data estivemos presentes também em outras ações sempre buscando alinhamento com as recomendações sanitárias com o objetivo de respeitar e preservar vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte encontra a política em diversos espaços da existência humana. A rua é um desses espaços, sendo ela multirrelacional é ambiência de transgressões. Neste contexto, o carnaval de rua abriga corpos insurgentes por sublevações, cena na qual alguns desses seres encantados de carnaval: mulheres como eu, em pernas de pau, usam o corpo de maneira artística e política, materializando nas ruas a confluência entre arte e luta política. O transbordo de paixões desses corpos nos blocos chegam até as passeatas e atos políticos. Essa relevante e Gigante participação do carnaval quando caminha para além do período destinado a este folguedo popular do calendário Cristão, materializa nas ruas a potência da linguagem artística carnavalesca e seu potencial comunicador.

A segunda vida e a inversão das ordens vigentes descritas por Bakhtin (2008) direcionam e incentivam meu olhar para as questões que saltam da minha vivência como foliã Gigante, algumas delas ponderadas neste texto. Aproximando a escrita acadêmica de minha existência nas ruas, nos encontros ou nas brechas entre a luta e arte, sigo em minha caminhada cambaleante que se assemelha ao meu andar sobre as pernas de pau: a cada passo uma nova descoberta mesmo que em solo já conhecido. Nesta existência política-artística de mulher nas ruas, sendo elas presenciais ou virtuais, assim como nos espaços destinados às construções teóricas, a ilusão de conclusão não habita meu entendimento já que incompletude me convoca a buscar sempre mais.

O epílogo deste texto, que apresentou algumas reflexões sobre o entrecruzar da arte com política no corpo da mulher, ambiciona despertar indagações a você que porventura chegue a este espaço de leitura, que também se faz espaço de encontros, de política e de reflexão. Desejo que saia dele com mais perguntas do que respostas, pois são os questionamentos que em geral nos fazem avançar.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. O contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2008.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. A perna de pau circense: o mundo sob outra perspectiva. **Motriz**, Rio Claro, v. 9, n. 3, p. 125-133, set/dez. 2003.

BRUNO, Leonardo; COSTA, Ramiro; MELO, Gustavo. Série especial capítulo 6: num desfile inesquecível, Estácio de Sá é campeã do Grupo Especial. **Globo, Extra**, 06/02/2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/carnaval-historico/serie-especial-capitulo-6-num-desfile-inesquecivel-estacio-de-sa-campea-do-grupo-especial-15258739.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

EAGLETON, Terry. **Walter Benjamin**: rumo a uma crítica revolucionária. Trad. Beatriz Figueiredo. Fortaleza: Omni, 2010.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2014.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, Geração e Identidade: a marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, maio/agosto 2014.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e72429, 2020.

LIMA, Fátima Costa de. Espaços de rua de espetáculos no carnaval de Florianópolis. **Linhas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 124-152, jul.-dez. 2008.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. **Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lurz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

SUMÁRIO

SILVA, Paula Batista; MONTANHEIRO, Adriana Martinez; MENDES, Jurandir E. P. Junior. Conversa a 3: trocas, palpites e percepções sobre figurino. *In*: SOUZA, Caroline Vetori de. *et al.* (org.). **Ficções insurgentes**: artes vivas em estados de emergências. Florianópolis: Caiaponte, 2020, p. 182-195.

SILVA, Paula Batista da. Dos blocos aos atos: pernas de pau como ferramenta de empoderamento feminista. **Caderno expandido**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 175-177, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11ezpH9Ju1v2z1Hnp5jfaLj0iabuOLZZD/view> Acesso em: 14 fev. 2022.





25

Arianna Sala

Caroline Soares de Almeida

Cristhian Fernando Cajé Rodríguez

Lucas Martinelli

Malika Ouacha

Trabalho de Campo e Questões de Gênero:

diálogos entre o Norte e o Sul Global

Ethnographic fieldwork and gender issues:

dialogues between the Global North and Global South

Trabajo de Campo y Cuestiones de Género.

Diálogos entre el Norte y el Sur Globales

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96375.25

INTRODUÇÃO

Em 2019 nos propusemos a reunir um grupo de pesquisadoras e pesquisadores que realizam trabalho de campo com foco nas questões de gênero para abordar diferenças em distintos contextos transnacionais. Imaginamos que o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12* seria um excelente lugar para mobilizar-nos, viajar e encontrar-nos presencialmente para uma semana cheia de discussões, debates, aprendizados, afetos e trocas intelectuais, como o Fazendo Gênero sempre foi. Mas a pandemia de covid-19 nos obrigou a reformular as condições para nosso encontro e adaptar-nos ao distanciamento físico. Decidimos então fazer algumas alterações em relação à programação, decididos a manter o diálogo e todas as suas possibilidades: ampliação das redes, possibilidade de crescimento, novas experiências etc. Aceitamos o desafio de construir uma mesa redonda virtual intitulada *Trabalho de campo e questões de gênero: diálogos entre o norte e o sul global*¹⁷⁸ no dia 28 de julho de 2021, utilizando o canal do YouTube do evento.

O lado positivo dessa adaptação foi o alcance que a mesa redonda teve, atingindo um número significativo de visualizações, interações e compartilhamentos, mesmo depois do encontro ao vivo. Pessoas que estavam fora do Brasil conseguiram fazer perguntas e foi possível contar com a mediação de Arianna Sala, que não poderia comparecer ao congresso presencial. Carolina Soares de Almeida, Malika Ouacha e Lucas Martinelli adaptaram suas apresentações para textos que a leitora, o leitor, pudessem acompanhar. Além das apresentações na mesa, os comentários da debatedora foram fundamentais para conseguirmos construir uma proposta empírica comparando as principais diferenças nas abordagens feministas de novas questões

178 Mesa-redonda: Trabajo de campo y cuestiones de género. Diálogos entre el norte y el sur globales. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iqmRX4mz9sM&t=4297s>. Acesso em: 2 ago. 2022.

locais, como a pandemia de covid-19, por exemplo. O diálogo nos ajudou a entender como as pesquisas apresentadas podem ser relacionadas e como os diferentes padrões de desenvolvimento, acesso a direitos fundamentais e de produção de sentidos de igualdade afetam a realidade das mulheres e homens nessas diferentes regiões do mundo, abrindo caminhos para a compreensão e a busca de alternativas feministas para uma situação global de desigualdade social e o acesso a direitos fundamentais.


CAROLINE SOARES DE ALMEIDA

Concebendo um método: a pesquisa em movimento e a circulação de futebolistas mulheres entre o Brasil e Portugal

Às vésperas de completar três anos da minha banca de doutorado, crio coragem para abrir a tese e lê-la novamente, desta vez, sobre um novo olhar. Talvez seja pouco tempo – ou demasiadamente pretensioso da minha parte – para falar em revisitação. Contudo, ao me deparar com páginas que me foram tão custosas de escrever, novos sentimentos e reflexões parecem emergir. O movimento de releitura veio de dois convites. O primeiro da professora Carmen Rial, minha orientadora desde o mestrado, para escrever um capítulo que abordasse metodologicamente meu trabalho de campo com futebolistas brasileiras em Portugal entre março e julho de 2017¹⁷⁹. Logo após, o colega Cristhian Cajé, também pesquisador do Núcleo de Antropologia audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC) gentilmente me convidou para compor esta mesa.

179 Estive em Portugal durante quatro meses, como bolsista CAPES/PDSE no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Durante o deslocamento recebi orientação da Dra. Cristiana Bastos. A conclusão do doutorado em Antropologia Social (PPGAS/UFSC) ocorreu em 2018.

SUMÁRIO




O universo futebolístico não é novidade entre pesquisadoras/es do NAVI. Muitos colegas se lançaram ao trabalho de campo em diferentes clubes brasileiros e estrangeiros. Fernando Bitencourt (2009), por exemplo, permaneceu semanas em uma arquibancada do Centro de Treinamento do Atlético Paranaense até ser notado por jogadores e equipe técnica. A curiosidade sobre aquele que acompanhava todos os treinos, mas não fazia parte da imprensa quebrou, em parte, o distanciamento entre o antropólogo e os outros/interlocutores. A entrada em campo de Luciano Jahnecka (2018) junto a jogadores que atuavam no que chamou em sua tese de “futebol menor”, também conhecido em alguns espaços por amador, foi mais “ativa”. Jahnecka aproveitou da breve experiência futebolística no curso de Educação Física e treinando em pequenos clubes/escolinhas para realizar seu trabalho de campo entre futebolistas brasileiras nos Países Baixos.

Essa relação metodológica a partir do corpo, dentro de uma perspectiva de Loïc Wacquant (2002), também foi em parte vivida por Mariane Pisani (2018) durante sua pesquisa para o doutorado realizada em uma equipe de Futebol Feminino de Guaianases, Zona Leste de São Paulo. A antropóloga alternava sua observação participante, ora fora do gramado, fotografando os treinos e jogos, ora dentro das quatro linhas, treinando com as jogadoras – no sentido de uma participação observante (Loïc WACQUANT, 2002). Ainda no mestrado, Pisani (2012) acompanhou o Foz Cataratas Futebol Clube, na época campeão da Copa do Brasil. Nessa pesquisa, por exigência dos dirigentes, a pesquisadora precisou submeter o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina, situação pouco usual na Antropologia.

Carmen Rial, coordenadora do NAVI e orientadora do grupo, buscou inspiração em uma personagem nos romances de Agatha Christie para as idas ao campo entre futebolistas brasileiros na Europa,

SUMÁRIO



estrelas de clubes globais¹⁸⁰ (Carmen RIAL, 2008). Miss Marple¹⁸¹ foi recriada na versão de Rial no exercício da observação participante tão inserida no *métier* antropológico. A simpática personagem permitia a aproximação da antropóloga com os jogadores sem denotar o usual assédio de mulheres e fãs. A construção dessa intersubjetividade circunstancial (Hélio SILVA, 2009) durante a relação etnográfica permitiu uma profunda reflexão sobre o sistema futebolístico no qual as grandes estrelas circulam.

Conforme nos adverte Mariza Peirano (2014, p. 5), “os métodos (etnográficos) podem e serão sempre novos, mas sua natureza, derivada de quem e do que se deseja examinar, é antiga. Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual”. Assim, sem grandes pretensões e anseios de descobrir uma nova metodologia que pudesse revolucionar a tradicional observação participante malinowskiana, criei minha própria forma de entrar nos diferentes campos e de me relacionar com os diversos atores sociais constituintes da minha pesquisa de doutorado. Falo no plural porque foram diferentes ambientes, dentro de uma perspectiva que se aproximou do *multi-sited* de George Marcus (1995), já bastante difundido nos estudos em Globalização Cultural. Ao mesmo tempo, levei para esse campo o pacote teórico lido, relido e discutido

180 Carmen Rial (2008) introduz o termo em analogia ao conceito de Saskia Sassen de “cidades globais”. Assim, os “clubes globais” estariam associados às cidades globais pertencentes ao sistema futebolístico vigente: “diria que as cidades globais no sistema futebolístico de hoje, as que abrigariam os clubes globais são Madri, Londres, Milão e Barcelona; e que cidades de pouco destaque político-econômico como Sevilha, Eindhoven e Munique apresentam uma importância muito maior no sistema futebolístico do que Nova York, Paris, Berlim ou Los Angeles. Como as cidades globais, as cidades globais futebolísticas são nódulos de fluxos que atravessam as fronteiras de Estados-Nações, e não mais unidades territoriais localizadas no interior” (Carmen RIAL, 2008, p. 30).

181 Miss Jane Marple é uma personagem criada pela escritora Agatha Christie em 1930 para o romance policial *Assassinato na Casa do Pastor* (Agatha CHRISTIE, 1987). À primeira vista, Miss Marple é uma anciã comum. Solteira, é descrita frequentemente tricotando e cuidando do jardim. No entanto, essa senhora acompanha doze romances da escritora, auxiliando na solução de casos devido a seu profundo conhecimento das lógicas que permeiam as cenas criminosas, adquirido através da atenta observação do ambiente no qual o crime foi cometido.

SUMÁRIO

durante os muitos anos nos bancos universitários, além das experiências de minhas/meus colegas NAVistas.

Meu projeto de tese pretendia trazer um panorama sobre a carreira de futebolistas brasileiras na circulação por diferentes clubes. Havia acompanhado uma equipe do interior de São Paulo, a Associação Ferroviária de Esportes, durante a temporada de 2016, em que disputaram os campeonatos Paulista, Brasileiro e a Libertadores da América. Entre 2016 e 2017, período integral de minha pesquisa de campo, 47 atletas passaram pelo clube. Do total, apenas quatorze permaneceram na equipe até o final da temporada seguinte. Sobre as demais atletas, três encerraram a carreira, quinze deixaram a Ferroviária para defender outros clubes brasileiros e quinze foram para o exterior – quatro para Portugal, duas para Israel, uma para a Argentina, três para os Estados Unidos, uma para a Islândia, três para a Espanha e uma para a Inglaterra.

Ao ser contemplada com uma bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche da CAPES para mobilidade acadêmica na Universidade de Lisboa em 2017, pude acompanhar algumas dessas jogadoras que atuaram em clubes portugueses. A temporada de 2016/2017 do campeonato português contou com quatro futebolistas brasileiras. Três delas já haviam passado pela Ferroviária e atuavam em um clube fora de Lisboa. Ao contrário do ocorrido em Araraquara, decidi não contatar as diretorias dos clubes para a pesquisa. Queria acompanhar as futebolistas fora das instituições, nas arquibancadas e pelo contato direto, a fim de diminuir a influência de outros agentes. Vali-me da origem compatriótica, o que facilitou a aproximação. Obviamente que, por não ter essa autorização dos clubes para a pesquisa etnográfica, o contato presencial com as futebolistas que estavam na outra cidade aconteceu de forma mais superficial. Primeiro porque a rotina de treinos e viagens disposto pelo clube – algo muito próximo do que Carmen Rial (2008) chamou de “bolha institucional”:

SUMÁRIO

[os futebolistas] Estão no país de passagem, não se consideram e não são considerados como imigrantes, sua referência de fronteira simbólica não é a nacional/local, mas a clubística, vivem em zonas e bolhas institucionais que os protegem e os controlam, mediando suas relações com o mundo exterior, fazendo-os passar de um não-lugar (AUGÉ, Marc, 1992) a outro, onde o local (FELDMAN-BIANCO, Bela 2006, SASSEN, Saskia 2008) tem um impacto reduzido em suas vidas (RIAL, 2008, p. 59).


Também o retorno ao Brasil estava próximo com o final da temporada/contrato. Assim, minha principal interlocutora acabou sendo aquela que estava mais próxima e que chamarei aqui de Sara¹⁸². Com exceção de Sara, que havia emigrado com a família, todas as outras atletas foram contratadas através de agentes.

O principal campeonato nacional entre clubes do país chama-se Taça de Portugal Feminina Allianz. A temporada é formada por seis eliminatórias que acontecem durante cerca de oito meses. As duas primeiras temporadas são compostas pelos Campeonatos de Promoção do Futebol Feminino, dos quais participam 45 clubes, divididos em três regiões geográficas: série norte, série centro e série sul. Classificam-se vinte equipes junto aos doze clubes que fazem parte da Liga Futebol Feminino Allianz. As próximas etapas correspondem às oitavas de final, quartas de final e semifinal.

No ano de 2016, as equipes do Sporting Clube de Braga e do Sporting Clube de Portugal ingressaram na competição, o que trouxe mais competitividade e atraiu maiores investimentos. Por outro lado, gerou protestos entre participantes, em virtude da estreia de ambas as equipes já na segunda fase da Liga, ao invés de disputar os Campeonatos de Promoção, como seria o usual. A polêmica fez com que o Sport Lisboa de Benfica frisasse a intenção de entrada no Campeonato de Promoção como forma de concorrer à Taça quando anunciou

182 Em referência a Sara Custódio, futebolista brasileira que atuou em diferentes clubes da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade da década de 1980.

SUMÁRIO




a criação de uma equipe de Futebol Feminino para a temporada seguinte. A entrada de clubes fortes e tradicionais no Futebol Masculino também abriu o país para um novo mercado de Futebol Feminino. Apesar dos baixos salários na época, existiam outras motivações que atraíam as futebolistas aos gramados portugueses. O primeiro refere-se à questão geográfica: é um país europeu que disputa a *Liga dos Campeões da UEFA*, tendo a possibilidade de vitrine para futuros contratos em equipes que jogam campeonatos mais fortes e rentáveis. O segundo diz respeito às facilidades com a língua, comida e costumes que não são totalmente desconhecidos entre brasileiras/os. Por último, está o fato de Portugal ser considerado um dos países mais seguros do mundo, atraindo pessoas por sua qualidade de vida.

Como já falei, meu universo de pesquisa nesse país compreendeu quatro atletas. Três delas tinham contratos assinados com o mesmo empresário que geria as suas carreiras – e que havia conseguido incluí-las no elenco de um dos principais clubes do país. As três possuíam uma rotina bastante rigorosa de treinos e alimentação, supervisionada por profissionais especializados na modalidade. Dessa forma, não conseguiam despender muito tempo para lazer. Numa ocasião, havíamos marcado um encontro em Lisboa. Falaram que teriam um dia livre e gostariam de conhecer a cidade. No entanto, acabaram cancelando porque a pessoa que iria acompanhá-las não poderia ir. O clube possuía uma boa infraestrutura (Nina TIESLER, 2012) com academia própria, refeitório, alojamento etc. As três já haviam jogado juntas no Brasil e dividiam o mesmo apartamento na cidade portuguesa.

Por outro lado, Sara havia deixado o Brasil para trabalhar no café de uma prima na região de Lisboa. Além dela, dois primos também moravam na cidade. Sua irmã emigrou mais tarde, mais ou menos no período em que eu estava acompanhando seus treinos da equipe. Encontrei Sara na página oficial do clube no qual era integrante. Dali, eu procurei seu perfil no *Facebook* e entrei em contato. Marcamos um

SUMÁRIO




encontro em um restaurante próximo ao local onde ela morava. Por estarmos ambas fora do Brasil, tornou-se fácil a aproximação e posso dizer que criamos uma relação bastante pessoal de modo que frequentávamos a casa uma da outra. Sara jogava futebol no Brasil, e quando chegou ao novo país, foi indicada por um amigo do primo à equipe. Fez um teste e começou a treinar. Embora fosse considerado um clube de bairro, tinha bastante tradição no Futebol Feminino, tendo conquistado duas vezes a Taça Portugal.

Apesar do mercado da bola português ser um dos espaços mais concorridos por empresas de gestão de carreiras no futebol (Caroline ALMEIDA, 2018) e do agente mais influente entre as futebolistas brasileiras na época ser de Portugal, o contrato com jogadoras portuguesas parecia um campo pouco explorado em 2017. Quando perguntei à Sara se ela já havia sido abordada por alguma/um agente, ela me contou que isso ainda não era muito comum entre suas companheiras de equipe. Contudo, as informações divulgadas na página¹⁸³ da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) apontavam para a existência de 315 intermediárias/os registradas/os atuando no país nesse mesmo ano. Considerando que no mesmo período no Brasil, um país vinte vezes mais populoso, possuía 237 intermediárias/os a mais. Em termos clubísticos, para cada clube português existem quase dez brasileiros. Esses números sugerem que a atividade no país ibérico era bastante intensa.

Na verdade, a história de Sara representa a de muitas/os imigrantes brasileiras/os em Portugal. Além da motivação econômica, a atleta dizia querer viver num lugar melhor, ter mais oportunidades e, também, iniciar uma graduação. Disse que quando a prima a convidou para trabalhar em Lisboa, não pensou duas vezes e, assim que conseguiu dinheiro suficiente para as passagens, embarcou. O futebol não estava em seu projeto inicial. O capital futebolístico (Arlei DAMO, 2005)

183 Intermediários e transações (Período de 01-04-2017 a 31-03-2018). Disponível em: <https://www.fpf.pt/pt/Institucional/Intermedi%C3%A1rios>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SUMÁRIO




de Sara possibilitou a negociação com o inesperado – no caso a oportunidade de jogar futebol no clube lisboeta. Mas, ao mesmo tempo, dizia que queria investir apenas mais dois anos na carreira de futebolista. Caso não conseguisse se manter no futebol, estudaria. Assim, Sara conciliava o trabalho na cafeteria aos treinos, agora, diários. Os treinos aconteciam à noite, das 21:00 às 23:00, e o estádio ficava distante do trabalho e de sua casa. Diante disso, utilizava uma motocicleta como meio de locomoção. Gostava de sair à noite. Frequentava danceterias e bares com o primo, a irmã e/ou com as companheiras da equipe. Durante os campeonatos, esses momentos de lazer ficavam mais escassos, já que uma noite mal dormida poderia interferir no desempenho em campo.

A trajetória de Meg¹⁸⁴, uma das brasileiras que atuavam no clube fora de Lisboa, difere bastante. A futebolista deixou o Brasil para jogar numa equipe portuguesa, tendo um contrato de seis meses assinado com um clube por intermédio de agente. Disse que um dia essa pessoa a abordou depois de uma partida. Perguntou se teria interesse em jogar no exterior e que poderia representá-la, caso a resposta fosse positiva. Era a primeira vez que defendia um clube estrangeiro. Dizia não se sentir só, pois há muito morava em alojamentos distantes da casa de seus pais. Além disso, havia outras brasileiras no grupo e todas moravam na mesma casa. A rotina pesada de treinos e de jogos era intensa, sobrando pouco tempo para frequentar bares e/ou danceterias em Portugal. Estava no país para jogar futebol.

Dentro de uma perspectiva atribuída a Gilberto Velho (2003), essas duas trajetórias mostradas aqui não representam apenas dois “projetos” diferentes, mas maneiras distintas de colocar esse projeto em prática. São dois “campos de possibilidades” e duas formas de negociar com a profissão e com o país estrangeiro. Meg já possuía o futebol como profissão. Defendia um clube com alta infraestrutura

184 Referente à Margarete Pioresan (Meg), goleira da Seleção Brasileira entre 1989 e 1996.

SUMÁRIO




(TIESLER, 2012). Tinha a moradia e a alimentação custeadas por esse clube e recebia salários previamente acertados por um contrato temporário. Sua/seu agente a auxiliava diante de alguma dificuldade. Possuía seu tempo controlado pela instituição que representava e assim que o campeonato teve fim, sua passagem de volta para o Brasil foi comprada. Meg não conheceu muito do país onde morou durante esses seis meses. Nem mesmo se relacionou com pessoas locais, fora do convívio do clube. Além disso, dependia de outras pessoas para pequenas viagens durante as folgas.

Sara, por sua vez, ainda não tinha o futebol como profissão. Trabalhava oito horas em um café, onde dividia o balcão com a prima. Quando fechavam o local, voltava para sua casa. Descansava alguns minutos e enfrentava o trânsito até o estádio onde aconteciam os treinos. Treinava duas horas por dia. Quando retornava à casa, perto da meia-noite, dizia só dar tempo para jantar, tomar um banho e dormir. No café, ela era conhecida por jogar futebol. Quando estive no local, várias/os clientes conversavam com ela sobre o campeonato em andamento. Durante os jogos, na arquibancada do estádio, era conhecida pela pequena torcida que acompanhava as partidas. Lembro-me de um jogo em que estava a mãe de uma das jogadoras da equipe. A mulher utilizava um megafone para puxar os gritos de guerra e se comunicar com as atletas – e advertir a arbitragem – em campo. No intervalo, ela veio conversar comigo. Percebeu que não pertencia ao grupo habitual e quis saber o que eu fazia naquele local. Conteí a ela sobre minha pesquisa e que acompanhava Sara. Ela, prontamente, passou informações sobre a brasileira: disse que era muito simpática e focada; havia esperado pacientemente no banco por quase três anos, mas agora estava na melhor fase.

A interação social de Sara com pessoas que vivem em Lisboa, bem como com a própria cidade, é muito mais intensa: possui amigos lisboetas, percorre vários pontos da cidade, viaja por outras regiões

SUMÁRIO



do país, frequenta locais para além daqueles que possuem relação direta com o clube que defende. Não dependia da bolha institucional (RIAL, 2008) como as demais brasileiras. Por outro lado, a jogadora não possuía contrato de trabalho. Para alguns jogos, ganhava uma pequena ajuda de custo para as despesas de trajeto. O transporte e a alimentação nos dias de jogos “fora de casa” eram providenciados pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF) através do clube. Quando foram campeãs nacionais, ganharam uma viagem, a uma reserva ambiental próxima a Lisboa, da Junta de Freguesia do bairro onde o clube se localizava. Dentro dessa perspectiva, as relações de poder às quais Sara se encontrava submetida são bem mais brandas do que as que envolvem Meg. Porém, ambas se enfrentaram em campo pelo mesmo campeonato.

Diversas/os antropólogas/os, ao longo de mais de um século de existência da disciplina, vêm chamando a atenção para o desafio da pesquisa etnográfica. Estar em campo e narrar essa relação entre pesquisador e pesquisado, que nem sempre se constitui harmoniosa, constituiu-se para mim um exercício bastante complexo. Enquanto historiadora de formação, reluto muito em me colocar abertamente em um texto e, de fato, esse foi meu primeiro trabalho de campo no sentido clássico. Sempre me senti mais à vontade no meio dos arquivos, talvez também por introversão de minha parte. No entanto, o que acabo de apresentar nessas páginas é parte resultante desse desafio: de tornar o trabalho de campo um texto atraente a/ao leitora/leitor e de fazer algo digno, que seja o mais próximo possível do universo vivido por minhas/meus interlocutoras/es. Tratou-se, portanto, de uma tentativa de balancear minha subjetividade, o campo, a teoria antropológica e os objetivos desta pesquisa revisitada.

MALIKA OUACHA


**Política de representação: o exame da
filantropia transfronteiriça em Marrocos**

Conforme anunciado anteriormente, nossa mesa redonda reúne pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas que realizam trabalhos de campo em contextos nacionais diferentes e desiguais no Norte e no Sul Global. As pesquisas que apresentaremos aqui se concentram em questões de gênero e outros marcadores sociais de diferença, como raça, classe social, geração e local de nascimento. Minha contribuição para esse debate aproxima a realidade das mulheres marroquinas e suas diásporas na Europa, especialmente nos Países Baixos, onde resido. Sou uma mulher holandesa de origem marroquina e a minha pesquisa de doutorado concentra-se nas políticas de representação: o exame da filantropia transfronteiriça em Marrocos.

Primeiramente, acredito que para entendermos a realidade contemporânea dessas mulheres, incluindo-me nesse grupo, precisamos descrever o contexto histórico do Marrocos, traçando uma linha de acontecimentos e colocando um ponto de partida que nos leva de volta para onde tudo começou. Ou seja, a 18 de novembro de 1956, dia da Independência do Marrocos face à ocupação colonial da França. Várias autoras que citarei mais adiante consideram a data de libertação como o começo do movimento de mulheres marroquinas, já que a partir daí começaram a ocupar cada vez mais espaço nas superfícies sociais e civis, nacionais e internacionais.

Ao longo da primeira metade do século 20, na medida que as influências políticas e sociais da França se infiltraram na sociedade marroquina, a sociedade civil do país começou a se tornar turbulenta. Lentamente, grupos sociais menos visíveis, principalmente mu-

SUMÁRIO




Iheres nas áreas urbanas do Marrocos, começaram a aparecer nas superfícies políticas e sociais. Enquanto lutavam por mais igualdade em uma sociedade patriarcal autoritária, elas o fizeram por meio de vários movimentos feministas, dos quais o primeiro se deu em 1946. É importante ter em mente que o desenvolvimento do feminismo no Marrocos se conecta inerentemente à filantropia secular do país e à sociedade civil como um todo.

Segundo Rabéa Narici (1998), depois de ter contribuído ativamente para o movimento de libertação que resultou na independência de Marrocos em 18 de novembro de 1956, as primeiras ativistas feministas trabalharam em associações filantrópicas. Akhawat Al-Safaa (Irmãs da Pureza) foi a primeira organização não governamental e voz feminista na esfera pública no Marrocos. Importante notar aqui é que sua estrutura organizacional foi totalmente inspirada nas associações filantrópicas existentes na França, no modelo de uma sociedade civil com fundamento pós-colonial. Curiosamente pude observar na minha pesquisa histórico bibliográfica, que todos os atores ativos da sociedade civil Marroquina daquela época defendiam a inclusão das mulheres, durante o primeiro movimento, e isso continuou em uma onda de vários movimentos sociais durante o século 20, em que a desigualdade de gênero no país era sua principal preocupação.

Segundo Fatima Sadiqui (2014), além das demandas pela independência do Marrocos, as mulheres, muitas delas de elite e de contextos urbanos, buscavam promover a educação de outras meninas e de outras mulheres. Através de seus discursos públicos, dos quais apenas um sobreviveu, chamado *al-Wathiqa* (o Documento), elas fizeram três demandas principais: a abolição da poligamia, dignidade em casa e dignidade fora de casa. A natureza dessas demandas e a atração de sua classe pela modernidade posicionam essas mulheres pioneiras como “seculares” (Fatima SADIQI, 2014). As mulheres que continuaram trabalhando para a integração nos partidos nas décadas de 1960 e 1970 são consideradas a “primeira geração” feminista.

SUMÁRIO




À medida que o movimento social dessa geração progrediu desde meados da década de 1980, ele pressionou por uma mudança no direito de família que resultou no *Al Mudawana*¹⁸⁵ em 2004. No entanto, foi inicialmente marginal e às vezes considerado extremista. A terceira onda do movimento social, com raízes na segunda onda, ampliou seu alcance através das mídias sociais, aliando-se ao movimento ativista Amazigh¹⁸⁶, que abordarei mais adiante em minha apresentação. É importante acrescentar aqui que o foco das duas primeiras ondas feministas e a presença de organizações não governamentais permaneceram nas áreas urbanas do Marrocos (SADIQI, 2014). Juntos, eles constituíram um *continuum* que se regenerou a partir de dentro e que tem tido um impacto profundo nas estruturas de poder e nas políticas de gênero do Marrocos.

Isso foi parcialmente possível pelo fato de que o pensamento feminista secular estava fundamentado nos direitos humanos universais e evitava a religião sem descartá-la. Por exemplo, o patriarcado foi constantemente definido como fonte de opressão, e não o Islã. Sem apoiar a *Sharia* (lei islâmica) como a principal fonte de legislação, as feministas seculares têm feito questão de incluir o direito civil e a resolução de convenções de direitos humanos, conforme adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), assim como outras referências. Embora estas conquistas pioneiras tenham sido marcantes em um estado islâmico como o Marrocos, ao longo do século 21, vários estudos deixaram claro que o principal benefício dessas mudanças sociopolíticas ainda é vivido apenas por aqueles que moram em áreas urbanas, excluindo as áreas rurais. Durante um dos meus estudos empíricos que ocorreu em 2020, entrevistei pessoas que vivem nas áreas rurais dominantes de Amazigh no sul de Marrocos, e a língua acabou por ser um importante fator devido à alta taxa de analfabetismo e monolingüismo.

185 *Al Mudawana* refere-se à lei de família marroquina promulgada em 2004 que redesenhou a lei de família original de 1980.

186 Amazigh significa literalmente "pessoas livres". Os descendentes deste grupo étnico são conhecidos como Imazighn, ou mais conhecidos como berberes, e moram em comunidades espalhadas por Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Maurítânia, Mali, Burkina Faso e Níger.

SUMÁRIO



Fátima Sadiqi (2003) descreve as sociedades Amazigh como analfabetas e presumivelmente monolíngues que usam gêneros orais para obter “ganhos” pessoais e sociais em seu uso diário da linguagem. Ao lidar com o Estado, em caso de divórcio, por exemplo, especialmente as mulheres permanecem dependentes daqueles que são alfabetizados e falam árabe ou outra língua oficial, como o francês. Durante meu trabalho de campo etnográfico, conheci uma mulher que estava se divorciando e me pediu para representá-la no tribunal, pois ela se sentia mais confortável em ser representada por alguém que fala tachelhiyt, a maior forma de língua amazigh que é falada em Marrocos. Seu advogado claramente não. Pedir-me para representá-la, embora eu não seja advogada, nem família, prova a importância de falar tachelhiyt ao trabalhar com essas mulheres e representá-las. No caso deles, a linguagem é mais do que uma ferramenta para se comunicar. Abderrahman El Aissati (1993) argumenta que nas sociedades Amazigh, a linguagem é a base de sua identidade. Falar a língua amazigh é interpretável como tendo a identidade amazigh.

Existem quatro grandes línguas amazigh faladas no Marrocos, pode-se supor que foi dada atenção a isso na sociedade civil do Marrocos, especialmente devido à sua importante contribuição no desenvolvimento dos países. No entanto, minha pesquisa mostrou o contrário. Ao examinar o engajamento dos cidadãos holandeses-marroquinos na sociedade civil marroquina, descobri que os filantropos da diáspora desenvolveram uma posição inovadora tanto na sociedade civil marroquina, quanto na holandesa e global. Automaticamente, isso leva à discussão das influências diaspóricas nas questões de gênero do Marrocos e nos mecanismos de enfrentamento dos países envolvidos, Marrocos e os Países Baixos.

LUCAS MARTINELLI

Arte queer, no limite da percepção

O conceito de arte é problemático em si mesmo e pode abrir o panorama para infindáveis debates. E o conceito de *queer* parece ter vindo para corroer e problematizar tudo. Vamos esclarecer um pouco a imagem. A categoria “arte *queer*” é um guarda-chuva teórico útil para compreender certas transformações do mundo contemporâneo: o interesse progressivo do museu em incluir uma perspectiva de gênero em suas coleções, as novas formas de olhar para as obras do passado e a produção efetiva da estética interessada em fazer da sexualidade um terreno criativo.

O termo *queer*, como o entendemos hoje, tem sua origem em um gesto político. No início dos anos 1990, foi utilizado pela organização americana *Act UP* como forma de apropriar-se do insulto e transformá-lo em mote de luta. Sem equivalentes em espanhol, esta palavra poderia ser traduzida por todos aqueles opróbrios de rua incômodos e ofensivos usados para reproduzir a violência transfóbica, lesbofóbica e homofóbica. O *queer* designa o amplo espectro de identidades fora da heterossexualidade normativa. Sua vantagem é essa integração de insultos em um grupo instável de nomes. Ao mesmo tempo, sua proposta é um ataque à noção de identidade e, assim, expõe seu caráter de poder. Antes de ser propriedade de algo ou de alguém, é o contágio anômalo de uma força comum.

O olhar do nosso tempo nos permite ver algo que sempre esteve lá, mas que não havia sido visto antes: as obras nos olham de novas perspectivas. Como dispositivo de visualização, a arte *queer* pode estar relacionada tanto com as obras quanto com artistas ou espectadores. É um impulso visual de poder disruptivo que se define ao sair do


SUMÁRIO

armário, como o movimento de embaralhar as roupas designadas para escolher livremente, abrir as portas e pular no vazio. Embora canalizem diferentes tráfegos conceituais, a sensibilidade *camp* e os objetos *kitsch* permitem um diálogo comum, pois implicam uma política corrosiva da posse, sob a sombra da ambiguidade e do excesso.

Um rasgo na superfície da pintura sugere uma cena erótica contra a corrente: a estranheza é uma forma de olhar elusiva e, como tal, torna-se elusiva. Uma viagem por diferentes momentos da história fornece alguns exemplos e delineaia chaves sobre esses quadros descentralizados para questionar as obras. Há quem entenda a arte *queer* a partir do uso prazeroso das imagens. Por muito tempo, os mitos gregos funcionaram como um arsenal à disposição da imaginação que buscava a reprodução da nudez em um mundo sem aquela ficção médica dividindo as águas entre heterossexualidade e homossexualidade, paradigmas que *queer* busca descartar. A arte renascentista retomou a estatuária clássica para traçar anatomias baseadas no modelo apolíneo de perfeição. O tônus muscular e o porte divino dos atletas expressavam um ideal de beleza que, com pequenas modificações, era incansavelmente acariciado pelos pincéis da história. Ganimedes, por exemplo, sequestrado por Zeus para ser seu amante, inspirou o afresco de Baldassarre Peruzzi em 1510, um desenho de Michelangelo em 1533 e, recentemente, em 2011, um tríptico de Pierre et Gilles.

Um dos espaços com maior evidência desta inclinação está ligado à emblemática cena dos banhistas. A pintura a óleo *After the Bath* (1902) de Henry Scott Tuke ou *The Bathers* (1919) de Pierre-Auguste Renoir expõem corpos exuberantes em um círculo de relaxamento que exibe uma certa disponibilidade *queer*. É preciso esclarecer para observar essas obras, que somente no século XX as mulheres foram autorizadas a pintar nus em oficinas, uma vez que se destinavam a outros gêneros pictóricos considerados menores. Embora, tradicionalmente, a figura de Safo fosse o repositório de uma iconografia lésbica, é possível encontrar

SUMÁRIO




o olhar de uma fúria masculina em *Diana surpreendida* (1878) por Jules Joseph Lefebre que borra os limites do feminino do conjunto das ninfas. Assim como Madalena, em suas diversas posições, foi utilizada durante a Idade Média como modelo de representação do corpo feminino; a figura de São Sebastião, o flechado, era transmissora da paixão pelo sadismo. Ao comparar a gravura *São Sebastião* (1499) de Alberto Dürer com a pintura *O Operário Acorrentado* (São Sebastião) (1949) de Antonio Berni, percebe-se a desapropriação da primeira em contraste com a restituição do sentido de carnadura do povo no último.

Há quem associe a estranheza ao monstruoso. Sereias e querubins, a meio caminho entre o humano e o animal, são formas de propor uma travessia híbrida de fronteiras que reivindica o poder do estranho. O *queer* está ligado ao dionisíaco, ao estrangeiro e à coletividade das bacantes. Aparece na espessura da materialidade do Barroco, na crosta de camada sobre camada de tinta. A violência da luz e da espada, bem como a irmandade feminina intergeracional, em *Judite e Holofernes* (1599), de Caravaggio e a perspectiva interna, os jogos de olhares e a *mise en abyss* que possibilita *Las meninas* (1656) de Diego Velázquez são vestígios desse tipo de afetação de forma. *O Hermafrodita Adormecido* (1620) de Gian Lorenzo Bernini apresenta uma figura cuja potência, entre Vênus e Baco, é a indefinição do gênero. Essa mesma ambiguidade inspira a pintura *O Resto* (1889) de Eduardo Schiaffino que está no Museu Nacional de Belas Artes, da Argentina.

As primeiras décadas do século 20 irromperam com uma fervura na imaginação estética. A arte *queer* pode ser pensada como diretamente relacionada ao surrealismo porque, de alguma forma, seus procedimentos tentam liberar a sexualidade do inconsciente. *Les mamelles de Tirésias* (1917) de Guillaume Apollinaire foi um drama surrealista que retomava a transexualidade do personagem oracular a partir de uma encenação lúdica e provocativa. Por outro lado, o média-metragem *La sang de un poete* (1930) de Jean Cocteau propõe

SUMÁRIO




um reencontro com a figura do hermafrodita e propõe a travessia do espelho como processo reflexivo que evoca um olhar erótico sobre si mesmo, em uma maneira comparável à escrita em *Figura refletida no espelho* (1976) por Francis Bacon. Talvez o movimento expressionista tenha deixado para trás as obras mais perturbadoras: o dedo apontando para a genitália no *Autorretrato com uma Boneca* (1920) de Oskar Kokoschka, as pernas cruzadas no retrato da jornalista Sylvia von Harden (1926) de Otto Dix, ou a forma esquelética de traçar os corpos de Egon Schiele (1890-1918) com membros como próteses deslocadas e posições abertas ao sexo.

Durante os anos 60, Andy Warhol (1928-1987) deu início a *The factory*, um ateliê que transformou a concepção de arte a partir de um gesto que pode ser visto na instantaneidade de suas Polaroids, entre o flerte com o modelo industrial de produção e uma nova referencialidade da figura do artista na sociedade. Por sua vez, Robert Mapplethorpe (1946-1989), também reconhecido por seus autorretratos, propôs na fotografia uma nova forma de enquadramento com a qual a série *Ser e Ter* (1991) de Catherine Opie dialogava, com a busca de um retrato comunitário, e *Hustlers* (1993) de Philip-Lorca diCorcia a partir do contraste dos corpos com os cartazes de paisagens urbanas numa alegoria do preço do sexo.

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram imagens de sangue que assombraram o imaginário devastado pela crise da AIDS como um fantasma comunitário. A beira da morte gerou formas desesperadas. Um filme como *Near Dark* (1987) de Katherine Bigelow flutua na metáfora do vampiro e defende a ideia de que *queerness* é uma ausência de futuro, a partir da negação dos modos de vida reprodutivos ligados à família heterossexual. De maneira diametralmente oposta, Alejandro Kuroptwa com *Cóctel* (1996) faz um desafio direto à própria materialidade dos antirretrovirais em uma exposição na galeria Ruth Benzacar.

SUMÁRIO



Em *Beleza e Felicidade*, Roberto Jacoby apresentou *Darkroom* (2002), homônimo para espaços de relacionamento sexual gay, que consistia na experiência física de imersão, com uma câmera infravermelha, dentro de uma sala escura habitada por doze *performers* mascarados. Desde 2007, o não-grupo autopercebido de Serigrafistas *Queer* tem saído às ruas e manifestações públicas com *shablons* para sublimar camisetas ou patches e lembrar que sempre há novos *slogans* políticos para reivindicar. No Museu de Arte Latino-Americana, Osías Yanov com a *VI sessão no parlamento* (2015) mostrou corpos envoltos em trajes rosa brilhante que os transformaram em alienígenas ou andróides. Ao ritmo das coreografias da Vogue, esses seres assexuados estavam a meio caminho entre o extraterrestre e o maquínico. Em *Isla Flotante*, dentro da exposição *The Loving Things* (2015), enquanto os tecidos de Ariadna Pastorini lembravam tanto a heterogeneidade genérica das feiras quanto o manuseio dos materiais, Mariela Scafati amarrou as araras para pendurá-las no teto como se fossem uma sessão de *bondage*. A arte *queer* estende os limites da percepção e permite, a partir de um novo ângulo de visão, o desenvolvimento de um desejo estéril.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caroline Soares de. **Do sonho ao possível**: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras. Florianópolis, 2018. 254 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

BITENCOURT, Fernando Gonçalves. **No reino do quero-quero**: corpo e máquina, técnica e ciência em um centro de treinamento de futebol – uma etnografia ciborgue do mundo vivido. Florianópolis, 2009. 314 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CHRISTIE, Agatha. **Assassinato na casa do pastor**. São Paulo: Record, 1987.

SUMÁRIO

DAMO, Arlei. **Do dom à profissão**: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Porto Alegre, 2005. 435 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS), 2005.

EL AISSATI, Abderrahman. Berber in Morocco and Algeria: Revival or decay? **ARA Review**, [S. l.], v. 10, p. 88-109, 1993.

EL AISSATI, Abderrahman; BOS, Petra. Arabic and Berber in the Netherlands and France. *In*: EXTRA, Guus; MAARTENS, Jeanne (org.). **Multilingualism in a multicultural context**. Case studies on South Africa and Western Europe. Tilburg: Tilburg University Press, 1998. p. 179-194.

EXTRA, Guus; MAARTENS, Jeanne (org.). **Multilingualism in a multicultural context**. Case studies on South Africa and Western Europe. Tilburg: Tilburg University Press, 1998.

JAHNECKA, Luciano. **Regimes de visibilidade**: a constituição de futebolistas em um futebol menor. 2018. 179 f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH). Florianópolis, 2018.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, Los Angeles, n. 24, p. 95-117, 1995.

MARTINELLI, Lucas (org.). **Fragmentos de lo queer**: arte en América Latina e Iberoamérica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2016.

MARTINELLI, Lucas. Arte Queer: en los límites de la percepción. **Revista electrónica de Género y Cultura Anfibia**, Buenos Aires, UNSAM, 23 ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/arte-queer-los-limites-de-la-percepcion/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

NACIRI, Rabéa. The women's movement and political discourse in Morocco. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD) **Occasional Paper**, n. 8, p. 1-28, mar. 1998.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, ano 20, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PISANI, Mariane da S. **Poderosas do Foz Cataratas Futebol Clube**: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol. 2012. 166 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS), Florianópolis, 2012.

SUMÁRIO

PISANI, Mariane da S. “**Sou feita de chuva, sol e barro**”: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. 245 f. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo (PPGAS). São Paulo, 2018.

RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul./dez. 2008.

SADIQI, Fatima. The central role of family law in the Moroccan feminist movement. **British Journal of Middle Eastern Studies**, v. 35, n. 3, p. 325-337, dez. 2008.

SADIQI, Fatima. **Women, Gender and Language in Morocco**. Leiden: Brill, 2003.

SADIQI, Fatima. **Moroccan Feminist Discourses**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

TIESLER, Nina. Um grande salto para um país pequeno: o êxito das jogadoras portuguesas na migração futebolística internacional. *In*: TIESLER, Nina. **Futebol Português – política, género e movimento**. Porto: Editora Afrontamento, 2012. p. 221-246.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WACQUANT, Loïc. **De corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz do boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



26

Maria Brígida de Miranda

Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra

Lúcia Regina Vieira Romano

Daiana Roberta Silva Gomes

Daiane Dordete Steckert Jacobs

**Uma década
na trama do tempo:
fazendo gênero no teatro**

**A decade in the fabric of time:
doing gender in the theater**

**Una década en la trama del tiempo:
hacer género en teatro**

APRESENTAÇÃO

São Paulo, 09 de junho de 2021

Este capítulo foi construído a partir das cartas escritas e lidas pelas integrantes da Mesa intitulada *Uma década na trama do tempo: fazendo gênero no teatro*, realizada no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*. Nessa mesa temática resolvemos colocar as cartas na mesa e escrever nossas comunicações nesse gênero textual historicamente associado ao universo das mulheres. Escrevemos cartas para contar *herstories*, ou histórias delas, da formação do campo de estudos sobre teatro e gênero no Brasil. São textos tecidos por nós: Brígida Miranda, Lúcia Romano, Luciana Lyra, Daiana Gomes e Daiane Dordete. Nessas escritas íntimas e tão “femininas” rememoramos algumas de nossas ações para urdir a atual rede dos estudos de teatros feministas no meio acadêmico. Relembramos parte de nossa jornada juntas, em busca de outras... acendendo o fogo da revolução feminista e convidando a todas para, de mãos dadas, formarmos uma grande ciranda de mulheres de teatro.

CARTA PARA BRÍGIDA MIRANDA

São Luís, 10 de junho de 2021

Querida Brígida,

Escrevo-te sobre as buscas e afetos que nos aproximaram. Somos as escavadoras para visibilizar a produção das mulheres, juntando os fragmentos da história para contarmos o quão potentes elas foram para nos abastecer na nossa jornada.

SUMÁRIO

A escrita e a publicidade das artistas feministas acadêmicas rompem as fronteiras da distância geográficas. Foi assim quando fiz minha primeira busca sobre teatro feminista na internet para ler artigos de pesquisadoras brasileiras. A importância de diferentes encontros no país, um deles o Fazendo Gênero com os Seminários Temáticos de Teatro Feminista, os cursos de Pós-Graduação com professoras comprometidas em disseminar a *práxis* do fazer arte feminista no mundo.

Lembro como comecei a luta por uma sociedade igualitária no campo dos direitos básicos e como participar dos movimentos sociais, permitiu-me não apenas sonhar, mas lutar pelos sonhos coletivos, como entrar na universidade para realizar as mudanças que queremos efetivar no campo do acesso e permanência, e nesta luta não estou sozinha, encontro nas mulheres que estão no Fazendo Gênero os fios de muitas histórias e resistências, cada uma transformando suas dores em mudanças.

Brígida, você que é tão corajosa em fortalecer eventos de estudantes, um fato importante e marcante entre nós foi o *II Festival Universitário de Teatro Ponto de Vista* que ocorreu na Universidade Federal do Maranhão, no qual abordou o Teatro Feminista e as questões de Gênero, momento de um grande caldeirão com a roda de saia, girando os pontos de vistas para potencializar o que fazíamos na cidade. Estavam conosco Lúcia Romano e a saudosa Marcia Pompeo. O fazer teatral feminista é uma partilha com muitos desafios, pois nossas narrativas não são aceitas no teatro profissional das grandes produções em editais. Nós, que decidimos pautar o nosso fazer feminista, somos colocadas, ou melhor, classificadas no patamar de menos importância. Não podemos desistir, porque fizemos a escolha que nós acreditamos. Se nos chamam de Cassandras, aquela que recebeu o dom da visão, mas suas palavras não eram ouvidas e não tinham importância, porque não aceitou ser a sombra de um homem.

SUMÁRIO

Brígida e Lúcia Romano, São Luís do Maranhão nunca mais foi a mesma, depois daquele encontro. Nós não estamos sozinhas. Quantas mulheres iniciaram e outras tantas estão visibilizando em suas cidades o fazer feminista engajado nas lutas cotidianas. São lutas que atravessam muitas camadas de opressões e vocês são responsáveis pela construção destes encontros e partilhas em rede.

Saudações do teatro feminista nordestino, maranhense compondo as nossas brasilidades dos teatros feministas!!!

Dayana Roberta

CARTA PARA LÚCIA ROMANO


Florianópolis, 7 de junho de 2021

Lúcia querida,

Imagino que você esteja organizando neste momento, os textos a serem publicados na próxima edição da Revista Rebento. Consigo lhe visualizar sozinha em frente ao computador, tentando conciliar as muitas tarefas da UNESP, os cuidados com a sua filha Manu e o cotidiano da casa. Muitas de nós, mulheres enclausuradas nas nossas próprias casas, nos dividimos entre a vida doméstica e a vida pública nas aulas remotas. As mesmas telas e aparatos que gravam nossas imagens, vozes e nos conectam às nossas/os/es alunas/os/es e colegas de universidade também nos permitem acompanhar atônitas a escalada de mortes, as campanhas de desmonte de serviços públicos e o retrocesso de políticas públicas de bem-estar social. Uma realidade triste e bem diferente daquela que nos uniu há mais de dez anos, você se lembra?

Acho que foi em 2007 nosso primeiro encontro, estávamos ainda no governo do Presidente Lula e com a oportunidade de organizar eventos e viagens que nos aproximavam e nos conectavam de formas

SUMÁRIO



tão múltiplas e sutis. Os encontros, as palestras, as bancas e as oficinas eram maravilhosas oportunidades de nos encontrar pessoalmente e depois das tarefas institucionais podíamos confraternizar em um café nas proximidades do *campus*, conversar livremente por algumas horas e trocar cartões... lembra daqueles pedacinhos de papel couchê com o símbolo da universidade e o endereço de e-mail? Eles eram tão materiais que duravam por anos nas nossas carteiras e escrivatinhas. Me parece que muitos dos laços de amizade e coleguismo tinham também aquela capacidade de resistir ao tempo. Após assistir a sua palestra sobre o seu livro recém-lançado *Teatro do Corpo Manifesto: teatro físico*, no auditório do Centro de Artes da UDESC, eu me apresentei a você. A partir daquele breve encontro começamos a tecer juntas os primeiros fios da trama de estudos feministas entre Florianópolis e São Paulo. Conversamos e trocamos e-mails e começamos nossa tapeçaria feminista, criando uma camada acolhedora para os pés de muitas mulheres de teatro que iriam nos encontrar no futuro próximo.

Naquele momento eu estava abrindo a área dos estudos de gênero no campo do teatro no Departamento de Artes Cênicas (DAC), e no Programa de Pós-graduação em Teatro (PPGT) da UDESC. Com minha pesquisa de doutorado ainda pulsando nas minhas veias eu enveredei por ações feministas com a pesquisa *Poéticas do Feminino e Masculino: a prática teatral na perspectiva das teorias de gênero* (2006-9), a criação do grupo de Estudos Teatro e Gênero (2006-8), o cineclubes Jornada de Gênero, Teatro e Cinema¹⁸⁷, no BADESC, e a direção do primeiro espetáculo teatral feminista no curso de Licenciatura e Bacharelado em Artes Cênicas do Departamento de Artes Cênicas da UDESC¹⁸⁸. Escrita pela dramaturga inglesa Caryl Churchill, em 1976,

187 Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2011/10/jornada-de-genero-teatro-e-cinema-traz-filme-rio-da-lua-e-debate/>

188 Desenvolvi o projeto quando ministrei as disciplinas Montagem Teatral I e Montagem Teatral II. A turma tinha mais de 20 alunas e alunos, e o projeto engajou alunas/os de outras fases e algumas professoras como a Dra. Fátima Lima e alguns técnicos do CEART, como o Mst. Ivo Godois que trabalharam comigo na montagem da icônica peça *Vinegar Tom*.

SUMÁRIO

a peça *Vinegar Tom* lotou os principais teatros de Florianópolis e o auditório do CIC no *Festival Nacional de Teatro Isnard Azevedo* em 2008¹⁸⁹.

Essas várias ações geraram um primeiro contato da comunidade acadêmica da UDESC e da classe artística local com a o termo “teatro feminista” e seus aspectos dramaturgicos e estéticos. Isso despertou o interesse de jovens estudantes, de artistas e de pesquisadoras. Penso que esse “despertar feminista” fertilizou os estudos e pesquisas locais e gerou uma pletera de trabalhos artísticos a partir de 2007. Nos anos seguintes, o Departamento de Artes Cênicas foi o solo que nutriu vários espetáculos de teatro, de dança, performances e perfolpalestras. À medida que o grupo de interessadas crescia organizamos palestras, cursos, oficinas, mostras e encontros e publicamos artigos, teses e dissertações, peças teatrais, livros e dossiês em revistas acadêmicas.

Orientei os primeiros TCCs que começaram a abordar questões de gênero e teatro feminista no Departamento de Artes Cênicas, de Manoela Galdeano Rangel, *Ascensão sensorial: a fusão entre o circo, o teatro e o desejo de voar* (2005) e Rosimeire Silva, *O treinamento psicofísico: Em busca da corporeidade feminina* (2006). As primeiras dissertações que traziam as teorias de gênero para refletir sobre a prática teatral foram defendidas em 2012: Rosa Ana Gubert, *Teatro de Camponesas: práticas teatrais no movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina* (2012); Rosimeire Silva, *No passo da lanterna: em busca do teatro feminista brasileiro contemporâneo*; e Priscila Mesquita, *Em busca de um teatro feminista: relatos e reflexões sobre o processo de criação do texto e espetáculo ‘Jardim de Joana’* (2012) sobre dramaturgia feminista e o grupo Em Companhia de Mulheres que se originou desse campo de pesquisa que orientava no PPGT em 2010.

Em 2015, Daiane Dordete S. Jacobs, professora do DAC, defendeu a primeira tese de doutorado no Brasil abordando questões de gênero no campo da prática vocal e vocalidades da cena *Possível*

189 Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2008/06/peca-counta-historia-de-caca-as-bruxas-no-seculo-xvii/>

SUMÁRIO

Cartografia para um corpo vocal queer em performance (2015). Até que, em 2018, as professoras Daiane Dordete, Fátima Costa de Lima, Luciana Lyra, Monique Vandressen, Tereza Mara Franzoni e eu fundamos a Linha de Pesquisa *Imagens Políticas* no PPGT entrelaçando as artes da cena às teorias interseccionais de gênero, raça-etnia e classe¹⁹⁰.

E como você sabe, pois temos trocado bibliografias e experiências neste âmbito, em 2017 criei uma disciplina optativa voltada especificamente para observar e discutir as estéticas e políticas dos teatros feministas em diferentes contextos para os cursos de Mestrado e Doutorado em Teatro, intitulada *Seminário Temático: Introdução ao Teatro Feminista*. Em 2019, Daiane Dordete ministrou comigo a disciplina e trouxemos além das leituras de texto e leituras dramáticas muitas experiências de convivência, exercícios e mostras teatrais, como a *III Mostra Rosa Teatral*, que reuniu performances e espetáculos inovadores no campo do teatro e gênero. A abertura foi com o espetáculo *Celas* dirigido por Daiane Dordete sobre mulheres em situação de cárcere e privação de liberdade. Em 2020, no modo remoto, convidei outras mulheres a participarem da disciplina para que pudéssemos ouvir os relatos de experiências e reflexões teóricas. Se foi um momento difícil da pandemia e com o acirramento da necropolítica, a atividade de estarmos conectadas trouxe um pouco mais de leveza para nossas vidas. Sinto que houve um entrelaçamento de *herstories* do teatro, em que eu e es alunes ouvimos a cada dia uma mulher relatando suas experiências e reflexões sobre as artes da cena. Ouvimos você discorrendo sobre sua trajetória de pesquisas com teatro feminista, a Luciana Lyra abordando a dramaturgia de f(r)icção feminista, e a Daiana Gomes rememorando espetáculos de cunho

190 Para saber mais, acesse: <https://www.udesc.br/ceart/ppgt/docentes/imagenspoliticas>

SUMÁRIO

feminista e os ativismos em São Luís do Maranhão. E ouvimos outras tantas mulheres de teatro de diversas regiões e práticas teatrais¹⁹¹.

Mas Lúcia, volto mais um pouco no tempo para lembrar do marco que entrelaçou a área de teatro aos estudos de gênero na academia: você se lembra que nós duas pensamos e criamos o primeiro Simpósio Temático dedicado exclusivamente a práticas teatrais, no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2008? O tema do Congresso era *Corpo, Violência e Poder* e seguindo a mesma proposta intitulamos nosso ST *Atos de Violência: representações de agressão à mulher no palco*¹⁹². Convidamos para compor nossa tríade de coordenadoras, a Ciane Fernandes, professora e pesquisadora da área de dança da UFBA e reunimos 22 comunicações de pesquisadoras/es interessados naquele novo terreno de investigação. Artistas e professoras/es de diversas instituições brasileiras e também colegas do Departamento de Artes Cênicas da UDESC, dentre elas as professoras Dra. Fátima Costa de Lima, Dra. Vera Collaço e o professor Dr. Leon de Paula, estiveram no GT e ajudaram a fortalecer o campo. Naquele mesmo ano, nós duas participamos do Primeiro Encontro de Mulheres que fazem Teatro – Vértice Brasil também em Florianópolis. A Dra. Marisa Napolini, uma das idealizadoras do Vértice me convidou para uma palestra que intitulei *Mulheres invisíveis e espaços ginocêntricos*, e na qual falei sobre a “cegueira de gênero” e foi significativo ver como as dezenas de artistas naquele momento reagiram ao tema com curiosidade e o velho receio de serem taxadas de “feministas”, você se lembra?

191 Agradeço às palestrantes convidadas: a atriz Ana Cecília Costa de São Paulo, discorreu sobre sua experiência com a produção e atuação no espetáculo *A língua em pedaços*, cujo tema vida nos fez refletir sobre a vida e os escritos de mulheres monásticas como Santa Teresa D’Ávila. A atriz, diretora e professora da UFMA Gisele Vasconcelos do Maranhão, trouxe suas experiências sobre as mulheres do teatro de revista na criação do espetáculo *A Vagabunda*; a atriz, bailarina e professora da UNIRIO Lígia Tourinho, lembrou suas experiências na pesquisa e encenação do espetáculo *Bonecas Quebradas*, sobre feminicídios e infanticídios no México e no Brasil; as atrizes Kuña Poty Rajegua (Rossandra Cabreira) e Júnia Pereira e a diretora e professora Karla Neves conversaram sobre a experiência de criação do espetáculo intercultural *Jaity Muro* entre cultura indígena Kaiowá e cultura não-indígena na cidade de Dourados; a atriz, palhaça e professora da UDESC Drica Santos abordou a questão da comicità e da negritude em sua experiência de formação artística e acadêmica; e a performer e palhaça Curalina, iluminadora e professora da UFSB Dodi Leal, discorreu sobre as questões das transgeneridades no teatro e no ensino do teatro.

192 Sobre o Simpósio Temático, acesse: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/st04.html>

SUMÁRIO

Mas, se houve uma primeira rejeição, vimos como muitas abraçaram o termo e desenvolveram trabalhos significativos nos anos seguintes.

Me lembro Lúcia, como você alçou os fios dessa rede para São Paulo, e lançou o que seria a primeira tese no campo das artes cênicas no Brasil ao discutir as questões de gênero na cena teatral. Uma escrita significativa para estabelecer novas bases na prática teatral. Você também ampliou nossa rede em São Paulo com suas atividades na UNESP e em 2013 você me apresentou a atriz, dramaturga e professora Luciana Lyra, que de imediato se juntou a nós. No ano seguinte, em 2014, a Mst. Daiana Gomes, artista feminista e na época aluna da graduação, nos convidou para darmos palestras e oficinas no *Festival de Teatro Ponto de Vista*, um evento organizado por uma equipe de alunas/os/es da Graduação em Artes Cênicas da UFMA. Depois Daiana tornou-se minha orientanda de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Teatro da UDESC. A dissertação de Daiana é a primeira no Brasil a discutir as práticas teatrais feministas em São Luís do Maranhão.

E assim Lúcia, nos últimos anos testemunhamos um florescimento das discussões feministas em muitas arenas e também em vários setores da prática teatral – no campo da pedagogia do teatro, aos diversos programas de pós-graduação no país, nas curadorias de festivais, nos fazeres do teatro amador, passando pelo teatro infantil ao teatro profissional. Ao mesmo tempo, eu te confesso que eu sinto medo, enfraquecimento e cansaço diante dessa maquinaria de força extra-humana que tem promovido o terror em todos os níveis da nossa vida social. O feminismo é um alvo antigo, nós sabemos disso. Mas as armas que nos atacam são novas e as estratégias cada vez mais distribuídas em vários estratos sociais. A Mesa Temática, mesmo que virtual, me traz a oportunidade de encontrar você, a Luciana, a Daiane e a Daiana e restauramos nossas forças pelo afeto e pela evocação de memórias coletivas.

Um abraço cheio de saudades,

Brígida Miranda

CARTA PARA BRÍGIDA MIRANDA

São Paulo, 10 de junho de 2021

Querida Bri,

Há duas noites apenas, gravamos a leitura dramática de nossa Josephina, pela plataforma *Zoom*, na internet¹⁹³. Digo nossa Josephina, porque foi você quem me apresentou a esta “infatigável feminista” brasileira do século XIX. Josephina Álvares de Azevedo, conterrânea minha, que por meio de sua pena aguda esgrinou *O Voto Feminino*, sua única peça teatral, parte da peleja sufragista da época, hoje se tornou uma grande inspiração para minha primeira comédia, uma dramaturgia meta-teatral que celebra sua jornada.

Lembro que foi você que me apresentou à estória de Josephina, em Florianópolis, há alguns anos, quando estive numa banca acadêmica de mestrado, salvo engano da querida maranhense Daiana Roberta. Sim, Florianópolis tem sido um território de grande aprendizado para mim, desde minha atuação como professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Teatro (PPGT/UDESC), a seu convite, até conhecer tantas parceiras-guerreiras de docência, como Daiane Dordete, Fátima Lima, Tereza Franzoni, às várias participações em bancas, às aulas magnas e disciplinas, sempre em fundo mergulho nas epistemologias feministas.

Sabe, minha amiga, você tem sido fundante nesta onda irreversível de experiências que intensificou o vermelho do coração. Na realidade, desde 2013, quando nos conhecemos por meio de Lu (Lúcia Romano), no evento que estávamos organizando de título *Breve panorama do feminino no teatro*, na UNESP, não nos afastamos mais. Foram tantas

193 Leitura dramática realizada no *Fazendo gênero 12 – lugares de fala: direitos, diversidades e afetos* – 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=APQ8JIWuDqQ>

SUMÁRIO



trocas desde então, um oceano de conhecimento no campo da vida/ arte, tendo os feminismos como guias. Sempre recobro que mesmo tendo as mulheres como meu mais privilegiado campo de pesquisa, desde 2001, foi somente na nossa parceria que se firmou minha dialogia com os mais variados estudos feministas. E sem sombra de dúvida, o ano de 2017 foi fundamental para nosso diálogo, especialmente pelo acontecimento que foi nosso ST 026. *Engendramentos da cena: práticas teatrais feministas na contemporaneidade*, no *13 Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11 – Transformações, conexões e deslocamentos*.

Dando continuidade a este ST, fundado no congresso Fazendo Gênero anterior, justamente por você e Lúcia, integrei-me ao congresso de 2017, encorpando uma rede de ações. E como me senti importante em tomar parte desta rede, e mais, como me senti responsável por aumentar as tramas desta rede levando orientandes para esse evento, além de me reencontrar com outras tão importantes pesquisadoras, como Verônica Fabrini¹⁹⁴, Claudia Echenique¹⁹⁵, Stela Fischer¹⁹⁶, Margie Rauen¹⁹⁷, dentre outras queridas. Foram seis longos dias de partilha de trabalhos, um estado aguçado de escuta para tantas investigações de todo Brasil, que me fizeram compreender a teia como estratégia de discussões de agendas de mulheres e de transformações de contextos falocentrados altamente redutores de potências.

O congresso Fazendo Gênero, de 2017, e nosso ST nessa conjuntura, propôs-se a agregar várias estórias e pesquisas no campo das artes da cena, um conjunto de estratégias e procedimentos que

194 Docente titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora de feminismos no campo do teatro, diretora e atriz da Boa Companhia, de Campinas-SP.

195 Docente na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Chile. Dirige o coletivo Obras Públicas, dedicado ao teatro de rua e a Companhia Rústicos de Estopa. Também faz parte do coletivo La Internacional Inventiones, com sede no Brasil.

196 Docente do curso de Graduação em Artes Cênicas da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/FAP). Pesquisadora no campo da performance e do ativismo, na resignificação dos discursos feministas na cena latino-americana. Fundadora e integrante do Coletivo Rubro Obscena.

197 Docente aposentada da UNESPAR – Curitiba e pesquisadora de feminismos no teatro.

SUMÁRIO

procuram romper com a lógica de que o saber se encontra apenas na-
quele que é fonte de autoridade e transmissor único de conhecimento.
No ST prevaleceu a valorização das várias vozes e narrativas, sendo a
dialogia sua dinâmica problematizadora.

Rememoro que em todos nossos encontros ritualísticos-científi-
cos deste evento, produziram-se variadas reflexões fundamentalmente
trançadas entre os aspectos estético e político das investigações em
arte (teatro, dança e performance), revestindo da criticidade feminista
os processos cênico-pedagógicos. Quão especial é voltar neste tem-
po e perceber a trama crescendo e os desdobramentos das tantas
pesquisas. Quão importante me perceber hoje – mesmo em meio a
pandemia, ao desmonte das políticas para mulheres e políticas de gê-
nero – trabalhando e criando em prol dos avanços dessas reflexões.

Este ano o *Fazendo gênero 12 – Lugares de fala: Direitos, diver-
sidades e afetos* será todo virtual, minha amiga. Na real, deveríamos
ter nos encontrado ano passado, presencialmente, e dado um forte
abraço daqueles que só as guerreiras sabem durante a luta. Mas conti-
nuamos firmes tecendo nossa rede de outra forma. Mesmo sem o afeto
de perto, anima-me saber que em breve faremos neste evento remoto
uma oficina *Teatro Feminista: experiências práticas de (r)existência*.

Também me torno toda entusiasta com nossa participação no ST
136: *Mulheres em movimentos: lutas e resistências das mulheres nos
movimentos feministas, sociais e sindicais*, exato sob a coordenação da
mesma querida Daiana Roberta, onde apresentarei o trabalho *Amotina-
das: teatro como prática pedagógica de (re)existência*, acerca do meu
trabalho com grupo de pesquisa MOTIM – Mito, Rito e cartografias fe-
ministas nas artes (CNPq)¹⁹⁸. E mais, enche-me de alegria saber que
terei um bate-papo sobre minha criação dramaturgica de Josephina no
mesmo congresso, a partir da leitura dramática que realizamos juntas.

198 Link do site do grupo disponível em: <https://amotinadas.wixsite.com/motim>

Espero que Josephina, com seu espírito de luta, nos inspire a todas nós a seguirmos coletivamente nas mais diversas redes, tecendo novos mundos repletos de risos, de direitos nossos atendidos, de afetos. Um mundo tecido com o húmus fértil das mulheres.

Com saudade que não estanca,

sua amiga Lu (Luciana Lyra)


CARTA PARA AMIGAS DE PESQUISA, LUTA E ESPERANÇA

São Paulo, 10 de junho de 2021

Queridas amigas de pesquisa, luta e esperança na vida, na saúde do corpo e do espírito, no teatro e no feminismo:

Observando os passos do nosso percurso (que não é um corolário de conquistas, mas um indicador de práticas e reflexões em continuidade), e em cada evento evocado, fica perceptível para mim que o teatro feminista é uma espécie de acontecimento-fenômeno que ultrapassa em muito o campo estrito da criação artística, porque está intimamente relacionado ao que acontece na sociedade. Sabemos que todo o teatro é parte da vida social, mas não é incomum que, pelo fato de estar qualificado como cultura, ele se destaque do mundo, para determinar seu território exclusivo como arte. Imagino que essa postura afaste o teatro das pessoas, que passam a olhá-lo como uma expressão elitizada, ou mesmo ineficiente para falar do que seria de fato importante para cada indivíduo em sua realidade. Ou, ainda pior, que o teatro pareça ser inútil para entendermos a nós mesmas no mundo, assim como para atuarmos com mais compreensão nos campos de conflito.

SUMÁRIO




Essa consciência da alienação das formas de teatro dominantes, que não condiz com a potência de transformação dos processos teatrais, ficou mais evidente para mim em 2007 (nossa data inaugural nessa troca de missivas), quando iniciei minha pesquisa de Doutorado, interessada em questionar o porquê da ausência quase absoluta de registros históricos sobre o teatro feito pelas mulheres no Brasil. Conhecendo como o feminismo e o teatro se nutrem um ao outro, sendo modos complementares de estar e interferir no mundo, me parecia surpreendente perceber a aceitação tácita de um vácuo na narrativa sobre o diálogo entre feminismo e teatro da parte das e dos artistas da cena, a exemplo da sociedade brasileira, notável de fins dos anos 1960 até a primeira década do novo século. Na bibliografia corrente em 2007, conhecia apenas uma publicação em português, da profa. Elza Cunha de Vincenzo (1992), que comentava exatamente esse impasse: Vincenzo diagnosticava ali uma herança do preconceito sistemático contra o feminismo que pesou sobre a cultura brasileira pós-1964.

Além do livro da Elza de Vincenzo, descobri nessa época o trabalho de Maria Brígida de Miranda (2003), a segunda das bases que utilizei para retomar a discussão sobre o teatro feminista, esse fio deliberadamente interrompido no Brasil pelas políticas de repressão e apagamento do Governo Militar que sucedeu o golpe de 1964, e que só amainou sua força em 1985, na chamada “distensão”. Por isso, mantive no título da tese que resultou dessa pesquisa a pergunta “De quem é esse corpo”? (ROMANO, 2009), entendendo que tínhamos muitos exemplos de engajamentos feministas inscritos no fazer das artistas mulheres brasileiras, mas que esse corpus precisava ser reunido e rearticulado; uma vez que havia sido sistemática e violentamente dilacerado.

Nessa fase, conheci pessoalmente Luciana, Brígida e Daiiana, nas ações que as cartas escritas por vocês destacam. Concluída a tese, retomei a discussão como professora na pós, iniciando em 2014 a disciplina *A Performatividade do gênero feminino no teatro: invenção*

SUMÁRIO



cênica e pedagogia, junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em São Paulo. A presença na pós-graduação dessa matéria atraiu pesquisadoras e pesquisadores interessados nesses “assuntos” – o feminismo e o enfrentamento às hierarquias de gênero nas artes cênicas, e o gênero e a performatividade enquanto categorias de análise produtivas no teatro. Dali derivaram trabalhos sobre masculinidades, violência, raça-etnia, teatro de grupo, autoria feminina, homoafetividade, imaginário e poder, dramaturgia da mulher, pedagogia feminista, história delas, lugar de fala e classe social, teatro negro, travestismo, performances dissidentes e práticas cênicas antiespecistas.

Essa rede estendeu-se para as bancas das quais participei, para o Grupo de Pesquisas Poéticas Atorais (CNPq), que coordenei em parceria com a Luciana Lyra, e para os projetos criativos do grupo teatral onde atuo, a Cia Livre, em São Paulo. Todos esses eventos indicam como o feminismo abriu minha atenção para a proximidade existente entre o teatro e outras lutas para além das artes, assim como o feminismo me aproximou das amigas desta Mesa e de outras mulheres ativistas, artistas ou não.

Desde então, uma inquietação que tem me acompanhado é que o feminismo encontre mais alianças no campo do teatro com uma multiplicidade de mulheres, e a partir do que o teatro oferece, com uma pluralidade ainda mais intensa de áreas e abordagens, para que o teatro feminista amplie sua abertura às várias singularidades. Nossos olhares, braços e corações feministas almejam gerar uma cena que represente mais e mais as tantas mulheridades com as quais ela pode conversar.

É por meio dessas tramas construídas entre nós que consigo vislumbrar alguma saída para minha limitada experiência de vida, porque vivo e aprendo através do que Luciana, Brígida, Dayana e Daiane compartilham, assim como com as trocas que elas promovem, por meio de suas interlocuções feministas. Constituímos um imaginário

SUMÁRIO

integrado, que expande meu alcance individual: seria impossível que minha vida e perspectiva se multiplicassem tanto, se não fosse pela articulação com as pulsações vitais de vocês.

Também, atribuo esse aprendizado pessoal dentro do feminismo e por meio do teatro feminista à emergência dos movimentos sociais das mulheres, em especial depois de 2015, que formou jovens feministas que, por sua vez, têm praticado um novo teatro feminista. Chegando à universidade, elas têm exigido a transformação das pedagogias teatrais, para que não se restrinjam mais à expressão e valoração de um sujeito concebido a partir dos atributos da pessoa europeia, masculina, hétero, cisnormativa e mais favorecida socialmente. Os movimentos feministas são formadores de saberes estético-corpóreos (GOMES, 2017) de caráter contra-hegemônicos: são saberes das mulheres (e antimachistas), das pessoas negras (e antirracistas) e das populações ameríndias (e anticoloniais), em um teatro feminista em cena expandida.

Para que possamos dar a conhecer como o teatro brasileiro pode ser um meio de transformação das desigualdades de gênero, potencializando uma visão crítica e promovendo outras formas de representação e autorrepresentação das mulheres, gostaria de somar uma última memória às que já circulam nessa conversa. Uma delas, a criação do GT Mulheres da Cena, na Abrace-Associação de Pesquisadores de Artes Cênicas, que é o primeiro grupo de trabalho de pesquisadoras e pesquisadores formado numa associação de pesquisa dessa importância no campo das artes cênicas brasileiras. Foi um passo pioneiro na área, que tomamos em 2018, inspiradas pela abrangência do Fazendo Gênero, e percebendo a necessidade de – logo após o golpe institucional que destituiu a presidente eleita no Brasil – somar esforços para resistirmos juntas ao fechamento já evidente na ocasião, e que vivemos hoje. Fazer circular coletivamente nossas pesquisas e confrontar o apagamento das produções artístico-intelectuais das mulheres, é algo que beneficia a todas e todos, em especial,

SUMÁRIO

diante da ameaça de ataque a tudo que diga respeito à preocupação com os direitos e as reivindicações das mulheres.

Nesse pleito amplo do Fazendo Gênero, em que trocamos nossas cartas, é bom que nossas memórias atravessassem nossa presença nos eventos que podemos citar, para reforçarmos que, a partir do jovem GT Mulheres da Cena, é possível chegar até muitas outras mulheres artistas, professoras, ativistas e pesquisadoras, cujos nomes podem não aparecer nessa breve troca de afetos, nem com o destaque que mereceriam nos espaços de saber oficiais, mas que estão ativas e fazendo com mãos-cabeça o feminismo no teatro.

Reconheço no que elas e nós criamos exemplos de proposições muito felizes geradas nesse espaço feminista que nos faz parte de um todo maior: buscar modos dialógicos e construções em redes estratégicas; fortalecer espaços ginocêntricos pulsantes a partir do teatro; destacar a “brasilidade múltipla” dos feminismos nacionais; inaugurar e compartilhar narrativas – como disse Daiana – avessas às narrativas das grandes produções profissionais; praticar a criticidade feminista; dar escuta aos saberes não-institucionalizados; derrocar o protagonismo de poucas; usar o teatro para aprender e divulgar feminismo e, por fim, afetar-se a afetar-se, em todos os espaços onde estivermos.

Espero que essas ações possam despertar a curiosidade de outras mulheres, que se tornarão também nossas com-fidentes e com-fazentes. A nossa voz nos liga às outras pessoas, e essas relações contínuas, como diz Daiane em seu trabalho, não se estabilizam numa identidade, nem param de provocar mudanças.

Minhas amigas de pesquisa, luta e esperança na vida, na saúde do corpo e do espírito, no teatro e no feminismo, escrevendo aqui sobre os últimos dez anos, percebo como o tempo bem vivido segue entranhado em nós, nos fazendo e nos desfazendo. Nesse momento, tão cheio de dilemas e de apelos sensíveis, tão cheio de perdas

SUMÁRIO

e de ameaças, parece ser impossível projetarmos um futuro. Por isso, esse fio de memória que vocês conduzem, e que me envolve com alento, é mais do que necessário... vocês estendem uma rede no tempo-espço, que nos dá um sentido histórico e demonstra como a realidade é móvel. Agradeço imensamente por isso.

Lucia R. V. Romano

UMA CARTA PARA TODAS


Ilha das Bruxas/Florianópolis – SC, 15 de junho de 2021

Queridas amigas de luta e afeto,

Ler suas cartas aquece o meu coração. Quantas lembranças me vêm à mente. Quantos fios de memórias dos caminhos que me fizeram chegar até vocês apontam em meu pensamento. Escrevo agora de “um quarto só meu”, em companhia de Virgínia Woolf (2019), que me acompanha nas leituras da semana e me faz refletir sobre o meu lugar de fala, em sintonia com o tema do Seminário Internacional Fazendo Gênero deste ano.

Este quarto só meu é um cômodo especialmente organizado para estudos e trabalho e fica no meu apartamento. Sou uma professora universitária e artista cisgênero, branca, heterossexual, de classe média, trabalhadora, de família de origem camponesa. É bem verdade que quando eu era “apenas” artista, e nos anos iniciais de minha jornada docente na Licenciatura em Teatro na UDESC, não havia armários organizados com prateleiras que permitissem a separação dos livros, CDs e DVDs na minha casa. Até a defesa do doutorado, os livros estavam bem acomodados e catalogados em caixas de papelão e a vida era um pouco mais difícil.

SUMÁRIO



Foi nesse início de caminho de docência e doutoramento em Teatro, também na UDESC, que em 2011 Brígida me deu a mão e me convidou a conhecer outras mulheres de teatro e pensadoras feministas no caminho que iniciávamos naquele momento, eu como doutoranda e ela como orientadora. Como atriz, diretora, dramaturga e contadora de histórias que começava a jornada de docência no ensino superior na cadeira de voz/interpretação, eu vinha de uma formação teatral hegemônica, patriarcal, colonial, que reverberava discursos universalizantes e inviabilizadores das mulheres, das pessoas negras, das pessoas indígenas, das LGBTQIA+, das PcDs. Pensar como os discursos e as práticas cisheterocentradas se refletiam nas pedagogias e processos criativos vocais no teatro foi um grande desafio, que me levou a me perceber como mulher na sociedade, no sentido analítico que o gênero como categoria social permite tecer sobre as relações e a história, como preconizou Joan Scott (1990).

Lembro agora das cartas que também povoam minha tese, *Pos-sível cartografia para um corpo vocal queer em performance*, defendida em 2015 no PPGT UDESC, e nas quais eu narro episódios de minha vida e de meu gendramento¹⁹⁹ social, tentando fazer o necessário movimento de perceber os reflexos da coletividade em minha personalidade, e assim me enxergar como sujeita histórica, e olhar também para as epistemologias e práticas teatrais e vocais como decorrentes deste processo.

Nestes anos confabulei junto a diversas e diversos docentes da Rede de Pesquisa Voz e Cena, através do Seminário anual e itinerante A Voz e A Cena, evento que reúne professoras/es de voz no teatro e artistas de mais de 20 instituições de ensino técnico e superior do Brasil, e cuja décima edição está em suspensão desde 2020 devido à pandemia que nos arrebatou vidas, casas, trabalhos e dignidade, instaurada em meio a um governo que desrespeita a saúde, a vida e a população. Preferimos esperar a travessia deste momento tão difícil para nos

199 Utilizo o verbo gendrar no sentido de atribuir características específicas a determinado gênero (gendering).

SUMÁRIO

encontrar presencialmente e com segurança neste ano de 2022 em Rio Branco – Acre, pois as vozes desta Rede desejam ressoar nos espaços físicos das universidades brasileiras e das comunidades locais. Porém, foi durante a pandemia que nasceu a *Revista Voz e Cena*, periódico com recorte único da área, vinculado à UnB e estruturado em parceria de 14 universidades públicas, dentre elas a UDESC. A revista irá para sua terceira edição e já traz em suas publicações reflexos das discussões sobre voz, gênero e feminismos que pudemos compartilhar e desenvolver nas nove edições do seminário e seus desdobramentos.

Foi seguindo as trilhas vocais e feministas no teatro que pude conhecê-las, Lúcia, e Luciana. Lúcia eu conheci em 2008, quando eu ainda era estudante de mestrado em teatro, também no PPGT UDESC, a convite da Brígida, que na época era minha professora e coordenava o ST *Atos de Violência: representações de agressão à mulher no palco* na oitava edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero. Também nos encontramos em 2019 no GT Mulheres da Cena, no contexto da reunião científica da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas (ABRACE). Ambas as articulações foram pioneiras em seus contextos, ampliando a rede de pesquisadoras/es interessadas/os em fazer parte desta trama feminista.

Já Luciana conheci em 2016, na cena artístico-acadêmica de sua perorpalestra apresentada na UDESC, *Dramaturgia Feminina: o caldeirão de Afrodite*, sob convite do projeto de extensão Mulheres em Cena, coordenado por Brígida. Depois nos encontramos em muitas bancas e eventos, nos quais também conheci (minha quase homônima) Daiana Roberta, que hoje desbrava sob minha orientação no doutorado em Teatro do PPGT UDESC percursos sonoros e vocais feministas.

Meu mergulho de uma década nesta teia de mulheres artistas-ativistas-pesquisadoras reverberou também na proposição do ST *Vocalidade, Gênero e Artes*, no Fazendo Gênero de 2017, compartilhando a coordenação do ST com a professora Dra. Janaina Trasel Martins da UFSC, que foi minha coorientadora durante o doutoramento.

SUMÁRIO

Em 2018 estruturei e ministrei o Seminário Temático *Voz, Gênero e Performance*, ofertado novamente em 2021 no programa de Pós-graduação em Teatro da UDESC. Nesta disciplina, ímpar na área de voz, discutimos pedagogias vocais e criações artísticas a partir de uma perspectiva feminista, problematizando binarismos de gênero que operam nestas áreas, em intersecção com outros marcadores sociais.

Também no PPGT UDESC compartilhei em 2019 com a professora Dra. Fátima Costa de Lima e com o professor Dr. Vicente Concílio o Seminário Temático *Pensamento giratório: decolonialidade e lugares de fala nas artes cênicas brasileiras contemporâneas*, no qual as discussões a partir de uma perspectiva feminista também estiveram presentes. E em 2019 compartilhei, no mesmo PPGT UDESC, o Seminário Temático *Introdução ao Teatro Feminista* com Brígida Miranda, nossa tecelã mestra dos saberes feministas no teatro da UDESC.

Além das disciplinas que ministramos na universidade, nossas atividades de pesquisa e extensão também se enredam nestas teias. Defendi, sob orientação de Brígida, a primeira tese no Brasil sobre voz e gênero no teatro, e no mesmo PPGT UDESC orientei a primeira dissertação sobre artistas trans de nosso programa, intitulada *Transvestigêneres na performance e teatro: sobre reparação e resistência*, defendida por Vulcânica Pokaropa em 2019, e cujo trabalho resultou na série documental *Desaqueuda*²⁰⁰. São muitas/os/es que tramam conosco ideias e cenas feministas, LGBTQs, negras, decoloniais, no exercício constante da interseccionalidade e reflexão política de nossas práticas, pedagogias e discursos. No âmbito da extensão universitária, tanto o programa *Radiofonias*²⁰¹, do qual sou integrante desde 2015, quanto o *CEART Aberto à Comunidade*²⁰², que coordenei entre os anos

200 Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLXQe_iv6pg4OPE8ZNFwxmE-vhAhEGiygu. Acesso em: jun. 2021.

201 Programa de Extensão coordenado pela professora Dra. Raquel Stolf, do Departamento de Artes Visuais da UDESC CEART. Programas de rádio disponíveis em: <https://www.mixcloud.com/radiofonias>. Acesso em: jun. 2021.

202 Maiores informações em: <https://www.udesc.br/ceart/ceartaberto>. Acesso em: jun. de 2021

SUMÁRIO

de 2018 e 2021, buscaram em suas produções e eventos visibilizar a produção de artistas e trabalhadoras da cultura mulheres, negras, LGBTQs, indígenas, camponesas, dentre outros grupos periféricos. Também minhas atividades de gestão no Centro de Artes da UDESC²⁰³ e de representação do setor cultural no Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina²⁰⁴ e no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis²⁰⁵, além das participações em bancas de editais de cultura e prêmios, são pautadas por um olhar que busca exercitar constantemente a urgente pauta de inclusão social, diversidade e representatividade nestes distintos setores que confabulam as práticas e as políticas culturais e universitárias.

Nesta década de tramas que nos unem, também completo o decênio da pesquisa e processo criativo da peça *Celas*, que em 2019 se transformou em *Celas e elas*²⁰⁶, após a realização de um curso de teatro²⁰⁷ para as mulheres da ala feminina do Presídio Regional de Joinville – SC. O curso impulsionou a desmontagem deste trabalho sobre mulheres e cárceres, história traçada com muitas pessoas, e com a parceria imprescindível da atriz joinvilense Samira Sinara Souza nesta jornada feminista e de engajamento no abolicionismo penal.

Amigas queridas, sei que os tempos são duros, de caça às bruxas, de desgoverno e de fascismo deliberado, mas as lutas desta década tramada nos fios de nossas memórias apontam para muitas

203 Diretora de Extensão, Cultura e Comunidade da UDESC CEART (2017-2021) e Diretora Geral eleita da UDESC CEART para a gestão 2021-2025.

204 2017-2019 representando a FECATE – Federação Catarinense de Teatro.

205 2019-2021 representando a UDESC.

206 Cf.: JACOBS, Daiane Dordete Steckert. *Celas e Elas: Desmontando cenas e construindo lugares de fala e escuta no teatro feminista*. **Revista Cena**, Porto Alegre, n. 33 p. 105-117 jan./abril 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/cena/article/view/109073/61435>. Acesso em: jun. 2021.

207 Cf.: JACOBS, Daiane Dordete Steckert; SOUZA, Sinara Samira. Sobre cartas, celas, elas e professoras-em-processo. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, v. 3 n. 39, nov./dez. 2020, do Programa de Pós-graduação em Teatro da Udesc. Florianópolis/SC. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18881>. Acesso em: jun. 2021.

SUMÁRIO

conquistas feministas na academia, que se articulam diretamente aos movimentos sociais e à arte produzida em nossos contextos. Reconhecendo meu lugar de privilégio nesta sociedade injusta e sem memória e, conseqüentemente, minha responsabilidade social nos espaços públicos que ocupo, sigo firme no propósito feminista de luta por equidade, reparação histórica e justiça social, sabendo que vocês são parceiras aguerridas e afetuosas desta trama que olha e move com o coletivo.

Como aprendi com minha querida Daiana Roberta, “companheiras me ajudem, que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com vocês ando melhor”. Avante, juntas, em coletiva e em aliança.

Daiane Dordete Steckert Jacobs

REFERÊNCIAS

- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- MIRANDA, Maria Brígida. **Playful training**: towards capoeira in the physical training of actors. 2003. Tese (Doutorado em Filosofia, Teatro e Drama) – School of Communication, Arts and Critical Enquiry, Faculty of Humanities and Social Sciences, La Trobe University, Melbourne, Victoria, Austrália, 2003.
- ROMANO, Lúcia Regina V. **De quem é esse corpo?** A performatividade do feminino no teatro contemporâneo. 2009. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ECA/USP, São Paulo, Brasil, 2009.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- VINCENZO, Elza Cunha de. **Teatro da mulher**: dramaturgia feminina no palco brasileiro contemporâneo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- WOOLF, Virgínia. **Um quarto só seu**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2019.



27

Carmen Rial

Carla Pires Vieira da Rocha

Caroline Soares de Almeida

Cristhian Fernando Cajé Rodriguez

Gabriel Kouke de Souza Sabanay

Nicolly Mendonça da Silva

Natalia Pérez Torres

Os 20 anos das Mostras Audiovisual e Fotográfica do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12

The 20th anniversary of the Audiovisual and Photographic Exhibitions
of the Seminário Internacional Fazendo Gênero

El aniversario 20 de las Muestras Audiovisuales y Fotográficas
del Seminario Internacional Fazendo Gênero 12

INTRODUÇÃO²⁰⁸

A pandemia de covid-19 obrigou os congressos a se adaptarem às condições de distanciamento físico. E não são poucos os que detestaram as novas condições de se encontrar. Porém, para as Mostras Audiovisual e Fotográfica, o acesso via internet permitiu uma ampliação dos participantes e dos receptores, assim como a presença virtual de cineastas europeus em mesas e debates. Por contraditório que seja, a pandemia deu uma nova energia para as Mostras que o NAVI – Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem – organiza já há 20 anos no Fazendo Gênero. Inicialmente idealizadas para julho de 2020, durante o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, em meio à pandemia, as Mostras Audiovisual e Fotográfica ocorreram inusitadamente em março de 2021, como um pré-evento.

Foram selecionados 29 filmes e 25 ensaios fotográficos, que concorreram em ambas as mostras competitivas. Além disso, a Mostra audiovisual incluiu homenagens e convidados. A cineasta homenageada nessa edição foi Lucia Murat, conhecida por fortes filmes que denunciam o período trágico da ditadura militar. Mattijs van De Port, Catarina Alves Costa e Mari Corrêa.

208 Agradecemos a todas as pessoas que auxiliaram na construção das 9ª Mostra Fotográfica e 8ª Mostra Audiovisual do Seminário Internacional Fazendo Gênero:

Comissão Organizadora: Adriana Eidt (UFPE); Amanda Bouvié (UFSC); Barbara Maisonnavi Arisi (UNILA/UFSC); Camila Garcia Iribarrem (UFAM); Caroline Mariga (UFSC); Davi da Silveira Seer (UFSC); Francieli Maria da Silva (UFSC); Gabriel Kouke Sabanay (UFSC); Lourdes Martinez Echazábal (UC – Santa Cruz); Monique Malcher (UFSC); Nicolly Mendonça da Silva (UFSC).

Comitê Científico: Adriana Eidt (UFPE); Camila Garcia Iribarrem (UFAM); Carla Pires Vieira da Rocha (UFSC); Carmen Sílvia Rial (UFSC); Caroline Soares de Almeida (UFSC); Cristhian Cajé Rodríguez (UFSC); Lourdes Martínez Echazábal (UC – Santa Cruz); Monique Malcher (UFSC); Natalia Pérez Torres (UFSC); Silmara Simone Takazaki (UFTPR).

Júri Mostra Audiovisual: Carla Pires Vieira da Rocha, UFSC; Cláudia Turra Magni, UFPel; Felipe Bruno Martins Fernandes, UFBA; Lisabete Coradini, UFRN; Lourdes Marínez Echazábal, UC – Santa Cruz; Natalia Pérez Torres, UFSC; Silmara Takazaki, UFTPR.

Júri Mostra Fotográfica: Ângela Maria de Souza (UNILA); Cornélia Eckert (UFRGS); Lara Belleli (UNICAMP/PAGU); Marina Moros (Editora Cultura e Barbárie); Maria Margarida Dalton Palom (Centro de Investigadores y Estudios Superiores en Antropología Social – Oaxaca/México); Paulo Jorge Pinto Raposo (ISCTE – ULisboa).

SUMÁRIO

Transformar um evento que tradicionalmente contava com a presença do público durante as exposições e debates para o meio virtual envolveu o desafio da participação desse público nas atividades remotas. A solução foi ampliar para um mês o período de acesso às produções visuais concorrentes. Assim, além da premiação do Júri Técnico, houve expressiva votação do júri popular. Ao todo, foram computados mais de 1.300 votos nesta categoria, um recorde para uma Mostra que já está na sua maioria.

O diálogo com o *Festival do Filme Etnográfico de Recife* se intensificou nessa edição. Dois dos filmes apresentados na Mostra do Fazendo Gênero e que tiveram numerosos acessos tinham sido antes projetados em Recife. Aqui, além dos filmes, pudemos ter as vozes de quem os realizou, pois suas obras foram discutidas em mesas com a presença de especialistas que debateram temáticas relacionadas a gênero a partir de imagens. Essas mesas – com o antropólogo visual holandês Mattijs van De Port, as documentaristas Mari Corrêa e Catarina Alves Costa, e a homenageada da Mostra Audiovisual, a cineasta Lucia Murat – podem ainda ser vistas no canal do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem na plataforma YouTube²⁰⁹.

HOMENAGEM A LUCIA MURAT

A cada edição da Mostra Audiovisual é realizada uma homenagem a cineastas de grande relevância para a disseminação do conhecimento na área de gênero e feminismo, a partir do cruzamento com diferentes campos disciplinares e possibilitando a leitura de públicos diversificados. Em 2021, Lucia Murat foi nossa homenageada. A cineasta, ao longo de sua trajetória de quase quatro décadas, tem abordado as lutas de

209 Acesso aos vídeos das mesas-redondas no canal do NAVI no YouTube: https://www.youtube.com/channel/UCconAdfN10_7EXH4N_8bHqA

SUMÁRIO

mulheres em suas obras, nos contextos mais variados. Nesse sentido, a atuação de mulheres na militância política em defesa da democracia no país assume papel importante em algumas de suas criações.

Murat iniciou a carreira como jornalista para veículos de comunicação do Rio de Janeiro. Em 1971, aos 22 anos, foi presa e barbaramente torturada. Viviu na clandestinidade desde a implementação do Ato Institucional n.º 5. As lembranças dos porões da ditadura foram exploradas em sua longa-metragem de estreia *Que bom te ver viva*, de 1989, premiado nos festivais de cinema de Havana, do Rio de Janeiro e de Brasília. Em sua fala para o evento de homenagem, salientou as dificuldades de reação após os três anos de prisão:

Quando eu saí da cadeia, era uma situação extremamente difícil, né. Porque você tinha uma sensação de derrota muito grande. Eu tinha vários amigos assassinados, muitos amigos no exílio. Me sentia muito perdida, mas, ao mesmo tempo, eu não quis ir para o exterior. Foi engraçado assim, porque eu continuei recebendo ameaça e tudo. Teve uma pressão muito grande para eu ir. Porque ainda estava no [governo] Geisel e tal. Começou aquele processo de “abertura”. Quer dizer, teve a Anistia em 1979. Mas eu realmente sentia uma sensação de que devia ficar aqui. Eu precisava desenvolver a minha vida e, apesar das ameaças e tudo, eu fiquei no Brasil²¹⁰.

Na mesa redonda²¹¹ em que participou no Fazendo Gênero, Murat contou como surgiram as ideias dos seus filmes (do *Longa Viagem*, o seu primeiro longa-metragem ao *Praça Paris*), as suas influências cinematográficas na adolescência, a importância da literatura e da sociologia de um Franz Fanon na sua obra. E sobretudo da importância das mulheres no seu filme – ficamos sabendo de um coletivo de mulheres de cineastas que existiu por trás de *Que bom te ver viva* e que

210 Transcrição da entrevista com Lucia Murat realizada para o vídeo de homenagem. Lucia Murat – Homenagem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqFSdlgxQxl>. Acesso em: 07 dez. 2022.

211 Mesa O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica.

SUMÁRIO

se torna mais visível na Retomada – Retomada é como se designa o cinema feito no Brasil entre 1995 e 2002, quando se retoma a produção de filmes graças a incentivos fiscais depois de um período de estagnação. A cineasta estima que na Retomada aumentou para 20% a participação de mulheres na direção.

Em 2013, Murat prestou depoimento para a Comissão da Verdade em que descreve com detalhes as torturas sofridas durante a prisão, apontando o nome dos torturadores. Esse depoimento foi considerado fundamental para a conclusão do relatório, e na Mesa ela nos conta como se preparou para esse que foi um momento bastante doloroso.

É impressionante como Bolsonaro lembra os torturadores: esse modo de falar, essa homofobia, esse modo de tratar as mulheres. É muito parecido. O Porão voltou ao poder, e voltou ao poder pelo voto, isso é que é o mais trágico na nossa História. Acho que tem uma decisão ideológica minha que é que é preciso se lembrar, é preciso denunciar, é preciso que essa memória não seja esquecida (informação verbal)²¹².

Essa trajetória de lutas políticas e sociais, além das brilhantes produções cinematográficas, fizeram de Lucia Murat uma grande referência do cinema brasileiro. Ao lado de Tizuka Yamasaki – homenageada na edição da Mostra Audiovisual do Fazendo Gênero 10 – e Suzana Amaral, e muitos anos após os filmes de Cléo de Verberena, na década de 1930, a cineasta carioca é uma das pioneiras entre as mulheres no campo cinematográfico do país. As temáticas da luta social e resistência constituem os pontos centrais importantes de suas obras, haja vista a produção de longas como *Brava gente brasileira* (2000); *Maré, nossa história de amor* (2007); *A nação que não esperou por Deus* (2015); e *Ana* (2020) – além da série documental *Vestígios do Brasil* (2019).

212 Transcrição da entrevista com Lucia Murat realizada para o vídeo de homenagem. Transcrição da conferência de Lucia Murat para a Mesa de Abertura das mostras – *O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica*.

O PROTAGONISMO DE MULHERES CINEASTAS

Mari Correa (Instituto Catitu), formada no célebre Atelier Varan de Paris, iniciou como montadora e hoje concentra seu trabalho na direção de filmes e especialmente na formação de documentaristas. Seu primeiro, *O corpo de espíritos*, foi feito no Xingú, filmando especialmente um Xamã, mas já viajando entre os 16 povos dali, numa autoprodução que durou 4 anos, em parceria com uma equipe médica. O filme teve uma produção final francesa e boa repercussão em festivais e na televisão na França. O zapatismo, a realidade mexicana e guatemalteca foram o tema do seu segundo filme. Em 1998 passou a integrar o *Vídeo nas Aldeias* e trouxe para o projeto a ideia de formação de cineastas-indígenas. A formação de mulheres indígenas como cineastas foi o mais recente projeto: “Todo o discurso de que as mulheres indígenas não podem, não querem, não tem tempo, caiu por terra quando apareceu uma mulher com um filho no colo. Se ela acha que pode, se quer, então vamos ter que achar as condições para que ela possa”²¹³. Mari convidou Tata de Amaral e juntas fizeram a primeira oficina. Como funcionou essa experiência é contada em detalhes no seu depoimento. “Demorou para que as mulheres indígenas passassem a ter visibilidade, mesmo nos estudos antropológicos... chegou uma hora que o discurso de ‘não pode interferir’ foi virando um discurso machista. Por que não pode? Elas estão dizendo isso? O que elas pensam disso?”²¹⁴ Hoje, nos diz Mari, temos uma Soninha Guajajara, e ela abre perspectivas para outras indígenas. “É como as mulheres cientistas entre nós”²¹⁵.

213 Transcrição da conferência de Lucia Murat para a Mesa de Abertura das mostras – O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica. Transcrição da conferência de Mari Correa para a Mesa de Abertura das mostras – *O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica*.

214 Transcrição da conferência de Mari Correa para a Mesa de Abertura das mostras – O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica.

215 Transcrição da conferência de Mari Correa para a Mesa de Abertura das mostras – O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica.

SUMÁRIO

Quentura, que apresentamos na Mostra, foi um filme que resultou desse novo diálogo com as mulheres indígenas, seus olhares e o “conhecimento delas que é mais apurado, de determinados espaços”²¹⁶.

Catarina Alves Costa (CRIA-FCSH), formada em Lisboa e em Manchester, buscou desde o início unir antropologia e cinema. Os seus primeiros filmes foram no mundo rural. O filme que mostramos no Fazendo Gênero foi bem diferente, feito em 10 dias, em Moçambique, com mediadores locais, envolvendo pagamento aos interlocutores. O filme é uma viagem aos Makonde hoje, mas também ao papel de uma mulher, Margot Dias, na história da Antropologia portuguesa. Resgata sua importância invisibilizada pelo protagonismo dado a Jorge Dias, o iniciador da moderna antropologia portuguesa, fundador do Museu de Etnologia. Margot Dias, alemã, tinha uma relação com o Instituto de Gottingen e é uma pioneira. “Assim como a Margaret Mead”²¹⁷. Catarina resgata imagens dos filmes de Margot que aparecem em seu documentário – e também em um arquivo digital que reúne todas as suas imagens.

O filme de Catarina é feito em camadas, e uma delas é sua própria voz: “Como uma cebola, tem diversas peles. Eu queria que uma delas fosse ‘eu também estou a ir a Moçambique, eu também estou a repetir o gesto dela’”²¹⁸. A presença subjetiva da autora está lá, as dificuldades da relação com os interlocutores estão lá, e estas são uma das lições do filme. “Antropologia é uma ética. A nós interessa não a verdade, mas a verdade da relação”²¹⁹. A lição de Jean Rouch foi apreendida.

216 Transcrição da conferência de Catarina Alves Costa para a Mesa de Abertura das mostras – O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica. Transcrição da conferência de Mari Correa para a Mesa de Abertura das mostras – *O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica*.

217 Transcrição da conferência de Catarina Alves Costa para a Mesa de Abertura das mostras – O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica.

218 Transcrição da conferência de Catarina Alves Costa para a Mesa de Abertura das mostras – O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica.

219 Transcrição da conferência de Catarina Alves Costa para a Mesa de Abertura das mostras – O protagonismo de mulheres na produção cinematográfica.

MASCULINIDADES NA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

A mesa redonda denominada *Masculinidades, Religiosidade e Produção Audiovisual* contou com a participação do antropólogo visual holandês, Matthijs van De Port (University of Amsterdam e Vrije Universiteit Amsterdam) – que também se apresentou na Mostra Paralela de Filmes Premiados, com seus dois últimos trabalhos: *Nós e Furos: o audiovisual como grafia do trabalho de campo* (2019), e a estreia absoluta no Brasil de *O corpo não fecha* (2020). Mattijs é o que antigamente chamávamos de “brasilianista” – um termo para antropólogos estrangeiros com trabalho de campo no Brasil. Ele nos concedeu uma entrevista em um excelente português. Se mostrou conhecedor não apenas de seu campo de trabalho (e nesse, conhece os que escreveram sobre ele, leu Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Jorge Amado e tantos outros), mas também de muitos antropólogos brasileiros, com os quais mantém relações de troca. Não se trata apenas do que na América Latina espanhola costuma-se designar pela palavra “extrativismo intelectual”.

Mattijs abriu a mesa contando-nos sobre seus filmes, *Nós e furos* (*Knots and holes*), um filme esteticamente assombroso, de uma grande sensibilidade, que nos traz imagens de rara beleza de pescadores e rendeiras, de mar e céu, traçando as redes de relações entre eles, e deles consigo. Uma voz subjetiva reflete sobre a complexidade dessas relações, sobre o tempo, as condições daquelas vidas – e das nossas – e sobre a própria antropologia. Em *O corpo não fecha* (2020), o segundo filme que apresentamos na Mostra, trata de masculinidade ao abordar uma prática religiosa do candomblé: a de fechar o corpo dos homens, tornando-os invulneráveis, protegidos contra a violência tão presente nas periferias onde moram os protagonistas do filme. Um corpo fechado é forte, imbatível. Mas como todos sabem, mesmo os corpos impenetráveis têm um ponto fraco, que pode reabri-lo.

SUMÁRIO

O filme foca especialmente no corpo fechado de um homem em especial, tratando da força e da fragilidade dos corpos masculinos.

A mesa também contou com duas importantes participações. A antropóloga Carly Machado, professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Carly tem uma vasta trajetória como pesquisadora na Holanda, e ela e o Mattijs ambos têm uma relação de amizade e de interlocução de longa data. O trabalho de Carly como pesquisadora no campo da religião se centra na relação entre igrejas neopentecostais, mídias sociais e o Estado, dialogando nesse campo de estudos da religião com o cineasta.

A conversa se deu em torno do tema masculinidade e religiosidade, pensando particularmente nas interfaces entre religião e gênero. Apontando para os principais eixos de pesquisas sobre gênero e religião para chegar aos filmes de Mattijs. Apontando para o específico e criativo na abordagem que ele dá para esta temática. Lembrando-nos também sobre os desafios de se pensar a relação entre gênero e religião articulada à produção de imagens. A intervenção da Carly foi atravessada pela ideia das religiões como dispositivos que elaboram papéis de gênero e como elas desenvolvem padrões através do uso de imagens. Também como essas imagens entram em conflitos e tensões que derivam da vivência específica desses padrões.

Por último, mas não menos importante, a mesa também contou com a participação do Professor José Gatti, escritor, jornalista e professor no Bacharelado em Audiovisual do Centro Universitário Senac, em São Paulo. Especialista nas questões de masculinidade e teoria do cinema, José tratou das questões apresentadas nos dois filmes desde uma perspectiva da sexualidade nos contextos de religiões de matriz africana. Gatti fez uma análise visual das teorias do cinema e esmiuçou cena por cena, diálogo por diálogo, ressaltando o valor poético do trabalho do Mattijs como cineasta, deixando o diretor muito mais próximo do lírico de uma produção cinematográfica, contrapondo

o trabalho etnográfico, com o antropólogo. Dando ênfase à produção de imagens desde um olhar mais poético, ressaltando a beleza dos planos e sensibilizando nosso olhar para o que seria uma obra de arte.

OS VINTE ANOS DA MOSTRA FOTOGRÁFICA

A Mostra de Fotografias do Fazendo Gênero, desde seu início, teve como meta principal oportunizar que temáticas relativas às questões de gênero também obtivessem sua representatividade no evento através das linguagens imagéticas. Ao longo dos anos, a exibição de fotografias, juntamente com a mostra de filmes, passou a compor um eixo fundamental do Fazendo Gênero. Além de contemplar uma outra perspectiva para se olhar as questões de gênero, a proposta das mostras se constituiu como uma possibilidade de ampliar os debates a partir de pesquisas fundamentadas na interlocução entre as temáticas de gênero e o campo das imagens.

A Mostra Fotográfica do 12º Fazendo Gênero, em sua modalidade competitiva, reuniu 25 trabalhos. Como já foi mencionado, em virtude do contexto pandêmico tivemos de redimensioná-la para uma versão virtual alinhada com o evento. Portanto, nessa nona edição da mostra, em vez de se percorrer o caminho traçado pelos painéis de imagens distribuídos no interior da universidade, foi feito o convite para se transitar pelas infovias cibernéticas, estabelecendo um outro ritmo para observar as imagens ditado pelas tecnologias digitais e suas possibilidades interativas crescentes.

No decorrer de suas edições, esta mostra também tem se orientado para estimular e difundir a produção de imagens fotográficas voltadas às temáticas de gênero. Em tal sentido, além da confecção

SUMÁRIO

de um catálogo que reúne o conteúdo das exposições, é instituída uma premiação aos melhores trabalhos, avaliados a partir de duas categorias: júri técnico, composto por especialistas na área da Antropologia, Gênero e Imagens, e júri popular. Nesta edição do evento, o júri técnico foi composto por Ângela Maria de Souza (Professora da UNILA no curso de Antropologia e no Mestrado PPG-IELA – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos), Cornélia Eckert (Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do BIEV e do Núcleo de Antropologia Visual – NAVISUAL). Iara Beleli (Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora e Editora do Cadernos Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/Unicamp), Marina Moros (Doutora em Literatura, colaboradora do Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem – NAVI/UFSC), Maria Margarida Dalton Palom (Professora do Centro de Investigaciones e Estudios Superiores en Antropología Social, CIESAS, Oaxaca, Unidad Pacífico Sur) e Paulo Jorge Pinto Raposo (Professor no Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa).

Os trabalhos fotográficos vencedores²²⁰ na categoria júri técnico foram: *Mulheres, a casa, a prisão e a rua* de Elizabeth Lettnin Thiel e Aline Cunha (1º lugar), *Mamãs, Bebês e Capulanas – cuidados e afetos tecidos nos corpos* de Vera Fátima Gasparetto, Mateus Almeida da Silva e Hélder Pires Amâncio (2º lugar) e *Por trás do espelho* de Fernanda Torrentes (3º lugar).

220 Entre os filmes, os vencedores na Categoria Júri Técnico (composto por Carla Pires Vieira da Rocha, UFSC; Cláudia Turra Magni, UFPel; Felipe Bruno Martins Fernandes, UFBA; Lisabete Coradini, UFRN; Lourdes Marinez Echazábal, UC – Santa Cruz; Natalia Pérez Torres, UFSC; Silmara Takazaki, UFTPR) foram: 1º Lugar – Kuña Porá: matriarcas Kaiowá e Guarani (Fabiana Fernande e Daniela Jorge João); 2º Lugar – O que te torna viril? (Fernanda Sá), 3º Lugar – Selma depois da chuva (de Loli Menezes). O filme Zara, de Daphine Xavier, recebeu menção honrosa do júri técnico. Já na categoria Júri Popular, os escolhidos pelo público foram: 1º Lugar – Entre elas (Isabella Cecília do Nascimento); 2º Lugar – Condenadas pela razão (Muriel Rodrigues de Freitas); 3º Lugar – Grisolhas (Carlos Fialho e Tatiana Miranda).

SUMÁRIO

Já os trabalhos premiados pelo júri popular foram: *Construlher. Um caminho em construção. Uma luta diária* de Taís Miwa Ramos, Lígia Boeze (1º lugar), *Mamãs, Bebês e Capulanas – cuidados e afetos tecidos nos corpos* de Vera Fátima Gasparetto, Mateus Almeida da Silva, Hélder Pires Amâncio e *Se essa luta fosse minha: mulheres e manifestações nas ruas do Rio de Janeiro* de Letícia Sabbatini (2º lugar) e *Obinrin – Fluxo Ancestral* de Nathália Leite Gomes e Gabriela Costa Machado (3º lugar).

A Mostra de Fotografias do Fazendo Gênero completou 20 anos em 2020. Para comemorar o aniversário dessas duas décadas foi realizada uma mostra paralela de fotografias intitulada *NAVI – 20 anos da Mostra Fotográfica Fazendo Gênero*. Essa mostra reuniu trabalhos resultantes de pesquisas com temáticas voltadas a gênero realizados nos últimos anos por integrantes do Núcleo de Antropologia e Estudos da Imagem da Universidade Federal de Santa Catarina (NAVI/UFSC), responsável por organizar as mostras audiovisual e fotográfica. Foram no total dez ensaios fotográficos que reuniram as/os seguintes pesquisadoras/es: Barbara Arisi (*Mulheres Matis: afetos, saberes e práticas na floresta amazônica – 2006-2014*), Carla Pires Vieira da Rocha (*Mulheres transmigrantes em Amsterdã – 2015-2016*), Carmen Rial (*Parada Gay – Florianópolis – 2010*), Caroline de Almeida (*“O futuro do futebol é feminino”: fragmentos etnográficos de pesquisas sobre o futebol de mulheres – 2012-2017*), Adriana Eidt (*Confeccionando redes, pesca e as mulheres – 2018*), Julian Silvestrin (*Transmasculinidades e futsal – 2019*), Luceni Hellebrandt (*Catadoras de ostras do quilombo de Barrinha/RJ – 2017-2019*), Márcia Calderipe e Camila Garcia Iribarrem (*Nas margens da cidade: o cotidiano e a resistência de mulheres no Igarapé da Sharp – Manaus/AM – 2014*), Monique Malcher (*Circular Florescer – 2021*), Natalia Pérez Torres (*Olhares sobre o graffiti colombiano – 2013-2018*).


DESAFIOS E REFLEXÕES RELATIVOS À ANTROPOLOGIA VISUAL EM CONTEXTO PANDÊMICO A PARTIR DA FOTOGRAFIA

Como representar por imagens o tempo tão especial que a pandemia inaugurou a partir de março de 2020? Na Mesa de Encerramento *Desafios e reflexões relativos à Antropologia Visual em contexto pandêmico a partir da fotografia* foram expostas algumas fotos que representaram esse parêntesis (e terá sido mesmo um parêntesis?) em nossas vidas, refletindo sobre o significado desse momento. Podem as imagens iluminarem e darem força a uma verdade, ao impacto nas experiências que a pandemia provocou nas vidas que vivemos? São (ou foram) outras vidas? “*I have time on my hands, I am in the hands of time*”, diz Abdulrazak Gurnah (2002, p. 3) em *By the Sea*. De algum modo, nós também tivemos o tempo em nossas mãos quando estávamos à mercê do tempo. Conseguimos representar essa mudança nos nossos mais ordinários atos? O contraste dramático entre o antes e o depois?

A partir dessas questões, e com o objetivo de compreender a produção de imagens fotográficas no contexto da pandemia, a mesa, enquadrada na comemoração dos 20 anos das mostras de fotografia do Fazendo Gênero, teve como proposta debater os desafios e as reflexões que este período impõe à antropologia visual, mas também as possibilidades que a pandemia trouxe pensando num momento pós-pandêmico.

Na primeira intervenção, Luiz Achutti, que é uma referência em etnografia visual, sendo um dos pioneiros nessa área, mostrou um trabalho bastante subjetivo retratando o seu cotidiano de confinamento, mas também conversou sobre trabalhos anteriores realizados na França. Ele refletiu sobre sua experiência com a fotografia desde o início da pandemia.

SUMÁRIO




Após uma viagem em março de 2020 ao Rio de Janeiro para participar na festa de aniversário dos 70 anos de seu amigo, o cineasta Silvio Tandler, Achutti, embora relatasse que não entendia nada da pandemia naquele momento, deparou-se refletindo sobre a morte na sua produção privada: ele decidiu fotografar, em preto e branco, em uma série de cinco imagens e registrando a data e hora das fotos (entre abril e maio), o processo de murchidão da flor de uma suculenta que tinha no banheiro de sua casa, uma espécie estranha que somente floresce uma vez por ano.

A produção fotográfica de Achutti durante a pandemia, que coincidiu com seus 45 anos de carreira como fotógrafo e a preparação de um livro homenagem organizado pela UFRGS – no que ele tinha que selecionar e preparar as imagens sobre sua vida –, encontrou uma pessoa “constrangida” e também receosa de sair para fotografar coisas relativas às mudanças que a pandemia trouxe, o que considerava uma “obrigação” dos antropólogos, jornalistas e fotojornalistas perante o momento. Contudo, “o novo normal” permitiu que ele completasse o conjunto de imagens que iriam compor seu livro. Uma fotografia de uma loja de noivas fechada, tomada pelo mato, realizada numa caminhada no final de 2020, ativou nele a percepção da passagem do tempo e do deterioro das coisas, como na sequência da flor, e contribuiu para dar o encerramento ao livro da forma que ele queria.

Na sequência, Cornélia Eckert apresentou o trabalho desenvolvido durante o primeiro ano da pandemia pelo Navisual, núcleo que ela coordena há mais de trinta anos na UFRGS. Como a maioria das atividades acadêmicas, as oficinas que a equipe do Navisual/BIEV preparou para o semestre se deslocaram para o formato virtual pelo confinamento. Foi a partir da apropriação e naturalização desse termo que veio a ideia de organizar uma oficina chamada Etnografias do confinamento. Fabricio Barreto, antropólogo e pesquisador do núcleo, foi o encarregado de compilar as fotografias realizadas durante o isolamento social, a maioria delas produzidas no interior das casas

SUMÁRIO



dos integrantes do Navisual ou nos deslocamentos deles para se abastecer. Mas, para além das fotografias, foi proposto que os pesquisadores refletissem sobre seu próprio olhar no contexto da produção dessas imagens, quer dizer, que olhassem para o emocional, seu psicológico e para a experiência extraordinária do isolamento considerando os prejuízos sociais pela ausência total de um projeto de combate a pandemia por parte do governo. Antes do que um exercício antropológico e visual, tratava-se de tentar criar uma rede de troca de emoções, de troca de solidariedade.

O resultado da oficina, que foi publicado num número especial da revista *Fotocronografias* (Cláudia RIBEIRO; Cornelia ECKERT; Fabrício BARRETO; Felipe RODRIGUES, 2020), é sobretudo o registro da construção da narrativa dos pesquisadores, que Cornélia cunhou sob a expressão “olhar pela janela”, um processo que aconteceu entre abril e agosto de 2020 e que não foi exclusivo dos pesquisadores, mas que configurou uma possibilidade de interação com o mundo. Nele, a participação não ficou restrita à elaboração imagética, mas à produção de textos e às trocas permanentes entre os pesquisadores, alguns deles residentes em outros estados e pertencentes a outros núcleos de pesquisa. Outros professores e pesquisadores como Ana Luisa Fayet Sallas, Carmen Rial, Fabio Gatti e Fernando Cury de Tacca, foram convidados para participar do número no intuito de completar o arcabouço de olhares e propostas estéticas para falar da experiência social do confinamento, da produção etnográfica imagética num contexto de isolamento, de comunicação a distância, que, nas palavras de Cornelia, permitiu “refletir sobre esse novo fazer etnográfico e ao mesmo tempo estar juntos”²²¹.

Entre as temáticas que se destacaram nos ensaios estão os novos rituais incorporados (uso de máscaras e álcool gel, rotinas

221 Transcrição da conferência de Cornelia Eckert para a Mesa *Desafios e reflexões relativos à Antropologia Visual em contexto pandêmico a partir da fotografia*.

SUMÁRIO

de higienização de roupas e calçados, trabalho/estudo on-line), mas também a série de aprendizagens desenvolvidos (desde fazer pão caseiro, passando pela jardinagem, até a adoção e cuidado de animais de estimação) e um olhar aprofundado sobre os outros, os vizinhos, os anônimos da rua, muitos deles considerados “trabalhadores essenciais”, o que obrigou a que a pergunta pela ética no trabalho etnográfico também fosse levantada durante os encontros programados.

Na última intervenção dos integrantes da mesa, Carmen Rial refletiu sobre o tempo e o cotidiano a propósito da experiência do isolamento. Seu calendário na cozinha, que parou no dia 14 de março de 2020, marcou o início de um tempo diferenciado para ela, um tempo espichado no qual, como em *Melancolia* de Lars Von Trier, a morte estava se aproximando, deixando um sentimento permanente de apreensão. Diante dessa mudança do tempo, dessa incerteza, fazer coisas agradáveis era preciso. Assim, ela passou a fazer caminhadas diariamente, câmera do celular em mão, pela beira da Lagoa da Conceição, um local com muita natureza que permitia pegar sol e fazer exercício, coisas básicas, porém esquecidas, no período pré-pandêmico. A possibilidade de se “deixar habitar” pela natureza, pelo que estava acontecendo naquele momento, foi fundamental para que os dias não fossem iguais, para que os encontros permitissem que esse tempo novo tivesse algo diferente.

Pássaros e objetos foram os primeiros focos do registro no que ela vai considerar posteriormente como um diário do confinamento. Mas, a regularidade de seu exercício de fotografar durante as caminhadas, logo se tornou um catálogo de personagens familiares: “*tre amici*”, os quero-quero do cais e “soberano”, o pássaro branco que ficava junto deles. Bancos e pneus usados como balanços também se transformaram em personagens. Aos poucos, pessoas solitárias começaram a aparecer nas fotos. Suas gestualidades, na prática da yoga ou nos deslizamentos na água, por exemplo, viraram sequências de imagens. Os encontros


SUMÁRIO

frequentes nos passeios permitiram o reconhecimento dos outros, que timidamente voltavam a ocupar os lugares, em atividades como piqueniques e na prática de esportes. Construções também começaram a aparecer com o tempo, configurando transformações no entorno: um olhar para a natureza e a vida em volta alavancado pelo silêncio pandêmico.

A diferença de Susan Sontag (2004), que faz uma divisão entre a fotografia moralista e a científica – a primeira fazendo julgamentos, a segunda registrando o que acontece no mundo –, para Carmen, está no olhar que sempre se dirige para um objeto fazendo escolhas, julgamentos e interpretações sobre aquilo que está sendo fotografado. Sua experiência, nesse sentido, foi a de uma cientista, prestes, seguindo a Barthes (1997), a ser testemunha daquilo que foi, daquilo que ainda é, e de aquilo que não se espera mais. Isso só foi possível graças a que o olhar, nas suas palavras, “foi contaminado pela natureza” durante o período da pandemia.

Com esses insumos, isto é, a apresentação das imagens e as reflexões sobre sua produção no contexto da pandemia, o debate posterior girou em torno a tentarmos pensar em várias questões. A primeira, a propósito da intervenção de Achutti, teve a ver com o papel da produção privada – doméstica, íntima – de imagens na perspectiva da antropologia visual. Qual seria o “novo normal” das imagens antropológicas produzidas compulsivamente desde a esfera privada? Em seguida, e com base na experiência apresentada por Cornélia no Navisual, indagou-se sobre a possibilidade de começarmos a falar em “etnografias de janela”, entendidas como novas formas do olhar, dentro da produção antropológica. Por último, e desde as reflexões que Carmen trouxe, relacionadas com as formas nas que as pessoas lidavam com o medo ou a apreensão pelo confinamento, registrando o cotidiano, foi proposto pensarmos esses exercícios fotográficos, e com imagens no geral, como estratégias para fazer um apelo à vida.

SUMÁRIO




Lembrando da frase “as imagens também são janelas”, Achutti fez ênfase na particularidade das imagens se transformarem em vínculos com o mundo, desvirtuando a possibilidade de ter uma experiência de confinamento absoluta. Ao mesmo tempo, pensando na questão da dialética vida/morte, reparou na necessidade de olharmos para o tempo de uma forma diferenciada, aproveitando o presente e fazendo uma economia dos momentos.

Entretanto, para Cornélia, mas que de uma “etnografia de janela” estaríamos falando em uma etnografia de tela pela maneira na que o evento catastrófico da pandemia modificou, em termos de avanços e em boa parte graças às redes sociais, as possibilidades de comunicação e interação entre as pessoas. Por isso ela lembrou para os integrantes da mesa que a janela sempre esteve presente como um dispositivo de contato com o entorno (inclusive enquanto plataforma para ser testemunha das injustiças sociais) e que, na verdade, no período da pandemia estaríamos diante de uma entrada da biopolítica nas nossas vidas e nossas casas: álcool, máscaras, luvas; aplicativos para pedir comida por celular, vigilância exacerbada em elevadores, supermercados etc. Nesse sentido, é um desafio para a etnografia repensar o que é uma etnografia nas telas ou na internet. Por outro lado, é fundamental que dispositivos como a autoetnografia sejam colocados em debate, pois mesmo sendo parte do exercício etnográfico, a experiência da oficina que liderou e do campo etnográfico como um todo, deve estar voltada principalmente para refletir coletiva, conceitual e metodologicamente sobre vivências como a do confinamento. Uma etnografia das telas, então, se vislumbra como o futuro do fazer antropológico, mas na continuidade de um trabalho presencial que garanta os equipamentos de segurança, vacina mediante, para pesquisadores e interlocutores.

Concordando com o fato que a etnografia de tela ganhou uma nova importância no contexto da pandemia, Carmen afirmou que se trata de uma tecnologia que chegou para ficar, favorecendo muito o campo.

SUMÁRIO



Citando a Goffman (1985), Carmen acredita que a “construção do eu” nas telas virtuais é interessante no sentido que supõe indagar sobre os mecanismos que as pessoas usam para se autorrepresentar, em que se colocam para filmar, quais escolhas fazem em termos da projeção de uma imagem própria. Nesse sentido, ela comentou que observou permanentemente, em congressos e reuniões on-line, como as pessoas apareciam, se tinham bibliotecas atrás etc. Por outra parte, o uso das redes sociais, particularmente do *Instagram*, fez com que pudéssemos entrar nas casas dos interlocutores, diariamente. A vida cotidiana nua se estende pelas múltiplas imagens que as pessoas compartilham todos os dias, o que faz com que se crie uma familiaridade com os estranhos e distantes. A exemplo disso, Carmen falou do *Instagram* do Caetano Veloso, da forma na que aprendemos a reconhecer sua intimidade a partir das cenas postadas. Em definitivo, coisas boas que a pandemia também deixou e que são desafios e oportunidades para a etnografia.

Além disso, Carmen falou sobre a questão da morte, das imagens e cenas frequentes de morte de que fomos testemunhas durante a pandemia. Enquanto imagem “total” da morte, as cenas do Holocausto assentaram um limite para a representação. Em *Imagens apesar de tudo*, salienta a antropóloga, Didi-Huberman (2012) coloca bem essa questão, pois mostra o extermínio através da experiência de quem o sofreu, uma das formas que ela considera mais adequadas de falar e representar a morte. Por outra parte, imagens de cadáveres costumam ter diferentes representações dependendo de interseccionalidades. Não é a mesma coisa registrar um corpo sem vida após os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos do que em um país árabe invadido pelas forças militares daquele país. Para ela, essas diferenças na representação também estão muito presentes hoje. Com a quantidade de cadáveres que a pandemia deixa a diário, os modos de representar a morte se dão a partir dos aparatos que os guardam: covas sendo abertas, caixões descendo para covas coletivas, containers em frente de hospitais, caminhões militares carregando caixões,

SUMÁRIO

entre outras, são imagens que assustam e arrepiam. Os objetos passam a ter outro significado dependendo do lugar em que eles estejam, os rituais de despedida se modificaram e o luto se reconfigurou.

Por fim, como encerramento da mesa, e das Mostras Fotográfica e Audiovisual do Fazendo Gênero, a pergunta sobre como fica a questão da ética na produção de imagens na antropologia visual foi levantada. Aspectos sobre o uso das imagens próprias e dos outros, sobre que tipo de coisas fotografar ou não e os sentimentos que determinadas cenas podem provocar em quem esteja fazendo o registro, o fato de garantir o consentimento das pessoas fotografadas, entre outros, são cuidados que a Antropologia Visual não pode esquecer e que dizem respeito a um tratamento ético das imagens, enquadrado num diálogo permanente com uma comunidade interpretativa. Como aquilo que cabe a cada um julgar certo ou errado, a ética na Antropologia Visual se define então a partir de uma tomada de decisão informada no momento do registro.

Essa edição que marcou os 20 anos das Mostras Audiovisual e Fotográfica do Seminário Internacional Fazendo Gênero serviu para consagrar a imagem como suporte significativo e essencial para a transmissão dos conhecimentos nos estudos de gênero e sexualidade. Que venham os próximos 20 anos!

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- GURNAH, Abdulrazak. **By the sea**. Londres: Bloomsbury Publishing PLC, 2002.

SUMÁRIO

RIBEIRO, Cláudia; ECKERT, Cornelia; BARRETO, Fabrício; RODRIGUES, Felipe (org). Etnografias do confinamento (Dossiê Temático).

Fotocronografias, Porto Alegre, v. 6, n. 14, Nov/2020. Disponível em: <https://medium.com/fotocronografias/vol-06-num-15-2020-etnografias-do-confinamento-33af6dbb010>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.





28

Rita de Cácia Oenning da Silva

Regina Ingrid Bragagnolo

Kurt Shaw

Imaginação criativa, gênero, performance e diversidade:

desafios e encantamentos da participação
de Crianças e Adolescentes
no Fazendo Gênero 12

Imaginación Creativa, género, performance, y diversidad:

desafíos y nuevos caminos en la participación
de niños, niñas, y adolescentes en Fazendo Gênero 12

Creative Imagination, gender, performance, and diversity:

Children's and adolescent's
participation in Fazendo Gênero 12


INTRODUÇÃO

A antropologia e a filosofia têm apontado, bastante produtivamente, a importância de ouvir, etnografar e levar a sério práticas, conceitos e o pensamento das crianças: o seu filosofar e seu saber fazer em diferentes contextos (Rita de Cácia SILVA, 2008; Araci SILVA; Angela NUNES; Ana Vera MACEDO, 2002; Amanda MINKS, 2006). O campo de conhecimento tem mostrado o potencial da escuta das crianças para entender novas gerações e sua criatividade, para dialogar com essas e ao mesmo tempo entender processos de socialização e renovação da cultura (Roy WAGNER, 1981). bell hooks (2020) justamente aponta a importância de falarmos sobre a condição da criança no debate que se faz em questões de classe, raça e gênero. Esse artigo se soma a essa reflexão: o que as crianças têm, num processo de diálogo criativo e alegre, a nos ensinar sobre elas e sobre o mundo.

Levando essa proposta para o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, o Comitê Crianças e Adolescentes Fazendo Gênero trouxe o tema central do evento (Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos) para dois grupos de crianças; as autoras organizaram e participaram de diferentes atividades, para construir com elas um diálogo sobre os temas correlatos ao evento. Essa proposta tem sido desenvolvida desde o encontro do IUAES²²², onde as autoras têm trazido a necessidade de crianças participarem ativamente do evento, trazendo suas reflexões e contribuições a todos os demais participantes, considerando que suas vozes são importantes para a academia e que elas têm muito a nos ensinar sobre raça, gênero, classe, diferenças, entre outros temas.

222 IUAES – International Union of Anthropological and Ethnological Studies. O 18º Congresso Mundial da IUAES ocorreu em 2018 em Florianópolis e as reflexões do Crianças no IUAES estão descritas no *Crianças no IUAES*, (Flôr, Dalânea Cristina; Zucco, Jucilaine; Euzébio, Juliana da Silva; Odinino, Juliane Di Paula Queiroz; Silva, Leticia Cunha da; Bragagnolo, Regina Ingrid; Silva, Rita de Cácia Oenning da; Bodenmuller, Saskya. In: GROSSI, M. P.; WELTER, Tânia, 2020).

SUMÁRIO




Em julho de 2021, data do evento, por conta da pandemia de covid-19, a condição sanitária mundial nos desafiava, e os encontros com crianças podem ser mais difíceis quando realizados só on-line. Não tem pele a pele, olho no olho, correria, alegria, cochichos, e tantas coisas mais que só o encontro presencial permite. A pandemia nos impediu desse encontro pele a pele com as crianças, condição para a proposta de acolhida de Crianças no Fazendo Gênero, que acontecem tradicionalmente no espaço físico da UFSC. Mas, mesmo assim, persistindo e nos reinventando, mantivemos a proposta modificada e realizamos on-line o evento e nos reunimos com dois grupos de crianças e adolescentes. Aproveitando a experiência de trabalhar on-line com crianças desenvolvida por Rita da Silva e Kurt Shaw no projeto Inspiração: Arte com crianças em tempos de pandemia – desenvolvido na Usina da Imaginação – nos arriscamos a seguir com o evento. Somado a isso, as experiências nos eventos anteriores permitiram reorganizar os planejamentos considerando as faixas etárias, os consentimentos dos responsáveis e, sobretudo, o modo como abordar nas mediações com as crianças o debate das diferenças.

Com um olhar mais apurado a essa participação, considerando a importância do diálogo e escuta das crianças, um fio condutor em todas as propostas das Crianças no FG, mas inspiradas na proposta desenvolvida por parte dessa equipe organizadora do evento da IUAES ocorrido na UFSC em 2018, modificou-se sua abordagem para transformá-la num espaço efetivo da participação das crianças no Fazendo Gênero, valorizando suas falas e seus olhares sobre o mundo e incluindo na programação oficial uma conferência participativa, onde crianças e adolescentes ocuparam lugar central como participantes do evento e pensadoras/pensadores, desde que com linguagem adequada às idades, lúdica e criativa.

Os agrupamentos, divididos em faixas etárias distintas, ocorreram entre 13 a 16 de julho para crianças de 4 a 7 anos e de 21 a 24

SUMÁRIO



de julho para crianças de 8 a 14 anos. O encerramento das crianças no Fazendo Gênero fez parte do congresso no *Conferência das Crianças* realizado no dia 27 de julho de 2021²²³. O que caracterizava esse evento no FG? Tradicionalmente, a acolhida das crianças no Fazendo Gênero foi pensada para oferecer um lugar de qualidade e seguro onde pais e mães participantes do evento deixassem suas crianças para estarem no evento. Surge muito em diálogo com o feminismo e o direito das mulheres cuidadoras de participarem do evento, uma pauta reivindicada pelo fato que quase sempre se designa à mulher o lugar de cuidadora das crianças. Crianças no Fazendo Gênero então acolhia mães e cuidadoras/cuidadores nesse momento acadêmico, participando por algumas horas do cuidado das crianças. As crianças, nesse caso, ficavam num ambiente preparado e seguro, num período paralelo ao evento dos adultos, mas não tinham um espaço de visibilidade, de debate e de fala dentro do FG.

Essa perspectiva enfocada no adulto foi questionada por Rita da Silva, estudiosa da Antropologia da Criança, que as vê como protagonistas que merecem ter um destaque na sua fala para avançar o debate de qualquer tema. Então, o lugar das crianças e adolescentes e sua fala dentro do evento Fazendo Gênero 12 expandem-se simbolicamente e a condição da participação dessas se diferencia em dois aspectos:

1. Passam a ter um lugar próprio, independente dos pais estarem ou não no evento – podem se inscrever indiferente à condição dos pais estarem inscritos;

223 A comissão do Crianças no FG foi coordenada por Rita de Cácia Oenning da Silva, integrante da Usina da Imaginação, e Regina Ingrid Bragagnolo, integrante do NDI-UFSC, contou ainda com o apoio de Camila da Silva Almeida e Kurt Shaw na organização e no desenvolvimento das atividades. Essa proposta fez parte do projeto de extensão do NDI coordenado por Regina Ingrid intitulado “Diferenças na Educação Infantil – gênero, corpo e infância” e do Projeto “Inspiração: arte em tempos de pandemia” da Usina da Imaginação, dois projetos onde a escuta e o estar junto com as crianças é central.

SUMÁRIO

2. Ocupam lugar de pensadores(as) (sujeitos) de temas atuais e/ou abordados no evento, com metodologia que façam sentido a esses – num espaço de diálogo lúdico e alegre, mas não menos profundo sobre o mundo e os temas de seus interesses.

Então, além de terem momentos de partilha e construção coletiva sobre os temas, as crianças tiveram ainda um momento de diálogo e de avaliação das atividades de destaque na *Conferência das Crianças*. Consideramos de suma importância esse espaço de participação de qualidade das crianças no Fazendo Gênero: a intenção foi dar visibilidade à fala de crianças de diversos grupos sociais sobre diversidade cultural, de gênero, raça, classe e dinâmicas intergeracionais também no próprio evento e não num momento à parte. Assim, propomos “Crianças e Adolescentes no Fazendo Gênero”, um evento focado na relação da criança e dos adolescentes com as temáticas que se debatem no Fazendo Gênero, com uma linguagem própria a elas e com enfoque lúdico e criativo.

Por ser virtual, optamos por conduzir as oficinas focando na diversidade linguística, étnica, cultural e de gênero, tendo a escuta como eixo teórico metodológico. Observamos também os impactos da pandemia de covid-19 nas dinâmicas da vida das crianças e adolescentes, abrimos um espaço lúdico, afetivo e respeitoso à fala delas sobre mais esse tema. O evento cumpriu nesse sentido com o tema do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos”. Vale destacar, que os encontros aconteceram numa sala virtual na Plataforma Zoom cedido pela Usina da Imaginação e divulgada os links no dia de cada oficina e apenas as crianças, adolescentes e seus familiares tiveram acesso, garantindo total segurança a essa participação.

CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO DO EVENTO

A divulgação foi feita com cuidado, considerando a tensão do momento no debate de gênero no estado e no país – um problema enfrentado num outro evento foi a violência e ameaças a uma das organizadoras. O tema infância e o debate de gênero, infelizmente, voltou a ser um tabu no contexto político, marcado por uma lógica instaurada de pânico moral e criminalização, inclusive de profissionais da educação por associar à “ideologia de gênero” (Rafaela BORGES, 2018). Portanto, optamos por divulgar além do site do FG, na nossa rede social que inclui profissionais da educação. Também divulgamos entre pais e mães de crianças e adolescentes que tivéssemos algum contato prévio em edições anteriores, tendo a segurança que não teríamos invasões e problemas nesse sentido nas oficinas. Por ser um momento em que a escola pública ainda tinha dificuldades em contato com as crianças e as famílias, ficou difícil a participação massiva de crianças no ensino público, como havíamos planejado no início. Então, as inscrições foram mais de crianças que tivessem de algum modo vínculo com as organizadoras, com o evento Fazendo Gênero ou com as instituições organizadoras.

Sobre as concepções que orientaram nosso trabalho, vale destacar que nos valem das críticas de Judith Butler (1990) para pensar nos binarismos de gênero, pois a autora insiste no debate sobre o modo como se constitui um sistema de gênero a partir do sexo, e como este começa a parecer inato e natural. A ideia da performance de gênero também nos orientou na análise. Com suas contundentes críticas, Butler renovou o olhar sobre o conceito de gênero, trazendo para a cena as implicações e barreiras das normas discursivas. Nessa mesma direção, encontramos nos documentos legais referentes à valorização e reconhecimento das diferenças concernentes ao meio

do qual as crianças são oriundas, do viver em famílias distintas, da proveniência de comunidades étnicas, ambientes culturais e níveis econômicos diversos (BRASIL, 2012).

CRIANÇAS PEQUENAS FAZEM GÊNERO – DIVERSIDADE E ABERTURA AO DIFERENTE

Tivemos dez (10) crianças pequenas (entre 4 e 7 anos) de diferentes locais do Brasil participando do evento. Cada criança participante contou com o suporte de um adulto, que também participou das atividades. Durante quatro dias criamos dinâmicas de interação das crianças e seus cuidadores/as com temáticas sobre diversidade, inclusão, raça e gênero. As atividades com as crianças pequenas foram meticulosamente preparadas pelo comitê, especialmente pelas coordenadoras Rita e Regina Ingrid e cada encontro foi organizado por temas, ou seja, a cada dia trabalhamos uma temática (inclusão, diversidade linguística, étnica, de gênero) com atividades lúdicas e ativas. Nos encontros virtuais, Rita da Silva e Regina Ingrid coordenaram as atividades com as crianças e famílias e Camila apoiou com a parte técnica. Todos os encontros foram estruturados com a acolhida, uma narrativa literária, músicas que abordavam o tema do dia, e um convidado que agregava com seu conhecimento. Contamos ainda com a participação na preparação de material de contação de Histórias, composto por Caroline Machado, Juliete Schneider, Letícia Cunha da Silva, Lilane Maria de Moura Chagas, Rosiane Pinto Machado, Rubia Vanessa Vicente Demétrio, e alguns materiais receberam a tradução e

SUMÁRIO

interpretação em Libras por Jaíne Miranda. A edição foi feita por Letícia Cunha da Silva e Jaíne Miranda²²⁴.

O objetivo deste Comitê foi oferecer um espaço no evento Fazendo Gênero para essas Crianças e suas famílias, estabelecendo um diálogo num estar juntos alegre, criativo e festivo, ainda mais necessários por estarmos em um período de distanciamento social, sem deixar de lado a necessidade do enfrentamento das desigualdades sociais, muitas vezes naturalizadas no discurso liberal. Objetivava ainda, trazer a discussão da importância da participação das crianças e adolescentes nos eventos acadêmicos para avançarmos nos debates. Parece necessário dialogar, estudar, observar, ponderar e, sobretudo, nas relações com as crianças, estar presente com os cuidados de uma escuta e diálogo qualificado, criativo e festivo. Assim, desenhamos, planejamos, refletimos sobre as necessidades e distanciamentos virtuais, e os desafios em conectarmos com as crianças e mediar processos reflexivos contrários à hegemonia comunicativa. Nos atrevemos no tensionamento das homogeneidades culturais e suas fronteiras, com intenção de alargar os olhares para as diferenças e exclusões naturalizadas.

Importante salientar que pais e cuidadores/as das crianças foram envolvidos também nas atividades, mas em todos os dias, o foco foi em desenvolver com as crianças um diálogo criativo e festivo sobre seu cotidiano e sobre seu imaginário, trazendo essas a participação ativa e criativa no jogo do pensar e do viver o tema proposto. Além

224 Vídeos de contação produzidos para o evento: Da minha janela, de Otávio Júnior, Ilustradora: Vanina Starkoff, Editora: Companhia das Letrinhas. Contada por: Caroline Machado, Juliete Schneider, Letícia Cunha da Silva, Lilane Maria de Moura Chagas, Rosiane Pinto Machado, Rubia Vanessa Vicente Demétrio. O trabalho recebeu a tradução e interpretação em Libras por Jaíne Miranda. A Edição foi feita por Letícia Cunha da Silva e Jaíne Miranda. Passarinhos, escrita por: Caroline Carvalho, Ilustrada por: Ana Sanfelippo, Editora: Aletria; Contada por: Caroline Machado. Tradução e interpretação em Libras: Pauline Fabiana Correa, Edição: Caroline Machado, Juliete Schneider e Pauline Fabiana Correa. O mundo começa na cabeça, escrita por: Prisca Agustonni. Ilustrada por: Tati Mões. Editora: Paulinas. Contada por: Rubia Vanessa Vicente Demétrio. Tradução e interpretação em Libras: Pauline Fabiana Correa. Edição: Rubia Vanessa Vicente Demétrio e Pauline Fabiana Correa.

SUMÁRIO

dessas mediações do comitê, contamos com a participação de convidados especiais, que vieram para dias específicos, conforme detalhado, sendo possível visualizar no *making of* de todo o evento o que foi preparado para a conferência das crianças²²⁵.

1. *O eu, o outro e nós* – (dia 13/07) – fizemos a brincadeira de apresentação do nome (dinâmica de lugar da fala) com um pano. Se apresentaram e jogavam o pano para o próximo colega pegar e também se apresentar, falando sobre coisas que gosta e que se sente bem. Depois seguimos envolvendo o pano colocamos o tecido na cabeça para brincar de se esconder; jogar para o alto e tentamos pegar; brincamos de puxar, enrolar no corpo. Desafiamos eles a fazermos movimentos e brincamos de descobrir o animal (por ex. uma cobra ou um sapo fazendo movimentos e brincadeiras musicais). O livro *Será mesmo que é bicho?* (MACHADO, 2001) – lido com fantoches, foi um jeito de relacionar que nós, humanos, estamos também no mundo natural. Terminamos brincando e dançando com os panos a música Tudo Tupi, o que agradou tanto que todos os dias tivemos que colocar a mesma música;
2. *Linguagem e diversidade linguística* (14/07) – Iniciamos com as brincadeiras corporais, a partir do som, mímica e sinal em Libras, para depois nomear o animal. Tivemos a presença de Pauline Fabiana Correa e Jaíne Miranda estagiárias em Libras, com brincadeiras sobre como representar os animais em Libras, e na sequência nomeamos em guarani e espanhol. Diferenciamos coletivamente a mímica, os gestos e sinal em Libras. Assistimos o vídeo *Passarinhos* (narrado Caroline Carvalho e ilustrada por Ana Sanfelippo com interpretação em Libras por Pauline Fabiana Correa). Foi um dia de muita troca e risadas. As crianças adoraram a música;

225 Está disponível em: <https://vimeo.com/579653420>

SUMÁRIO

3. *Etnicidade e diferenças* (15/07) – dançamos com parangolés e fizemos brincadeiras com tecidos pelo corpo e cabeça, valorizando as diferentes formas de usar tecidos em diferentes culturas. Falamos sobre grupos étnicos e sobre diferentes tipos de famílias que existem no mundo. Rubia Vanessa apresentou o vídeo onde ela narra a história *O mundo começa na cabeça* (Escrita por: Prisca Agustoni. Ilustrada por: Tati Mões. Editora: Paulinas e interpretada em Libras por Pauline Fabiana Correa). A valorização do corpo e das diferenças de cada grupo na sua identidade foi abordado de forma leve e alegre. A contadora de história nos ensinou diferentes modos de usar lenços na cabeça. As crianças mostraram muito interesse e algumas logo começaram a fazer penteados nas suas mãos. Dançamos a música Parangolê Pamplona;
4. *Pluralidades/diferenças* (16/07) – No último encontro promovemos brincadeiras com sons de instrumentos e da música. Tendo como tema central a pluralidade e as diferenças, trabalhamos com a importância da acessibilidade e da audiodescrição para pessoas com deficiência visual. Nossos convidados eram Fernanda Rosa e Matheus Costa, do grupo musical *Corda em Si*, que cantaram e fizeram uma conversa para nos orientar sobre como podemos fazer audiodescrição, trazendo uma crítica ao capacitismo. O casal trouxe seu filho Francisco, de 4 anos, para cantar também. Foi uma experiência rica e de muito aprendizado sobre acessibilidade. Entendemos que para uma pessoa cega é fundamental descrever os detalhes de textura, temperatura, formatos, para que servem os objetos e pessoas etc. A presença dos músicos nos emocionou e mostrou como desenvolvemos outras habilidades corporais e perceptivas quando precisamos.

SUMÁRIO

Os jogos com as crianças nos mostraram sua receptividade para o diferente, para experimentar e acolher a diversidade. Mesmo on-line, houve grande interação entre eles, e entre cada um e os convidados.


RENATA E OS MONSTROS: CINEMA E A PERFORMANCE DE GÊNERO NA OFICINA CRIATIVA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A oficina de audiovisual, ministrada por Rita da Silva e Kurt Shaw com o apoio da Regina Ingrid, teve a participação ativa de 12 crianças e adolescentes de 8 até 14 anos. Depois de quatro encontros, com a proposta de construir um filme de ficção, o resultado foi muito inspirador.

A partir de dinâmicas de contação de história e com uma metodologia de participação baseada na dialogia e nos jogos teatrais, construímos junto com as crianças e adolescentes (sendo a maioria meninas) um roteiro ficcional, cuja história recebeu o título de Renata e os Monstros. Começando com personagens de contos de fadas significativos para as crianças, repensamos as histórias clássicas e recriamos nossa própria narrativa e nossos próprios personagens, debatendo temas como dominação masculina, diferenças de gênero e fragilidade feminina²²⁶. Depois, em algumas sessões on-line, refletimos sobre como filmar e interpretar. Finalmente, cada criança ou adolescente começou a improvisar e a filmar a história na sua própria casa ou com a sua família.

226 Utilizamos um material preparado especialmente para inspirar as crianças: O filme original do *The Princess Bride* foi uma dessas inspirações na linguagem, mas também mostramos um *remake* dele gravado por outros atores (e outros gêneros e idades) durante a pandemia, cada ator no seu próprio lugar. Essa forma de repensar o fazer cinematográfico e as ilusões da edição de vídeo foi um passo muito interessante para o desenvolvimento de imaginação e o protagonismo na produção cultural. A seguir o link do compêndio feito pela equipe com 3 minutos do filme original, e depois 3 minutos do *remake*. Disponível em: <https://vimeo.com/577332888/93550648fc>

SUMÁRIO



A história ficcional inventada tem como personagem central uma menina de 14 anos cuja mãe desaparece num misterioso pântano próximo do limite de uma cidade “toda asfaltada”. A outra personagem central é um monstro chamado Okami – que assume identidade de macho e depois de fêmea – que as crianças nomearam como trans. Apesar da sua fama monstruosa na cidade, Okami se revela como um dócil monstro que defende as sementes de um ótimo e tradicional café e que recebe os moradores da vila que se perdem no pântano com um café torrado com o fogo que sai da sua própria boca. Além do cunho de gênero, a história traz um debate sobre questões ambientais e um mundo imaginário de monstros fabulosos. Os participantes mostraram sua vontade de criar e ouvir contos com personagens femininas nada frágeis.

As crianças participaram ativamente, escolheram personagens que iriam interpretar e fizemos alguns exercícios teatrais on-line, desenvolvendo os personagens, escolhendo indumentárias, detalhes das locações etc. Lemos juntos o roteiro e ensinamos regras básicas de filmagem. Todas as crianças filmaram de suas casas, com as câmeras familiares. Assim, as famílias também participaram desse processo. Vários personagens tiveram duas ou três crianças interpretando-o. E esse foi um aspecto presente no resultado do filme – a multivocalidade da obra.

Um *making of* preliminar foi realizado por Kurt Shaw e Rita da Silva para mostrarmos no dia da *Conferência das Crianças e Adolescentes* no FG. Essa versão, que se trata de uma mistura entre *making of* e a história construída na oficina²²⁷ e mostra claramente a profundidade da reflexão sobre gênero e protagonismo feminino.

Na provocativa *Conferência das Crianças*, onde as próprias crianças e adolescentes foram chamados para apresentar suas percepções sobre o processo e sobre os temas abordados durante as atividades, Raffaella, uma das meninas mais velhas de 14 anos, descreveu o começo da oficina assim:

227 Disponível em: <https://vimeo.com/579652846>

SUMÁRIO

Eu não queria fazer a oficina. Mais tempo on-line? Como se as aulas on-line não fossem difíceis, vou fazer nas férias de julho também? Mas minha mãe disse que seria bom para mim. Então eu entrei, convencida de que ia odiar. Mas aí, os professores não estavam ensinando. Nós inventamos uma história juntos. Rita começou com uma ideia, Clara seguiu e então Gael pegou e mudou e depois Nalu e Vera... e de repente tínhamos esse roteiro que ninguém poderia ter inventado sozinho em um dia, mas que juntos conseguimos fazer. Foi fantástico. E esse foi apenas o primeiro dia.

O diálogo desse primeiro dia mostra exatamente porque a ficção pode ser tão poderosa. As crianças inventaram uma história em que a heroína – Renata – vai ao pântano para encontrar a mãe, que desapareceu meses antes. Renata passa por várias aventuras, encontra um aliado em um gato falante e depois chega à caverna onde o monstro mora. Nalu inventou o monstro como uma serpente alada e com chifres chamado Okami – e Raffaella nos informou que Okami significa lobo em japonês –, quando Henrique pegou a história e chamou o monstro de “ele”, Helena interrompeu: “Sabe, eu imaginava que aquele monstro Okami era ela”.

Silêncio.

Depois de um momento, Valentina disse: “Sabe que o cavalo-marinho macho que põe os ovos?”. Ela se levantou e mostrou com o corpo o movimento de expelir ovos que ela tinha visto em um documentário. “E há alguns peixes que, se todos os machos morrerem, as fêmeas se tornam machos e vice-versa”, acrescentou outra criança.

“Eu acho que seria legal se Okami começasse a vida como homem, mas depois descobrisse que era mulher”, propõe Clara.

“Não seria legal ter um Okami... como você chama isso? Trans! É isso!”, declarou Ana Beatriz.

SUMÁRIO

No final, as meninas interpretam a cena como uma comédia, onde Okami primeiro se ofende por ser percebida como um gênero que não é, e depois finge trocar novamente várias vezes durante a conversa, apenas para rir da perturbação da Renata.

Estamos tão acostumados/as com a gramática e a ontologia de “ele” e “ela” que não é de surpreender que questões sobre inconformidade e fluidez de gênero confundam a todos/as nós. A escrita do roteiro mostrou que essas crianças e adolescentes também estão refletindo sobre essas questões, e nesse caso usando a ficção e a interpretação para expressar as possibilidades de performar gênero.

Rita e Kurt, dois dos autores deste texto, já trabalham por mais de uma década em comunidades indígenas do Alto Rio Negro (etnias Tukano, Baniwa, Baré, Tariano, Tuyuca), um dos lugares mais ricos do mundo para se pensar o conceito de empatia. Pesquisadores de toda a região Amazônica encontraram a mesma estrutura filosófica que nós percebemos: que o imperativo fundamental dos povos amazônicos – tanto ético como epistemológico – é ver o mundo pelos olhos do outro.

Eduardo Viveiros de Castro resume melhor esta filosofia quando diz que no ocidente,

Sujeitos, tanto como objetos, são resultados de um processo de objetivação: o sujeito se constrói ou reconhece no objeto que produz, e se conhece objetivamente quando consegue se ver ‘de fora’ como um ‘isso’ [como coisa]. O xamanismo ameríndio parece ser guiado pelo ideal inverso. Conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido... visa em ‘algo’ que é um ‘alguém’, um outro sujeito ou agente (Eduardo VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 258).

Entre o povo Araweté que Viveiros de Castro estudou, ouvia com frequência a frase “o inimigo é professor de canto” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 274) enquanto o apelido que davam aos inimigos era

SUMÁRIO

“*marakã nin*” ou “canção do futuro”. “A principal função dos inimigos”, conclui, “é trazer novas músicas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 275).

Um intérprete musical de qualidade incorpora os sentimentos e ideias da compositora em sua performance, mas no ocidente não pensamos realmente na música como um caminho para transformar a perspectiva. Em vez disso, temos o teatro, o cinema e o romance, onde atriz/ator, autora/autor e leitora/leitor passam a imaginar a perspectiva do outro. As crianças que participaram na oficina mostraram como usaram essa técnica de teatro e interpretação para pensar as complexidades de gênero do mundo atual.

Interpretar o papel de outra pessoa nos inspira a sentir e pensar através da pele do outro. Muitos dos participantes queriam interpretar Okami – no final, duas delas fizeram o papel, e suas imagens aparecem e desaparecem no produto final – porque forneceu uma maneira de pensar exatamente essa questão do transgênero, de maneira lúdica e sem preconceito.

Quem já viu crianças brincando com bonecos e bichos de pelúcia ou até um pedaço de madeira que considerem como boneca – onde elas fazem as vozes e interpretam os papéis de todos os bichos de pelúcia enquanto interagem – não deve se surpreender que a forma de uma criança conhecer o outro esteja mais próxima da epistemologia indígena do que à objetivação. De fato, as crianças aprendem o mundo experimentando as roupas do outro, testando a voz do outro. Aprendem por meio de uma maneira que Viveiros de Castro chamaria de “xamanística” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Começamos esta parte do capítulo citando Raffaella, e queremos voltar a ela. “Como eu disse, no começo eu não queria fazer isso. Mas então inventamos a história. Nós escrevemos o roteiro. Aprendeu nossos personagens e então meu irmão me filmou. Foi massa me imaginar assim, na história que inventamos”. Aqui é importante saber qual

SUMÁRIO

o papel de Raffaella no filme fictício: ela interpreta a mãe da heroína. O caminho para a construção da empatia aqui foi bem direto, e passou por se imaginar a mãe – com quem discutiu resistindo a participar na oficina antes de saber que ia fazer um filme on-line.

Segundo Raffaella – e várias/os outras/os participantes – imaginação foi a chave desse processo, e aqui é importante pensar a relação entre interpretação e imaginação. Logo após a Segunda Guerra Mundial, Stella Adler (2002) e Lee Strasberg (Toby COLE; Lee STRASBERG, 1995) desenvolveram o que hoje é chamado de “O Método” de interpretação teatral ou fílmica, transformando as ideias de Constantin Stanislavski sobre como criar personagens para o teatro em uma técnica que trabalharia com o cinema e a subjetividade moderna. A premissa básica é que, se a atriz sentir as emoções certas, ela as expressará profundamente na tela. Eventualmente, porém, Adler e Strassner se separaram no método de como investigar emoções fora da experiência de um ator: Strassner queria que os atores explorassem suas próprias experiências para encontrar as emoções. Adler – uma mulher judia que perdeu muitos membros da família no Holocausto – condenou esse método como antiético, abusando do/a ator/a, forçando-o/a a reviver o trauma. Ela insistiu que a melhor atuação – e a mais ética – vinha de imaginar a experiência e as emoções da personagem, assim como Raffaella havia feito.

Dessa forma, pensamos que o processo criativo utilizado dentro do Fazendo Gênero é uma ferramenta para os/as participantes se imaginarem na pele de alguém com outra experiência de corpo e de gênero; ferramenta essa que abre possibilidades das crianças e adolescentes pensarem nos temas centrais do congresso – e os temas que os/as fascinam e preocupam, e para nós, adultas/os, ouvir o que tem a nos dizer e assim dialogar com elas.

Renata e os Monstros é um filme sobre o momento, com a linguagem das telas que a pandemia nos submeteu, mas feito com uma diversidade de vozes e de modo alegre e reflexivo. Ele representa o

SUMÁRIO

que acreditamos que deva ser a reflexão sobre inclusão e sobre gênero. Liberdade e respeito estavam na sua produção e estão também na linguagem encontrada por todas/os nós na oficina. Enfim, incrível produzir e guiar esse processo com as crianças e adolescentes e partilhar das suas perspectivas de gênero e diversidade²²⁸.

CONFERÊNCIA ON-LINE CRIANÇAS FAZENDO GÊNERO

As crianças e adolescentes participantes do FG12 foram convidadas para partilharem suas reflexões e sua experiência de participação do Fazendo Gênero. A *Conferência das Crianças e Adolescentes* fez parte da programação oficial do evento. Foi um momento de apresentação do resultado das atividades, com uma linguagem lúdica. Falamos sobre a vivência no evento e dos temas debatidos e trabalhados nos quatro encontros, bem como os aprendizados desenvolvidos nestes e durante a pandemia, quais espaços e dificuldades enfrentamos com as mudanças desse momento histórico, garantindo a participação infantil num momento privilegiado do evento. Especialmente para os adolescentes, foi um momento de avaliação importante e suas falas expressaram a qualidade de nossos encontros. Como garantir a participação de infâncias diversas no fazer cinema e não apenas considerá-las consumidoras, foi uma importante questão perseguida nesse evento.

Na Mesa-Redonda *Infância plural, socialidades e desafios em contextos diversos no pós-pandemia*, coordenado por Rita de Cácia Oenning da Silva e que aconteceu dentro do evento, pudemos ouvir como as pesquisadoras Regina Ingrid Bragagnolo, Sílvia Arend e com Raquel Barbosa como debatedora, estão inventando as suas pesqui-

²²⁸ O filme está disponível no Vimeo da Usina da Imaginação, e agora está circulando em festivais, especialmente festivais de filmes feitos durante quarentena.

SUMÁRIO

sas em períodos de pandemia e como as crianças estão pensando temas em pauta neste artigo.

Essa mesa tratou da diversidade de experiências vividas por crianças em diferentes contextos (grupos rurais, indígenas, quilombolas, crianças confinadas em apartamento etc.) frente à pandemia, trazendo uma pluralidade de infâncias e práticas cotidianas infantis, seus rituais e performances, salientando as dificuldades e invisibilidades trazidas pelo covid-19, assim como a criatividade, a resiliência e a inventividade das mesmas. Abordou ainda processos de subjetivação de gêneros e sexualidades nas práticas e saberes de/sobre infâncias e as formas das crianças reinventarem-se como sujeitos nesse processo. Refletimos sobre os impactos vividos nesse momento na vida de crianças concretas, mas também nas novas possibilidades e nas modificações possíveis nas práticas cotidianas e impactos nas políticas públicas para as crianças. A necessidade imposta pelo covid-19 de estarmos ao ar livre em contraste com o confinamento nas telas, assim como outros processos que essa condição pandêmica nos trouxe, permitem pontuarmos rumos desastrosos e ao mesmo tempo esperançosos para a fase pós-pandêmica – repensar a cidade, a escola, as formas de sociabilidade – são alguns desafios considerando a diversidade de infâncias. E nesse sentido, o momento on-line com as crianças só foi possível por suas famílias terem acesso à internet e tecnologia. A diversidade de mundos não foi possível nas oficinas criativas e esse foi o maior desafio de nossa proposta – não envolver crianças indígenas, quilombolas, negras etc., restringiu essa diversidade de mundos que certamente agregaria ainda mais a nossas reflexões.

Essa diversidade de mundos e falas de crianças diversas esteve presente na força das apresentações do Simpósio Temático *Lugar da fala e participação das crianças em pesquisas e processos criativos sobre Infância e Estudos de Gênero*, coordenado pelas autoras desse artigo. Pesquisadores/as e artistas trouxeram suas experiências cria-

SUMÁRIO

tivas e de escuta de crianças em diferentes contextos do Brasil. Foi um momento de diálogo sobre Infância/Crianças/Bebês e Estudos de Gênero, sobre o lugar da fala e a participação das crianças nas pesquisas, com olhar crítico com relação aos lugares que ocupamos enquanto adultos nas pesquisas com crianças, e o lugar da sua fala nas pesquisas, buscando superar as relações assimétricas e adultocêntricas.

Abordar os desafios e os caminhos criativos encontrados para aprender o lugar da fala, da reflexividade, dos cuidados éticos, dos diferentes modos de reconhecer as linguagens infantis, bem como no exercício da alteridade e do reconhecimento das crianças como sujeitos ativos na vida em sociedade (James PROUT *et al.*, 1998) parece fundamental para essa escuta de infâncias e crianças de diversos contextos. Nesse sentido, foi privilegiada a análise de práticas e discursos que abordam as relações entre trocas geracionais e entre pares, os conjuntos de saberes, instituições e políticas sociais que historicamente definiram olhares sobre as próprias crianças, incluindo bebês, crianças pequenas e, paradoxalmente silenciaram suas vozes, desconsiderando sua participação (William CORSARO, 2005). Também privilegiamos abordagens que se refiram aos processos criativos e lúdicos encontrados pelos/as pesquisadores/as, artistas e pelas crianças para dar prosseguimento a essa troca nas pesquisa, como uso de estratégias metodológicas (vídeos, filmes, *workshops*, jogos e brincadeiras, peças teatrais, *papers*, etnografias, entre outros), que serviram como suportes de sistematização dos resultados das pesquisas que permitem uma propagação e um encurtamento da distância entre a fala das crianças e o/a “leitor/a”.

Incorporar a participação efetiva das crianças que participaram no congresso, especificamente aquelas que estiveram envolvidas no projeto intitulado “Crianças no Fazendo Gênero”, faz o debate dentro da academia ainda mais rico. Garantir um lugar para as crianças que desejarem e tiverem autorização dos familiares, a participar de

SUMÁRIO


um debate intergeracional e acadêmico parece fundamental acontecer em diferentes eventos. Importa dar visibilidade às crianças e ao modo como meninos e meninas experimentam e expressam conhecer e compreender os usos/significados atribuídos à categoria “gênero”, no contexto das relações sociais (Manuela FERREIRA, 2010), e garantir um diálogo que permita prosseguir o aprofundamento do debate teórico-metodológicos e criativo dos Estudos de Gênero e Infância.

REFLEXÃO FINAL

Uma das preocupações do comitê com o momento político do Brasil no debate de gênero foi de ao mesmo tempo oferecer um espaço para as crianças no evento para elas participarem dessa discussão/sensibilização tão importante, ao mesmo tempo cuidar para não expor essas e nem as organizadoras a situações conflituosas e a pessoas que são contra esse debate. Então, cuidamos para que tivesse apenas famílias e crianças que estivessem muito conectadas com a proposta do evento e com o desejo de participar das oficinas.

As atividades também foram planejadas de modo cuidadoso, para que a discussão de gênero também estivesse conectada com raça, inclusão, diferenças etc. Quando se trata de trabalhos com crianças e adolescentes, o cuidado também diz respeito ao olhar sobre as especificidades e linguagens infantis, construindo interlocuções pautadas em metodologias dinâmicas e participativas. Vale salientar, que num país democrático e livre se constrói minimamente metodologias apropriadas às crianças, que considerem seus tempos e a sua voz como importante base do diálogo. Uma questão importante na discussão de gênero é justamente nos libertarmos da doutrinação dos corpos para a obediência e dos padrões únicos, binários que desconsidem as pluralidades.


SUMÁRIO



Salientamos que nos encontros presenciais tínhamos inúmeras cenas de estranhezas, desconfortos e conflitos gerados pelas diferenças identitárias e trocas entre as crianças. As relações de trocas e brincadeiras permitiram-nos observar e valorizar essas cenas, e nessa edição virtual as estratégias (caminhos) percorridos com as crianças no formato on-line permitiram outras trocas, criando espaços de comunicação, diálogo, escuta das crianças. Aqui vale explicitar que esse diálogo com as crianças pequenas foi mediado pelos adultos cuidadosos que acompanharam as crianças e, por estarmos em meio a pandemia, se descortinou o espaço doméstico. Nesse momento acessamos a casa pela tela, e nos perguntamos no planejamento, como criar uma metodologia de escuta e vínculo com as crianças a partir dessa tela. Desde o início, nos ocupamos em pensar como as crianças que não teriam acesso a tecnologias e internet poderiam participar das oficinas, e evidentemente as desigualdades múltiplas (sobretudo classe social e etnia) correlacionadas inclusive com o tempo histórico, se transportaram a esse contexto das oficinas, ou seja, não tivemos crianças pobres, indígenas por exemplo participando dos encontros. Avaliamos que a continuidade de propostas on-line poderá ser considerada, sobretudo se ocorrer antes do evento do FG, porque rompe também com barreiras de espaço e permite a organização da conferência das crianças no evento presencial. Assim, pensamos ser necessário criar estratégias para a inclusão e cumprimos a concepção geral do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, que se coloca no debate atual dos feminismos e das visibilidades de minorias, reconhecendo a importância das vozes que falam por si e por um comum compartilhado, reivindicando direitos, quando e sempre que o contexto e a força das mediações as ameçam de silenciamento.

Nossa programação e nossos encontros foram regados de alegria e entusiasmo – baseados no desejo de estarmos juntos, promovendo o respeito, a escuta e a acolhida mútua. Assim funcionou também a organização e o diálogo entre os participantes do comitê. Desse

SUMÁRIO



modo, entendemos sempre que tem sido a prática do FG. Então, foram muito produtivas e muito prazerosas essas duas semanas com as crianças. Claro que tivemos bastante trabalho, como sabemos que foi para as demais comissões do Seminário. Mas fizemos com o gosto de fazer parte, do sentimento de pertença a essa grande corrente que se construiu nesse evento – o de inclusão, respeito e muita garra nessa luta pelos direitos das mulheres, dos negros e negras, dos povos originários e das diferenças e diversidades. Foi esse o sentimento de estarmos construindo juntas com as crianças e adolescentes espaços de amor e alegria. Assim, nos divertimos bastante e também aprendemos sobre diversidade, inclusão e diferença em atividades como audiodescrição de instrumentos musicais a duas pessoas cegas. Também tivemos que aprender Libras e nos deliciamos com modos de arrumar cabelos dentro do mundo africano. Dançamos músicas tupi e cantamos junto com as crianças. Saímos da primeira semana felizes. Na segunda semana, foi ainda mais empolgante. Ver o brilho nos olhos das crianças ao falarem das personagens criadas e ao inventarem suas histórias, alimentou um brilho nos nossos olhos e uma esperança que precisamos muito nesse momento. Embora o evento tenha sido on-line, o coração esteve nele e como em tudo que colocamos nossa emoção, foi transformador e muito bom saber que as novas gerações estão sim carregando o mundo de novos modos de viver e ver o gênero. Valeu demais. O sentimento é de agradecimento pela oportunidade de estarmos juntas nessa luta. Sigamos, com o coração! As crianças pediram para seguirem nas oficinas. Outros eventos virão!

REFERÊNCIAS

ADLER, Stella. **Técnica da representação teatral**. São Paulo: Teatro Civilização Brasileira, 2002.

BORGES, Rafaela; BORGES, Zulmira. Pânico Moral e Ideologia de Gênero articulados na supressão de Diretrizes sobre Gênero e Sexualidade nas

SUMÁRIO

Escolas. **Rev. Bras. Educ.**, [S. l.], v. 23, e230039, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras nas creches**: manual de orientação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

COHN, Clarice. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de campo**. [S. l.], Ano 10, v. 9, p. 13-26, 2000.

COLE, Toby; STRASBERG, Lee, **Acting**: A Handbook of the Stanislavski Method. Editora: Crown Publishing group, 1995.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Míriam L. Moreira. **Desafios da Imagem**. São Paulo: Papirus, 1998.

FERREIRA, Manuela. Ela é nossa prisioneira – Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito de processos de obtenção de permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Reflexão E Ação**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 151-182, 2010.

GOTLLIEB, Alma. Where have all the babies gone? Toward an anthropology of infants (and their caretakers). **Anthropological Quarterly**. [S. l.], v. 73, n. 3, p. 121-132, 2000.

GOTLLIEB, Alma. **The Afterlife Is Where We Come from**: the Culture of Infancy in West Africa. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

GROSSI, Miriam; WELTER, Tânia (org.). Congresso Mundial de Antropologia (18.:2018: Florianópolis, SC) **Etnografia de um congresso**: a organização do 18o Congresso Mundial de Antropologia no Brasil. Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2020.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JAMES, Allison. **Childhood identities**. Self and Social Relationships in the Experience of the Child. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1993.

SUMÁRIO

- JAMES, Allison; PROUT, Alan (org.). **Constructing and reconstructing childhood**. Contemporary issues in the sociological study of childhood. Basingstoke: The Falmer Press, 1990.
- JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. **Theorizing childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.
- MACHADO, Ângelo. **Será mesmo que é bicho?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- MEAD, Margaret. **Growing up in New Guinea**. Harmondsworth: Penguin, 1963.
- MEAD, Margaret; MCGREGOR, Francis Cook. **Growth And Culture: a photographic study of balinese childhood**. NY: G.P. Putnam's Sons, 1942.
- MELATTI, Júlio; MELATTI, Delvair. A Criança Marubo: educação e cuidados. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 62, n. 143, p. 291-301, 1979.
- MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. Os Usos da Imagem nas Ciências Sociais. In: MINKS, Amanda. **Performing Gender in Song Games among Nicaraguan Miskitu Children**. Paper draft presented on Nov. 19, at the 102nd Annual Meeting of the American Anthropological Association: Chicago IL, 2003.
- MINKS, Amanda. **Interculturality in play and performance: Miskitu children's expressive practices on the Caribbean coast of Nicaragua**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Columbia, NY/EUA, 2006.
- PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. Tema em destaque – Estudos Sobre a Infância e Direitos da Criança. **Cadernos de Pesquisa** [on-line], v. 40, n. 141, p. 729-750, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300004>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- RICOUER, Paul. **O si como outro**. São Paulo: Papyrus, 1992.
- SILVA, Araci L.; NUNES, Angela; MACEDO, Ana Vera. **Crianças Indígenas – Ensaios Antropológicos**. São Paulo: Global (Coleção Antropologia e Educação), 2002.
- SILVA, Rita de Cácia Oenning. **Superar no movimento: etnografia de performances de Pirráias em Recife e mais além**. 2008. 357f. (Tese) Doutorado em antropologia social. PPGAS, UFSC, 2008.
- SHAW, Kurt. **Teatro de Guerra, Cinema de Paz**. Santa Fe e Florianópolis: Shine a Light, 2007.

SUMÁRIO

TOREN, Christina. Children's perception of gender and hierarchy in Fiji. *In*: JAHODA, Gustav; LEWIS, Ioan M. (ed.). **Acquiring Culture**: Cross-Cultural Studies in Children Development. London: Cross Helm, 1988.

TOREN, Christina. Como sabemos o que é verdade? O caso do mana em Fuji. Palestra no PPGAS, Museu Nacional. **Encontros NuTI-Abaeté**, 19/05/2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.

WAGNER, Roy. **The Invention of Culture**. Chicago: University of Chicago Press: 1981.



29

Vera Fátima Gasparetto

Luciana Rodrigues Gransotto

Francine Costa

Débora Speck

Pâmela de Amorim Martins

A construção dos direitos a partir dos afetos:

a práxis da Comissão de Movimentos
Sociais do Fazendo Gênero 12

La construcción de derechos desde los afectos:

la praxis de la Comisión de Movimientos
Sociales de Fazendo Gênero 12

The construction of rights from affections:

the praxis of the Commission of Social Movements
of Fazendo Gênero 12

INTRODUÇÃO

A *Comissão de Movimentos Sociais (CMS)* do *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (FG12)* manteve-se ativa desde a realização do *Fazendo Gênero 11* (em 2017), mobilizando sua equipe para continuidade e avanço da relação entre os movimentos e organizações, as quais se vincula por intermédio da rede do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Com o objetivo de manter a “chama viva” do FG12, a CMS realizou o projeto “Arte, performance e política: ativismo e relações entre academia-movimentos sociais” (Artivismo)²²⁹. Foram desenvolvidas atividades preparatórias para o evento, mobilizando movimentos sociais, coletivos e grupos de artistas e artistas, os quais propõem formas de participação e problematização das suas pautas para a expressão cidadã, utilizando estratégias estéticas e simbólicas para amplificar a escuta de suas causas, conforme Vera Gasparetto (2019). Assim, a partir desse “espaço polifônico, escutam-se várias vozes, pertencimentos e diversidades que por vezes, revelam agendas comuns, mesmo diante das especificidades de geração, orientação sexual, classe e raça/etnia” (Vera GASPARETTO *et al.*, 2021, p. 395).

São grupos que se mobilizam na ocupação das ruas e investem no uso da tecnologia e das novas mídias para articular a sua organização e atividades. Comprendemos que mobilizações de rua são construídas para uma nova forma de participação política, que se une às ações artísticas e culturais, gerando um território ressignificado, de experimentação corporal, estética e linguagem. Essa metodologia de intervenção tem um potencial de ensino, pesquisa e extensão, buscando-se nessas atividades aprofundar o desenvolvimento de ações nas relações entre academia, ativismo e artivismo (Cristina Scheibe WOLFF; GASPARETTO, 2019a).

229 Projeto aprovado e financiado pela Secretaria de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina (SeCArte/UFSC), no edital Bolsa Cultura 2020 e renovado no edital de 2021.

SUMÁRIO

As ações do Projeto Artivismo iniciaram em abril de 2020, num momento de incerteza sanitária, quando o mundo passa a ficar assolado pela pandemia de covid-19. A equipe do IEG/UFSC começou a buscar alternativas para a realização de suas atividades e, rapidamente, optou-se pelo trabalho on-line. Tendo o projeto uma perspectiva processual no seu planejamento, execução teórico-prática, monitoramento, avaliação e revisão, utilizou-se da metodologia da pesquisa-ação (que requer ação nas áreas da prática e da pesquisa), com características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica (GASPARETTO *et al.*, 2021).

Para assegurar as ações, a CMS do FG12 foi organizada em duas instâncias: a Consultiva, a partir do diálogo constante com lideranças de movimentos sociais de mulheres e feministas, e uma instância Executiva, composta por pesquisadoras e bolsistas da UFSC, responsáveis pela gestão das atividades e do projeto Artivismo. A CMS promoveu articulações políticas com o parlamento, nomeadamente a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e com a Câmara de Vereadores de Florianópolis, bem como com Movimentos e Organizações Não Governamentais (ONGs) de todo o Brasil, de parte da América Latina e de países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique), além da articulação com as demais comissões do FG12, em especial, a de Acessibilidade, Cultura, Webtransmissão, Científica e Secretaria.

A Equipe de gestão²³⁰ manteve um calendário de atividades e de trabalho ao longo de 2020 e 2021, a citar: constante diálogo entre a

230 Equipe de Gestão: Janine Gomes da Silva (coordenadora geral); Vera Fátima Gasparetto (coordenadora executiva, Pós-Doutoranda PPGICH, Bolsista PNPd/CAPES); Pâmela de Amorim (Bolsista do Projeto); Ligia Mota (Bolsista do Projeto); Luciana Rodrigues Gransotto (Doutoranda PPGICH); Francine Costa (Doutoranda PPGICH); Ana Sofia Pabon (Doutoranda PPGICH); Thais Almeida (Doutoranda PPGICH); Carmem Vera Ramos (Voluntária, Servidora da UFSC aposentada); Adriane Canan (Voluntária, Movimento de Mulheres Camponesas); Iara Miranda (Voluntária, Sindicato Estadual da Educação); Débora Speck (Bolsista PIBIC).

SUMÁRIO

coordenação executiva do FG12 e as bolsistas do projeto; renovação do projeto junto à SeCArte; lançamento do vídeo-relato do Projeto Artivismo; Projeto IEG On-line; capacitação de transmissão on-line para o FG12; planejamento e ações na Tenda Mundo de Mulheres (TMM), como rodas de Conversa, Marcha Mundos de Mulheres, Roteiros de Visitas, Catálogo da Economia Feminista e Solidária e Artivistas²³¹.

As atividades do FG12 foram possíveis devido ao trabalho e dedicação imprescindíveis de um coletivo de pessoas, nossa imensa gratidão por toda a partilha e afeto. Agradecemos todas as pessoas monitoras do Fazendo Gênero e em especial, as encarregadas pela Tenda Mundos de Mulheres: Ana Clara Both Novakoski, Camila Alves, Débora Speck, Eduarda Santos, Francine Costa, Laís Fischer, Milena Ogawa, Millena Carvalho e Pâmela de Amorim Martins, sob supervisão de Carmem Vera Gonçalves Vieira Ramos e Vera Gasparetto, que trabalharam incessantemente para estruturar todos os dias de evento. Agradecemos também o apoio da Fundação Friedrich Ebert – Brasil que apoiou o evento e proporcionou equipes de tradução simultânea nas rodas de conversa com convidadas hispano-falantes e a estrutura de webtransmissão para realizá-las. Agradecemos também as estudantes de pós-graduação da UFSC Sofia Pabón e Valentina Cortínez O’Ryan que idealizaram as rodas com participantes da Colômbia e Chile, fundamentais na integração entre Brasil e América do Sul. Além disso, agradecemos o apoio e a articulação política com a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e um agradecimento especial à Interpress e sua equipe de intérpretes de Libras que foi parceira do Instituto de Estudos de Gênero desde o início das atividades on-line durante a pandemia.

231 Algumas das atividades foram realizadas em conjunto com a Comissão de Cultura do FG12, em especial o resultado do levantamento de Artivistas, realizado pelo Projeto Artivismo em 2020.

A CONSTRUÇÃO DA TENDA MUNDOS DE MULHERES: CONSTRUINDO EPISTEMOLOGIAS OUTRAS


Tendo em vista o cenário sanitário acima apresentado, a equipe do projeto se propôs a planejar e executar ações no ambiente on-line, buscando manter os propósitos e a metodologia do trabalho coletivo. Assim como as proposições do FG12, nós nos colocamos no debate atual dos feminismos e das visibilidades de minorias, reconhecendo a importância das vozes que falam por si e por um comum compartilhado, reivindicando direitos, rompendo silenciamentos e violências epistêmicas. No plural, os lugares de fala anunciam não uma forma estática de expressão e enfrentamento, mas um agenciamento de diversidades em chave interseccional, configurando uma busca por direitos que não pode desprezar a importância das relações e dos afetos que caracterizam as lutas na contemporaneidade. Desta forma, na política dos lugares de fala aqui engendrada, está o gesto relacional dos encontros afetivos como reconhecimento dos corpos e dos espaços de luta de muitas vidas que resistem aos poderes.

Acreditamos que seja necessário reorganizar as dinâmicas da existência em diálogo, na inelutável articulação entre as diversidades, os direitos reivindicados e os afetos. Reconhecer diferenças é estratégia para reconhecer as armadilhas do poder, a norma mítica padrão e o diferente dentre marcadores hegemônicos. Não existe uma causa básica de opressão, elas são múltiplas e atravessam os nossos corpos. Nossas lutas são, então, indivisíveis (Audre **LORDE**²³², 2019).

Na dimensão epistemológica, a noção de ponto de vista (Luiza **BAIROS**, 1995) e de posicionalidade (Angela **FIGUEIREDO**, 2017)

232 Em acordo com a proposta de *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial*, de Angela Figueiredo (2020), se optou por seguir o grifo black na escrita deste artigo.

SUMÁRIO



nos colocam em diferentes lugares de experiências que proporcionam pontos de vista diferentes “a posição ocupada por cada grupo, entendendo o quanto raça, gênero, classe e sexualidade se entrecruzam gerando formas diferentes de experienciar opressões” (Djamila **RIBEIRO**, 2019, p. 70). Não legitimar discursos excludentes passa pela escuta de distintos lugares de fala e teorização coletiva sobre a realidade, considerando diferentes experiências com postura ética. Foi com este pensamento epistemológico que pensamos as atividades da CMS e da TMM, como lugar de encontro e interlocução de diferentes vozes.

Ainda sobre posicionamento epistemológico, nos colocamos em movimento de diálogo com o Sul global, onde a perspectiva decolonial nos situa no esforço de superar ambiguidades e dicotomias da relação entre academia e ativismo. Realizamos o exercício de voltar sobre uma prática, avaliando seus resultados, e refletindo se nossos princípios teóricos puderam ser aplicados, e em que medida resultaram efetivamente em uma superação desta separação entre alguns discursos acadêmicos e práticas políticas feministas (WOLFF; GASPARETTO, 2019b).

Na perspectiva decolonial, metodologia e teoria são inseparáveis, implicadas e comprometidas com uma forma de fazer ciência de maneira não hegemônica. Carregamos nossas trajetórias pessoais envolvidas no compromisso teórico-militante de resistência teórica, prática, política e epistemológica à dinâmica da colonialidade do poder, do ser e do saber (Aníbal QUIJANO, 2002) que mantém uma hierarquia de saberes na produção e conhecimento, onde o Sul é o “outro”. Para transformar esta lógica, a produção de conhecimento e de saber precisa ser executada como parte de um compromisso político que se dá em diferentes espaços sociais, para além da academia (Yuderkys **MIÑOSO et al.**, 2014).

Foi a partir da leitura e mobilização dessas perspectivas que se realizaram as interconexões entre a academia e os movimentos sociais, na expressão de diversidade de abordagens, temas, metodologias, sujeitas/objetos de pesquisa e diferentes territórios para

SUMÁRIO

a partilha e interlocução de saberes periféricos, dos saberes das bordas, do conhecimento promovido pela ação e pela luta política em uma perspectiva interseccional, articulando às imbricações de classe, gênero/sexo, raça/etnia, geração, território, entre outras (WOLFF; GASPARETTO, 2019a).

Para transformar a academia, as universidades e suas narrativas e produções teóricas é preciso combater violências epistêmicas e apagamentos com o reconhecimento dos saberes das margens, das práticas cotidianas de lutas e resistências das diferentes mulheres em disputa com o sistema neocolonial que hegemoniza a vida e o saber nos territórios. Em movimento coetâneo e dialógico, também é preciso perceber a importância da produção de conhecimentos acadêmicos e de sua força de legitimação para os próprios movimentos sociais, bem como as possibilidades em termos de formação e produção de discursos e projetos políticos (WOLFF; GASPARETTO, 2019a).

Esta interlocução dialógica com conhecimentos outros foi construída com a presença ativa dos movimentos sociais na Tenda Mundos de Mulheres do FG12, não somente na sua programação, mas também protagonizando a organização das atividades da CMS em todo o evento FG12 (ver Figura 1), e em atividades abertas como relatos de experiência nos STs, ativismo e ativistas presentes nas mesas-redondas. Nesse movimento dialógico e de *práxis* horizontal, também mencionamos a importância do apoio financeiro, considerando que a participação em eventos acadêmicos, como é o caso do FG, pode se tornar inacessível para muitas pessoas, uma vez que há cobrança de pagamento para efetivar a inscrição. Por esta razão, houve um esforço – bem-sucedido – para viabilizar a participação no evento, de forma gratuita, de pessoas integrantes de movimentos sociais, coletivas, ativistas e ativistas que estavam vinculadas à CMS.

Compreendendo que a luta por direitos deve ser empreendida coletivamente, pensamos na Tenda Mundos de Mulheres como

SUMÁRIO

um espaço de interlocução, considerando os contextos diversos entre os diferentes campos do conhecimento, as suas expressões artísticas, e entre ativistas e a academia. Um lugar para o encontro de diferentes epistemologias, conhecimentos, experiências e afetos. Foi a partir deste caminho que propomos e organizamos as rodas de conversa, os roteiros de visita, o Catálogo de Economia Feminista e Solidária, a mística, o artivismo e a Marcha Virtual. Na figura abaixo, trazemos o esquema da metodologia de inserção da CMS no FG12:

Figura 1 – Metodologia de inserção das atividades da CMC no conjunto do FG12



Fonte: Comissão de Movimentos Sociais, 2021.

#PraTodoMundoVer: Grande círculo azul escrito Fazendo Gênero 12 no centro da imagem, rodeado por círculos menores de diferentes cores que sinalizam as ideias principais de cada área executada dentro do evento, com título e descrição, sendo eles: Tenda Mundos de Mulheres: roteiros, rodas de conversa, artivismo, economia solidária, marcha e mística. Conferências: mística, roteiros e economia solidária. Mesas redondas: economia solidária e roteiros. Marcha: Roteiros, artivismo, mística, arte e cultura, economia solidária e outras ações. Atividades artísticas e culturais: artivismo. Simpósios Temáticos.

SUMÁRIO

Diferentes ações de preparação foram realizadas através do projeto Artivismo, a partir de abril de 2020, mobilizando movimentos fundamentais para manter acesa a chama do Fazendo Gênero 12, bem como para capacitar a equipe do IEG para a execução das atividades on-line. Esse esforço propiciou formar a base técnica e inclusiva do FG12 em ações de extensão voltadas para público acadêmico de todo o Brasil e para a comunidade em geral.

A primeira atividade da CMS preparatória para o FG12 foi a roda de conversa *Academia, ativismo e gênero em tempos de pandemia*, realizada em maio de 2020, reunindo representantes de movimentos artísticos e sociais, ativistas e artistas representando as populações indígenas, trabalhadoras urbanas e camponesas, economia solidária, LGBTQIA+²³³, pessoas com deficiência e do movimento negro, que compartilharam os seus contextos, bem como as suas perspectivas sobre os desafios da universidade frente à pandemia²³⁴. Os depoimentos contribuíram para o planejamento e direcionamento das atividades da CMS, descritas a seguir, e para a construção de temas para a Tenda Mundos de Mulheres.


Na continuidade das preparações, em junho de 2020, ocorreu o V Diálogos com Moçambique, com a mesa *Conectando redes: desafios e potências dos feminismos ao sul*²³⁵, voltada para construção de redes feministas acadêmicas, artistas, e ativistas para participar, em setembro de 2022, do 14º Congresso Mundos de Mulheres em Moçambique, encontro acolhido pela UFSC, em 2017, durante o Fazendo Gênero 11.

233 Ao longo do texto, utilizaremos a sigla LGBTQIA+ para indicar o movimento político e social, considerando-a mais inclusiva e representativa. As siglas utilizadas são fruto de debates dentro da comunidade e dos movimentos sociais, em que possuem diferenças sobre as nomeações. Portanto, as únicas exceções se apresentam em nomes de eventos, onde manteremos o nome original utilizado, pois foi uma decisão política naquele momento de construção.

234 A atividade recebeu 250 pré-inscrições, foi realizada na plataforma Zoom e transmitida pelo Facebook, sendo posteriormente disponibilizada no YouTube, totalizando 500 acessos

235 A atividade alcançou 1.300 acessos.

SUMÁRIO



Foi a partir da *Livecina* “Rumo ao Fazendo Gênero 12 – Oficina AntiCapacitismo”²³⁶ que iniciaram as transmissões no Canal do IEG no Youtube. Discutindo sobre o capacitismo e seu efeito na produção de vulnerabilidade, foram apresentados elementos que corroboram para a construção de práticas anticapacitistas no campo da educação/ acesso ao conhecimento, demonstrando como a descrição de imagens, audiodescrição e outras práticas de inclusão ampliam a percepção estética de todas as pessoas, especialmente num momento de realização de eventos on-line. A *Livecina* “Artivismo LGBTQI+” ocorreu em agosto de 2020 com proposta de vivências para pensar o artivismo como ferramenta dos movimentos sociais e artísticos, com teor político, embebidos em diversas linguagens para a busca da construção de direitos. Com o uso das redes sociais (ciberativismo) foram expressas – através da arte – subjetividades, pensamentos, sentimentos, formas plurais de viver, lutar e amar.

Outra ação do projeto Artivismo/CMS foi o apoio ao 8º Curso de Curta Duração (CCD), *Feminismos Negros e a Luta Antirracista*, realizado entre outubro e novembro de 2020, com aulas remotas transmitidas no Canal IEG no Youtube para o público acadêmico, comunidade e estudantes. Os seis encontros reuniram artistas na abertura de cada aula, também ativistas/militantes, acadêmicas e pesquisadoras referências na área para dialogar com epistemologias de feministas negras e com a luta antirracista na sociedade brasileira e latino-americana. O curso teve 1.160 inscrições de estudantes e as aulas somaram mais de 6 mil acessos até o presente momento.

A CMS atuou na construção dos 16 Dias de Ativismo no combate à violência contra as mulheres (edição 2020), quando foi realizada a *live* “Ativismo, Violências de gênero e interseccionalidades”, com a ideia de ampliar a conscientização em torno das diversas formas de violências que atingem as vidas das mulheres do Brasil e do mundo,

236 Foram registrados 1.500 acessos à atividade.

SUMÁRIO

tratando das interseccionalidades da violência de gênero. Somou-se ainda a *live* “(In)Visibilidades TRANS e Violências Cotidianas”, tratando da inclusão de pautas e vivências de pessoas trans e suas especificidades nas agendas feministas e o papel da universidade. Com essas ações, a academia soma-se no fortalecimento das questões sociais invisibilizadas, reforçando a busca pelos direitos sociais, políticos e civis, pautas fundamentais para o feminismo e o transfeminismo.

Para encerrar o ano de 2020, ocorreu o debate *Cinema e Movimentos Sociais*, reunindo cineastas de diferentes movimentos de mulheres que trouxeram reflexões sobre o papel da arte na construção de visibilidades e direitos. Durante o encontro, foram abordados os processos de criação e a inclusão da comunidade nas produções de audiovisual, apontando a escassez de material como uma característica de suas produções e não como um problema e, acentuaram também, o poder político existente em produzir arte e mídia com pouco investimento. O trabalho da Comissão continuou em 2021 com a *Roda de Conjuntura com os movimentos sociais*, levantando elementos para o planejamento participativo das ações e temáticas que culminaram na realização da Tenda Mundos de Mulheres do FG12. Representantes de Movimentos Sociais analisaram suas conjunturas particulares, discutindo ações frente ao contexto social e a organização coletiva para a construção de uma rede de solidariedade para ajudar as pessoas vulnerabilizadas, sobretudo no período da pandemia.

Esse conjunto de atividades da CMS/Projeto Artivismo alcançou 14.756 pessoas entre atividades fechadas (da equipe) e transmitidas on-line. Os resultados alcançados, em termos de quantidade de público, superaram os números previstos anteriormente para as atividades presenciais. Nesse sentido, o projeto foi exitoso, pois se readequou de forma criativa e ágil no seu planejamento e gestão para cumprir com ações que garantiram sua exequibilidade, assegurando a acessibilidade através de legendagem e intérpretes de libras. De forma coletiva, a CMS

SUMÁRIO

desenvolveu tecnologia de transmissão e transcrição durante as atividades do projeto, o que foi essencial para as atividades de todo o FG12.

Essa etapa foi encerrada com o vídeo-relato do projeto de extensão “Arte, Performance e Política: Artivismos e relações entre academia-movimentos sociais”²³⁷, apoiado pela Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte/UFSC), lançado em maio de 2021, dentro das atividades de renovação do projeto (GASPARETTO *et al.*, 2021). O vídeo resume as 17 atividades realizadas on-line em 2020/21, relata as contribuições de artistas e o modo como a pandemia levou à reinvenção do cotidiano universitário para relacionar-se entre e si e com a sociedade: foi produzido um novo modo de convivência, reivindicação e amplificação de vozes por meio da plataforma digital. De forma concomitante a estas ações de escuta, formação coletiva e diálogos entre academia, movimentos sociais, arte e ativismo (que nos possibilitaram construir uma estrutura para produzir e transmitir atividades on-line), também realizamos o mapeamento de artistas, Roteiros de Visitas on-line²³⁸ e a produção do Catálogo de Economia Feminista e Solidária²³⁹.

No Mapeamento de Artistas, contatamos pessoas e grupos que encontram na arte um potencial de criticidade e explicitação da realidade, através de expressões e linguagens diversas – poesia, música, palavras de ordem, danças coletivas, pichação, arte de rua, vídeo, música, batucada, ciberativismo, performance, artes plásticas, grafite, intervenção, levando, trocando e conectando pontos de vista e leituras sobre a vida e o mundo, problematizando realidades e contextos histórico e social, visando a mudança ou a resistência (GASPARETTO *et al.*, 2021). Nossa ponte ocorreu via contato direto da comissão, chamadas

237 Link de acesso para o vídeo-relato “Arte, Performance e Política: Artivismos e relações entre academia-movimentos sociais”: <https://www.youtube.com/watch?v=OAJYMCJKuls>

238 Os roteiros de visitas on-line estão disponíveis em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/atividade/hub?ID_ATIVIDADE=687

239 O Catálogo de Economia Feminista e Solidária está disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=26

SUMÁRIO


públicas e inscrição via formulário on-line. Ao todo foram 69 artistas mapeados, de forma conjunta com a Comissão de Cultura do FG12 se realizou o contato, a apresentação da proposta do FG12 e convite aos artistas para participar do FG12 com produções audiovisuais de intervenções que circularam nas atividades do evento.

A comissão também se engajou na parceria dos “Roteiros de Visita”, uma estratégia acadêmica e cultural de comunicação e interação entre participantes do FG, organizadoras/es do seminário e comunidades. Nessa última edição, a atividade buscou a interação entre participantes do congresso e comunidades vinculadas a movimentos sociais e ao turismo de base comunitária, de forma a criar espaços de convivência, diálogo e reconhecimento das lutas e vidas de mulheres e populações LGBTQIA+. O desafio maior foi transformar os roteiros presenciais, realizados em 2017 (durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres – 13MM e o 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero) e em 2018 (durante o 18º Congresso International Union of Anthropology and Ethnological Scientists – IUAES) para um formato digital. Em 2017²⁴⁰, os roteiros foram propostos como atividades simultâneas e que convergiam com o tema do congresso, “Transformações, Conexões, Deslocamentos”, buscando a aproximação e a troca de participantes de diferentes lugares do mundo com a realidade local, a partir da representação do ativismo e da luta das mulheres presentes em Santa Catarina, na perspectiva de diferentes coletivos, comunidades e grupos. Em 2018²⁴¹, os roteiros foram chamados de “experiências antropológicas” e, assim como no ano anterior, a proposta foi de propiciar encontros e convivências, diálogos e interlocuções de acadêmicos/pesquisadoras/es participantes do congresso com as comunidades de Florianópolis e região metropolitana.

240 Para ter acesso a esses roteiros realizados em 2017, acessar a página do congresso: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/>

241 Sobre a realização, dinâmica, processo metodológico e resultados das “experiências antropológicas” do ano de 2018, sugerimos a leitura do artigo “Relato de experiência desde um mundo de encontros”, de autoria de Luciana Gransotto e Julia Coelho, acesso em: http://www.aba.abant.org.br/files/000154_00193335.pdf

SUMÁRIO



Durante o planejamento dos roteiros de visita on-line, alguns meses antes da realização do evento, a grande questão que se colocava nas reuniões da CMS era: como seria possível estabelecer um processo de reconhecimento dos espaços, das/os agentes e de suas diferentes realidades sem uma saída de campo, ou seja, sem o contato físico das/os participantes com as comunidades e seus territórios? Ao avançar na tentativa de reinventar e/ou ressignificar os roteiros de visita, propomos que a constituição e criação de cada um deles, em diálogo e como extensão de muitas das discussões promovidas na Tenda Mundos de Mulheres, fosse trabalhada a partir de duas possibilidades. A primeira delas foi a gravação de um vídeo curto, conduzido e produzido por lideranças e/ou integrantes das comunidades, apresentando o espaço, a vida e o contexto vivenciado naquele momento, sobretudo considerando as fragilidades sociais e financeiras trazidas pela pandemia. E a segunda foi a proposição de rodas de conversa, a respeito, por exemplo, da questão do turismo sustentável e de base comunitária como uma das possibilidades de melhoria da vida econômica das comunidades, entretenimento *versus* consumo e saberes localizados. Os roteiros de visita de 2021 tiveram as seguintes temáticas/discussões: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Mexeu com uma, mexeu com todas; Vídeo e Roda de Conversa: Tekoá Pirá – Turismo de Base Comunitária; Reestrela do curta-metragem Mulheres do Mar; Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia; Círculo de chicas Positivas, Vivas y Valientes – Inzá/Cauca/Colombia e Asociación de Mujeres por Inzá/Cauca/Colombia.

Como nesta edição não tínhamos o grande ponto de encontro e trocas presenciais conforme aconteceu com a Feira da Economia Feminista e Solidária da Tenda Mundos de Mulheres do FG11 e do 13MM, criamos o Catálogo da Economia Feminista e Solidária on-line, reunindo e apresentando um conjunto de trabalhos de mulheres e populações LGBTQIA+ que produzem artesanalmente e praticam a economia feminista e solidária, com preços populares e acessíveis. O catálogo possibilitou criar um espaço de visibilidade das alternativas

SUMÁRIO

que são produzidas, da possibilidade de geração de trabalho e renda, comercialização de produtos e circulação de afetos e solidariedade, além de ser um convite para repensar as práticas de consumo:

A Economia Feminista e Solidária reúne o caráter econômico que diz respeito à geração de renda e às relações de produção e consumo, com os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade. O caráter da solidariedade, que diz respeito à distribuição justa dos resultados alcançados e à preocupação com o bem-estar de todas as pessoas envolvidas, bem como o cuidado com o meio ambiente e a natureza. Com a pandemia esta alternativa organizacional, presente no Brasil e no mundo há muitos anos, mostra-se de fundamental importância como forma de trabalhadoras e trabalhadores se organizarem (individual e coletivamente) para se proteger das crises econômicas e para produzir com melhores condições de trabalho, remuneração justa, relações mais igualitárias e despertar para o consumo consciente. É na busca de somar nas alianças e redes de alternativas que apresentamos esse Catálogo, buscando somar nas potências criativas de outros mundos e de projetos feministas (CMS, 2021a, on-line).

As ações preparatórias da CMS, o mapeamento de artistas, a produção dos Roteiros de Visita on-line e a confecção do Catálogo da Economia Feminista e Solidária, foram viáveis em função da participação de movimentos sociais, ativistas, artistas e comunidades que confiaram e compartilharam seus afetos, experiências, demandas, posicionamentos e pautas com a comissão, abrindo pontes de diálogo e criando uma rede de fortalecimento de nossas lutas.

Através deste conjunto de atividades, nos energizamos e entramos no clima da Tenda Mundos de Mulheres, que durante o FG12 foi novamente um lugar para encontro e interlocução de vozes de diferentes lugares de fala, da valorização dos saberes e aproximação entre academia e ativismo.

Ao longo da organização das ações preparatórias, movidas através de *práxis* horizontal e construção coletiva, das trocas de conhe-


cimento e afeto, a equipe se adequou e potencializou a transmissão de atividades on-line, para garantir acessibilidade e promover interação ao vivo entre as pessoas envolvidas nas atividades.

A EXPERIÊNCIA DESAFIADORA DA WEBTRANSMISSÃO

O grande diferencial da última edição do Fazendo Gênero foi a adaptação para o ambiente remoto devido ao difícil cenário sanitário, político, social e econômico que enfrentamos nos últimos anos. A equipe de monitores do evento foi formada por mais de 240 pessoas que treinaram intensamente para facilitar a comunicação entre o público. Todas as pessoas que fizeram parte da monitoria receberam formação em acessibilidade no ambiente virtual, em parceria com o Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED/UFSC), para viabilizar atividades adaptadas para pessoas com deficiência – com o uso de interpretação em libras, legendas automáticas e audiodescrição – reforçando a necessidade de um ambiente acessível e anticapacitista. Na Tenda Mundos de Mulheres, as monitoras e monitores formaram a equipe técnica que esteve responsável pela transmissão via web, apoio às pessoas que estavam nos bastidores de cada roda de conversa e na conexão entre quem estava assistindo e quem estava apresentando suas reflexões ao vivo.

A experiência de participar da monitoria da Tenda envolveu o antes, o durante e o depois do evento. As semanas que antecederam foram de intensos treinamentos nas plataformas que seriam utilizadas, além de reuniões gerais com todas as pessoas envolvidas, proporcionando um aprendizado não apenas técnico, mas de paciência e resiliência, visto que criar uma rede de comunicação on-line envolve novos desafios, em especial, envolvendo cibersegurança. Dependem unicamente da internet e suas eventuais e incontroláveis instabilidades

SUMÁRIO



criou a necessidade de estudarmos soluções extras para problemas que não existiam nas edições presenciais. Durante o evento, a responsabilidade de estruturar os meios pelos quais as informações chegariam ao público contribuiu na formação pessoal e profissional dos monitores, ao tornar possível entender o funcionamento do ambiente virtual, cada vez mais utilizado em diversos setores, e permitir a preparação para próximos eventos, uma vez que se observa a tendência de adesão de eventos em caráter misto, com atividades ora virtuais, ora presenciais. No pós-evento, os trabalhos se concentraram em contabilizar estatisticamente os resultados de interação do público, resolver as últimas tarefas burocráticas e preparar o relatório com o registro do planejamento e execução da Tenda Mundos de Mulheres.

A partir do relatório final da CMS e com base na experiência da equipe executiva, concluímos que mesmo com a difícil conjuntura e com os constantes ataques às universidades federais, a estrutura criada por todas as pessoas envolvidas permitiu chegar ao fim do evento com um saldo positivo (CMSb, 2021). Foi possível perceber que as individualidades sociais são uma forma de resistência e de pedagogia, e que o Fazendo Gênero não foi apenas um evento, mas um porta-voz de demandas invisibilizadas, por parte da população e do Estado. O formato on-line, apesar de suas limitações, permitiu que pessoas inscritas de diversas localidades, especialmente de movimentos sociais, que não estariam presentes no formato presencial, pudessem estar juntas.

A oportunidade de conviver com pessoas de diversas realidades e formações, em uma união de diferentes gerações, representou uma experiência de inclusão dificilmente vivenciada em outros contextos, em um vínculo que uniu desde graduandas e graduandos até pessoas cujos nomes já são consagrados nas pesquisas e atuação dos campos de estudos feministas, de gênero e direito das mulheres, na busca de um objetivo comum: ecoar as vozes das mais de 100 pessoas que participaram das rodas de conversa. O Fazendo Gênero,


sendo este evento transnacional, que ampliou suas atividades e seu alcance na última edição, mostrou a força de todas as pessoas envolvidas nos bastidores, chamadas carinhosamente de semeadoras pela equipe organizativa, uma vez que semearam amor, igualdade, respeito e apoio durante as duas semanas do evento.

MULHERES, DIREITOS E AFETOS: TENDA MUNDOS DE MULHERES COMO LUGAR DE ENCONTRO E PRÁXIS

Ao longo dos dez dias de TMM ouvimos e dialogamos sobre diferentes lugares de opressão e formas de luta e resistência com pessoas, em maioria mulheres, consideradas na visão gramsciana “intelectuais orgânicas” dos movimentos sociais, comprometidas com projetos de resistência em âmbito local e regional, vinculadas a processos de ativismo, de educação formal, educação popular ou em ambos os espaços. Mantivemos o compromisso desafiador de interlocução de modo a fazer uma intersecção entre as ações propostas pela academia em diálogo com o ativismo/militância social de diferentes experiências e pontos de vista.

Ocupamos quatro faixas de horários reservadas dentro da Programação Geral do FG12 com um total de 25 rodas de conversa, lançamento de livros e documentários, Roteiros de Visita e a Marcha Virtual. O processo de preparação das rodas iniciou com o contato primário entre integrantes da comissão e pessoas de seus convívios sociais e políticos, que juntas escolheram temáticas de urgente reflexão e conscientização. A boa execução da TMM foi resultado de um trabalho em conjunto. A CMS realizou reuniões de treinamento para a realidade on-line e formação para acessibilidade com todas as participantes das atividades da TMM, com orientações para a audiodescrição e técnicas

SUMÁRIO



para viabilizar a interpretação em libras e legenda automática da fala. Para cada atividade se criou um grupo específico no *WhatsApp* para alinhar a execução, enviar orientações e materiais de divulgação para as redes sociais. Dessa forma, por meio de reuniões testes, foi possível estruturar as dinâmicas e providenciar o necessário para que todas as atividades estivessem bem-preparadas, desde as palestrantes, as intérpretes e às pessoas encarregadas dos bastidores. Além disso, os grupos foram essenciais para a divulgação do evento, pois foi o meio pelo qual as informações sobre todas as atividades eram compartilhadas, construindo assim, uma rede de comunicação e apoio.

Ao longo de duas semanas, a Tenda Mundos de Mulheres on-line acolheu debates a respeito de direitos das mulheres e populações LGBTQIA+ e as políticas públicas; economia feminista e solidária que, junto com o Catálogo de Economia Feminista e Solidária, permitiu construir um espaço de visibilidade e geração de renda para diversas artesãs e empreendedoras; a luta dos povos indígenas e o papel do ativismo e da academia; a resistência aos reacionarismos antifeministas e as alternativas e desafios para a luta do feminismo libertário; a biodiversidade, o futuro da vida e o bem-viver; autocuidado e espiritualidade, ativismo latino-americano e africano em torno dos desafios atuais; turismo de base comunitária e as realidades locais, entre outros.

O primeiro dia da Tenda Mundos de Mulheres contou com as rodas de conversa *Experiências pedagógicas transformadoras*, *A economia feminista e solidária como uma alternativa societária* e *As vozes das juventudes feministas*. Reunimos para o debate diferentes experiências pedagógicas para pensar a educação enquanto um desafio societário que vai além de espaços escolares e que deve ser comprometida com a transformação social. Abrimos espaço de troca de experiências e reflexão sobre a potencialidade da economia solidária, a construção de alternativas feministas e solidárias e o pensar de uma outra economia a partir da visão dos feminismos e da autonomia econômica das mulheres.

SUMÁRIO

Promovemos interlocução de mulheres jovens, de diferentes pertencimentos, que pautaram agenda de luta e reflexões contemporâneas a partir do ativismo da luta feminista, luta pela igualdade de gênero, luta antirracista, luta territorial e o combate à violência contra a mulher.

Nosso segundo dia iniciou com a roda de conversa proposta pelo Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias em Sofala e Cabo Delgado (GMPIS), intitulada *Mulheres, Paz e Segurança em Moçambique – Experiências do GMPIS* onde tivemos a oportunidade de conhecer realidades outras, a partir do Centro e do Norte de Moçambique, ouvindo relatos de vida de mulheres que vivem e resistem a catástrofes ambientais e conflitos armados. Também promovemos a roda de conversa *Masculinidades e feminismos*, momento de diálogo entre as diversas visões, experiências e atuações acerca do tema das masculinidades e a dialética da sua contribuição para os feminismos, assim como dos feminismos para o tema das masculinidades. Chegamos ao fim do segundo dia com a roda de conversa *A construção de políticas públicas e o exercício da cidadania LGBTI+: caminhos de resistência e ação*, onde colocamos em diálogo diferentes representações LGBTQIA+ no sentido de debater os desafios da construção das políticas públicas diante da onda reacionária que vive o Brasil.

Abrimos o terceiro dia em conversa com a Bancada Feminina da ALESC. O tema da conversa focou nos desafios na construção de políticas públicas para as mulheres a partir das falas das parlamentares e mediação da atual coordenadora do IEG. Na faixa seguinte transmitimos o Roteiro de Visita e a roda de conversa *Tekoá Pirá – Turismo de Base Comunitária*, que promoveu reflexão sobre outras formas de promoção do turismo, pensado a partir das realidades locais e com as experiências da comunidade. Continuamos as atividades com a roda de conversa *O feminismo é para todo mundo?* para refletir sobre o tema do feminismo a partir de experiências e trajetórias distintas, lugares de fala, territórios, corpos e modos de vida, com um debate aberto,


SUMÁRIO

fraterno, buscando diferentes perspectivas para a discussão. Fechamos este dia com a roda de conversa: *De onde vem a Agenda antifeminista?* para debater as tendências atuais dos feminismos: de onde vem e quais os desafios que a agenda antifeminista coloca, quais são as vertentes dessa onda reacionária no contexto neoliberal? Quais são as alternativas e desafios para a luta do feminismo libertário?

Nosso quarto dia promoveu o encontro de feministas do Cabo Verde, Chile e Brasil com as rodas de conversa Os feminismos a partir das perspectivas das ONGs em Cabo Verde, Mulheres acordaram primeiro: A maré feminista na Revolta Chilena, Levante Feminista: Nem Pense em Me Matar e Organização e trabalho de base. Ocorreu o encontro de diferentes representações de Organizações Não Governamentais (ONGs) de Cabo Verde que traçaram um panorama das lutas, desafios e tendências dos ativismos pela igualdade de gênero no país. Ativistas chilenas em diálogo com uma acadêmica ativista debateram o papel das mulheres chilenas nas lutas políticas dos últimos anos, que refletiram em avanços para as mulheres nas eleições legislativas. Também ocorreu a reunião de vozes que dizem CHEGA DE FEMINICÍDIO! e de mulheres envolvidas na busca por organizar a sociedade a partir de um trabalho de educação na base, buscando alternativas societárias e transformações sociais.

Fechamos a primeira semana da TMM, quinto dia, com roteiros de visita e ouvindo mulheres da Guiné-Bissau, Colômbia, Chile e Brasil. A primeira roda de conversa ocorreu após a transmissão do roteiro de visita *Acampamento Internacional Solidário das Mulheres (Gorongosa – Moçambique)*, com importantes reflexões sobre o tema da mulher, gênero e feminismos em Guiné-Bissau e em outros contextos africanos, procurando estabelecer um diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais com solidariedade e partilha de conhecimento e saberes. Seguindo a programação, após a transmissão do roteiro de visita *Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia*, a roda de conversa

SUMÁRIO




A preservação da vida, das sementes e da biodiversidade: esperar em tempos de resistência reuniu lideranças de diferentes frentes, que têm em comum a prática-reflexão sobre a relação e cuidado com a natureza, experiências agroecológicas, cuidados com as sementes, o futuro da vida e o bem-viver. Encerrando o dia, transmitimos o roteiro de visita *Círculo de chicas Positivas, Vivas y Valientes – Inzá/Cauca/Colômbia*, seguido da roda de conversa *A violência baseada em gênero no Protesto Nacional na Colômbia (2021) e na Revolução Social no Chile (2019/20)*, colocando em diálogo ativistas colombianas e chilenas que têm feito intervenções públicas frente ao Estado em busca dos direitos das mulheres em diferentes âmbitos da sociedade, mostrando a atualidade das lutas latino-americanas. Nossa primeira semana foi encerrada com o lançamento do projeto “Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul” do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

A segunda semana de TMM iniciou com as rodas de conversa *Corpos-territórios: as mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros* e *Quando arte e política se encontram nas redes e nas ruas*. Reunimos diferentes vozes e diferentes realidades das mulheres indígenas brasileiras, buscando dialogar com os desafios atuais do movimento indígena e o papel do ativismo e da academia, buscando compreensões, diálogos e pontos de conexão para pensar as lutas comuns no país. Também promovemos o diálogo acerca da importância da arte para a luta política e o protesto, a ética e a estética do artivismo, as expressões e movimentos que utilizam da arte para levar às ruas e redes pautas e agendas de lutas.

Nosso sétimo dia foi marcante, com uma programação voltada para a Marcha. Em 2017 levamos milhares de pessoas para as ruas de Florianópolis – SC, e nesta edição, devido ao contexto sanitário, ocupamos as redes por 8 horas. As atividades começaram com a roda de conversa *O papel das Marchas na construção de um feminismo popular*, onde escutamos as representações de marchas de mulheres e suas

SUMÁRIO




reflexões sobre como contribuir para a visibilidade das suas lutas específicas e às lutas mais amplas das mulheres. Também refletimos sobre o processo das marchas que mobilizam diferentes setores da sociedade e criam um diálogo com segmentos de mulheres populares. Este dia teve sequência com a conferência *A perspectiva indígena para um outro mundo*, com Sônia Guajajara, e a Marcha Virtual *Mulheres, Direitos e Afeitos*, que contou com a participação das vozes de diferentes movimentos sociais atuantes no Brasil, América do Sul e no continente africano. Este grandioso dia foi finalizado com o Sarau de encerramento.

Em interlocução com mulheres da América Latina, no oitavo dia transmitimos o Roteiro de Visita: *Asociación de Mujeres por Inza Cauca* – Colômbia e a roda de conversa *O neoliberalismo na América Latina: o papel das mulheres nas lutas contra a retirada de direitos da classe trabalhadora*, onde vozes pluriversas do ativismo sindical latino-americano colocaram em diálogo as lutas específicas e agendas em comum do subcontinente, no campo do mundo do trabalho e das agendas das lutas das mulheres nos países.

No nono dia de atividades da TMM a roda de conversa *Amazônia – Mulheres indígenas em defesa dos seus territórios em diálogo com as geografias feministas* colocou em diálogo diferentes vozes de mulheres que vivem e pensam nas transfronteiras do território Amazônico, bem como os desafios sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais para as comunidades indígenas. Já na roda de conversa *Mulheres e a pandemia da Covid-19* estiveram reunidas mulheres de diferentes pertencimentos e territórios para refletir sobre os desafios para lidar com a pandemia da covid-19, as alternativas que foram construídas, a capacidade e agência das mulheres em construir alternativas.

Fechamos o décimo e último dia de atividades com a roda de conversa *Mulheres trabalhadoras sexuais*, que reuniu trabalhadoras sexuais para conversar sobre o debate do papel do trabalho sexual no mundo do trabalho, a realidade do setor durante a pandemia e a agenda de lutas.

SUMÁRIO



Foram 25 rodas de conversa²⁴², construídas a partir de uma metodologia de caráter empírico, baseada em experiências e diálogos com militantes, ativistas, acadêmicas, coordenadoras do evento, estudantes da área de concentração em estudos de gênero do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), a participação de integrantes do IEG em conselhos estaduais de direitos, e com os movimentos sociais, este último a partir da contribuição de integrantes da CMS que estão integradas em movimentos sociais de mulheres e feministas da América Latina e da África. As articulações para a organização do *14º Congresso Mundos de Mulheres* que ocorrerá na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo – Moçambique, no segundo semestre de 2022, também estiveram presentes nas atividades da Tenda, onde a participação de acadêmicas/os e ativistas moçambicanas/os foi essencial para construir o intercâmbio entre Moçambique e Brasil e convidar pessoas interessadas para integrarem a delegação brasileira que irá participar do evento. Além disso, estiveram presentes na programação mostras de Artivismo, roteiros de visitas on-line, lançamento de livros, documentários e projetos, conferência com a presença da líder indígena Sônia Guajajara e a Marcha Virtual: *Mulheres, Direitos e Afetos*.

A construção da Marcha está relacionada com a ideia de ser um espaço de manifestação e mística dos movimentos sociais de mulheres e feministas, organizações acadêmicas e científicas, arte e cultura que produzem o devir nos seus cotidianos, construindo esses e outros mundos. É uma das formas de expressão das nossas lutas e a celebração das nossas existências e resistências: militantes, ativistas, artistas e acadêmicas, em conexão por um novo mundo, um mundo feminista, um outro mundo necessário. Na edição de 2021, diferentemente dos anos anteriores, precisamos reorganizar a dinâmica do encontro, em

242 O detalhamento da programação e das pessoas convidadas para as rodas de conversa está disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=620

SUMÁRIO

função do formato digital, de forma a garantir a integração das dezenas de representantes e líderes de movimentos sociais e comunidades para que pudessem trazer as suas pautas e reivindicações.

A Marcha foi dedicada ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e à memória da companheira Schirley Azevedo, homenageada por Ana Vanderlita Magnabosso, com quem atuou no Movimento de mulheres urbanas. A programação contou com blocos de falas das companheiras, vídeos, leitura poética e um Sarau de encerramento, com as artistas Selma Light, Sabrina Angel, Julie Rios, Re Moraes e Lirous K'yo. Nos intervalos da programação, tivemos a intervenção musical da artista Tania Meyer, ao som de “Música Mulheres, Direitos e Afetos”. Todas as atividades foram mediadas pela CMS e transmitidas ao vivo no Canal Tenda Mundo de Mulheres²⁴³.

ENCONTROS E ALCANCES DA TENDA MUNDOS DE MULHERES


A Tenda reuniu dentro de si pluralidades de representações e uma polifonia de vozes que denunciam o modelo de sociedade excludente e apontam saídas e alternativas concretas a ela, sobretudo em tempos de pandemia. Essas vozes foram muito longe e chegaram a muita gente. As estatísticas da Tenda trazem a grandeza do seu alcance: foram mais de 9 mil visualizações até o último dia de atividades, mais de 3 mil horas assistidas²⁴⁴.

Durante o 12º Fazendo Gênero, foram 825 pessoas inscritas no canal em duas semanas, acessos desde o Brasil, Chile, Colômbia,

243 Canal da Tenda Mundos de Mulheres no Youtube: <https://www.youtube.com/c/TendaMundosdeMulheres>

244 No presente momento, os números atualizados incluem 850 inscritos, 10.375 visualizações totais e 3,1 mil horas de exibição.

SUMÁRIO



Argentina, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal. Dessas pessoas, 85% foram mulheres, quase a metade entre 25 e 35 anos. O presente é feminista! Saídas que passam pelas mãos das mulheres em seus diferentes pertencimentos, pelas lutas das populações LGBTQIA+ e por todas as pessoas que acreditam que é possível um outro mundo, construído com base na luta antissexista, antirracista e antissistêmica. E quando nos perguntam, de onde a Comissão de Movimentos Sociais tira essa força? Respondemos: vem da coragem e do amor que vemos em cada uma de vocês, mulheres incríveis, que nos levam a nos transformar em nós.

O IEG/Fazendo Gênero, com os espaços construídos com os movimentos e na proposta de diálogos ao Sul em uma perspectiva decolonial, dá mais um passo no seu compromisso com a transformação da academia e da sociedade, a partir do engajamento de intelectuais com a vida social, a produção de políticas públicas e a democracia. Vamos andando, passo a passo, rumo à construção de uma nova ordem social. Vozes da Tenda fortalecem nossa esperança num mundo novo. Com nossas pluriversidades, caminhamos agora rumo à Moçambique, para o 14º Congresso *Mundos de Mulheres* em 2022 levando a sabedoria de Shirley Krenak: “Nós somos troncos diferentes, mas nossas raízes compõem a profundidade da Mãe Terra” (TENDA MUNDOS DE MULHERES, 2021, on-line).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Seminário Internacional Fazendo Gênero ocorreu em formato on-line entre os dias 19 e 30 de julho de 2021, reunindo pesquisadoras, estudantes, ativistas, professoras, dentre outros grupos interessados nas questões de gênero, feminismos e sexualidades. Pela primeira vez, o evento teve que ser repensado em todos os seus âmbitos e dinâmicas,

SUMÁRIO

uma vez que não seria possível realizá-lo de maneira presencial. Apesar do caráter virtual em decorrência da pandemia de covid-19, se mostrou um encontro potente de construção de redes de sororidade, afeto, conexão e política, com visibilidade às pautas dos movimentos sociais e a importância do protagonismo de discussão de políticas públicas dentro e fora do ambiente acadêmico.

Esse novo formato trouxe uma perspectiva de maior inclusão de pessoas inscritas e convidadas de diferentes localidades, facilitando assim uma conexão internacional e um enriquecimento de interlocuções. Independentemente das adaptações, teve um aproveitamento amplo do projeto inicial, com um bônus de maior integração por conta da grade de horários mais flexíveis. Mesmo com o saldo positivo que o evento on-line originou, vale ressaltar que o acesso à internet não é uma realidade para todas as pessoas e também tivemos muitos casos de comunidades que receberam o convite para se fazer presente no evento fizeram-se ausentes. A análise de nossa parte, enquanto comissão, se baseia na decorrência da pandemia, a vulnerabilidade, a carência de infraestrutura e as grandes dificuldades socioeconômicas e sanitárias que vive grande parte da população no país e no mundo.

Evidencia-se a importância da incorporação dos saberes populares no Seminário, mostrando que aspectos sociais contribuem pedagogicamente e são uma forma de demonstração de resistência. As interlocuções entre os povos latinos e com alguns países africanos, possante para realçar o quão inestimável é a sabedoria que porta esse povoado, reforça o chamamento de acadêmicos e comunidades para as próximas edições. O Seminário Internacional Fazendo Gênero não é apenas um evento, é o porta-voz para as demandas de populações invisibilizadas pelo Estado, o mediador entre academia e a classe popular, o resultado da luta de ativistas.

E diante de uma conjuntura tão difícil e do sucateamento que as universidades públicas vêm sofrendo atualmente, o financiamento

SUMÁRIO

para eventos de caráter político como o Seminário se torna cada vez mais árduo. Nesse sentido, queremos ressaltar a importância da articulação política com a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e também o apoio oferecido pela Fundação Friedrich Ebert. A contribuição das monitoras e intérpretes de libras foi indispensável para o bom andamento do evento e toda a proposta de programação, e foram a engrenagem fundamental para o sucesso no formato virtual. A organização e sincronia com que tocaram as atividades foram muito importantes e de grande aprendizagem coletiva.

Na Comissão de Movimentos Sociais se formou uma rede de apoio entre as mulheres, contribuindo no encorajamento para realizar as atividades, o enfrentamento à timidez ou qualquer outro empecilho em torno do evento, evidenciando o poder do coletivo. Apesar do evento ser contínuo, cada edição se torna única pelas suas características e demandas, a deste ano reforça a importância da permanência do seminário tanto para os pesquisadores da área de gênero, como toda a comunidade acadêmica envolvida, e principalmente os movimentos sociais que apesar das dificuldades, resistem. Parece impossível pensar no futuro do FG sem imaginá-lo acontecendo de forma híbrida, sobretudo na questão do fortalecimento dos grupos e das redes de pesquisa e resistência: o on-line, pela dimensão, alcance, acessibilidade e inclusão, e o presencial, pelas trocas de energia e por potencializar os espaços de sociabilidade e solidariedade. Deixamos aqui registrado a importância da articulação e do estímulo à presença de lideranças políticas para ampliar a potencialidade do evento. A ampliação de redes intelectuais, ativistas e afetivas se dá com as múltiplas vozes e a possibilidade de visibilidade para suas demandas de políticas públicas dentro e fora do ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

GUZZO, Morgani. Maior evento sobre gênero e feminismos do Brasil reúne pesquisadoras e ativistas. **CATARINAS**. Agenda. 16 jul. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/maior-evento-sobre-genero-e-feminismos-do-brasil-reune-pesquisadoras-e-ativistas/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

COMISSÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS. **Catálogo da Economia Feminista e Solidária**. FG12/IEG, 2021a. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=26. Acesso em: 08 fev. 2021.

COMISSÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS. Memória da Comissão de Movimentos Sociais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Florianópolis: UFSC/IEG, agosto 2017.

COMISSÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS. Memória da Comissão de Movimentos Sociais do 12º Seminário Internacional. Florianópolis: UFSC/IEG, agosto 2021b.

FIGUEIREDO, Angela. Descolonização do Conhecimento no Século XXI. In: SANTIAGO, Ana Rita, *et al.* (org.). **Descolonização do Conhecimento no Contexto Afro-Brasileiro**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2017. p. 79-106.

GASPARETTO, Vera. A rua como um lugar de luta política, arte e performance no Brasil. In: SITO, Tírso *et al.* (org.). **Reinventar o discurso e o palco: o rap, entre saberes locais e saberes globais**. Porto: FLUP, 2019, p.128-149.

GASPARETTO, Vera *et al.* Arte, Performance e Política: Artivismo e Relações entre Academia-Movimentos Sociais. X CINABEH – **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências** – Volume 1, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook1/TRABALHO_COMPLETO_EV149_MD1_SA2_ID978_22032021162310.pdf. Acesso em: 07 fev. 2022.

GASPARETTO, Vera; AMORIM, Pâmela; MOTA, Ligia. Vídeo-Relato do Projeto Artivismo – FG12 – **Arte, Performance e Política: Artivismos e relações entre academia-movimentos sociais**. Instituto de Estudos de Gênero, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OAJYMCJKuls>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SUMÁRIO

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa *et al.* **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Colombia: Editoria Universidad del Cauca, 2014.

PEDRO, Joana; BARLETTTO, Marisa. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 3-16, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/31863/21190>. Acesso em: 08 fev. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, [S. l.], v. 37, p. 4-28, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

TENDA MUNDOS DE MULHERES. Roda de Conversa: Corpos-territórios: as mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros. **YouTube**, 2021. 1 vídeo (1:50:00). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zcd5ERJ2P8U>. Acesso em: 03 de dez. de 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; GASPARETTO, Vera. Fazendo Gêneros decoloniais: academia e ativismo. *In*: SANTOS, Jenifer S. dos *et al.* **Descolonizar a prática e o sexo**. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2019a. Disponível em: https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2020/11/Livro-_UFRGS-Livro-Descolonizar.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; GASPARETTO, Vera. Interactions between academia and feminist activism in Latin America: a debate from the experience of Women's Worlds Congress and Doing Gender. *In*: ALONSO, Araceli; PAZ, Teresa Langle de (ed.). **The Time Is Now**. Feminist Leadership for a New Era (La hora del liderazgo feminista). Red Global Cátedras UNESCO en Género [en línea], 2019b. Disponível em: https://www.catunescomujer.org/wp-content/uploads/2016/11/Ebook-The-Time-Is-Now-OK_compressed.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

Posfácio

BREVE EPÍLOGO, OU SIGAMOS COM A
FORÇA QUE MOVE AS MULHERES

Short epilogue, or let's continue
with the force that moves women

Breve epílogo, o sigamos con la fuerza
que mueve a las mujeres

Marlene de Fáveri

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96375.p

As páginas que antecedem a este epílogo contam histórias que se intersectam e entrelaçam em textos que aludem sobre diversos assuntos necessários e pertinentes, ainda mais nestes tempos de urgência na (re)afirmação e defesa das lutas das mulheres por seus direitos. Não por acaso, esta edição versa sobre “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos” nos temas que envolvem estudos e práticas que discorrem sobre o gênero, os feminismos e as sexualidades, dentre outros.

O evento *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12* ocorreu on-line, com as adequações necessárias, por força do distanciamento social após dezesseis meses do início da peste viral indigesta que acoossou e fez reféns milhões de pessoas no mundo. Se aconteceu, foi por teimosia do coletivo de mulheres que vêm faz décadas somando forças na organização evento, e não esmoreceu. Pelo contrário, juntou mais coragem e, mesmo que à distância, as telinhas aproximaram e reforçaram a inquietude quando as lutas são por um mundo onde caibam todas as mulheres com respeito e dignidade. São textos de

SUMÁRIO

peças que vivenciaram a experiência da pandemia, resistiram, sobreviveram e puderam participar desta obra.

As lutas por equidade de gênero têm feito estremecer relações sociais desiguais e de poder entre homens e mulheres, todavia, falta muito para o alcance de direitos equitativos nas relações de trabalho e outras. Relações de poder e de violências que até poucas décadas eram ignoradas, hoje são questionadas e podem ser denunciadas, mas as mulheres ainda sofrem os preconceitos de gênero e não raro são culpabilizadas. Eventos que debatem poderes, saberes, experiências, diversidades lugares de fala, direitos, afetos, feminismo são imprescindíveis para nossas gerações e, especialmente, no preparo das gerações futuras.

O que as mulheres querem? Pergunta que ainda ecoa mesmo que, pelo menos pensávamos, está claro o que queremos. Os textos aqui selecionados falam destes feminismos e do respeito às diversidades, da busca de transformar as relações de poder em relações equitativas. Sobressaem a busca da cidadania e igualdade de direitos na afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação.

As mulheres lutam. Elas querem pôr fim ao sexismo, à exploração sexual, a discriminação de gênero, a todas as formas de opressão e preconceitos. Em suma, querem uma sociedade onde haja justiça social para todas as pessoas. Destes desejos foram tecidas narrativas que expressam concepções teóricas e que se entrelaçam na fervência das passagens na Tenda Mundos de Mulheres pelos movimentos sociais e ativistas, como de todas as atividades culturais, artísticas, literárias e tão plenas de riquezas e vivaz interlocução.

O Seminário Internacional Fazendo Gênero, já na décima segunda edição, é tributário das lutas feministas que antecederam suas edições. Como compromisso político, o Feminismo fomenta reflexões e promove ações na direção da transformação das relações através da

SUMÁRIO

prática – *práxis* – da justiça social, portanto, um movimento de consciência de prática política centrada na legitimação dos direitos das mulheres.

Estes aportes indicam um conjunto de reflexões que permearam o evento cuja concepção geral “coloca-se no debate atual dos feminismos e das visibilidades de minorias, reconhecendo a importância das vozes que falam por si e por um comum compartilhado, reivindicando direitos, quando e sempre que o contexto e a força das mediações as ameçam de silenciamento”. Portanto, situo o Seminário Internacional Fazendo Gênero na perspectiva de sua imprescindibilidade nos dias atuais.

Estamos sob ataques de conservadores e por todos os lados. Nada passa sem que nos avancem com fúria. Masculinidades exacerbam-se desde o uso de armas até a retirada de temas como gênero, sexualidades, diversidades dos currículos escolares.

Na sociedade em que vivemos ainda se naturalizam violências sexuais, de gênero, psicológicas, patrimoniais, morais, raciais, de classe, étnicas, homofóbicas, geracionais, políticas, institucionais e todas construídas na cultura patriarcal. É um projeto de poder nos moldes fascistas que nos querem em jaulas sob suas garras. Não passarão!

Não arredamos nossos pés nem nossos corpos e nem de longe nossas ideias e ideais dos espaços de luta. As mulheres não se calam. Elas se rebelam. Elas afirmam seus poderes por outras ações, outras palavras, outros jeitos de fazer, amar e cuidar. As mulheres resistem! Convido-as para que sigamos e, juntas, seguirmos:

SUMÁRIO

SIGAMOS

Sigamos e, entre as tantas coisas que
nos passam,
ainda perseguimos utopias.
E, se elas, as coisas, nos (ultra)passam, é
porque estamos vivas.
Seguimos, como
temos seguido, pastoreando
liberdades.
Tão Indomáveis fêmeas que somos
Confiscamos mordanças
Quebramos cintos da castidade
Alcançamos os parlamentos.
Sigo, de teimosia, enfurecendo-me
Contra o patriarcado,
Vem comigo e sigamos.
Juntas e valentes, seguimos!

Sobre os autores e as autoras

Alessandra Soares Brandão

É Professora do curso de cinema e dos programas de pós-graduação em literatura (PPGLit) e de Letras/Inglês (PPGI) da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: alessandra.b73@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7829-2256>

Ana Gabriela Macedo

É Professora Catedrática da Universidade do Minho. Coordenadora do Programa Doutoral “Modernidades Comparadas. Literaturas, Artes e Culturas”. Coordenadora do grupo de pesquisa em “Gênero, Artes e Estudos Pós-Coloniais” (CEHUM). Projecto FCT em curso: Mulheres, artes e ditadura – os casos de Portugal, Brasil e países africanos de língua portuguesa.

E-mail: gabrielam@elach.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7823-0613>

Ana Maria Veiga

É doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e tem pós-doutorado em Ciências Humanas também pela UFSC. É professora do Departamento de História e da Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Suas áreas de interesse são teorias da história, história visual e digital, estudos decoloniais, interseccionalidades e sertões. Faz parte do corpo editorial da revista *Sæculum* e integra o grupo de pesquisa *ProjetAH* – história das mulheres, gênero, imagens, sertões.

E-mail: anaveiga.ufpb@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0446-1472>

Andrea O’Reilly

É Professora Titular na Universidade de York, Canadá. Organizadora das coleções: *Maternal Theory: Essential Readings* (2007), *The Routledge Companion to Motherhood* (2019), *Feminist Parenting: Perspectives from Africa and Beyond* (2020). Autora do livro *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice* (2021). Editora-chefe do *Journal of the Motherhood Initiative* e da *Demeter Press*, editora feminista focada em publicações sobre maternidade e maternagem.

E-mail: aoreilly@yorku.ca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3011-846X>

Anne Teive Auras

É Defensora Pública do Estado de Santa Catarina. Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (NUDEM). Membro das Comissões de Defesa dos Direitos das Mulheres do Colégio Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONDEGE) e da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADep). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: aauras1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8402-0559>

Arianna Sala

Possui graduação em Psicologia (Università degli Studi di Firenze, 2003), doutorado em Psicologia (Universidad de Sevilla, 2008) e pós-doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (PNPD/PPGAS/UFSC 2012-2014). Tem experiência na área de Psicologia e da Antropologia, com ênfase em Estudos de Gênero e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: promoção da cultura de gênero na escola, políticas públicas e direito à educação, boas práticas em educação, combate ao heterossexismo nos sistemas de ensino, direitos humanos, violência de gênero, análise da narrativa e memória autobiográfica.

E-mail: arianna.sala3@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1095-9923>

Bruna Tupiniquim Marques

Socióloga e Artista. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e Doutoranda na mesma Universidade com enfoque em Sociologia da Arte no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Nos seus trabalhos acadêmicos e artísticos busca expressar questões sociais e artísticas de forma combinada. Suas abordagens misturam questões filosóficas, culturais, de gênero, de raça, de classe e autobiográfica.

E-mail: tupiniquimbruna@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7795-1857>

Camila Feix Vidal

É professora Adjunta no Curso de Graduação em Relações Internacionais no Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: camila.vidal@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2205-4686>

SUMÁRIO

Carla Pires Vieira da Rocha

É pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), com bolsa PNPd/CAPES. Possui doutorado em Ciências Humanas (UFSC), mestrado em Comunicação e Informação (UFRGS) e bacharelado em Artes Visuais (UFRGS). Foi coordenadora da 9ª Mostra Fotográfica do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

E-mail: carlapvrocha@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2457-4634>

Carmen Rial

É Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem. Doutora em Sociologia e Antropologia pela Université Paris Descartes-Sorbonne, possui graduação em Ciências Sociais e Jornalismo. Coordena as Mostras Fotográfica e Audiovisual do Fazendo Gênero desde 2000.

E-mail: rial@cfh.ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7478-0917>

Caroline Soares de Almeida

É pós-doutoranda em Antropologia (UFPE), pesquisadora FACEPE, bolsista CNPq DCR e subcoordenadora do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem. Possui mestrado e doutorado em Antropologia Social (UFSC), graduação em História (UFSC) e bacharelado em Educação Física (UDESC). Coordenou a 8ª Mostra Audiovisual do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

E-mail: almeidacarol@yahoo.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1361-6616>

Cristhian Fernando Cajé Rodriguez

É doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é pesquisador Pós-doc e Lecture no Departamento de Antropologia Cultural na Vrije Universiteit Amsterdam (VU). Coordenou a Mesa-redonda: Trabajo de campo y cuestiones de género. Diálogos entre el norte y el sur globales e a 8ª Mostra Audiovisual do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

E-mail: cristhiancaje@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2815-7064>

Daiana Moura

É doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar/Sorocaba. Pesquisadora do NEGDS – Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidade. Integrante da Plataforma de Pesquisas Cunhãntã e do Coletivo Cênico Mulheres de Utopias. Bolsista FAPESP.

E-mail: meusilenciodanca@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8548-7086>

SUMÁRIO

Daiana Roberta Silva Gomes

É doutoranda e Mestre em Teatro pelo Programa de Pós-graduação em Teatro, Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal do Maranhão. Artivista feminista, integrada a Marcha Mundial das Mulheres e Fórum Maranhense de Mulheres. Produtora teatral, atriz, diretora no Núcleo Artístico Feminista – NAFEM. Educadora popular nos movimentos de juventudes, mulheres e cultura.

E-mail: dayanaroberta.udesc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8579-4767>

Daiane Dordete Steckert Jacobs

É Diretora Geral do Centro de Artes, Design e Moda da UDESC (2021-2025). Professora do Departamento de Artes Cênicas e Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutora e Mestre em Teatro pela UDESC. Atriz, diretora, dramaturga, contadora de histórias e poeta. Coordenadora do GT Voz e Cena na ABRACE. Editora da Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas e da Revista Voz e Cena.

E-mail: daiane.jacobs@udesc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3145-8017>

Débora Speck

É graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista PIBIC/CNPq e integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

E-mail: debora.speck@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0973-1227>

Francine Costa

É doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Vinculada ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC) e ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC).

E-mail: francinne.costa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5295-2212>

Gabriel Kouke de Souza Sabanay

É graduando em Ciências Sociais (UFSC) e bolsista de Iniciação Científica/CNPq. Integrou a comissão organizadora das Mostras Fotográfica e Audiovisual do Fazendo Gênero 12.

E-mail: sabanay.gabriel@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0729-0413>

Jair Zandoná

É doutor e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Letras Português Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC), editor de resenhas da Revista Estudos Feministas (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Núcleo LITERATUAL.

E-mail: jzandona@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4301-9436>

Janine Gomes da Silva

É professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

E-mail: janine.gomesdasilva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2866-2981>

Joana Passos

É investigadora no CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, doutora em estudos feministas e pós-coloniais pela Universidade de Utrecht (Holanda). Membro de vários projetos de investigação, é docente no programa doutoral em Modernidades Comparadas. Publicou cerca de 50 artigos, em português ou inglês, e um livro sobre a literatura de Goa. Tem publicadas várias entrevistas e traduções, e coeditou vários livros e números especiais.

E-mail: jpassos@ilch.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4357-1068>

Karina Janz Weitowicz

É professora dos cursos de Graduação e Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq). Jornalista, mestra em Ciências da Comunicação, doutora em Ciências Humanas pela UFSC e pós-doutora em Comunicação pelo CIESPAL (Quito, Equador). Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq (Pq2). Integrante do projeto Mulheres de Luta, coordenado por Cristina Scheibe Wolff (UFSC), com apoio da CAPES.

E-mail: karinajw@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7644-8560>

Keo Silva

É doutorando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), na área de Estudos de Gênero, sob orientação de Carmen Silvia Rial. Mestre em Educação PPGE/UFSC e graduado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Membro do núcleo de pesquisa de antropologia visual e imagem NAVI/UFSC e do núcleo de pesquisa em educação e sociedade contemporânea NEPESC/UFSC. Bolsista CAPES – DS. De 2018 a 2020 foi membro do núcleo de estudos e pesquisas das travestilidades, transexualidades e transgeneridades (NETTRANS/UFSC).

E-mail: keo.ech@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5626-5951>

Kurt Shaw

É Mestre em Línguas Clássicas pela Harvard University. Diretor Executivo Usina da Imaginação.

E-mail: kgshaw@usinaimaginacao.org

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0311-4575>

Lucas Martinelli

É doutor em Estudos de Gênero e graduado em Artes pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. É professor de Cinema na carreira das Artes (FFyL/UBA) e no mestrado de Estudos e políticas do gênero (UNTREF). Pesquisador do CONICET sobre as formas de precariedade na arte contemporânea. Seu ensaio Rondas noturnas. Sexo, reclusão e perda no cinema argentino, premiado no IV Concurso da INCAA (ENERC), foi publicado em 2022 por Ciccus (Buenos Aires). Organizou o livro Fragmentos de lo queer: Arte em América Latina e Iberoamérica (2016).

E-mail: lucasmartinelli.cine@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0933-9580>

SUMÁRIO

Lúcia Regina Vieira Romano

É Docente no Departamento de Artes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, no Instituto de Artes/SP, e no Programa de Pós-graduação PPGA-IA/Unesp. Coordena o Grupo de Pesquisa em Poéticas Atorais da CNPq e é cocoordenadora do GT Mulheres da Cena, da ABRACE. É atriz e gestora de projetos na Cia Livre e na Barca de Dionisos, coletivos teatrais sediados em São Paulo.

E-mail: lucia.romano@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8528-1793>

Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra

É coordenadora e docente do PPGArtes e docente associada do Departamento de Ensino da Arte e Cultura Popular (UERJ). Docente colaboradora do PPGArc/UFRN e do PPGT/UEDESC. PhD. em Artes Cênicas (UFRN) e Antropologia (USP). Doutora e Mestre em Artes da Cena (UNICAMP). Pesquisadora-líder do grupo MOTIM – Mito, rito e cartografias feministas nas artes (CNPq). Atriz, encenadora, diretora, dramaturga e escritora.

Sites: www.unaluna.art.br <https://amotinadas.wixsite.com/motim>

E-mail: lucianalyra@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5440-5482>

Luciana Rodrigues Gransotto

É Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Em estágio de pós-doutorado (2021-2022) na Université Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis, com bolsa CAPES-COFECUB, vinculada ao projeto franco-brasileiro “Gênero ameaça(n)do” / “Genre menaçant, genre menacé”.

E-mail: lucianargransotto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0824-5972>

Maicyra Teles Leão e Silva

É Professora Adjunta do Departamento de Teatro da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: maicyraleao@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3517-5949>

SUMÁRIO

Malika Ouacha

É antropóloga e doutora em Gestão na Rotterdam School of Management, Erasmus University. Seus estudos se concentram na filantropia transfronteiriça feita pela diáspora da Europa Ocidental para seus países de origem no MENA. Atualmente é professora na Escola de Serviço Social da Universidade de Ciências Aplicadas de Windesheim.

E-mail: ouacha@rsm.nl

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8014-6450>

Márcia Oliveira

É investigadora associada no CEHUM, onde integra o GAPS, Grupo de Investigação em Género, Artes e Estudos Pós-Coloniais. Foi CO-PI do projeto de investigação Women, arts and dictatorship. Portugal, Brazil and Portuguese speaking African Countries (2018-2022), tendo concluído o doutoramento em 2013 pela Universidade do Minho.

E-mail: marciacoliveira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2995-2158>

Margarida Esteves Pereira

É Professora Associada da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos Humanísticos da mesma universidade (CEHUM). Investiga e leciona no âmbito dos Estudos Literários, em particular, da Literatura Inglesa Moderna, dos Estudos de Género e dos Estudos de Cinema e Intermediais.

E-mail: margarida@elach.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2189-7457>

Maria Brígida de Miranda

É Professora Titular do Departamento de Artes Cênicas e Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutora em Teatro pela La Trobe University, Austrália. Mestre em Prática Teatral pela University of Exeter, Inglaterra. Editora da Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas. Cooordenadora do G.T. Mulheres da Cena na ABRACE. Atriz, diretora, tradutora e preparadora de atores e atrizes.

E-mail: brigidaudesc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0828-8585>

Maria Catarina Chitolina Zanini

É Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Antropóloga, pesquisadora e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. É bolsista pesquisadora PQ CNPq 2 desde 2012.

E-mail: zanini.ufsm@gmail.com

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4523-9915>

Maria Collier de Mendonça

É Professora Adjunta no Departamento de Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP).

E-mail: mariacmendonca@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2352-4520>

Maria Rosa Lombardi

É Pesquisadora Sênior na Fundação Carlos Chagas; Doutora em Educação FE/UNICAMP com estágio doutoral no laboratório GERS/CNRS em Paris; Pós-doutorado em Ciência Política IFCH/UNICAMP. Estudo mercado de trabalho e gênero, feminização de profissões masculinas, com foco em profissões tecnológicas, particularmente as engenharias.

E-mail: mrlombardi455@hotmail.com; mrosa@fcc.org.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3499-765X>

Marlene de Fáveri

É Professora Aposentada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. Membro do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF/UDESC) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Autora de vários livros, artigos, capítulos de livros e artigos de História, Gênero, Feminismo, Divórcio, Mercado do Sexo, Mídias. Recebeu o prêmio “Lucas Alexandre Boiteux – História – 2005”, concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGB/SC) pelo livro *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*, fruto da tese de doutorado. Recebeu Diploma de Mérito do Prêmio Darcy Ribeiro de Educação/2017, e a Comenda do Legislativo Catarinense em 2017, por serviços prestados à Educação. Respondeu processo acusada por ex-aluna por suposta “doutrinação de gênero” e “perseguição religiosa”, no teor da “escola sem partido” e venceu. Feminista, poeta, escritora, militante pelos direitos humanos e cidadania, escreve crônicas para o Portal Catarinas – jornalismo na perspectiva de Gênero. Publicou, em 2021, dois volumes de *Crônicas da Incontingência da Clausura – cotidianos na pandemia* (ed. Letras Contemporâneas),

e organizou o livro *O Ultra-Realismo na cena literária de Itajaí*, em 2022 (ed. Traços & Capturas). Ainda em 2022, lança o livro *Se pulsa, arde e resiste* (ed. Infinita Leitura), conjunto de poemas feministas.

E-mail: mdefaveri16@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6245-1489>

Melina de la Barrera Ayres

É Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (Universidad Católica del Uruguay). Mestre em Jornalismo (UFSC), Doutora Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), Pós-doutora em Jornalismo (UFSC), Professora efetiva do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora vinculada ao grupo Jornalismo e Conhecimento (PPGJOR-UFSC).

E-mail: melina.ayres@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6092-9813>

Natalia Pérez Torres

É doutora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da (UFSC) e mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (UFSC). Foi coordenadora da 9ª Mostra Fotográfica do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

E-mail: nataliaperez.cs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2608-6589>

Nicolly Mendonça da Silva

É graduanda em Antropologia (UFSC). Integrou a comissão organizadora das Mostras Fotográfica e Audiovisual do Fazendo Gênero 12.

E-mail: nicollysilva2001@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0079-1055>

Pâmela de Amorim Martins

É graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Instituto Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional Contemporânea (GEPPIC/UFSC).

E-mail: pamelaammartins@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-85283868>

SUMÁRIO

Patrícia Lessa

É uma educadora feminista e, atualmente, leciona na Universidade Estadual de Maringá. Dentre os seus livros recentes estão: *Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura*, publicado pela Editora Entremares (2020); *O Resgate do Touro Vermelho*, Editora Luas (2021) e *Chanacomchana e outras narrativas lesbianas em Pindorama*, Editora Luas (2021).

E-mail: patricialessa13@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8942-1308>

Paula Batista da Silva

É foliã de carnaval, artista, e pesquisadora que acredita na arte como ferramenta de empoderamento político e conexão com o mundo. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Estadual de Santa Catarina.

E-mail: paulabatistata@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4463-8570>

Paula Pinhal de Carlos

É Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Direito e da Graduação em Direito e Relações Internacionais da Universidade La Salle. Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: paula.carlos@unilasalle.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7118-4244>

Raquel de Barros Pinto Miguel

É graduada e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Ciências Humanas (UFSC). Pós-doutorado pela Université Paris Diderot – Paris 7 e pela Université Paris 13 – Sorbonne Paris Cité. Docente do departamento de Psicologia da UFSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS), pesquisadora vinculada ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

E-mail: raquelbarrosprm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2042-7223>

Regina Ingrid Bragagnolo

É Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI/CED), Florianópolis, Brasil.

E-mail: ingridbragagnolo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8237-7383>

SUMÁRIO

Rita de Cácia Oenning da Silva

É Doutora em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com pós-doutorado na UFSC e UCLA (USA). Cineasta e Diretora executiva Usina da Imaginação, www.usinadaimaginacao.org.

E-mail: oenningdasilva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0299-3590>

Rosa Maria Blanca Cedillo

Es investigadora, docente, artista y curadora. Es coordinadora del Laboratorio de Arte y Subjetividades (CNPq) y editora de la Contemporânea – Revista del PPGART/UFSC. Es investigadora, docente, artista, curadora y escritora. Actúa en el Programa de Posgrado en Artes Visuales (UFSC). Es coordinadora del Laboratorio de Arte y Subjetividades (CNPq) y editora de la Contemporânea – Revista del PPGART/UFSC, también es miembro del Comité de Igualdad de Género (UFSC) y del Núcleo de Identidades de Género y Subjetividades (NIGS/UFSC).

E-mail: rosa.blanca@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9100-4266>

Sabrina Arini

Psicanalista. Coordinadora da Roda de conversa 'Fala, homem!', participante do curso de Psicanálise no Instituto Sedes Sapientae, onde também cursou Conflito e Sintoma. Atende adultos e adolescentes no consultório particular e coordenou grupos de família e adolescentes no projeto Nuraaj (Núcleo de Referência e Atenção a Adolescência e Juventude), na Clínica do Instituto Sedes Sapientae. Formada em comunicação social pela ESPM e mestrado em comunicação pelo IED (Instituto Europeu de Design) de Barcelona.

E-mail: sabrinamonteiroarini@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3695-2543>

Sônia Malheiros Miguel

É Historiadora e Socióloga. Dirigiu o Museu Histórico de Santa Catarina (1987-1991), trabalhou no Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA (1995-2003 e 2017-2022) e na Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003-2016). Pesquisadora, tem como áreas de interesse o tema da participação das mulheres na política e a história do movimento feminista brasileiro.

E-mail: soniammiguel@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1132-0793>

SUMÁRIO

Soraya Barreto Januário

Possui Pós-doutorado na McGill University, Institute of gender, sexuality and feminisms, Montreal, Canadá. Doutora em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenadora do OBMIDIA – Observatório de Mídia: gênero, democracia e direitos humanos/ UFPE.

E-mail: soraya.barreto@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0405-6381>

Tainan Silva do Amaral

É Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGART) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação da Professora Doutora Rosa Maria Blanca Cedillo. Área de Concentração: Arte Contemporânea – Linha de Pesquisa: Arte e Transversalidade. Mestre em Educação: Educação e Artes (UFSM, 2018). Licenciado em Artes Visuais (Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2016). Graduando em Dança – Bacharelado (UFSM).

E-mail: tainan_amaral@live.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7693-3961>

Vera Gasparetto

É Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Área de Estudos de Gênero e Sexualidades (PPGICH/UFSC), Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História e no Instituto de Estudos de Gênero.

E-mail: gasparettovera@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3865-0549>

Índice Remissivo

A

abortos 45, 66, 353, 382, 392
africanos 86, 104, 120, 123, 137, 138, 148,
151, 672, 690, 696, 704
ativistas 19, 21, 23, 104, 171, 185, 187,
336, 396, 487, 591, 615, 617, 620, 676,
677, 678, 679, 684, 691, 693, 695, 696,
697, 698, 701

C

Ciências Humanas 28, 95, 97, 100, 110,
278, 401, 415, 693, 704, 706, 707, 709,
710, 711, 713, 714, 716
cinema 23, 142, 143, 148, 149, 150, 151,
152, 155, 162, 171, 186, 187, 279, 498,
605, 627, 628, 630, 632, 655, 659, 660,
661, 704, 709
classe social 66, 69, 128, 129, 212, 275,
431, 590, 615, 665
comunidade 88, 95, 120, 121, 124, 126,
128, 129, 131, 132, 134, 138, 193, 221,
227, 259, 307, 312, 313, 319, 327, 362,
457, 481, 486, 487, 488, 491, 493, 495,
500, 606, 643, 678, 679, 680, 689, 697
covid-19 202, 256, 257, 259, 260, 264,
268, 288, 299, 301, 364, 385, 411, 509,
536, 547, 550, 572, 579, 580, 625, 647,
649, 662, 672, 692, 696

D

debates 18, 28, 48, 66, 96, 97, 100, 101,
103, 104, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 117,
121, 123, 125, 130, 185, 187, 212, 217, 222,
224, 225, 235, 243, 247, 251, 329, 336, 338,
347, 348, 405, 413, 491, 498, 539, 579, 594,
625, 626, 633, 652, 678, 688

direitos 18, 19, 23, 24, 26, 31, 35, 41, 42,
43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 61, 62,
67, 68, 69, 71, 72, 75, 99, 101, 104, 120,
150, 152, 182, 183, 184, 195, 196, 200,
226, 232, 241, 242, 244, 246, 276, 285,
309, 312, 313, 314, 319, 321, 324, 326,
327, 328, 329, 330, 338, 345, 348, 354,
355, 356, 365, 370, 372, 373, 375, 383,
388, 389, 390, 394, 396, 399, 400, 404,
406, 409, 410, 413, 421, 427, 471, 481,
494, 495, 498, 508, 555, 580, 592, 603,
610, 613, 617, 646, 649, 665, 666, 670,
674, 676, 679, 680, 688, 691, 692, 693,
700, 701, 702, 705, 712, 716
domésticas 68, 69, 195, 196, 197, 249

E

Estado Novo 23, 132, 141, 142, 143, 147,
148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156,
157, 158, 160, 161, 163
etnia 35, 66, 69, 171, 212, 239, 313, 607,
615, 665, 671, 676

F

família 44, 49, 80, 124, 132, 133, 134, 137,
138, 151, 154, 155, 156, 197, 221, 263, 269,
270, 271, 273, 275, 276, 285, 293, 296, 307,
309, 311, 361, 362, 364, 366, 374, 377, 378,
384, 385, 386, 396, 410, 492, 498, 584, 592,
593, 597, 618, 655, 660, 715
feminismo 23, 73, 96, 101, 105, 107, 108,
115, 116, 121, 122, 124, 125, 164, 165,
166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174,
175, 176, 178, 179, 185, 189, 206, 214,
229, 230, 233, 234, 235, 237, 238, 239,
240, 241, 242, 247, 248, 250, 251, 252,
277, 324, 325, 328, 329, 333, 336, 340,
342, 347, 349, 350, 351, 420, 422, 481,

SUMÁRIO

496, 498, 499, 536, 538, 539, 552, 591,
609, 613, 614, 615, 616, 617, 626, 648,
667, 680, 688, 689, 690, 691, 701
feministas 23, 26, 28, 32, 33, 37, 38, 39, 43,
46, 52, 59, 60, 61, 62, 64, 71, 94, 95, 97, 98,
99, 100, 101, 105, 109, 110, 112, 113, 114,
115, 117, 118, 130, 165, 166, 169, 172, 173,
174, 184, 189, 190, 191, 209, 212, 213, 214,
217, 225, 226, 228, 233, 234, 236, 238, 239,
240, 241, 242, 248, 249, 251, 298, 324, 325,
327, 328, 329, 330, 331, 332, 335, 336, 340,
343, 345, 346, 419, 420, 421, 422, 423, 424,
426, 427, 431, 432, 433, 440, 480, 483, 485,
486, 496, 497, 501, 502, 503, 525, 526, 531,
540, 570, 572, 579, 580, 591, 592, 602, 603,
604, 605, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 614,
615, 616, 619, 620, 621, 623, 672, 675, 678,
679, 680, 684, 686, 688, 690, 692, 693, 699,
701, 708, 710, 713
filhas 138, 168, 169, 171, 200, 309, 356
filmes 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149,
150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 160,
161, 364, 625, 626, 627, 628, 629, 630,
631, 632, 633, 634, 661, 663

G

gênero 18, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 35,
36, 39, 40, 41, 43, 48, 49, 50, 54, 55, 63,
65, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 77, 83, 84, 85,
86, 87, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102,
103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111,
112, 113, 114, 115, 116, 121, 122, 124,
129, 132, 134, 138, 142, 166, 169, 173,
174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 192,
193, 195, 196, 202, 203, 208, 209, 212,
214, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224,
225, 226, 227, 228, 230, 233, 234, 237,
238, 239, 241, 242, 245, 252, 253, 254,
257, 262, 263, 276, 278, 279, 281, 283,
299, 302, 306, 311, 312, 313, 316, 317,

318, 319, 320, 321, 322, 328, 347, 355,
356, 383, 398, 399, 400, 401, 402, 403,
404, 405, 406, 408, 410, 411, 412, 413,
414, 415, 424, 431, 471, 486, 492, 494,
495, 496, 499, 507, 551, 555, 563, 570,
579, 590, 591, 592, 593, 594, 596, 601,
602, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 612,
614, 615, 616, 619, 620, 621, 626, 632,
633, 635, 643, 645, 646, 648, 649, 650,
651, 655, 656, 658, 659, 660, 661, 664,
666, 667, 675, 676, 678, 679, 680, 686,
689, 690, 691, 693, 695, 697, 698, 700,
701, 702, 704, 705, 709, 712, 716
governo 31, 32, 33, 34, 35, 37, 43, 44, 45,
46, 48, 49, 51, 59, 63, 65, 70, 73, 269, 273,
275, 276, 312, 326, 365, 372, 373, 374,
384, 393, 396, 397, 399, 400, 402, 404,
574, 604, 619, 627, 638

H

heterossexual 124, 214, 263, 421, 492,
496, 597, 618
história 28, 47, 72, 83, 89, 90, 94, 100,
106, 107, 114, 115, 117, 120, 123, 125,
131, 133, 136, 143, 144, 146, 147, 148,
150, 151, 153, 168, 170, 187, 192, 212,
213, 229, 238, 242, 247, 290, 324, 340,
345, 348, 350, 419, 421, 429, 430, 431,
440, 441, 443, 445, 447, 449, 452, 454,
458, 462, 464, 468, 480, 481, 482, 483,
485, 489, 494, 495, 499, 500, 508, 513,
514, 518, 522, 523, 560, 573, 576, 586,
595, 602, 615, 619, 622, 628, 630, 654,
655, 656, 657, 659, 704, 715

I

Igualdade de Gênero 39, 40, 41, 68, 74
indígenas 47, 62, 68, 86, 98, 102, 106, 107,
117, 217, 319, 420, 619, 622, 629, 630, 658,
662, 665, 678, 688, 691, 692, 699

SUMÁRIO

L

Lei Maria da Penha 38, 60, 66, 67, 72, 104, 106, 116, 117, 306, 311, 312, 313, 314, 317, 318, 321, 322
lésbicas 41, 62, 69, 173, 307, 331, 342, 343, 420, 422, 425, 432
lesbofobia 41
LGBTQIA+ 94, 99, 101, 105, 108, 109, 221, 227, 241, 319, 399, 400, 402, 403, 404, 406, 410, 480, 481, 483, 485, 486, 487, 488, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 500, 501, 540, 619, 678, 682, 683, 688, 689, 695
Lília Momplé 123, 132, 136, 138

M

mães 23, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 330, 506, 648, 650, 654
maternidade 87, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 357, 421, 704
matrifocal 168, 169, 170, 179
memória 23, 110, 121, 123, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 163, 227, 327, 342, 431, 437, 440, 443, 446, 552, 616, 618, 623, 628, 694, 705
memória cultural 23, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 156, 160
movimento social 38, 60, 397, 592
mulheres 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 83, 87, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 104,

105, 106, 107, 108, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 138, 139, 141, 142, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 212, 214, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 258, 259, 260, 261, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 282, 283, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 360, 361, 366, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 377, 379, 382, 383, 388, 391, 395, 396, 403, 404, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 458, 459, 460, 462, 463, 464, 466, 468, 469, 470, 471, 478, 480, 481, 502, 503, 506, 508, 510, 522, 523, 553, 554, 562, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 575, 580, 582, 590, 591, 593, 595, 599, 600, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 619, 620, 622, 627, 628, 629, 630, 635, 648, 666, 672, 676, 679, 680, 682, 683, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 697, 699, 700, 701, 702, 704, 707, 715
mulheres negras 37, 41, 47, 96, 104, 107, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 131, 139, 159, 174, 192, 203, 214, 245, 319, 331, 339, 340, 344, 480, 508, 510, 522

N

Nações Unidas 49, 60, 67, 101, 202, 311, 383, 592

SUMÁRIO

narrativas 77, 78, 83, 87, 88, 109, 131,
145, 146, 169, 187, 210, 211, 219, 238,
239, 240, 241, 242, 247, 248, 249, 273,
420, 433, 447, 494, 512, 540, 548, 603,
612, 617, 676, 701, 714
Nilcéa Freire 22, 30, 31, 32, 33, 37, 38,
41, 43, 46, 50, 57, 58, 61, 66, 67, 71, 72,
74, 75

O

opressão 60, 84, 121, 173, 174, 175, 179,
187, 225, 239, 241, 250, 339, 340, 356, 422,
424, 433, 500, 562, 592, 674, 687, 699, 701
orientação sexual 66, 307, 457, 671

P

Paula Rego 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84,
85, 87, 90, 91
pobreza 32, 55, 68, 129, 202, 358, 478
políticas 22, 23, 24, 25, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 51,
60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 83,
99, 101, 103, 111, 120, 138, 167, 171, 174,
175, 193, 197, 211, 215, 228, 238, 253, 256,
276, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319,
325, 328, 336, 338, 348, 349, 355, 361, 364,
382, 385, 396, 397, 399, 400, 401, 402, 403,
405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413,
416, 420, 428, 435, 494, 495, 496, 497, 498,
501, 538, 554, 555, 561, 563, 566, 569, 570,
572, 574, 590, 591, 592, 604, 607, 612, 614,
622, 628, 662, 663, 667, 672, 675, 688, 689,
690, 695, 696, 697, 702, 705, 709
políticas públicas 22, 24, 43, 50, 51, 60, 61,
62, 63, 64, 68, 69, 70, 74, 171, 253, 311,
312, 313, 314, 318, 338, 349, 385, 405, 538,
604, 662, 688, 689, 695, 696, 697, 705
preconceitos 127, 247, 316, 701

Q

queer 98, 108, 109, 117, 173, 174, 177,
178, 486, 487, 495, 496, 497, 498, 499,
502, 503, 525, 526, 528, 532, 536, 537,
540, 541, 551, 594, 595, 596, 598, 599,
607, 619, 709

R

raça 35, 41, 66, 69, 71, 84, 96, 98, 101,
103, 109, 129, 137, 171, 174, 192, 202, 212,
214, 239, 257, 266, 279, 299, 313, 319, 330,
356, 391, 507, 523, 562, 590, 607, 615, 646,
649, 651, 664, 671, 675, 676, 705
racismo 22, 41, 42, 43, 59, 105, 106, 108,
120, 121, 122, 124, 125, 127, 129, 131, 137,
138, 328, 339, 340, 363, 428, 429, 507, 547
REF 22, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101,
102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111,
112, 113, 114, 115, 116, 117, 708
reflexão 23, 28, 39, 66, 74, 95, 125, 130,
138, 217, 223, 238, 406, 411, 420, 423,
441, 443, 447, 481, 482, 488, 521, 556,
558, 559, 560, 561, 573, 575, 582, 621,
646, 656, 661, 687, 688, 689, 691
religião 66, 103, 144, 146, 270, 271, 357,
374, 386, 403, 489, 592, 632

S

sexismo 22, 41, 42, 121, 122, 129, 339,
340, 701
sexualidade 69, 98, 103, 104, 170, 171, 174,
237, 247, 253, 263, 330, 401, 411, 412, 413,
427, 430, 431, 464, 465, 482, 483, 486, 488,
489, 492, 493, 494, 499, 500, 501, 502, 503,
594, 596, 632, 643, 675
social 35, 38, 44, 51, 52, 60, 63, 64, 66, 68,
69, 79, 90, 98, 100, 104, 105, 106, 108, 109,
114, 117, 120, 128, 129, 130, 145, 150, 176,

SUMÁRIO

179, 184, 185, 189, 194, 195, 202, 203, 211,
212, 213, 217, 218, 221, 222, 225, 232, 235,
236, 237, 239, 240, 241, 242, 244, 246, 247,
251, 258, 275, 277, 289, 313, 314, 316, 317,
319, 320, 326, 327, 337, 347, 355, 356, 357,
358, 372, 388, 395, 396, 397, 398, 399, 400,
401, 406, 407, 409, 413, 414, 415, 416, 421,
422, 423, 424, 428, 431, 432, 433, 461, 464,
465, 483, 487, 537, 559, 562, 569, 572, 573,
574, 580, 588, 590, 592, 604, 609, 613, 615,
619, 622, 623, 628, 637, 638, 650, 652, 665,
668, 678, 680, 681, 685, 687, 688, 695, 700,
701, 702, 715

V

violência 24, 25, 40, 42, 53, 55, 60, 66, 67,
69, 77, 83, 101, 105, 106, 107, 117, 120,
127, 131, 139, 152, 154, 171, 191, 202, 203,
219, 220, 221, 227, 228, 306, 308, 309, 310,
311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319,
320, 321, 322, 328, 347, 357, 358, 363, 371,
395, 409, 421, 453, 456, 458, 459, 460, 461,
463, 465, 466, 467, 481, 483, 485, 486, 489,
513, 594, 596, 615, 631, 650, 679, 680, 689,
691, 705
vítima 67, 71, 139, 221, 306, 307, 308,
309, 313, 314, 315, 574

www.pimentacultural.com

FALAS, PERCURSOS, PRÁTICAS E MODOS DE (R)EX(S)ISTIR

